

CASCAIS
PLANO DIRETOR MUNICIPAL
[**REVISÃO**]



A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.

RELATÓRIO DOS ESTUDOS DE
CARACTERIZAÇÃO

DEZEMBRO | 2014

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E COMPARTICIPAÇÕES | **DPC**
DIVISÃO DE ORDENAMENTO E PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO | **DORT**



A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a horizontal line at the end.

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO REGIONAL

1.1 ENQUADRAMENTO LEGAL

2. ENQUADRAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

2.1. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (IGT)

2.1.1. PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT)

2.1.2. PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (PROT-AML)

2.1.2.1. A REDE ECOLÓGICA METROPOLITANA (REM)

2.1.2.2. TRANSPORTES E LOGÍSTICA

2.1.2.3. A REVISÃO DO PROT-AML

2.1.3. PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DE SINTRA-CASCAIS

2.1.4. PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

2.1.4.1. SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA SINTRA

2.1.4.2. SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA GRANDE LISBOA

2.1.4.3. SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA ARRIBAS

2.1.5. PLANOS DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA (POOC)

2.1.5.1. PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA SINTRA-SADO

2.1.5.2. PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA PARA O TROÇO CIDADELA-SÃO JULIÃO DA BARRA

2.1.6. PLANO SECTORIAL REDE NATURA 2000

2.1.7. PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA DAS RIBEIRAS DO OESTE

2.1.8. PLANO DE ORDENAMENTO DO ESTUÁRIO DO TEJO

2.1.9. PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO

2.2. ESTRATÉGIA REGIONAL LISBOA 2020

2.2.1. PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA (POR LISBOA)

3. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO LOCAL

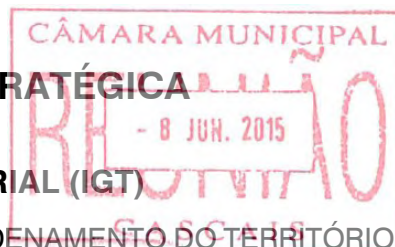
3.1. ANÁLISE SWOT

3.1.1. PONTOS FORTES

3.1.2. PONTOS FRACOS

3.1.3. OPORTUNIDADES

3.1.4. AMEAÇAS



3.2. VISÃO PROSPECTIVA

- 3.2.1. CASCAIS - TERRITÓRIO COM QUALIDADE DE VIDA URBANA
- 3.2.2. CASCAIS - TERRITÓRIO DE CRIATIVIDADE, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO
- 3.2.3. CASCAIS - TERRITÓRIO DE VALORES AMBIENTAIS
- 3.2.4. CASCAIS - TERRITÓRIO COESO E INCLUSIVO
- 3.2.5. CASCAIS - TERRITÓRIO DE CIDADANIA ACTIVA

3.3. O POTENCIAL DO MAR

4. PDM EM VIGOR

4.1. ANÁLISE

4.2. CONCRETIZAÇÃO



5. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

5.1. GEOLOGIA

- 5.1.1 UNIDADES LITO-ESTRATIGRÁFICAS
 - 5.1.1.1 FORMAÇÕES DO JURÁSSICO SUPERIOR
 - 5.1.1.2 FORMAÇÕES DO CRETÁCICO
 - 5.1.1.3 COMPLEXO VULCÂNICO DE LISBOA (CVL)
 - 5.1.1.4 MACIÇO ERUPTIVO DE SINTRA (MES)
 - 5.1.1.5 FORMAÇÃO DE AREOLAS DA ESTEFÂNIA E FORMAÇÃO DE ENTRECAMPOS
 - 5.1.1.6 ALUVIÕES
 - 5.1.1.7 SONDAGENS
- 5.1.2 RECURSOS GEOLÓGICOS
 - 5.1.2.2 RECURSOS HIDROTERMAIS
 - 5.1.2.3 EVOLUÇÃO PALEOGEOGRÁFICA
- 5.1.3 GEOMORFOLOGIA
- 5.1.4 GEOSSÍTIOS DO CONCELHO DE CASCAIS
 - 5.1.4.1 O MACIÇO ERUPTIVO DE SINTRA
 - 5.1.4.2 VÉRTICE GEODÉSICO DA PEDRA AMARELA
 - 5.1.4.3 FAIXA LITORAL OESTE
 - 5.1.4.3.1 CORTE GEOLÓGICO - Arriba entre a Ponta da Abelheira e a Praia do Abano e o Afloramento, localizado na Ponta da Abelheira.
 - 5.1.4.3.2 GEOSSÍTIO DA ARRIBA FORTE DA CRESMINA- PRAIA DO GUINCHO
 - 5.1.4.3.3 SISTEMA DUNAR GUINCHO-CRESMINA
 - 5.1.4.3.4 DUNA CONSOLIDADA DE OITAVOS
 - 5.1.4.3.5 CORTE GEOLÓGICO DAS ARRIBAS DA ANSA DA MACEIRA À PRAIA GRANDE DO GUINCHO
 - 5.1.4.3.6 CAMPO DE LAPIÁS COSTEIRO

5.1.4.3.7 BOCA DO INFERNO

5.1.4.4 CORTE GEOLÓGICO LOCALIZADO NA ESTRADA DA MALVEIRA DA SERRA-CASCAIS

5.1.4.5 SINCLINAL DE ALCABIDECHE

5.1.4.6 PARQUE DAS PENHAS DA MARMELEIRA

5.1.4.7 FAIXA LITORAL SUL

5.1.4.7.1 JAZIDA COM PEGADAS DE DINOSSAUROS

5.2. SÍNTESE CLIMATOLÓGICA

5.2.1. A TEMPERATURA

5.2.2. O VENTO E O CLIMA DO LITORAL OCIDENTAL DO CONCELHO DE CASCAIS

5.2.3. A PRECIPITAÇÃO

5.2.4. A INSOLAÇÃO

5.2.5. O NEVOEIRO

5.2.6. A HUMIDADE RELATIVA

5.2.7. COMPARAÇÃO COM AS MÉDIAS DE PORTUGAL CONTINENTAL

5.2.8. POSSÍVEIS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

5.3. HIDROGRAFIA

5.4. SÍNTESE GEOMORFOLÓGICA

5.5. SOLOS

5.5.1. SOLOS NA ÁREA DO PARQUE NATURAL SINTRA-CASCAIS

5.5.1.1. SOLOS MEDITERRÂNEOS PARDOS DE DIORITOS, DE QUARTZODIORITOS, DE ROCHAS MICROFANERÍTICAS OU DE CRISTALOFÍLICAS AFINS" (PM)

5.5.1.2. SOLOS MEDITERRÂNEOS PARDOS DE QUARTZODIORITOS" (PMG)

5.5.2. SOLOS NA RESTANTE ÁREA DO CONCELHO

5.5.2.1. SOLOS CALCÁRIOS PARDOS DE CALCÁRIOS COMPACTOS" (PCD)

5.5.2.2. SOLOS MEDITERRÂNEOS VERMELHOS OU AMARELOS DE CALCÁRIOS COMPACTOS OU DOLOMIAS (VCD):

5.5.2.3. SOLOS CALCÁRIOS VERMELHOS DE CALCÁRIOS (VC):

5.6. APTIDÃO AGRÍCOLA DOS SOLOS

5.6.1. SOLOS DO TIPO "A"

SOLOS COM EXCELENTE APTIDÃO AGRÍCOLA

5.6.2. SOLOS DO TIPO "B"

SOLOS COM BOA APTIDÃO AGRÍCOLA

5.6.3. SOLOS DO TIPO "C"

SOLOS COM MODERADA APTIDÃO AGRÍCOLA

5.6.4. SOLOS DO TIPO "D"

SOLOS COM APTIDÃO AGRÍCOLA REDUZIDA

5.6.5. SOLOS DO TIPO "E"

SOLOS COM APTIDÃO AGRÍCOLA MUITO REDUZIDA



5.7. VALORES NATURAIS E DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

- 5.7.1. HABITATS NATURAIS
- 5.7.2. FAUNA
- 5.7.3. FLORA

6. CARACTERIZAÇÃO PAISAGÍSTICA

6.1. UNIDADES DE PAISAGEM

- 6.1.1. MACRO UNIDADES
- 6.1.2. UNIDADES DE PAISAGEM
 - 6.1.2.1. SERRA DE SINTRA
 - 6.1.2.2. ABANO - PENHA LONGA
 - 6.1.2.3. COSTA DO SOL
 - 6.1.2.4. OUTEIRO DAS FONTAINHAS
 - 6.1.2.5. URBANO
 - 6.1.2.6. VALES DAS RIBEIRAS
- 6.1.3. PAISAGENS SINGULARES
 - 6.1.3.1. SERRA DE SINTRA E FALÉSIAS DO CABO DA ROCA
- 6.1.4. PAISAGENS SINGULARES DE IMPORTÂNCIA LOCAL
 - 6.1.4.4. VALE DA RIBEIRA DAS VINHAS
- 6.1.5. ROTAS PANORÂMICAS
 - 6.1.5.1. “LINHA DE CASCAIS” – ESTRADA MARGINAL DE CASCAIS
 - 6.1.5.2. ESTRADA CASCAIS – SINTRA (EN247)



6.2. RECURSOS GEOLÓGICOS

- 6.2.1. PEDREIRA “MATO DOS CELCOS”
- 6.2.2. PEDREIRA DO SAFARDÃO
- 6.2.3. PEDREIRA “MATO DA CRUZ”
- 6.2.4. PEDREIRA “FIGUEIRA 2”
- 6.2.5. PEDREIRA “MATO DA AMOREIRA”

7. ESTADO DO AMBIENTE

7.1. CARACTERIZAÇÃO DE AMBIENTE SONORO

- 7.1.1. CARACTERIZAÇÃO DO RUÍDO AMBIENTE
 - 7.1.1.1. SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA
 - 7.1.1.2. ZONAS DE CONFLITO
 - 7.1.1.3. POPULAÇÃO E ÁREAS EXPOSTAS
 - 7.1.1.4. MAPA DE RUÍDO PREVISIONAL ELABORADO EM 2007
- 7.1.2. PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RUÍDO

7.2. DISFUNÇÕES AMBIENTAIS

- 7.2.1. ATERROS E VAZADOUROS

- 7.2.1.1. ATERRO SANITÁRIO DE TRAJOUCE
- 7.2.1.2. CENTRAL INDUSTRIAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (CITRS)
- 7.2.2. DEPÓSITOS DE RESÍDUOS
 - 7.2.2.1. ESTRATÉGIA COM VISTA A EVITAR A DEPOSIÇÃO ILEGAL DE RESÍDUOS
- 7.2.3. PEDREIRAS EM ATIVIDADE
 - 7.2.3.1. PEDREIRA DO “SAFARDÃO”
 - 7.2.3.3. PEDREIRA “MATO DOS CELCOS”
 - 7.2.3.4. PEDREIRA/BRITADEIRA “MATO DA CRUZ”
- 7.2.4. PEDREIRAS INACTIVAS
- 7.2.5. DEPÓSITOS DE INERTES
- 7.2.6. LINHAS DE ÁGUA POLUÍDAS E PONTOS DE DESCARGA DE POLUENTES
- 7.2.7. ÁREAS PERCORRIDAS POR INCÊNDIOS



7.3. POTENCIAIS DISFUNÇÕES AMBIENTAIS

- 7.3.1. PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL E RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL
 - 7.3.1.1. MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL
 - 7.3.1.2. MAPA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL
- 7.3.2. ZONAGEM SÍSMICA DAS FORMAÇÕES SUPERFICIAIS E AVALIAÇÃO DA PERIGOSIDADE SÍSMICA NO CONCELHO DE CASCAIS
 - 7.3.2.1. LEVANTAMENTO DA INFORMAÇÃO GEOLÓGICA E GEOTÉCNICA DISPONÍVEL
 - 7.3.2.2. CONSTRUÇÃO DE UM CATÁLOGO SÍSMICO PARA O CONCELHO DE CASCAIS
 - 7.3.2.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS
- 7.3.3. RISCO DE INUNDAÇÃO POR TSUNAMI DO CONCELHO DE CASCAIS
 - 7.3.3.1. TSUNAMIS OBSERVADOS EM PORTUGAL
 - 7.3.3.2. FONTES SÍSMICAS
 - 7.3.3.3. FALHAS TIPO
 - 7.3.3.4. OS CENÁRIOS DE TSUNAMI
 - 7.3.3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS
- 7.3.4. MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES
 - 7.3.4.1. EROSÃO DO LITORAL
 - 7.3.4.2. CHEIAS E INUNDAÇÕES
 - 7.3.4.3. INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS
- 7.3.5. EQUIPAMENTOS COM POTENCIAIS DISFUNÇÕES AMBIENTAIS
 - 7.3.5.1. ETAR DA GUIA
 - 7.3.5.2. ETAR DO COBRE
 - 7.3.5.3. DESCARGA DE EMERGÊNCIA DA GUIA
 - 7.3.5.4. DESCARGA DE EMERGÊNCIA DE S. PEDRO DO ESTORIL
 - 7.3.5.5. EMISSÁRIO SUBMARINO DA GUIA

8. CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

8.1. DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS DO CONCELHO DE CASCAIS

**8.2. ESTRUTURAS DE COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DO
CONCELHO DE CASCAIS**

**8.3. ESTRUTURAS DE COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DO
CONCELHO DE CASCAIS – FREGUESIAS**

8.4. CENÁRIOS DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO



9. CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA

**9.1. CARACTERIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS
EXISTENTES POR SECTORES**

9.2. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA TURÍSTICO

9.3. PRODUTOS TURÍSTICOS EXISTENTES

9.3.1. GASTRONOMIA E VINHO

9.3.2. TOURING CULTURAL E PAISAGÍSTICO

9.3.3. SAÚDE E BEM-ESTAR

9.3.4. TURISMO DE NATUREZA

9.3.5. MICE (MEETINGS INCENTIVES CONVENTIONS & EXHIBITIONS)

9.3.6. CITY / SHORT BREAKS

9.3.7. GOLFE

9.3.8. TURISMO NÁUTICO

9.3.9. SOL & MAR

10. HABITAÇÃO

10.1. CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO EDIFICADO

10.2. EVOLUÇÃO DA DINÂMICA CONSTRUTIVA

10.3. SINTESE DA HABITAÇÃO MUNICIPAL E PER

**10.4. EVOLUÇÃO DA DINÂMICA DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE
CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO**

11. SISTEMA URBANO

11.1. OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

11.1.1. OCUPAÇÃO DO SOLO NO CONCELHO DE CASCAIS

11.1.2. OCUPAÇÃO DO SOLO POR FREGUESIAS

11.1.2.1. ALCABIDECHE

11.1.2.2. CARCAVELOS

11.1.2.3. CASCAIS

11.1.2.4. ESTORIL

11.1.2.5. PAREDE

11.1.2.6. SÃO DOMINGOS DE RANA

11.1.3. OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

11.1.3.1. OS OBJECTIVOS DO PDM

11.1.3.2. ANÁLISE QUANTITATIVA

11.1.3.3. ANÁLISE QUALITATIVA

11.1.3.4. AS PERIFERIAS

11.1.3.5. SÍNTESE DAS ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL (AUGI)

11.1.3.6. ÁREAS DEGRADADAS A REQUALIFICAR (ADR)

11.1.3.7. OS CENTROS URBANOS TRADICIONAIS



11.2. HIERARQUIA DA REDE URBANA

11.3. COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

11.3.1. PLANOS DE PORMENOR EM VIGOR

11.3.2. PLANO DE URBANIZAÇÃO EM VIGOR

11.3.3. PLANOS DE PORMENOR DELIBERADOS OU EM ELABORAÇÃO

12. EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS

12.1. ESTRUTURA VERDE URBANA

12.2. EQUIPAMENTOS ESCOLARES

12.2.1. 1º CICLO DE ENSINO BÁSICO

12.2.2. 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO

12.3. EQUIPAMENTOS SOCIAIS

12.3.1. CRECHES

12.3.2. CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

12.3.3. SAD - SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

12.3.4. LAR DE IDOSOS / RESIDÊNCIAS

12.3.5. CENTROS DE DIA

12.3.6. CENTROS DE CONVÍVIO / ACADEMIA SÉNIOR

12.3.7. CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS

12.3.8. LAR RESIDENCIAL

12.3.9. CENTRO DE ATENDIMENTO, ACOMPANHAMENTO E ANIMAÇÃO

12.3.10. TRANSPORTE ADAPTADO

12.3.11. FÓRUM SÓCIO OCUPACIONAL

- 12.3.12. RESPOSTAS PARA PESSOAS COM HIV/SIDA
- 12.3.13. RESPOSTAS PARA PESSOAS TOXICODEPENDENTES
- 12.3.14. VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
- 12.3.15. FAMÍLIA E COMUNIDADE
- 12.3.16. OUTROS

12.4. EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS, DE PREVENÇÃO E DE SEGURANÇA PÚBLICA

- 12.4.1. ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E LOCAL
- 12.4.2. FORÇAS DE SEGURANÇA E ÁREAS DE INTERVENÇÃO
- 12.4.3. CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO
- 12.4.4. DEFESA NACIONAL



12.5. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

12.6. EQUIPAMENTOS CULTURAIS E RECREATIVOS

- 12.6.1. ASSOCIAÇÕES CULTURAIS
- 12.6.2. EQUIPAMENTOS CULTURAIS
- 12.6.3. PERÍMETRO DE INTERVENÇÃO OCIDENTAL
- 12.6.4. PERÍMETRO DE INTERVENÇÃO ORIENTAL

12.7. EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

- 12.7.1. INSTALAÇÕES DESPORTIVAS
 - 12.7.1.1. GRANDES CAMPOS DE JOGOS
 - 12.7.1.2. PAVILHÕES E SALAS DE DESPORTO
 - 12.7.1.3. POLIDESPORTIVO E PEQUENOS CAMPOS DE JOGOS
 - 12.7.1.4. PISCINAS
 - 12.7.1.5. PISTAS DE ATLETISMO
 - 12.7.1.6. INSTALAÇÕES RECREATIVAS
 - 12.7.1.7. INSTALAÇÕES ESPECIALIZADAS
 - 12.7.1.8. INSTALAÇÕES ESPECIAIS PARA O ESPECTÁCULO DESPORTIVO
 - 12.7.1.9. DESPORTO EM ESPAÇOS NATURAIS
- 12.7.2. ANÁLISE DAS ACTIVIDADES DESPORTIVAS
- 12.7.3. PROCURA E CONSUMO DESPORTIVO NO CONCELHO DE CASCAIS
 - 12.7.3.1. OS CASCAENSES E A RELAÇÃO COM O CONSUMO E PROCURA DESPORTIVOS
 - 12.7.3.2. IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES

13. INFRAESTRUTURAS

13.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- 13.1.1. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

13.2. ÁGUAS RESIDUAIS

- 13.2.1. SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS
- 13.2.2. SISTEMA DE SANEAMENTO DA COSTA DO ESTORIL (SANEST)
 - 13.2.2.1. RECOLHA E TRANSPORTE DE EFLUENTES
- 13.2.3. PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DE DESCARGAS
- 13.2.4. PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DAS RIBEIRAS
- 13.2.5. QUALIDADE DE SERVIÇO
- 13.2.6. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE

13.3. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

- 13.3.1. RECOLHA DE RU INDIFERENCIADO
- 13.3.2. RECOLHA DE RU SELECTIVO (ECOPONTOS E GRANDES PRODUTORES)
- 13.3.3. LAVAGEM DE CONTENTORES, ECOPONTOS E ILHAS ECOLÓGICAS
- 13.3.4. MANUTENÇÃO E ENTREGA DE CONTENTORES, BALDES E ECOPONTOS
- 13.3.5. RESÍDUOS DE LIMPEZA URBANA
- 13.3.6. OBJECTOS FORA DE USO (MONSTROS)
- 13.3.7. RESÍDUOS DE CORTES DE JARDIM
- 13.3.8. VARREDURA MANUAL
- 13.3.9. VARREDURA MECÂNICA
- 13.3.10. MANUTENÇÃO DE PAPELEIRAS, DISPENSADORES DE SACOS PARA DEJECTOS CANINOS
- 13.3.11. LAVAGEM MECÂNICA DE ESPAÇOS PÚBLICOS
- 13.3.12. LIMPEZA DE PRAIAS
- 13.3.13. ENTREGA E RECOLHA DE EQUIPAMENTOS DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS BEM COMO DO MOBILIÁRIO URBANO ECOLÓGICO
- 13.3.14. APLICAÇÃO DE MONDA QUÍMICA
- 13.3.15. LIMPEZA DE TERRENOS MUNICIPAIS, LIMPEZA DE RIBEIRAS E CORTE DE ERVAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS
- 13.3.16. LIMPEZA DE SARJETAS, VALETAS E SUMIDOUROS
- 13.3.17. TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
 - 13.3.17.1. ECOPARQUE DE TRAJOUCE
 - 13.3.17.2. ATIVIDADE DA EMPRESA



13.4. DESINFESTAÇÕES

- 13.4.1. DESRATIZAÇÃO
- 13.4.2. DESINSECTIZAÇÃO
 - 13.4.2.1. LAGARTA PROCESSIONÁRIA

14. ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES

14.1. REDE VIÁRIA

- 14.1.1. REDE FERROVIÁRIA
- 14.1.2. REDE RODOVIÁRIA
 - 14.1.2.1. HIERARQUIA RODOVIÁRIA

14.2. ESTACIONAMENTO

- 14.2.1. OFERTA
- 14.2.1.1. OFERTA DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO
- 14.2.1.2. ESTACIONAMENTO PRIVADO

14.3. TRANSPORTE COLECTIVO

- 14.3.1. OFERTA DE TRANSPORTE COLECTIVO
- 14.3.1.1. LIGAÇÕES INTER-CONCELHIAS
- 14.3.1.2. LIGAÇÕES INTERNAS A CASCAIS
- 14.3.2. PROCURA DE TRANSPORTE COLECTIVO
- 14.3.3. INTER-FACES DE TRANSPORTE COLECTIVO
- 14.3.3.1. OFERTA
- 14.3.3.2. PROCURA
- 14.3.4. TÁXIS
- 14.3.4.1. OFERTA
- 14.3.4.2. PROCURA



15. PATRIMÓNIO

15.1. CASCAIS: ENTRE A TERRA E O MAR, ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

15.2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO:

INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL IMÓVEL

15.3. PATRIMÓNIO CLASSIFICADO E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

15.4. CARTA ARQUEOLÓGICA

- 15.4.1. INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO
- 15.4.1.1. NÍVEL 1
- 15.4.1.2. NÍVEL 2

15.5. CARTA ARQUEOLÓGICA SUBAQUÁTICA

- 15.5.1. METODOLOGIA
- 15.5.2. ZONAS, ACHADOS COMPLEXOS E ACHADOS ISOLADOS

15.6. PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

- 15.6.1. METODOLOGIA, CARTOGRAFIA E VALORAÇÃO
- 15.6.2. INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
- 15.6.2.1. INVENTÁRIO DE NÍVEL 1
- 15.6.2.2. INVENTÁRIO DE NÍVEL 2
- 15.6.3. OUTROS IMÓVEIS DE INTERESSE PATRIMONIAL

15.7. INVENTÁRIO DE PARQUES E JARDINS

15.8. ESPAÇOS URBANOS HISTÓRICOS

- 15.8.1. METODOLOGIA, CARTOGRAFIA E VALORAÇÃO
- 15.8.2. INVENTÁRIO DOS ESPAÇOS URBANOS HISTÓRICOS
 - 15.8.2.1. NÍVEL 1
 - 15.8.2.2. NÍVEL 2

15.9. ELEMENTOS SINGULARES DE INTERESSE RELEVANTE

- 15.9.1. METODOLOGIA, CARTOGRAFIA
- 15.9.2. INVENTÁRIO DOS ELEMENTOS SINGULARES DE INTERESSE RELEVANTE

15.10. ARTE PÚBLICA

- 15.10.1. METODOLOGIA E CARTOGRAFIA
- 15.10.2. INVENTÁRIO

15.11. PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL IMÓVEL:

**PLANEAMENTO ESTRATÉGICO, ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO E GESTÃO URBANÍSTICA**



A blue ink signature, likely of an official, written in a cursive style to the right of the red stamp.



A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a horizontal line at the end.

“Cascais é mais do que a soma dos seus territórios administrativos, ambientais ou sociais.



É terra e é mar. É cultura e é inovação. É lugar virado para o mundo e a gente que assim ficou.

Cascais é onde se investe nas pessoas. No seu meio. No seu bem-estar. No seu talento.

Na sua capacidade de reinventar, criar riqueza, gerar conhecimento e fazer diferente.

Cascais é a sua comunidade. E a comunidade são as pessoas.”



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.



1. ENQUADRAMENTO REGIONAL



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.

No âmbito da evolução do sistema urbano português, assistiu-se nas últimas duas décadas a um forte aumento da dinâmica demográfica, com maior ênfase nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. O elevado crescimento populacional que se verificou em especial nestas duas Áreas Metropolitanas refletiu uma reorganização da população portuguesa, que se traduziu no processo de expansão urbana dos dois polos centrais destas unidades territoriais.

Para o Concelho de Cascais, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) tem uma natural relevância, não só porque é um concelho integrado na Grande Lisboa (fig. nº 1), mas também porque na AML se verifica a maior concentração populacional do país - em 2001 representava cerca de 1/4 da população portuguesa.

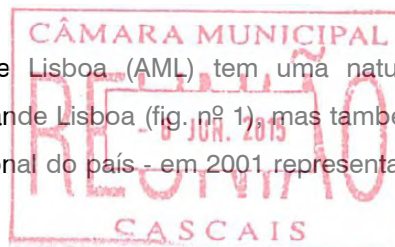


Figura nº 1
Mapa de Portugal Continental, Área Metropolitana de Lisboa,
Grande Lisboa e Península de Setúbal

Fonte: Câmara Municipal de Cascais DPGU - Divisão de Estatística

A AML é uma unidade territorial que visa a prossecução de interesses próprios das populações da área dos 18 Municípios integrantes: Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira.

A AML acumula características territoriais únicas a nível nacional. A extensa costa Atlântica, bem como os estuários do Tejo e do Sado, e as paisagens protegidas, conferem-lhe um potencial ambiental, paisagístico, económico e de lazer que importa preservar e valorizar (<http://www.aml.pt>).

A esta situação geográfica excecional, junta-se ainda o facto de aí se localizar também a Capital do país, e este conjunto de fatores contribui para que a AML seja, no seu conjunto, um centro de recursos estratégicos para o desenvolvimento económico, social e cultural no País, proporcionando uma melhoria sistemática da qualidade de vida dos seus Residentes. Consequentemente, é também uma área territorial de grande atratividade, verificando-se um número cada vez maior de imigrantes que procuram a AML para se estabelecerem. De facto, entre 1991 e 2001 assistiu-se a um crescimento populacional de 5,6%.

Por uma questão de coerência de informação, e porque ainda não estão disponíveis todos os indicadores do “Censos 2011” relativos à AML no seu todo, apresenta-se apenas informação até 2001. No entanto, no tocante ao Concelho de Cascais, utilizaremos dados já disponíveis do Censos de 2011.

| Concelhos da AML | 1991 | 2001 | Val. Abs. | Val. Rel. (%) |
|-----------------------------|------------------|------------------|----------------|---------------|
| Grande Lisboa | 1.880.215 | 1.947.261 | 67.046 | 3,6 |
| Amadora | 181.774 | 175.872 | -5.902 | -3,2 |
| Cascais | 153.294 | 170.683 | 17.389 | 11,3 |
| Lisboa | 663.394 | 564.657 | -98.737 | -14,9 |
| Loures | 192.143 | 199.059 | 6.916 | 3,6 |
| Mafra | 43.731 | 54.358 | 10.627 | 24,3 |
| Odivelas | 130.015 | 133.847 | 3.832 | 2,9 |
| Oeiras | 151.342 | 162.128 | 10.786 | 7,1 |
| Sintra | 260.951 | 363.749 | 102.798 | 39,4 |
| Vila Franca de Xira | 103.571 | 122.908 | 19.337 | 18,7 |
| Península de Setúbal | 623.882 | 698.803 | 74.921 | 12,0 |
| Alcochete | 10.169 | 13.010 | 2.841 | 27,9 |
| Almada | 151.783 | 160.825 | 9.042 | 6,0 |
| Barreiro | 85.768 | 79.012 | -6.756 | -7,9 |
| Moita | 65.086 | 67.449 | 2.363 | 3,6 |
| Montijo | 36.038 | 39.168 | 3.130 | 8,7 |
| Palmela | 27.246 | 37.567 | 10.321 | 21,7 |
| Seixal | 116.912 | 150.271 | 33.359 | 28,5 |
| Sesimbra | 27.246 | 37.567 | 10.321 | 37,9 |
| Setúbal | 103.634 | 113.934 | 10.300 | 9,9 |
| Total AML | 2.520.708 | 2.661.850 | 141.142 | 5,6 |

Figura nº 2
População Residente nos Concelhos da
Área Metropolitana de Lisboa em 1991 e 2001

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais de População 1991 e 2001

Verifica-se um crescimento significativamente mais relevante nos concelhos pertencentes à Península de Setúbal; concelhos como Alcochete (27,9%), Palmela (21,7%), Seixal (28,5%) e Sesimbra (37,9%) obtiveram crescimentos superiores aos 20%, apenas numa década. Já nos concelhos que integram a Grande Lisboa, o crescimento não foi tão significativo, apesar de se assistir a um aumento populacional relevante em Sintra (39,4%), Mafra (24,3%) e Vila Franca de Xira (18,7%); os restantes concelhos registaram acréscimos mais moderados.

Com comportamentos de variação negativa, isto é, perda de população residente na Grande Lisboa, destacam-se os concelhos de Lisboa (-14,9%) e Amadora (-3,2%), enquanto que na Península de Setúbal, somente o concelho do Barreiro (-7,9%) regista valores negativos.

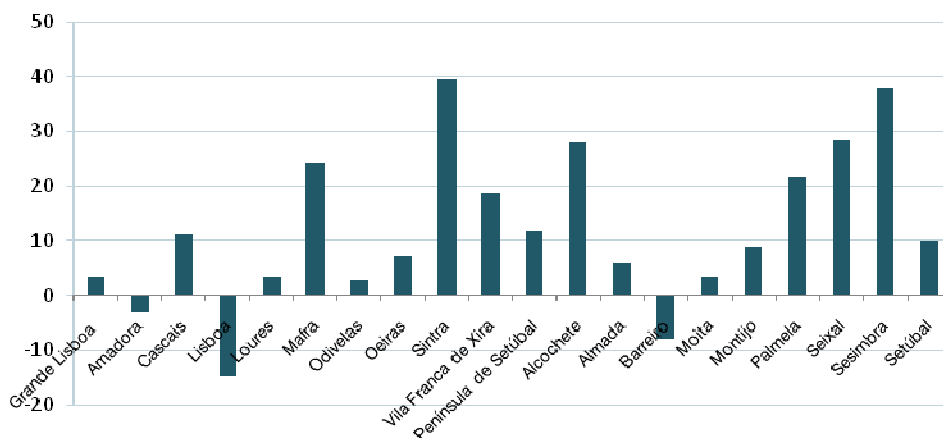


Figura nº 3
Varição percentual do crescimento da população dos Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa entre 1991 e 2001

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais de População 1991 e 2001.

Em 2001, deslocavam-se diariamente na Área Metropolitana de Lisboa cerca de 1 milhão e 381 mil ativos, empregados ou estudantes com 15 ou mais anos (movimentos pendulares). Destes, concluiu-se que 95% se deslocavam dentro da AML e apenas 3,4%, 47.436 indivíduos, eram oriundos de fora da área analisada. Em contrapartida, a população ativa residente na AML, cerca de 23.980 indivíduos, que se desloca diariamente para fora da mesma, representa apenas metade do valor anteriormente referido.

A análise referente às deslocações pendulares demonstra que a AML detém um saldo “positivo relativamente ao restante território nacional” (INE-Destaque de 25 de Fevereiro de 2003, “Movimentos Pendulares na Área Metropolitana de Lisboa 1991-2001”). Porém, quando analisamos o mesmo quadro conclui-se que entre 1991 e 2001, dentro da AML, houve uma perda de importância dos movimentos intra-concelhios em detrimento de um aumento dos inter-concelhios.



| | 1991 | | 2001 | |
|---------------------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| | Nº de Indivíduos | % | Nº de Indivíduos | % |
| Deslocações no interior da AML | 1.261.411 | 96,6 | 1.309.617 | 94,8 |
| intraconcelhios | 777.749 | 59,6 | 752.133 | 54,5 |
| interconcelhios | 483.682 | 37,1 | 557.484 | 40,4 |
| Entradas na AML | 30.811 | 2,4 | 47.436 | 3,4 |
| Saídas da AML | 13.034 | 1,0 | 23.980 | 1,7 |
| Total de deslocações | 1.305.256 | 100,0 | 1.381.033 | 100,0 |

Figura nº 4
Deslocações Pendulares na área Metropolitana de Lisboa
(População empregada ou estudante com 15 anos ou mais)

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

A leitura da matriz de 2001 (Fig. nº 5) permite a análise dos movimentos pendulares (origem/destino) por Concelhos da AML. A leitura do mesmo permite aferir que o Concelho de Lisboa se destaca como o principal destino para a maioria da população residente na AML, cerca de 341.620 indivíduos. Este valor é significativo se tivermos em conta que representa mais de metade da população residente em Lisboa, recenseada em 2001.

| Origem / Destino | Alcochete | Almada | Amadora | Azambuja | Barreiro | Cascais | Lisboa | Loures | Mafra | Moita | Montijo | Odivelas | Oeiras | Palmela | Seixal | Sesimbra | Setúbal | Sintra | Vila Franca de Xira | AML | Outros | Total |
|---------------------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|---------------------|------------------|--------------|---------------|
| Alcochete | 3.101 | 58 | 27 | 0 | 70 | 16 | 977 | 51 | 8 | 51 | 1.340 | 9 | 36 | 169 | 17 | 6 | 110 | 41 | 22 | 6.109 | 144 | 6.253 |
| Almada | 53 | 40.282 | 689 | 27 | 300 | 387 | 25.999 | 647 | 31 | 99 | 196 | 135 | 1.383 | 519 | 3.089 | 233 | 1.276 | 689 | 175 | 76.209 | 924 | 77.133 |
| Amadora | 14 | 829 | 32.237 | 42 | 97 | 1.157 | 40.858 | 1.783 | 161 | 24 | 78 | 1.125 | 4.061 | 96 | 138 | 40 | 221 | 5.192 | 396 | 88.549 | 1.281 | 89.830 |
| Azambuja | 13 | 23 | 13 | 6.193 | 2 | 17 | 944 | 72 | 10 | 0 | 5 | 8 | 32 | 3 | 3 | 3 | 39 | 30 | 493 | 7.903 | 1.676 | 9.579 |
| Barreiro | 41 | 776 | 242 | 18 | 17.246 | 120 | 11.031 | 261 | 18 | 1.329 | 246 | 39 | 457 | 1.320 | 961 | 196 | 1.288 | 196 | 87 | 35.872 | 553 | 36.425 |
| Cascais | 12 | 636 | 914 | 39 | 70 | 49.712 | 23.099 | 531 | 89 | 9 | 34 | 131 | 6.823 | 77 | 96 | 19 | 156 | 3.330 | 227 | 86.004 | 1.052 | 87.056 |
| Lisboa | 54 | 2.687 | 4.246 | 185 | 284 | 2.038 | 224.854 | 5.660 | 313 | 94 | 195 | 1.688 | 6.972 | 258 | 527 | 109 | 734 | 4.032 | 1.418 | 256.348 | 3.477 | 259.825 |
| Loures | 41 | 673 | 1.263 | 129 | 91 | 597 | 43.865 | 45.440 | 642 | 28 | 96 | 1.960 | 1.873 | 116 | 127 | 20 | 200 | 1.426 | 2.458 | 101.045 | 1.894 | 102.939 |
| Mafra | 3 | 67 | 212 | 12 | 5 | 215 | 3.397 | 1.236 | 18.420 | 4 | 13 | 245 | 262 | 20 | 9 | 3 | 23 | 1.676 | 115 | 25.937 | 1.472 | 27.409 |
| Moita | 118 | 643 | 137 | 6 | 4.551 | 87 | 7.104 | 158 | 18 | 12.771 | 795 | 33 | 255 | 1.682 | 713 | 143 | 1.314 | 176 | 79 | 30.783 | 526 | 31.309 |
| Montijo | 740 | 193 | 42 | 6 | 255 | 23 | 2.388 | 103 | 9 | 296 | 12.061 | 13 | 92 | 755 | 81 | 26 | 502 | 47 | 44 | 17.676 | 627 | 18.303 |
| Odivelas | 21 | 478 | 1.520 | 56 | 49 | 471 | 34.191 | 3.218 | 225 | 7 | 61 | 26.580 | 1.495 | 57 | 81 | 26 | 130 | 1.750 | 414 | 70.830 | 931 | 71.761 |
| Oeiras | 21 | 954 | 2.331 | 58 | 86 | 4.197 | 35.499 | 949 | 100 | 23 | 55 | 282 | 34.789 | 116 | 183 | 32 | 247 | 3.375 | 341 | 83.638 | 1.139 | 84.777 |
| Palmela | 85 | 366 | 53 | 5 | 720 | 32 | 2.528 | 87 | 10 | 456 | 783 | 14 | 106 | 14.984 | 395 | 134 | 4.313 | 70 | 36 | 25.177 | 527 | 25.704 |
| Seixal | 64 | 10.524 | 529 | 23 | 639 | 364 | 23.248 | 543 | 38 | 172 | 262 | 126 | 1.183 | 1.076 | 33.911 | 695 | 1.847 | 611 | 184 | 76.039 | 996 | 77.035 |
| Sesimbra | 5 | 772 | 83 | 3 | 294 | 47 | 2.800 | 99 | 5 | 65 | 41 | 29 | 161 | 404 | 1.042 | 10.643 | 792 | 105 | 25 | 17.415 | 196 | 17.611 |
| Setúbal | 44 | 781 | 100 | 6 | 440 | 57 | 4.308 | 80 | 15 | 223 | 294 | 27 | 193 | 4.116 | 657 | 461 | 40.427 | 127 | 58 | 52.414 | 1.102 | 53.516 |
| Sintra | 35 | 1.249 | 9.257 | 72 | 122 | 7.102 | 60.403 | 2.875 | 865 | 42 | 134 | 1.505 | 9.716 | 172 | 190 | 41 | 402 | 95.106 | 760 | 190.048 | 2.432 | 192.480 |
| Vila Franca de Xira | 23 | 335 | 573 | 534 | 41 | 228 | 18.981 | 5.334 | 155 | 8 | 61 | 292 | 739 | 95 | 55 | 10 | 172 | 609 | 33.376 | 61.621 | 3.031 | 64.652 |
| AML | 4.488 | 62.326 | 54.468 | 7.414 | 25.362 | 66.867 | 566.474 | 69.127 | 21.132 | 15.701 | 16.750 | 34.241 | 70.628 | 26.035 | 42.275 | 12.840 | 54.193 | 118.588 | 40.708 | 1.309.617 | 23.980 | 1.333.597 |
| Outros | 129 | 969 | 743 | 2.632 | 244 | 621 | 27.534 | 2.068 | 1.781 | 54 | 820 | 326 | 958 | 602 | 268 | 125 | 1.243 | 1.564 | 4.755 | 47.436 | | |
| Total | 4.617 | 63.295 | 55.211 | 10.046 | 25.606 | 67.488 | 594.008 | 71.195 | 22.913 | 15.755 | 17.570 | 34.567 | 71.586 | 26.637 | 42.543 | 12.965 | 55.436 | 120.152 | 45.463 | 1.357.053 | | |

Figura nº 5
Matriz de origem e destino das deslocações
Casa - Trabalho ou Casa – Escola, na AML, em 2001

Fonte: INE, Censos 2001

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



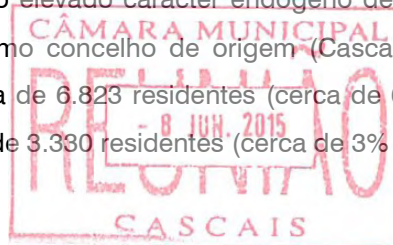


A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



Relativamente ao Concelho de Cascais, foi possível verificar que diariamente se deslocam 23.099 residentes (cerca de 14% do total da população residente ou 19% se comparada apenas com a população ativa residente) ao Concelho de Lisboa para exercerem a sua atividade económica ou para estudar. Constata-se assim o elevado carácter endógeno deste Concelho; de facto, comparativamente, partindo do mesmo concelho de origem (Cascais), realizam o mesmo tipo de deslocações para Oeiras, cerca de 6.823 residentes (cerca de 6% do total da população ativa residente) e para Sintra, cerca de 3.330 residentes (cerca de 3% do total da população ativa residente).



Quanto aos movimentos intra-concelhios, apesar de globalmente terem decaído na década em análise, principalmente nos concelhos tradicionalmente centrais da AML, Lisboa e Setúbal, (que perderam população residente para os concelhos adjacentes), adquirem bastante relevância no Concelho de Cascais onde cerca de 49.712 residentes se deslocaram internamente, cerca de 29% do total da população concelhia, equivalente a cerca de 41% da sua população ativa.

Tal como Cascais, também em Almada, Amadora, Odivelas, Oeiras, Loures e Seixal, os movimentos pendulares constituem uma grande percentagem dos movimentos internos, mais uma vez devido à sua proximidade com o Concelho de Lisboa.

Na elaboração da revisão do PDM consideram-se estas referências de escala metropolitana, propondo-se a articulação de projetos e de tomada de opções intermunicipais relativamente a esta realidade. A articulação de toda esta informação disponível permitirá aumentar a capacidade de intervenção e de influência de cada município, podendo constituir por si só um objetivo estratégico ao nível da AML.

O círculo mais restrito da Grande Lisboa (GL), no qual se integram os concelhos da Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Oeiras, Odivelas, Sintra, Mafra e Vila Franca de Xira, destaca-se pela “linha de atração” populacional que promove. No recenseamento de 2001, esta região tinha 1.947.261 habitantes - cerca de 73% da totalidade da AML - dos quais 47% registados nos concelhos de Lisboa, Oeiras, Cascais e Sintra. Só os concelhos de Lisboa e Sintra, já em 2007, contabilizavam 46% do total da população da região, seguindo-se os concelhos de Cascais, Amadora e Oeiras, com 27% daquele total.

| Concelhos | 1970 | 1981 | 1991 | 2001 | 2007 |
|----------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Amadora | 111.929 | 163.878 | 181.774 | 175.872 | 173.413 |
| Cascais | 92.907 | 141.498 | 153.294 | 170.683 | 186.947 |
| Lisboa | 769.044 | 807.937 | 663.394 | 564.657 | 499.700 |
| Loures | 115.130 | 191.843 | 130.015 | 133.847 | 151.358 |
| Mafra | 34.112 | 43.899 | 43.731 | 54.358 | 68.709 |
| Odivelas | 51.037 | 84.624 | 130.015 | 133.847 | 151.358 |
| Oeiras | 68.265 | 149.328 | 151.342 | 162.128 | 171.472 |
| Sintra | 124.893 | 226.428 | 260.951 | 363.749 | 437.471 |
| Vila Franca de Xira | 53.963 | 88.193 | 103.571 | 122.908 | 140.091 |
| Grande Lisboa | 1.421.280 | 1.897.628 | 1.880.215 | 1.947.261 | 1.930.519 |

Figura nº 6

População Residente nos Concelhos da Grande Lisboa de 1970 a 2007

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais de População 1970, 1981, 1991 e 2001 e Estimativas Anuais da População Residente 2007

Assim, de 1991 a 2007, a Grande Lisboa assistiu ao aumento de 8% da sua população registando-se os maiores aumentos populacionais nos concelhos de Sintra e de Mafra.

A comparação das taxas de variação 2001/2007 com as taxas decenais anteriores, permite também observar o crescimento contínuo da população no concelho de Cascais e constatar que, enquanto os concelhos de Lisboa e Amadora perdiam população residente, os restantes assinalavam um aumento.

| Concelhos | Variação população residente (%) | | | |
|----------------------|----------------------------------|-------------|-------------|------------|
| | 1970/1981 | 1981/1991 | 1991/2001 | 2001/2007 |
| Amadora | 46,4 | 10,9 | -3,2 | -1,4 |
| Cascais | 52,3 | 8,3 | 11,3 | 9,5 |
| Lisboa | 5,1 | -17,9 | -14,9 | -11,5 |
| Loures | 66,6 | -32,2 | 2,9 | 13,1 |
| Mafra | 28,7 | -0,4 | 24,3 | 26,4 |
| Odivelas | 65,8 | 53,6 | 2,9 | 13,1 |
| Oeiras | 118,7 | 1,3 | 7,1 | 5,8 |
| Sintra | 81,3 | 15,2 | 39,4 | 20,3 |
| Vila Franca de Xira | 63,4 | 17,4 | 18,7 | 14 |
| Grande Lisboa | 33,5 | -0,9 | 3,6 | 1,7 |

Figura nº 7

Taxas de variação decenal da população residente, concelhos da Grande Lisboa 1970 a 2007

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais de População 1970, 1981, 1991 e 2001 e Estimativas Anuais da População Residente 2007

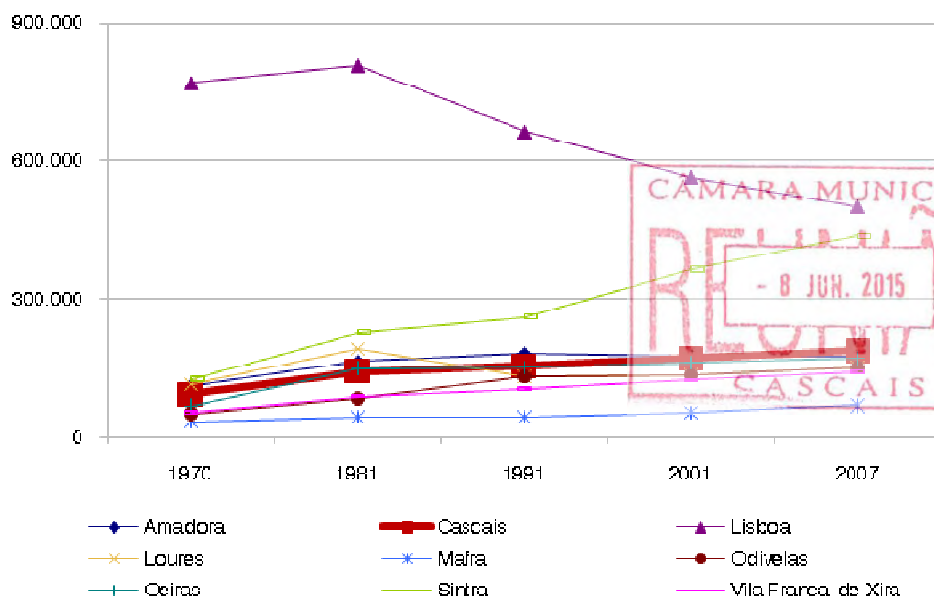


Figura nº 8
Evolução da população residente nos
concelhos da Grande Lisboa de 1970 a 2007

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1970, 1981, 1991 e 2001;
Estimativas Anuais da População Residente 2007.

O aumento da pressão demográfica traduz-se numa constante exigência coletiva e individual. Não basta constatar a atratividade da região e gerir os recursos locais de acordo com a organização espacial existente: mais do que isso, é necessário promover e desenvolver continuamente, de forma prospetiva, as condições que propiciam uma maior qualidade de vida das populações. Assim, é fundamental um reposicionamento do concelho de Cascais na sua relação de proximidade com a cidade de Lisboa, que reflita as suas próprias características endógenas na definição de novos objetivos estratégicos para a revisão do PDM, tendo em conta necessariamente todos os indicadores exigíveis num contexto metropolitano.

O desenvolvimento alcançado pelos concelhos integrantes da Grande Lisboa permitiu-lhes que em 2004 apresentassem um Índice de Desenvolvimento Social bastante mais elevado do que o índice registado a nível nacional (*Portaria nº200/2004 de 4 de Fevereiro II série*).

O Índice de Desenvolvimento Social Nacional, de natureza censitária de cada município e de cada unidade de 3º nível da Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUTS III), é elaborado com base nos seguintes indicadores:

- Esperança de vida à nascença;
- Nível educacional;
- Conforto e saneamento.

Com base no recenseamento da população de 2001, foram atualizados os valores do IDS, publicados anteriormente a 1998 pela Portaria n.º 995/98 de 25 de Novembro:

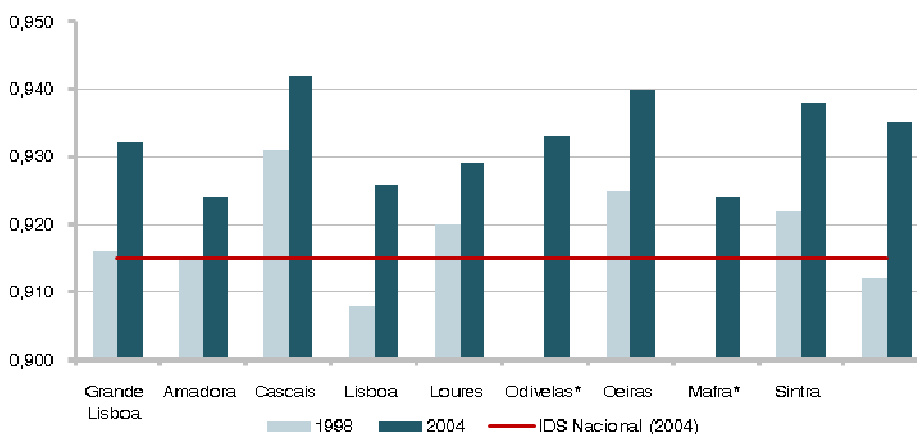
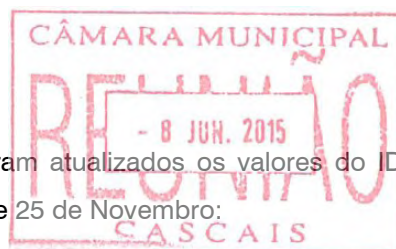


Figura nº 9
Evolução do Índice de Desenvolvimento Social nos Concelhos da Grande Lisboa 1998 e 2004

Fontes: IDS 1998, Portaria n.º 995/98 de 25 de Novembro e IDS 2004, Portaria n.º 200/2004 de 4 de Fevereiro II série.

(Os concelhos de Odivelas e Mafra não têm valores em 1998 porque Odivelas não existia como Concelho e Mafra não estava integrado na Grande Lisboa).

O peso demográfico de um meio populacional urbano não é, por si, um fator determinante da sua competitividade, sendo necessário associar-lhes um nível elevado de qualificação profissional, um grau elevado de diversificação do mercado de trabalho e a difusão formal e informal de informação. Só o conjunto destes fatores tem um efeito diferenciador na avaliação do grau de inovação de um concelho.

Parte integrante da Grande Lisboa, quando comparado com os restantes concelhos, Cascais destaca-se como aquele em que o sector terciário representa mais de 80% da atividade económica sediada. Nos concelhos da Grande Lisboa podemos distinguir dois grupos. Um primeiro grupo, em que este sector tem maior representatividade, 56% das empresas sediadas, constituído pelos concelhos de Cascais, Oeiras e Lisboa, com as atividades de comércio e serviços em destaque, e um segundo grupo, constituído pelos concelhos da Amadora, Odivelas, Loures, Mafra, Sintra e Vila Franca de Xira, que apresentam uma predominância do sector secundário, com valores percentuais superiores aos 50% em todos estes concelhos. Em qualquer dos concelhos em análise o sector primário detém uma menor importância, cerca de 1% em praticamente todos, sendo Mafra a exceção, onde este valor atinge os 3%.

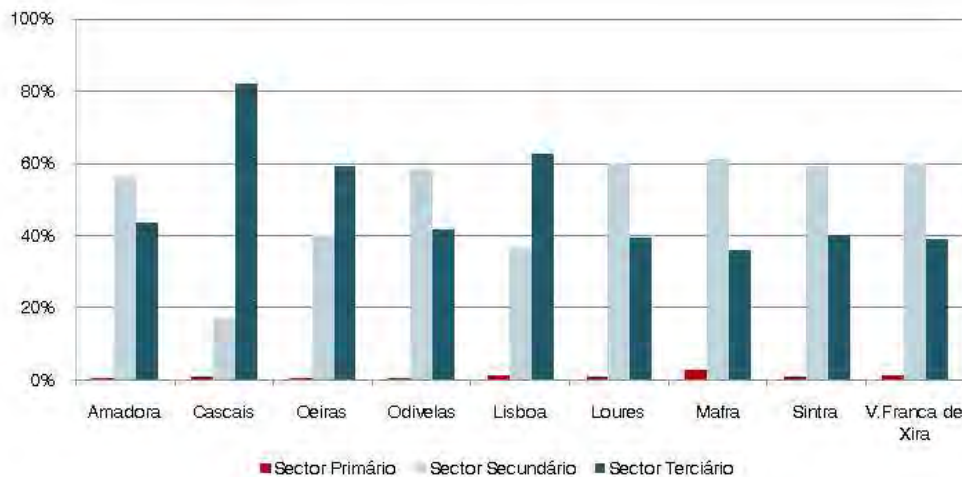


Figura nº 10
Distribuição Percentual das Empresas Sediadas
por Sector de Atividades nos Concelhos da Grande Lisboa

Fonte: INE - Base de Belém edições: 2007;
Câmara Municipal de Cascais DPGU- Gabinete de Estatística.

A análise por Classificação das Atividades Económicas (CAE) permitiu aferir as áreas de negócios com o maior número efetivo de empresas sediadas na Grande Lisboa que são, a construção civil, a mediação imobiliária (intrinsecamente ligadas), a consultoria para negócios e gestão, a contabilidade e auditoria, a consultoria fiscal, aluguer de veículos ligeiros, transportes rodoviários de mercadorias, serviços de apoio a empresas, engenharia e técnicas afins, sociedades gestoras de participações sociais não financeiras, e finalmente, a restauração, com restaurantes de tipo tradicional e cafés.

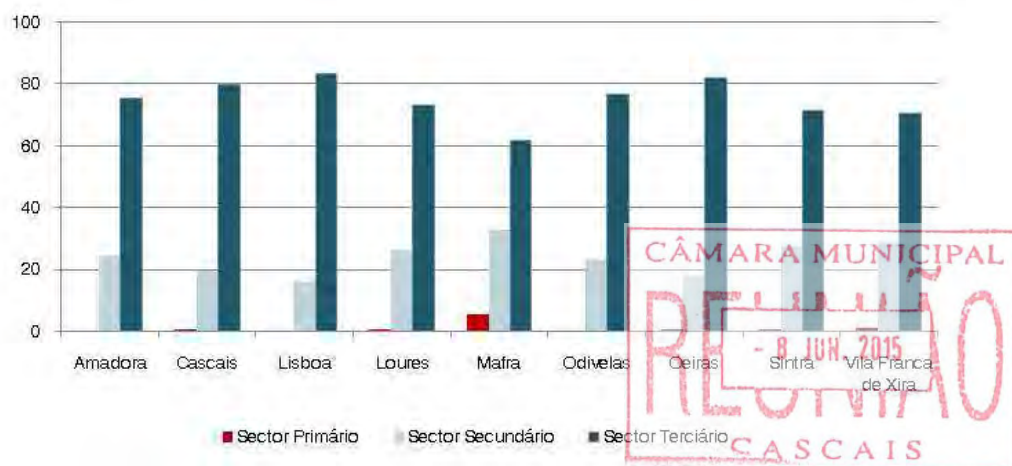


Figura nº 11
População Empregada por Concelho de Residência e Por Sector de Atividade em 2001

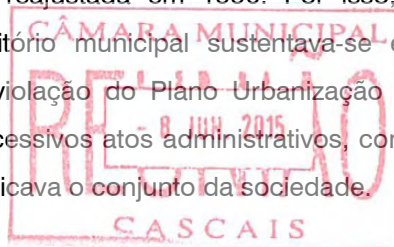
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001;
Câmara Municipal de Cascais DPGU- Gabinete de Estatística

O registo da população empregada por sector de atividade confirma as tendências já aferidas na distribuição percentual das empresas sedeadas, havendo um registo superior a 50% do total da população a trabalhar no sector terciário, e em que os concelhos de Cascais, Oeiras e Lisboa, absorvem mais de 75% da população empregada no sector do comércio e serviços, seguidos pelos concelhos da Amadora e de Odivelas. Quanto ao sector secundário, são os concelhos de Loures, Mafra, Sintra e Vila Franca de Xira que registam uma percentagem mais elevada, com valores percentuais superiores a 25%. Mais uma vez, é o concelho de Mafra que regista a percentagem mais elevada de população empregada no sector primário, com valores na ordem dos 5%.

A análise da estrutura sectorial do emprego na Grande Lisboa permite verificar uma relativa desagregação e em todos os concelhos integrados nesta região regista-se uma clara predominância do sector terciário e uma dependência funcional relativa a este sector.

1.1 ENQUADRAMENTO LEGAL

Em 1994, o Município de Cascais não dispunha de Plano Diretor Municipal (PDM), embora a legislação específica tenha sido publicada em 1982 e reajustada em 1990. Por isso, a administração urbanística em toda a extensão do território municipal sustentava-se em apreciações casuísticas, em permanente desrespeito e violação do Plano Urbanização da Costa do Sol (PUCS) como reconhecia o Governo em sucessivos atos administrativos, como era constatado pelas entidades de fiscalização e como verificava o conjunto da sociedade.



Com a entrada em vigor, em 19 de Junho de 1997, do Plano Diretor Municipal, o Município de Cascais passou a dispor, pela primeira vez na sua história, de um instrumento de ordenamento que abrange a totalidade do seu território, no qual se definiam e estabeleciam os princípios gerais de uma disciplina urbanística, isto é, o regime da ocupação, uso e transformação do solo.

Com base nos novos desafios que foram surgindo no País, designadamente na Área Metropolitana de Lisboa, e de acordo com a alínea a) do nº 1 do Artº 98º do Dec-Lei 380/99, de 22 de Setembro, que determina que a revisão do PDM só pode ocorrer decorridos três anos sobre a entrada em vigor do Plano, a Câmara deliberou, em reunião de 14 de Junho de 2000, proceder à revisão do Plano Diretor Municipal de Cascais, com a intenção de aperfeiçoar o PDM em vigor, de levar mais longe o planeamento como componente prioritária, de mais e melhor qualidade para o desenvolvimento estratégico concelhio, nas suas vertentes sociais, ambientais e económicas.

Esta revisão rege-se agora pelas regras estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, cujo texto foi alterado e republicado pelo Decreto- Lei n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro.

A revisão do PDM, bem como a sua elaboração original devem observar as orientações constantes nos programas e planos de ordenamento do território de hierarquia superior em vigor, nomeadamente:

- PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT);
- PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (PROT-AML);
- PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (PROF-AML);
- PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL SINTRA-CASCAIS (PO-PNSC);
- PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA SINTRA-SADO (POOC-SS);
- PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA PARA O TROÇO CIDADELA-SÃO JULIÃO DA BARRA (POOC CSJB);
- PLANO SECTORIAL REDE NATURA 2000 (PSRN2000);
- PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA DAS RIBEIRAS DO OESTE (PBHRO);
- PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO (PGRHT);
- ESTRATÉGIA REGIONAL LISBOA 2020;
- PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA (POR LISBOA).



A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.

2. ENQUADRAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive set of initials.

2.1. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (IGT)

Referem-se neste capítulo os instrumentos de Gestão Territorial (IGT), que condicionam a ocupação e o ordenamento do território e servem de orientação para os objetivos estratégicos dos municípios, identificados na carta 01.01.02.



2.1.1. PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT)

O PNPOT é um instrumento de Desenvolvimento Territorial, de âmbito nacional e de natureza Programática/Estratégica, que visa o reforço da afirmação de Portugal no mundo, através da valorização de um conjunto de vetores complementares e potenciadores da sua integração europeia, atlântica e ibérica. Aprovado pela Lei nº 58/2007, de 4 de Setembro, e ratificado pela Declaração n.º 80-A, de 7 de Setembro de 2007, tem precedência sobre os restantes IGT e, em termos genéricos, estabelece:

- "...as grandes opções com relevância para a organização do território nacional consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial [nomeadamente PROT e os PDM] e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados-Membros para a organização do território da União Europeia" (art. 26º);
- "...as opções e as diretrizes relativas à conformação do sistema urbano, das redes, das infraestruturas e equipamentos de interesse nacional, bem como à salvaguarda e valorização das áreas de interesse nacional em termos ambientais, patrimoniais e de desenvolvimento rural" (nº 1, alínea a) do art. 28º).

No que se refere especificamente à Área Metropolitana de Lisboa, em que se insere o Concelho de Cascais, o PNOT apresenta as seguintes Opções para o Desenvolvimento de Território:

- Assumir o carácter estratégico da AML para a inserção internacional do País, com tradução em políticas ambiciosas de qualificação das infraestruturas, equipamentos, serviços, espaço público e ambiente;
- Desenvolver equipamentos e serviços de suporte à diversificação das relações internacionais, em particular com a África, a Ásia e as Américas;

- Desenvolver, qualificar e organizar em rede os espaços vocacionados para a instalação de atividades baseadas no conhecimento e intensivas em tecnologia;
- Ordenar o território em articulação estreita com um plano de mobilidade e transportes à escala da AML, de modo a potenciar novas centralidades, combater o crescimento urbano extensivo, reduzir a dependência do transporte individual e promover a mobilidade sustentável;
- Promover o desenvolvimento urbano mais compacto, contrariar a fragmentação da forma urbana e estruturar e qualificar os eixos de expansão (Lisboa-Cascais, Lisboa-Sintra, Lisboa-Carregado, Lisboa-Palmela-Setúbal e Arco Ribeirinho);
- Promover os estudos e projetos necessários à implementação da Nova Travessia do Tejo em Lisboa, prevendo, ainda que com horizontes temporais diversos, as componentes ferroviária e rodoviária do Tejo, e completar as infraestruturas rodoviárias circulares, criando eixos que articulem as nucleações periféricas com maior dinamismo;
- Qualificar os subúrbios, contrariar a segregação espacial urbana e promover a inserção urbana das áreas críticas;
- Revitalizar os centros históricos, reabilitando o património edificado, recuperando as funções residenciais e revitalizando as funções urbanas;
- Recuperar as áreas de habitação degradada, com intervenções qualificantes sobre os edifícios, o espaço público e os equipamentos;
- Proteger as frentes ribeirinhas e a zona costeira e desenvolver um programa coerente de qualificação que valorize o seu potencial como espaço de recreio e lazer e de suporte a atividades do cluster turismo;
- Valorizar os recursos paisagísticos e ambientais, com relevo para os estuários e os Parques Naturais, e estruturar os espaços de maior aptidão para o desenvolvimento das indústrias de ócio e lazer;
- Desenvolver programas integrados de renovação dos espaços industriais abandonados, com soluções que criem novas centralidades e referências no espaço urbano;
- Implementar a Rede Ecológica Metropolitana e garantir uma gestão integrada dos corredores ecológicos;
- Desenvolver estruturas de cooperação intermunicipal e mecanismos de participação das populações em matéria de ordenamento do território;
- Implementar estruturas de âmbito metropolitano para a gestão de atividades em rede, melhorando a governabilidade da área metropolitana da Lisboa.



No que se refere especificamente ao Concelho de Cascais, as dinâmicas recentes apontam para as seguintes tendências:

- Evolução no sentido da fragmentação, cujos principais fatores são as novas infraestruturas rodoviárias, o incremento significativo da mobilidade assente no transporte individual e as tendências de deslocalização centrífuga de empresas;
- Localização de novas funções – escritórios, superfícies comerciais e atividades de ciência, tecnologia e inovação – no triângulo Lisboa - Sintra – Cascais.



2.1.2. PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (PROT-AML)

Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 68/2002, de 8 de Abril de 2002, é um instrumento estratégico regional fundamental para um adequado ordenamento do território da área metropolitana de Lisboa, e está enquadrado pelos seguintes instrumentos legais e de política: Lei de bases da política de ordenamento do território e de urbanismo; Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto; Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro; desenvolvimento da lei de bases; Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), com as especificações do Plano Estratégico da Região de Lisboa e Vale do Tejo; Grandes Opções do Plano (GOP); Programa de Governo; Planos sectoriais existentes, formalmente aprovados ou considerados de valor indicativo, como o Plano Nacional de Políticas do Ambiente, o Plano Rodoviário Nacional, o Programa Especial de Realojamento e os programas de construção de equipamentos regionais e nacionais.

A proposta de PROT-AML visa os seguintes quatro objetivos fundamentais:

- 1) A contenção da expansão da área metropolitana de Lisboa, sobretudo sobre o litoral e as áreas de maior valor ambiental, bem como nas zonas consideradas críticas ou saturadas do ponto de vista urbanístico;
- 2) A diversificação das centralidades na estruturação urbana, nas duas margens do Tejo, com salvaguarda da paisagem e dos valores ambientais ribeirinhos, suportada numa reorganização do sistema metropolitano de transportes, no quadro de uma estratégia de mobilidade para a área metropolitana;
- 3) A salvaguarda da estrutura ecológica metropolitana, que integra os valores naturais mais significativos desta área e que desempenham uma função ecológica essencial ao funcionamento equilibrado do sistema urbano metropolitano;

4) A promoção da qualificação urbana, nomeadamente das áreas urbanas degradadas ou socialmente deprimidas, bem como das áreas periféricas ou suburbanas e dos centros históricos.

A proposta geral do PROT-AML fundamenta-se em quatro prioridades essenciais:

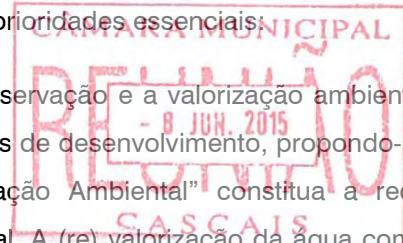
a) Sustentabilidade ambiental, tendo sido assumida a preservação e a valorização ambiental como premissas fundamentais de criação de oportunidades de desenvolvimento, propondo-se que a “Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental” constitua a rede fundamental, de valorização ambiental do sistema territorial. A (re) valorização da água como elemento de sustentabilidade ambiental e de valorização da paisagem, e a revitalização do meio rural como elemento do equilíbrio metropolitano são também objetivos fundamentais do PROT-AML;

b) Qualificação metropolitana, realizada através da contenção da expansão urbana e da implementação de um modelo/estrutura territorial que visa: a recentragem e o ordenamento da AML, em articulação com o Estuário do Tejo, salvaguardando os recursos naturais e as áreas protegidas; o desenvolvimento de novas centralidades metropolitanas; o complemento e a consolidação de uma estrutura de acessibilidades em rede; o ordenamento da logística;

c) Coesão sócio territorial, através da melhoria sustentada das condições de vida e da qualidade urbana para a população na AML, que passa pela erradicação de situações de precariedade residencial, melhorando, em simultâneo, as condições de realojamento e de equipamento dos bairros sociais, pela requalificação dos subúrbios, pela implementação de uma política urbana de equidade territorial, garantindo a igualdade de oportunidades no acesso aos equipamentos, à habitação e aos serviços, e pela valorização dos recursos humanos, da empregabilidade e do emprego;

d) Organização do sistema metropolitano de transportes, conquanto a AML disponha de um apreciável sistema de infraestruturas e equipamentos de transportes, a descoordenação do sistema de transportes na Região constitui uma das principais fragilidades, devendo reforçar o transporte coletivo e consolidar a estrutura rádio-concêntrica de acessibilidades. Pode-se considerar que as grandes infraestruturas e equipamentos são os mais importantes fatores de estruturação do território.

No PROT-AML, as dinâmicas de transformação territorial apontadas traduzem-se na capacidade de mudança nas diversas áreas da estrutura metropolitana, fortemente afetada pela dependência funcional de Lisboa, verificável pela desqualificação urbana, ambiental e



social das áreas habitacionais, pela perda de vitalidade de áreas urbanas centrais e pela degradação física de áreas com usos tradicionais, hoje em estado crítico de abandono.

Neste sentido, identificaram-se no Concelho de Cascais as seguintes situações dominantes e as dinâmicas de mudança:

1) ESPAÇOS MOTOR:

Espaços que se destacam no atual processo de especialização funcional da AML pela capacidade de atraírem e fixarem novas atividades e funções de nível superior e (ou) de renovação e requalificação urbanas, como resultado da estruturação trazida pela rede viária principal, gerando a valorização do território, a elevação do nível de serviços urbanos mas também a melhoria da qualidade da oferta habitacional.



Estes espaços com impacto positivo na AML integram a coroa de transição da cidade de Lisboa, o eixo Oeiras-Cascais, Almada-Seixal, Setúbal-Palmela e a zona industrial e de serviços de Coima.

2) ESPAÇOS PROBLEMA:

Abrangem as áreas periféricas fragmentadas e desestruturadas com tendência para a desqualificação urbana e ambiental e que apresentam dificuldades, pela sua localização e dimensão territorial. De igual modo, abrangem as áreas centrais dos aglomerados urbanos da AML que se encontram em perda de população residente e de atividades, denotando um acentuado declínio urbano e fortes processos de degradação.

Estes espaços correspondem a extensas áreas a reordenar e a revitalizar, onde será difícil inverter tendências a curto prazo: integram a área central de Lisboa, os espaços intersticiais entre os eixos Oeiras-Cascais e Amadora-Sintra, o arco Belas-Bucelas e áreas do interior da península de Setúbal ocupadas com loteamentos clandestinos.

O eixo Cascais-Sintra vem-se afirmando como um espaço residencial-turístico com importância na estrutura metropolitana ao qual se vêm associando instalações de serviços e comércio de grande dimensão. Segundo anel metropolitano, integrando Cascais, Sintra, Malveira, Torres Vedras, Benavente/ Samora Correia e Setúbal — como polos vocacionados para equipamentos e serviços.

Embora assim identificada, os limites da unidade «Lisboa-Centro Metropolitano» são naturalmente difusos, apresentando uma forte continuidade espacial e funcional com as

unidades envolventes, em particular nas áreas de fronteira com os grandes eixos urbanos que dela irradiam: Cascais, Sintra, Loures e Vila Franca de Xira.

3) ESPAÇO METROPOLITANO POENTE:

O espaço metropolitano poente, adjacente a Lisboa-Centro Metropolitano, forma com este um contínuo urbano suportado pelos dois grandes eixos de transportes rodoviário e ferroviários que ligam Lisboa a Cascais e a Sintra.



Nesta unidade individualizam-se o «Eixo Algés-Cascais» como eixo consolidado e de crescimento inicial ao longo da linha de caminho-de-ferro e da estrada marginal, cuja posição geográfica privilegiada determinou uma urbanização predominantemente de qualidade, em estreita relação com o aproveitamento das potencialidades do litoral e ligada a padrões de qualidade ambiental elevados. No território, a especificidade do crescimento urbano traduziu-se numa ocupação de baixa densidade com predominância, face ao total da área ocupada, da tipologia em moradias.

O IC 15 (A 5) e o IC 19 constituem, respetivamente, os limites sul e norte desta subunidade, que será servida no futuro pelo IC 30, no sopé oriental da serra de Sintra, implementando uma importante ligação de Cascais a Sintra, numa área de grande sensibilidade paisagística. Nesta subunidade, o «eixo Cascais-Estoril» continua a manter grande atratividade em termos de turismo, recreio e lazer, nacional e internacional.

A construção do IC 15 (A 5), no limite norte do eixo, veio reforçar muito significativamente a acessibilidade, contribuindo para a estruturação da sua área mais interior e menos qualificada, designadamente atraindo a implantação de importantes núcleos de atividade terciária de nível superior, em particular no concelho de Oeiras, mas também dinamizando processos de urbanização que podem entrar em conflito com as capacidades da rede viária interna.

2.1.2.1. A REDE ECOLÓGICA METROPOLITANA (REM)

A estrutura metropolitana de proteção e valorização ambiental constitui um objetivo central no PROT-AML e é concretizada no esquema do modelo territorial através da REM e das áreas a estabilizar considerados elementos estruturantes e decisivos para a sustentabilidade da AML.

A REM constitui um sistema de áreas e ligações que integram, envolvem e atravessam as unidades territoriais e o sistema urbano no seu conjunto. A possibilidade e viabilidade de constituição de uma estrutura verde metropolitana é um objetivo global concretizado através de um conjunto de estudos decorrentes.

A - Rede primária:

Assim, são estabelecidas quatro áreas estruturantes primárias com as respetivas ligações/corredores estruturantes primários. Uma destas é a “Serra de Sintra e litoral de Colares a Cascais”, que corresponde ao núcleo central da serra de Sintra, incluindo os territórios do Guincho e Malveira da Serra até à linha de água e faixa marítima, que constitui uma paisagem única na AML de grande diversidade e contraste paisagístico. Trata-se de uma área com elevado valor natural e paisagístico, tendo particular interesse dos pontos de vista geomorfológico, florístico e faunístico com valor simbólico de referência metropolitana.



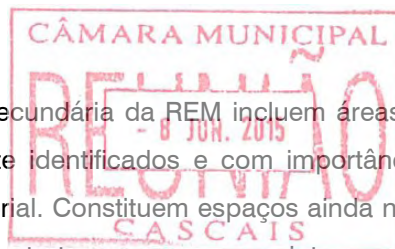
Esta área encontra-se já classificada como parque natural — Parque Natural de Sintra e Cascais — e engloba área do sítio incluído na diretiva habitats. A especificidade desta unidade obriga a adotar um conjunto de orientações no sentido de:

- Garantir que as intervenções na orla da serra ou junto aos limites do Parque Natural não descaracterizam o espaço serra, nomeadamente na zona de transição para a área urbana poente. Esta área (zona de transição) deverá ser objeto de um estudo especial desde Cascais até Sintra/Portela;
- Reforçar os meios de apoio técnico e financeiro ao controlo dos fogos e à recuperação de áreas ardidadas;
- Manter a área litoral como paisagem e zona única de Colares até ao Guincho (encosta da Malveira);
- Garantir o desenvolvimento do núcleo urbano da Malveira da Serra e das áreas edificadas a poente e área envolvente, de acordo com padrões de elevada exigência urbanística, arquitetónica e paisagística;
- Garantir a manutenção de percursos lentos nas estradas panorâmicas de fruição paisagística, pois trata-se de percursos com grande interesse turístico;
- Controlar e definir o remate urbano da área a norte de Cascais, no contacto com o Parque Natural;

- Garantir que a ocupação turística seja consentânea com áreas de elevado interesse paisagístico, ecológico e patrimonial;
- Conter a edificação dispersa.

B - Rede secundária

As áreas e os corredores ou ligações incluídos na rede secundária da REM incluem áreas e sistemas com dimensão suficiente para serem claramente identificados e com importância metropolitana e local na sustentabilidade do modelo territorial. Constituem espaços ainda não predominantemente ocupados com edificações ou infraestruturas e possuem interesse e biodiversidade ecológica. Estas áreas relacionam-se com os sistemas hidrológicos de forma significativa, sendo importantes no controle das cheias e na qualidade do ambiente metropolitano.



2.1.2.2. TRANSPORTES E LOGÍSTICA

O conceito de transportes para o modelo territorial que se defende para as aglomerações urbanas mais afastadas de Lisboa e que já hoje constituem verdadeiros polos secundários no interior da AML — casos de Setúbal/Palmela e de Cascais com a sua envolvente — parte da constatação de duas necessidades: por um lado, trata-se de continuar a garantir uma boa acessibilidade ao centro da AML; por outro, face ao crescente peso demográfico e extensão destas áreas urbanas torna-se imperioso assegurar uma oferta própria de TC que não esteja sobretudo dependente das ligações regionais que estão centradas nestas áreas.

A densificação e a expansão destes polos secundários, seja em termos de habitação, seja através da criação de grandes superfícies e polos de emprego (centros de atividade e de serviços), tem contribuído para uma diminuição da fragmentação do território provocada pela estrutura da rede rodoviária da AML. Com efeito, o crescimento em «mancha de óleo» é um dos aspetos mais negativos da ocupação do território metropolitano, com implicações diretas no funcionamento do sistema de transportes da AML. De entre os polos secundários cuja autonomia se tem revelado progressiva e potencialmente importante, salientam-se Cascais-Estoril.

As acessibilidades destes polos secundários ao núcleo central da AML têm sido asseguradas através do sistema ferroviário suburbano (num raio de 40 km) e através dos IP e IC, do sistema rodoviário nacional. A criação de sistemas urbanos próprios nessas aglomerações passa pela

requalificação e recuperação destes espaços urbanos, em que os sistemas de capacidade intermédia podem assegurar esses objetivos.

Caberá ao transporte ferroviário suburbano responder ao primeiro tipo de necessidades, devendo para isso resolver-se as atuais ruturas de carga. Na margem norte, através da ligação entre a linha de Cascais e a linha de cintura; na margem sul completando a ligação ferroviária através da Ponte de 25 de Abril com a construção do troço Coina-Pinhal Novo e a eletrificação da linha até Setúbal.

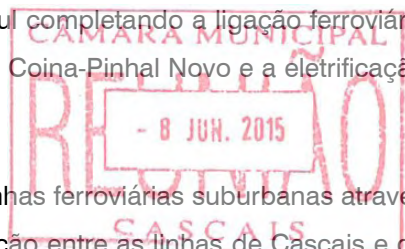
No sistema ferroviário pesado, a interligação de todas as linhas ferroviárias suburbanas através da linha de cintura poderá implicar, nomeadamente, a ligação entre as linhas de Cascais e de cintura em Alcântara.

Ao nível do Espaço metropolitano poente é necessário reconfigurar e qualificar espacial e funcionalmente o território com base na integração dos eixos consolidados de Cascais e de Sintra com a sua área intersticial assim como acautelar a densificação e alteração das tipologias de ocupação no eixo Algés-Cascais e reforçar a utilização da faixa litoral como fator de qualificação ambiental do espaço urbano, destinado preferencialmente a atividades de turismo e de recreio e lazer.

Relativamente aos Equipamentos sociais e culturais, os serviços da administração central:

- Com competências no ensino superior devem privilegiar a satisfação das carências existentes, quer através do reforço dos polos de ensino politécnico existentes e da criação de novos politécnicos, principalmente nos polos integrados nos eixos de Loures e Vila Franca de Xira e no sistema territorial composto por Seixal, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, quer através do reforço dos polos de ensino superior universitário existentes e da criação de novas unidades nos centros de nível sub-regional identificados no esquema do modelo territorial;
- Com competências na rede hospitalar devem privilegiar a colmatação das carências, através da construção das novas unidades hospitalares de Loures, de Vila Franca de Xira, de Cascais (a funcionar desde Março de 2010), de Sintra e de Todos-os-Santos (Lisboa).

A área urbana a estabilizar deve garantir a disponibilidade de áreas para equipamentos e infraestruturas, promovendo as ligações viárias transversais aos eixos radiais, assim como as ligações funcionais entre os eixos consolidados de Cascais e Sintra, e o espaço intersticial.

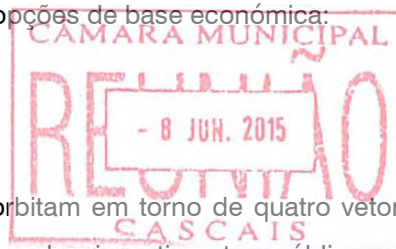


2.1.2.3. A REVISÃO DO PROT-AML

O PROT-AML foi entretanto alvo de revisão e alteração, aguardando-se a sua publicação após ter sido terminado o período de consulta pública em 31 de Janeiro de 2011. Nesta revisão, preconiza-se uma visão estratégica assente nas seguintes opções de base económica:

OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE BASE ECONÓMICA

As opções estratégicas de base económica para a AML orbitam em torno de quatro vetores que refletem as vantagens competitivas regionais, os grandes investimentos públicos em termos de infraestruturas em curso e projetadas – NAL, Alta Velocidade Ferroviária e plataformas logísticas – e as dinâmicas de crescimento dos polos especializados de serviços e I&D. Perspetiva-se uma aposta forte nos transportes e logística; em conhecimento / investigação, inovação e indústrias criativas; na economia do mar; e no aprofundamento da terciarização e exportação de serviços, nomeadamente através do apoio ao desenvolvimento dos clusters emergentes da saúde e do turismo.



TRANSPORTES E LOGÍSTICA

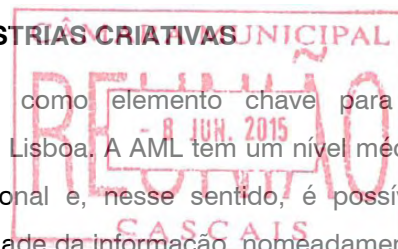
Numa leitura espacial das atividades económicas na AML, é referenciado o futuro efeito polarizador exercido pelo Novo Aeroporto de Lisboa e pela plataforma logística do Poceirão, que permitirá desenvolver os projetos de regeneração do Arco Ribeirinho Sul e atenuar as fragilidades do tecido económico de base industrial no sector Alcochete / Montijo / Palmela / Setúbal. A fileira logística beneficiará também destes grandes investimentos estruturantes e vê-se neste sector a oportunidade para construir uma plataforma Atlântica de relevância europeia e global, que potencie as mudanças em curso na indústria dos transportes de passageiros e, sobretudo, de mercadorias, que atraia novas atividades, que dê maior ênfase às questões da eficiência energética, da sustentabilidade ambiental e da conectividade entre os diferentes modos, que constituem, por seu lado, uma das principais debilidades internas.

Nesta perspetiva, os investimentos em novas infraestruturas deverão ser aproveitados para promover a empregabilidade e as capacidades profissionais instaladas; valorizar a ligação entre as plataformas logísticas e os diferentes modos de transporte, tanto ao nível das infraestruturas (estações intermodais) como na gestão operacional, visando a sua sustentabilidade económica, a longo prazo; valorizar as potencialidades logísticas para o desenvolvimento de um polo de indústrias integradoras/de montagem (light industry assemblers); e assegurar a continuidade da ligação destes sectores ao conhecimento e à

investigação científica e tecnológica, em particular nas áreas de maior inovação. Neste contexto, a AML deve aproveitar os grandes projetos previstos para se afirmar como uma metrópole sustentável em diálogo equilibrado com a natureza e o ambiente.

CONHECIMENTO/ INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E INDÚSTRIAS CRIATIVAS

A segunda opção estratégica apresenta a inovação como elemento chave para a internacionalização e para a competitividade da Região de Lisboa. A AML tem um nível médio de qualificação da mão-de-obra superior à média nacional e, nesse sentido, é possível desenvolver ações que visem o aprofundamento da sociedade da informação, nomeadamente através da garantia de infraestruturas de apoio à inovação, com especial ênfase na dinamização das indústrias ligadas à I&D e à cultura, que concorrem para a renovação do tecido industrial e dos fatores de competitividade.



Na margem Norte as atividades de serviços prestados às empresas têm registado um grande crescimento, utilizando de forma intensiva recursos humanos com nível de qualificação superior à média regional e nacional. Lisboa continua a destacar-se pelo seu papel motriz, concentrando uma parte importante dos polos de investigação e desenvolvimento, dos serviços financeiros e dos serviços às empresas. A recomposição espacial destas atividades, com a emergência de novos centros no Parque das Nações e na área Benfica-Telheiras, constitui uma oportunidade para a afirmação internacional da capital.

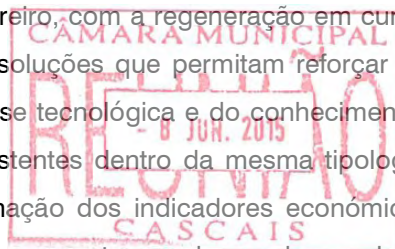
Os concelhos de Oeiras, Sintra e Cascais, que num primeiro momento beneficiaram da desconcentração e realocação produtiva na AML, continuam a destacar-se pelo dinamismo das atividades económicas e da criação de emprego, podendo orientar as suas estratégias para o aprofundamento da fixação de indústrias de base tecnológica e de conhecimento.

No mesmo sentido, os concelhos de Amadora, Loures, Vila Franca de Xira e Mafra beneficiam hoje de novas infraestruturas de acessibilidade, que deverão aproveitar para intensificar os processos de regeneração das áreas industriais obsoletas, criando condições mais atrativas para a captação e para o surgimento de atividades inovadoras, que renovem o seu tecido económico.

Os efeitos esperados do aprofundamento da sociedade de informação e da dinamização das indústrias ligadas à I&D são difusos e deverão incidir em toda a AML. Contudo, podem ser definidas políticas de base municipal, com o objetivo de ancorar os projetos em determinados espaços. Ganha especial relevo a possibilidade de criar condições favoráveis para o desenvolvimento das atividades de I&D, em zonas deprimidas, com a finalidade de fomentar o empreendedorismo e o potencial de crescimento endógeno. Nos concelhos de maior tradição

industrial, a mão-de-obra qualificada constitui um importante ativo que, se acompanhada por uma política de apoio à investigação, pode conduzir ao empreendedorismo e a projetos de inovação tecnológica que proporcionem a renovação do tecido industrial e a emergência de novas atividades competitivas.

Na margem Sul, principalmente no eixo Almada-Seixal-Barreiro, com a regeneração em curso do Arco Ribeirinho Sul, espera-se o desenvolvimento de soluções que permitam reforçar as condições favoráveis ao aparecimento de indústrias de base tecnológica e do conhecimento. De igual modo, o Madan Parque e outros projetos já existentes dentro da mesma tipologia podem servir de âncoras para uma dinâmica de aproximação dos indicadores económico-sociais da Península de Setúbal aos da Grande Lisboa. Ao mesmo tempo devem desenvolver-se ações em toda a AML que reforcem as infraestruturas e as instituições de apoio à inovação, com o objetivo de expandir os sectores estratégicos inseridos na sociedade do conhecimento, que permitem exercer um efeito de atração internacional sobre os recursos humanos mais qualificados.



ECONOMIA DO MAR

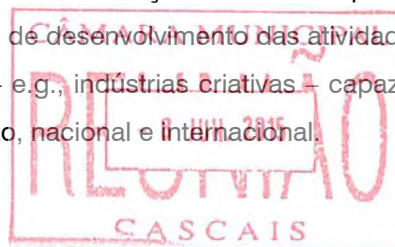
Como terceiro vetor, a posição Atlântica da AML e a extensão e riqueza dos seus estuários constituem vantagens competitivas específicas no que respeita à economia do mar, que devem ser valorizadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável da Região. É urgente, neste caso, um reordenamento do espaço marítimo e fluvial, para coordenar e articular as múltiplas atividades económicas aqui desenvolvidas, no sentido de assegurar a sua compatibilização: turismo, energia, transportes marítimos e fluviais, aquicultura, pesca e exploração dos leitos marinhos, assegurando a integridade estrutural e funcional e consequente sustentabilidade dos ecossistemas marinhos e ribeirinhos.

O investimento em I&D e o alargamento e promoção das atividades económicas que utilizam os recursos do mar e dos estuários do Tejo e do Sado, são condições fundamentais para reforçar a competitividade internacional da AML, que terá igualmente reflexo nas opções e políticas de ordenamento do território e de conservação da natureza.

APROFUNDAMENTO DA TERCIARIZAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS

Finalmente, as tendências recentes mostram níveis de terciarização acentuados, que estão refletidos na fatia cada vez maior que os serviços às populações vêm a tomar no total das atividades económicas da AML, parcialmente em resposta ao envelhecimento da população e

ao aprofundamento dos movimentos turísticos. A crescente capacitação destes serviços faz com que os desafios do envelhecimento populacional e do aumento da esperança de vida sejam uma oportunidade para reforçar o desenvolvimento de clusters emergentes no sector terciário, como as atividades ligadas ao turismo e à saúde, enquanto indústrias de exportação de serviços com grande potencial de valor acrescentado. A sua associação ao ensino superior, à investigação e à inovação, podem ainda constituir fatores de desenvolvimento das atividades culturais, relacionadas com a indústria do conhecimento – e.g., indústrias criativas – capazes de atrair capital humano com elevados níveis de qualificação, nacional e internacional.



DOMÍNIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA VISÃO

Para a implementação da Visão consideraram-se cinco Domínios:

1 - CONECTIVIDADE, COMPETITIVIDADE E COSMOPOLITISMO

A estratégia de desenvolvimento para a Área Metropolitana de Lisboa tem que colocar a internacionalização como um dos seus principais objetivos e, sobretudo, de o fazer de uma forma acertada com o tempo e o espaço das ações a desenvolver. Para a AML o objetivo estratégico da internacionalização deve ser o de (re)qualificação das funções desempenhadas à escala nacional, ibérica, europeia e mundial, construindo vantagens competitivas duradouras através de escolhas pragmáticas e especializadas. Trata-se de aumentar a sua capacidade de gerar e atrair atividades de maior valor acrescentado, geradoras de melhor inserção na rede das Metrópoles europeias, com a consciência de que a conectividade internacional, a disponibilidade e a atração de recursos humanos qualificados e criativos e a existência de um clima de negócios atrativo à escala mundial são fatores chave para atingir essa requalificação.

2 - POLINUCLEAÇÃO E COMPACTAÇÃO

A Área Metropolitana de Lisboa deve adotar um novo modelo territorial de desenvolvimento que se aproxime mais dos princípios da cidade compacta (maior aposta na multi funcionalidade enquanto oferta conjunta de localizações de residência, trabalho e serviços, maior importância atribuída à reabilitação e qualificação dos espaços construídos existentes, contenção do crescimento urbano extensivo, etc.) e da polinucleação (complementaridade interna, emergência de novas centralidades, organização mais sistémica), estreitamente associados ao investimento em corredores de transporte público com maior capacidade de captação de utilizadores, assumindo-se como uma Metrópole, em duas margens, em torno do Estuário do Tejo

3 - SUSTENTABILIDADE E SINTONIA COM A NATUREZA

A Área Metropolitana de Lisboa deve assumir, decididamente, o paradigma do desenvolvimento sustentável através da promoção de estratégias económicas ambientais (eco eficientes), atraindo novas oportunidades de mercado e investimentos, favorecendo uma maior eficácia de recursos. Neste contexto, e possuindo a AML uma fatia substancial dos recursos de I&D do todo nacional, são particularmente relevantes as sinergias existentes entre investimentos na eficiência energética dos edifícios, rede elétrica e de iluminação pública, na mobilidade elétrica e no aumento da produção energética distribuída, e a capacidade de internalizar parte substancial desses investimentos, através da consolidação de um cluster industrial ligado ao sector das energias renováveis, com importantes consequências na criação de emprego qualificado e no aumento das exportações.

Sendo a AML a principal zona consumidora de energia no país, a prossecução de objetivos de aumento de eficiência energética tem consequências particularmente relevantes na redução da dependência energética face ao exterior, assim como na promoção da diminuição de emissões de GEE, no âmbito dos compromissos assumidos por Portugal no contexto das políticas europeias de combate às alterações climáticas.

O paradigma do desenvolvimento sustentável tem, ainda, como corolário a inversão da atual tendência de urbanização expansiva com forte concentração nas zonas suburbanas e litorais. Ao forte crescimento desordenado há que contrapor a proteção de recursos fundamentais, como os solos, as águas subterrâneas, as zonas ribeirinhas e a faixa litoral, bem como valores patrimoniais únicos, nos domínios ecológico, paisagístico, cultural e geoeconómico, corporizados nas áreas protegidas, Rede Natura 2000 e nos monumentos nacionais.

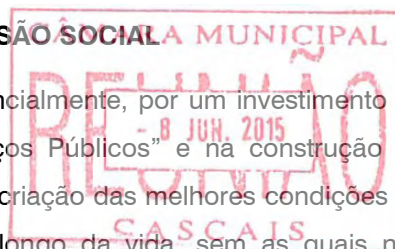
A AML deve ainda promover uma estratégia global e integrada para os espaços rurais, que valorize e incentive sinergias multisectoriais, no quadro de uma civilização pós-carbono, e que atenda aos desafios da produção alimentar e às soluções de proximidade face aos mercados consumidores.

O modelo territorial a adotar neste período deve garantir o funcionamento sistémico dos sistemas hídricos e das estruturas ecológicas, preservando e restaurando o potencial ecológico e de biodiversidade do território regional. Deve apostar também no funcionamento sistémico das redes e infraestruturas de mobilidade que promovam a multimodalidade, interconetividade e a conectividade internacional, de forma a garantir a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética.

É também necessário que as intervenções públicas, ao nível da provisão de infraestruturas e equipamentos coletivos, evoluam do ciclo da cobertura para o ciclo da eficiência, qualidade e segurança dos serviços prestados.

4 - DINÂMICA DE QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL E COESÃO SOCIAL

A coesão social no próximo decénio deverá passar, essencialmente, por um investimento na “Qualificação das Pessoas”, na “Qualificação dos Espaços Públicos” e na construção da “Cidade de Proximidade”, atribuindo especial relevância à criação das melhores condições de acesso à saúde, ensino, formação e aprendizagem ao longo da vida, sem as quais não poderão funcionar, em toda a sua potencialidade, os mecanismos de mobilidade social que são cruciais para coesão.



É também necessário preparar a metrópole para uma maior capacidade de integrar a população idosa e para o bom acolhimento da diversidade social e cultural. Torna-se particularmente relevante o enfoque na requalificação urbana, nos espaços públicos, nos equipamentos de proximidade, etc., através de processos integrados e participados que fomentem uma coexistência positiva na cidade e aumentem a participação ativa e consequente na sua gestão.

Acredita-se que a cidade é o espaço coletivo de pertença a todos os cidadãos que aí têm de encontrar condições e oportunidades para a sua realização pessoal, social, política e económica. Na diversidade das culturas e modos de vida a cidade deve permitir a todos, e a cada um, um espaço de pertença simbólica mas também de enraizamento material em condições de qualidade e acessibilidade, aquilo que é hoje o bem-estar urbano de uma cidade moderna.

É na diversidade das funções urbanas – trabalho, lazer, cultura e convivência – e na diversidade social e cultural, apanágio dos tempos modernos, que a cidade encontra a sua verdadeira dimensão cosmopolita e cada um se sente com o “direito à cidade”.

5 - GOVERNABILIDADE E GOVERNAÇÃO

A implementação das opções estratégicas enunciadas pressupõe a definição de políticas complementares de âmbito nacional e regional e, em particular, carece de um quadro de governação metropolitana suficientemente claro para articular os diferentes interesses locais, discutindo-os no contexto do objetivo prioritário de uma AML polinucleada e com um tecido socioeconómico mais equilibrado.

Perante os problemas de governabilidade com que se depara a Região, a experiência demonstra que devem ser introduzidas reformas progressivas no desenho institucional, em simultâneo com práticas inovadoras nos domínios do planeamento e da identificação com a escala metropolitana.

UNIDADES TERRITORIAIS

UT 3 – ESPAÇO URBANO NORTE E POENTE



Cerca de dois terços do concelho de Cascais, o território concelhio não abrangido pelo Parque Natural Sintra Cascais, passam agora a fazer parte da Unidade Territorial “UT 3-Espaço Urbano Norte e Poente”, cujos aspetos mais relevantes são:

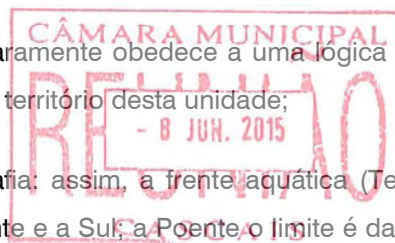
- Potencial para o aprofundamento do policentrismo, a partir dos polos existentes sobre os eixos servidos por transporte público (necessidade de assegurar a ampliação das áreas de influência do transporte ferroviário);
- Presença de espaços com valor estratégico no âmbito da logística e alternativas de transporte aéreo;
- Processo de regeneração em diferentes fases de desenvolvimento;
- Existência de vários loteamentos com características de oferta turística, com forte expressão na ocupação do território;
- Presença de relevantes corredores ecológicos, associados à rede hidrográfica;
- Existência de extensões significativas com cobertura florestal ou com matos e de um número expressivo de espaços agricultados, de produção competitiva, ou potencialmente agricultáveis, que importa valorizar, qualificar e salvaguardar no processo de ordenamento;
- Sistema de transportes marcado por diversas fragilidades, nomeadamente alguma falta de integração das componentes do sistema e carências de transportes públicos, em parte associadas à falta de limiares de procura;
- Existência de unidades industriais dispersas, sem um padrão de localização bem definido e sem obedecer às orientações no âmbito do ordenamento do território;
- Persistência de bairros de alojamentos não clássicos;
- Sensibilidade a riscos naturais e tecnológicos (cheias rápidas, instabilidade de vertentes, concentração de estabelecimentos industriais perigosos, etc).

Esta unidade territorial resulta da união de três unidades propostas no PROTAML 2002 (UT3, UT4 e UT8).

Cobrindo cerca de 498 km², apresentava, em 2001, uma população de cerca de 1.290.000 habitantes, projetando-se, para 2021, um valor de cerca de 1.547.000 habitantes.

No que respeita à delimitação, privilegiaram-se dois fatores de leitura objetiva e, por isso, simplificável:

1. A existência de um processo de transformação que claramente obedece a uma lógica de urbanização generalizada – que já ocorre em mais de ¾ do território desta unidade;
2. O recurso a limites naturais bem marcados na fisiografia: assim, a frente aquática (Tejo, estuário e oceano) define (com Lisboa) os limites a Nascente e a Sul; a Poente o limite é dado pelo Parque Natural Sintra-Cascais, já de si escolhido com base em critérios discriminantes, testados ao longo de vários anos; a Norte optou-se, na sua maior extensão, pelo limite marcado pela segunda linha de costeiras a Norte de Lisboa, em grande medida ocupada com matos, apesar da existência de alguns pequenos loteamentos ilegais; a Nor-Noroeste o limite é estabelecido entre o conjunto de relevos de natureza vulcânica que se estende do Cabeço de Montachique ao interior da freguesia de Almargem do Bispo; a Noroeste, o carácter urbano-industrial da freguesia de Pêro Pinheiro, bem como do extremo Sul das de Montelavar e de Terrugem, levaram a colocar estes espaços na UT 3.



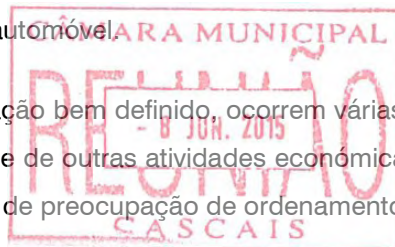
A delimitação proposta resulta da necessidade de, por um lado, estabelecer limites claros aos complexos processos de urbanização em curso na envolvente imediata de Lisboa e, por outro, definir um conjunto coerente de ações tendentes a uma regeneração integrada dos vários segmentos da mancha suburbana da AML-Norte – segmentos esses que não obstante os conteúdos sociais, económicos, infraestruturais e culturais diferenciados, estão fortemente correlacionados entre si.

O desejável processo de regeneração encontra-se em diferentes fases de desenvolvimento. Embora todos os municípios apresentem casos interessantes de reabilitação/regeneração urbana, mormente nas respetivas sedes de concelho (Oeiras, Cascais, Sintra, Amadora, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira), o processo encontra-se mais avançado no sector ocidental, nomeadamente no concelho de Oeiras que atraiu um número significativo de empresas de tecnologia avançada, bem como de populações de renda média e média/alta, ao mesmo tempo que antecipou a reconversão de bairros degradados.

Oeiras evidencia um modelo interessante de município - cidade (polinucleada), o que foi possibilitado pela dinâmica económica e social e facilitado pela pequena superfície do concelho (46 km²). Um tal modelo poderá ser replicado em concelhos com idêntica dimensão e densamente urbanizados, como Cascais, Amadora, Odivelas nesta mesma unidade e Almada, Seixal ou Barreiro, no Arco Ribeirinho Sul.

O Espaço Urbano Norte e Poente caracteriza-se pela existência de três eixos que, apoiados em linhas ferroviárias, se estruturaram e consolidaram promovendo centros urbanos dispostos linearmente: eixo de Vila Franca de Xira a Sacavém; eixo Amadora-Sintra; eixo Algés-Cascais. A Linha do Oeste, que liga Torres Vedras a Malveira e ao Cacém, não teve a mesma capacidade para ancorar um processo de desenvolvimento urbano, tendo as polarizações urbanas ocorrido tardiamente e por impulso do transporte automóvel.

Dispersas por toda a unidade e sem um padrão de localização bem definido, ocorrem várias e por vezes extensas concentrações de unidades industriais e de outras atividades económicas, na maior parte dos casos sem obedecerem a qualquer tipo de preocupação de ordenamento.



Os loteamentos com características turísticas, têm uma forte expressão em termos de ocupação do território, particularmente no sector ocidental, entre os eixos de Algés-Cascais e de Amadora-Sintra.

Entre outras dimensões do património cultural que ocorre por toda a unidade, releva-se a importância do património cultural edificado, que nalgumas situações necessita de ações urgentes de classificação, de recuperação e de reutilização.

Nesta unidade territorial destaca-se ainda um conjunto de espaços com valor estratégico no âmbito da logística e alternativas de transporte aéreo: o Mercado Abastecedor de Lisboa (MARL); o Depósito Geral de Material da Força Aérea (DGMFA), incluído no complexo industrial de material aeronáutico; o aeródromo de Tires e a Base Aérea Nº1 – Sintra; as plataformas logísticas da Bobadela e da Castanheira do Ribatejo.

Neste contexto, deve sublinhar-se a necessidade de levar a cabo uma avaliação e, a partir daí, um conjunto de propostas de ordenamento para os inúmeros espaços com funções logísticas que estão dispersas por toda a unidade, desde Alcabideche a Vialonga, de Pêro Pinheiro ao Prior Velho, de Alverca a Sintra (Mem Martins, Cabra Figa, Abrunheira, Cacém, Algueirão, etc.), bem como ao longo do eixo Odivelas-Malveira na UT 6.

O sistema de transportes apresenta algumas das principais fragilidades deste vasto território, diferenciáveis mas igualmente relevantes nos seus vários subespaços: a carência de transportes públicos em sítio próprio de natureza concêntrica – todas as ligações pela ferrovia implicam passar por Lisboa; a falta de limiares de procura em muitos espaços urbanizados ou em urbanização implica uma revisão nos processos de ordenamento de pormenor, bem como no licenciamento casuístico de loteamentos.

No que concerne ao sistema urbano, os polos existentes sobre os eixos com serviço ferroviário têm um grande potencial para o aprofundamento do policentrismo na AML, importando agora

promover a sua melhor articulação com os espaços intersticiais urbanisticamente fragmentados.

Nesta unidade persistem extensões apreciáveis, com cobertura florestal ou com matos, que urge avaliar e integrar no processo de ordenamento, tendo em vista a sua valorização florestal e a melhor utilização num contexto urbano, que se pretende qualificar. Particular atenção e ações concretas e consequentes de ordenamento devem ser orientadas para os espaços com significado no contexto da Rede Ecológica Metropolitana, que poderão, em várias situações, constituir os elementos ordenadores do processo de regeneração/recuperação urbanística.

Esta unidade, que integra o Aproveitamento Hidroagrícola (AH) de Loures, inclui um número significativo (pelo papel económico, social e ambiental que pode desempenhar) de espaços agricultados de produção competitiva, ou potencialmente agricultáveis, que do mesmo modo importa avaliar e salvaguardar no processo de ordenamento urbano: a Várzea de Loures-Vialonga e os espaços de horticultura adjacentes; os trechos de produção vinícola que persistem nos concelhos de Vila Franca e Xira, de Oeiras e de Cascais; alguns trechos de solos basálticos de elevado potencial.

Todo este território é atravessado por corredores ecológicos que devem ser integrados nos IGT e concretizados como áreas de valor ecológico significativo no contexto urbano, como são os vales das ribeiras e linhas de água mais importantes.

Trata-se de uma Unidade Territorial com algumas fragilidades no que concerne aos riscos naturais: apresenta a situação mais desfavorável na AML no que respeita à suscetibilidade à ocorrência de cheias rápidas, nomeadamente nas bacias hidrográficas das ribeiras das Vinhas, Laje e Barcarena, e dos rios Jamor, Trancão, Silveira e Grande da Pipa. A instabilidade das vertentes tem expressão significativa em cerca de 10% da superfície da UT e há uma suscetibilidade alta ou muito alta aos incêndios florestais em 24% do território. A UT apresenta a maior concentração de estabelecimentos industriais perigosos.

AS OPÇÕES ESTRATÉGICAS PARA ESTA UT SÃO:

- Promover um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nos princípios de compactação, reabilitação, renovação e regeneração urbana, fortalecendo as aglomerações urbanas estruturadoras;
- Aprofundar a estruturação policêntrica apoiada numa melhor articulação do sistema ferroviário com as ligações de transporte público em sítio próprio;

- Consolidar as principais áreas de concentração de atividades como motores de desenvolvimento económico, fixação de investimento e promoção de inovação na AML;
- Concluir a recuperação das áreas de génese ilegal e a supressão das áreas de barracas;
- Ordenar e estruturar o território da área intersticial dos eixos consolidados de Cascais e Sintra;
- Contextualizar os espaços agrícolas e florestais, especialmente os de elevado potencial produtivo no processo de ordenamento urbano;
- Estimular o robustecimento do turismo, em especial na dimensão hoteleira e de serviços de apoio;
- Promover a concretização do Parque Metropolitano da Várzea de Loures • Promover a concretização do Parque Metropolitano da Serra da Carregueira;
- Assegurar uma ocupação do território adequada à suscetibilidade de risco de cheia, instabilidade de vertentes, incêndios florestais e riscos tecnológicos;
- Garantir que os Corredores Estruturantes Secundários associados a linhas de drenagem natural assumam funções de descompressão urbana.



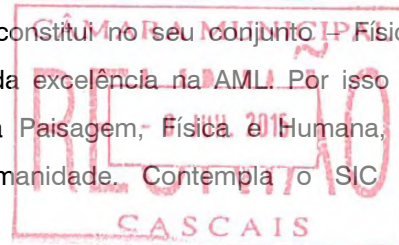
UT 4 – PARQUE NATURAL SINTRA CASCAIS

A parte restante do território do concelho, aquele que está abrangido pelo Parque Natural Sintra Cascais, passa a fazer parte da Unidade Territorial “UT 4-Parque Natural Sintra Cascais”, cujos aspetos mais relevantes são:

- Paisagem Cultural classificada Património da Humanidade pela UNESCO;
- Um dos valores únicos da AML, pela sua singularidade biofísica, cultural e paisagística;
- Existência de um Plano de Ordenamento de Área Protegida, eficaz, maturado e assumido pelos principais intervenientes (incluindo as populações locais);
- Relevância da atividade turística para a base económica local;
- Progressiva diminuição da relevância agrícola (potencial de afirmação da vinha, se devidamente recuperada);
- Presença de AUGI;
- Ameaças sobre a paisagem no atual quadro da edificação (importância de conter o processo de dispersão);

- Enorme sensibilidade a um conjunto de riscos naturais (incêndios, cheias, erosão costeira, instabilidade das vertentes).

Esta unidade com os seus 144 km² e apenas 23.000 habitantes (no cenário intermédio poderá crescer para 34 000 habitantes no horizonte de 2021) constitui no seu conjunto Físico, Cultural e Paisagístico – um dos valores da mais elevada excelência na AML. Por isso foi classificada como Parque Natural e uma parte da sua Paisagem, Física e Humana, foi classificada pela UNESCO como património da Humanidade. Contempla o SIC de Sintra/Cascais, integrado na Rede Natura 2000.



Uma vez que a área envolvente à área classificada possui as mesmas características paisagísticas únicas da área incluída no Parque Natural, justificam-se preocupações e regras de ordenamento equivalentes.

A Serra de Sintra, incluída no Parque Natural, evidencia grande diversidade e contraste paisagístico, com grande valor geológico, geomorfológico, florístico e faunístico.

Esta Unidade dispõe de um Plano de Ordenamento de Área Protegida (mais detalhado no próximo capítulo) e encontra-se ainda parcialmente abrangida no extremo Oeste pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado. O aumento da edificação tem-se verificado sobretudo nos aglomerados, tendo sido em certa medida travado o processo de dispersão.

Necessita de uma nova abordagem ao urbanismo e arquitetura dos núcleos rurais que correm o risco de se transformarem em subúrbios ou descaracterizarem a sua arquitetura rural, transformando-se em áreas de expansão urbana com tipologia e arquitetura desadequadas.

Apresentam-se por resolver situações de áreas urbanas de génese ilegal que contribuem para a descaracterização atrás referida.

Para além de um elevado valor biofísico e paisagístico, com uma rara e diversificada componente cultural, esta unidade representa um extraordinário património social e económico para a AML: porque suporta uma valiosa atividade turística, nacional e internacional, oferece importantes espaços de lazer/praias, campo, montanha, para a população da AML e constitui um espaço com valor agropecuário, que importa manter e valorizar, constituindo-se como depositária de marcas que devem ser exaltadas (o vinho de Colares, o pão Saloio).

Trata-se de um território muito sensível a um conjunto de riscos naturais cuja monitorização é fundamental: está exposto ao perigo de incêndio florestal, que tem uma expressão elevada ou

muito elevada em 44% da superfície; as cheias rápidas têm expressão nos vales da Ribeira de Colares e do Guincho; a instabilidade de vertente é relevante em cerca de 9% da área total e a erosão costeira também tem expressão, ainda que moderada.

As principais opções estratégicas para esta UT são:

- Garantir a preservação e valorização natural, cultural e paisagística, e a integração harmoniosa das atividades humanas com a natureza;
- Valorizar e preservar os fatores distintivos da atratividade turística de Sintra;
- Identificar e valorizar a Paisagem Cultural de Sintra classificada Património da Humanidade pela UNESCO;
- Controlar a transformação da paisagem e do parcelamento agro-florestal;
- Estruturar os núcleos urbanos, nomeadamente a ocupação no eixo Colares / Magoito, e conter a expansão da edificação dispersa, em especial na zona litoral;
- Assegurar a resolução das situações de AUGI ainda existentes.



2.1.3. PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DE SINTRA-CASCAIS

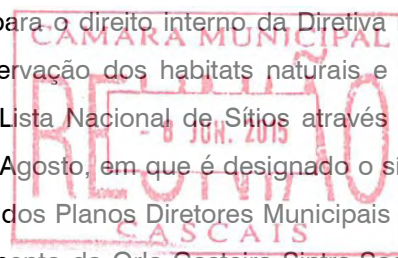
A Área de Paisagem Protegida de Sintra-Cascais (APPSC) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 292/81, de 15 de Outubro, decorrente da necessidade de fazer frente à crescente e intensa pressão urbana e à degradação que ameaçava uma zona de grande sensibilidade, repleta de valores naturais, culturais e estéticos a preservar, como a serra de Sintra, a faixa litoral e as áreas adjacentes.

A conservação da natureza, a proteção dos espaços naturais e das paisagens, a preservação das espécies da fauna e da flora, a manutenção dos equilíbrios ecológicos e a proteção dos recursos naturais, além de constituírem objetivos de interesse público de âmbito municipal, extravasam claramente esse âmbito e justificam medidas de proteção adequadas a uma zona que constitui património nacional.

Impôs-se, portanto, a necessidade de reclassificação da APPSC em parque natural, atendendo aos critérios definidos no Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, que estabelece a Rede Nacional das Áreas Protegidas.

Assim, o Parque Natural Sintra-Cascais foi criado pelo Decreto Regulamentar n.º 8/94, de 11 de Março. Por seu turno, o Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais e o respetivo Regulamento foram aprovados pelo Decreto Regulamentar n.º 9/94, de 11 de Março.

Na sequência da entrada em vigor de diversos diplomas legais que abrangem a área de incidência deste Parque, nomeadamente a transposição para o direito interno da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens, e a subsequente aprovação da Lista Nacional de Sítios através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de Agosto, em que é designado o sítio PTCON008 Sintra-Cascais, bem como a entrada em vigor dos Planos Diretores Municipais de Sintra e de Cascais e a elaboração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado, surge a necessidade e a oportunidade de atualização do Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais, de forma a adequá-lo às novas realidades.



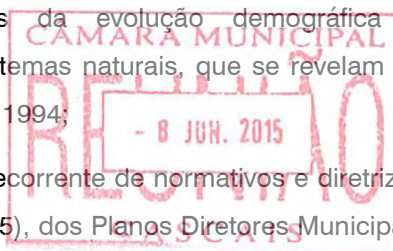
A Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2000, de 5 de Junho, determinou a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais (POPNSC) e impôs medidas preventivas que interditem a realização de ações que possam pôr em causa a viabilidade da execução do Plano de Ordenamento em vigor. Por sua vez, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2002, de 2 de Julho, prorrogou a vigência daquelas medidas preventivas pelo período de um ano.

Além dos normativos referidos para a necessidade de rever o POPNSC, presidiram à elaboração da revisão deste Plano de Ordenamento objetivos específicos, designadamente:

- Assegurar, à luz da experiência e dos conhecimentos entretanto adquiridos sobre o património natural da Área, uma melhor adequação do Plano de Ordenamento aos objetivos que levaram à criação do Parque Natural Sintra-Cascais;
- Equacionar as utilizações atuais do solo face aos valores em presença e a necessária reavaliação das propostas de ocupação do solo;
- Reavaliar as disposições relativas às áreas de ambiente rural, no contexto da avaliação dos valores sociais, económicos e ambientais em presença, no sentido de conter a edificação dispersa;
- Ajustar os limites das classes e categorias de espaço e;
- Clarificar as normas constantes do Regulamento do Plano, evitando dúvidas de interpretação que conduzam à sua deficiente aplicação.

Nesta conformidade, podem ser estabelecidas três vertentes ou fatores determinantes para a revisão do POPNSC:

- A evolução do nível do conhecimento, nomeadamente pela monitorização e pelo acompanhamento promovidos pelos serviços do Instituto da Conservação da Natureza;
- As transformações na área protegida resultantes da evolução demográfica e socioeconómica e a dinâmica natural de resposta dos sistemas naturais, que se revelam na menor adequação do Plano de Ordenamento aprovado em 1994;
- Uma nova visão do Parque Natural de Sintra-Cascais decorrente de normativos e diretrizes resultantes da Paisagem Cultural de Sintra - UNESCO (1995), dos Planos Diretores Municipais de Cascais e de Sintra e da Rede Natura 2000.



O processo de elaboração do POPNSC teve como enquadramento legal o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, e as Resoluções do Conselho de Ministros n.º 46/2000, de 5 de Junho, e 102/2002, de 2 de Julho.

Refira-se ainda que o POPNSC foi desenvolvido numa convergência de objetivos relativamente à salvaguarda da orla costeira e do património natural, paisagístico e cultural em presença, em virtude de, na faixa litoral, se verificar uma sobreposição com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado (POOC), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2003, de 25 de Junho.

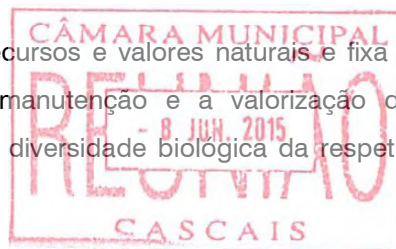
Por outro lado, o POPNSC encontra-se articulado e está coerente com os objetivos, os princípios e as regras aplicáveis ao território em causa que foram definidos pelo Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de Abril.

Atento o parecer final da comissão mista de coordenação, na qual estiveram representados os municípios de Cascais e de Sintra, bem como os competentes serviços da administração central direta e indireta que asseguram a prossecução de interesses públicos sectoriais com relevância na área de intervenção do presente Plano de Ordenamento;

Considerando, ainda, o teor do parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo no que se refere à articulação deste Plano com os objetivos, os princípios e as regras definidos pelos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis na respetiva área de intervenção;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve aprovar a revisão do PO-PNSC bem como o respetivo regulamento, que são publicados pela RCM 1-A/2004, de 8 de Janeiro, revogando o Decreto Regulamentar n.º 9/94, de 11 de Março (anterior PO-PNSC), cujos principais objetivos são os seguintes:

1. O PO-PNSC estabelece regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixa os usos e o regime de gestão com vista a garantir a manutenção e a valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade biológica da respetiva área de intervenção.



2. O PO-PNSC, sem prejuízo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, tem como objetivos gerais, de entre outros:

- a) Assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, em especial nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza;
- b) Enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, com vista a promover simultaneamente o desenvolvimento económico e a melhoria da qualidade de vida das populações residentes, de forma sustentada;
- c) Corrigir os processos que poderão conduzir à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização;
- d) Assegurar a participação ativa na gestão do Parque Natural de Sintra-Cascais (PNSC) de todas as entidades públicas e privadas, em estreita colaboração com as populações residentes;
- e) Definir modelos e regras de ocupação do território, por forma a garantir a salvaguarda, a defesa e a qualidade dos recursos naturais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável;
- f) Promover a conservação e a valorização dos elementos naturais da região, desenvolvendo ações tendentes à salvaguarda da fauna, da flora, nomeadamente a endémica, e da vegetação, principalmente terrestre climática, bem como do património geológico e paisagístico;
- g) Promover a gestão e valorização dos recursos naturais, possibilitando a manutenção dos sistemas ecológicos essenciais e os suportes de vida, garantindo a sua utilização sustentável, a preservação da biodiversidade e a recuperação dos recursos depauperados ou sobre explorados;
- h) Salvaguardar e valorizar o património arqueológico e o património cultural, arquitetónico, histórico e tradicional da região;

i) Contribuir para a ordenação e a disciplina das atividades agroflorestais, urbanísticas, industriais, recreativas e turísticas, de forma a evitar a degradação dos valores naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região, possibilitando o exercício de atividades compatíveis, nomeadamente o turismo de natureza;

j) Evitar a proliferação de construções dispersas no meio rural, impedindo o fracionamento de propriedades e potenciando as ações de emparcelamento.

3. Sem prejuízo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, constituem objetivos específicos do POPNSC:

a) Estabelecer regras de utilização do território que garantam a boa qualidade ambiental e paisagística da zona de intervenção;

b) Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista da conservação da natureza quer do ponto de vista do ordenamento do território;

c) Articular com planos e programas de interesse local, regional e nacional com vista à gestão racional dos recursos naturais e paisagísticos caracterizadores da região e ao desenvolvimento de ações tendentes à sua manutenção e à salvaguarda do património histórico e tradicional;

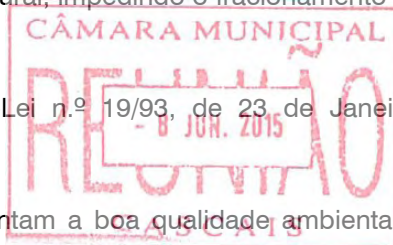
d) Promover o desenvolvimento económico sustentável das populações;

e) Promover o desenvolvimento rural, levando a efeito ações de estímulo e valorização das atividades económicas que garantam a evolução equilibrada das paisagens e da vida da comunidade;

f) Assegurar a integração da construção na paisagem;

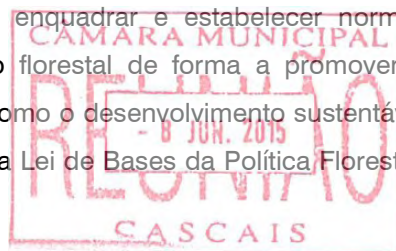
g) Apoiar a animação sociocultural, através da promoção da cultura, dos hábitos e das tradições populares;

h) Promover o repouso e o recreio ao ar livre, de forma que a área do PNSC seja visitada e apreciada sem que daí advenham riscos de degradação física e biológica para a paisagem e para o ambiente.



2.1.4. PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) são instrumentos de gestão de política sectorial que incidem sobre espaços florestais e visam enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal de forma a promover e garantir a produção sustentável de bens e serviços, bem como o desenvolvimento sustentável dos espaços florestais. Nos termos do n.º 3 do artigo 5º da Lei de Bases da Política Florestal, são objetivos gerais dos PROF:



- A avaliação das potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes;
- A definição do elenco de espécies a privilegiar nas ações de expansão e reconversão do património florestal;
- A identificação dos modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados, e;
- A definição das áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural, bem como das normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada dos recursos a aplicar nestes espaços.

No âmbito do PROF-AML (Decreto Regulamentar n.º 15/2006, de 19 de Outubro) são identificados para o Concelho de Cascais os seguintes planos:

- Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) para o troço Cidadela-Forte de São Julião da Barra (Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/98, de 19 de Outubro, e suas retificações),
- Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais (Resolução do Conselho de Ministros nº 1A/2004, de 8 de Janeiro).

O PROF-AML considera corredores ecológicos que contribuem para a formação de meta populações de comunidades da fauna e da flora, tendo como objetivo conectar populações, núcleos ou elementos isolados, e integram os principais eixos de conexão com a largura máxima de 3 km.

Os corredores ecológicos devem ser objeto de tratamento específico no âmbito dos planos de gestão florestal e devem ainda contribuir para a definição da estrutura ecológica municipal no âmbito dos PMOT.

As normas a aplicar no âmbito do planeamento florestal serão as consideradas para as funções de proteção e de conservação, nomeadamente a subfunção de proteção da rede hidrográfica, com objetivos de gestão e intervenções florestais ao nível da condução e restauração de povoamentos nas galerias ripícolas, bem como a subfunção de conservação de recursos genéticos, com objetivos de gestão da manutenção da diversidade genética dos povoamentos florestais e manutenção e fomento dos próprios **corredores ecológicos**.

Estes corredores devem ser compatibilizados com as redes regionais de defesa da floresta contra os incêndios, sendo estas de carácter prioritário.

Pela sua singularidade natural e paisagística, o Parque Natural Sintra-Cascais, é considerado no PROF-AML como uma Área Estruturante de Carácter Regional.

Para além destas áreas, e à semelhança do que sucede nos municípios de Mafra, Loures, Vila Franca de Xira, Sintra, Amadora, Odivelas, Lisboa e Oeiras, no Concelho de Cascais estão ainda sujeitas à elaboração obrigatória de Plano de Gestão Florestal todas as explorações florestais privadas com áreas superiores a 25 ha.

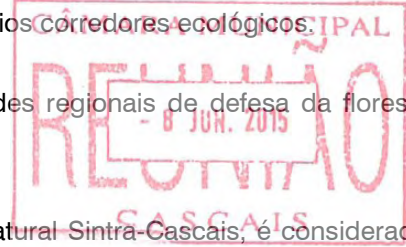
O PROF AML identifica, demarca e procede ao planeamento próprio das zonas críticas constantes do mapa síntese. No âmbito da defesa da floresta contra os incêndios, o planeamento e a aplicação das medidas nas zonas críticas integram os conteúdos dos artigos 41.º e 42.º do respetivo regulamento, que se reproduzem seguidamente:

Artigo 41.º

Indicadores

1 A monitorização do cumprimento das metas e objetivos previstos no PROF- AML é realizada através de um conjunto de indicadores criados para o efeito.

2 Os indicadores referidos no número anterior estabelecem os níveis de cumprimento dos objetivos gerais e específicos que devem ser atingidos em 2010, 2025 e 2045.




Artigo 42.º

Metas

1 O PROF-AML estabelece como metas, para 2025 e 2045, os seguintes valores de percentagem de espaços florestais em relação à superfície total da região PROF:

| Região/sub-regiões homogéneas | Estimativa atual | Meta para 2025 | Meta para 2045 |
|-------------------------------|------------------|----------------|----------------|
| Região PROF | 43 | 45 | 47 |
| Sintra | 82 | 83 | 85 |
| Arribas | 47 | 50 | 55 |
| Grande lisboa | 27 | 28 | 28 |

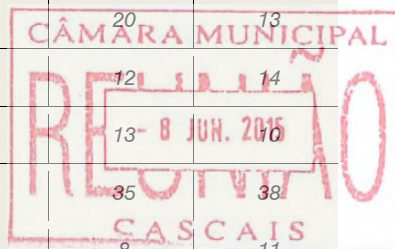


2 O PROF AML define como metas, para 2025 e 2045, os seguintes valores de percentagem de espaços florestais arborizados em relação à superfície total da região PROF:

| Região/sub-regiões homogéneas | Estimativa atual | Meta para 2025 | Meta para 2045 |
|-------------------------------|------------------|----------------|----------------|
| Região PROF | 26 | 31 | 33 |
| Sintra | 53 | 62 | 68 |
| Arribas | 47 | 50 | 55 |
| Grande lisboa | 27 | 28 | 28 |

3 O PROF AML estabelece como metas, para 2025 e 2045, os seguintes valores percentuais de composição de espaços florestais arborizados ao nível da região PROF:

| Região/sub-regiões homogéneas | Estimativa atual | Meta para 2025 | Meta para 2045 |
|-------------------------------|------------------|----------------|----------------|
| Pinheiro-bravo | 31 | 20 | 13 |
| Pinheiro-manso | 8 | 12 | 14 |
| Eucalipto | 18 | 13 | 10 |
| Sobreiro | 32 | 35 | 38 |
| Outros Carvalhos | 4 | 8 | 11 |
| Outras resinosas | 2 | 4 | 6 |
| Outras folhosas | 5 | 7 | 9 |



4 O PROF AML estabelece como metas, para 2025 e 2045, os seguintes valores percentuais de composição de espaços arborizados ao nível de cada sub-região homogénea:

Sub-região homogénea de SINTRA

| Região/sub-regiões homogéneas | Estimativa atual | Meta para 2025 | Meta para 2045 |
|-------------------------------|------------------|----------------|----------------|
| Pinheiro-bravo | 74 | 50 | 25 |
| Pinheiro-manso | 0 | 3 | 5 |
| Eucalipto | 12 | 5 | 0 |
| Sobreiro | 0 | 5 | 10 |
| Outros Carvalhos | 1 | 5 | 15 |
| Outras resinosas | 3 | 10 | 15 |
| Outras folhosas | 10 | 22 | 30 |

Sub-região homogénea de ARRIBAS

| <i>Região/sub-regiões homogéneas</i> | <i>Estimativa atual</i> | <i>Meta para 2025</i> | <i>Meta para 2045</i> |
|--------------------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------|
| <i>Pinheiro-bravo</i> | 43 | 40 | 35 |
| <i>Pinheiro-manso</i> | 0 | 3 | 3 |
| <i>Eucalipto</i> | 0 | 0 | 0 |
| <i>Sobreiro</i> | 0 | 0 | 0 |
| <i>Outros Carvalhos</i> | 16 | 17 | 17 |
| <i>Outras resinosas</i> | 21 | 20 | 23 |
| <i>Outras folhosas</i> | 20 | 20 | 22 |



Sub-região homogénea da GRANDE LISBOA

| <i>Região/sub-regiões homogéneas</i> | <i>Estimativa atual</i> | <i>Meta para 2025</i> | <i>Meta para 2045</i> |
|--------------------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------|
| <i>Pinheiro-bravo</i> | 34 | 20 | 10 |
| <i>Pinheiro-manso</i> | 7 | 20 | 20 |
| <i>Eucalipto</i> | 15 | 5 | 0 |
| <i>Sobreiro</i> | 1 | 3 | 3 |
| <i>Outros Carvalhos</i> | 8 | 10 | 25 |
| <i>Outras resinosas</i> | 24 | 25 | 25 |
| <i>Outras folhosas</i> | 12 | 17 | 17 |

O PROF-AML considera ainda sub-regiões homogéneas, estabelecidas com base nas diversas funções identificadas para os espaços florestais, para as quais procede a uma análise SWOT simplificada, analisando apenas os pontos fortes e os pontos fracos de cada uma delas, e para as quais traça objetivos específicos. São três as sub-regiões que integram território do Concelho de Cascais:

2.1.4.1. SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA SINTRA

A sub-região homogénea Sintra divide-se entre os concelhos de Sintra e Cascais, incluindo as áreas mais sensíveis em termos de conservação do Parque Natural de Sintra – Cascais. Corresponde a terrenos acidentados altamente sensíveis do ponto de vista da erosão, pelo que a primeira prioridade funcional identificada para esta sub-região é a da proteção. Dado ser um património paisagístico único, definiu-se em segundo lugar a função de recreio, enquadramento e estética da paisagem. Por fim, define-se a função de conservação por incluir uma área de património reconhecido e classificado que importa conservar.



Pontos Fortes:

- Sub-região com características muito favoráveis para o desenvolvimento florestal, nomeadamente de folhosas;
- Sub-região de elevado valor biogenético;
- Multifuncionalidade da floresta - Componente florestal encontra-se fortemente associada à atividade turística;
- Elevado valor paisagístico;
- Possibilidade de aproveitamento da biomassa florestal residual;
- Existência de património paisagístico e arquitetónico preservado próximo de um grande centro populacional (Património UNESCO) inserido numa paisagem florestal;
- Elevada procura turística, nacional e internacional.

Pontos Fracos:

- Fraco associativismo floresta;
- Elevada pressão humana;
- Suscetibilidade aos incêndios florestais, em especial aos provenientes da encosta sul;
- Elevada pressão imobiliária;

- Elevada suscetibilidade a processos erosivos;
- Área florestal ocupada invasoras lenhosas.

Objetivos Específicos:

- Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística;
- Melhoria da qualidade de vida das populações dos espaços protegidos;
- Proteção do património arqueológico e arquitetónico e da paisagem nos espaços florestais;
- Recuperação de áreas degradadas, nomeadamente as áreas ocupadas com invasoras lenhosas;
- Preservação dos valores fundamentais do solo e da água;
- Ordenamento dos espaços de recreio;
- Melhoria da gestão florestal.



2.1.4.2. SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA GRANDE LISBOA

Como o nome indica corresponde à área mais urbana dos concelhos do arco ribeirinho norte de Lisboa. Abrange os concelhos de Sintra, Cascais, Oeiras, Amadora, Lisboa, Odivelas, Loures, Vila Franca de Xira. Em termos florestais, como primeira função assume-se o recreio, enquadramento e estética da paisagem, para satisfazer uma população urbana ávida de espaços verdes. Por outro lado, por apresentar terrenos com elevado risco de erosão, esta sub-região terá como segunda função a proteção. A conservação surge aqui como função enfatizadora do valor que os espaços verdes adquirem numa matriz essencialmente urbana.

Pontos Fortes:

- Valorização dos espaços florestais existentes pela população urbana;
- Forte procura de espaços florestais de recreio;
- Existência de corredores estruturantes para a conservação da natureza definidos em plano (PROT AML);

Pontos Fracos:

- Existência de zonas florestais fragmentadas e escassas ou de carácter artificial;
- Elevada pressão urbanística sobre os espaços florestais;
- Risco de incêndio médio a elevado nas zonas periurbanas;

- Existência de áreas sujeitas a processos erosivos intensos.

Objetivos Específicos:

- Melhorar e racionalizar a oferta dos espaços florestais na área do turismo e do lazer;
- Preservar os valores fundamentais do solo e da água;
- Fomentar os valores paisagísticos dos espaços florestais.

**2.1.4.3. SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA ARRIBAS**

Abrange a faixa costeira desde o Guincho até à Assenta, tendo continuidade a Norte com o PROF do Oeste, e está inserida entre os concelhos de Mafra, Cascais, e de Sintra. Dada a localização desta sub-região homogénea e o facto de abrigar diversos habitats, estabeleceu-se como função primordial a conservação e como segunda função a proteção. Para a terceira função, não só pelo seu valor paisagístico, como também pelo efeito de atração do mar, definiu-se o recreio e enquadramento paisagístico.

Pontos Fortes:

- Forte valor paisagístico;
- Forte procura pela proximidade ao litoral.

Pontos Fracos:

- Forte influência atlântica, que restringe o leque de espécies a aplicar (salsugem);
- Forte pressão urbana, a densidade populacional e dispersão urbana;
- Zonas sensíveis do ponto de vista da erosão e do ponto de vista ecológico que condiciona a gestão.

Objetivos Específicos:

- Conservação da biodiversidade e riqueza paisagística;
- Preservação dos valores fundamentais do solo e da água;
- Ordenamento dos espaços florestais de recreio.

2.1.5. PLANOS DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA (POOC)

Os POOCs são instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, com natureza regulamentar, que vinculam Entidades Públicas e Entidades Privadas, estabelecendo condições para a ocupação, uso e transformação dos solos.

2.1.5.1. PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA SINTRA-SADO



Aprovado pela Resolução do conselho de Ministros nº 86/2003, de 25 de Junho, abrange parte dos concelhos de Sintra, Cascais, Almada, Sesimbra e Setúbal, no troço de costa compreendido entre Sintra e a foz do rio Sado, numa extensão total de 120 km. É uma área de notável diversidade paisagística e ambiental, alternando zonas de falésias rochosas com extensos areais, arribas fósseis com lagoas costeiras, zonas densamente humanizadas com paisagens que mantêm intactas as suas características naturais. A perceção desta diversidade constitui o elemento essencial do adequado ordenamento deste troço da orla costeira, pelo que o regime do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Sintra-Sado assenta na necessária compatibilização entre a proteção e valorização da diversidade biológica e paisagística, em especial no que concerne aos valores naturais presentes nas áreas protegidas, e à salvaguarda das zonas de risco com o uso público destes recursos e o desenvolvimento socioeconómico da área metropolitana de Lisboa.

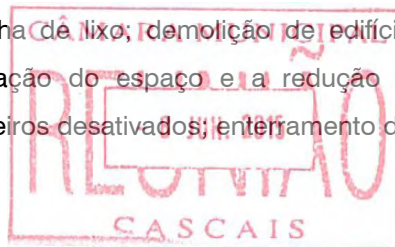
Ao nível da Área marinha deve ser elaborado um estudo de caracterização e avaliação da ocorrência do percebe *Pollicipes pollicipes* na área do Parque Natural de Sintra-Cascais com vista à regulamentação da apanha desta espécie.

No âmbito do concelho de Cascais, o POOC Sintra-Sado identifica duas unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG), ou seja, dois espaços de intervenção que, dada a coerência interna que as diferencia da restante orla costeira, deverão ser objeto de um projeto diferenciado de requalificação e valorização ambiental, elaborado pelo ministério responsável pela área do ambiente, em articulação com a Câmara Municipal de Cascais. São elas:

UOPG 8 — Troço de costa Guincho-Guia

O projeto elaborado obedeceu aos seguintes objetivos: recuperação do sistema dunar e coberto vegetal, incluindo a eliminação de espécies exóticas infestantes e posterior

monitorização; recuperação de áreas percorridas por incêndios; reformulação das construções e atividades associadas; estudo de uma solução viária equacionando percurso rodoviário alternativo, estacionamento enterrado e ou superficial; ciclovia; melhoria das acessibilidades em situações de ocorrência de incêndios e criação e manutenção de corta-fogos e de pontos de água; requalificação e ordenamento das atividades associadas aos viveiros de marisco e pesqueiros, incluindo rede de acessos; pontos de recolha de lixo; demolição de edifícios abandonados ou degradados, promovendo a requalificação do espaço e a redução da pressão urbanística neste troço de costa; demolição de viveiros desativados; enterramento das infraestruturas aéreas.



UOPG 9 — Boca do Inferno

Deverá ser objeto de Plano de Pormenor. O P.P. a elaborar deverá obedecer aos objetivos descritos no ponto 11.3.3. *PLANOS DE PORMENOR DELIBERADOS OU EM ELABORAÇÃO* e que correspondem aos estabelecidos neste POOC para aquela área territorial.

2.1.5.2. PLANO DE ORDENAMENTO DA ORLA COSTEIRA PARA O TROÇO CIDADELA-SÃO JULIÃO DA BARRA

Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 123/98, de 24 de Setembro, insere-se na totalidade no Concelho de Cascais. Trata-se de uma área de carácter globalmente urbano, onde as excecionais condições naturais foram ao longo dos séculos objeto de um processo de humanização, mantendo no essencial uma grande qualidade do ponto de vista da inserção da ocupação humana no meio natural, tendo sido considerado, em sede do Plano Diretor Municipal, como “espaço de desenvolvimento estratégico. No âmbito do POOC definem-se regras e princípios para a salvaguarda e potencialização de recursos naturais, ambientais e paisagísticos, nomeadamente no que se refere ao ordenamento das diversas praias de acordo com a sua capacidade de utilização e à requalificação de áreas urbanas.

Consideram-se neste Plano quatro UOPGs:

UOPG1 – Zona de São João e envolvente ao Forte de Santo António

Objeto de Plano de Pormenor elaborado em articulação com o Instituto Nacional da Água, contemplando: a remodelação do Forte de Santo António, conferindo-lhe um uso de utilidade

pública ou turística; a remodelação da rede viária e o enquadramento das intenções viárias previstas; a realização e um estudo paisagístico, contemplando as disposições do regulamento para cada categoria de espaços; um núcleo de mergulho e escalada; e) Um bar com esplanada; a realização de um estudo sobre os troços do Passeio Marítimo abrangidos; estacionamento; propostas de intervenção para o edificado existente; propostas de ocupação para os espaços edificáveis.

UOPG2 – Centro de Interpretação Ambiental da Ponta do Sal e área envolvente;



Projeto de execução elaborado pelo INAG em articulação com a Câmara Municipal de Cascais, incluindo obrigatoriamente os troços do Passeio Marítimo abrangidos e o projeto de paisagismo e arranjos exteriores, incluindo a conservação, recuperação e instalação de vegetação de interesse paisagístico, bem como a instalação de equipamento: centro de interpretação ambiental, com uma área de construção máxima de 300 m² e área de implantação de igual valor; bar/esplanada, com uma área de construção máxima de 50 m² e área de implantação de igual valor e estacionamento para um máximo de 40 veículos ligeiros e 3 veículos pesados de passageiros.

Este projeto já se encontra concluído e em pleno funcionamento.

UOPG3 – Passeio Marítimo e área envolvente entre a Bafureira e Carcavelos;

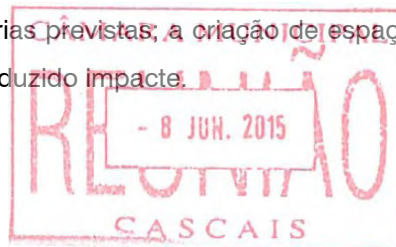
Projeto de execução elaborado pelo INAG em articulação com a Câmara Municipal de Cascais, contemplando: interdição da circulação ou estacionamento de automóveis; pista de skate e patins em linha; espaços de estada; estudo dos troços do Passeio Marítimo abrangidos; plantação de sebe junto à Marginal, nas zonas de maior proximidade dos peões à estrada, com espaçamentos que permitam a manutenção de vistas para o mar a partir da Marginal; praça panorâmica sobre o mar, pontuada com árvores de fuste alto; esplanadas em estrutura ligeira, voltadas para a praça panorâmica; estudo paisagístico, contemplando as disposições do Regulamento para cada categoria de espaços.

Este projeto já se encontra concluído e em pleno funcionamento.

UOPG4 – Zona Ribeirinha de Cascais

Objeto de Plano de Pormenor a elaborar em articulação com o Instituto Nacional da Água, contemplando: a valorização da relação com o centro histórico de Cascais, visando a

constituição de um todo harmónico e qualificado; a reestruturação da praia da Ribeira e zonas envolventes, na perspetiva do enquadramento ao centro histórico e à baía de Cascais; a construção de instalações apropriadas para armazenagem dos aprestos do núcleo de pesca local; a pedonalização da quase totalidade do território abrangido pelo plano e a construção de parques de estacionamento subterrâneos apropriados às solicitações; a remodelação da rede viária envolvente e enquadramento das intenções viárias previstas, a criação de espaços comerciais e zonas de esplanada de grande qualidade e reduzido impacto.



2.1.6. PLANO SECTORIAL REDE NATURA 2000

O PSRN2000 faz parte de uma rede ecológica de âmbito europeu, que visa contribuir para a biodiversidade, através da conservação dos *habitats* naturais e da flora e da fauna selvagens, no território da União Europeia. É composta por áreas de conservação de determinados *habitats* e espécies, onde as atividades humanas devem ser compatíveis com a preservação de valores naturais, orientadas para uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, sem perder de vista as exigências económicas, sociais e culturais, bem como particularidades locais e regionais.

Esta rede é formada por dois tipos de zonas:

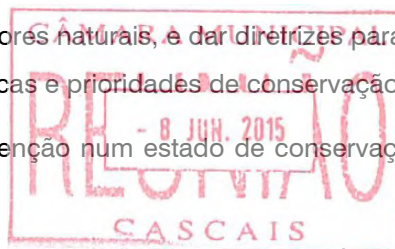
Zonas de Proteção Especial (ZPE). Estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, destinam-se essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves listadas no seu anexo 1, e respetivos *habitats*, bem como das espécies de aves migratórias que, não estando listadas no anexo 1, tenham uma ocorrência regular. No território nacional português estão classificadas pelo Instituto de Conservação da Natureza 29 ZPE.

Zonas Especiais de Conservação (ZEC). Estabelecidas ao abrigo da Diretiva Habitats, visam assegurar a Biodiversidade através da conservação dos *habitats* naturais (anexo 1) e dos *habitats* das espécies da flora e fauna selvagens (anexo 2) que se considerem ameaçados no espaço da União Europeia. São definidas a partir de conjunto de Sítios de Importância comunitária (SIC), selecionados a partir da Lista Nacional de Sítios de cada um dos estados membros da União Europeia. No território nacional português estão classificados pelo Instituto de Conservação da Natureza 60 SIC.

O Plano Sectorial da Rede Natura (PSRN2000), estabelecido pelo Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de Abril, é um IGT que visa salvaguardar e valorizar os Sítios e as ZPE do território continental. O PSRN2000 vincula as entidades públicas, e as medidas neles previstas devem ser inseridas

nos planos municipais de ordenamento do território e nos planos especiais. Os seus principais objetivos são:

- Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território, com vista a garantir a conservação, a médio e a longo prazo, dos valores naturais desse território;
- Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais, e das diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação;
- Definir medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies;
- Definir os projetos que devem ser sujeitos a avaliação de impacto ambiental ou a análise de incidências ambientais.



O concelho de Cascais inclui parte do sítio nº PTCO0008 / Sintra Cascais, nas suas freguesias de Cascais e Alcabideche, numa extensão de 2641ha (16% da área total, o que significa que 16% da área total do sítio se encontra no Concelho de Cascais.

2.1.7. PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA DAS RIBEIRAS DO OESTE

O Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste foi publicado em Decreto Regulamentar nº 26/2002, de 5 de Abril.

A bacia hidrográfica das ribeiras do Oeste cobre um total de perto de 2.400 km², abrangendo total ou parcialmente 21 concelhos, onde residem cerca de 550.000 habitantes. Entre os Concelhos abrangidos parcialmente, encontra-se o de Cascais.

O âmbito territorial do Plano abrange nove bacias principais correspondentes à foz dos rios, ribeiras ou principais afluentes de 1.ª ordem, sendo uma delas a “Costa do Estoril”.

Na área do Plano consideradas três áreas correspondentes a áreas geográficas que, do ponto de vista do planeamento dos recursos hídricos, podem ser consideradas homogéneas. A “costa do Estoril”, é parte integrante da área geográfica “Sul”.

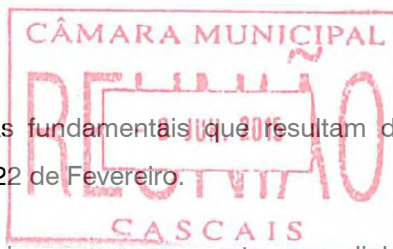
Este Plano, tem por objeto a definição das regras de gestão dos recursos hídricos, nos termos e ao abrigo do disposto nos seguintes diplomas legais:

- Decretos–Lei nos 45, 46 e 47/94, de 22 de Fevereiro;
- Decreto–Lei nº 152/97, de 19 de Junho;

- Decreto-Lei nº 235/97, de 3 de Setembro;
- Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto;
- Lei nº 48/98, de 11 de Agosto;
- Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro;

Decreto-Lei nº 382/99, de 22 de Setembro.

Assenta num conjunto de princípios e linhas estratégicas fundamentais que resultam dos objetivos gerais consagrados no Decreto-Lei nº. 45/94, de 22 de Fevereiro.



Apresentam-se seguidamente os princípios fundamentais em que assentam as linhas estratégicas principais preconizadas para o PBH das Ribeiras do Oeste:

Precaução

Onde existem ameaças de danos sérios ou irreversíveis não será utilizada a falta de certeza científica total como razão para o adiamento de medidas eficazes em termos de custos para evitar a degradação ambiental;

Prevenção

Será sempre preferível adotar medidas preventivas, que impeçam, a ocorrência de danos, do que proceder mais tarde à sua reparação;

Elevado nível de proteção

Uma política do ambiente não deve ser balizada pelos níveis mínimos de proteção aceitáveis;

Integração

Deverá ser visada uma integração dos diferentes recursos, requisitos e políticas;

Utilização das melhores tecnologias disponíveis

Na resolução dos problemas, particularmente no que respeita ao tratamento de águas residuais, devem ser consideradas as melhores tecnologias disponíveis;

Poluidor-pagador

Será objetivo fundamental da política de ambiente a internalização, pelos vários agentes, dos custos da proteção dos recursos;

Racionalidade

Económica das soluções - os objetivos para os planos de bacia deverão obedecer a critérios de racionalidade económica, e na escolha das soluções deverão ser adotados indicadores custo/eficácia;

Subsidiariedade

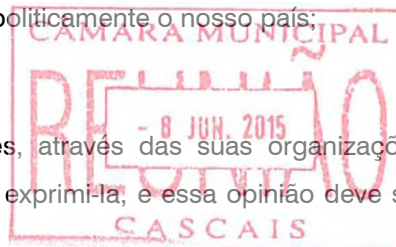
Os atos de gestão serão praticados pelos escalões da administração que, face à sua natureza e implicações, estão em melhores condições para o fazer;

Solidariedade e coesão nacional

As linhas de cumeada nunca compartimentaram social ou politicamente o nosso país;

Transparência e participação

Têm que ser criadas condições para que os utilizadores, através das suas organizações representativas, possam formular a sua opinião e possam exprimi-la, e essa opinião deve ser tomada em consideração na decisão.



As linhas estratégicas fundamentais consideram os seguintes objetivos de planeamento dos recursos hídricos:

- Assegurar o abastecimento de água a toda a população em adequadas condições de qualidade e fiabilidade, reconhecendo que é um direito fundamental de todos os cidadãos o acesso a uma determinada quantidade básica de água em boas condições de qualidade;
- Assegurar a disponibilidade de água para os diferentes sectores de atividades socioeconómicas, designadamente a agricultura, a indústria e energia, e o comércio e serviços, reconhecendo que a sustentabilidade da economia de base das sociedades depende do fornecimento de determinadas quantidades razoáveis de água com qualidade adequada;
- Recuperar e prevenir a degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas e assegurar a estrutura e o bom funcionamento dos ecossistemas aquáticos e ribeirinhos e dos ecossistemas associados, de forma articulada com os usos e a fruição dos meios hídricos, reconhecendo que a proteção da qualidade da água é um imperativo do objetivo mais vasto da proteção do ambiente e da conservação da natureza;
- Prevenir e mitigar os efeitos da cheias, das secas e dos efeitos dos acidentes de poluição, reconhecendo a necessidade de salvaguardar a segurança das pessoas e bens. Nesta perspetiva, e tendo em vista a resolução dos problemas diagnosticados e as alterações estruturais necessárias a uma correta e eficiente política de gestão dos recursos hídricos, consideram-se as seguintes linhas estratégicas principais:
 - Resolução das Carências Básicas de Infraestruturas;
 - Resolução das Disfunções Ambientais Associadas ao Meios Hídricos;
 - Prevenção e Valorização do Património Natural;
 - Proteção da Segurança e Saúde de Pessoas e Bens.

Os objetivos operacionais estabelecidos para cada área temática, apresentados de seguida, podem considerar-se abrangidos por um conjunto de objetivos de carácter global, designados por OBJECTIVOS DO PLANO:

PROTECÇÃO DAS ÁGUAS E CONTROLE DA POLUIÇÃO

- Garantir a qualidade do meio hídrico em função dos usos;
- Garantir a qualidade da água nas origens para os diferentes usos, designadamente para consumo humano;
- Assegurar o nível de atendimento nos sistemas de drenagem e tratamento dos efluentes, com soluções técnica e ambientalmente adequadas;
- Promover a recuperação e controle da qualidade dos meios hídricos superficiais e subterrâneos, no cumprimento da legislação nacional e comunitária, nomeadamente através do tratamento e da redução das cargas poluentes e da poluição difusa.



GESTÃO DA PROCURA

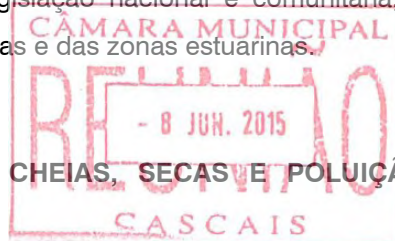
- Assegurar uma gestão racional da procura de água, em função dos recursos disponíveis e das perspetivas socioeconómicas;
- Assegurar a gestão sustentável e integrada das origens subterrâneas e superficiais;
- Assegurar a quantidade de água necessária na origem, visando o adequado nível de atendimento no abastecimento às populações e o desenvolvimento das atividades económicas;
- Promover a conservação dos recursos hídricos, nomeadamente através da redução das perdas nos sistemas ou da reutilização da água.

PROTECÇÃO DA NATUREZA

- Assegurar a proteção dos meios dos aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, a proteção e recuperação de habitats e condições de suporte das espécies nos meios hídricos e nas zonas estuarinas;
- Promover a salvaguarda da qualidade ecológica dos sistemas hídricos e dos ecossistemas, assegurando o bom estado físico e químico e a qualidade biológica, nomeadamente através da integração da componente biótica nos critérios de gestão da qualidade da água;

- Promover a definição de caudais ambientais e evitar a excessiva artificialização do regime hidrológico, visando garantir a manutenção dos sistemas aquáticos, fluviais, estuarinos e costeiros;
- Promover a preservação e/ou recuperação de troços de especial interesse ambiental e paisagístico, das espécies e habitats protegidos pela legislação nacional e comunitária, e nomeadamente das áreas classificadas, das galerias ripícolas e das zonas estuarinas.

PROTECÇÃO E MINIMIZAÇÃO DOS EFEITOS DAS CHEIAS, SECAS E POLUIÇÃO ACIDENTAL



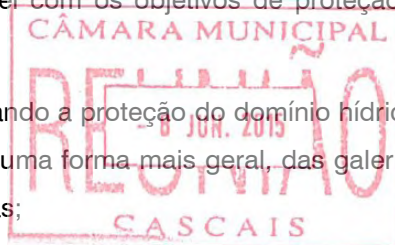
- Promover a minimização dos efeitos económicos e sociais das secas e das cheias, no caso de elas ocorrerem, e dos riscos de acidentes de poluição;
- Promover a adequação das medidas de gestão em função das disponibilidades de água, impondo restrições ao fornecimento apenas quando as reservas disponíveis atinjam um nível excessivamente baixo, e promovendo a racionalização dos consumos apontando para consumos unitários mínimos;
- Promover o ordenamento das áreas ribeirinhas sujeitas a inundações e o estabelecimento de cartas de risco de inundação e promover a definição de critérios de gestão, a regularização fluvial e a conservação da rede hidrográfica, visando a minimização dos prejuízos;
- Promover o estabelecimento de soluções de contingência em situação de poluição accidental, visando a minimização dos efeitos.

VALORIZAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA DOS RECURSOS HÍDRICOS

- Potenciar a valorização social e económica da utilização dos recursos;
- Promover a designação das massas de água em função dos respetivos usos, nomeadamente as correspondentes às principais origens de água para produção de água potável existentes ou planeadas;
- Promover a identificação dos locais para o uso balnear ou prática de atividades de recreio, para a pesca ou navegação, para extração de inertes e outras atividades, desde que não provoquem a degradação das condições ambientais.

ARTICULAÇÃO DO DOMÍNIO HÍDRICO COM O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- Preservar as áreas do Domínio Hídrico;
- Promover o estabelecimento de condicionamentos aos usos do solo, às atividades nas albufeiras e nos troços em que o uso não seja compatível com os objetivos de proteção e valorização ambiental dos recursos;
- Promover a definição de diretrizes de ordenamento, visando a proteção do domínio hídrico, a reabilitação e renaturalização dos leitos e margens e de uma forma mais geral, das galerias ripárias, dos troços mais degradados e das zonas estuarinas;
- Assegurar a elaboração dos Planos de Ordenamento das Albufeiras (POA) existentes e previstas e a adequação quer dos Planos de Ordenamento das Albufeiras (POA) quer dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) tendo em conta as orientações decorrentes do Plano de Bacia.



QUADRO INSTITUCIONAL E NORMATIVO

- Racionalizar e otimizar o quadro normativo e institucional vigente;
- Promover a melhoria da coordenação intersectorial e institucional, nomeadamente nos empreendimentos de fins múltiplos;
- Assegurar a simplificação e racionalização dos processos de gestão da água.

REGIME ECONÓMICO-FINANCEIRO

- Promover a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas e a utilização racional dos recursos e do meio hídrico;
- Promover a aplicação dos princípios utilizador-pagador e poluidor-pagador.

CONHECIMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS

- Aprofundar o conhecimento dos recursos hídricos;
- Promover a monitorização do estado quantitativo e qualitativo das massas de água superficiais e subterrâneas;
- Promover a obtenção contínua de informação sistemática atualizada relativa a identificação do meio recetor e promover a estruturação e calibração de modelos de qualidade de água,

integrando a poluição pontual e difusa assim como toda a rede hidrográfica principal, as albufeiras e os principais aquíferos;

- Promover o estudo e investigação aplicada, visando o planeamento e a gestão sustentável dos recursos hídricos;
- Promover a participação das populações através da informação e sensibilização para a necessidade de proteger os recursos e o meio hídrico.

Para o estudo e avaliação dos recursos hídricos da área incluída no âmbito territorial deste Plano, considera-se a sua subdivisão em nove unidades hidrográficas: Alcobaça, São Martinho, Óbidos, Peniche, Sizandro, Safarujó, Lizandro, Colares e Costa do Estoril.

O plano define que os recursos hídricos subterrâneos serão prioritariamente afetados ao abastecimento urbano de localidades onde se verifique ser económica, técnica e ambientalmente adequada a sua utilização, e que em termos quantitativos, os recursos hídricos de superfície podem ter de ser, em algumas áreas e/ou em alguns períodos, limitados na sua utilização. Nestes casos, a ordem de preferência na afetação de recursos hídricos, para novos usos ou existentes, deverá ser a seguinte:

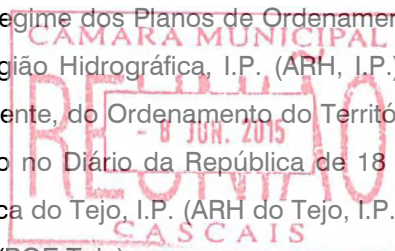
- a) Abastecimento de água às populações;
- b) Usos agrícolas, com preferência pelas culturas permanentes;
- c) Usos industriais, desde que respeitem os direitos de outros usos legalmente estabelecidos na bacia;
- d) Usos recreativos;
- e) Navegação e transporte aquático.

2.1.8. PLANO DE ORDENAMENTO DO ESTUÁRIO DO TEJO

O estuário do Tejo é o maior estuário da Europa Ocidental. É um sistema aquático costeiro de grande diversidade e complexidade e desempenha um papel fundamental para a conservação da natureza e da biodiversidade, para a manutenção de condições de elevada produtividade biológica, incluindo espécies com interesse comercial, e como elemento de muito elevado valor paisagístico, atratividade para o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e de lazer e como suporte de diversas e importantes atividades económicas, incluindo as inerentes à implantação do porto de Lisboa, de importância geoestratégica de âmbito supranacional. Por

outro lado este sistema é, muitas vezes, utilizado como grande recetor das águas residuais das cidades e indústrias das suas margens. Esta multiplicidade de funções e usos faz com que seja reconhecida a necessidade de proteger e gerir adequadamente os conflitos associados ao ambiente do estuário do Tejo.

O Decreto-Lei n.º 129/2008, de 21 de Julho, estabelece o regime dos Planos de Ordenamento dos Estuários (POE), atribuindo às Administrações de Região Hidrográfica, I.P. (ARH, I.P.) a respetiva elaboração. O Despacho do Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional n.º 21020/2009, publicado no Diário da República de 18 de Setembro, acometeu à Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P. (ARH do Tejo, I.P.) a elaboração do Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo (POE Tejo).



O Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo constitui uma figura nova no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, pretendendo-se que seja uma sede privilegiada de discussão de opções de ordenamento e gestão em torno do estuário, entre os vários atores que sobre ele atuam e o usufruem, para uma efetiva abordagem integrada e sustentável de gestão da água e dos usos com ela conexos.

Das diversas reuniões de reflexão promovidas pela ARH-do Tejo, tendo em consideração a importância e complexidade deste estuário, a mais-valia de todo o trabalho técnico e científico a que tem sido objeto ao longo dos últimos 20 anos e o resultante saber acumulado, concluiu-se que seria importante deixar uma memória escrita de forma a compilar o conhecimento profundo e sério sobre as temáticas abordadas.

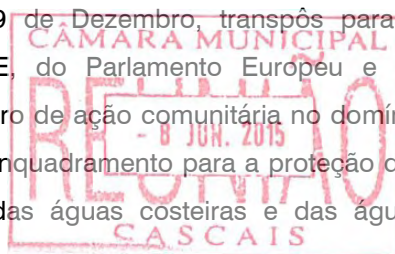
A elaboração do POE Tejo, projeto pioneiro a nível nacional, constitui uma oportunidade única para o planeamento, ordenamento e gestão do estuário e da orla estuarina, através de uma adequada compatibilização dos múltiplos usos e ocupações do território com os objetivos de proteção e valorização dos recursos hídricos e dos ecossistemas e valores naturais associados. Constitui sede privilegiada de articulação entre as entidades com responsabilidade na gestão do território envolvendo desde o primeiro momento os diferentes atores-chave para a promoção da concertação de interesses e geração de consensos com vista a uma responsabilidade partilhada no ordenamento e gestão.

A área de intervenção do POE integra as águas de transição, os seus leitos e margens, que constituem o estuário, e ainda a orla estuarina à qual corresponde uma zona terrestre de proteção com a largura máxima de 500 m contados a partir da margem. Abrange parcialmente os concelhos de Cascais, Oeiras, Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Alenquer, Azambuja, Benavente, Alcochete, Montijo, Moita, Barreiro, Seixal e Almada.

2.1.9. PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO

ENQUADRAMENTO LEGAL

A Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, transpôs para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, a qual estabeleceu um quadro de ação comunitária no domínio da política da água e tem como objetivo estabelecer um enquadramento para a proteção das águas superficiais interiores, das águas de transição, das águas costeiras e das águas subterrâneas.



A referida diretiva fixou o ano de 2015 como a data limite até à qual os Estados membros devem atingir o bom estado e bom potencial das massas de água, devendo tais objetivos ambientais ser prosseguidos através da aplicação dos programas de medidas especificados nos planos de gestão das regiões hidrográficas.

A competência para elaboração dos planos de gestão de bacia hidrográfica, enquanto instrumentos de planeamento dos recursos hídricos que visam a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível das bacias hidrográficas integradas numa região hidrográfica, está cometida às administrações de região hidrográfica.

OBJECTIVOS

Os planos de gestão de região hidrográfica são instrumentos de planeamento das águas que, visando a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível da bacia hidrográfica.

O planeamento das águas visa fundamentar e orientar a proteção e a gestão das águas e a compatibilização das suas utilizações com as suas disponibilidades de forma a:

- a) Garantir a sua utilização sustentável, assegurando a satisfação das necessidades das gerações atuais sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades;
- b) Proporcionar critérios de afetação aos vários tipos de usos pretendidos, tendo em conta o valor económico de cada um deles, bem como assegurar a harmonização da gestão das águas com o desenvolvimento regional e as políticas sectoriais, os direitos individuais e os interesses locais;
- c) Fixar as normas de qualidade ambiental e os critérios relativos ao estado das águas.

ÁREA ABRANGIDA

A Região Hidrográfica do Tejo – RH5- é uma região hidrográfica internacional com uma área total de aproximadamente 81 400 km², dos quais 25 665 km², ou seja 32%, são em território nacional, constituindo esta área o objeto do Plano. A RH5 é limitada pelo território espanhol a Nascente, as bacias hidrográficas das ribeiras do Oeste e do Lis-a Poente, a bacia hidrográfica do Mondego a Norte e a bacia hidrográfica do Douro a Nordeste. A Sul e a Sudeste é limitada pelas bacias hidrográficas do Sado e do Guadiana, respetivamente.

O rio Tejo nasce na serra de Albarracín (Montes Universais), em Espanha, a cerca de 1 600 m de altitude e apresenta um comprimento de 1 100 km, dos quais 230 km em Portugal e 43 km de troço internacional, definido desde a foz do rio Erges, afluente da margem direita do Tejo, até à foz do rio Sever, na margem esquerda.



Figura nº 12
Área abrangida pelo PGRH Tejo

Fonte: ARH-Tejo – www-arhtejo.pt, Dez. 2011

2.2. ESTRATÉGIA REGIONAL LISBOA 2020¹

Em 2007 a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo publicou a Estratégia Regional para a “nova” região de Lisboa², visando o desenvolvimento e a afirmação de Lisboa e da sua Área Metropolitana – na qual se insere o concelho de Cascais – na Europa e no Mundo.

Os principais fatores críticos de sucesso da Região de Lisboa são os recursos naturais, ambientais, climatéricos e patrimoniais singulares, que a distinguem das restantes metrópoles europeias, constituindo a sua principal vantagem comparativa; uma localização geoestratégica de charneira periférica na Europa, central em termos euro-atlânticos, que vocaciona Lisboa para o desempenho de um papel relevante na globalização, como plataforma de relacionamentos económicos, logísticos, culturais e diplomáticos; e, finalmente, a elevada concentração nacional de recursos produtivos, de ensino, científicos e tecnológicos e de qualificação, que colocam a Região numa posição de partida muito favorável no caminho para a sociedade do conhecimento.

A qualificação é ainda insuficiente em termos gerais, mas apresenta domínios emergentes de ponta: software, indústria automóvel, centros de competências, biotecnologia, turismo.

Por outro lado, as principais debilidades consistem no desordenamento do território, nos constrangimentos à mobilidade, na insuficiente qualificação dos recursos humanos, bem como nas precariedades socio urbanísticas de exclusão social.

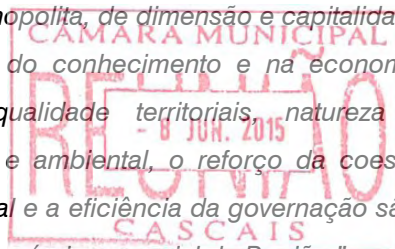
Conscientes de que a Região de Lisboa tem condições para vencer o desafio de passar do ciclo da infraestrutura física – casas, escritórios, estradas, fábricas – ao ciclo do conhecimento – capital humano, comunicações, investigação e desenvolvimento de novos produtos – e que se encontra num momento único e decisivo da sua história, a **Estratégia Regional** centra-se naquilo que é essencial e estratégico – pensar global e agir regional – apostando numa articulação entre competitividade e coesão, através de políticas públicas de base regional adequadamente ancoradas no território e assumida pelos diversos atores que, no terreno, serão corresponsáveis pela sua implementação.

¹ CCDRLVT. (2007). *Lisboa 2020, uma estratégia de Lisboa para a região de Lisboa*. CCDRLVT. Lisboa.

² A 1 de Janeiro de 2007 (DL nº 244/2002 e DL nº 104/2003) entrou em vigor uma nova configuração territorial para efeitos estatísticos, que confere à Região uma dimensão essencialmente urbana/metropolitana: a NUTS II região de Lisboa é composta pelas NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal.

Assim, a Estratégia Regional, Lisboa 2020 tem por ambição transformar a Região numa Euro-Região singular, ou seja, numa Região competitiva, cosmopolita, coesa e conectada, marcando a sua presença numa economia globalizada, sendo a **Visão** formulada da seguinte forma:

“A Região de Lisboa transformar-se-á numa metrópole cosmopolita, de dimensão e capitalidade europeias relevantes, plenamente inserida na sociedade do conhecimento e na economia global, muito atrativa pelas suas singularidade e qualidade territoriais, natureza e posicionamento euro-atlânticos. A sustentabilidade social e ambiental, o reforço da coesão sócio-territorial, a valorização da diversidade étnica e cultural e a eficiência da governação são, nesse horizonte, condições e metas do desenvolvimento económico e social da Região.”



Pretende-se uma Região:

- “Densa” em recursos humanos qualificados, instituições de ensino, designadamente uma rede de escolas de ensino básico que se distinga pela elevada qualidade dos professores, dos equipamentos e da gestão, investigação e desenvolvimento tecnológico;
- Com apreciadas qualidade e facilidades de vida urbanas e rurais para os seus habitantes;
- Fortemente internacionalizada e competitiva no sistema das regiões europeias, com funções económicas e culturais de intermediação entre o Norte – atlântico e industrial e o Sul - mediterrâneo e turístico; e entre a Europa, a América do Sul e algumas regiões de África;
- De serviços qualificados às famílias e às empresas;
- De atividades de perfil tecnológico avançado, mas também de atividades turísticas e residencial, apostando na 3ª idade ativa e nos clusters do lazer/saúde/cultura/desporto;
- De encontros, tolerância e igualdade de oportunidades;
- Com instituições e fórmula de governo eficientes, conjugadas com modalidades de governança ativas.

A Visão para Lisboa, mais do que buscar novos investimentos materiais e rotineiros, aposta num outro horizonte cultural e institucional, assente no reforço da interatividade e da conectividade entre Atores e Instituições (a networking society) com vista à construção de uma Região moderna, competitiva e claramente ancorada nas capacidades das Pessoas, do Território e das Organizações.

2.2.1. PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DE LISBOA (POR LISBOA)

O POR Lisboa assenta nas grandes recomendações da política de coesão, no desígnio estratégico do Quadro de Referência Estratégico Regional (QREN). Para o período programático 2007-2013, este baseia-se nos princípios orientadores da Estratégia Regional, Lisboa 2020, que tem com o objetivo transformar a Região de Lisboa numa euro-Região singular, competitiva, cosmopolita, coesa e conectada, capaz de marcar presença numa economia globalizada, plenamente inserida na sociedade do conhecimento e na economia global, através da sustentabilidade social e ambiental, da valorização da diversidade ética e cultural e da eficiência da governação, ancorada nas capacidades das Pessoas, do Território e das Organizações. Para isso, foram definidos quatro eixos prioritários para o enquadramento geral das ações:

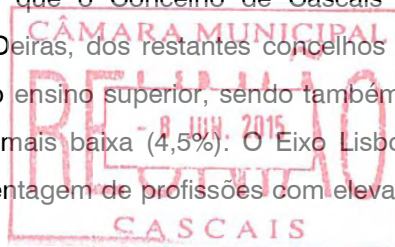
1. **Competitividade, inovação e conhecimento** – ações que reforcem a competitividade da região através de atividades inovadoras e intensivas em conhecimento, tendo em perspetiva a internacionalização.
2. **Sustentabilidade Territorial** – ações que reforcem a organização policêntrica da Região com o intuito de promover um desenvolvimento sustentável, baseado na qualificação das cidades, na melhoria dos transportes e na eficiência ambiental.
3. **Coesão Social** – ações destinadas à valorização da região através da promoção da diversidade social e cultural sustentada no desenvolvimento de parcerias para a Regeneração Urbana e na criação de serviços de apoio população com necessidades especiais para um aumento de qualidade de vida e da equidade social.
4. **Assistência Técnica** – tem como objetivo fomentar, dinamizar, gerir, monitorizar e avaliar o Programa Operacional, através da promoção de estudos, ações e instrumentos que proporcionem um melhor conhecimento e gestão estratégica da Região.

Quanto ao plano de financiamento, o montante global de investimento previsto no Programa Operacional de Lisboa é de 681,36 Milhões de euros, ao qual está associado um financiamento comunitário (FEDER) de 306,68 Milhões de euros, que representa uma taxa de cofinanciamento média de 45,01%. A divisão da percentagem de cofinanciamento por eixo/programa de intervenção far-se-á da seguinte forma:

- 51% para o Eixo Prioritário 1 – “Competitividade, Inovação e Conhecimento”;
- 23% para o Eixo Prioritário 2 – “Sustentabilidade Territorial”;
- 23% para o Eixo Prioritário 3 – “Coesão Social”;

- 3,25% para o Eixo Prioritário 4 – Assistência Técnica.

Por outro lado, poderão ser obtidos adicionalmente apoios concedidos pelo Banco Europeu de financiamento (BEI) e por outros instrumentos financeiros necessários à concretização da estratégia de desenvolvimento. É de referir que no diagnóstico da situação regional apresentado no POR Lisboa (2007-2013), se considera que o Concelho de Cascais se demarca, à semelhança dos Concelhos de Lisboa e de Oeiras, dos restantes concelhos da Região, por uma maior percentagem de população com o ensino superior, sendo também o Concelho onde regista uma das taxas de analfabetismo mais baixa (4,5%). O Eixo Lisboa-Oeiras-Cascais destaca-se também por uma elevada percentagem de profissões com elevado nível de qualificação.





3. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO LOCAL

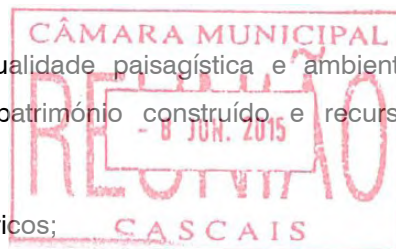


A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive set of initials.

3.1. ANÁLISE SWOT

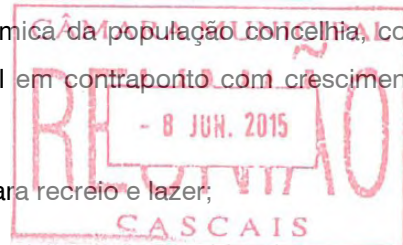
3.1.1. PONTOS FORTES

- Áreas de especial valor ecológico e de elevada qualidade paisagística e ambiental, proporcionando uma oferta rica e diversificada, em património construído e recursos paisagísticos, história e modernidade;
- Zona central da Vila de Cascais e centros urbanos históricos;
- Parque habitacional relativamente jovem;
- Bons acessos rodoviários, ferroviários e marítimos;
- Elevados níveis de atendimento das populações no que se refere ao abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais;
- Existência de estruturas habilitadas para a promoção do empreendedorismo e apoio à dinâmica empresarial;
- Destino turístico consolidado e internacionalmente reconhecido (“marcas” Lisboa e Estoril, eixo Estoril/Cascais e Sintra), cuja riqueza e diversidade de recursos e atributos (património natural, histórico, cultural, arquitetónico), satisfazem os mais diversos segmentos e nichos de procura turística, com capacidade de alojamento em estabelecimentos hoteleiros de 4 e 5 estrelas e presença dos principais grupos hoteleiros internacionais;
- Existência de infraestruturas de nível regional, nacional e internacional, e experiência na organização de eventos de dimensão Internacional, designadamente na prática de desportos náuticos, hipismo, golf, e automobilismo;
- Elevada qualificação da população concelhia;
- Taxas de natalidade superiores à média nacional;
- Crescimento populacional superior à media nacional, proporcionado por um saldo migratório positivo e uma taxa de natalidade superior à media nacional, fatores que contribuem para que o índice de envelhecimento populacional seja inferior à média nacional;
- Rede de equipamentos e serviços com carácter inovador e diverso (culturais, de saúde, educativos, sociais, desportivos).



3.1.2. PONTOS FRACOS

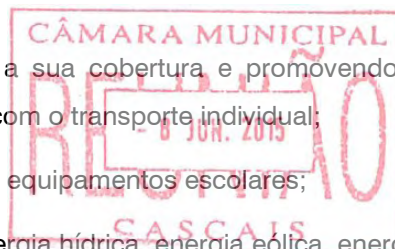
- Desordenamento urbanístico e territorial, existência de zonas desqualificadas e de áreas urbanas de génese ilegal, e progressiva desertificação dos centros históricos;
- Grande assimetria espacial na distribuição socioeconómica da população concelha, com concentração da maioria das infraestruturas no Litoral-Sul em contraponto com crescimento demográfico do interior;
- Fraca capitação de espaços verdes públicos urbanos para recreio e lazer;
- Obstáculos e barreiras arquitetónicas para peões e ciclistas, acrescido da ocupação indiscriminada do espaço público pelas viaturas, em detrimento de espaço de prioridade para peões;
- Modelo de mobilidade assente sobretudo no modo rodoviário, especialmente em formas de utilização individual;
- Fracos níveis de colaboração empresas/universidades e escassa percentagem de empresas com financiamento para inovação;
- Uma estrutura empresarial com persistência de um modelo dominante de desenvolvimento assente em atividades de baixo valor acrescentado e fraca incorporação de inovação e de conhecimento;
- Percentagem diminuta de formação profissionalizante e de índole tecnológica no ensino secundário, dando origem a dificuldades de empregabilidade para os alunos que não prosseguem estudos no ensino superior.



3.1.3. OPORTUNIDADES

- Elevado custo do metro quadrado de solo (em termos relativos em todo o concelho, face à AML) e em particular nos centros históricos e zonas nobres (sobretudo de Cascais e Estoril);
- Atratividade residencial para ativos altamente qualificados;
- Índices de compacidade elevados em algumas zonas de concelho;
- Imigração multicultural crescente com relevância demográfica, económica, social e cultural;
- Projeção de imagem positiva do concelho de Cascais com reconhecimento internacional;

- Dimensão marítima com potencial para o desenvolvimento de atividades económicas portadoras de valor;
- Existência de um quadro de instrumentos de ordenamento e gestão do território (planeamento estratégico) que permite introduzir fatores de racionalidade e competitividade nas decisões de ocupação de espaço;
- Melhoria da rede de transportes públicos, alargando a sua cobertura e promovendo a intermodalidade, particularmente com os modos suaves e com o transporte individual;
- Aumento da oferta do ensino pré-escolar e melhoria dos equipamentos escolares;
- Potencial em energias renováveis elevado: incluindo energia hídrica, energia eólica, energia das marés, das ondas e das correntes, bioenergia e energias solares;
- Áreas industriais em declínio que podem ser requalificadas e direcionadas para novas utilizações.



3.1.4. AMEAÇAS

- Perda de identidade concelhia;
- Prosseguimento de um crescimento urbano extensivo, comprometendo recursos naturais, qualidade de vida das populações e atratividade do território;
- Fragilidade do tecido empresarial local no financiamento e no investimento em projetos estruturantes e em parcerias público-privadas;
- Dificuldades de articulação de políticas sectoriais nacionais com implicações espaciais no concelho e insuficiente flexibilidade de gestão na administração pública;
- Deslocalização de investimentos públicos para outras sub-regiões (Península de Setúbal);
- Vulnerabilidade, a longo prazo, da extensa orla costeira, devido à ocupação desordenada e a algumas intervenções humanas, que têm provocado elevados níveis de erosão e de instabilidade das formações costeiras, e degradação da paisagem;
- Forte pressão para alteração do uso de zonas ambientalmente preservadas;
- Poluição das águas de superfície e subterrâneas e aproveitamento ineficiente das reservas de água, nomeadamente quando as perspetivas associadas às alterações climáticas apontam para maior frequência de situações de seca e escassez de recursos hídricos.

3.2. VISÃO PROSPECTIVA

Na sequência de um profundo processo de planeamento estratégico³ que tem vindo a ser desenvolvido para o território de Cascais, no qual se destaca, pela importância e transversalidade, a “Estratégia de Sustentabilidade do Concelho de Cascais”, consagra-se a seguinte visão:

Cascais será em 2022 um concelho relevante à escala internacional, competitivo, alavancado por uma Governança moderna, assente em redes de conhecimentos e de confiança mútuas, e ancorado num prestigiado capital humano, na excelência dos seus recursos naturais e paisagísticos, e no seu posicionamento geoestratégico.

Território qualificado, marcado pelas Pessoas que nele residem, trabalham ou visitam, bem como pela dinâmica das atividades de elevado valor acrescentado que gera, para o que contribuem o dinamismo e a qualidade da sua sociedade civil, um importante ativo.

Assim, foram desenvolvidos cinco eixos estratégicos, assentes em objetivos que permitiram delinear linhas de atuação que espelham não só a estratégia local, como a integração desta nos grandes planos nacionais e internacionais, e que são:

- **CASCAIS - TERRITÓRIO COM QUALIDADE DE VIDA URBANA**
- **CASCAIS - TERRITÓRIO DE CRIATIVIDADE, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO**
- **CASCAIS - TERRITÓRIO DE VALORES AMBIENTAIS**
- **CASCAIS - TERRITÓRIO COESO E INCLUSIVO**
- **CASCAIS - TERRITÓRIO DE CIDADANIA ACTIVA**

3

- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2008-2012, 2007;
- Plano Hidrográfico – Elaboração da Carta de Áreas Inundadas do Concelho de Cascais para o período de retorno de 100 anos, 2010;
- Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Cascais, 2004;
- Estudo de Trânsito de Âmbito Concelhio ETAC, 2011;
- Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas, 2010;
- Carta do Ruído, 2008;
- Carta de Desporto do Concelho de Cascais, 2010.
- Carta Educativa, 2002.

A visão prospetiva é sustentada nos eixos que são estabelecidos como os objetivos do PDM, que passamos a nomear:

3.2.1. CASCAIS - TERRITÓRIO COM QUALIDADE DE VIDA URBANA



Promover a compacidade e policentrismo do território

- Criação de uma rede urbana densa, qualificada e articulada, contendo a dispersão urbana;
- Estruturação de uma rede urbana polinucleada, ultrapassando a dualidade litoral/interior;
- Reforço qualificado das funções urbanas;

Criar espaços públicos de qualidade e proximidade

- Nova distribuição do espaço público dando primazia ao peão;
- Aumento do conforto dos espaços de estada;
- Requalificar áreas públicas descaracterizadas;
- Ordenamento da rede de equipamentos de utilização coletiva;

Promover a conectividade territorial

- Melhoria da rede de transportes públicos;
- Criação de rede pedonal e ciclável;
- Promoção da intermodalidade.

3.2.2. CASCAIS - TERRITÓRIO DE CRIATIVIDADE, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

Estimular a competição: cooperar para competir, buscando novos nós de valor acrescentado

- Utilização e potenciação do posicionamento geoestratégico de Cascais;

- Fixação de empresas e profissionais, particularmente de elevado potencial criativo;
- Desenvolvimento do ensino universitário;

Estimular a atividade económica de elevado perfil

- Alavancar as dinâmicas económicas do concelho a uma rede de oferta turística de excelência, assegurando elevadas taxas de ocupação com baixos fatores de sazonalidade;
- Promoção da paisagem cultural e natural do concelho, na perspetiva do valor económico;
- Criação de programação de evento e roteiros culturais de impacto internacional;
- Criação de novas centralidades ancoradas na área das Ciências da saúde e da vida, como fatores de qualificação e atração de talentos em segmentos especializados.

**3.2.3. CASCAIS - TERRITÓRIO DE VALORES AMBIENTAIS****Reduzir a pressão sobre os recursos**

- Prevenção da produção de resíduos;
- Salvaguarda da estrutura ecológica do território;
- Utilização eficiente dos recursos naturais;
- Promoção da sustentabilidade energética;
- Preservação da diversidade biológica terrestre e marinha;

Encorajar e facilitar a consciência ecológica

- Promoção da educação e sensibilização ambiental;
- Adoção de atitudes exemplares por parte da autarquia.

3.2.4. CASCAIS - TERRITÓRIO COESO E INCLUSIVO**Apostar na diversidade social**

- Promoção do território inclusivo, para todas as gerações;
- Combate à segregação urbana;
- Aposta em políticas de regeneração urbana;
- Redução de assimetrias territoriais;
- Desenvolvimento de ambientes seguros;

Fomentar a dinamização social inclusiva

- Fomento da acessibilidade às respostas e Serviços de qualidade;
- Promoção do empreendedorismo social;
- Promover a identidade urbana, indutora de referências patrimoniais, culturais e identitárias que reforcem o sentido de pertença e de coesão;
- Aposta no desporto como aglutinador social e potenciador de hábitos saudáveis.



A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.

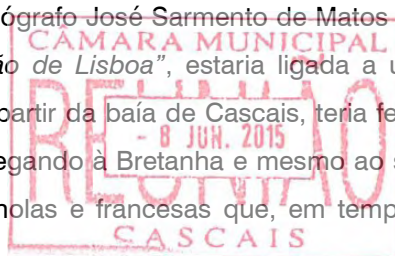
3.2.5. CASCAIS - TERRITÓRIO DE CIDADANIA ACTIVA

Impulsionar a democracia de proximidade

- Promoção da democracia de proximidade e da cidadania ativa;
- Fomento do espírito de comunidade;
- Promoção do voluntariado e da responsabilidade social.

3.3. O POTENCIAL DO MAR

Cascais encontra-se, desde tempos imemoriais, intimamente ligado ao mar. Uma das presumíveis origens do seu nome, parafraseando o Olissipógrafo José Sarmiento de Matos no primeiro Tomo - “as chegadas” - do seu livro “A invenção de Lisboa”, estaria ligada a um “comandante pirata” marroquino chamado *Kaxkax*, que, a partir da baía de Cascais, teria feito variadas incursões pelo Atlântico, até à costa francesa, chegando à Bretanha e mesmo ao sul de Inglaterra. De pior memória são as conquistas espanholas e francesas que, em tempos diferentes, utilizaram esta vila como ponto de entrada.



Posteriormente, foi terra (ainda é, mas em menor escala) de pescadores e, mais recentemente, de excelentes velejadores e praticantes de outros desportos náuticos como o surf. O seu campo de regatas (o mar) é reconhecido a nível mundial como um dos melhores “estádios” para a prática da vela.

Com o intuito de evidenciar a importância e as diversas potencialidades económicas deste sistema, identificam-se (Carta 01.01.03.) as estruturas de apoio à navegação, como é o caso dos faróis e das marcas de sinalização (farolim), fundamentais no auxílio a todas as atividades náuticas, as praias, o Marégrafo, a Capitania e a Alfandega, bem como a lota, os aprestos de pesca, os viveiros de aquacultura, que no caso do Concelho de Cascais, correspondem exclusivamente a viveiros de Lagosta e/ou Lavagante.

Atualmente, com a democratização da navegação de recreio, mas não só, Cascais situa-se num ponto estratégico das rotas atlânticas, enquanto porto de chegada/partida, e como abrigo para quem faz a ligação entre o Norte da Europa e o Mar Mediterrâneo, não existindo na costa atlântica da península Ibérica, nenhum porto de abrigo com as condições como as que apresenta a nossa baía. Para além destes, também os navegadores de fim de semana aqui encontram um local bastante aprazível para se deslocarem e estarem. Imagem disso é a quantidade apreciável de embarcações de recreio que se pode verificar nestes dias, seja em navegação, seja ancoradas entre a praia da Rainha e a praia do Tamariz.

O facto de aqui existir uma Alfândega, transforma o Porto de Cascais numa infraestrutura marítima de dimensão internacional, e numa porta de entrada/saída da Europa.

Identificam-se também as estruturas de apoio à prática desportiva associada ao mar, como sejam estruturas de pesca desportiva, de canoagem, de vela, de mergulho, de surf. Além destas estruturas, a Carta do Mar identifica campos de regatas, onde salientamos a grande qualidade das nossas águas que, associadas à recorrente “nortada”, e à grande capacidade

de organização nacional, tornaram Cascais num local de grande prestígio, a nível mundial, para a prática deste desporto.

Quanto ao surf, salienta-se que é o 2º desporto mais praticado no Concelho, principalmente nas praias do Guincho, de S. Pedro e de Carcavelos. Também aqui, a notoriedade já se faz sentir além-fronteiras, com a organização de alguns eventos anuais de prestígio.

Também a praia do Guincho, devido à “crónica nortada”, já conquistou o seu lugar ao Sol entre os praticantes de “Windsurf” e de “Kitesurf”.

Neste aspeto, só o mergulho não está ainda tão desenvolvido, tendo no entanto toda a nossa costa, um grande potencial para a sua prática

Por outro lado, a baía serve também para local de espera dos navios cargueiros que aguardam a sua entrada no porto de Lisboa, por vezes durante 2 ou 3 dias, identificando-se nesta carta os locais para fundeadouro, bem como áreas de atividade condicionada, como sejam a de proteção aos cabos submarinos, a de proteção à conduta de descargas ou a zona de elevado interesse biofísico.

Salienta-se, na área da investigação e do conhecimento, o Laboratório Marítimo da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

A orla costeira atlântica, regulada por dois planos especiais (POOCs), abrange mais de 40% dos limites do concelho e o Mar representa, pelo posicionamento geoestratégico de Cascais, o seu ativo com maior potencial estratégico, designadamente, na promoção de formas inovadoras de aproveitamento sustentável dos recursos dos marítimos, contribuindo para o desenvolvimento da economia do Mar e das indústrias marítimas, apostando nas ciências e tecnologias do mar, criando emprego, fomentando a investigação, o ensino, a educação, o desporto e a promoção de eventos associados ao mar, resolvendo conflitos de uso e potenciando sinergias através diversas atividades.

Em simultâneo, é necessário garantir que o valioso património natural e cultural subaquático do nosso mar seja devidamente conhecido, valorizado, salvaguardado e protegido.

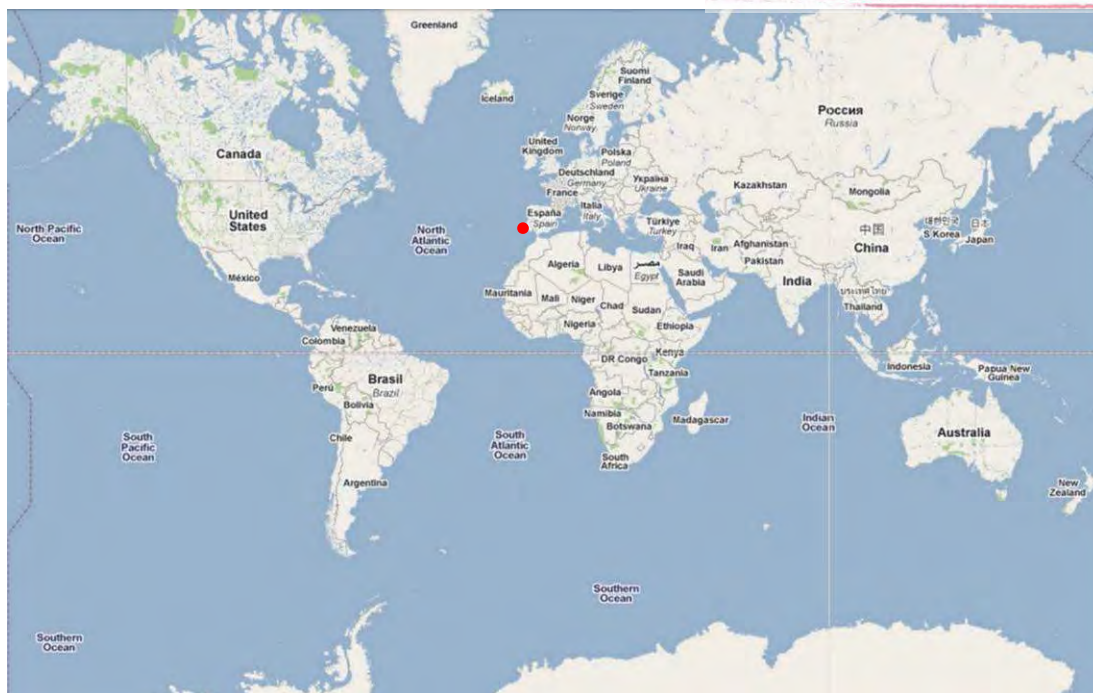
O Mar representa um meio de comunicação e transporte essencial num mundo cada vez mais globalizado, uma fonte de alimentos e fármacos, de energia e de recursos geológicos e genéticos. De realçar neste contexto a identificação das zonas com aptidão para aproveitamento da energia das ondas ou a delimitação da área potencial de extração de areias (Por sinalizar está a informação complementar relativa à monitorização das ondas, das correntes e dos ventos).



Para além da utilização associada, direta e indiretamente, a estas atividades, o Mar e as zonas costeiras têm um papel essencial no bem-estar e qualidade de vida das sociedades, quer através das atividades de desporto e de lazer, quer através dos serviços fundamentais que prestam, como sejam a regulação do clima, a retenção de dióxido de carbono, a produção de oxigénio, a reciclagem e o armazenamento de poluentes. Estes fatores concorrem, em larga medida, para os índices que colocam Cascais entre os melhores locais para viver.

Concluindo, no contexto da globalização

CASCAIS ESTÁ NO CENTRO DA AÇÃO





A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive set of initials.

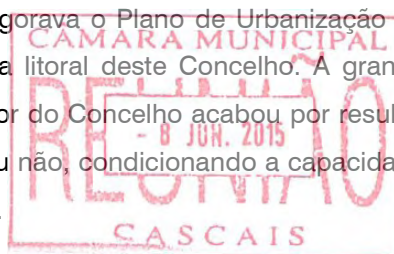
4. PDM EM VIGOR



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.

4.1. ANÁLISE

A inexistência de Planos de ordenamento do território caracterizou durante muitos anos o Concelho de Cascais (e o resto do País), onde apenas vigorava o Plano de Urbanização da Costa do Sol (PUCS), que incidia exclusivamente na faixa litoral deste Concelho. A grande pressão urbanística exercida sobre o vazio criado no interior do Concelho acabou por resultar na proliferação de numerosos loteamentos, clandestinos ou não, condicionando a capacidade de planear adequadamente áreas significativas do território.



A entrada em vigor do PDM em 1997 não resolveu com sucesso o problema do planeamento urbanístico, uma vez que permitiu o licenciamento aleatório e também não programou a ocupação em solo urbanizado e sobretudo urbanizável à execução de Planos de Urbanização ou Planos de Pormenor, instrumentos fundamentais para um desenvolvimento urbano harmonioso.

Assim, a aplicação do PDM fomentou a generalização de densos aglomerados dispersos, desligados da lógica de conjunto que deve presidir ao ato de planear e ordenar o território.

Em geral, os novos loteamentos continuaram a surgir como “ilhas”, formando arquipélagos no território, confrontando-nos hoje com a presença de um urbanismo assente no preenchimento e densificação de malhas urbanas preexistentes, de mais espaços verdes e equipamentos e da adequação das infraestruturas.

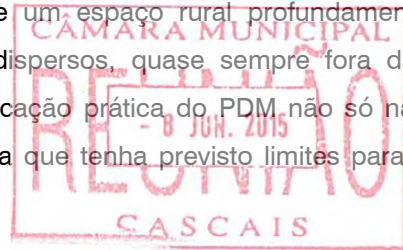
De facto, com a implementação do PDM em 1997, a dinâmica da construção nova sobrepôs-se e ultrapassou largamente o ritmo da execução de infraestruturas e acessibilidades, provocando situações insustentáveis, traduzindo-se numa degradação generalizada da qualidade de vida, incluindo as áreas mais “nobres” do Concelho.

Essa dinâmica foi também particularmente agravada pela aplicação dos parâmetros de construção estipulados, manifestamente excessivos, em manchas de alta e média densidade onde seria preferível uma maior contenção urbanística, o que se revelou nefasto. Os cerca de 10.000 fogos previstos como limite de construção permitido pelo PDM, foram ultrapassados nos primeiros quatro anos de vigência daquele plano.

Passados catorze anos sobre a sua publicação, a análise do território permite verificar que grande parte dos espaços urbanos e urbanizáveis estão já comprometidos, estendendo-se mesmo a alguns espaços de “proteção e enquadramento”, que pretensamente seriam reserva

para uma futura utilização noutros moldes. Proliferaram “ilhas de edificações”, urbanisticamente pesadas e incoerentes.

Antes da entrada em vigor do PDM era já nítida uma divisão territorial do Concelho, mas a construção da autoestrada A5, não só veio consolidar esta situação como a acentuou: a Sul da autoestrada, um espaço urbano muito denso e a Norte um espaço rural profundamente fragmentado por inúmeros loteamentos “clandestinos” dispersos, quase sempre fora das áreas urbanizadas dos aglomerados preexistentes. A aplicação prática do PDM não só não resolveu como nem sequer amenizou esta situação, ainda que tenha previsto limites para a expansão urbana e tenha imposto um zonamento.



Em termos genéricos, excluindo a área do Parque Natural Sintra-Cascais, a Sul do Concelho, a ocupação do território é caracterizada por um contínuo urbano consolidado, sendo os espaços disponíveis, a Norte, essencialmente compostos pelas reservas agrícola e ecológica, intercaladas por espaços urbanos aleatoriamente dispersos, onde se verifica uma promiscuidade entre o uso residencial (na sua grande maioria AUGI's), e os usos comercial e industrial.

As duas Freguesias a Norte do Concelho, Alcabideche e S. Domingos de Rana, foram fortemente caracterizadas pela proliferação destas Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), com maior incidência em S. Domingos de Rana, por vezes comprometendo infraestruturas estratégicas para o Concelho, como é o caso do aeródromo municipal de Cascais, que se encontra assim impedido de uma eventual expansão.

Neste âmbito, a CMC terá que redobrar esforços, seja pela criação de parcerias com vista à legalização e requalificação das AUGI, seja através de uma efetiva participação dos seus proprietários e moradores nesse processo. São enormes os encargos financeiros e os meios necessários para inverter uma situação em muitos aspetos desumanizada, que não atende aos princípios urbanísticos mais elementares, sem espaços públicos e por isso desprovidos de uma imagem urbana coerente e coesa.

Verifica-se que o PDM, se excluirmos a REN e RAN, não previu com clareza espaços com outro tipo de uso que não o da aptidão construtiva. Não apontou, por exemplo, para a construção de parques urbanos ou espaços verdes estruturados. Esta omissão veio favorecer a desarticulação da estrutura ecológica e comprometer a circulação e interligação dos espaços verdes com o edificado.

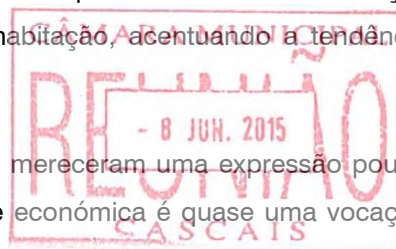
Muitos dos espaços onde o PDM inviabilizou a construção debatem-se hoje com o abandono e com a degradação, mas que não poderão ser considerados sequer, pelo uso que lhes foi atribuído, como potenciais espaços verdes.

O mesmo se poderá afirmar no tocante a espaços adequadamente localizados para a instalação de atividades económicas, o que frustrou o objetivo de atrair o sector terciário de qualidade para o Concelho e assim alargar a oferta de emprego, e que contribuiria para atenuar o número de deslocações diárias entre Cascais e outros Concelhos da Área Metropolitana, (e aumentar a cobrança de derrama). De fato a quase totalidade das licenças de construção emitidas destinaram-se à construção de habitação, acentuando a tendência para o Concelho se transformar em dormitório de Lisboa.

As áreas destinadas ao desenvolvimento turístico também mereceram uma expressão pouco significativa no PDM, se considerarmos que esta atividade económica é quase uma vocação natural deste Concelho e que desde sempre o caracterizou. Com esta proposta de revisão do PDM pretende-se consolidar e reforçar esta vocação através da identificação de espaços adequados para a construção de estabelecimentos hoteleiros e outros equipamentos exclusivamente para fins turísticos, através de uma programação prévia do solo urbanizável.

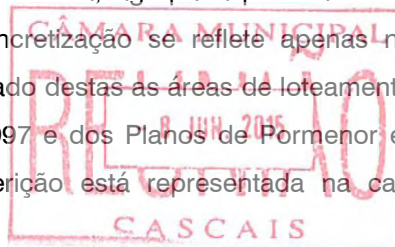
Importa também considerar a carência de equipamentos e infraestruturas que ainda se verifica, como consequência da quase exclusiva aposta na construção de novos alojamentos nas últimas décadas e o crescimento demográfico subsequente. apesar de ter havido um investimento municipal reconhecível para colmatar essa necessidade.

Para mobilizar os meios necessários aos investimentos em melhores infraestruturas, a que se enquadrem nos novos objetivos de desenvolvimento, onde a promoção do turismo e de áreas estruturadas e qualificadas de serviços e de indústrias não poluentes terão lugar de destaque, em alternativa à prioridade proporcionada à habitação que tem prevalecido até hoje.



4.2. CONCRETIZAÇÃO

Por fim, e por ser de difícil quantificação o nível de concretização do PDM no Concelho de Cascais, apresentamos seguidamente uma descrição da mesma, agrupada por classes de espaço semelhantes. Consideramos que o nível de concretização se reflete apenas nas categorias de espaço de cariz “urbanizável”, tendo-se retirado destas as áreas de loteamentos emitidos após 1997, de licenças de construção desde 1997 e dos Planos de Pormenor em elaboração ou publicados desde aquela data. Esta aferição está representada na carta “04.01.05 – CONCRETIZAÇÃO URBANA”.



Assim, em solo urbanizável, o grau de concretização nas áreas propostas para fins residenciais (de baixa, média e alta densidade) foi cerca de 65%, de 70% nas de desenvolvimento estratégico, 75% nas de desenvolvimento singular, 35% nas industriais (valor de difícil aferição por não terem sido previstos parques industriais, provocando a dispersão das novas unidades, e inferior a 20% nos espaços turísticos (dos 6 locais previstos para o efeito, só um foi ocupado com a construção de um hotel).

Em solo rural não há referências a fazer, uma vez que o PDM em vigor assumia uma política de preservação desse espaço.

Em síntese, o grau de execução do PDM Cascais pode ser avaliado como globalmente elevado (cerca de 65%) e a construção com características residenciais sem dúvida a parte mais relevante da ocupação do território, ultrapassando mesmo todas as previsões ao nível do planeamento.



5. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

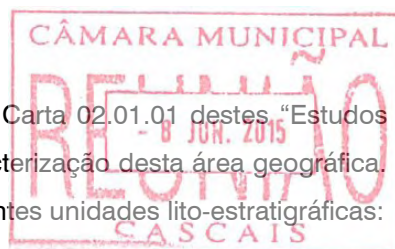


A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.

5.1. GEOLOGIA

5.1.1 UNIDADES LITO-ESTRATIGRÁFICAS

A geologia do concelho de Cascais está cartografada na Carta 02.01.01 destes “Estudos de Caracterização”, a qual serve como referência para a caracterização desta área geográfica. De acordo com este documento, em Cascais afloram as seguintes unidades lito-estratigráficas:



5.1.1.1 FORMAÇÕES DO JURÁSSICO SUPERIOR

Estas litologias afloram a Sul e sudeste do Maciço de Sintra, constituídas essencialmente por calcários, nomeadamente:

- Calcários compactos metamorfizados, denominados Calcários de S. Pedro JB3;
- Calcoxistos com intercalações margosas e níveis conglomeráticos, conhecidos como Xistos do Ramalhão” J3-4. Esta formação devido a aspetos que se prendem com a sua génese e posterior metamorfismo de contato, é um exemplo único no nosso país e como tal apresenta grande valor didático-pedagógico.
- Calcários margosos, margas e calcários com corais J4-5.

Esta mancha de calcários mesozóicos está representada na carta geológica com tonalidades azuis. É pontualmente intruída por filões que estão associados à instalação Maciço Eruptivo de Sintra, estes apresentam orientações paralelas aos bordos do maciço. As formações calcárias do Jurássico superior apresentam boa exposição na arriba litoral e ao longo da estrada Cascais Malveira da Serra (Geossítio), nas faixas onde encostam ao maciço granítico, apresentam uma orla de termometamorfismo de contato.

Esta sequência litológica apresenta uma inclinação máxima de 60º e vai diminuindo de inclinação gradualmente, à medida que nos afastamos do maciço.

5.1.1.2 FORMAÇÕES DO CRETÁCICO

A maior parte do concelho está coberta pelas formações do cretácico, maioritariamente calcárias fossilíferas e algumas margas e grés. As camadas apresentam inclinações máximas

de 50º, na zona de encosto com o maciço granítico e vão gradualmente diminuindo de inclinação até à sub-horizontal.

Estas litologias datam do Cretácico Inferior (140 milhões de anos) e correspondem às formações de Maceira, Rodízio, Cresmina, Cabo Raso e Guincho, são formadas por rochas sedimentares como calcários, arenitos, margas, pelitos, representadas na carta geológica anexo com tonalidades verdes.



5.1.1.3 COMPLEXO VULCÂNICO DE LISBOA (CVL)

O CVL aflora na zona Este do concelho, datado de há cerca de 70 MA, do Cretácico Superior/Eocénico Inferior e está representado na carta geológica anexo com cor castanha.

A deposição de escoadas lávicas evidência um vulcanismo efusivo, embora existam alternâncias de níveis piroclásticos, resultantes de episódios de erupções explosivas.

Intercalados nos níveis vulcânicos existem por vezes paleossolos – solos antigos formados e preservados entre as sequências vulcânicas, evidenciando a existência de períodos de repouso na atividade vulcânica.

O CVL está predominantemente representado por rochas basálticas em diversos tipos de estruturas, nomeadamente, chaminés, escoadas, soleiras e diques.

Os mantos basálticos assentam indiferentemente cobrindo formações do Cretácico Inferior e do Cretácico Superior.

O contacto cartográfico entre as litologias sedimentares e vulcânicas é evidenciado, em certas zonas, por uma pequena orla de metamorfismo de contacto que dá aos calcários um aspeto cristalino.

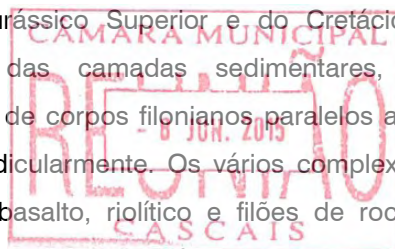
Os afloramentos do CVL apresentam espessuras muito variáveis podem atingir máximos de 400m.

5.1.1.4 MACIÇO ERUPTIVO DE SINTRA (MES)

Este maciço aflora na zona Norte/Noroeste do concelho, datado de há cerca de 82-75 MA, final do Cretácico e está representado na carta geológica anexo com as cores rosa, castanho, branco e vermelho. Trata-se de estrutura elíptica alongada E-W, formada por um conjunto de

rochas magmáticas, com um núcleo de rochas sieníticas, envolvidas por um largo anel granítico e um anel gabro diorítico descontínuo.

O granito de Sintra constitui o tipo petrográfico mais abundante, é constituído pela seguinte paragénese mineral: quartzo, ortose de cor rosada, oligoclase, andesina, biotite, apatite e alanita. O MES instruiu as rochas preexistentes do Jurássico Superior e do Cretácico, associado a esta intrusão deu-se a deformação das camadas sedimentares, o termometamorfismo de contacto das mesmas e a intrusão de corpos filonianos paralelos aos bordos do maciço assim como outros dispostos perpendicularmente. Os vários complexos filonianos, que se dividem em filões de: basalto, traquibasalto, riolítico e filões de rocha alterada não identificada, que se encontram espalhados por todo o território concelhio. Estes filões para além de serem constituídos por rochas diferentes têm inclinações muito diversas.



5.1.1.5 FORMAÇÃO DE AREOLAS DA ESTEFÂNIA E FORMAÇÃO DE ENTRECAMPOS

Estas litologias datam do Miocénico, 20 MA, e afloram na zona Este do concelho, numa faixa com orientação N-S, estão representadas na carta geológica com cores amarelo torrado, riscado e ponteadado a vermelho.

5.1.1.6 ALUVIÕES

Os depósitos aluvionares afloram em zonas paralelas às linhas de água e estão representadas na carta geológica anexo em cinzento claro.

Tratam-se de litologias sedimentares muito recentes, datadas do Plistocénico até à atualidade, pouco consolidadas e litologicamente muito heterogéneas, encontrando-se materiais de matriz arenoargilosa com intercalações lodosas ou essencialmente arenosas ou argilosas. Em alguns destes depósitos podem também encontrar-se materiais de granulometrias mais grosseiras e pouco rolados, desde seixos a blocos.

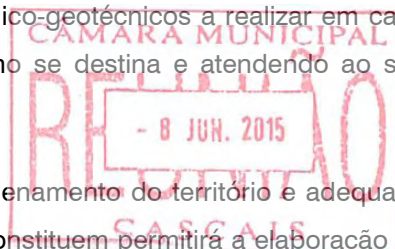
5.1.1.7 SONDAGENS

Durante a execução da zonagem sísmica das formações superficiais e avaliação da perigosidade sísmica do concelho de Cascais, realizada pelo Instituto D. Luís efetuou-se o levantamento das sondagens geológicas existentes nesta área geográfica e respetiva informação geológica e geotécnica disponível sobre o Município de Cascais.

A síntese dos resultados destas sondagens e de toda a informação resultante de ensaios laboratoriais em amostras nelas recolhidas será útil na elaboração de uma carta de zonamento geotécnico.

A caracterização pormenorizada da aptidão geotécnica destas formações dependerá sempre dos resultados obtidos em campanhas de estudos geológico-geotécnicos a realizar em cada local, tendo presente qual a finalidade para que o mesmo se destina e atendendo ao seu enquadramento no Plano Diretor Municipal.

Esta carta será de extrema importância para o correto ordenamento do território e adequado planeamento urbanístico. A correlação dos dados que a constituem permitirá a elaboração de outros documentos de cartografia temática como cartas de aptidão à construção, susceptibilidade de ocorrência de fenómenos de deslizamento de vertentes, entre outras.



5.1.2 RECURSOS GEOLÓGICOS

5.1.2.1 CALCÁRIOS ORNAMENTAIS

Os calcários do concelho de Cascais são recursos minerais, que ao longo dos anos têm sido explorados em pedreiras, das quais ainda se encontram vestígios no concelho. Estas rochas foram utilizadas como materiais de construção, e para brita.

Nas pedreiras das zonas de Birre e Pampilheira extraía-se o calcário cinzento azulado conhecido como “ azul de Cascais”, rocha de características únicas muito apreciadas para pavimentação. As pedreiras do concelho são representadas na carta de recursos geológicos.

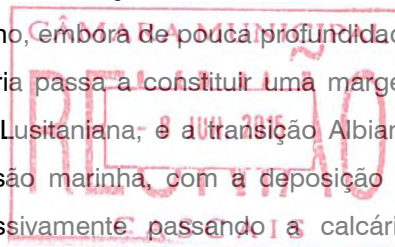
5.1.2.2 RECURSOS HIDROTERMAIS

Atualmente estão em funcionamento as termas do Estoril, caracterizadas por águas fortemente mineralizadas e com uma temperatura da ordem dos 35°C.

5.1.2.3 EVOLUÇÃO PALEOGEOGRÁFICA

A Bacia Lusitaniana é uma bacia sedimentar que se desenvolveu na Margem Ocidental da Ibéria (MOI) durante o Mesozoico, no contexto da fragmentação do supercontinente Pangea - abertura do Atlântico Norte. Durante o Jurássico Superior e o Cretácico deu-se a deposição de

sedimentos em meio marinho mais profundo, evoluindo sucessivamente, devido ao enchimento com sedimentos, para um ambiente marinho menos profundo, recifal, fluvial e lacustre, que está perfeitamente comprovado nas sequências estratigráficas expostas na faixa litoral oeste, quer através da sequência litológica, quer através do seu conteúdo fossilífero específico. Na Bacia Lusitaniana, e só nesta região, é que a transição Jurássico-Cretácico é contínua e representada por sedimentação em meio marinho, embora de pouca profundidade. A partir do Cretácico Inferior a Margem Ocidental da Ibéria passa a constituir uma margem passiva, pelo menos na porção correspondente à Bacia Lusitaniana, e a transição Albiano-Cenomaniano marca o começo de importante transgressão marinha, com a deposição de camadas margosas com ostracodos que vão progressivamente passando a calcários compactos com rudistas, no Cenomaniano superior.



Segue-se importante lacuna sedimentar com a duração de cerca de 40/50 M.A.

O magmatismo do Cretácico Superior acontece após a Margem Ocidental da Ibéria se ter tornado uma margem passiva e nele se incluem o Complexo Ígneo de Sintra e o Complexo Vulcânico de Lisboa.

A progressiva abertura do oceano Atlântico originou uma distensão e adelgaçamento da crosta terrestre, o que propiciou a ascensão de magma à superfície, dando origem ao Complexo Vulcânico de Lisboa.

O Complexo Vulcânico de Lisboa ocupa uma posição estratigráfica entre o topo do Cenomaniano Superior e a base do Cenozóico, agrupando rochas intrusivas e extrusivas, sendo constituído por uma série de escoadas lávicas, depósitos piroclásticos, chaminés vulcânicas, filões e soleiras cuja composição varia desde os basaltos aos riólitos, passando pelos termos intermédios.

O acontecimento geológico que marca e molda o concelho de Cascais, é sem dúvida, a instalação do Maciço Eruptivo de Sintra. Esta intrusão magmática fez ascender correntes de magma que vão arrefecer ainda no interior da crosta terrestre e que vão originar afloramentos de granito, gabro, diorito e sienito entre outros. Esta ascensão de magma originou também a deformação e metamorfização das rochas sedimentares previamente existentes. Paralelamente à intrusão do maciço eruptivo, deu-se a instalação de vários corpos filoneanos. Em consequência, também é na área envolvente a este maciço que se verifica um maior número de falhas geológicas, com um padrão radial.

Por último, os materiais mais recentes que compõem o concelho, além dos aluviões, são a formação das Areolas de Estefânia e a Formação de Entre-Campos (Banco-Real) que datam

do Miocénico (20 M.A.) e afloram na zona Este do concelho, sensivelmente numa faixa com orientação N-S, que vai desde a praia de Carcavelos até Sassoeiros.

A maioria dos depósitos litorais, areias de praia, dunas e dunas consolidadas, depósitos de vertente e aluviões, são atribuíveis ao Quaternário.

5.1.3 GEOMORFOLOGIA



A geomorfologia é função direta da litologia. A modelação das litologias por Acção da geodinâmica interna e externa dá origem a formas de relevo características.

Assim, no concelho Cascais têm maior representatividade quatro unidades geológicas, às quais correspondem também quatro tipos de paisagens, as litologias do Jurássico e do Cretácico, o Complexo Vulcânico de Lisboa e o Maciço Eruptivo de Sintra.

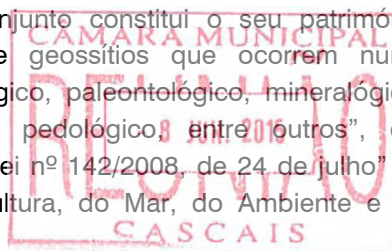
As formações do período Mesozoico formam a plataforma de Cascais, que desce em relevo suave com declive para sul a partir da serra de Sintra. Nalguns pontos esta plataforma encontra-se coberta com formações mais recentes, como por exemplo areias que são transportadas por ação do oceano e sobretudo do vento, originando acumulação das mesmas, formando dunas atuais, areias de praias e dunas consolidadas (Oitavos). Esta plataforma é recortada por alguns vales encaixados dos cursos de água, nomeadamente pela ribeira das Vinhas e ribeira da Foz do Guincho, onde se depositam aluviões.

Distinguem-se na paisagem, da zona Este do concelho, alguns relevos residuais, que correspondem a vestígios de antigas chaminés vulcânicas do Complexo Vulcânico de Lisboa e que conferem à paisagem características distintas, nomeadamente no Cabeço de Mouro, Alto de Bicesse, Pau Gordo, entre outros.

O Maciço Eruptivo de Sintra marca claramente o concelho do ponto de vista geológico, orográfico e climático constituindo a zona mais elevada do concelho, cujos cumes se elevam a mais de 500 m de altitude, exibindo ainda formas de relativa frescura. O MES evoluiu por erosão diferencial, representando na atualidade um relevo alongado com eixo maior de direção W-E e extensão aproximada de 10 km, apresenta um relevo acidentado e uma morfologia típica das rochas magmáticas em caos de bloco.

5.1.4 GEOSSÍTIOS DO CONCELHO DE CASCAIS

“Do ponto de vista geológico e de acordo com o Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho, a área de ocorrência de elementos geológicos com reconhecido valor científico, educativo, estético e cultural é designado por geossítio, cujo conjunto constitui o seu património geológico. O património geológico é “o conjunto de geossítios que ocorrem numa determinada área e que inclui o património geomorfológico, paleontológico, mineralógico, petrológico, estratigráfico, tectónico, hidrogeológico e pedológico, entre outros”, em conformidade com a alínea m), do Artº. 3º., do Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho” in: Parecer 19730/2013/DCNF-DLAP do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.



As formações geológicas mais antigas observáveis que afloram na área geográfica do concelho de Cascais, são do Jurássico Superior e as mais recentes correspondem às areias de praia e aluviões do Quaternário, mas, a geodiversidade e a riqueza do património geológico, advém de existirem também rochas ígneas, intrusivas e extrusivas e rochas metamórficas.

Assim sendo e de acordo com o anteriormente mencionado, deverão ser classificados como geossítios os locais com relevância geológica que de seguida se descrevem pormenorizadamente:

5.1.4.1 O MACIÇO ERUPTIVO DE SINTRA

O Maciço Eruptivo de Sintra (82-75 Ma) é constituído por rochas magmáticas, grosso modo, por granitos, gabros, dioritos e sienitos. Encontra-se intruído em calcários compactos e em calcários margosos do Jurássico superior e do Cretácico. O mesmo, constitui, sem dúvida, “o acidente geológico e geomorfológico de maior importância da península de Lisboa”.



Figura nº 13
O Maciço Eruptivo de Sintra

5.1.4.2 VÉRTICE GEODÉSICO DA PEDRA AMARELA

O Vértice Geodésico da Pedra Amarela é um local, no MES, muito importante devido à sua riqueza morfológica, geológica e paisagística. Aqui pode observar-se afloramentos do granito de Sintra, este tipo petrográfico, constitui a rocha mais abundante do Maciço Eruptivo de Sintra e ocupa uma área grosseiramente circular, cortada a oeste pelo Oceano Atlântico. O Maciço apresenta uma morfologia típica das rochas graníticas- Caos de Bloco.

“A composição mineralógica do granito é, na generalidade, quartzo, ortose de cor avermelhada, (geminções de Carlsbad e de Baveno) oligoclase e, por vezes, andesina de cor creme (geminções segundo Albite e Carlsbad-Albite), biotite, apatite e alanite. Um aspeto importante do granito de Sintra é a existência de um feldspato alcalino, sodo-potássico, anortoclase, que, como a sanidina por vezes presente em certos tipos petrográficos do maciço, testemunha o relativamente elevado regime de temperatura na formação destas rochas.” (In: “Notícia Explicativa da Folha 34-C, Cascais, Departamento de Geologia, Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa, 2001, P. 43 e 44). A partir do Vértice Geodésico da Pedra Amarela é possível ter uma noção da estruturação do Maciço Eruptivo de Sintra. Este local tem uma altitude de 406 metros, e tem uma vista panorâmica sobre todo o Concelho de Cascais.

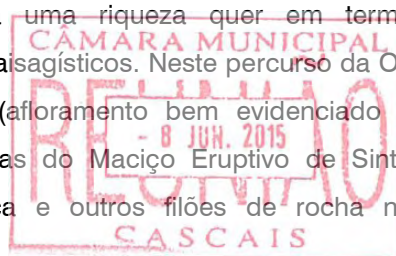


Figura nº 14
O Maciço Eruptivo de Sintra

5.1.4.3 FAIXA LITORAL OESTE

5.1.4.3.1 CORTE GEOLÓGICO - Arriba entre a Ponta da Abelheira e a Praia do Abano e o Afloramento, localizado na Ponta da Abelheira.

A nível geológico também se pode considerar a arriba entre a Ponta da Abelheira e a Praia do Abano como um geossítio, uma vez que apresenta uma riqueza quer em termos geomorfológicos, tectónicos, sedimentares, estruturais e paisagísticos. Neste percurso da Orla Costeira pode-se observar os Calcários do Jurássico (afloramento bem evidenciado na fotografia nº 6) em contacto com as rochas magmáticas do Maciço Eruptivo de Sintra, verificando-se também alguns filões de rocha basáltica e outros filões de rocha não identificada.



O litoral entre o contacto do Maciço de Sintra com a cobertura mesozoica, o qual se verifica um pouco a Norte da Ponta da Abelheira e a praia do Abano, apresenta uma notável série do Jurássico Superior (Oxfordiano médio - Titoniano), que embora seja atravessada por diversos filões eruptivos, pode ser estudada praticamente camada a camada, e que abrange os Calcários de São Pedro, Xistos do Ramalhão, Calcários de Mem Martins e Calcários de Farta Pão. A sucessão é interrompida por uma falha que põe esta última formação em contacto com os calcários do Cretácico Inferior (Hauteriviano - Barremiano).

O corte foi detalhadamente estudado, em especial do ponto de vista micropaleontológico-estratigráfico por Ramalho (1971). Trata-se de uma série em que é possível observar a evolução deposicional a partir de um ambiente pelágico passando a um recifal até laguno-marinho.

Os níveis mais antigos são calcários espessos, posteriormente metamorizados pela intrusão do Maciço (Calcários de São Pedro), contendo raros restos de amonites que passam aos Xistos do Ramalhão, compostos de níveis em geral estreitos de calcário mais ou menos argiloso, muito escuro, por vezes com intercalações de conglomerados finos, em sequências turbidíticas distais, que mostram o seu aspeto típico de digitações esbranquiçadas de origem metassomática.

Seguem-se os Calcários de Mem Martins que neste local incluem possantes e numerosos níveis de brechas recifais (corais, estromatoporídeos, estruturas estromatolíticas, etc.) e algumas passagens margosas, e finalmente, os Calcários de Farta-Pão, intensamente bioturbados (nodulares) com foraminíferos complexos, ostracodos e algas calcárias. O topo da arriba (100m aproximadamente), corresponde à vasta planície de abrasão marinha da região, onde ocorrem níveis de areias, cascalheiras e blocos rolados de praias levantadas e dunas atuais.

Como medidas de proteção, recomenda-se a proibição de construção na faixa costeira e as intervenções que ocultem o corte geológico ou prejudiquem a beleza paisagística.

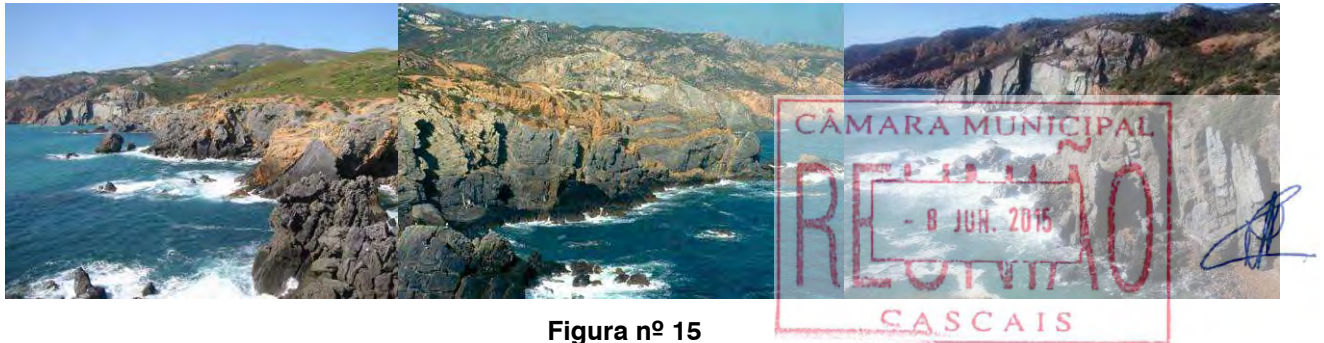


Figura nº 15
Arriba entre a Ponta da Abelheira e a Praia do Abano e o do Porto Touro

5.1.4.3.2 GEOSSÍTIO DA ARRIBA FORTE DA CRESMINA- PRAIA DO GUINCHO

Neste troço da Orla Costeira pode observar-se vários aspetos estratigráficos, paleontológicos e tectónicos. A área em questão é constituída por rochas sedimentares, onde predominam os calcários do Jurássico, ricos em orbitulinas, havendo também areia e dunas móveis, quer na Praia do Guincho, quer na Praia da Cresmina. Para além destas formações geológicas também se pode observar filões eruptivos e a chaminé vulcânica. Na Praia do Guincho, observa-se a chaminé vulcânica do Maciço Eruptivo de Sintra, que corresponde às rochas que se localizam no meio da praia.



Figura nº 16
A Praia do Guincho

5.1.4.3.3 SISTEMA DUNAR GUINCHO-CRESMINA

As dunas são elevações de areia, cujas formas se alteram com a dinâmica do vento e são muito importantes para diferentes ecossistemas pois fazem a transição entre o ambiente marinho e o meio terrestre. Na Praia do Guincho existem dunas móveis embrionárias e como têm pouco vegetação, tem tendência para serem movidas mais facilmente pelos ventos dominantes. Como, no concelho de Cascais, o vento é predominantemente, de norte e de noroeste, estas dunas entram em movimento constante, sendo transportadas pelo vento para sul da Estrada do Guincho. Com o impacto das atividades humanas, o equilíbrio do ecossistema ficou alterado, pelo que, as areias em vez de ficarem depositadas na Praia do Guincho são transportadas para sul, formando assim um sistema dunar designado por “Sistema Dunar Guincho-Cresmina”. Observa-se um sistema dunar nas suas várias fases, com aspetos de sedimentação dunar (“ripple marks”), formas de erosão e uma interação muito importante com os habitats dunares.

Este desenvolve-se desde a Praia do Guincho, passando pelo lado poente do Parque de Campismo da Orbitur, na Areia e deslocando-se para sul, em direção aos Oitavos. Neste sistema dunar, as dunas estão em constante movimento, formando dunas longitudinais, que estão cada vez mais elevadas, chegando mesmo a soterrar alguns pinheiros, junto ao Clube Solar Dom Carlos. Vários fatores têm contribuído significativamente para o seu desenvolvimento, mas há necessidade urgente de o preservar, pois a sua destruição terá consequências muito negativas na orla costeira e concretamente no aumento da erosão marinha e na degradação de algumas atividades económicas.

Este conjunto de dunas, ocorre ao longo de um corredor alongado segundo NNW-SSE, com cerca de 4Km por 750m, desde a zona do Guincho e Cresmina (onde a areia entra no sistema dunar) até ao Farol da Guia. Podem encontrar-se vários tipos de dunas, consoante a zona de observação. Encontram-se barcans, dunas transversais e sand-sheets na zona de praia. Na zona de passagem (onde a vegetação começa a fixar a areia), encontram-se as hummocky e blowouts. Na zona de acumulação, onde a fixação por parte da vegetação é mais forte, temos as blowout, linguiforme e hummocky. Por fim, surge a zona de dunas parabólicas. Esta sequência corresponde a uma evolução de Norte para Sul, ou seja, da zona de alimentação para a zona de descarga do sistema dunar.

Constituídas por material não consolidado, as dunas são parcialmente fixadas pela vegetação e observa-se facilmente, as marcas onduladas resultantes do seu transporte (“ripple marks”).

Os calcários, mostram um aspeto curioso, intensamente marcados pela ação mecânica resultante do choque das areias transportadas pelo vento, e que lhes dá um especto polido e com cicatrizes.

Como medidas de proteção, recomenda-se para este geossítio a restrição ao acesso com viaturas e a interdição à construção.



Figura nº 17
Sistema Dunar do Guincho-Cresmina

5.1.4.3.4 DUNA CONSOLIDADA DE OITAVOS

A Duna Consolidada de Oitavos localiza-se nos Oitavos, a oeste da Vila de Cascais, mais precisamente, a cerca de 500 m a norte do Forte de São Jorge de Oitavos e a sua formação é atribuída ao Plistocénico - Quaternário, de acordo com informações recolhidas em bibliografia (in: "A Duna Consolidada de Oitavos, a Oeste de Cascais – Região de Lisboa, a sua datação pelo Método do Radiocarbono"; de SOARES, A. M. Monge e de CABRAL, J. & Moniz, C.; Comunicações Geológicas; 2006; t.93; págs. 105 a 118). Esta duna devido à sua relevância geológica e a aspetos sedimentares tem sido alvo de várias investigações e tem-se discutido a fiabilidade da data da sua formação.

A Duna Consolidada de Oitavos corresponde a uma acumulação eólica consolidada por conchas, formando um cabeço dissimétrico, mais inclinado para este. Numa saibreira do seu flanco este, a duna consolidada contém abundantes conchas de Helix e observa-se a sua estratificação oblíqua.

A duna consolidada é constituída por arenito silicioso de cimento calcário, de granularidade variada, por vezes, muito grosseiro e com muitos fragmentos de conchas. Apresenta estratificação oblíqua regular, com uma inclinação de cerca de 30º para SSE, que se pode ver no flanco de sotavento da duna que foi escavado para exploração de areia.

Subjacente ao arenito dunar e fossilizando o carso desenvolvido no substrato cretácico, assenta uma areia média, heterométrica e com muitas conchas que, segundo Pereira e Correia (1985), com base na cronologia das praias levantadas estabelecida por Breuil e Zbyszewski (1945), poderá corresponder a uma praia tirreniana. Esta formação está coberta por uma areia fina e mais argilosa com bastantes conchas de caracóis. Possui ainda horizontes mais escuros e mais argilosos, com impregnações calcárias "em boneca" correspondentes a um paleossolo.

Como medidas de proteção, recomenda-se para este geossítio a possibilidade de condicionar o acesso ao mesmo, apenas para fins científicos e-didáticos, não o interditando como hoje sucede.



Figura nº 18
Duna Consolidada de Oitavos

5.1.4.3.5 CORTE GEOLÓGICO DAS ARRIBAS DA ANSA DA MACEIRA À PRAIA GRANDE DO GUINCHO

Este local corresponde ao melhor corte geológico onde pode ser observada a sucessão do Valanginiano superior ao Albiano, com a maior influência de fácies marinha, no âmbito da Bacia Lusitânica.

De acordo com Rey (1992) e Ramalho et al. (2001), a partir da ansa da Maceira em direção ao Guincho, pode observar-se sempre junto ao litoral, muito sinteticamente, de baixo para cima:

- 1. Formação da Guia (topo): calcários e margas, muito fossilíferos, (Valanginiano - base do Hauteriviano), 9m.
- 2. Formação de Maceira: margas e calcários fossilíferos (Hauteriviano inferior), 15m.
- 3. Formação do Cabo Raso e do Guincho: margas e calcários fossilíferos e dolomitos maciços e espessos (Hauteriviano - Barremiano inferior), mais de 60m.
- 4. Formação do Regatão: observável junto ao forte da Crismina, é composta por argilas, dolomitos, grés e calcários (Barremiano superior), 20m.
- 5. Formação da Crismina: margas, calcários e grés, com abundantes orbitolinas (Aptiano inferior), 64m.
- 6. Formação do Rodízio: arenitos, siltes e argilas (Aptiano superior a Albiano inferior), 33m.

Neste corte, foram definidas as diversas Formações estabelecidas por Rey (1992), cujos níveis podem todos ser observados, os quais contêm abundantes macro e microfósseis e aspetos

sedimentares relevantes, permitindo a compreensão da evolução paleogeográfica da região, durante o Cretácico Inferior.

Como medidas de proteção, devem ser interditas todas as construções sobre a arriba, nomeadamente restaurantes, acessos às praias e quaisquer outras intervenções que ocultem os níveis do corte geológico ou descaracterizem a paisagem.



Figura nº 19
Arribas da ansa da Maceira à praia grande do Guincho

5.1.4.3.6. CAMPO DE LAPIÁS COSTEIRO

Este geossítio localiza-se entre a Praia da Cresmina e a Ponta de Santa Marta e devido aos seus aspetos geomorfológicos e tectónicos é um dos mais importantes exemplos de lapiás costeiro a nível nacional.

O Campo de Lapiás é o modelado cársico que forma a porção externa do relevo cársico. Estas rochas sedimentares, datadas do Cretácico e designadas por “Calcários recifais com Choffatelas e Dasicladáceas “ – C1HBa são formadas predominantemente por carbonato de cálcio e são solúveis em água contendo dióxido de carbono, como é o caso das chuvas ácidas. Devido à existência de abundantes fraturas e fendas nestes calcários, a infiltração da água é facilitada, o que provoca a dissolução dos calcários, dando origem ao processo de carsificação. A carsificação não se processa de uma forma homogénea: determinadas áreas são facilmente erodidas enquanto que outras oferecem maior resistência, permanecendo como formas residuais isoladas ou em grupo, formando assim, o campo de lapiás, que é

constituído por “Terra Rossa”. Este é um sedimento argiloso vermelho resultante da dissolução dos calcários, por meteorização química e que preenche as cavidades cársticas.

5.1.4.3.7 BOCA DO INFERNO



Figura nº 20
Campo de Lapiás, junto à Boca do Inferno

A nível geológico, a “Boca do Inferno”, também designada por “Ponta da Pombeira”, na Carta Geológica do Concelho de Cascais é um geossítio importante que corresponde a uma arriba com características peculiares. Esta arriba apresenta uma superfície bastante carsificada constituída por “Calcários recifais e Calcários com Choffatelas e Dasicladáceas”- (C1HBa) - (que segundo Rey (1992) compreende a Formação de Cabo Raso e a Formação de Guincho) que se depositaram por cima das “Margas e Calcários Margosos com Toxaster” – (C1H) – (Formação de Maceira, Rey 1992) que são formações geológicas mais erodíveis, visto terem mais argila, na sua constituição litológica. Por cima destes calcários pode-se observar campo de lapiás.

O nome “Boca do Inferno” foi atribuído a este lugar devido à existência de uma grande cavidade na arriba exposta a sul, por onde entra a água do mar, constantemente, o que provoca ainda mais a erosão destas formações geológicas. Devido ao seu interesse geológico, aos seus aspetos geomorfológicos e à sua beleza paisagística, mas também devido à intensidade das ondas do mar neste local, a “Boca do Inferno” passou a ser um lugar turístico, sendo muito conhecido nacional e internacionalmente.

O lapiás da Boca do Inferno estende-se desde o Farol de Santa Marta até ao Forte da Cresmina (Guincho) talhado nas camadas maciças e espessas de calcários dolomíticos e dolomitos. A carsificação é intensa e o fundo das cavidades preenchido por terra rossa. A “Boca do Inferno” corresponde a uma grande caverna cujo teto abateu; existem, também aqui

algumas cavidades que correspondem a filões que foram completamente erodidos, restando os espaços abertos onde intruíram: os "mata-cães".

Relativamente ao conteúdo fossilífero, destacam-se amonites (raras), ostreídeos, dentes de peixe e gastrópodes, entre outros.

Observam-se também, níveis ferruginosos com calhaus rolados de pequenas dimensões, que correspondem a antigas praias quaternárias.

Além dos aspetos cárnicos, ao longo deste troço litoral, é possível observar um bom corte geológico do Valanginiano superior ao Barremiano (ver Geossítio "Corte geológico das arribas da ansa da Maceira à Praia Grande do Guincho")

Como medidas de proteção, recomenda-se para este geossítio a interdição de construções, o arranque de pedras e a abertura de caminhos ou tradas.



Figura nº 21
O geossítio da Boca do Inferno, um dos patrimónios geológicos do Concelho de Cascais, mais conhecido nacional e internacionalmente

5.1.4.4 CORTE GEOLÓGICO LOCALIZADO NA ESTRADA DA MALVEIRA DA SERRA-CASCAIS

No troço da estrada da Malveira da Serra-Cascais pode-se observar várias formações geológicas, desde os granitos que constituem o Maciço Eruptivo de Sintra, passando pelos Calcários do Jurássico, até aos Calcários do Cretácico.

Assim, neste troço e mesmo à entrada da localidade da Malveira da Serra pode observar-se os afloramentos graníticos, que constituem o Maciço Eruptivo de Sintra em contacto com os Calcários compactos metamorfizados (J3B), também designados por Calcários de São Pedro. Estes calcários são cristalinos, metamorfizados em mármore branco a cinzento azulado, em bancos espessos, passando, para o topo, a calcário cristalino alternando com camadas margosas xistificadas pelo metamorfismo. (Figura nº 7).

Seguidamente e no sentido da estrada norte-sul podem observar-se os Calcoxistos com intercalações margosas e níveis conglomeráticos (J3-4), também designados por Xistos do Ramalhão. Estes calcários foram fortemente afetados por silicificações metassomáticas, provenientes da instalação do Maciço Eruptivo de Sintra, o que lhes confere um aspeto típico, preferencialmente, nas camadas mais margosas. (Figura nº 8).



Figura nº 22

Corte Geológico localizado à entrada da localidade da Malveira da Serra, onde os granitos do Maciço Eruptivo de Sintra estão em contacto com os Calcários compactos metamorfizados (Calcários de São Pedro), do Jurássico Superior



Figura nº 23
Os Calcoxistos com intercalações margosas e níveis conglomeráticos , designados por “Xistos do Ramalhão” com a intrusão de um filão de rocha não identificada

5.1.4.5 SINCLINAL DE ALCABIDECHE

Outra estrutura que se formou devido à intrusão do Maciço Eruptivo de Sintra, foi o sinclinal de Alcabideche, que é anelar, quase completo, rodeando o maciço. Este sinclinal é ligeiramente dissimétrico, uma vez que as camadas que pertencem ao flanco norte do mesmo estão mais inclinadas (entre 40° e 70° para sul) do que as camadas do seu flanco sul (entre 14° e 30° para norte), verificando-se uma vergência para norte. No flanco norte deste sinclinal, afloram as formações do Jurássico superior e do Cretácico inferior. No núcleo do mesmo, encontram-se as formações do Albiano-Cenomaniano inferior e médio e no flanco sul, afloram as formações do Hauteriviano ao Aptiano.

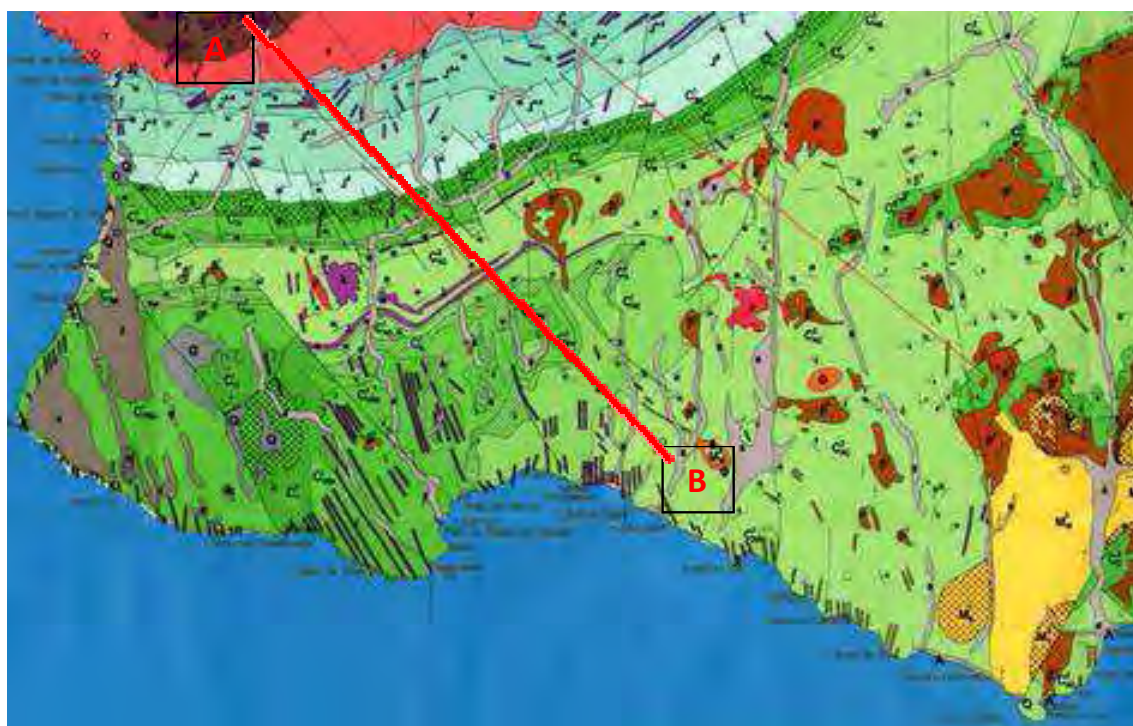
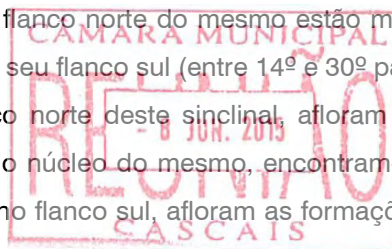


Figura nº 24

Localização geográfica e corte geológico A - B, referente ao sinclinal de Alcabideche.

FONTE: Carta Geológica de Portugal, Folha 34-C, Cascais, Escala 1:50 000, Instituto Geográfico do Exército, 4ª. Edição, Lisboa, 1999.

5.1.4.6 PARQUE DAS PENHAS DA MARMELEIRA

Este Parque situa-se em Murches e oferece uma das mais belas paisagens da região, voltada para a Serra de Sintra, a Ribeira das Vinhas e as Penhas da Marmeleira.

Nas margens da ribeira das Vinhas afloram as sequências a estratigráficas do Cretácico.



Figuras nº 25 e nº 26
Afloramento de calcários no parque da marmeleira

5.1.4.7 FAIXA LITORAL SUL

À semelhança do exposto relativamente à faixa litoral oeste, sugere-se a preservação da faixa litoral Sul, na qual as camadas do Cretácico apresentam continuidade estratigráfica, com vários níveis com conteúdo fossilífero representativo, bem com boa exposição em afloramento.

De seguida descreve-se pormenorizadamente alguns locais mais relevantes relativamente ao património geológico, inseridos na faixa litoral sul do concelho.

5.1.4.7.1 JAZIDA COM PEGADAS DE DINOSSAUROS

Na Praia da Parede, em frente ao Bar Esplanada Xana, identificou-se uma jazida com pegadas de dinossauros numa área frequentemente coberta por areia (Fig. nº 27).



Figura nº 27
Localização da jazida com pegadas de dinossáurios da Praia da Parede (Cascais).
Latitude: 38°41'9.59"N; Longitude: 9°21'17.26"W.

Trata-se de uma camada de calcário margoso muito fossilífero, pertencente à parte inferior da unidade Calcários e margas do “Belasiano” (C²AC) do Albiano superior a Cenomaniano médio (Fig. nº 28), tendo em conta a Carta Geológica de Portugal, Folha 34-C (Cascais), e segundo os dados estratigráficos de Ramalho et al. (1999).

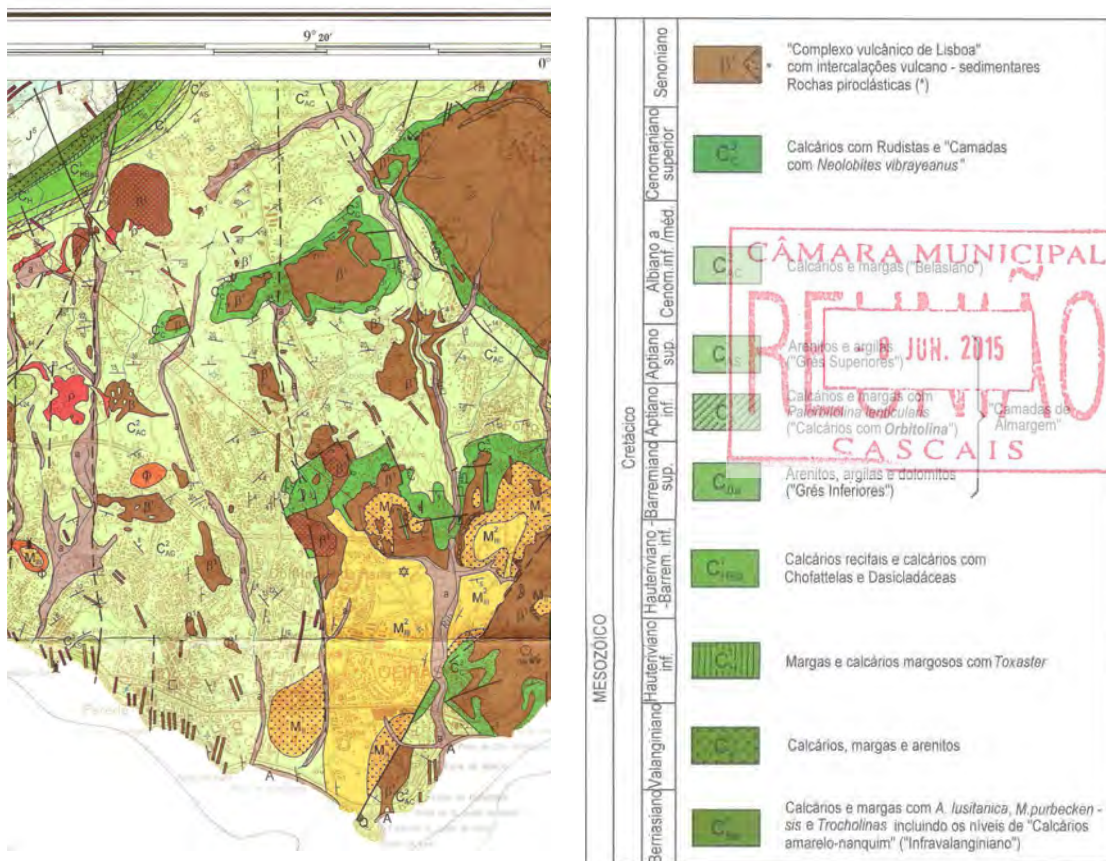


Figura nº 28

Enquadramento geológico da jazida com pegadas de dinossáurios da Praia da Parede (Cascais).

Fonte: Carta Geológica de Portugal, Folha 34-C (Cascais), Escala 1:50 000, do Instituto Geológico e Mineiro (Ramalho et al., 1999).

Na Praia da Parede existe uma extensa plataforma de rocha e, numa pequena área junto ao paredão que se prolonga desde o solário, a Oeste, e em frente ao Bar Esplanada Xana, evidencia-se uma série de impressões dispostas regularmente segundo uma direção preferencial (Fig. nº 29). Estas marcas na rocha são atribuíveis a impressões de pés e de mãos de um dinossáurio quadrúpede, possivelmente um saurópode, podendo existir uma outra pista parcialmente conservada. Devido sobretudo à natureza do sedimento, nestas impressões não foram preservadas marcas de dedos, ou de outras características anatómicas, do animal que as produziu. A superfície onde se encontram preservadas estas impressões é irregular devido à passagem de outros dinossáurios, indicando um moderado índice de dinoturbação.



Figura nº 29 A
Aspeto geral da laje com pegadas de dinossauros na jazida da Praia da Parede (Cascais).

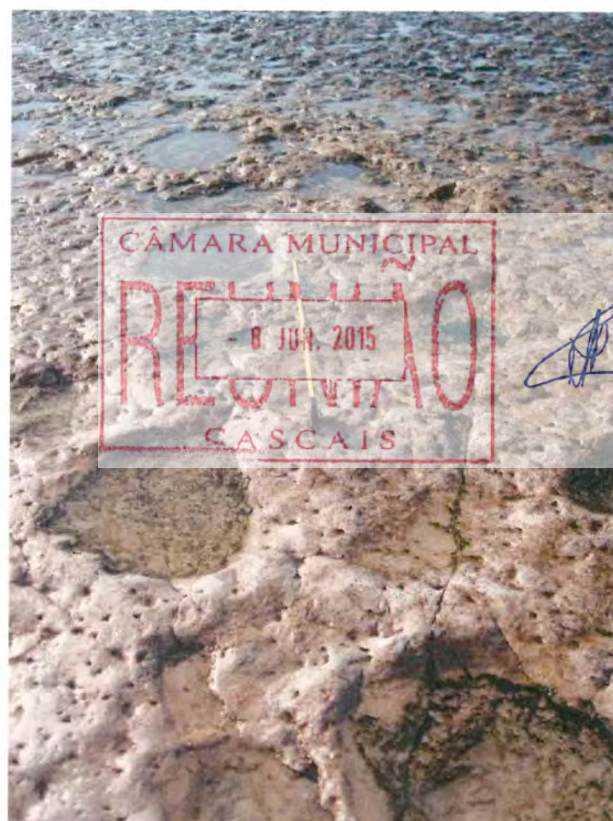


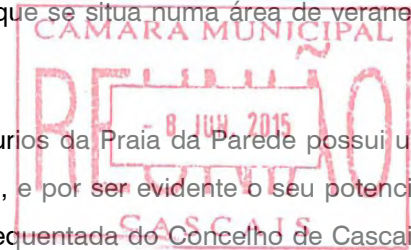
Figura nº 29 B
Vista de uma parte do trilho de dinossauro aqui identificado

A jazida com pegadas de dinossauros da Praia da Parede constitui uma fonte de informação paleobiológica e paleoecológica sobre o grupo Dinosauria no trânsito Cretácico Inferior – Superior, que em muito contribuirá para melhorar o conhecimento deste grupo de vertebrados no contexto paleontológico e paleoicnológico ibérico e europeu. Do ponto de vista do património geológico, a jazida em apreço é um bem natural com ótimas características para ser enquadrada no âmbito do de um exo-museu e, tal como outras jazidas congéneres, tem o potencial para desempenhar um papel importante nas estratégias de geoconservação que visam a proteção do património geológico. A par do seu interesse científico e patrimonial é de distinguir o seu interesse pedagógico e cultural, uma vez que as jazidas com pegadas de dinossauros se consideram locais privilegiados para o ensino da Geologia, em geral, e da Paleontologia, em particular, pois oferecem a mais consequente das formas de aprender as Ciências da Terra e da Vida: aprender in situ o conhecimento científico adquirido através da execução de projetos de investigação financiados por inúmeras instituições. Assim, a jazida da Praia da Parede poderá constituir um local de educação, de lazer e de divulgação científica,

harmonizando-se inteiramente a sua vertente científica e patrimonial com a pedagógica e cultural.

Tendo em conta a atração que este tipo de ocorrência exerce sobre o público em geral, e sobre os jovens, em particular, justifica-se todo o esforço aplicado na sua valorização e divulgação com fins pedagógicos e culturais, tanto mais que se situa numa área de veraneio importante na região de Lisboa – Cascais.

Por se considerar que a jazida com pegadas de dinossáurios da Praia da Paredé possui um elevado valor científico, patrimonial, pedagógico e cultural, e por ser evidente o seu potencial de valorização, uma vez que se situa numa praia muito frequentada do Concelho de Cascais, considera-se oportuno assegurar a proteção administrativa e as condições jurídicas básicas para o desenvolvimento de um projeto de estudo, valorização e divulgação deste bem natural, de modo a obter os dados indispensáveis à realização de uma memória descritiva que deverá acompanhar uma eventual proposta de classificação deste bem pertencente ao Património Geológico.



5.1.4.8 PEDREIRA DE BIRRE

Sugere-se a integração da pedreira de Birre no património geológico do concelho. Trata-se de uma zona de fácil acesso com boa exposição de afloramento, na qual é possível desenvolver estratégias de geoconservação que visam a proteção do património geológico, tendo em conta o interesse científico e patrimonial. É também de distinguir o seu interesse pedagógico uma vez que se trata de um local privilegiado para o ensino da Geologia, pois oferece formas de aprender as Ciências da Terra e da Vida in situ. Assim, poderá constituir local de educação, de lazer e de divulgação científica.

CONCLUSÃO

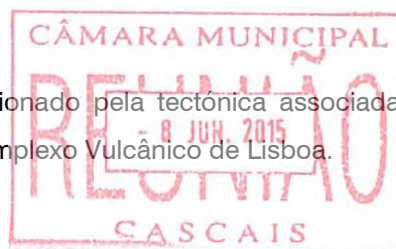
O Concelho de Cascais apresenta uma grande diversidade de formações geológicas, com características litológicas diferenciadas, com idades diferentes, com diversas espessuras, com diferentes inclinações e direções das camadas geológicas, em estruturas diversificadas e em diversos tipos de morfologia.

As formações geológicas mais antigas datam do Jurássico Superior e afloram na parte sul e sudeste do Maciço Eruptivo de Sintra, contornando-o regularmente numa série monoclinal,

onde as camadas apresentam uma inclinação máxima de 60º, inclinação essa, que vai diminuindo gradualmente para sul à medida que nos vamos afastando do Maciço.

As formações do Jurássico Superior encontram-se em contacto direto com as rochas eruptivas, por isso, encontram-se metamorizadas devido ao fenómeno de termometamorfismo ocorrido durante a erupção do Maciço.

O Concelho de Cascais está também fortemente condicionado pela tectónica associada à intrusão do Maciço Eruptivo de Sintra e à instalação do Complexo Vulcânico de Lisboa.



5.2. SÍNTESE CLIMATOLÓGICA

O clima do concelho de Cascais não pode ser estudado separadamente do clima de Portugal Continental, porque grande parte da variabilidade interanual da temperatura do ar se dá, em média, de forma síncrona em todo o continente. No estudo do Clima de Cascais, utilizaram-se as séries de Normais Climatológicas de 1941-70 e de 1961-90, fornecidas pelo Instituto de Meteorologia, para as várias estações existentes no concelho e nos concelhos limítrofes. Utilizaram-se dados de vento, insolação, nevoeiro, temperatura, humidade relativa e precipitação nas estações meteorológicas de Cabo Carvoeiro, Cabo da Roca, Azenhas do Mar, Cabo Ruivo, Monte Estoril, Ericeira, Lisboa/Geofísico, Oeiras/Sassoeiros, Queluz, Sesimbra/Maçã e Sintra/Granja.

5.2.1. A TEMPERATURA

Salienta-se o facto de em Janeiro, mês característico de Inverno, a estação do Monte Estoril ser sempre mais quente do que qualquer outra, independentemente do parâmetro de temperatura que se estiver a considerar. As diferenças entre a estação do Monte Estoril e Lisboa são mais significativas quando se considera a temperatura máxima absoluta em Janeiro, podendo neste caso atingir cerca de 1.5ºC de diferença a mais para o Monte Estoril. O valor médio de temperatura para o mês de Janeiro situa-se aproximadamente nos 12ºC. Em Agosto a estação do Monte Estoril tem uma temperatura média cerca de 1.5ºC mais baixa que a sua homóloga em Lisboa e cerca de 1.4ºC mais quente do que Sintra. As zonas mais quentes no concelho em termos de temperatura média são, tal como para o mês de Janeiro, as zonas urbanizadas junto à costa sul, pertencentes às freguesias de Cascais e Estoril, e também as zonas de Sassoeiros e Talaíde. Em termos de temperatura máxima absoluta, a

distância ao mar é muito importante, sobretudo no Verão, quando se observa um aumento da temperatura máxima de Oeste para Este, ou seja do litoral para o interior, existindo localidades como Outeiro de Polima, e Torre D'Aguilha junto à fronteira com o concelho de Oeiras, que são as zonas que registaram as temperaturas mais altas no concelho. A temperatura média para o concelho durante o mês de Agosto situa-se aproximadamente nos 23°C.

5.2.2. O VENTO E O CLIMA DO LITORAL OCIDENTAL DO CONCELHO DE CASCAIS

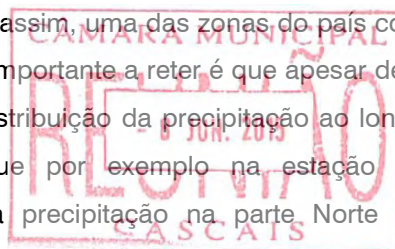


Assim que os ventos de Norte e Noroeste entram no continente (a Norte da serra de Sintra) sofrem uma rotação ciclónica de cerca de 30º, ou seja, viram para a esquerda no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio, rotação esta que é acentuada pela serra de Sintra, que além disso provoca também uma travagem do vento. O vento que atravessa a serra adquire uma forte aceleração no seu movimento descendente em direção ao sopé Sudoeste da serra de Sintra (Guincho), onde encontra os extensos areais aquecidos (com vento quente ascendente), e os ventos que contornam o Cabo da Roca, intensificando desta forma os ventos que chegam às praias do Guincho. Em dias de calmaria ou vento fraco, a velocidade do vento geralmente não ultrapassa os 20 a 25 Km/h (6 a 7 m/s), podendo ocasionalmente surgir rajadas de 36 Km/h ou mais, principalmente ao fim da tarde, altura em que a brisa terrestre aparece, condicionada pelo contraste térmico entre as águas superficiais do oceano (mais quentes) e as temperaturas da superfície terrestre (mais frias). Em dias de nortada o vento na Malveira da Serra e no Guincho varia entre 10 e cerca de 72 Km/h (3 e 20 m/s).

Os bons dias de praia ocorrem quando ao meio-dia o vento superficial sopra do quadrante Este ou Sudoeste, chegando os ventos de Norte e Noroeste apenas ao fim da tarde. Nestes regimes de ventos as médias das temperaturas máximas podem atingir os 30°C em Cascais, ou 34°C no sopé Sul da serra de Sintra. Nos maus dias de praia temos vento geralmente de Norte e Noroeste, sendo que ao fim da tarde esses dois rumos são dominantes. Nestes dias as temperaturas são mais baixas, oscilando entre 26 e 27 graus em Cascais e no sopé sul da serra de Sintra. A intensidade do vento vai diminuindo à medida que se avança para o interior e nos afastamos da costa ocidental do concelho. Os ventos mais fortes ocorrem junto às praias do Guincho e na Guia, seguidos das localidades da Biscaia, Figueira do Guincho, Malveira da Serra, Charneca, Areia e Quinta da Marinha. Os ventos mais fracos ocorrem nas localidades de Trajouce e Tires (in M. J. Alcoforado, 1993).

5.2.3. A PRECIPITAÇÃO

A quantidade de precipitação vai aumentando à medida que nos afastamos da faixa ocidental do concelho. A proximidade do mar é pois um fator preponderante, que influencia em muito o regime de chuvas no litoral oeste do concelho, originando assim, uma das zonas do país com a menor quantidade de precipitação ocorrida. Outro facto importante a reter é que apesar de a estação do Monte Estoril não ser das mais chuvosas a distribuição da precipitação ao longo do mês é feita de um modo mais uniforme do que por exemplo na estação de Oeiras/Sassoeiros. Detetou-se também um aumento da precipitação na parte Norte do concelho, o que se fica a dever à proximidade da Serra de Sintra. Em termos de dias, pode-se constatar que em Janeiro, em média, chove durante cerca de um terço do mês, com uma precipitação média de 109 mm. No mês de Agosto a precipitação é muito menos intensa com apenas dois dias de precipitação acima dos 0.1 mm.

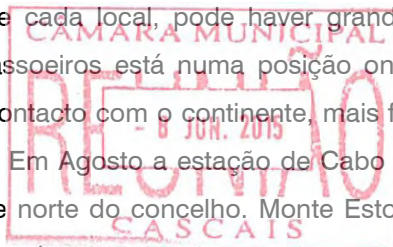


5.2.4. A INSOLAÇÃO

Em Janeiro observa-se que a insolação, desde que não intervenha o fator orográfico, varia rapidamente, diminuindo em direção ao interior e aos centros urbanos das freguesias de Cascais e Estoril. Neste mês, as estações como o Monte Estoril e Sassoeiros, são das estações com menos horas de insolação em relação às estações de Sintra e Lisboa, o que se deve aos frequentes nevoeiros de irradiação provenientes do vale do Tejo e da advecção de ar húmido sobre o continente nas margens do estuário do Tejo. A insolação particularmente baixa em Oeiras/Sassoeiros pode-se ficar a dever ao facto de ser uma zona que se encontra num corredor entre as serras de Sintra e da Carregueira, por onde os ventos marítimos se canalizam facilmente. Em Agosto, a estação do Monte Estoril, é das que tem maior número de dias com Sol, isto devido ao facto de existir uma fraca nebulosidade nas regiões do vale do Tejo, regiões essas que estão livres de nevoeiros nesta altura do ano. A estação com menos horas de insolação é a de Cabo da Roca, abrangendo assim o Guincho, devido ao nevoeiro e nebulosidade matinal que costumam ocorrer nesses locais.

5.2.5. O NEVOEIRO

O nevoeiro, tal como a nebulosidade, mas em menor escala, é o oposto da insolação. Ao contrário da insolação, que para cada local é sempre mais elevada no Verão do que no Inverno, no regime mensal de nevoeiros, dependendo de cada local, pode haver grandes variações quer num sentido quer noutro. Em Janeiro, Sassoeiros está numa posição onde existe passagem de ar marítimo húmido que quando em contacto com o continente, mais frio nas primeiras horas da manhã, origina nevoeiros matinais. Em Agosto a estação de Cabo da Roca aumenta ainda mais os valores de nevoeiro na parte norte do concelho. Monte Estoril, quer no Inverno quer no Verão, é uma estação que regista um índice baixo de nevoeiro.



5.2.6. A HUMIDADE RELATIVA

Em Janeiro a quantidade de humidade relativa do ar é muito mais elevada, como é natural, do que em Agosto, embora haja algumas zonas próximo do mar que no Verão sofrem da advecção matinal de ar marítimo, o que faz aumentar os valores da humidade do ar. Verificam-se também valores altos da humidade relativa do ar junto à Serra de Sintra, na parte Norte do concelho, sobretudo em Janeiro. Monte Estoril e Lisboa têm uma variação mensal da humidade relativa idêntica, apesar da variação da humidade relativa em Lisboa ser mais acentuada.

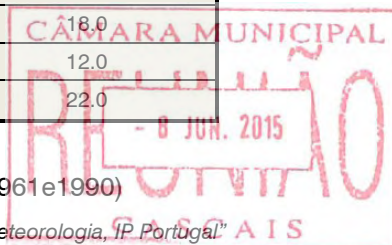
5.2.7. COMPARAÇÃO COM AS MÉDIAS DE PORTUGAL CONTINENTAL

Na figura nº 30, pode ver-se a comparação das temperaturas médias do ar: no Concelho de Cascais com as que se verificaram na generalidade do território de Portugal Continental, em vários períodos do intervalo de tempo considerado (1961-1990).

| Período | Média em Portugal Continental | Média no concelho de Cascais |
|-----------------|-------------------------------|------------------------------|
| Média | 14.5 | 16.8 |
| Inverno (DJF) | 8.6 | 12.0 |
| Primavera (MAM) | 12.8 | 15.3 |
| Verão (JJA) | 20.9 | 21.7 |
| Outono (SON) | 15.8 | 18.0 |
| Janeiro | 8.2 | 12.0 |
| Julho | 21.8 | 22.0 |

Figura nº 30
Temperaturas médias (°C entre 1961 e 1990)

Fonte: "Normas climatológicas 1961-1990 – Inst. de Meteorologia, IP Portugal"



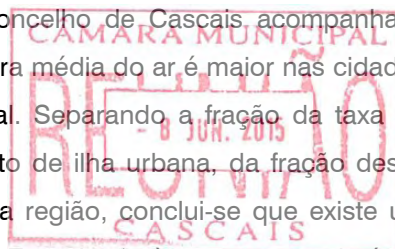
O clima de Cascais não é tão agreste como o clima de Portugal Continental quando considerado como um todo. As temperaturas mínimas médias, são sempre mais elevadas no concelho de Cascais do que para o continente, sendo que essa diferença atinge em média os 4.5°C no Inverno e cerca de 2.5°C no Verão. O facto de estes valores das temperaturas mínimas médias serem mais altos torna o clima do concelho de Cascais menos agreste durante o Inverno, aumentando o nível de conforto da população. As temperaturas máximas médias no Verão não são tão elevadas para Cascais, havendo uma diferença de 1-1.5º, enquanto que no Inverno a situação se inverte, sendo Cascais mais quente cerca de 2 graus. Como conclusão, podemos afirmar que o clima do concelho é mais primaveril, com temperaturas mais elevadas entre 1 e 2.5 graus, tornando desta forma o concelho num dos locais mais aprazíveis em todo o continente.

5.2.8. POSSÍVEIS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Analisando as séries mais longas de dados de observações meteorológicas, detetam-se algumas evidências de alterações climáticas na quantidade de precipitação, na temperatura do ar e na da água do mar, em Portugal Continental. O concelho de Cascais acompanha a evolução climática do continente. O aumento da temperatura média do ar é maior nas cidades e concelhos com maior taxa de crescimento populacional. Separando a fração da taxa de aumento da temperatura proveniente do aumento do efeito de ilha urbana, da fração dessa taxa que é condicionada pelo aumento de temperatura na região, conclui-se que existe um aumento da temperatura média do ar de 0.0074°C ao ano. Em relação à temperatura da água do mar à superfície junto à costa ocidental portuguesa, nota-se uma tendência crescente significativa de cerca de 0.04°C ao ano. Estes aumentos dão-se ao nível de todo o território de Portugal Continental.

Quanto à quantidade de precipitação, verifica-se um decréscimo na Primavera, em particular no mês de Março, de cerca de 0.3% ao ano. Existe uma tendência para acumulação da precipitação durante os meses de Inverno, provocando cheias com uma maior frequência e intensidade. Uma das zonas preocupantes é a ribeira das Vinhas, que é uma zona propensa a cheias repentinas e que causou já por diversas vezes elevados prejuízos na zona baixa da vila de Cascais, onde se situa a sua foz. A intensificação da quantidade de precipitação nos meses de Inverno aumenta em muito a propensão de cheias nesta zona e em outras consideradas de risco. A precipitação vai aumentando à medida que nos afastamos da faixa ocidental do concelho. A proximidade do mar é um fator preponderante, que influencia em muito o regime de chuvas no litoral oeste do concelho, originando assim uma das zonas do país com a menor quantidade de precipitação ocorrida.

Quando se considera a variação anual da temperatura, observa-se que o efeito de ilha urbana é bastante acentuado, notando-se também um aumento dos valores da temperatura média com a latitude, vejam-se as figuras nº 31 (temperatura) e nº 32 (precipitação):



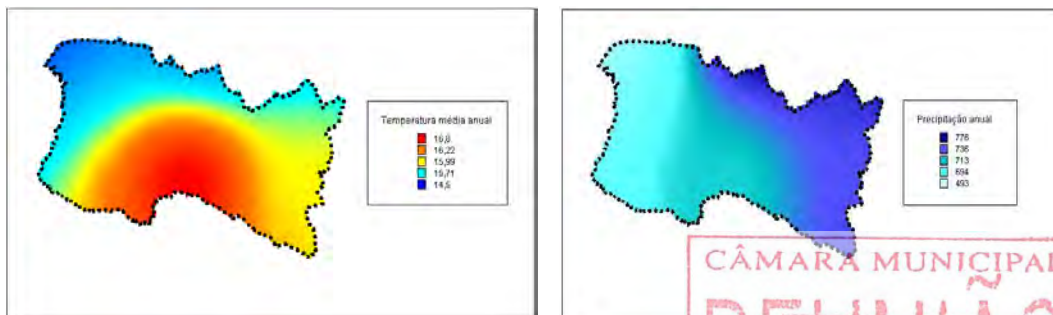


Figura nº 31
Temperatura média anual (°C)
1961 a 1990

Figura nº 32
Precipitação média anual (mm)
1961 a 1990

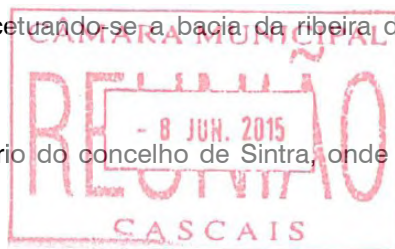
Fonte: "Normas climatológicas 1961-1990 – Inst. de Meteorologia, IP Portugal"

Como conclusão, podemos afirmar que o concelho de Cascais tem uma climatologia benévola, com temperaturas amenas e suaves durante todo o ano, havendo estudos que consideram a freguesia do Estoril como tendo um clima mais propício ao turismo, pelo menos no Inverno, do que muitas outras estâncias turísticas famosas como Biarritz ou Nice. Isto fica-se a dever à proximidade com o mar, à boa exposição a Sul, à serra de Sintra que abriga parte do concelho dos ventos Norte, que são sempre mais frios, à corrente quente do Golfo que passa perto e ao facto de a parte ocidental do concelho de Cascais, tal como o resto do litoral ocidental de Portugal Continental, estar rodeada durante os meses de Verão por um afloramento costeiro com águas mais frias provenientes do fundo, o que tem como consequência um leve arrefecimento das zonas costeiras nessa altura do ano.

5.3. HIDROGRAFIA

O concelho de Cascais tem uma rede hidrográfica considerável, com orientação de escoamento de norte-sul na costa sul e de este-oeste na costa oeste. Na sua maioria apresenta um padrão de drenagem do tipo paralelo, excetuando-se a bacia da ribeira das Vinhas cujo padrão de drenagem é do tipo dendrítico.

As principais bacias hidrográficas ocupam também território do concelho de Sintra, onde se encontram as respetivas cabeceiras de linhas de água.



Da rede hidrográfica salientam-se as bacias das seguintes ribeiras:

Com foz na costa oeste:

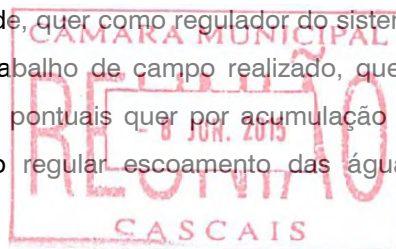
- Ribeira do Assobio;
- Ribeira da Grotta;
- Ribeira da Praia;
- Ribeira do Arneiro;
- Ribeira da Foz do Guincho.

Com foz na costa Sul:

- Ribeira dos Mochos;
- Ribeira das Vinhas/Marmeleiros/Penha Longa;
- Ribeira da Castelhana;
- Ribeira da Amoreira;
- Ribeira da Cadaveira;
- Ribeira de Bicesse;
- Ribeira de Manique/Caparide;
- Ribeira das Marianas;
- Ribeira de Sassoeiros;
- Ribeira da Laje;
- Ribeira de Polima;
- Ribeira do Arneiro.

Nas linhas de água que atravessam o espaço urbano, verifica-se a artificialização dos troços finais dos respetivos leitos, recorrendo-se frequentemente à sua total canalização.

Contudo, nos espaços menos urbanizados conseguem-se encontrar galerias ripícolas ainda bem preservadas e cuja dimensão permite que a linha de água, nestes locais, assegure a sua função biofísica, quer a nível de promoção da biodiversidade, quer como regulador do sistema hidrológico da respetiva bacia. Verificou-se porém, em trabalho de campo realizado, que a existência de espécies infestantes e de estrangulamentos pontuais quer por acumulação de vegetação morta, quer por construções, compromete o regular escoamento das águas, nomeadamente em períodos de elevada precipitação.



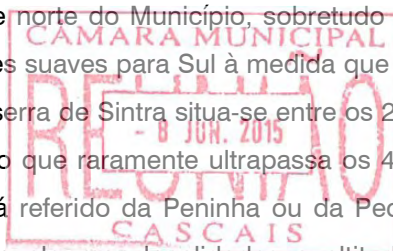
As linhas de fecho representadas são as que determinam o escoamento superficial para as principais ribeiras do concelho, não se considerando a delimitação dos festos das sub-bacias, exceto no caso dos afluentes da ribeira da Laje (ribeiras de Polima e do Arneiro) porque apresentam-se de uma forma independente no concelho de Cascais.

Na Orla Ocidental, nas Bacias Hidrográficas das Ribeiras de Oeste e Tejo foi identificado o Sistema Aquífero de Pisões-Atrozela. A delimitação deste sistema foi efetuada por um estudo levado a cabo pelos autores C. Almeida, J. J. L. Mendonça, M. R. Jesus e A. J. Gomes numa cooperação entre o Instituto da Água e o Centro de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Neste estudo teve-se em atenção o funcionamento hidráulico do aquífero, nomeadamente no que diz respeito aos mecanismos de recarga e descarga, e quantificação dos seus parâmetros hidráulicos e produtividade. Foram também tidas em consideração, as vulnerabilidades às principais fontes de poluição e foram ainda feitas medições para inferir sobre a qualidade da água para consumo humano, rega e uso agrícola. É ainda realizado um enquadramento geológico, tendo em consideração a Carta Geológica da Área Metropolitana de Lisboa, e o referido estudo, onde são identificadas as unidades litoestratigráficas, as principais estruturas tectónicas e os perfis geológicos com destaque para os que conferem uma maior permeabilidade.

5.4. SÍNTESE GEOMORFOLÓGICA

A morfologia do concelho é claramente modelada pela serra de Sintra e pelo encaixe provocado pela rede hidrográfica. A altitude mais elevada situa-se nos 465 metros perto do local da Peninha. A altitude é regularmente maior na parte norte do Município, sobretudo na extremidade Noroeste, diminuindo regularmente em declives suaves para Sul à medida que se aproxima da orla costeira. A altitude média no rebordo da serra de Sintra situa-se entre os 250 e os 350 metros (Malveira da Serra, Janes, Biscaia), sendo que raramente ultrapassa os 400 metros exceto em alguns topos mais elevados, como o já referido da Peninha ou da Pedra Amarela. Na parte setentrional do território encontram-se algumas localidades a altitudes acima dos 100 metros, nomeadamente, Murches, Alcabideche, Bicesse, Trajouce e Talaíde. Progressivamente e à medida que nos aproximamos da costa, as altitudes diminuem, atingindo cotas inferiores a 50 metros.

Os declives são pouco acentuados, sendo que 49% do território tem um declive inferior a 5%. As exceções situam-se na área da serra de Sintra e no entalhe realizado pela rede hidrográfica, salientam-se os declives nas ribeiras da Foz do Guincho, das Vinhas, da Penha Longa, de Caparide e Ribeira da Laje. Existem também alguns relevos residuais que conferem alguma movimentação à paisagem, como Cabeço do Mouro, Alto de Bicesse e Monte da Cabeça Gorda. Devido ao relevo, as vertentes não possuem uma exposição marcadamente definida (51%), sendo que nas restantes predomina a exposição de vertentes viradas a Sul (18,5%), conferindo ao concelho uma feição soalheira, aprazível e confortável. A rede hidrográfica tem orientação predominante de Norte para Sul, sendo que os principais cursos de água têm origem no concelho de Sintra, pelo que criam entalhes no território, originando vales com a mesma pendência e vertentes com orientação Nascente e Poente.



5.5. SOLOS

Observando a Carta de Solos do Concelho de Cascais (carta 02.01.05) verifica-se a existência de uma nítida dicotomia entre o litoral e o interior, tendo a área social uma maior representatividade nas áreas litorais. No entanto, nos últimos anos tem-se vindo a notar uma expansão desta para o interior, principalmente para a Freguesia de S. Domingos de Rana. É nestas áreas que os espaços urbanos e urbanizáveis têm um peso mais significativo. Aqui, o processo acelerado da urbanização e da construção de imóveis tem contribuído para a inutilização dos espaços agrícolas e naturais, localizando-se aí as principais áreas residenciais e industriais, estas últimas essencialmente na parte Norte daquela Freguesia.

Destaca-se ainda outra área onde, pelo contrário, a urbanização tem um peso pouco significativo prevalecendo a proteção e a conservação da natureza; trata-se, naturalmente, da área abrangida pelo Parque Natural Sintra-Cascais (PNSC), sensivelmente um terço da área do Concelho.

Nas figuras seguintes estão representadas as percentagens relativas a cada grupo de tipo de solos, existentes no Concelho de Cascais

| | ÁREA SOCIAL | INCIPIENTES | AFOLRAMENTO ROCHOSO | BARROS | LITÓLICOS |
|------------|-------------|-------------|---------------------|---------|-----------|
| hectares | 2.720,581 | 808,665 | 22,512 | 287,412 | 493,085 |
| % do total | 27,95% | 8,31% | 0,23% | 2,95% | 5,07% |

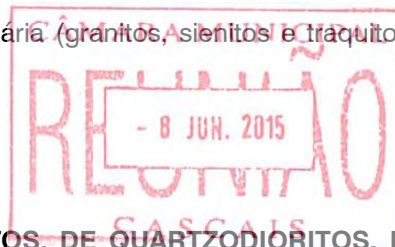
| | ARGILUVIADOS | HIDROMÓRFICOS | CALCÁRIOS | COMPLEXOS DE SOLOS |
|------------|--------------|---------------|-----------|--------------------|
| hectares | 869,726 | 2,349 | 1.706,198 | 2.823,998 |
| % do total | 8,93% | 0,02% | 17,53% | 29,01% |

Figuras nº 33a e 33b
Percentagens dos grupos de solos

Fonte: "SigWeb – CMC / DSIG - 2012"

5.5.1. SOLOS NA ÁREA DO PARQUE NATURAL SINTRA-CASCAIS

Aqui encontram-se representados os solos argiluvitados, os solos litólicos e os solos calcários. Os solos argiluvitados localizam-se no perímetro do Maciço Eruptivo de Sintra, devido à abundância de rochas magmáticas formadas na Era Primária (granitos, sienitos e traquitos). Assim, podem-se encontrar nesta área:



5.5.1.1. SOLOS MEDITERRÂNEOS PARDOS DE DIORITOS, DE QUARTZODIORITOS, DE ROCHAS MICROFANERÍTICAS OU DE CRISTALOFÍLICAS AFINS” (PM)

Este tipo de solos apresenta as seguintes características:

Horizonte A1 - 15 a 30 cm;

Pardo, pardo-pálido, cinzento-pardacento-claro ou pardo-acinzentado (s) e castanho, pardo-acinzentado-escuro ou cinzento-escuro (h); franco-argilo-arenoso, em muitos casos com alguns calhaus e pedras de rocha-mãe e/ou de pórfiros; estrutura granulosa muito fina a média moderada, friável; pH 6,0 a 7,0. Transição nítida para:

Horizonte B - 20 a 70 cm;

Pardo-acinzentado muito escuro ou castanho (h), passando por vezes, com a profundidade, a cinzento-escuro e oliváceo, cores da rocha-mãe; argiloso, às vezes franco-argiloso ou franco-argilo-arenoso, notando-se películas de argila na superfície dos agregados, cuja abundância diminui com a profundidade; estrutura prismática grosseira forte composta de anisoforme angulosa grosseira forte; muito aderente, muito plástico, muito ou extremamente firme, extremamente rijo; pH 6,5 a 7,5. Transição abrupta ou nítida para:

Horizonte C

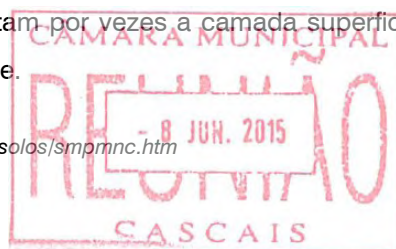
Material proveniente da desagregação de dioritos ou quartzodioritos ou rochas microfaneríticas ou cristalofílicas afins.

Influências estranhas, nomeadamente de possíveis veios de pórfiros, podem aligeirar a textura do horizonte A destes solos até à de franco-arenosa, o que pode fazê-los confundir, apenas superficialmente, com os “Pmg”.

O aligeiramento da textura da camada superficial e a presença nela de elementos grosseiros podem facilitar um acesso de água ao horizonte B muito superior ao normal, o qual imprime ao perfil ligeiros sintomas de hidromorfismo. Os solos nestas condições estabelecem a transição entre os “Pm” e os “Pmh”.

Nas transições para Barros Calcários estes solos apresentam, por vezes, a camada superficial com textura franco-argilosa a argilosa e estrutura anisoforme.

Fonte: http://agricultura.isa.utl.pt/agribase_temp/solos/smpmnc.htm



5.5.1.2. SOLOS MEDITERRÂNEOS PARDOS DE QUARTZODIORITOS” (PMG)

Este tipo de solos apresenta as seguintes características:

Horizonte A1 -15 a 35 cm;

Pardo ou castanho; franco-arenoso a arenosos; estrutura granulosa fina fraca ou sem agregados; não aderente, não plástico, muito friável ou solto, fofo ou solto; pH 5,5 a 6,5. Transição nítida ou abrupta para.

Horizonte B –20 a 50 cm;

Pardo ou castanho com pontuações esbranquiçadas de feldspatos; franco-argilo-arenoso, franco-argiloso, argilo-arenoso ou argiloso; estrutura prismática média ou grosseira moderada ou fraca; há películas de argila nas faces dos agregados; aderente, plástico, muito firme ou firme, muito rijo ou rijo; pH 6,5 a 7,5. Transição nítida ou gradual para

Horizonte C

Material proveniente da desagregação de quartzodioritos, notando-se nele, além de feldspatos, partículas de quartzo e de micas.

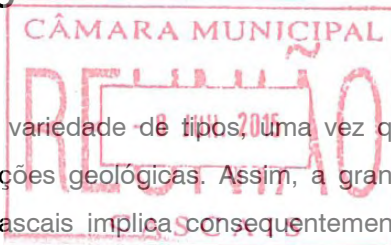
Fonte: http://agricultura.isa.utl.pt/agribase_temp/solos/smpmnc.htm

O tipo de solos anteriormente descrito encontra-se apenas na área do PNSC, onde a área florestal e/ou mato são prioritariamente a ocupação e uso do solo. A exceção (que confirma a regra), são alguns lugares na Malveira da Serra, compostos por “Solo Litólico, não húmico, pouco insaturado, normal, de granitos em transição para quartzodioritos”, em fase delgada

com “Afloramento rochoso de granitos ou quartzodioritos” e que se pode encontrar impermeabilizado devido à construção de moradias.

5.5.2. SOLOS NA RESTANTE ÁREA DO CONCELHO

No resto do Concelho os solos apresentam uma grande variedade de tipos, uma vez que existe uma correlação perfeita entre os solos e as formações geológicas. Assim, a grande diversidade de formações geológicas no Concelho de Cascais implica consequentemente, uma diversidade de solos. Como o solo deste Concelho é constituído, grosso modo, por formações calcárias do Jurássico e do Cretácico, os solos predominantes são, consequentemente, os solos calcários (rochas básicas). Nestes, destacam-se os “Solos Calcários Pardos de Calcários Compactos (Pcd)”, os “Solos Mediterrâneos Vermelhos ou Amarelos de Calcários Compactos ou dolomias (Vcd)” e os “Solos Calcários Vermelhos de Calcários (Vc)”, com um desenvolvimento pedogénico limitado, não dispendo de horizontes bem desenvolvidos e têm pouca aptidão para a agricultura. Estes solos distinguem-se pelas suas características, quanto aos horizontes, que a seguir discriminamos:



5.5.2.1. SOLOS CALCÁRIOS PARDOS DE CALCÁRIOS COMPACTOS” (PCD)

Horizonte Ap - 15 a 35 cm;

Pardo-acinzentado; franco-arenoso a franco-argiloso pouco ou medianamente calcário; de estrutura granulosa ou grumosa fina moderada; friável; efervescência viva ao HCl; pH 7,5 a 8,5. Transição abrupta para

Horizonte R

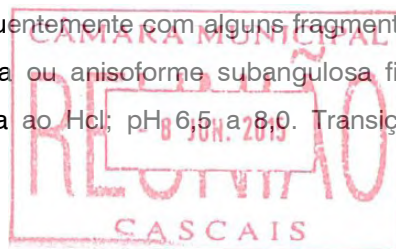
Calcário compacto. Na sua parte superior existe, por vezes, um horizonte Cca, endurecido ou não.

Fonte: http://agricultura.isa.utl.pt/agribase_temp/solos/solcalpd.htm

5.5.2.2. SOLOS MEDITERRÂNEOS VERMELHOS OU AMARELOS DE CALCÁRIOS COMPACTOS OU DOLOMIAS (VCD):

Horizonte A1 - 15 a 25 cm;

Castanho-avermelhado ou vermelho-escuro; argiloso, frequentemente com alguns fragmentos de calcário duro; estrutura granulosa média ou grosseira ou anisoforme subangulosa fina moderadas ou fortes, friável ou firme; efervescência nula ao HCl; pH 6,5 a 8,0. Transição gradual para:



Horizonte B - 10 a 40 cm

Podendo desenvolver-se até maior profundidade ao longo de fendas ou bolsas; vermelho-escuro; argiloso, com alguns fragmentos de calcário duro; estrutura anisoforme subangulosa fina moderada ou forte; há algumas concreções ferruginosas muito pequenas e películas de argila nas faces dos agregados; firme; efervescência nula ao HCl; pH 6,5 a 8,0. Transição irregular e nítida para:

Horizonte Cca C

Material originário constituído por uma camada de alguns centímetros de espessura de cor amarelada com laivos esbranquiçados, com percentagem variável de calcário duro ou noduloso e dando efervescência muito viva ao HCl. Esta camada pode estar reduzida a uma delgada película recobrando a rocha. Transição abrupta para:

Horizonte R

Rocha-mãe: calcários compactos (não metamórficos) ou dolomias”.

Fonte: http://agricultura.isa.utl.pt/agribase_temp/solos/smvamc.htm

5.5.2.3. SOLOS CALCÁRIOS VERMELHOS DE CALCÁRIOS (VC):

Horizonte Ap - 25 a 40 cm

Pardo-avermelhado ou vermelho; franco, franco-argilo-arenoso ou franco-argiloso calcário, por vezes com fragmentos de calcário compacto; estrutura granulosa fina ou média moderada; friável; efervescência viva ao HCl; pH 7,5 a 8,5. Transição gradual para:

Horizonte C

Material originário: material com calcário friável ou noduloso, em geral vermelho-amarelado, constituindo transição para calcário compacto ou não compacto, por vezes friável. Na sua parte superior existe, por vezes, um horizonte Cca, na maioria dos casos não endurecido.

Nestes solos diferencia-se, por vezes, um horizonte B do tipo "cambic".

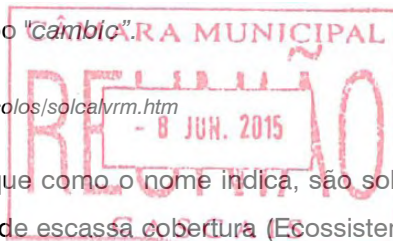
Fonte: http://agricultura.isa.utl.pt/agribase_temp/solos/solcalvrm.htm

Destacando-se na paisagem, os Solos Calcários Pardos, que como o nome indica, são solos calcários de cor pardacenta, dão origem a uma vegetação de escassa cobertura (Ecossistema de maqui e/ou garrigue); tem rápida decomposição de matéria orgânica, baixo teor de húmus e elevada quantidade de água disponível, pois os "calcários são permeáveis, em grande". A permeabilidade é variável, entre moderada a rápida, nos horizontes superficiais.

Quanto aos solos litólicos, tal como, os solos calcários, são igualmente jovens e pouco desenvolvidos, destacando-se destes, fundamentalmente devido à sua composição química, que advém das rochas que lhe deram origem.

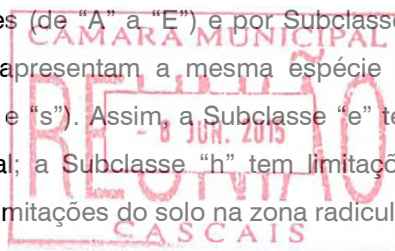
Os solos incipientes correspondem, grosso modo, aos "Aluviossolos Modernos" que aparecem nos leitos de cheia, junto às linhas de água mais importantes do Concelho de Cascais. Destacam-se na paisagem os leitos de cheia da Ribeira da Foz do Guincho, da Ribeira das Vinhas, da Ribeira de Sassoeiros, e, essencialmente, o leito de cheia da Ribeira de Caparide.

Através da análise pormenorizada da Carta de Solos do Concelho de Cascais pode-se afirmar que existe uma predominância de Solos Calcários, solos esses pouco evoluídos, com pouca aptidão agrícola e elevada permeabilidade, e que se formaram a partir de rochas calcárias, uma vez que o Concelho de Cascais é constituído, essencialmente, por formações geológicas calcárias, datadas da Era Secundária e da Era Terciária. Estes solos apresentam uma percentagem variável de carbonatos ao longo de todo o seu perfil, sem as características próprias dos Barros.



5.6. APTIDÃO AGRÍCOLA DOS SOLOS

A Carta da “Capacidade de Uso do Solo” (carta 02.01.06) indica a aptidão agrícola do solo, representada por várias Classes, que são agrupamentos de solos que apresentam o mesmo grau de limitações e/ou riscos de deterioração semelhantes (de “A” a “E”) e por Subclasses, que são grupos de solos de uma mesma classe que apresentam a mesma espécie de limitação dominante ou de risco de deterioração (“e”, “h”, e “s”). Assim, a Subclasse “e” tem limitações resultantes de erosão e escoamento superficial; a Subclasse “h” tem limitações resultantes de um excesso de água e a Subclasse “s” tem limitações do solo na zona radicular.



Esta Carta indica também, as áreas sociais, que se encontram muito bem delimitadas, pois correspondem às áreas urbanas mais relevantes do Concelho.

Concluindo, uma análise à Carta da Capacidade de Uso do Solo permite verificar claramente, a distinção entre as áreas sociais e as outras, com aptidão agrícola ou não.

Os solos com maior aptidão agrícola pertencem às Classes: “A”, “B” e “Ch”, que correspondem à Reserva Agrícola Nacional, tendo esta pouca representatividade no Concelho de Cascais. Deste modo, não é de estranhar que a agricultura ocupe a menor percentagem nas atividades económicas, de acordo com a informação do “Censos 2001” (INE) para este Concelho.

Nas figuras nº 34a e 34b está representada a percentagem de cada tipo de solos, agrupados em classes, de acordo com as suas potencialidades e limitações agrícolas.

| | SOCIAL | A | A+B | B | B+C | C |
|------------|-----------|---------|---------|---------|--------|---------|
| hectares | 2.714,479 | 227,226 | 103,378 | 869,096 | 51,243 | 764,310 |
| % do total | 27,91% | 2,34% | 1,06% | 8,94% | 0,53% | 7,86% |

| | Ch | C+D | C+E | D | D+E | E |
|------------|--------|---------|--------|---------|---------|-----------|
| hectares | 13,475 | 779,322 | 23,755 | 877,471 | 900,417 | 2.401,788 |
| % do total | 0,14% | 8,01% | 0,24% | 9,02% | 9,26% | 24,69% |

Figuras nº 34a e 34b
Percentagem dos grupos de tipos solos existentes em Cascais

Fonte: “SigWeb – CMC / DSIG - 2012”

5.6.1. SOLOS DO TIPO “A”

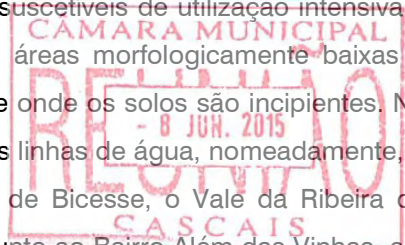
SOLOS COM EXCELENTE APTIDÃO AGRÍCOLA

Os solos do Tipo “A”, são os solos com aptidão agrícola muito elevada, poucas ou nenhuma limitações, sem riscos de erosão ou com riscos ligeiros e suscetíveis de utilização intensiva e de outras utilizações. Este tipo de solos encontra-se em áreas morfológicamente baixas e planas, nos leitos de cheia, onde há abundância de água e onde os solos são incipientes. No Concelho de Cascais encontram-se nos vales das principais linhas de água, nomeadamente, o Vale da Ribeira de Manique/Caparide, o Vale da Ribeira de Bicesse, o Vale da Ribeira da Amoreira, o Vale da Ribeira das Marianas (a Norte da A5, junto ao Bairro Além das Vinhas, em Tires e a Sul da A5, a Nascente do Zambujal), o Vale da Ribeira de Sasseiros, essencialmente, na Quinta do Barão e na Quinta Nova de Santo António, em Carcavelos.

Nesta Carta, destaca-se uma grande “mancha” de solos da Classe do Tipo “A”, no Vale da Ribeira de Manique/Caparide, que corresponde a “Aluviossolos Modernos Calcários (Parasolos Calcários) de textura mediana” (70%) - “Ac” e a “Aluviossolos Modernos não Calcários de textura mediana” (30%) - “A” que estão talhados na “Formação de Caneças”, contendo “calcários, margas, arenitos e dolomitos” e por cima destes, encontram-se os “Aluviões” depositados de uma forma descontínua. Estas características geológicas conjugadas não só com as características do relevo: altitudes baixas (entre 0 e 50 m), declives suaves (inferiores a 5%), ótima exposição solar (Sul e Oeste), mas essencialmente com a abundância de água, devido à proximidade da Ribeira permitem que esta área possua uma excelente aptidão agrícola.

Deste modo, verifica-se que as características geomorfológicas associadas às características edafo-climáticas do Vale de Caparide constituem um ecossistema devido à sua biodiversidade e à sua sustentabilidade, traduzindo-se num fator de extrema importância para o equilíbrio ecológico do Concelho de Cascais.

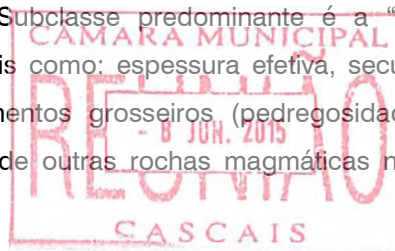
Existem algumas áreas no Concelho de Cascais que possuem, simultaneamente, as Classes do Tipo “A” e do Tipo “B”, sendo que a mais relevante se localiza no Cabeço do Cação, a Ponte de Trajouce; é uma área plana, com altitudes que variam entre os 150 e os 200 metros, com declives suaves (inferiores a 5%) e onde existem pequenos cursos de água, afluentes da Ribeira das Marianas. Aqui, encontram-se solos incipientes, “Coluviossolos, Não Calcários, de textura pesada” – “Sba (h)”, que correspondem a solos com boa aptidão agrícola, mas com limitações resultantes do excesso de água.



5.6.2. SOLOS DO TIPO “B”

SOLOS COM BOA APTIDÃO AGRÍCOLA

Estes solos caracterizam-se por terem uma boa aptidão agrícola, limitações moderadas e riscos de erosão moderados. Neste tipo de solos a Subclasse predominante é a “s”, caracterizando-se por ter limitações na zona radicular, tais como: espessura efetiva, secura associada à baixa capacidade de água utilizável, elementos grosseiros (pedregosidade, afloramentos rochosos calcários, graníticos, sieníticos e de outras rochas magmáticas não identificadas, etc.).



Este tipo de solos também se localiza nos leitos de cheia da Ribeira da Foz do Guincho, da Ribeira das Vinhas e da Ribeira de Manique/Caparide (a Norte da Quinta dos Pesos).

Na Ribeira da Foz do Guincho, o solo é “Aluviossolo Moderno Calcário (Para-solo Calcário) de textura mediana” (10%) - “Ac” e está talhado em aluviões que se encontram depositados em discordância sobre formações geológicas calcárias do Jurássico e do Cretácico, o solo tem aptidão agrícola e está a ser utilizado para esses fins, apesar das suas limitações na zona radicular.

Na Ribeira das Vinhas, assim como, nas áreas adjacentes à mesma (Ribeira dos Marmeleiros e Ribeira da Penha Longa), este tipo de solo existe desde montante (quer a Nascente, quer a Poente, da Urbanização da Penha Longa) a jusante da Ribeira (junto ao Mercado de Cascais). As áreas ocupadas nos leitos da Ribeira da Penha Longa e da Ribeira dos Marmeleiros são constituídas por “Aluviossolos Modernos Calcários (para-solos Calcários) de textura mediana” (10%) - “Ac” que conjugadas com solos com capacidade de uso do tipo “B” e com declives suaves (inferiores a 10%) proporcionam boas condições agrícolas.

Na Ribeira das Vinhas, junto à Quinta da Ponte, quer a Norte quer a Sul da Terceira Circular o solo é constituído por “Coluviossolos Calcários (para-solos Calcários) de textura mediana” - (10%) – “Sbc”, sendo que, apesar de ter boa aptidão agrícola, apenas a parte Norte se encontra ocupada por hortas pedagógicas.

Junto ao Mercado de Cascais, o leito desta ribeira é constituído por “Coluviossolos Calcários (para-solos Calcários) de textura mediana” e neste momento, está a ser ocupado por vegetação autóctone apesar de ter uma boa aptidão agrícola.

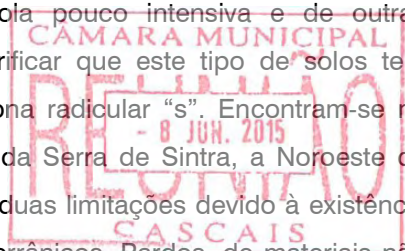
5.6.3. SOLOS DO TIPO “C”

SOLOS COM MODERADA APTIDÃO AGRÍCOLA

Os solos do tipo “C”, com moderada aptidão agrícola, têm limitações acentuadas, riscos de erosão elevados e são suscetíveis de utilização agrícola pouco intensiva e de outras utilizações. Assim, no Concelho de Cascais pode-se verificar que este tipo de solos tem essencialmente, limitações a nível de erosão “e” e na zona radicular “s”. Encontram-se na Biscaia, na Figueira do Guincho e no perímetro florestal da Serra de Sintra, a Noroeste da Malveira da Serra e na Penha Longa, apresentando estas duas limitações devido à existência de Solos Argiluvitados pouco insaturados, de Solos Mediterrânicos, Pardos, de materiais não calcários, normais, de quartzodioritos, devido à presença de “Granito da Serra de Sintra” e talhados na Formação de Farta Pão “Calcários e Margas”, mas também devido às altitudes (superiores a 250 m) e ainda aos declives acentuados (superiores a 25%).

Na Penha Longa, as áreas classificadas com Capacidade de Uso do Solo do Tipo “Ce” correspondem às áreas ocupadas, atualmente, pelo seu campo de Golf.

Os solos com limitações a nível de excesso de água “h”, bons para a agricultura, são raros e os que existem encontram-se em Tires, localizados dentro do Aeródromo Municipal de Cascais. Esta categoria de Capacidade de Uso do Solo coincide com os solos “Barros Castanho-Avermelhados não calcários de basaltos ou doleritos ou outras rochas eruptivas ou cristalofílicas básicas” e que estão talhados em Calcários, Margas, Arenitos e Dolomitos, pertencentes à “Formação de Caneças”.



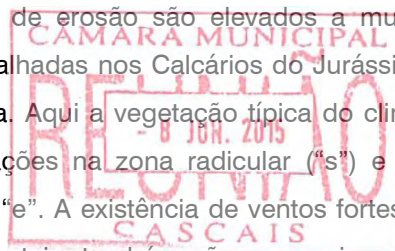
5.6.4. SOLOS DO TIPO “D”

SOLOS COM APTIDÃO AGRÍCOLA REDUZIDA

Este tipo de solos tem baixa aptidão agrícola, apresenta limitações severas e muito severas. Quando se encontra em vertentes declivosas, os riscos de erosão são elevados a muito elevados. Esta situação pode ser observada nas falésias talhadas nos Calcários do Jurássico que se encontram junto à Praia do Abano e a Norte desta. Aqui a vegetação típica do clima Mediterrâneo é rasteira e bastante rara, devido às limitações na zona radicular (“s”) e às limitações resultantes de erosão e escoamento superficial “e”. A existência de ventos fortes e muito fortes, vindos de Norte e de Noroeste, nesta área costeira também não proporciona as melhores condições para o desenvolvimento e crescimento da vegetação. Estes solos não são suscetíveis de utilização agrícola, mas são muito utilizados para fins lúdicos e para a prática de Desporto de Aventura.

Encontra-se com bastante representatividade no Sistema Dunar Guincho-Cresmina. De salientar que a praia do Guincho está representada na Carta da Capacidade de Uso do Solo como área social. Pode-se verificar que ao longo deste Sistema Dunar as altitudes são baixas (entre 50 e 100 m), os declives são suaves (inferiores a 5%), os solos são “Solos Mediterrânicos Vermelhos ou Amarelos de materiais calcários normais, de calcários compactos ou dolomias, cobertos por areias eólicas” e talhados em dunas, formações do Quaternário que se encontram depositadas nas “Formações de Cabo Raso e de Guincho, indiferenciadas: calcários, margas e arenitos” do Cretácico.

Praticamente, todos os solos do Tipo “D” correspondem a solos argiluvitados, “Solos Mediterrânicos Vermelhos ou Amarelos de Materiais Calcários Normais, de calcários compactos ou dolomias, cobertos por areias eólicas”, com algumas exceções, que também têm solos incipientes, “Regossolos Psamíticos normais, não húmicos”, por exemplo na Quinta da Marinha.



5.6.5. SOLOS DO TIPO “E”

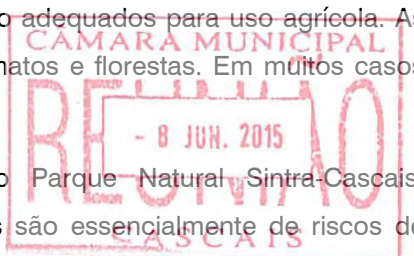
SOLOS DOM APTIDÃO AGRÍCOLA MUITO REDUZIDA

Este tipo de solos tem uma aptidão agrícola muito baixa, limitações muito severas, sendo os riscos de erosão muito elevados; por conseguinte, não são adequados para uso agrícola. As limitações são severas e muito severas para pastagens, matos e florestas. Em muitos casos não é suscetível de qualquer exploração económica.

Este tipo de solos tem grande representatividade no Parque Natural Sintra-Cascais, nomeadamente no perímetro florestal, onde as limitações são essencialmente de riscos de erosão “e”, devido aos declives muito acentuados (superiores a 25 %), à altitude do lugar (altitudes que variam entre os 200 – 400 m) e à grande diversidade litológica, podendo-se encontrar solos evoluídos (p. ex. “Solos Argiluvitados pouco insaturados e Solos Mediterrânicos, Pardos, de materiais não calcários, de gnaisses ou rochas afins”); solos pouco evoluídos, que advêm das rochas que lhes deram origem (p. ex. “Solos Litólicos Húmicos, Câmbicos, Normais, de Sienitos” ou “Solos Litólicos, Húmicos, Câmbicos, Normais, de Granitos, conforme estejam talhados no Sienito ou no Granito de Sintra). As características físicas e químicas específicas afetam a sua utilização. Estes solos são ocupados por vegetação autóctone, onde predominam os pinheiros bravos (“*Pinus pinaster*”) no extrato arbóreo e os carrascos (“*Quercus coccífera*”) no extrato arbustivo. Podemos ainda encontrar nesta zona, solos não evoluídos (incipientes, com elevada percentagem de grãos de areia, bastante móveis, com fraca capacidade de retenção de água e nutrientes e pouco aptos para o desenvolvimento e crescimento de vegetação). Esta diversidade geológica proporciona uma biodiversidade de ecossistemas.

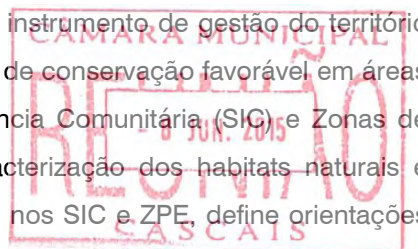
Em alguns lugares do perímetro florestal, a vegetação apresenta um aspeto exuberante e muito bonito, tornando-se muito atraente para o Turismo (de Lazer e de Natureza) e para o Desporto (trilhos definidos para peões e para bicicletas). A utilização abusiva destes espaços para estas atividades, assim como, a ocorrência frequente de incêndios (alguns de grande dimensão) têm proporcionado uma degradação constante dos mesmos e constituem, atualmente, os problemas mais graves para o Parque Natural Sintra-Cascais no respeitante à conservação da flora, fauna e de um modo geral de todos os habitats naturais.

Na vertente exposta a Sudeste da Serra de Sintra, as limitações do solo são também resultantes da zona radicular “s”, tais como: espessura efetiva, secura associada à baixa capacidade de água utilizável, elementos grosseiros (pedregosidade, afloramentos rochosos calcários, sieníticos e graníticos, entre outros) na área envolvente ao Pisão, à Atrozela e ao Cabreiro.



5.7. VALORES NATURAIS E DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) é um instrumento de gestão do território que visa a manutenção de espécies e habitats num estado de conservação favorável em áreas definidas no território continental como Sítios de Importância Comunitária (SIC) e Zonas de Proteção Especial (ZPE). Este plano, para além da caracterização dos habitats naturais e seminaturais e das espécies da flora e da fauna presentes nos SIC e ZPE, define orientações estratégicas para a gestão do território abrangido por aquelas áreas, indicações que também podem ser aplicadas no restante território continental (ICN, 2005).



A salvaguarda e valorização da diversidade biológica, com vista a garantir a sua conservação a médio e longo prazo, são condições essenciais para se atingir o desenvolvimento sustentável no concelho de Cascais.

Com base em levantamentos de campo, no Relatório da Cascais Estrutura Ecológica (Agência Cascais Natura, 2010), no Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais (ICN, 2003) e no AquaSig Cascais (Agência Cascais Atlântico, 2010) elaborou-se a Carta de Valores Naturais e Conservação da Natureza, que se subdivide nas 3 cartas seguintes.

5.7.1. HABITATS NATURAIS

Efetuiu-se a correspondência da comunidade ou mosaico de comunidades vegetais aos tipos de habitats naturais constantes nas fichas de caracterização do PSRN2000. Da lista de habitats detetados no Concelho de Cascais (figura nº 35) apenas os habitats que se encontram com o texto a negro foram cartografados, enquanto os que apresentam asterisco (*) possuem interesse prioritário para a conservação. No que respeita aos habitats marinhos (recifes e grutas) salientam-se por constituírem áreas de grande interesse ecológico, no que respeita a abrigo, alimento e reprodução de inúmeras espécies de algas, peixes e invertebrados. As zonas de recifes rochosos abrigam nas primeiras fases do ciclo de vida grande diversidade de peixes com interesse comercial que migram para áreas mais profundas na fase adulta. Desta forma consideram-se os habitats da região marítima do Concelho de Cascais de conservação prioritária.



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive set of initials.

| Código Habitat | Definição Habitat | Comunidade | Sintaxone | Bio-indicadores |
|----------------|---|--|--|---|
| 1170 | 1170 - Recifes | Ausência de vegetação vascular | Não aplicável | Ausência de plantas vasculares; algas castanhas (<i>Fucus spiralis</i> , <i>Cystoseira usneoides</i>), vermelhas (<i>Corallina elongata</i> , <i>Lithophyllum incrustans</i> , <i>L. lichenoides</i> , <i>Ceramium spp.</i> , <i>Osmundea pinnatifida</i>), verdes (<i>Ulva intestinalis</i> , <i>U. rigida</i> , <i>U. prolifera</i> , <i>U. obscura</i>); de fauna, os grupos cnidária (<i>Actinaria sp.</i>), moluscos (<i>Mytilus sp.</i>), crustáceos (<i>Palaemon serratus</i>), equinodermes (<i>Paracentrotus lividus</i>) e peixes (<i>Parablennius pilicornis</i> , <i>P. ruber</i> , <i>P. gattorugine</i> , <i>Serranus cabrilla</i> , <i>Lepadogaster lepadogaster</i> , <i>L. candollei</i>). |
| 1210 | 1210 - Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré | Comunidade de eruca-marítima | <i>Salsola kali</i> - <i>Cakiletum maritimae</i> | <i>Cakile maritima</i> , <i>Salsola kali</i> |
| 1240 | 1240 - Arribas litorais com vegetação mediterrânica com <i>Limonium</i> e <i>Armeria sp.pl.</i> endémicos | Comunidade de limónio | <i>Limonietum multiflori-virgati</i> | <i>Limonium dodartii ssp. lusitanicum</i> , <i>L. multiflorum</i> , <i>L. ovalifolium</i> , <i>L. virgatum</i> , <i>Armeria welwitschii</i> , <i>Crithmum maritimum</i> , <i>Plantago coronopus ssp. occidentalis</i> , <i>Dactylis marina</i> , <i>Helichrysum decumbens</i> |
| | | Comunidade de cravina-de-sintra | <i>Diantho cintrani-Daucetum halophili</i> | <i>Armeria pseudoarmeria</i> , <i>Dianthus cintranus</i> , <i>Daucus halophilus</i> , <i>Spergularia australis</i> , <i>Crithmum maritimum</i> , <i>Plantago coronopus ssp. occidentalis</i> |
| 2110 | 2110 - Dunas móveis embrionárias com <i>Elymus farctus</i> | Comunidade de feno-das-areias | <i>Euphorbio paraliae-Elytrigietum boreoatlanticae</i> | <i>Elymus farctus ssp. boreo-atlanticus</i> , <i>Euphorbia paralias</i> , <i>Calystegia soldanella</i> , <i>Polygonum maritimum</i> |
| 2120 | 2120 - Dunas brancas | Comunidade de estorno | <i>Loto cretici-Ammophiletum australis</i> | <i>Ammophila arenaria ssp. arundinacea</i> , <i>Lotus creticus</i> , <i>Otanthus maritimus</i> , <i>Eryngium maritimum</i> , <i>Pancratium maritimum</i> , <i>Euphorbia paralias</i> , <i>Herniaria maritima</i> |
| 2130 | 2130pt2 - * Duna cinzenta com matos camefíticos dominados por <i>Armeria welwitschii</i> | Comunidade de erva-divina | <i>Armerio welwitschii-Crucianelletum maritimae</i> | <i>Armeria welwitschii</i> , <i>Artemisia campestris ssp. maritima</i> , <i>Crucianella maritima</i> , <i>Helichrysum italicum ssp. picardii</i> , <i>Pancratium maritimum</i> , <i>Herniaria maritima</i> |
| 2230 | 2230pt1 - Dunas costeiras com prados anuais | - | <i>Malcolmietalia</i> | <i>Linaria lamarckii</i> , <i>Silene littorea</i> |
| 2250 | 2250pt1 - * Dunas e paleodunas com matagais de <i>Juniperus turbinata</i> | Sabinal | <i>Osyrio quadripartitae-Juniperetum turbinatae</i> | <i>Juniperus turbinata</i> , <i>Antirrhinum cirrhigerum</i> , <i>Pistacia lentiscus</i> , <i>Rhamnus alaternus</i> |
| 2270 | 2270 - * Dunas com florestas de <i>Pinus pinea</i> e/ou <i>Pinus pinaster</i> | Pinhal de pinheiro-manso e/ou pinheiro-bravo | <i>Quercetea ilicis</i> | <i>Pinus pinea</i> , <i>Pinus pinaster</i> , <i>Pinus halepensis</i> |
| 4030 | 4030pt1 - Tojais e urzais-tojais aerohalófilos mediterrânicos | Tojal de tojo-durázio | <i>Daphno maritimi-Ulicetum congesti</i> | <i>Ulex jussiaei</i> , <i>Daphne gnidium</i> , <i>Calluna vulgaris</i> , <i>Erica umbellata</i> |
| | 4030pt3 - Urzais, urzais-tojais e urzais-estevais mediterrânicos não litorais | Tojal de tojo-durázio | <i>Lavandulo luisieri-Ulicetum jussiaei</i> | <i>Ulex jussiaei</i> , <i>Lavandula stoechas</i> , <i>Calluna vulgaris</i> , <i>Erica umbellata</i> , <i>E. lusitanica</i> , <i>Genista triacanthos</i> , <i>Pterospartum tridentatum</i> , <i>Thymus villosus</i> , <i>Tuberaria lignosa</i> , <i>Simethis mattiazzi</i> |
| 5210 | 5210pt2 - Zimbrais-carrascais de <i>Juniperus turbinata</i> subsp. <i>turbinata</i> sobre calcários | Zimbral – Carrascal | <i>Quercococciferae-Juniperetum turbinatae</i> | <i>Juniperus turbinata</i> , <i>Quercus coccifera</i> , <i>Pistacia lentiscus</i> , <i>Rhamnus oleoides</i> , <i>Daphne gnidium</i> , <i>Euphorbia characias</i> , <i>Rubia peregrina</i> |
| 5330 | 5330pt3 - Medronhais | Medronhal | <i>Buplero fruticosae-Arbutetum unedonis</i> | <i>Arbutus unedo</i> , <i>Bupleurum fruticosum</i> , <i>Laurus nobilis</i> , <i>Viburnum tinus</i> , <i>Myrtus communis</i> , <i>Phillyrea angustifolia</i> , <i>P. latifolia</i> , <i>Pistacia lentiscus</i> , <i>Cheirolophus sempervirens</i> |
| | 5330pt4 - Matagais com <i>Quercus lusitanica</i> | Formação de carvalhiça | <i>Erico scopariae-Quercetum lusitanicae</i> | <i>Quercus lusitanica</i> , <i>Erica scoparia</i> , <i>Centaurea africana</i> , <i>Myrtus communis</i> , <i>Pistacia lentiscus</i> , <i>Rhamnus alaternus</i> , <i>Asparagus aphyllus</i> |
| | 5330pt5 - Carrascais, espargueirais e matagais afins basófilos | Carrascal | <i>Melico arrectae-Quercetum cocciferae</i> | <i>Quercus coccifera</i> , <i>Rhamnus alaternus</i> , <i>R. oleoides</i> , <i>Pistacia lentiscus</i> , <i>Asparagus albus</i> , <i>Myrtus communis</i> , <i>Osyris alba</i> , <i>Euphorbia characias</i> , <i>Iris lusitanica</i> , <i>Lonicera etrusca</i> |
| | 5330pt7 - Matos baixos calcícolas | Tojal de tojo-gatunho | <i>Salvio sclareoidis-Ulicetum densi</i> | <i>Ulex densus</i> , <i>Salvia sclareoides</i> , <i>Anthyllis vulneraria ssp. gandogeri</i> , <i>Ruta chalepensis</i> , <i>Serratula estremadurensis</i> , <i>Rosmarinus officinalis</i> , <i>Eryngium dilatatum</i> |
| 6110 | * Prados rupícolas calcários ou basófilos | Comunidade de plantas suculentas | <i>Calendulo lusitanicae-Antirrhinon linkiani</i> | <i>Antirrhinum linkianum</i> , <i>Silene longicilia</i> , <i>Iberis procumbens ssp. microcarpa</i> , <i>Sedum album</i> , <i>S. sediforme</i> , <i>Polypodium cambricum</i> , <i>Phagnalon saxatile</i> , briófitos, líquenes |
| 6210 | * Arrelvados vivazes calcícolas e xerófilos, frequentemente ricos em orquídeas | Prado vivaz de braquiópido | <i>Phlomidio lychnitidis-Brachypodietum phoenicoides</i> | <i>Brachypodium phoenicoides</i> , <i>Dactylis glomerata</i> , <i>Phlomis lychnitis</i> , <i>Salvia sclareoides</i> , <i>Iris subbiflora</i> , <i>Silene longicilia</i> , <i>Arabis planisiliqua</i> , <i>Aceras anthropophorum</i> , <i>Anacamptis pyramidalis</i> , <i>Cephalanthera longifolia</i> , <i>Ophrys speculum ssp. lusitanica</i> , <i>O. bombyliflora</i> , <i>O. lutea</i> , <i>O. fusca</i> , <i>O. scolopax</i> , <i>O. tenthredinifera</i> , <i>Orchis italica</i> , <i>O. coriophora</i> , <i>Serapias lingua</i> , <i>S. strictiflora</i> |

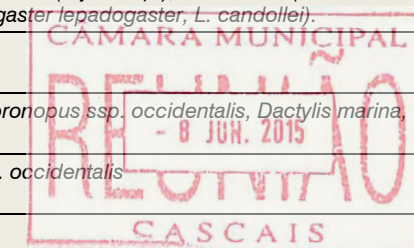


Figura nº 35 (1ª parte)
Tipos e subtipos de habitats naturais no Concelho de Cascais.
(continua na próxima página)

Fonte: CMC / Agência Cascais Natura, 2011

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS

| Código Habitat | Definição Habitat | Comunidade | Sintaxone | Bio-indicadores |
|----------------|---|----------------------------------|--|---|
| 6220 | 6220pt1 - * Arrelvados anuais neutrobasófilos | Prado anual de tuberária | <i>Anthyllido lusitanicae-Brachypodietum distachii</i> | <i>Anthyllis lusitanica, Brachypodium distachyon, Tuberaria guttata, Ammoides pusilla, Ajuga iva, Trifolium campestre, T. scabrum, Ononis pusilla, Logfia gallica, Vulpia membranacea, Campanula erinus, Blackstonia acuminata, Desmazeria rigida</i> |
| | 6220pt3 - * Arrelvados vivazes neutrobasófilos de gramíneas altas | Prado de hiparrénia | <i>Carici depressae-Hyparrhenietum sinaicae</i> | <i>Hyparrhenia hirta, Dactylis glomerata ssp. hispanica</i> |
| | 6220pt4 - * Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas | Prado de baracejo | <i>Avenulo sulcatae-Stipetum giganteae</i> | <i>Stipa gigantea, Avenula sulcata, Brachypodium phoenicoides, Arrhenatherum album, Agrostis castellana, Sedum forsterianum</i> |
| 6410 | 6410pt4 - Juncuais de <i>Juncus valvatus</i> | Juncal de <i>Juncus valvatus</i> | <i>Juncetum acutifloro-valvati</i> | <i>Juncus valvatus, J. acutiflorus, J. effusus</i> |
| 6420 | Juncuais mediterrânicos não halófilos e não nitrófilos | Comunidade de alpista-da-água | <i>Gaudinio fragilis-Hordeion bulbosi</i> | <i>Phalaris coerulescens, Scirpoides holoschoenus, Dactylis glomerata</i> |
| 8210 | 8210 - Afloramentos rochosos calcários com vegetação vascular casmofítica calcícola | Comunidade de rochas | <i>Asplenietalia petrarchae</i> | <i>Asplenium ruta-muraria, Ceterach officinarum, Umbilicus rupestris, briófitos</i> |
| 8220 | 8220pt3 - Biótopos de comunidades comofíticas esciófilas ou de comunidades epifíticas | Comunidade de polipódio | <i>Anomodonto-Polypodietea</i> | <i>Polypodium cambricum, Anogramma leptophylla, Asplenium ruta-muraria, Ceterach officinarum, Selaginella denticulata, briófitos, líquenes</i> |
| 8230 | 8230pt3 - Comunidades derivadas de <i>Sedum sediforme</i> ou <i>S. album</i> | Comunidade de arroz-dos-muros | <i>Sedo-Scleranthetea</i> | <i>Sedum brevifolium, Sedum sediforme, briófitos</i> |
| 8330 | Grutas marinhas submersas ou parcialmente submersas | Ausência de vegetação vascular | Não aplicável | Ausência de plantas vasculares |
| 91B0 | Freixiais | Freixial | <i>Ranunculo ficariae-Fraxinetum angustifoliae</i> | <i>Fraxinus angustifolia, Populus nigra, Frangula alnus, Vinca difformis</i> |
| 91E0 | 91E0pt1 - * Amiais ripícolas | Amial | <i>Scrophulario scorodoniae-Alnetum glutinosae</i> | <i>Alnus glutinosa, Carex pendula, Sambucus nigra, Hedera helix s.l.</i> |
| 91F0 | Florestas mistas sub-higrófilas de <i>Fraxinus angustifolia, Quercus robur</i> e <i>Ulmus minor</i> | Ulmal | <i>Vinco difformis-Ulmetum minoris inéd.</i> | <i>Ulmus minor, Vinca difformis, Aristolochia paucinervis</i> |
| 92A0 | 92A0pt3 - Salgueirais arbóreos psamófilos de <i>Salix atrocinerea</i> | Salgueiral-preto | <i>Viti viniferae-Salicetum atrocinereae</i> | <i>Salix atrocinerea, Sambucus nigra, Brachypodium sylvaticum, Carex pendula</i> |
| 92D0 | 92D0pt1 - Bosques ou matagais dominados por <i>Tamarix africana</i> e/ou <i>T. gallica</i> associados a águas doces | Tamargal | <i>Polygono equisetiformis-Tamaricetum africanae</i> | <i>Tamarix africana, T. gallica</i> |
| 9230 | 9230pt2 - Carvalhais estremos de <i>Quercus pyrenaica</i> | Carvalho-negral | <i>Arbuto unedonis-Quercetum pyrenaicae</i> | <i>Quercus pyrenaica, Quercus suber, Arbutus unedo, Hedera helix s.l., Ruscus aculeatus, Smilax aspera</i> |
| 9240 | Carvalhais de <i>Quercus faginea</i> subsp. <i>broteroi</i> | Carrascal-arbóreo | <i>Viburno tini-Quercetum rivasmartinezii</i> | <i>Quercus rivasmartinezii, Viburnum tinus, Bupleurum fruticosum, Arisarum clusii, Pistacia lentiscus, Olea europaea, Osyris lanceolata, Smilax aspera, Asparagus aphyllus, Rubia peregrina</i> |
| | | Cercal | <i>Arisaro-Quercetum broteroi</i> | <i>Quercus broteroi, Arisarum clusii, Smilax aspera, Olea europaea, Ruscus aculeatus</i> |
| 9230 | Carvalhais estremos de <i>Quercus pyrenaica</i> | Carvalho-negral | <i>Arbuto unedonis-Quercetum pyrenaicae</i> | <i>Quercus pyrenaica, Quercus suber, Arbutus unedo, Hedera helix s.l., Ruscus aculeatus, Smilax aspera</i> |
| 9320 | 9320pt1-Bosques olissiponenses-arrabidenses de zambujeiros e alfarrobeiras | Zambujal | <i>Viburno tini-Oleetum sylvestris</i> | <i>Olea sylvestris, Viburnum tinus, Asparagus albus, Smilax aspera, Ruscus aculeatus, Rubia peregrina, Arisarum clusii, Smilax aspera, Vinca difformis</i> |
| 9330 | 9330 - Bosques de sobreiro | Sobreiral | <i>Asparago aphylli-Quercetum suberis</i> | <i>Quercus suber, Q. robur, Asparagus aphyllus, Smilax aspera, Ruscus aculeatus, Rubia peregrina, Arbutus unedo</i> |

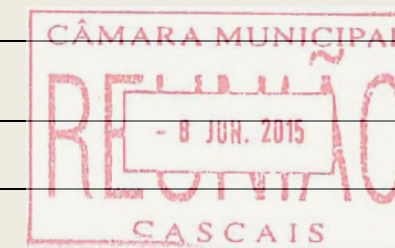


Figura nº 35 (2ª parte)
Tipos e sub-tipos de habitats naturais no Concelho de Cascais.

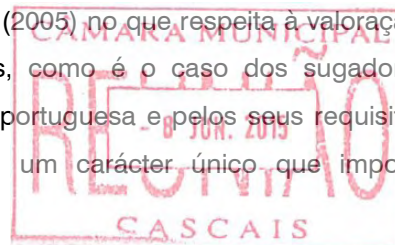
Fonte: CMC / Agência Cascais Natura, 2011

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



5.7.2. FAUNA

Para a identificação da fauna marinha da costa de Cascais com interesse para a conservação seguiu-se o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (LVVP) (ICN, 1993), o AquaSig Cascais (Agência Cascais Atlântico, 2010) e Cheung et al. (2005) no que respeita à valorização, apresentada no Quadro nº 3. Algumas destas espécies, como é o caso dos sugadores (Lepadogaster sp.), pela sua raridade ao longo da costa portuguesa e pelos seus requisitos específicos ao nível da complexidade do habitat, têm um carácter único que importa futuramente analisar em detalhe.



| Grupos | Espécie | Nome comum | Vulnerabilidade | LVVP |
|--------------|----------------------------------|-------------------------|-----------------|------|
| Cnidária | <i>Actinaria sp.</i> | - | - | - |
| Moluscos | <i>Mytilus sp.</i> | - | - | - |
| Crustáceos | <i>Palaemon serratus</i> | Camarão-branco-legítimo | - | - |
| Equinodermes | <i>Paracentrotus lividus</i> | Ouriço-do-mar-comum | - | - |
| Peixes | <i>Parablennius pilicornis</i> | Marachomba-cornuda | BM | NA |
| | <i>Parablennius ruber</i> | Caboz-lusitano | B; IC | NA |
| | <i>Parablennius gattorugine</i> | Marachomba-babosa | B | NA |
| | <i>Serranus cabrilla</i> | Serrano-alecrim | A | NA |
| | <i>Lepadogaster lepadogaster</i> | Sugador | M; IC | NA |
| | <i>Lepadogaster candollei</i> | Sugador | M; IC | NA |

LEGENDA:

Vulnerabilidade:

BM – Baixa a moderada; B – Baixa; IC – Insuficientemente conhecido; A – Alta; M – Moderada.

LVVP: NA – Não se aplica.

Figura nº 36

Espécies de fauna marinha com interesse para conservação no concelho de Cascais.

Fonte: CMC / Agência Cascais Natura, 2011

No que respeita às restantes espécies de fauna terrestre de conservação prioritária (ou de maior valor) seguiram-se os seguintes critérios: espécies com estatuto de ameaça atribuído pelo Livro Vermelho (Cabral [coord.], 2006); taxa da Diretiva Habitats ou Diretiva Aves, taxa em regressão na Península de Lisboa e/ou com isolados populacionais no Parque Natural Sintra-Cascais (ICN, 2003, 2005). A lista de espécies apresentada (fig. Nº 37) tem distribuição essencialmente em área de Parque Natural.

| FAUNA | | | Estatuto de Conservação | | | | | |
|---------------------------------------|------------------------------|-----------------|-------------------------|--------------|----------------------|-------------|------------|-------|
| Nome científico | Nome comum | Abundância | LVVP | IUCN | Dir. Aves / Habitats | Conv. Berna | Conv. Bona | CITES |
| <i>Euphydria aurinia</i> | - | Pouco frequente | NA | NA | B-II | II | | |
| <i>Anguilla anguilla</i> | Enguia | Pouco frequente | EN | VU | | | | |
| <i>Iberochondrostom a lusitanicum</i> | Boga-portuguesa | Localizada | CR | VU | B-II | III | | |
| <i>Lacerta schreiberi</i> | Lagarto-de-água | Raro | LC | LR/nt | B-II B-IV | II | | |
| <i>Anguis fragilis</i> | Licranço | Escasso | LC | LC | - | III | | |
| <i>Macroprotodon cucullatus</i> | Cobra-de-capuz | Escasso | LC | NT (Espanha) | B-IV | III | | |
| <i>Vipera latastei</i> | Víbora-cornuda | Raro | VU | NT (Espanha) | | III | | |
| <i>Clonectris diomedea</i> | Cagarra | | VU | LC | A-I | II | | |
| <i>Puffinus mauretanicus</i> | Fura-bucho | | CR | CR | A-I | II | | |
| <i>Phalacrocorax aristotelis</i> | Galheta | Escasso | VU | LC | | II | II | |
| <i>Mellanitta nigra</i> | Pato-negro | | EN | LC | | III | | |
| <i>Accipiter nisus</i> | Gavião | Raro | LC | LC | A-I | II | II | II A |
| <i>Aquila fasciata</i> | Águia-de-Bonelli | Muito raro | EN | LC | A-I | II | II | II A |
| <i>Falco peregrinus</i> | Falcão-peregrino | Raro | VU | LC | A-I | II | II | I A |
| <i>Numenius phaeopus</i> | Maçarico-galego | Raro | VU | LC | | III | II | |
| <i>Sterna sandvicensis</i> | Garajau | | NT | LC | | II | II | |
| <i>Bubo bubo</i> | Bufo-real | Muito raro | NT | LC | A-I | II | | II A |
| <i>Dendrocopus minor</i> | Pica-pau-malhado-pequeno | Pouco frequente | LC | LC | | II | | |
| <i>Rhinolophus hipposideros</i> | Morcego-de-ferradura-pequeno | Raro | VU | LC | B-II B-IV | II | II | |
| <i>Myotis myotis</i> | Morcego-rato-grande | Raro | VU | LR/lc | B-II B-IV | II | II | |
| <i>Nyctalus leisleri</i> | Morcego-arborícola-pequeno | Raro | DD | LR/nt | B-IV | II | II | |
| <i>Tadarida teniotis</i> | Morcego-rabudo | Raro | DD | LR/lc | B-IV | II | II | |
| <i>Mustela putorius</i> | Toirão | Raro | DD | LR/lc | B-V | III | | |
| <i>Meles meles</i> | Texugo | Escasso | LC | LR/lc | | III | | |

LEGENDA:

NA – Não se aplica; DD – Informação insuficiente; LC – Pouco Preocupante; NT – Quase Ameaçado;
VU – Vulnerável; EN – Em Perigo; LR/nt - Baixo risco/próximo de ameaça; LR/lc – Baixo risco/pouco preocupante.

Figura nº 37

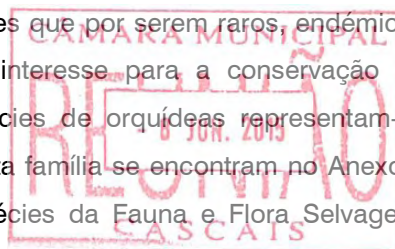
Tabela - Espécies faunísticas de conservação prioritária no Concelho de Cascais e respetivos estatutos de conservação e instrumentos legais:

LVVP: Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal,
IUCN Red List of Threatened, Diretiva Aves e Diretiva Habitats,
Convenção de Berna, Convenção de Bona,
CITES: Convenção de Washington

Fonte: CMC / Agência Cascais Natura, 2011

5.7.3. FLORA

Com base em levantamentos de campo e na bibliografia disponível (Agência Cascais Natura, 2010 (Bilz *et al.*, 2011); ICN, 2003, 2005; Ramos Lopes & Carvalho, 1990), apresenta-se no quadro da página seguinte (fig. Nº 38) uma lista de táxones que por serem raros, endémicos ou importantes a nível local ou nacional, apresentam interesse para a conservação no concelho de Cascais. Em termos cartográficos as espécies de orquídeas representam-se como “*Orchidaceae*” uma vez que todas as espécies desta família se encontram no Anexo II da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES).





A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.

| Nome-científico | Nome-vulgar | Ecologia | Estatuto |
|---|-----------------------------|---|---------------------------|
| <i>Aceras anthropophorum</i> | rapazinhos | Prados e clareiras de matos | CITES |
| <i>Anacamptis pyramidalis</i> | orquídea-piramidal | Prados em solos calcários, constituindo amplas populações | CITES |
| <i>Armeria pseudoarmeria</i> | cravo-romano | Arribas e matos rasteiros em solos graníticos | End. Lu; Dir. Habitats; E |
| <i>Asplenium hemionitis</i> | feto-de-folha-de-hera | Fendas de rochas graníticas, em zonas com alguma humidade | V |
| <i>Centaurea africana</i> | rapôntico-da-terra | Matos perinifólios em solos siliciosos | E |
| <i>Cepalanthra longifolia</i> | - | Matos e matagais | CITES |
| <i>Coicya cintrana</i> | saramago | Solos e fendas de rochas calcárias | End. Lu; Dir. Habitats; V |
| <i>Dianthus cintranus ssp. cintranus</i> | cravina-de-sintra | Afloramentos rochosos graníticos | End. Lu; Dir. Habitats; V |
| <i>Hemilaria maritima</i> | - | Areias marítimas | End. Lu; Dir. Habitats; V |
| <i>Iberis procumbens ssp. microcarpa</i> | assembleias | Orlas de matos baixos em encostas litorais e sub-litorais calcárias | End. Lu; Dir. Habitats; V |
| <i>Iris lusitanica</i> | lírio-amarelo-dos-montes | Prados e clareiras de matos em solos calcários | V |
| <i>Jonopsidium acaule</i> | cocleária-menor | Orlas de matos baixos em arribas litorais e sub-litorais | End. Lu; Dir. Habitats; V |
| <i>Juncus valvatus</i> | - | Zonas húmidas de solos calcários | End. Lu; Dir. Habitats; V |
| <i>Limonium multiflorum</i> | limónio | Arribas calcárias sob influência marítima | End. Lu; Dir. Habitats; V |
| <i>Limonium dodartii ssp. lusitanicum</i> | limónio | Arribas calcárias | End. Lu; Dir. Habitats; V |
| <i>Myrica faya</i> | samouco | Solos arenosos estabilizados | NA |
| <i>Omphalodes kuzinskyanae</i> | miosótis-das-praias | Sub-coberto de matos em solos arenosos e derivados de calcários | End. Lu; Dir. Habitats; E |
| <i>Ophrys bombyliflora</i> | erva-mosca | Prados e clareiras de matos | CITES |
| <i>Ophrys fusca ssp. fusca</i> | moscardo-maior | Prados e clareiras de matos | CITES |
| <i>Ophrys lutea</i> | erva-vespa | Prados e clareiras de matos | CITES |
| <i>Ophrys scolopax</i> | erva-abelha | Clareiras de matos e locais soalheiros em solos calcários | CITES |
| <i>Ophrys speculum ssp. lusitanica</i> | erva-abelha | Prados e clareiras de matos | CITES |
| <i>Ophrys tenthredinifera</i> | - | Prados e clareiras de matos em solos calcários | CITES |
| <i>Orchis coriophora</i> | erva-perceveja | Prados e clareiras de matos em solos calcários secos | CITES |
| <i>Orchis italica</i> | flor-dos-macaquinhos | Prados e clareiras de matos | CITES |
| <i>Serapias lingua</i> | serapião | Prados e clareiras de matos | CITES |
| <i>Serapias strictiflora</i> | serapião | Prados e clareiras de matos | CITES |
| <i>Serapias parviflora</i> | serapião-de-língua-pequena | Prados e clareiras de matos | CITES |
| <i>Silene cintrana</i> | - | Fissuras de rochas e arribas graníticas | End. Lu; E |
| <i>Silene longicilia</i> | - | Solos e fendas de rochas calcárias | End. Lu; Dir. Habitats; V |
| <i>Verbascum litigiosum</i> | verbascos-de-flores-grossas | Solos arenosos de dunas consolidadas | End. Lu; Dir. Habitats; V |
| <i>Thymus villosus</i> | tomilho-peludo | Solos siliciosos secos | End. Lu; V |
| <i>Ulex densus</i> | tojo-gatunho | Charnecas em solos calcários | End. Lu; V |



[Handwritten signature]

LEGENDA:

End. Lu – Endemismo Lusitano; Dir. Habitats – Diretiva Habitats Rede Natura 2000; CITES - Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção; NA – Não se aplica; DD – Informação insuficiente; LC – Pouco Preocupante; VU – Vulnerável; EN – Em perigo de extinção.

Figura nº 38
Espécies de flora com interesse para a conservação no concelho de Cascais.

Fonte: CMC / Agência Cascais Natura, 2011

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS





A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



Quanto às espécies de flora marinha na costa de Cascais, segundo o relatório da Agência Cascais Atlântico (2010), determina-se, nas duas grandes manchas de recifes rochosos entre as profundidades de 0 e 10 metros, a presença das algas que constam no quadro da figura seguinte (fig. nº 39).

| Grupos | Espécie |
|-----------------|---------------------------------|
| Algas castanhas | <i>Fucus spiralis</i> |
| | <i>Cystoseira usneoides</i> |
| Algas vermelhas | <i>Corallina elongata</i> |
| | <i>Lithophyllum incrustans</i> |
| | <i>Lithophyllum lichenoides</i> |
| | <i>Ceramium spp.</i> |
| | <i>Osmundea pinnatifida</i> |
| Algas verdes | <i>Ulva intestinalis</i> |
| | <i>Ulva rigida</i> |
| | <i>Ulva prolifera</i> |
| | <i>Ulva obscura</i> |

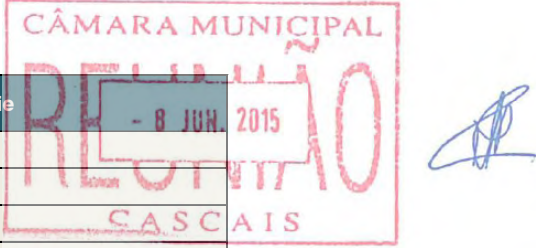


Figura nº 39

Espécies de algas características de recifes rochosos na costa de Cascais.

Fonte: CMC | Agência Cascais Natura, 2011



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.



A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.

6. CARACTERIZAÇÃO PAISAGÍSTICA



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive set of initials.

6.1. UNIDADES DE PAISAGEM

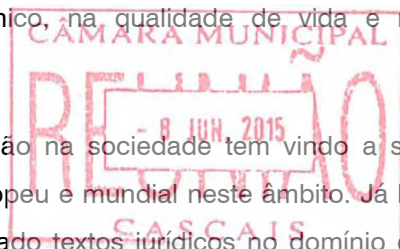
Nas últimas décadas temos assistido a uma crescente degradação das paisagens, o que constitui um problema atual, com graves repercussões, por vezes irreversíveis, na conservação de recursos naturais, no desenvolvimento socioeconómico, na qualidade de vida e na preservação de áreas protegidas.

Esta crescente tomada de consciência e a sua divulgação na sociedade tem vindo a ser demonstrada através de estratégias e políticas a nível europeu e mundial neste âmbito. Já há algumas décadas que a nível internacional se têm publicado textos jurídicos no domínio da preservação e gestão do património natural e cultural, mas apenas nos últimos anos se tem um crescente interesse nesta área.

As “**unidades de paisagem**” definidas comportam uma visão integrada da paisagem, considerando os elementos naturais e culturais em conjunto. A paisagem (carta 02.01.10) do município de Cascais, procura ser compreendida como um espaço, tal como é concebido pela população, cujo carácter é o resultado da interação dinâmica de fatores naturais (topografia, hidrologia, fauna ou a flora) e humanas (económico ou histórico). A paisagem também é concebida numa dimensão abstrata, onde são revelados os sentimentos e as emoções despertadas no momento de contemplação.

As “**unidades de paisagem**” são áreas em que a paisagem se apresenta com um padrão específico, e a que está associado um determinado carácter. A definição das unidades deve tomar em conta a multiplicidade de fatores que condicionam a paisagem, tanto aqueles que dizem respeito à componente mais objetiva ou material, como aqueles que dizem respeito à componente mais subjetiva. Por outro lado, ao definir unidades, obviamente e mais uma vez tem que se ter presente a escala de análise e representação, sendo importante indicar as diferenças e as semelhanças existentes com as unidades adjacentes ou com outras mais distantes (Makhzoumi e Pungetti, 1999).

Numa análise pormenorizada de estudos realizados sobre paisagem a nível internacional constatou-se que, para a delimitação e caracterização das paisagens, se utiliza o termo “**unidade de paisagem**” (MOPT, 1992; Swanwick & Consultants, 2002). O uso deste termo tem-se estendido a diversas disciplinas que estudam a paisagem de diferentes pontos de análise, enriquecendo a multiplicidade de aspetos que se podem incluir na sua definição. Esta diversidade de interpretações tem também dificultado a comunicação entre as diferentes especialidades (MOPT, 1992; Swanwick & Consultants, 2002).

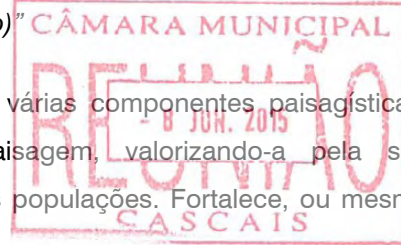


Definição de “unidade de paisagem”:

“Porção de território com o mesmo carácter, isto é, que se diferencia por ter um conjunto de elementos que a caracteriza, tornando-a diferente da envolvente, independentemente do seu nível de qualidade

(in: Alves et al., 1994; Decreto n.º 4/2005 de 14 de Fevereiro)”

As unidades de paisagem são então a combinação de várias componentes paisagísticas, sociais e culturais que definem o carácter da paisagem, valorizando-a pela sua heterogeneidade e reforçando a sua identidade junto das populações. Fortalece, ou mesmo restabelece, o apreço da paisagem pela sociedade.

**Metodologia**

Com as necessárias adaptações às condicionantes locais, é descrita a metodologia adotada baseando-se nos estudos analisados (Nogué & Sala, 2006; MOPT, 1992; Abreu, Correia, & Oliveira, 2004; Magalhães, 2007).

Fase 1: Revisão bibliográfica sobre procedimentos de identificação, caracterização e delimitação de áreas do território com carácter similar, partindo do estudo dos elementos naturais, culturais e perceptíveis que configuram a paisagem

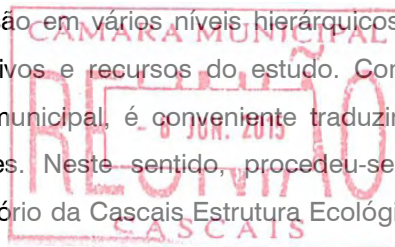
Fase 2: Compilação da cartografia de referência para as componentes de caracterização das unidades de paisagem

Fase 3: Análise da informação obtida e identificação dos elementos definidores de cada unidade de paisagem

Fase 4: Caracterização de cada unidade de paisagem.

6.1.1. MACRO UNIDADES

Entende-se nesta proposta por **“Macro unidades”**, as unidades de paisagem definidas à escala do território nacional, de grande homogeneidade e por vezes pouco representativas dos padrões de paisagem à escala municipal. A subdivisão em vários níveis hierárquicos é possível e deve ser considerada dependendo dos objetivos e recursos do estudo. Como referido atrás, e dado a análise ser realizada à escala municipal, é conveniente traduzir a heterogeneidade representativa das paisagens existentes. Neste sentido, procedeu-se à inclusão das Unidades de Paisagem identificadas no Relatório da Cascais Estrutura Ecológica (*Agência Cascais Natura, 2010*) e às suas subunidades, nas Macro Unidades definidas para o Território nacional na obra *“Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal continental – Volume 1”*.



As **“Macro Unidades”** que abrangem o concelho de Cascais são as seguintes:

SERRA DE SINTRA – CABO DA ROCA

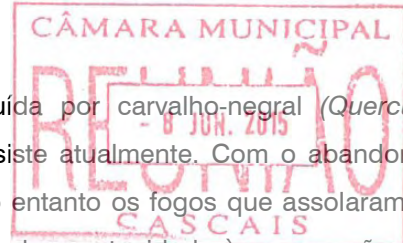
| | |
|------------------------------|--|
| Localização Geográfica | Área Metropolitana de Lisboa - Norte |
| Unidade(s) Administrativa(s) | Área Metropolitana de Lisboa; Concelhos de Sintra e de Cascais |
| Principais Centros Urbanos | Sintra, Malveira da Serra, Azóia, Colares (transição) |
| Área aproximada | 60 Km ² |

A área do município de Cascais que se encontra abrangida por esta Macro Unidade contempla parte da encosta sul da Serra de Sintra. Esta Paisagem é essencialmente caracterizada por aglomerados urbanos dispersos de carácter suburbano e por uma paisagem natural de características mediterrânicas com influências atlânticas, mais seca (ao contrário do manto verde que caracteriza a encosta norte), pouco arborizada e com inúmeros afloramentos rochosos, revestida essencialmente por matos e pinhal.

Esta unidade, pelos seus valores naturais e culturais, encontra-se integrada no Parque Natural de Sintra - Cascais, estatuto que permite a salvaguarda do seu património, estando sujeito ao regime específico do Plano de Ordenamento. Parte da área florestal desta unidade circunscrita a N-NE de Malveira da Serra, está abrangida pelo perímetro florestal gerido pela AFN (*ICN, 2000-2006; Queirós, 2007*).

Esta zona é caracterizada, no seu recorte litoral, por uma situação dramática provocada por uma abrupta falésia granítica que acompanha toda a linha de costa, desde o Abano até ao Cabo da Roca. A qualidade cénica desta paisagem continua a ser revelada quando se percorre a estrada que estabelece a ligação Malveira da Serra - Sintra e Malveira da Serra - Cascais, de beleza singular e que se transforma numa rota panorâmica de grande valor paisagístico.

Da floresta que revestiria boa parte da Serra, constituída por carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) e sobreiro (*Quercus suber*), muito pouco subsiste atualmente. Com o abandono das práticas agrícolas os matos voltaram a instalar-se. No entanto os fogos que assolaram a serra nos últimos anos fragilizaram o coberto vegetal, abrindo oportunidade à propagação de espécies invasoras de crescimento rápido como as acácias (*Acacia spp.*) e as oliveirinhas (*Hakea spp.*), que teriam sido introduzidas como ornamentais. Mais recentemente foram instaladas plantações de eucalipto (*Eucalyptus globulus*) nestas áreas aridas.



Nas linhas de água existem formações ripícolas de borrazeira-preta (*Salix atrocinerea*), amieiros (*Alnus glutinosa*), sabugueiros (*Sambucus nigra*) e um estrato lianóide muito rico em silvas e rosas.

Nas zonas costeiras, sujeitas aos fortes ventos carregados de salsugem, o coberto vegetal é composto por matos de sabina-das-praias (*Juniperus turbinata*) e carrasco (*Quercus coccifera*) em mosaico com tojais de tojo-durázio (*Ulex jussiaei*) e estevais (*Cistus ladanifer*) em áreas mais degradadas. Aqui encontram-se elementos florísticos endémicos das arribas graníticas como o cravo-romano (*Armeria pseudoarmeria*) e cravina-de-sintra (*Dianthus cintranus*). Esta vegetação apresenta grande valor para a conservação, estando abrangida pela lista de habitats naturais de interesse comunitário que figuram no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (ALFA, 2005).

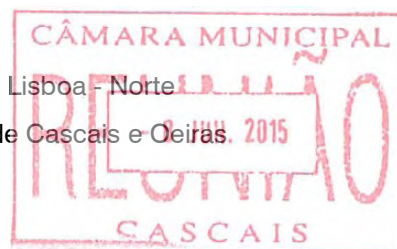
Em termos de fauna, salienta-se a ocorrência das espécies bufo-real (*Bubo bubo*) com nidificação provável e falcão-peregrino (*Falco peregrinus*) com nidificação confirmada nesta unidade de paisagem.

É de referir que esta paisagem é rara e encontra-se sujeita a enormes pressões dada a sua inserção na Área Metropolitana de Lisboa. Desempenha uma função de extrema importância tanto na sua dimensão ambiental como socio-emocional. Atualmente é uma paisagem semiabandonada, com um coberto vegetal monótono dominado por espécies invasoras lenhosas. O abandono de atividades como o pastoreio e o uso da madeira dos matos, a escassez de mão-de-obra e o aumento dos custos de manutenção e das operações florestais, foram agravando a falta de conservação e o abandono das propriedades, tornando-os

consequentemente mais vulneráveis ao fogo, como se verificou nos vários incêndios dos últimos anos (1966, 1979, 1981 e 1989), que afetaram parte considerável da serra.

COSTA DO SOL – GUINCHO

| | |
|---------------------------------|---|
| Localização Geográfica | Área Metropolitana de Lisboa - Norte |
| Unidades (s) Administrativa (s) | Parte dos concelhos de Cascais e Oeiras |
| Principais Centros Urbanos | Cascais e Oeiras |
| Área aproximada | 110 Km ² |



Dentro desta macro unidade é possível identificar duas áreas distintas de paisagem, a Costa do sol e o Cabo Raso - Guincho. Esta Macro unidade comprova o que foi referido anteriormente, ou seja, que as unidades definidas no compêndio “Contributos para a Identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental” pela sua aproximação à escala nacional muitas vezes podem pecar por excesso de homogeneidade quando aplicadas à escala municipal. Segue a caracterização desta macro unidade através da aproximação às duas áreas que a compõem:

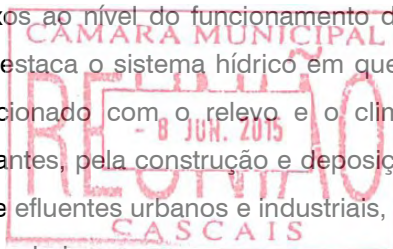
COSTA DO SOL

Esta paisagem é caracterizada por um relevo suave, atravessado por vales de ribeiras com regime torrencial, que rasgam a paisagem perpendicularmente à costa. Um outro carácter importante desta paisagem é a amenidade climática, resultante do resguardo dos ventos norte e noroeste pelo maciço de Sintra e planalto e da influência oceânica, que torna esta zona num destino de eleição para a prática balnear.

A recortada linha de costa é sem dúvida o elemento definidor desta paisagem, reforçado pela famosa Estrada Marginal e Linha de Cascais. Desta área deverá ser realçado o património cultural e construído, como as quintas de veraneio da burguesia, as capelas e os fortes inseridos nas pequenas vilas que se desenvolviam em torno das estações de comboio da Linha de Cascais. Esta infraestrutura é um ícone do património construído do concelho pois traduz a forma como o Homem transforma a paisagem, construindo um conjunto de aterros e escavações que modificaram fortemente a linha de costa e construíram uma das rotas panorâmicas de maior interesse a nível nacional e europeu. A partir da década de 60, e principalmente nas décadas de 80 e 90 do séc. XX, com a construção massiva que se sentiu neste período um pouco por todo o país, as pequenas vilas junto às estações expandiram-se e ocuparam grande parte da área de campos agrícolas existentes. Esta expansão urbana,

entendida como o resultado de um desenvolvimento económico sem precedentes teve os seus efeitos colaterais, nomeadamente, o desordenamento e fragmentação territorial, uso monofuncional, construção de baixa qualidade e o sacrifício de solos classificados.

A já referida ocupação urbana indiscriminada, para além da destruição de importantes valores (solo, património construído, paisagem), tem graves reflexos ao nível do funcionamento dos processos biofísicos fundamentais, de entre os quais se destaca o sistema hídrico em que o regime de torrencialidade das ribeiras, diretamente relacionado com o relevo e o clima, agravado pela impermeabilização do solo das bacias drenantes, pela construção e deposição de resíduos nos leitos normais e de cheia, pela descarga de efluentes urbanos e industriais, dá origem a problemas acrescidos de salubridade e de risco de cheia.



No que respeita aos valores naturais, o coberto vegetal está muito alterado, dominando as espécies exóticas introduzidas pelo seu valor ornamental. Quanto à fauna salienta-se a ocorrência do falcão-peregrino (*Falco peregrinus*) com nidificação confirmada neste território.

CABO RASO – GUINCHO

A riqueza natural desta unidade é das mais importantes do município, apresentando habitats de espécies vegetais endémicas e raras.

Esta paisagem, fortemente moldada e esculpida pela força do mar tem a sua frente alternada entre falésias e praias. Caracterizada por uma afluência de ventos fortes de Norte e Noroeste que moldam a vegetação e promove o visível arrastamento de areia. O mar deposita areia no litoral e o vento encarrega-se de a distribuir; pelo que parte dos calcários da plataforma se encontram cobertos em consideráveis extensões por areias que formam uma sucessão de dunas, orientadas no sentido NNW – SSE (Guincho). Às dunas móveis segue-se, para sul, no Guincho – Oitavos, a formação de dunas consolidadas, a maior da Europa, constituindo uma notável ocorrência geológica e botânica (ABREU e CORREIA, 2002).

Uma das grandes particularidades desta paisagem são as suas falésias, de grande interesse ambiental, onde nidifica o Falcão Peregrino e como local de passagem de aves migradoras marinhas. Relativamente ao coberto vegetal, é fundamentalmente caracterizado por comunidade de Sabina-da-praia (*Juniperus turbinata*) e Pinheiro-Bravo (*Pinus pinaster*) de porte arbustivo. De composição geológica calcária, estas arribas apresentam formações vegetais que se diferenciam das que ocorrem nas arribas graníticas (litoral do Maciço da Serra de Sintra). A exposição aos fortes ventos carregados de salsugem e o delgado perfil de solo impedem o desenvolvimento de árvores, predominando comunidades vegetais de limónios

(*Limonium virgatum*, *L. multiflorum*) de sabina-das-praias (*Juniperus turbinata*) e carrasco (*Quercus coccifera*) conjuntamente com tojais endémicos de tojo-gatunho (*Ulex densus*).

Este troço de paisagem é também ele de elevada componente cénica, onde se exerce elevada pressão antrópica que acaba por degradar as comunidades vegetais potenciais desta área

6.1.2. UNIDADES DE PAISAGEM



Para a delimitação e identificação das unidades de paisagem propostas foram aplicados critérios que tornam o processo de caracterização sistémico, rigoroso e objetivo. Os critérios utilizados foram os seguintes:

Coerência na definição das Unidades de Paisagem com os documentos internacionais

Pretende-se que esta caracterização esteja de acordo com, entre outros documentos, as orientações e diretrizes da Convenção Europeia da Paisagem (CEP), com o objetivo de identificar as paisagens, avaliar o seu estado atual e definir diretrizes que garantam a preservação dos seus valores, e continuação para as gerações futuras (*Decreto n.º 4/2005 de 14 de Fevereiro*).

Visão integrada

As unidades de paisagem definidas no município contêm uma visão global da paisagem, considerando os elementos naturais e culturais como um todo. A paisagem, neste estudo, procura ser compreendida como um lugar, tal como é concebido pela população, cujo carácter é o resultado da interação de fatores naturais (topografia, hidrologia, fauna e a flora) e humanas (económico e histórico). A paisagem é formada, em simultâneo, como uma realidade física e a representação holística que dela fazemos. É a fisionomia de uma área com todos os seus elementos naturais, antrópicos e também os sentimentos e as emoções despertadas no momento de a contemplar. A paisagem é concebida como um resultado social da projeção da cultura da sociedade dum determinado espaço numa dimensão material, mental e metafórica.

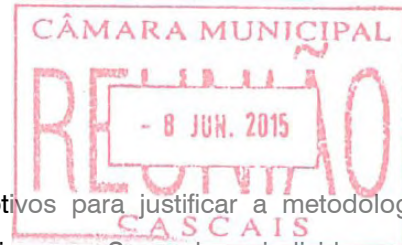
Diversidade de valores

Pretende-se uma visão multidimensional da paisagem, que se traduz na multiplicidade de valores que a exprimem. O estudo parte da existência de diversos valores da paisagem (ecológico, histórico, cultural, estético, simbólico), atribuídos pelos diversos elementos transformadores e pela população que a usufrui. Para além destes valores, existe o valor atribuído pela população, o "valor de existência", atribuído somente pela própria razão de se

saber da sua existência, mesmo que não se relacionem com nenhum tipo de uso presente ou futuro. Mostra uma relação ética com a paisagem e surge pela "defesa dos direitos dos seres vivos", ou pela afeição a determinados elementos que a conformam, tal como animais em perigo de extinção ou ecossistemas frágeis, e não necessariamente pelo interesse por conservar um recurso para as gerações futuras, o "valor de legado".

Abordagem qualitativa

O que foi exposto no parágrafo anterior é um dos motivos para justificar a metodologia qualitativa usada na determinação das unidades de paisagem. Segundo o indivíduo que contempla a paisagem é-lhe atribuído por este diferentes valores com grau de relevância diferentes, ou seja, as paisagens não têm todas a mesma interpretação para todos os indivíduos. Isto acarreta, conseqüentemente, dificuldades metodológicas para uma valoração da qualidade da paisagem que tenha a maior aceitação possível. Em face deste grau de subjetividade, este estudo procura encontrar níveis de qualidade e de quantificação dos seus valores das paisagens para que toda a caracterização seja a mais isenta possível.



Aplicabilidade

Este estudo para além de definir e caracterizar a diversidade paisagística do município, tem como objetivo o ordenamento e gestão da paisagem permitindo a sua valorização e integração nas políticas de planeamento territorial. Para tal são definidos objetivos de qualidade paisagística que asseguram a forma como deve ser considerada a paisagem aquando da implementação destas políticas territoriais. Com estes objetivos, depois de avaliados e validados pela sociedade civil e entidades competentes, será possível delinear medidas e ações de intervenção para cada unidade de paisagem, por forma ao seu cumprimento.

A caracterização das "**unidades de paisagem**" do concelho de Cascais teve como base os estudos já efetuados para a área de parque natural (ICN, 2005), pesquisa bibliográfica e levantamentos de campo das várias unidades (Agência Cascais Natura, 2010), bem como, numa fase posterior, um enquadramento teórico através do CICPPC (ABREU e CORREIA, 2002).

Considera-se a seguinte hierarquia na identificação e agrupamento das paisagens do concelho de Cascais (*Cascais Natura 2011*):

| Hierarquia das categorias de unidades de paisagem | | |
|---|------------------------|----------------------------|
| Macro unidades | Unidades | Subunidades |
| Serra de Sintra | Serra de Sintra | Serra de Sintra |
| | | Litoral da Serra |
| Costa do Sol-Guincho | Abano – Penha Longa | - |
| | Costa do sol | Arribas Cascais- Cabo Raso |
| | | Dunas Cascais – Guincho |
| | | Costa Balnear |
| | Outeiro das Fontainhas | Chão das travessas |
| | | Planalto da Arca d'água |
| | | Planalto de Massapés |
| | | Urbano consolidado |
| | Urbano | Urbano recente |
| | | Vales das Ribeiras |

Figura nº 40

Hierarquia das Categorias das Unidades de Paisagem

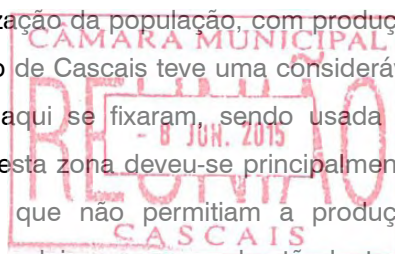
Fonte: Cascais Natura, 2011.

6.1.2.1. SERRA DE SINTRA

Parte Sul do Maciço da Serra de Sintra abrangida pelo município de Cascais, classificada pela UNESCO como Património da Humanidade – Paisagem Cultural, devido aos diversos valores naturais e culturais presentes. Constitui o relevo mais acidentado do município. Está orientada essencialmente a sul, abrigada dos ventos húmidos do norte, tornando-a numa paisagem mais seca. Está dividida nas subunidades Serra de Sintra e Litoral da Roca. A subunidade Serra de Sintra, devido às suas características geomorfológicas, terá sido utilizada principalmente para pastoreio, apresentando-se pouco arborizada e com inúmeros afloramentos rochosos – caos de blocos. À medida que se vai descendo para o litoral entramos na subunidade Litoral da Roca. Apresenta inúmeras escarpas formadas por várias linhas de água, permitindo a formação de diversos nichos ecológicos, assim como vários acidentes geológicos relevantes.

6.1.2.2. ABANO - PENHA LONGA

Faixa de largura aproximadamente constante, com declive suave, interrompida pelas várias linhas de água que a intercetam. Ainda é possível encontrar alguns moinhos de vento pois era um local de forte tradição agrícola, resultante da sedentarização da população, com produção essencialmente de cereais. A produção de cal no concelho de Cascais teve uma considerável importância nas atividades quotidianas dos povos que aqui se fixaram, sendo usada na construção e na agricultura. A fixação dos fornos da cal nesta zona deveu-se principalmente, ao aproveitamento de afloramentos rochosos calcários que não permitiam a produção agrícola. Para a produção da cal era necessário também madeira para a combustão lenta no processo de fusão da pedra. A sabedoria dos povos locais terá levado ao uso da madeira de zambujeiro para alimentar os fornos da cal. Atualmente podemos ver em alguns pontos desta zona o predomínio de coberto vegetal de zambujal.



6.1.2.3. COSTA DO SOL

Domínio de sistema dunar Cascais – Guincho, das arribas Cascais – Cabo Raso e da Costa balnear, constituindo a maior parte da zona litoral do município. A excelente exposição solar confere-lhe um clima ameno com uma luminosidade única, permitindo usufruir na época balnear, da prática de diversas atividades de ócio. É uma paisagem constituída por fenómenos geológicos de considerável importância a nível nacional e importantes habitats para a flora e fauna costeira. Em alguns pontos como o cabo Raso, permite obter excelentes vistas sobre o Cabo da Roca, a Serra de Sintra e o Atlântico.

6.1.2.4. OUTEIRO DAS FONTAINHAS

Paisagem humanizada que foi mudando a sua fisionomia de acordo com as exigências do seu aproveitamento. A forte presença do elemento água deu origem a vários topónimos ainda presentes na atualidade. Apesar de o crescimento urbano das últimas décadas ter levado ao desaparecimento de parte da identidade destas terras, ainda é possível encontrar alguns vestígios da forte tradição agrícola ainda evidente na compartimentação singular dos terrenos na subunidade Chão das Travessas, nas casas saloias dispersas pelas várias localidades e ruínas de moinho de vento e de água (azendas) para moagem de cereais na subunidade Arca

d' Água e algumas quintas históricas e extensos prados para pastoreio, na subunidade Massapés. Esta forte presença da agricultura deve-se em grande medida à presença de inúmeras linhas de água e aquíferos que regam toda esta área. Atualmente, a atividade agrícola é bastante reduzida, confinando-se a algumas zonas pontuais.

6.1.2.5. URBANO



Grande mancha urbana, resultado do crescimento urbano que se fez sentir principalmente a partir da década de 60. É constituída pelas maiores centros populacionais do município, que surgiram ao longo do litoral devido às suas condições privilegiadas para o turismo, comércio e diversas atividades de recreio. Nas zona históricas deste aglomerados podemos encontrar *villas*, casas apalaçadas e quintas, usadas na sua grande maioria como antiga casa de férias das famílias mais abastadas de Lisboa. Nas últimas décadas o crescimento urbano foi desordenado devido à grande procura de habitação por parte de um fluxo migratório em busca de oportunidades de trabalho, levando a uma perda de qualidade ambiental e do bem-estar das pessoas.

6.1.2.6. VALES DAS RIBEIRAS

Paisagem de vales de várias morfologias, formados pelas principais linhas de água do município. Estes solos férteis de aluviões com grande potencial agrícola permitiram a instalação de várias quintas históricas, terrenos de cultivo de hortofrutícolas e de vinha ao longo do curso de água. Apesar da pressão urbanística das últimas décadas, algumas destas linhas de água do concelho ainda conservam alguns troços das suas margens naturalizados. Esta unidade é assim constituída pelos principais vales de linhas de água que ainda conservam o perfil de sistema hidrológico em boa parte da sua extensão, pois são as mais suscetíveis de serem alteradas e também abrigam um legado histórico-cultural que interessa preservar. São as subunidades Vale das Vinhas, Vale da Castelhana, Vale de Bicesse, Vale de Manique - Caparide, Vale de Sassoeiros e Vale da Parreira

As unidades de paisagem agrupam diferentes porções do território em áreas cujo carácter da paisagem é o mesmo ou muito semelhante. Ao agrupar as paisagens em unidades, macro e subunidades, podemos definir medidas de gestão da paisagem, adequadas à sua identidade, potencial e grau de conservação ou preservação, facilitando o processo de intervenção. No

concelho de Cascais foram identificadas duas macrounidades, seis unidades de paisagem e dez subunidades, um panorama bastante heterogéneo e pormenorizado da paisagem existente e do seu potencial. É importante referir que cada uma destas unidades apresenta constrangimentos bem distintos e que quanto maior o grau de pormenorização maior a eficácia na atuação.

6.1.3. PAISAGENS SINGULARES



Entende-se por “*paisagem singular*”, a porção de território que possua elementos que no seu todo ou individualmente reproduzam um carácter forte, invulgar e de grande qualidade estética, que devem ser salvaguardados de qualquer mudança que possa interferir na sua identidade. Estas paisagens desempenham geralmente um papel de extrema relevância no estabelecimento da identidade local e coletiva.

Na carta de paisagens singulares (carta 02.01.11) foram ainda incluídas as Rotas Panorâmicas e as Paisagens de importância local. Por Paisagens de importância local entende-se uma paisagem que apesar da pouca raridade estética contribui para o fortalecimento da memória coletiva e regional.

Metodologia

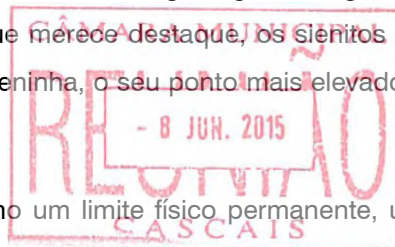
A carta de paisagem singular foi elaborada com base em consulta bibliográfica, nomeadamente na carta de valoração da paisagem do concelho, disponível no “Relatório da Cascais Estrutura Ecológica” (Agência Cascais Natura, 2010) e nos “Contributos para a Identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental” (ABREU e CORREIA, 2002), juntamente com algum conhecimento empírico resultante da familiaridade com o território e da elaboração de estudos e projetos em algumas das áreas referidas. Para a elaboração desta carta foram selecionadas as áreas de maior valorização e com mais interesse para o concelho.

Na carta de Paisagens singulares podemos identificar três áreas distintas:

6.1.3.1. SERRA DE SINTRA E FALÉSIAS DO CABO DA ROCA

Na parte Ocidental da serra de Sintra encontramos uma área com uma situação panorâmica privilegiada desde o sopé até ao alto. Na linha de costa a paisagem é de uma beleza inquestionável, com arribas que formam pequenas praias quase inacessíveis e ladeadas por filões ígneos entrecruzados em rochas sedimentares, um fenómeno geológico de grande interesse e raridade. Além deste fenómeno existe outro que merece destaque, os sienitos do núcleo do maciço eruptivo de Sintra, onde se encontra a Peninha, o seu ponto mais elevado e que oferece excelentes vistas sobre o litoral.

A serra de Sintra simboliza para os habitantes do concelho um limite físico permanente, um elemento construtor e compositor de toda a paisagem. O seu recorte ondulado confere um cariz único à paisagem que a envolve, os seus vales dinamizam a paisagem, onde o mar espreita com uma cadência ritmada que pode ser observada e vivida através da EN 247, ou em promontórios que se encontram espalhados por esta área.



6.1.3.2. ARRIBAS CASCAIS – CABO RASO

A Boca do Inferno é a uma enorme caverna cujo teto abateu. Foi talhada nos calcários do Cretácico Inferior, pela dissolução da água das chuvas e pela força erosiva das ondas. É o acidente mais espetacular do campo de lapiás – modelado cársico que se estende desde o Farol de St.^a Marta até perto do Cabo Raso.

6.1.3.3. COSTA DO SOL (COSTA BALNEAR)

As praias de uso balnear concentram-se na sua maioria nesta área, pois estão abrigadas dos ventos vindos de Norte e das correntes marítimas mais intensas. A maior oferta hoteleira assim como de recreio e lazer distribui-se ao longo da faixa litoral Sul, apresentando algumas estruturas de volumetria desajustada, que descaracterizam a paisagem.

O percurso pedestre com aproximadamente 3 km de extensão, entre Cascais e São João do Estoril, conhecido como “Paredão”, permite aceder de forma confortável às praias que se encontram entre estas duas localidades. Contudo a sua construção modificou o carácter natural desta faixa costeira.

Outro tipo de estruturas presente ao longo da costa são os faróis, cumprindo a sua função de orientação à navegação. Estão ativos, atualmente, o Farol de Santa Marta (onde se encontra o Museu do Farol), o Farol da Guia (assinalado como o segundo farol a ser construído na costa portuguesa), e o Farol do Cabo Raso (Encarnação, 2002). A título de curiosidade, assinale-se que a entrada Norte da Barra do Rio Tejo é definida pelo alinhamento do Farol de Santa Marta com o Farol da Guia.



6.1.4. PAISAGENS SINGULARES DE IMPORTÂNCIA LOCAL

6.1.4.1. SERRA DE SINTRA E ABANO PENHA-LONGA

A Estrada Nacional EN 247, atravessa esta paisagem na parte mais Oeste, ligando a localidade Malveira da Serra ao Guincho. Desenvolve-se junto a uma das margens do vale da Ribeira da Foz do Guincho, orientando as vistas ao longo deste. As manchas arbóreas que acompanham este percurso transmitem alguma dinâmica visual de uma grande composição cénica.

Outra via que apresenta uma apreciável variação cénica, é a EN 247-5, que liga Alcabideche a Janes e Malveira da Serra, percurso que vai serpenteando junto à margem direita da Ribeira de Porto Covo. As massas arbóreas da galeria ripícola desta linha de água ampliam o estímulo de descoberta do trajeto, proporcionando uma agradável sensação de frescura nos dias mais quentes. Próximo de Zambujeiro afasta-se deste vale, tornando-se uma paisagem menos acidentada dominada por vegetação de menor porte (matagais de carrasco e zambujeiro) permitindo avistar a Serra de Sintra.

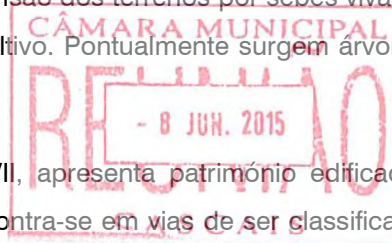
6.1.4.2. ÁREA DUNAR GUINCHO – OITAVOS

As dunas do Guincho fazem parte do sistema dunar Guincho-Oitavos. A areia entra no sistema dunar pelas praias do Guincho e da Cresmina, a norte, move-se sobre as rochas do Cretácico na zona da Cresmina e da Marinha, por ação dos ventos predominantes de noroeste, e retorna ao mar entre Oitavos e a Guia, a sul. As dunas fósseis do Guincho-Oitavos, consideradas as maiores da Europa, constituem uma importante formação geológica (Martins, 2001-2006)).

6.1.4.3. VALE DE MANIQUE – CAPARIDE

É um dos vales mais bem preservados do município, constituído pela ribeira de Manique-Caparide. Nasce em São Pedro de Penaferrim (Sintra) e desagua em São Pedro do Estoril. Vale ligeiramente encaixado onde ainda se encontram a divisão dos terrenos por sebes vivas e muros de pedra seca, aproveitados no passado para o cultivo. Pontualmente surgem árvores de fruto, indiciando antiga ocupação de pomares no local.

A Quinta de Manique, datada possivelmente do séc. XVII, apresenta património edificado, assim como jardins de considerável valor patrimonial. Encontra-se em vias de ser classificada como Imóvel de Interesse Público (Martins, 2001-2006; CMC, 2008a).



Esta quinta produzia Vinho de Carcavelos, estando inserida na Região Demarcada. A constituição desta região remonta ao tempo do Marquês de Pombal, quando a sua Quinta de Oeiras, inserida em parte na atual região demarcada, produzia vinho que era adquirido pela Companhia do Alto Douro. Era um vinho muito apreciado pela nobreza de então, assim como pela realeza, definido como “vinho aristocrático” (Vasconcellos J. C., 1938).

A Região demarcada de Carcavelos estendia-se pelas freguesias de S. Domingos de Rana e Carcavelos e por parte da atual freguesia de Oeiras, ao longo dos vales da ribeira da Laje, ribeira de Manique-Caparide e ribeira das Marianas. Atualmente, algumas quintas ainda produzem o Vinho de Carcavelos, como a Quinta da Samarra, no Livramento, a Quinta da Ribeira com os seus imponentes lagares seculares, em Caparide, a Quinta dos Pesos com património edificado de grande valor arquitetónico, em Caparide (todas em vias de classificação como Imóvel de Interesse Municipal) e a Estação Agronómica, em Oeiras (CMC, 2008a).

Como forma de aproveitamento da força da água, importa destacar a azenha de Caparide, classificada como uma das inúmeras estruturas para moagem que se podiam encontrar (Teixeira, Cardoso, & Miranda, 2003).

As vistas são canalizadas ao longo do vale, interrompidas apenas pela vegetação, criando espaços de escala ora ampla, ora intimista. Isto desafia a percorrer o seu leito em busca de surpresas, mas sempre com sensação de segurança. A diversidade cromática varia entre os castanhos e ocres dos campos abandonados e os verdes-cinza dos zambujeiros, verde-escuro dos pinheiros, por vezes pontuado por verde-claro de alguma árvore de fruto.

A boa insolação conseguida pela orientação das encostas e a sensação de segurança que se faz sentir em alguns locais devem ser preservados e potenciados.

Desde o ponto mais alto da margem direita, pode-se ter uma vista dominante e extensa para o mar e localidades mais próximas. Em algumas épocas do ano torna-se bastante colorido pela floração da vegetação presente, de textura rugosa. A perceção do espaço é a de proteção e conforto dada pelo coberto vegetal e orografia do terreno.

6.1.4.4. VALE DA RIBEIRA DAS VINHAS



Vale formado pela Ribeira das Vinhas, que nasce a Norte do Refilão e cujo leito passa a ser subterrâneo a partir do Mercado Municipal de Cascais, indo desaguar na Baía de Cascais. As formações ripícolas, presentes no curso superior e médio desta ribeira, apresentam razoável estado de conservação, sendo formadas essencialmente por freixos e ulmeiros.

O uso das encostas deste vale para produção agrícola é visível nos socalcos armados em muros de pedra seca estando boa parte do leito da ribeira das Vinhas contido por este tipo de estrutura. Atualmente ainda se encontram alguns terrenos cultivados, compartimentados por muros de pedra e sebes arbóreas na separação dos talhões.

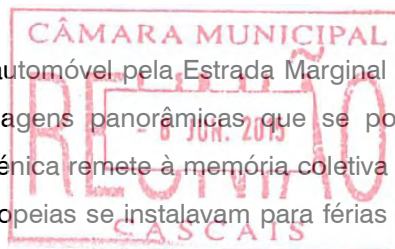
Próximo do Mercado Municipal de Cascais, situa-se a Casa da Quinta do Castelo das Rosas. De arquitetura singular, da primeira metade do séc. XX, sugere um castelo.

A linha de água percorre em vale encaixado até se espriar e tomar a forma de vale em “U” aberto até Cascais, onde vai desaguar. É possível percorrer boa parte do seu leito através de caminhos de pé posto, podendo-se ver diversos vestígios do uso dos aluviões para a agricultura. Estes trilhos levam-nos a experimentar sensações de conforto, conseguidos pelo silêncio do local e pelo som da água da ribeira, quando está presente, contudo existem troços que são interrompidos impedindo a passagem aos transeuntes.

6.1.5. ROTAS PANORÂMICAS

6.1.5.1. “LINHA DE CASCAIS” – ESTRADA MARGINAL DE CASCAIS

Fazer a viagem de Lisboa para Cascais, e vice-versa, de automóvel pela Estrada Marginal ou de comboio pela Linha de Cascais, é das melhores viagens panorâmicas que se pode experimentar na costa portuguesa. De forte componente cénica remete à memória coletiva da famosa costa do Estoril, onde a realeza e a burguesia europeias se instalavam para férias ou para refúgio durante a Segunda Guerra Mundial.



Esta paisagem é mutável sazonalmente, sendo os seus usos diferentes durante a época de verão e a de inverno. Estas diferenças de usos podem ser apreendidas por quem percorre esta linha regularmente; no Verão pelo uso mais intenso por parte da população (banhar e de recreio), e no Inverno pelo dramatismo das ondas, que chegam por vezes à estrada.

6.1.5.2. ESTRADA CASCAIS – SINTRA (EN247)

A E.N. 247, que atravessa esta paisagem na sua parte mais Oeste, ligando a localidade da Malveira da Serra a Sintra e a Cascais, oferece boas condições para contemplar a costa e o oceano. Esta linha panorâmica proporciona vistas de inegável beleza sobre a costa. É um ícone paisagístico para todo o território nacional e um percurso de um dramatismo único, representado por vários pontos relevantes.

A descrição das paisagens singulares e das rotas panorâmicas pretende, mais do que realçar o património natural e cultural do concelho, proteger estes pontos de qualquer adulteração ou mudança no território, de origem humana, que possa contaminar o seu valor cénico e estético. Com a ressalva destas paisagens, pretende-se que seja possível identificar os pontos e áreas mais belos do território municipal, para que não percam o seu carácter, a sua identidade e a sua integridade, e para que se mantenham públicos e acessíveis.

6.2. RECURSOS GEOLÓGICOS

O Decreto-Lei n.º 89/90, de 16 de Março, estabeleceu o regime jurídico em matéria de exploração de massas minerais-pedreiras, dando cumprimento ao mandato contido no Decreto-Lei n.º 90/90, que estabelece o regime geral dos recursos geológicos, remetendo no seu artigo 51º para legislação própria, que fixa a disciplina específica aplicável a cada tipo de recurso.

Desde então, o Decreto-Lei n.º 89/90 passou a ser a lei das pedreiras, na qual se baseou a exploração desta importante atividade a nível nacional, com alto valor de exportação e diretamente ligada ao aproveitamento de um recurso natural, que, como todos os recursos naturais, é escasso.

Constatou-se existir a necessidade de alterar a legislação em vigor tendo em conta os aspetos fundamentais, principalmente no tocante aos aspetos ambientais e nomeadamente no que se refere à recuperação paisagística e ao reforço do papel do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT) no procedimento de obtenção de licença e, posteriormente, na fiscalização das explorações. Em 2001 foi introduzida nova legislação, o Decreto-Lei 270/2001 de 6 de outubro, entretanto alterado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro, tendo como objetivo essencial adequá-lo à realidade do sector.

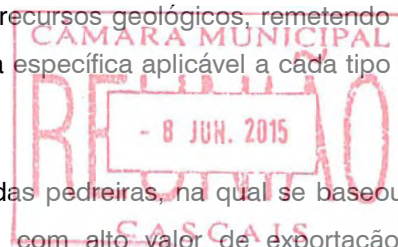
No que concerne à validade das licenças para exploração das pedreiras, estas não têm uma data limite, sendo que, para efeitos jurídicos, cessam por caducidade ou revogação.

Por caducidade se se verificar qualquer um dos seguintes factos:

- Por extinção do contrato;
- Por abandono da pedreira;
- Por esgotamento das reservas da pedreira;
- Por morte de pessoa singular ou extinção da pessoa coletiva titular da licença, desde que a sua transmissão a favor do respetivo sucessor não seja requerida no prazo previsto.

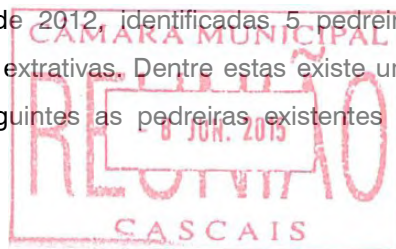
Por revogação quando:

- Num período de 12 meses, o titular da licença infrinja, por três vezes, disposições relativas a zonas de defesa ou à segurança das pessoas e bens;
- Sem motivo justificado, o titular da licença não cumpra as determinações impostas pela fiscalização realizada pelas entidades competentes pela aprovação do plano de pedreira, referida no nº 2 do artigo 54º do referido diploma;



- A gravidade ou a repetição da falta ou faltas cometidas evidencie a incapacidade do titular da licença para a boa exploração da pedreira a que a mesma se refere;
- O titular da licença não reponha ou reforce a caução, nos termos do disposto nos nº 5 e 6 do artigo 52º deste diploma, ou;

No município de Cascais encontravam-se, até ao fim de 2012, identificadas 5 pedreiras consideradas ativas e definidas em PDM como indústrias extrativas. Dentre estas existe uma que atualmente não se encontra licenciada. São as seguintes as pedreiras existentes no Concelho:



1. Pedreira Mato dos Celcos;
2. Pedreira Safardão;
3. Pedreira Mato da Cruz;
4. Pedreira Figueira 2;
5. Pedreira Mato da Amoreira. (sem licenciamento)

Durante o processo de recolha de informação foram contactadas diversas entidades, como a Direção Regional Economia - Lisboa e Vale do Tejo (DRE-LVT) e empresas exploradoras das pedreiras. Para algumas pedreiras a informação é insuficiente, não sendo possível obter as coordenadas dos vértices dos polígonos delimitadores, para georreferenciação

Não existe, nem se prevê que venha a existir na proposta de revisão do PDM, nenhuma área cativa ou de reserva para extração mineral no Concelho.

6.2.1. PEDREIRA “MATO DOS CELCOS”

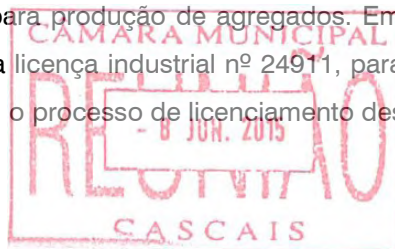
Pedreira de calcário, propriedade de José Guilherme Jorge da Costa, encontrando-se licenciada pela Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo (DRE-LVT) sob o nº 38611982, tendo uma área de 31,35ha.

Esta pedreira encontra-se situada na encosta poente da Bacia hidrográfica da Ribeira da Lage, a Norte da Autoestrada (A5) e a Sul do Outeiro de Polima, inserindo-se em dois concelhos, Cascais e Oeiras.

Atualmente não existe extração, tendo inclusivamente sido elaborado um Plano Ambiental e de Recuperação Paisagístico (PARP), aprovado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo a 30 de novembro de 2004, e cujo

términus dos trabalhos estaria previsto para 2012, ficando assim a pedra selada e recuperada paisagisticamente.

Foi solicitada pelo seu proprietário a instalação de uma unidade móvel de britagem, para que fosse possível o aproveitamento de blocos não utilizados e o processamento de outros, provenientes de escavações de diversas obras da zona, para produção de agregados. Em 4 de Outubro de 2005 foi aprovada, por parte da DRE-LVT, a licença industrial nº 24911, para a instalação daquela unidade de britagem móvel. No entanto, o processo de licenciamento desta unidade de britagem móvel foi extinto em 2010.



6.2.2. PEDREIRA DO SAFARDÃO

Pedreira de Calcário “Azulino de Cascais” pertença da empresa “Polibloco – Industria de Mármore e Granitos, Lda.”, estando licenciada pela Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo (DRE-LVT) sob o nº 5687, e tendo uma área de 21.250 m².

A pedreira do Safardão fica localizada no lugar com a mesma denominação, na freguesia de Cascais.

Atualmente não existe extração na referida pedreira, tendo também nesta, sido elaborado um Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística, aprovado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo a 19 de Junho de 2006, cujo finalizar dos trabalhos estaria previsto para 2008, ficando assim a pedreira selada e recuperada paisagisticamente. No entanto por dificuldades em recolha de material para o seu enchimento, ainda não se encontra selada.

6.2.3. PEDREIRA “MATO DA CRUZ”

A pedreira do Mato da Cruz é propriedade da “Jodofer- Empreiteiros S.A”, está localizada no lugar do Mato da Zaganita, Alcabideche, em pleno Parque Natural Sintra-Cascais. Possui licença da Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo com o nº 3928, para extração de calcário, e uma área de 3.39ha.

A presente pedreira encontra-se a laborar desde 1973, tendo em 2010 sido sujeita a um EIA para a ampliação da zona de pedreira para depósito temporário de agregados. Foi emitida a

DIA a 22 de Fevereiro de 2011, sujeita a condicionamentos, como a proibição de aumento de área de escavação.

O EIA contempla o Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística, pelo que este se considera aprovado e que será aplicado o fim da vida útil da pedreira, ou seja, 16 anos mais 2 anos e meio para recuperação.

Em 2005 foi solicitado pelo industrial licença para a instalação de triagem e britagem.



6.2.4. PEDREIRA “FIGUEIRA 2”

Pedreira propriedade da “Tecnisan” ficando localizada junto à Conceição da Abóboda, freguesia de S. Domingos de Rana, licenciada pela Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo sob nº 3177, para extração de calcário. Tem uma área aproximada de 8,8ha.

A referida pedreira possui um licenciamento industrial para britagem.

A Tecnisan ainda não procedeu à sua regularização com a necessária adaptação à legislação em vigor. Assim não foi fornecida informação sobre a georreferenciação.

A Câmara Municipal de Cascais não possui mais informação sobre esta pedreira.

6.2.5. PEDREIRA “MATO DA AMOREIRA”

A pedreira denominada “Mato da Amoreira” está localizada entre Birre e Pampilheira, no lugar da Barraca de Pau, em Cascais, e tem uma área superior a 49.340m². A exploração principal é o “Azulino de Cascais”, calcário essencialmente calciclástico de cor cinzento-azulada, bem como o aproveitamento do subproduto de outro tipo de pedra calcária. A pedreira encontra-se situada numa zona urbana de baixa densidade.

É uma zona que possui exploração há algumas décadas, sendo esta executada inicialmente de forma artesanal, passando-se, com o evoluir dos tempos, a recorrer à utilização de máquinas e explosivos para a extração.

Esta pedreira teve várias entidades a explorá-la, com lavra a céu aberto de blocos de calcário, encontrando-se a maior parte da sua área desativada de exploração.

Esta pedreira não se encontra licenciada



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.



7. ESTADO DO AMBIENTE

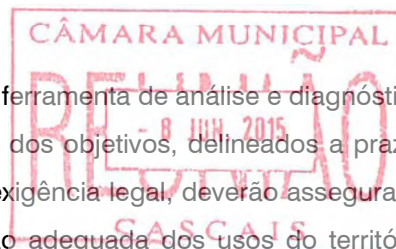


A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.

7.1. CARACTERIZAÇÃO DE AMBIENTE SONORO

7.1.1. CARACTERIZAÇÃO DO RUÍDO AMBIENTE

A caracterização acústica do espaço urbano revela-se uma ferramenta de análise e diagnóstico fundamental para a definição de requisitos e prossecução dos objetivos, delineados a prazo, no âmbito das ações de planeamento concelhio que, por exigência legal, deverão assegurar a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada dos usos do território tendo em consideração as fontes de ruído existentes e previstas.



Para caracterizar o ambiente sonoro a lei prevê a recolha de dados acústicos, através de medições de ruído ambiente e métodos mais complexos de simulação para a elaboração de mapas de ruído. Assim, a cartografia do ruído, caracterizadora deste componente ambiental, é a ferramenta estratégica na avaliação e na gestão do ruído. O mapa de ruído foi desenvolvido tendo como base de trabalho o *software* IMMI, utilizando os algoritmos de cálculo recomendados pelas normas técnicas nacionais e europeias.

O Mapa de Ruído é uma representação gráfica do ruído ambiente exterior, expresso pelos indicadores *Lden* e *Ln*, traçando as isófonas e as áreas por elas delimitadas às quais corresponde uma determinada classe de valores expressos em dB(A) e revela as influências de diferentes fontes de ruído e a exposição das populações ao ruído ambiente nas diferentes zonas do concelho.

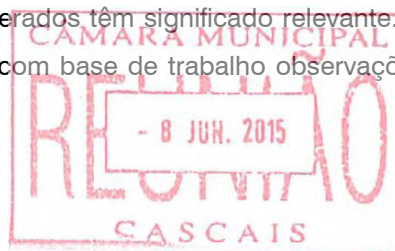
O Mapa de Ruído para o Concelho foi elaborado pela empresa Certiprojecto em 2006, tendo sido submetido a adaptação em face da publicação do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, compreendendo diversas cartas de ruído para os dois períodos de referência, período diurno-entardecer-noturno e período noturno, relativos ao ruído global e ao ruído resultante de fontes diferenciadas (tráfego, aeródromo, ferrovia, indústrias e autódromo).

O Mapa de Ruído que está na base do presente PDM foi atualizado em Junho de 2010, no âmbito dos trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Redução de Ruído.

Este mapa permite inferir um outro, representativo do cruzamento deste com os níveis sonoros estabelecidos pelo RGR para zonas mistas obtendo-se os mapas de conflito que ilustram as zonas que apresentam valores de ruído ambiente acima dos estabelecidos por lei para cada um dos indicadores de ruído.

No Concelho de Cascais, as principais fontes sonoras identificadas foram as vias de tráfego rodoviário e ferroviário, o Aeródromo Municipal de Cascais, o Autódromo do Estoril e diferentes Indústrias.

No quadro da figura nº 41 apresentam-se as unidades industriais consideradas na elaboração dos mapas de ruído, em que os níveis sonoros por elas gerados têm significado relevante. O trabalho de identificação das indústrias do concelho teve como base de trabalho observações “*in situ*” e medições acústicas.



| EMPRESA | ATIVIDADE |
|-------------|---|
| Betão-Liz | Soluções pré-fabricadas de betão |
| Cogumelo | Panificadora |
| Dureza | Construções metálicas |
| Jodofer | Empreiteiro e fornecedor de materiais de construção |
| Lafarge | Central de betões |
| Sanestradas | Empreiteiro de obras públicas e particulares |
| Socorte | Carpintaria mecânica |
| Soplacas | Soluções pré-fabricadas de betão |
| Tratolixo | Infraestrutura de tratamento de resíduos sólidos |

Figura nº 41

Unidades industriais consideradas na elaboração dos mapas de ruído.

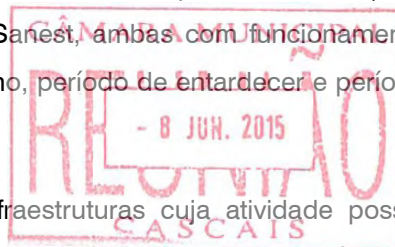
Fonte: *Mapa de Ruído Global do Concelho de Cascais, Junho 2010*

Nos pontos seguintes é efetuada uma breve caracterização do ambiente sonoro concelho. Para uma análise de detalhe é necessária a consulta do estudo do Mapa de Ruído que acompanha o PDM.

7.1.1.1. SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

A análise do Mapa de Ruído Global do Concelho de Cascais (versão Junho 2010), estudo que acompanha o presente Plano, permite identificar as vias de tráfego rodoviário, como o tipo de fonte com influência predominante no ambiente sonoro concelho, com particular relevância para as seguintes vias: A16/IC30, A5 – Autoestrada do Estoril, EN6 (Av. Marginal), EN6-7 (acesso à A5) em Carcavelos, Av. de Sintra e Av. 25 de Abril em Cascais, EN6-8 (Av. dos Bombeiros Voluntários e Av. da República) no Estoril, EN249-4 (Estrada da Abóboda), EN247-5

(Av. Amália Rodrigues) em Tires, e a Via Longitudinal Norte (3.ª Circular) em Cascais. No que respeita à Via-férrea da Linha Lisboa - Cascais, em resultado do traçado localizado, a sua influência revela-se como bastante mais circunscrita. O mesmo se passa com a atividade das unidades industriais incluídas nos mapas de ruído que, a acrescer à circunscrição da sua atividade, possuem horário de funcionamento exclusivamente durante o período diurno (com exceção da Panificadora Cogumelo e da ETAR da Guia/Saneest, ambas com funcionamento nos 3 períodos de referência regulamentares, período diurno, período de entardecer e período noturno).



No Concelho de Cascais existem ainda duas outras infraestruturas cuja atividade possui carácter ruidoso e potencialmente incomodativo: o Autódromo do Estoril e o Aeródromo Municipal de Cascais ambas com influência concentrada no quadrante Nordeste do Concelho.

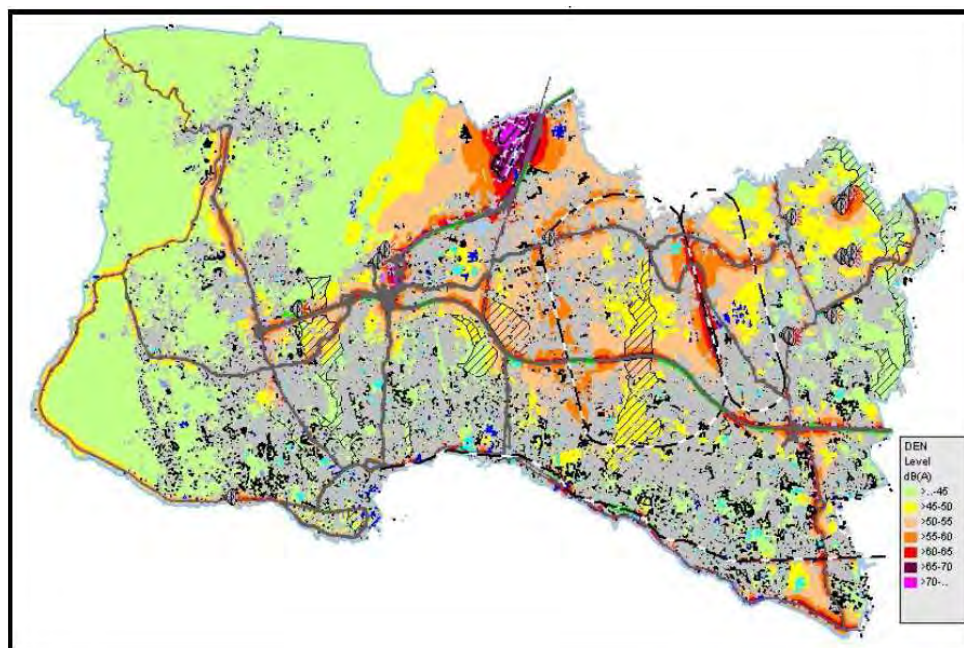


Figura nº 42

Mapa de Ruído Global – Período Diurno-Entardecer-Noturno

Níveis sonoros resultantes do somatório da contribuição de todas as fontes de ruído, para as 24 horas do dia, representado pelo indicador Lden.

Fonte: Mapa de Ruído Global do Concelho de Cascais, Junho 2010

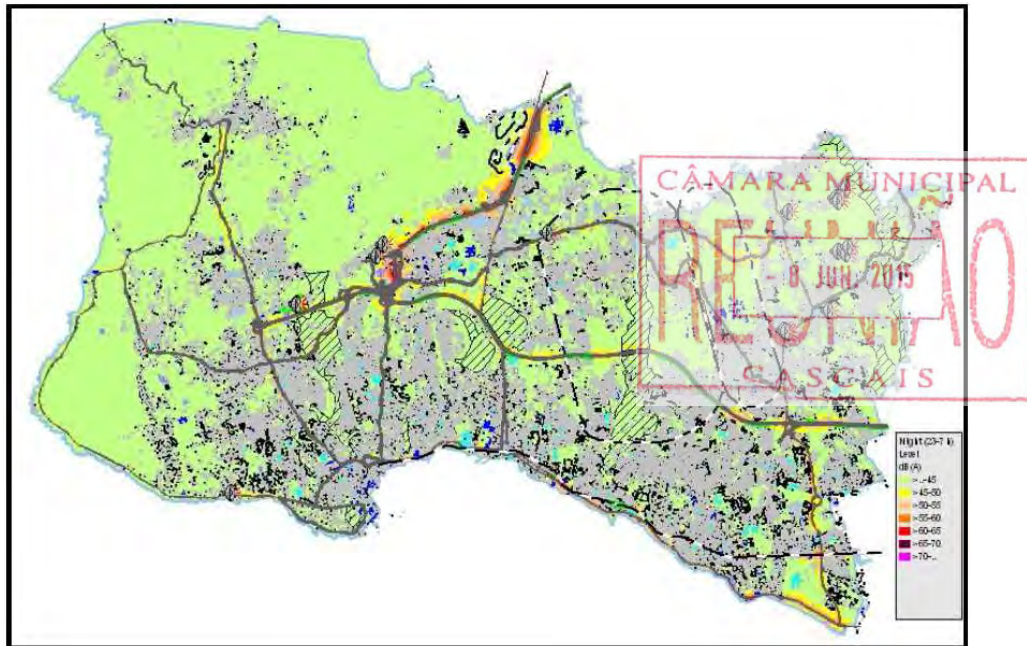


Figura nº 43

Mapa de Ruído Global – Período Noturno

Níveis sonoros resultantes do somatório da contribuição de todas as fontes de ruído, para o período entre as 23H00 e as 07H00, representado pelo indicador L_n

Fonte: *Mapa de Ruído Global do Concelho de Cascais, Junho 2010*

7.1.1.2. ZONAS DE CONFLITO

Apresenta-se nas figuras nº 44 e 45, o cruzamento dos Mapas de Ruído Global (L_{den} e L_n) com o mapa de zonamento acústico, ilustrando-se as zonas que apresentam valores de ruído ambiente acima dos estabelecidos por lei, para cada um dos indicadores – Zonas de Conflito.

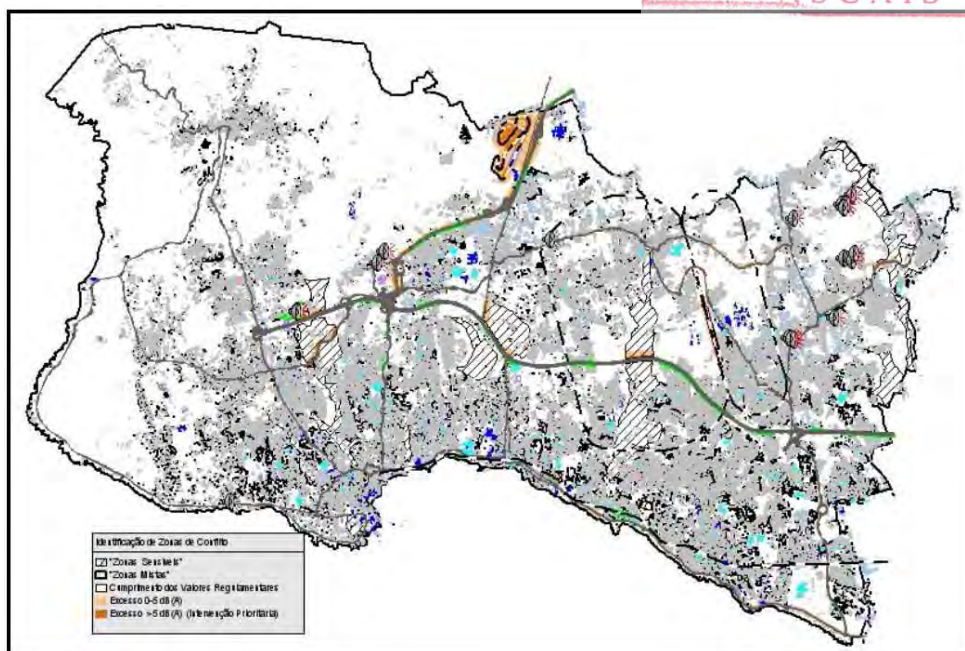


Figura nº 44

Mapa conflito - Áreas expostas a ruído ambiente exterior inferior a 55 dB(A) para o indicador L_{den} .

Fonte: Mapa de Ruído Global do Concelho de Cascais, Junho 2010

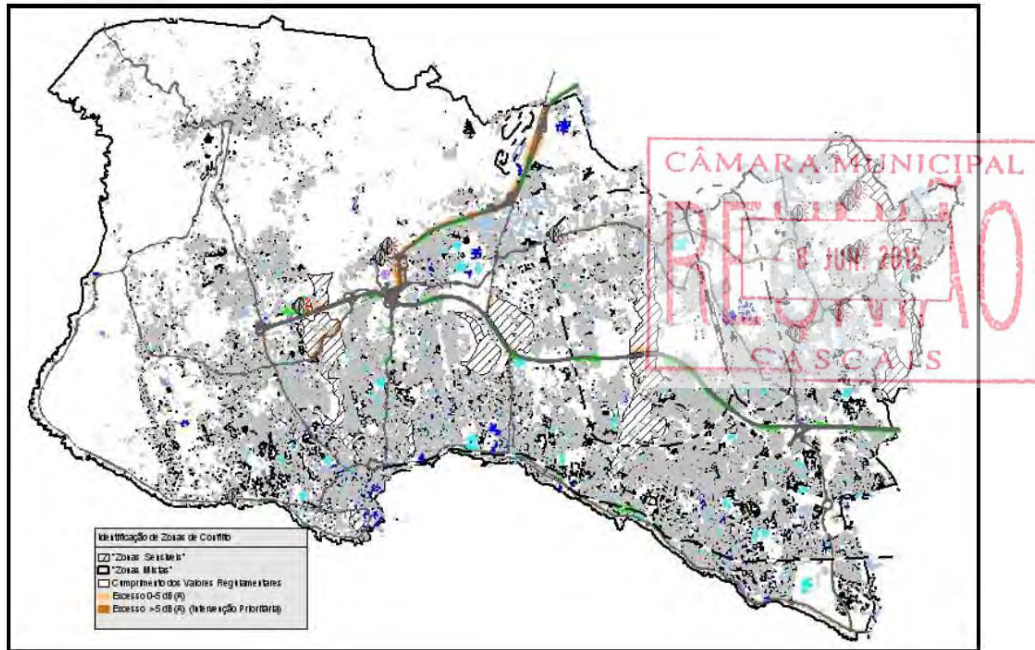


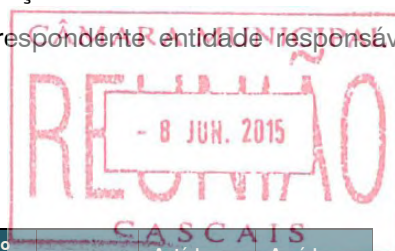
Figura nº 45

Mapa de conflito - Áreas expostas a ruído ambiente exterior inferior a 45 dB(A), para o indicador Lden.

Fonte: Mapa de Ruído Global do Concelho de Cascais, Junho 2010

7.1.1.3. POPULAÇÃO E ÁREAS EXPOSTAS

Sendo objetivo essencial deste diagnóstico determinar a exposição da população apresenta-se uma síntese da informação relativa à exposição da população às diferentes classes de ruído com discriminação do tipo de fonte perturbadora e correspondente entidade responsável. Saliente-se que a área total do concelho é de 97,1 km².



| Níveis Lden e LN, em db (A) | Tráfego Rodoviário | | | | Tráfego Ferroviário | Indústria | Autódromo | Aeródromo |
|-----------------------------|--------------------|------------|---------------|--------------|---------------------|-----------|------------|--------------|
| | Brisa, S.A. | EP, S.A. | Ascendi, S.A. | C.M.C. | Refer, EP | | C.E.S.A. | C.M.C. |
| 55<Lden ≤60 | 1.040 | 227 | 552 | 878 | 9 | 3 | 756 | 2.661 |
| 60<Lden ≤65 | 215 | 67 | 83 | 685 | 9 | 0 | 116 | 23 |
| 65<Lden ≤70 | 9 | 178 | 2 | 698 | 0 | 0 | 58 | 37 |
| 70<Lden ≤75 | 0 | 80 | 0 | 166 | 0 | 0 | 5 | 0 |
| Lden ≤75 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Lden ≤65 | 9 | 258 | 2 | 865 | 0 | 0 | 63 | 37 |
| Lden ≤55 | 1.264 | 552 | 637 | 2.428 | 18 | 3 | 935 | 2.721 |
| 45<Lden ≤50 | 797 | 198 | 615 | 905 | 8 | 4 | 0 | 0 |
| 50<Lden ≤55 | 139 | 81 | 156 | 602 | 10 | 0 | 0 | 0 |
| 55<Lden ≤60 | 9 | 188 | 11 | 573 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 60<Lden ≤65 | 0 | 46 | 2 | 96 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 65<Lden ≤70 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Lden ≤70 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Lden ≤55 | 9 | 234 | 13 | 669 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Lden ≤45 | 945 | 513 | 784 | 2.176 | 18 | 4 | 0 | 0 |

Figura nº 46

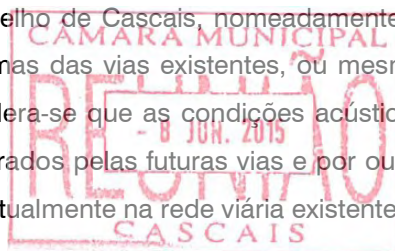
Quantificação da população exposta ao ruído ambiente
 (n.º de pessoas/resultados preliminares do Censos 2011),
 por fonte sonora segundo classes de exposição e por entidade gestora.

Fonte: *Mapa de Ruído Global do Concelho de Cascais, Junho 2010*

7.1.1.4. MAPA DE RUÍDO PREVISIONAL ELABORADO EM 2007

O mapa de ruído previsional que acompanha o PDM foi elaborado em 2007.

No que confere à criação de novos eixos viários no Concelho de Cascais, nomeadamente o surgimento de vias que pretendem descongestionar algumas das vias existentes, ou mesmo criar acessibilidades onde atualmente não existam, considera-se que as condições acústicas futuras resultarão, por um lado dos volumes de tráfego gerados pelas futuras vias e por outro do aumento provável dos volumes de tráfego observados atualmente na rede viária existente.



Caso este aumento seja da ordem de 30 a 50% nos próximos 10 anos (taxa média de crescimento normalmente considerada no território nacional para itinerários principais e complementares), podem prever-se, nas vizinhanças das vias de tráfego, incrementos dos níveis sonoros atuais da ordem de +2 dB(A) nos próximos 10 anos, com uma margem de incerteza de ± 1 dB(A) face à relação logarítmica entre os níveis sonoros e os volumes de tráfego associados, já referida anteriormente.

As condições previsíveis resultantes da entrada em serviço das novas vias já em projeto (Via Longitudinal Sul, Via Longitudinal Norte, Via Oriental de Cascais e Circular Nascente a S. Pedro Estoril) foram assinaladas no modelo de cálculo preparado, na versão relativa ao ano horizonte.

O cálculo correspondente às condições futuras, para o ano horizonte é apresentado nos mapas de ruído aplicáveis (figuras nº 47 e 48), integrando as novas vias em análise, parametrizadas com volumes de tráfego previsíveis, sendo as vias atuais parametrizadas para acréscimos dos volumes de tráfego de 30% relativamente à situação atual.

Relativamente à via ferroviária, dado o regime normal de operação, não se prevê que alterações pontuais nos horários de circulação afetem significativamente as condições acústicas registadas na área de influência respetiva.

No que respeita ao Aeródromo de Tires, considerou-se um acréscimo do número de movimentos na ordem de 2,5% a 3%, que poderá ocorrer em consequência de uma modificação do *mix* de aeronaves em operação, pelo que as alterações do ambiente sonoro com origem na infraestrutura dependerão fundamentalmente dos regimes de operação estabelecidos.

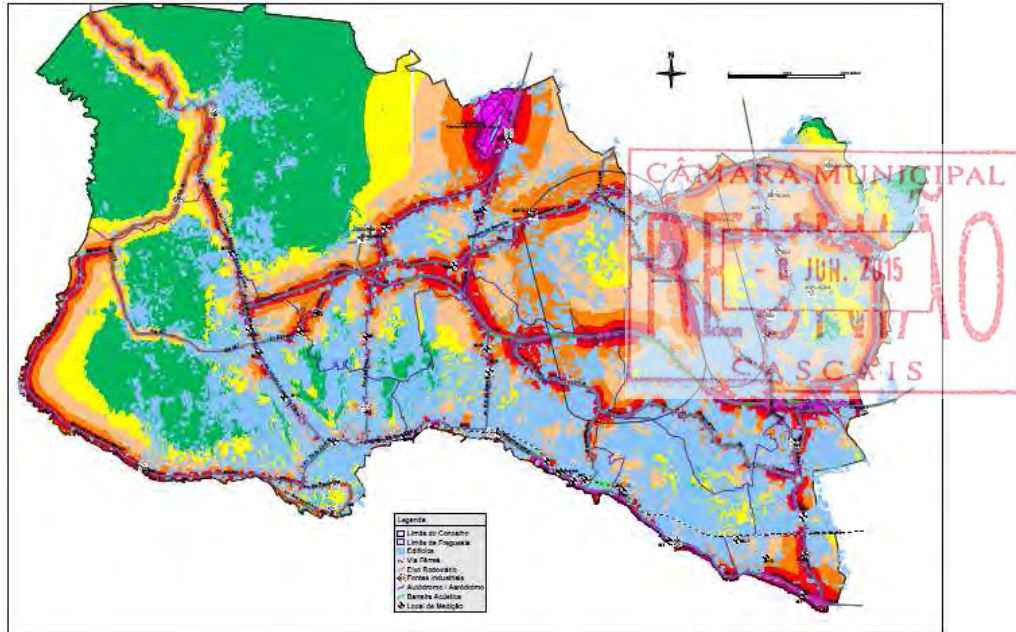


Figura nº 47

Mapa de Ruído Global – Período Diurno-Entardecer-Noturno

Simulação da propagação sonora, para as 24 horas do dia, representado pelo indicador Lden

Fonte: Mapa de Ruído Global do Concelho de Cascais, Junho 2010

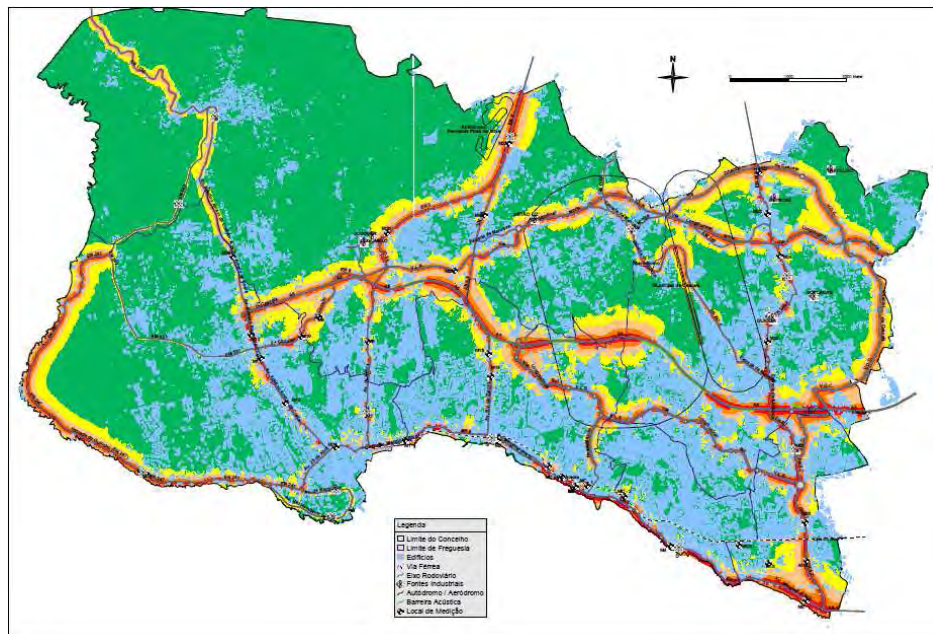


Figura nº 48

Mapa de Ruído Global – Período Noturno

Simulação da propagação sonora, para o período entre as 23H00 e as 07H00, representado pelo indicador Ln

Fonte: *Mapa de Ruído Global do Concelho de Cascais, Junho 2010*

Os trabalhos entretanto desenvolvidos no âmbito da rede viária proposta no PDM, conduziram a pequenos ajustes de pormenor, em particular nas características da rede viária de nível 2 (destacando-se a Via Longitudinal Sul e a Via Longitudinal Norte), essencialmente ao nível das modalidades de exploração (por exemplo, pela introdução de corredores dedicados intermitentes), que visam fomentar o uso do transporte público/coletivo e desincentivar o recurso ao transporte privado. Nesse sentido, consideramos que o ambiente sonoro na envolvente próxima das referidas vias de tráfego não sofrerá alterações significativas.

Neste contexto, importa ainda referir que os Mapas de Ruído representam, de acordo com o RGR, médias anualizadas dos indicadores L_{den} e L_n , e portanto variações normais dos volumes de tráfego rodoviário não deverão determinar alterações significativas dos níveis sonoros médios resultantes. Note-se que estes níveis seguem uma relação logarítmica em função das condições do tráfego, sendo necessário que ocorram alterações muito expressivas dessas condições para que os níveis sonoros correspondentes sofram variações sensíveis ao ouvido humano (teoricamente, para que ocorra um acréscimo de +3 dB(A) nos níveis sonoros apercebidos, é necessária uma duplicação dos volumes de tráfego em circulação, ou das velocidades correspondentes).

Na presente situação, e uma vez que as alterações verificadas na rede viária proposta, tomam por base pequenos intervalos de tempo apenas durante o período diurno, torna-se lícito concluir não serem estes suficientes para alteração dos níveis sonoros médios de interesse.

Por outro lado a introdução de “corredores dedicados” conduzindo ao aumento e concentração do número de veículos pesados em circulação, induzirá igualmente um decréscimo do número de veículos ligeiros. Acresce que nestas circunstâncias as suas velocidades de circulação diminuem, conferindo à presente avaliação um carácter fortemente cauteloso, uma vez que, de forma geral, a referida diminuição de velocidades está associada à diminuição dos níveis de emissão sonora.

Como nota conclusiva, pode considerar-se que apesar da modelação do mapa previsional elaborado em 2007 não contemplar as pequenas alterações na rede viária concelhia, os elementos de avaliação acústica considerados, demonstram-se com grau de confiança adequado ao desenvolvimento do planeamento territorial concelhio em curso.

7.1.2. PLANO MUNICIPAL DE REDUÇÃO DE RUÍDO

O objetivo essencial de um Plano Municipal de Redução de Ruído (PMRR) consiste em estabelecer e implementar uma estratégia integrada de redução de ruído ambiente, seguindo um procedimento que inclui a coordenação interna de diversos Departamentos Municipais, a cooperação externa, ações de relações públicas e a participação pública das partes interessadas.

De acordo com os Art.ºs 8.º e 9.º do RGR, devem as Câmaras Municipais elaborar Planos Municipais de Redução de Ruído, abrangendo o território concelhio onde se identifique exposição a níveis sonoros do ruído ambiente, superiores aos limites regulamentares aplicáveis.

Assim, o Plano Municipal de Redução de Ruído, relativo ao Concelho de Cascais, é elaborado de acordo com o RGR e segue as orientações expressas no *Manual Técnico para Elaboração de Planos Municipais de Redução de Ruído*, preparado pelo Laboratório de Acústica da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), e ainda as *Recomendações para Seleção e Métodos de Cálculo a utilizar na previsão de níveis sonoros*, publicadas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A avaliação e análise efetuada permitem identificar 32 zonas de conflito, (ZC), onde se verifica a ultrapassagem dos limites regulamentares aplicáveis, impondo o dimensionamento e implementação de medidas que permitam restabelecer a conformidade legal.

Destas situações, 13 são de Responsabilidade Municipal, sendo 7 de carácter prioritário (níveis de sobre-exposição superiores a 5 dB(A)) e traduzem-se maioritariamente na repavimentação de vias de circulação rodoviária, dado o carácter urbano na sua envolvente próxima.

Em termos comparativos, a tutela das cinco entidades responsáveis por infraestruturas rodoviárias, na área do Concelho exposta a níveis sonoros superiores aos limites regulamentares, aplica-se a zonas mistas e sensíveis e está ilustrado na figura nº 49.



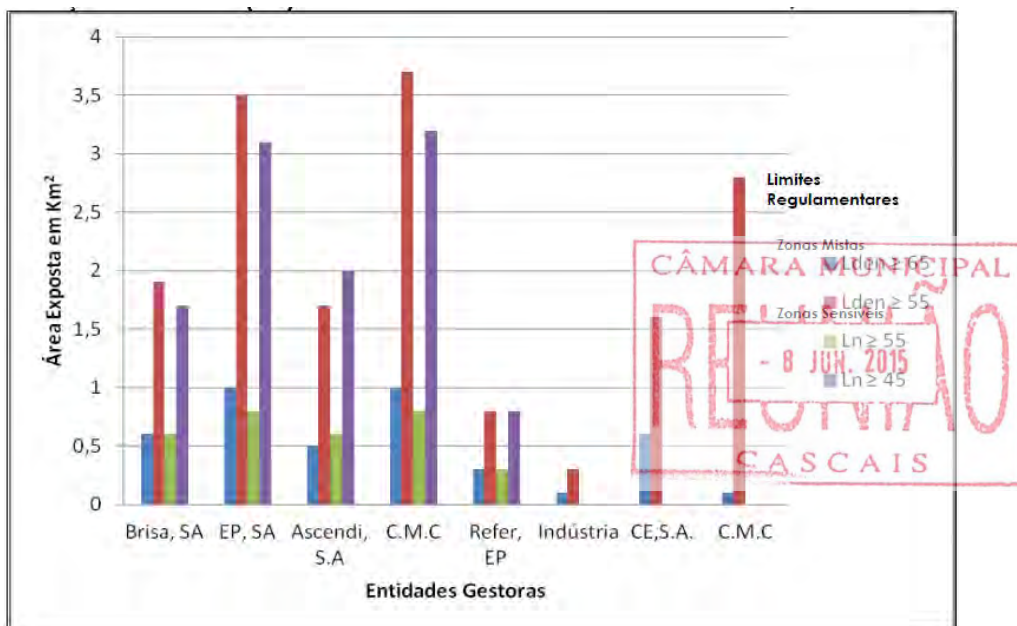


Figura nº 49

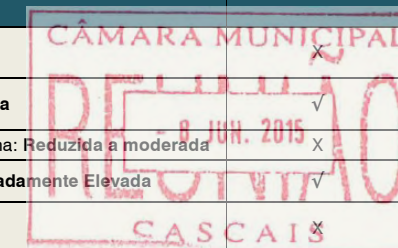
Quantificação da área exposta (km²) a valores Lden e Ln superiores aos limites regulamentares, por entidade gestora

Fonte: Mapa de Ruído Global do Concelho de Cascais, Junho 2010

A análise efetuada nas zonas de conflito identificadas no território concelhio, centra-se nas áreas com ocupação de tipo sensível ao ruído, (habitacional, escolar, etc), e tem por base o cruzamento da informação extraída dos mapas de conflito, nomeadamente a identificação das áreas de intervenção prioritária, (onde sejam excedidos em mais de 5 dB(A) os limites regulamentares), com o resultado de cálculo relativo a pontos de avaliação ou controlo, distribuídos de forma homogénea na área de interesse.

Assim, para cada zona de conflito é sistematizada, no quadro representado na figura nº 50 (págs. seguintes), a informação de interesse primordial, designadamente, a classificação acústica respetiva, a identificação das fontes de ruído que contribuem para os níveis sonoros observados, a identificação da correspondente Entidade Gestora, o quantitativo populacional exposto, a identificação das medidas de minimização existentes, a identificação das medidas de minimização a implementar e a prioridade de intervenção.

| DESIGNAÇÃO (1) | CLASSIFICAÇÃO | FONTE SONORA | ENTIDADE RESPONSÁVEL | POPULAÇÃO SOBREEPOSTA (2) (UNIDADE) | MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO EXISTENTES | MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO A IMPLEMENTAR | CATEGORIA DE SOBREEXPOSIÇÃO | PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO |
|-------------------|---|--|--------------------------------|---|------------------------------------|---|--|---------------------------|
| ZC 1 | Zona Mista - Guia - | EN 247 | EP, S.A. | 0 | Substituição da camada de desgaste | Redução de velocidade | Reduzida | ✓ |
| ZC 2 | Zona sensível - Cascais - | Av. Rei Humberto de Itália | CMC | 29 | - | Repavimentação com pavimento pouco ruidoso | Reduzida a moderada | ✓ |
| ZC 3 | Zona Mista - Cascais - | EN 9-1 (Av. Eng ^o Adelino Amaro da Costa) | CMC | 343 | - | Redução de velocidade de circulação (≤ 50km/h) e repavimentação | Troço até cruzamento com a R. Birre/R. Santana: Reduzida a moderada Após cruzamento: Moderada a moderadamente Elevada | ✓ X |
| ZC 4 | Zona Mista - Malveira da Serra - | EN 9-1 (Estrada da Malveira da Serra) | CMC | 58 | - | Repavimentação | Reduzida | ✓ |
| ZC 5 | Zona Mista e Zona Sensível - Cobre - | 3ª Circular | CMC | 211 | - | Redução de velocidade de circulação (≤ 50km/h) | Moderada a moderadamente elevada | ✓ |
| ZC 6 | Zona Mista / Zona Sensível - Alvide / Cabreiro - | A5 | BRISA, S.A. | 0 | - | - | Reduzida a moderada | X |
| ZC 7 | Zona Mista - Alcabideche (Hospital) - | Acessos hospital | CMC | 0 | - | - | Reduzida | X |
| | | 3ª Circular | ASCENDI, S.A. | | Barreiras acústicas | | | |
| | | A 16 | BRISA, S.A. | | - | | | |
| ZC 8 | Zona Mista - Alcabideche - | A 16 | ASCENDI, S.A. | 57 | Baterias acústicas | Monitorização ⁽³⁾ | Reduzida | ✓ |
| | | EN 9 | EP, S.A. | | - | | | |
| | | EN 6-8 | CMC | | - | | | |
| | | Acessos ao hospital | CMC | | - | | | |
| ZC 9 | Zona Mista | Autódromo | CE – CIRCUITO DO ESTORIL, S.A. | 63 | - | Barreiras acústicas | Moderadamente elevada a elevada | ✓ |
| ZC 10 | Zona Mista - Alcoitão - | Via Longitudinal Norte | CMC | 4 | - | - | Reduzida | X |
| ZC 11 | Zona Mista / Zona Sensível - Alcabideche / Alcoitão - | EN 6-8 | EP, S.A. | 50 | - | Redução de velocidade de circulação (≤ 50km/h) e repavimentação | Zona Mista: Reduzida | X |
| | | | | | | | Zona Sensível: Reduzida a elevada | ✓ |
| ZC 12 | Zona Mista / Zona Sensível - Estoril - | A 5 | BRISA, S.A. | 0 | Barreiras acústicas | - | Zona Mista: Reduzida | X |
| | | | | | | | Zona Sensível: Reduzida a moderada | ✓ |
| ZC 13 | Zona Mista - Estoril - | Av. Bombeiros Voluntários | CMC | 126 | - | - | Troço até ao cruzamento com a Av. Condes de Barcelona: Reduzida a moderada | ✓ |
| | | | | | | | Reduzida a moderada | X |
| ZC 14 | Zona Mista com subárea Sensível - Cascais - | EN 6 (Estrada Marginal) | EP, S.A. | 75 | - | Repavimentação | Reduzida a moderada | ✓ |
| | | Via-férrea Lisboa / Cascais | CP, S.A. / REFER, S.A. | | Barreiras acústicas | Barreiras acústicas | | |
| ZC 15 | Zona Mista e Sensível - S. D. de Rana - | A 5 | BRISA, S.A. | 9 | Barreiras acústicas | - | Zona Mista: Reduzida Zona Sensível: Reduzida a moderada | X |



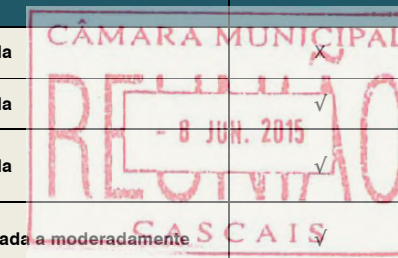
Quadro 50a – Identificação e descrição geral das zonas de conflito.

Fonte: Mapa de Ruído Global do Concelho de Cascais, Junho 2010

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



| DESIGNAÇÃO (1) | CLASSIFICAÇÃO | FONTE SONORA | ENTIDADE RESPONSÁVEL | POPULAÇÃO SOBREEPOSTA (2) (UNIDADE) | MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO EXISTENTES | MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO A IMPLEMENTAR | CATEGORIA DE SOBREEXPOSIÇÃO | PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO |
|-------------------|--|--|------------------------------------|---|-----------------------------------|--|--|---------------------------|
| ZC 16 | Zona Mista - Carcavelos - | A 5 | BRISA, S.A. | 0 | Barreiras acústicas | - | Reduzida a moderada | X |
| ZC 17 | Zona Mista - Alcoitão - | EM 589 | CMC | 346 | - | Repavimentação | Reduzida a moderada | ✓ |
| ZC 18 | Zona Mista com subárea Sensível - Cascais - | EM 589 | CMC | 233 | - | Repavimentação | Reduzida a moderada | ✓ |
| ZC 19 | Zona Mista - Tires - | Aeródromo Municipal | CMC | 37 | - | - | Reduzida; Troço junto à pinta de aquecimento: Moderada a moderadamente elevada | ✓ |
| ZC 20 | Zona Mista - Abóboda / Trajouce - | EN 249-4 | EP, S.A. | 121 | - | Repavimentação | Reduzida | X |
| ZC 21 | Zona Mista - Abóboda - | EM 579 | CMC | 112 | - | Redução de velocidade de circulação (≤ 40km/h) e repavimentação | Reduzida a moderada | ✓ |
| ZC 22 | Zona Mista e Sensível - Abóboda - | EM 579 | CMC | 15 | - | Redução de velocidade de circulação (≤ 50km/h) e repavimentação | Zona Mista: Reduzida; Zona Sensível: Reduzida a moderadamente elevada | X ✓ |
| ZC 23 | Zona Mista - Trajouce - | TRATOLIXO | TRATOLIXO | 0 | - | - | Moderada a moderadamente elevada | ✓ |
| ZC 24 | Zona Mista - Tires - | En 249-4 DUREZA, LDA. | EP, S.A. DUREZA, LDA. | 114 | - | Redução de velocidade de circulação (≤ 50km/h) e repavimentação | Reduzida Reduzida a moderada | ✓ |
| ZC 25 | Zona Mista - Carcavelos - | En 6-7 | EP, S.A. | 54 | - | - | Reduzida | X |
| ZC 26 | Zona Mista - S. João e S. Pedro do Estoril - | EN 6 (Estrada Marginal) Via-férrea Lisboa / Cascais | EP, S.A. CP, S.A. / REFER, S.A. | 716 | Barreiras acústicas | Redução de velocidade de circulação (≤ 50km/h) e repavimentação Barreiras acústicas | Reduzida a moderada | ✓ |
| ZC 27 | Zona Mista - Parede / Carcavelos - | EN 6 (Estrada Marginal) | EP, S.A. | 459 | - | Redução de velocidade de circulação (≤ 50km/h - veículos ligeiros) | Reduzida a moderada | ✓ |
| ZC 28 | Zona Mista - Conceição da Abóboda - | SANESTRADAS, LDA. | SANESTRADAS, LDA. | 0 | - | - | Reduzida a moderada | X |
| ZC 29 | Zona Mista - Cascais - | Av. D. Pedro I Av. MArginal | CMC | 124 | - | - | Reduzida | X |
| ZC 30 | Zona Mista - Tires - | EN 247-5 | EP, S.A. | 3 | - | - | Reduzida | X |
| ZC 31 | Zona Mista | Via-férrea Lisboa / Cascais | CP, S.A. / REFER, S.A. | 462 | Barreiras acústicas | - | Reduzida | X |
| ZC 32 | Zona Mista - Cascais - | Av. de Sintra | | 3 | Barreiras acústicas | - | Reduzida | X |



[Handwritten signature]

Quadro 50b – Identificação e descrição geral das zonas de conflito.

Fonte: Mapa de Ruído Global do Concelho de Cascais, Junho 2010

As soluções a adotar para as zonas de conflito propostas no quadro, podem ser analisadas com maior detalhe na proposta de Plano Municipal de Redução de Ruído.

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



7.2. DISFUNÇÕES AMBIENTAIS

O objetivo da presente carta de disfunções ambientais é identificar e sintetizar as principais fontes de poluição e áreas degradadas (lixeiros, vazadouros e aterros encerrados há menos de 20 anos, depósitos de resíduos inertes, pedreiras e áreas percorridas por incêndios) existentes no Concelho de Cascais.

A metodologia utilizada recorreu a uma análise detalhada da área de intervenção, através de fotografia aérea de 2010, tendo por base uma aplicação informática de análise geográfica. Desta forma foram identificadas, numa primeira fase, as possíveis disfunções ambientais. Posteriormente foram realizadas deslocações a todos os pontos identificados, com vista à recolha de informações para a fase de avaliação.

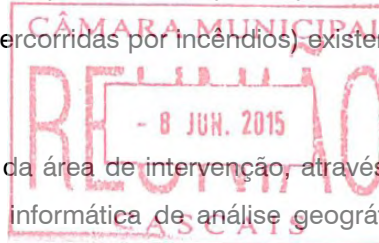
Relativamente a fontes de poluição difusas, foram consultados estudos sectoriais de caracterização ambiental do Concelho, como por exemplo, o “Relatório Temático de Caracterização do Litoral”, de 2008.

As informações sobre a legalidade das explorações de pedreiras, licenciamento e planos de recuperação previstos, foram facultadas pelo Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Cascais.

À recolha de dados seguiu-se uma análise multi-criterial na qual foram valorizados aspetos como:

- Área ocupada;
- Inserção territorial;
- Impacto visual;
- Tipologia de atividade;
- Intensificação do passivo ambiental em relação ao espaço envolvente.

Surgem então situações que podem ser consideradas disfunções ambientais e outras potenciadoras de disfunções ambientais. Sobre estas últimas, refira-se que foram implementadas para eliminar disfunções ambientais existentes, mas que devido à sua atividade poderão, em situações pontuais, constituir elas próprias, disfunções ambientais.



7.2.1. ATERROS E VAZADOUROS

Foram identificados os seguintes:

7.2.1.1. ATERRO SANITÁRIO DE TRAJOUCE

Inserido no Ecoparque de Trajouce, o aterro sanitário está encerrado desde 2003 e selado desde 2005. Abrange uma área de aproximadamente 7 hectares. (TRATOLIXO, 2011)



7.2.1.2. CENTRAL INDUSTRIAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (CITRS)

Inserida no Ecoparque de Trajouce, trata-se de uma unidade de tratamento mecânico e biológico por compostagem com capacidade para receção de resíduos indiferenciados na ordem das 150.000 toneladas/ano, capacidade nominal de tratamento de 500 toneladas/dia e capacidade de tratamento biológico de 60.000 toneladas/ano. (TRATOLIXO, 2011)

7.2.2. DEPÓSITOS DE RESÍDUOS

A deposição de resíduos em áreas não autorizadas, mesmo sendo uma atividade ilegal e sujeita a coimas, é uma situação ainda frequente no Concelho. Estas “lixeiros”, além de serem uma degradação da paisagem, podem, gradualmente, tornar-se uma disfunção ambiental grave pela contaminação dos solos e da água.

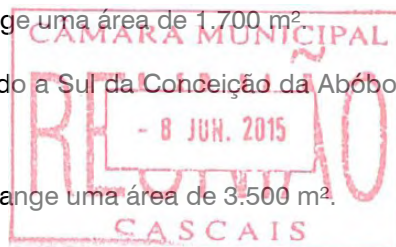
Na área estudada foram identificados cerca de oito depósitos ilegais de resíduos, constituídos maioritariamente por material sobranante de construção e demolição, e objetos fora de uso, vulgarmente conhecidos por “monstros”.

Todas elas localizam-se em zonas de fácil acesso automóvel e a deposição é feita ao longo dos acessos.

Foram cartografadas em planta apenas pontos de deposição de entulhos:

- Depósito de entulhos, localizado na envolvente de Alcoitão, abrange uma área de 26.000 m².

- Depósito de entulhos, localizado na envolvente de Atibá e próximo da Autoestrada nº5, abrange uma área de 25.000 m².
- Depósito de entulhos, localizado a Poente de Bairro da Cruz Vermelha - Adroana, abrange uma área de 8.600 m².
- Depósito de entulhos, localizado junto a Manique, abrange uma área de 1.700 m².
- Depósito de entulhos e estruturas abarracadas, localizado a Sul da Conceição da Abóbora, abrange uma área de 9.200 m².
- Depósito de entulhos, localizado em Aldeia de Juzo, abrange uma área de 3.500 m².



7.2.2.1. ESTRATÉGIA COM VISTA A EVITAR A DEPOSIÇÃO ILEGAL DE RESÍDUOS

Relativamente à estratégia para o combate à deposição ilegal de resíduos, em especial RCD's, (Resíduos de Construção e Demolição?) não se encontra definida uma estratégia a nível municipal.

Contudo, já foi elaborada e apresentada uma proposta de estratégia para a gestão dos RCD's do Concelho de Cascais pela empresa municipal Cascais Ambiente que se encontra em análise e apreciação pela Autarquia.

De salientar que o combate à deposição ilegal de resíduos, RCD's e/ou de outra índole, passa por uma maior fiscalização das autoridades competentes.

Nesse sentido, a Câmara Municipal de Cascais está consciente da necessidade de uma estratégia de combate à deposição ilegal de resíduos, que carece de aprofundamento.

Por este motivo, estão a ser desenvolvidas diversas ações de fiscalização concretizadas através do levantamento de autos de contraordenação com as correspondentes sanções acessórias.

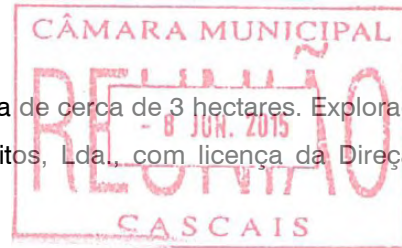
Considera, no entanto, esta Autarquia que a sua intervenção relativamente às situações já identificadas constituem a base da sua atuação, não sendo, como tal, relevante a sua menção específica no relatório do PDM.

7.2.3. PEDREIRAS EM ATIVIDADE

Encontram-se identificadas em planta as áreas onde podemos encontrar pedreiras, atualmente em atividade no Concelho de Cascais, designadamente:

7.2.3.1. PEDREIRA DO “SAFARDÃO”

Localizada no lugar do Safardão, em Birre, ocupa uma área de cerca de 3 hectares. Explorada pela empresa Polibloco - Indústria de Mármore e Granitos, Lda., com licença da Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo nº 5.687.



Trata-se de uma pedreira de calcário “azulino de Cascais”, que apresenta atualmente indícios de atividade reduzida ou mesmo suspensa.

Possui PARP aprovado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo a 19 de junho de 2006, cujo finalizar dos trabalhos estaria previsto para 2008, ficando assim a pedreira selada e recuperada paisagisticamente.

No entanto por dificuldades em recolha de material para o seu enchimento, ainda não se encontra selada.

7.2.3.3. PEDREIRA “MATO DOS CELCOS”

Localizada na encosta poente da Bacia hidrográfica da Ribeira da Lage, a Norte da Autoestrada (A5) e a Sul do Outeiro de Polima, inserindo-se em dois concelhos, Cascais e Oeiras, abrange cerca de 10 hectares do Concelho de Cascais.

Pedreira de calcário, pertença de José Guilherme Jorge da Costa, está licenciada pela Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo sob o nº 38611982

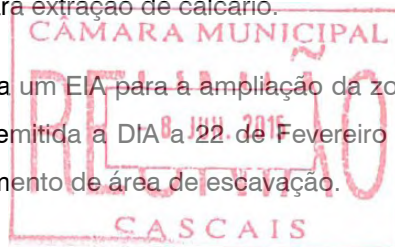
Atualmente não existe extração na referida pedreira, tendo inclusivamente sido elaborado um PARP que foi aprovado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo a 30 de novembro de 2004 e cuja finalização estava prevista para 2012, ficando assim a pedreira selada e recuperada paisagisticamente.

O espaço possui desde 4 de Outubro de 2005 licença industrial, nº 24911, para laboração de unidade de britagem, recebendo atualmente resíduos de construção e demolição (RCD´s).

7.2.3.4. PEDREIRA/BRITADEIRA “MATO DA CRUZ”

Localizada em Alcabideche, ocupa uma área de aproximadamente 3,5 hectares. Explorada pela empresa Jodofer – Empreiteiros S.A, apresenta licença de exploração da Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo nº 3928 para extração de calcário.

A pedreira labora desde 1973, tendo em 2010 sido sujeita a um EIA para a ampliação da zona de pedreira para depósito temporário de agregados. Foi emitida a DIA a 22 de Fevereiro de 2011, sujeita a condicionamentos, como a proibição de aumento de área de escavação.



O EIA contempla o PARR, pelo que este se considera aprovado e que será aplicado o fim da vida útil da pedreira, ou seja, 16 anos mais 2 anos e meio para recuperação.

Em 2005 foi solicitado pelo industrial licença para a instalação de triagem e britagem.

7.2.4. PEDREIRAS INACTIVAS

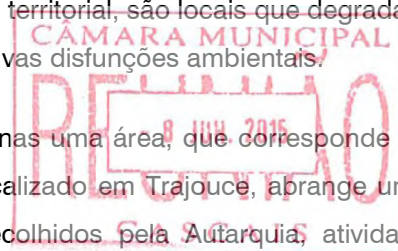
Foram identificadas vários locais de extração de pedra desativados, sobretudo na parte Oeste da área de estudo, designadamente, Birre, Biscaia e Charneca. A maioria são locais que indiciam uma inatividade antiga e que, atualmente, apresentam um passivo ambiental minimizado pela ação da natureza, embora em alguns aspetos ainda existente.

Foi cartografada toda a área da pedreira desativada existente em Birre, denominada “Mato da Amoreira”, pelo facto de abranger uma área considerável (49340m²), e do processo de lavra ter terminado recentemente o que determina a urgente minimização dos impactes causados pela exploração, assim como, os que advêm do seu estado de abandono.

7.2.5. DEPÓSITOS DE INERTES

Através do levantamento feito foi possível identificar vários locais com veículos em fim de vida e resíduos de desmantelamento. Maioritariamente ocupam pequenas áreas e estão associadas a oficinas de reparação automóvel. Embora sem expressão territorial, são locais que degradam a paisagem e poderão, a prazo tornar-se efetivas disfunções ambientais.

De dimensão relevante foi identificada e cartografada apenas uma área, que corresponde ao Parque de Viaturas da Câmara Municipal de Cascais. Localizado em Trajouce, abrange uma área de sensivelmente 18.500 m² e recebe veículos recolhidos pela Autarquia, atividade regulamentada pelo DL 64/2008.



7.2.6 LINHAS DE ÁGUA POLUÍDAS E PONTOS DE DESCARGA DE POLUENTES

Encontram-se identificadas em planta as três linhas de água do Concelho que, em 2008, apresentavam menor qualidade da água e conseqüentemente os focos de poluição costeira associados (*Hidroprojecto, 2008*):

- Ribeira de Caparide;
- Ribeira das Marianas;
- Ribeira das Vinhas.

Para esta situação muito contribuem as descargas indevidas de resíduos no leito e margens, assim como a descarga de águas residuais não tratadas (*Hidroprojecto, 2008*).

7.2.7. ÁREAS PERCORRIDAS POR INCÊNDIOS

Analisando a evolução do número de ignições e área ardida desde 2003 a 2012 (fig. nº 34) constata-se que nos últimos quatro anos o número de ignições e área ardida, tem vindo tendencialmente a diminuir, com a exceção de 2010, para o qual contribuiu o incêndio registado em 25 de Julho, com uma área total de 80,29 hectares. A continuidade dos valores baixos para o concelho de Cascais, implica um crescimento significativo da vegetação e consequente aumento da carga combustível.

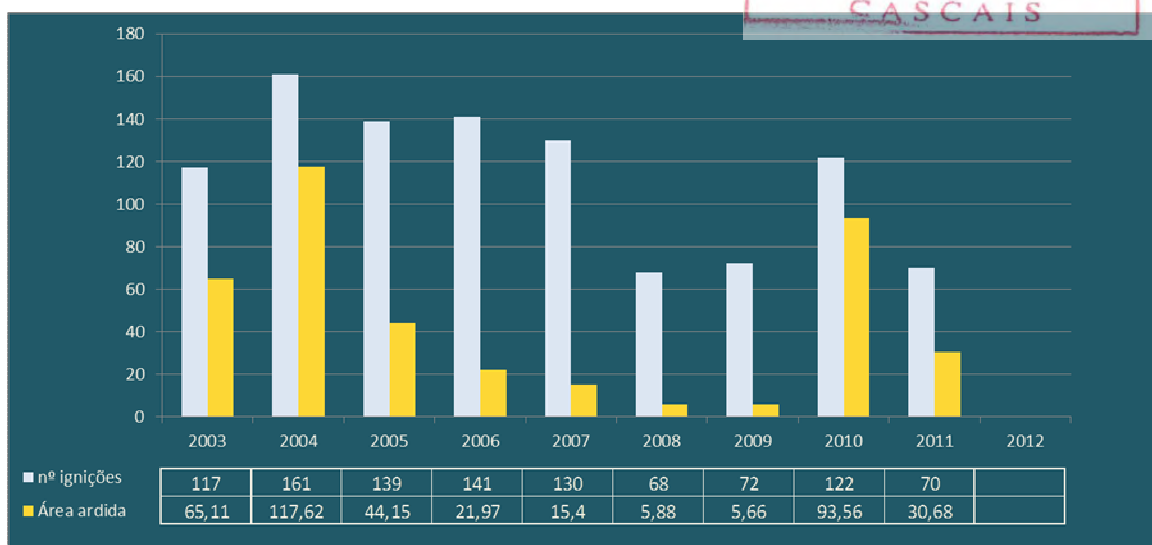


Figura nº 51
Nº de ignições e área ardida no Concelho de Cascais entre 2003 e 2011

Fonte: SMPC -Serviço Municipal de Proteção Civil de Cascais, 2011

Com base no disposto no Decreto-Lei nº 327/90, de 22 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 54/91, de 8 de agosto, Decreto-Lei nº 34/99, de 5 de fevereiro e pelo Decreto-Lei nº 55/2007, de 12 de março, todas as áreas de povoamentos florestais, não incluídas em PMOT como urbanas, urbanizáveis ou industriais, e que tenham sido percorridas por incêndios nos últimos 15 anos, constituem uma restrição de utilidade pública: Por ser uma restrição dinâmica, que se altera anualmente, optou-se pela sua não identificação na planta de condicionantes mas sim no “Dossier de Suscetibilidades”, documento que passa a fazer parte dos “Elementos que Acompanham” o PDM.

Foram registadas e cartografadas pelos Serviços Municipais de Proteção Civil, as áreas relevantes do Concelho que foram percorridas por incêndios no período entre 2003 a 2011, e que são:

2003

Cerca de 65ha ardidos.

2004

Cerca de 15ha sensivelmente na mesma zona da Ribeira das Vinhas.

**2005**

Duas zonas na Malveira da Serra, uma a Norte outra a Sudeste, com cerca de 11 e de 12ha, respetivamente, e, mais uma vez, na mesma zona da Ribeira da Vinha, uma zona com cerca de 26ha.

2006

Cerca de 22ha ardidos.

2007

Cerca de 15ha ardidos.

2008

Cerca de 6ha ardidos.

2009

Cerca de 5ha ardidos.

2010

Uma área com cerca de 80ha no Abano.

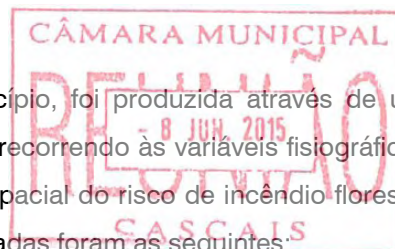
2011

Cerca de 90ha ardidos.

7.3. POTENCIAIS DISFUNÇÕES AMBIENTAIS

7.3.1. PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL E RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

A Carta de Risco de Incêndio Florestal, para este município, foi produzida através de um modelo desenvolvido pelo Instituto Geográfico Português, recorrendo às variáveis fisiográficas que podem explicar, de forma relevante, a variabilidade espacial do risco de incêndio florestal dentro da área do município. As variáveis fisiográficas utilizadas foram as seguintes:



- Declives;
- Exposição solar;
- Demografia (densidade populacional por km²);
- Uso e ocupação do solo (vegetação);
- Rede viária (distância e densidade);
- Vigilância (bacias de visão da rede de postos de vigia).

Para o cálculo do índice de risco de incêndio foi utilizado um modelo simples aditivo ponderado, criado a partir do modelo proposto por Almeida et al., (1995).

A carta de índice de risco de incêndio é obtida através da sobreposição das diversas cartas anteriormente produzidas, reclassificadas em função do seu contributo para o perigo potencial de incêndio. O modelo é organizado de modo a que o índice de risco de incêndio varie entre zero (perigo mínimo) e mil (perigo máximo). A grande amplitude de valores do índice permite reclassificar as cartas com valores inteiros (sem perda de rigor), e trabalhar os ficheiros. O cálculo dos coeficientes a afetar a cada variável ou "layer" foi ponderado utilizando uma análise de processamento hierárquico, que com base nos trabalhos já efetuados, e na experiência dos inquiridos (foi utilizada uma metodologia de ponderação por inquérito), tornou possível quantificar o coeficiente de risco a afetar a cada situação.

As variáveis que mais contribuem para o aumento do risco de incêndio são: o tipo de vegetação (principalmente o estrato arbustivo e florestas contínuas da mesma espécie), os declives acima de 30%, a proximidade da rede viária e os locais ocultos relativamente à vigilância. Para a realização da cartografia de risco, foram utilizadas diversas fontes e valores de referência, tais como, os valores económicos referidos nas Estratégia Nacional para as

Florestas, e para os valores de reconstrução para o ano de 2007 utilizaram-se os valores publicados na Portaria n.º 1152/2006, de 30 de Outubro.

O Dano Potencial de um elemento é o produto do seu Valor Económico pela Vulnerabilidade que lhe é intrínseca. Um elemento que tenha elevado valor económico mas seja totalmente invulnerável, terá um dano potencial nulo por quanto não será afetado pelo fenómeno. Inversamente, o dano potencial será tanto maior quanto a vulnerabilidade seja próxima de 1 e o seu valor económico elevado.

Assim a Vulnerabilidade expressa o grau de perda a que um determinado elemento em risco está sujeito. Elemento em risco é uma designação genérica para as populações, bens, atividades económicas, etc., expostos à perigosidade e deste modo, em risco (admitindo que tenham valor). A vulnerabilidade é expressa numa escala de zero a um, em que zero significa que o elemento é “resistente” ao fenómeno, não ocorrendo qualquer dano, e um significa que o elemento é totalmente destrutível pelo fenómeno.

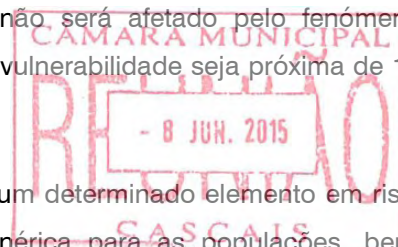
O Valor Económico é o valor de mercado em euros (ou na divisa aplicável ao local) dos elementos em risco. Permite quantificar o investimento necessário para recuperar um elemento, em função da sua vulnerabilidade, após destruição ou perda de performance por exposição a um fenómeno danoso.

Resultaram como produtos finais desta metodologia dois Mapas:

7.3.1.1. MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL

Contabiliza o risco estrutural. É através da análise deste mapa que são definidas a maioria das ações de prevenção.

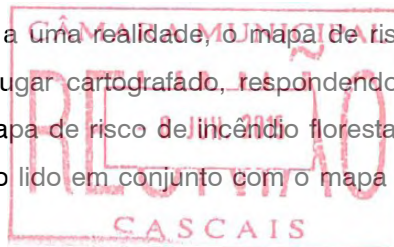
Combinando a probabilidade e a suscetibilidade, este mapa apresenta o potencial de um território para a ocorrência de “incêndios”, ou seja, permite responder “onde tenho maior potencial para que o “incêndio” ocorra e adquira maior magnitude”. O mapa de perigosidade é particularmente indicado para ações de prevenção. Verifica-se que para o concelho de Cascais a perigosidade é alta e muita alta nas freguesias de Alcabideche e Cascais e em algumas áreas dispersas nas restantes freguesias. É também nestas freguesias que se encontram as maiores manchas florestais e zonas de incultos, que confinam com os aglomerados populacionais.



7.3.1.2. MAPA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

Contabiliza além do risco estrutural a vulnerabilidade e o valor económico.

O mapa de risco combina as componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) para indicar qual o potencial de perda em face do “incêndio”. Quando o “incêndio” passa de uma hipótese a uma realidade, o mapa de risco informa o leitor acerca do potencial de perda de cada lugar cartografado, respondendo à questão “onde tenho condições para perder mais?”. O mapa de risco de incêndio florestal é particularmente indicado para ações de prevenção quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade, e para planeamento de ações de supressão.



Da análise deste mapa, verifica-se que as freguesias de Cascais, Parede, Estoril, Carcavelos e Alcabideche têm um risco de incêndio muito elevado, no entanto, salienta-se o facto que são também estas freguesias que detêm uma maior e mais elevada percentagem de áreas sociais (ver mapa de perigosidade de incêndio florestal do concelho), que estão diretamente associadas a um valor económico muito elevado e a um valor relativamente elevado de vulnerabilidade. No entanto, constatou-se que as áreas sociais das freguesias de Alcabideche e Cascais merecem especial atenção pois estas limitam com áreas florestais e áreas de matos, sendo que na ocorrência de um incêndio florestal a probabilidade de perda de pessoas e bens é muito mais elevada.

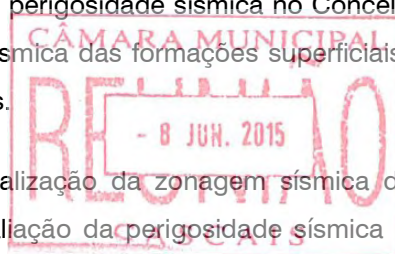
7.3.2. ZONAGEM SÍSMICA DAS FORMAÇÕES SUPERFICIAIS E AVALIAÇÃO DA PERIGOSIDADE SÍSMICA NO CONCELHO DE CASCAIS

No âmbito do contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Cascais e a Universidade de Lisboa para o Estudo de avaliação do risco de “tsunami” e perigosidade sísmica no Concelho de Cascais, elaborou-se um relatório sobre a Zonagem Sísmica das formações superficiais e avaliação da Perigosidade Sísmica no Concelho de Cascais.

Os objetivos principais desse trabalho consistiram na realização da zonagem sísmica das formações superficiais do Concelho de Cascais e na avaliação da perigosidade sísmica do Concelho, incluindo o comportamento sísmico das camadas superficiais.

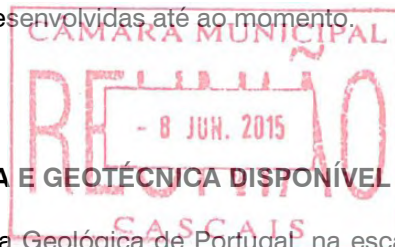
Para se atingirem os objetivos propostos será ainda necessário desenvolverem-se algumas das seguintes tarefas:

- 1 Levantamento da informação geológica e geotécnica disponível. Será realizada a análise de relatórios de sondagens e de bibliografia da especialidade.
- 2 Tratamento da informação geológica e geotécnica coletada com o objetivo de estimar espessuras dos solos de alteração e das formações superficiais, assim como algumas propriedades físicas (densidades e velocidades das ondas de corte).
- 3 Realização de medidas de vibrações ambientais, em locais a selecionar de acordo com a análise das condições geológicas e geotécnicas realizada anteriormente. A partir da análise destes dados será possível elaborar cartas de períodos dominantes de vibração do solo, estimar a profundidade das formações superficiais e estimar perfis de velocidade das ondas de corte. Esta tarefa está intimamente relacionada com a anterior, e serão realizadas conjuntamente.
- 4 Classificação das formações superficiais em termos de VS30. Este valor será estimado a partir dos resultados obtidos nas tarefas 2 e 3. Apresentar-se-á uma carta de zonamento do Concelho (em termos de VS30) que irá refletir o comportamento sísmico das formações superficiais.
- 5 Avaliação da perigosidade sísmica do Concelho de Cascais. Identificação e caracterização das principais zonas de geração sísmica. Determinação da aceleração máxima expectável para diferentes períodos de retorno (por exemplo, 95, 475 e 975 anos), assim como as acelerações espectrais a 1Hz e a 2,5 Hz. Determinação da aceleração de pico, assim como as acelerações espectrais, para 2 sismos de cenários correspondentes a um sismo próximo e a um sismo afastado.



O presente relatório, realizado 3 meses após a adjudicação do trabalho, apenas aborda o ponto de situação relativo às tarefas 1, 2 e 5. As tarefas 3 e 4 ainda não foram iniciadas, pois só poderão ser realizadas após se obterem dados resultantes da caracterização geotécnica a desenvolver na tarefa 2.

Apresenta-se, seguidamente, uma síntese das atividades desenvolvidas até ao momento.



7.3.2.1. LEVANTAMENTO DA INFORMAÇÃO GEOLÓGICA E GEOTÉCNICA DISPONÍVEL

A área do concelho de Cascais está representada na Carta Geológica de Portugal, na escala 1:50 000, folhas 34-C Cascais (Ramalho et al., 1999, 2001) e 34-A Sintra (Kulberg et al, 1991, Ramalho et al., 1993), disponíveis em formato de papel e digital.

No Sistema de Informação Geográfica a preparar será utilizada a informação referente às folhas 415, 416, 429 e 430, na escala 1:25 000.

A análise da Carta Geológica (Figura nº 52) permite verificar a existência de formações de idades compreendidas entre o Jurássico e a atualidade. Considerando a utilização desta informação na zonagem sísmica das formações superficiais as diversas formações geológicas, agruparam-se em 2 conjuntos: formações de cobertura e formações do substrato.

Do ponto de vista tectónico é possível definir 2 unidades estruturais, recortadas por um sistema de falhas e filões: o Complexo anelar subvulcânico de Sintra e a região tabular de Lisboa.

A geodinâmica externa, condicionada pela estrutura geológica e pela presença de materiais com diferente resistência à erosão permitiu a formação do relevo atual.

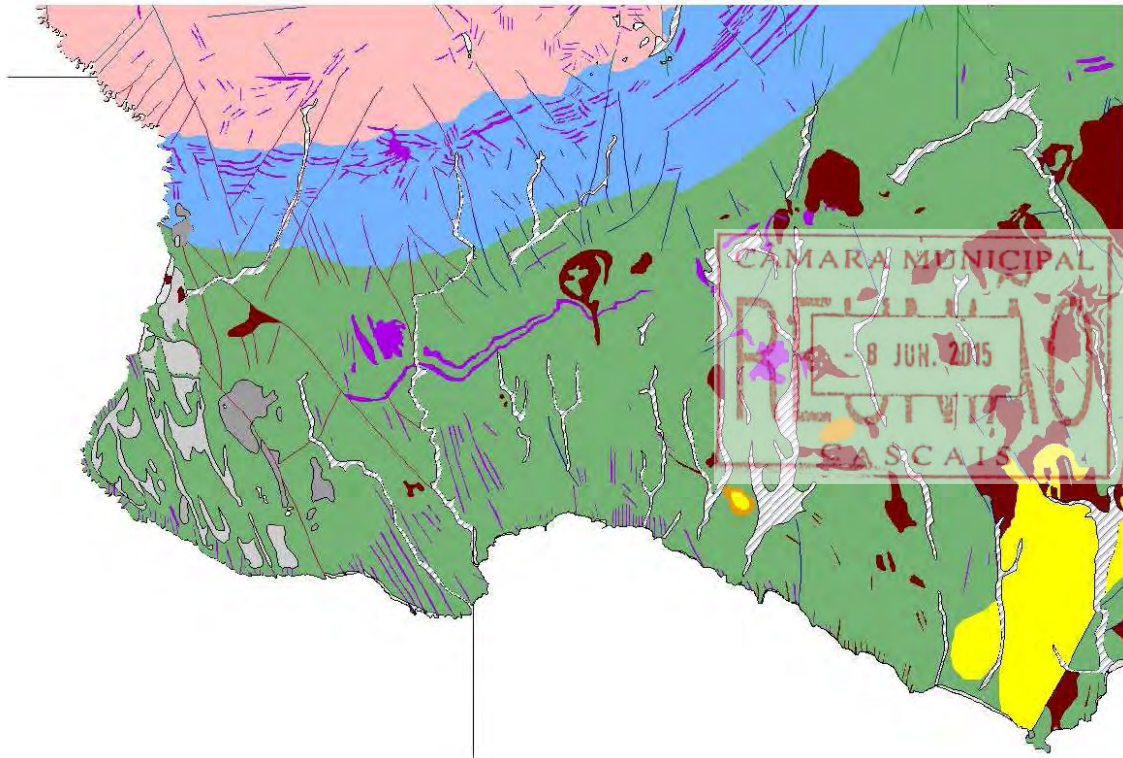


Figura nº 52
Carta geológica simplificada do Concelho de Cascais

Fonte: Carta Geológica de Portugal em formato digital fls 415, 416, 429 e 430, na escala 1:25 000, da.

A informação existente na carta geológica é importante na avaliação dos efeitos de sítio mas insuficiente, pois é ainda necessário estimar espessuras dos solos de alteração e das formações superficiais, assim como algumas propriedades físicas fundamentais (densidades e velocidades das ondas de corte).

Entre as principais dificuldades salienta-se a pouca importância atribuída às formações superficiais, nem sempre cartografadas, como é o caso dos aterros. Para atingir os objetivos propostos torna-se, assim, necessário melhorar a informação existente, através da análise das características geomorfológicas e dos dados de sondagem existentes.

Os dados de sondagem permitirão reconhecer as características geológicas e geotécnicas dos terrenos intersectados e definir o modelo geológico local. A interpretação da cartografia geológica e da geomorfologia permitirão criar um modelo geológico e, eventualmente, o modelo geotécnico.

Dado que nas zonas em que não existem formações de cobertura e nas zonas onde os maciços rochosos se encontram pouco alterados, não são previsíveis efeitos de sítio resultantes da

características dos terrenos superficiais, a análise nessas zonas, que correspondem a parte importante da área do concelho, poderá ser menos aprofundada concentrando-se os esforços nas zonas onde se preveem situações mais desfavoráveis e onde se realizarão as medidas de vibrações ambientais.

7.3.2.2. CONSTRUÇÃO DE UM CATÁLOGO SÍSMICO PARA O CONCELHO DE CASCAIS



Enquadramento

A existência de um catálogo sísmico atualizado é de primordial importância para servir de suporte aos estudos de perigosidade a realizar para o Concelho de Cascais. Pretende-se elaborar um catálogo sísmico que compreenda o período histórico e o período instrumental, até ao período mais recente acessível à data da elaboração do relatório final.

Atendendo ao conhecimento atual sobre a atividade sísmica que pode afetar com movimentos fortes o Concelho de Cascais, foi decidido restringir a área de trabalho ao retângulo definido pelas latitudes 35ºN a 43ºN e longitudes de 5.5ºW a 13ºW.

Não sendo possível realizar no âmbito deste trabalho uma revisão exaustiva de todos os catálogos publicados para a área de Portugal Continental, procedeu-se a uma análise e compilação dos catálogos mais utilizados em estudos recentes de perigosidade sísmica.

Esta compilação baseou-se na avaliação da qualidade dos elementos disponíveis levando à definição de um esquema de prioridades para o uso de cada um dos catálogos. Essa ordenação será definida por janelas temporais.

Informação sísmica disponível

A realização desta tarefa apoia-se na compilação da informação contida em três catálogos sísmicos publicados para a região de Portugal Continental:

- (i) O catálogo de Martins e Mendes-Victor (1990), que se referenciará por IGIDL1990;
- (ii) O catálogo de Sousa et al. (1992), que se referenciará por LNEC1992;
- (iii) O catálogo de Carrilho et al. (2004), que se referenciará por IM2004.

O catálogo IGIDL1990, inicialmente publicado em 1990, foi posteriormente atualizado em 2001 (Martins e Mendes-Victor, 2001). Na sua versão inicial ele dispõe de informação sísmica entre 63AC e 28/Setembro/1990 02:08. O catálogo LNEC1992 inclui eventos desde 33 DC a 26/Junho/1991 às 12:34. O catálogo IM2004 abrange o período de 1970 a 2000.

Trabalho realizado

Nos primeiros 3 meses de desenvolvimento deste trabalho a atividade realizada concentrou-se na reunião da informação sísmológica mais recente, disponível nos boletins publicados pelo Instituto de Meteorologia. Estes boletins, em formato pdf e GSE, estão disponíveis para descarga no sítio Internet do IM para utilizadores registados. Os boletins são publicados mensalmente.

Começou-se por fazer uma recolha sistemática dos boletins publicados em formato digital GSE até Outubro de 2011. Seguidamente estes dados foram convertidos em formato Nordic (usado pelo conjunto de programas SEISAN para análise de registos sísmicos).

No passo seguinte procedeu-se à filtragem dos dados, eliminando os eventos declarados como explosões ou possíveis explosões, e restringindo a informação disponível à área de trabalho definida. Também são eliminados os eventos sem magnitude atribuída.

Para testar a qualidade dos dados assim obtidos, procedeu-se seguidamente a uma avaliação preliminar da sismicidade na região Sul de Portugal, a zona mais ativa e responsável pela geração de grandes sismos e tsunamis como o de 1 de Novembro de 1755.

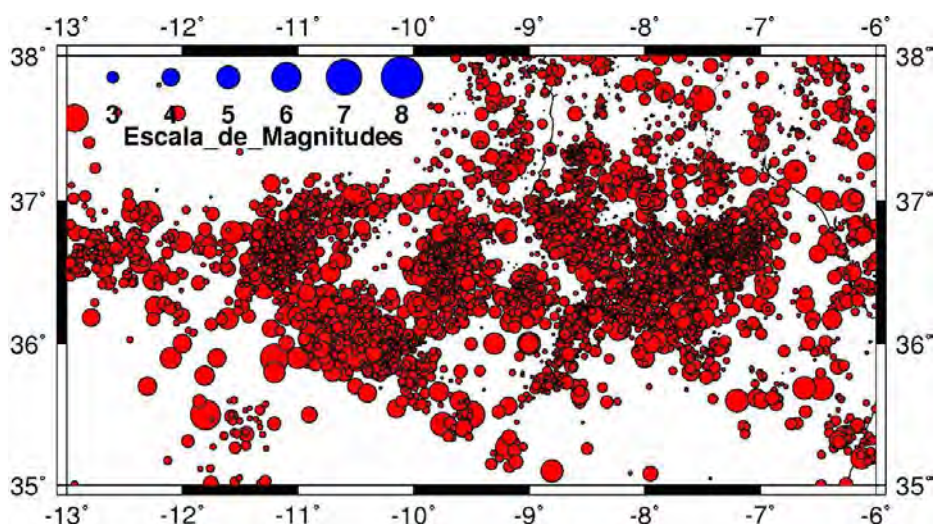


Figura nº 53
Distribuição de epicentros do catálogo provisório para a região Sul de Portugal

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.

A Figura nº 53 mostra para a zona Sul de Portugal o conjunto de epicentros que resulta da conjugação da informação nova com a informação disponível nos catálogos publicados.

Nesta região definiu-se uma zona de geração sísmica que inclui as possíveis fontes de geração de grandes sismos e “tsunamis” como o de 1 de Novembro de 1755. Esta zona (fig. nº 54) encontra-se representada tendo como fundo a taxa de deformação sísmica calculada a partir do catálogo de trabalho provisório.

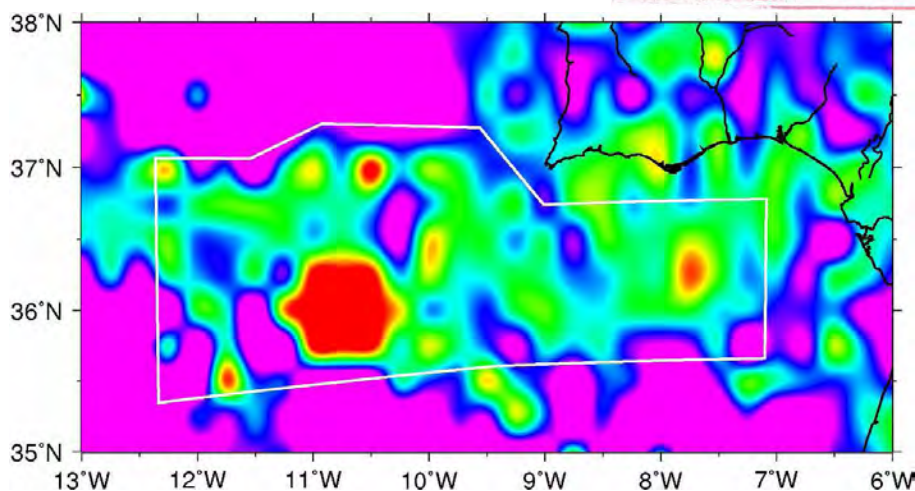


Figura nº 54

Definição preliminar da área de geração sísmica para o evento de 1/11/1755 e similares

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.

Para analisar a taxa de ocorrência sísmica e identificar períodos diferentes no catálogo disponível, efetuou-se a remoção de réplicas e percursos do catálogo de trabalho provisório. A observação do número acumulado de sismos com o tempo (fig. Nº 55) permitiu a identificação de 1 período histórico e 3 períodos instrumentais:

Histórico: [-33 1909]

Instrumental-1: [1910 1974]

Instrumental-2: [1975 1995]

Instrumental-1: [1996 2011]

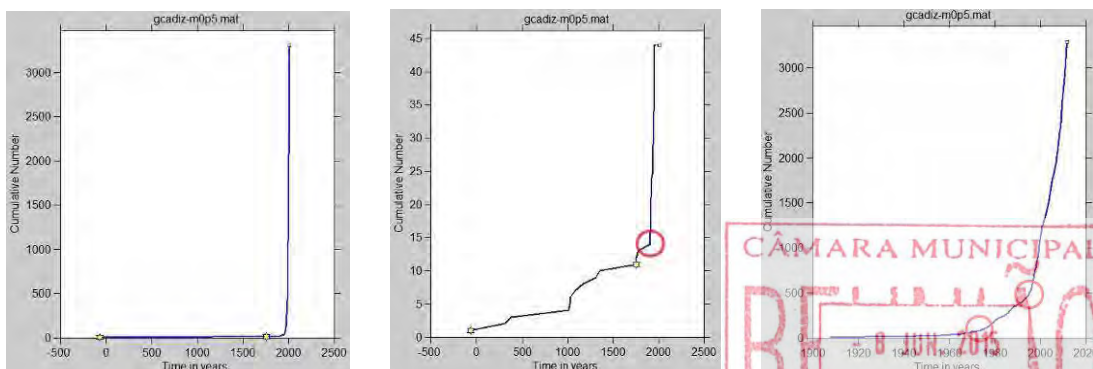


Figura nº 55

Variação do número acumulado de sismos com o tempo, catálogo de trabalho provisório para a região fonte a Sul de Portugal.

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.

Cada um dos 3 períodos instrumentais do catálogo sísmico foi investigado de forma a identificar os parâmetros característicos da lei de Gutenberg-Richter (fig. Nº 56).

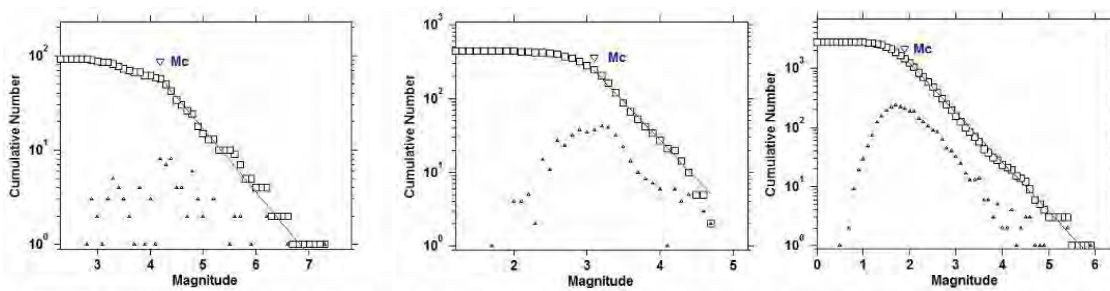


Figura nº 56

Determinação dos parâmetros da lei de Gutenberg-Richter para cada um dos 3 períodos instrumentais identificados no catálogo de trabalho provisório para a região fonte a Sul de Portugal.

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.

Finalmente, procedeu-se à verificação do modelo de recorrência calculando a velocidade relativa das placas que poderia ser responsável pela geração da sismicidade. Para este efeito utilizou-se um modelo de geração simples (fig. nº 57) onde se considera que toda a atividade sísmica ocorre numa única falha.

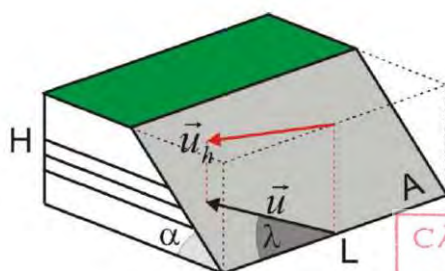


Figura nº 57

Modelo simplificado de geração sísmica para avaliar a compatibilidade do modelo de recorrência com a movimentação tectónica.

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.



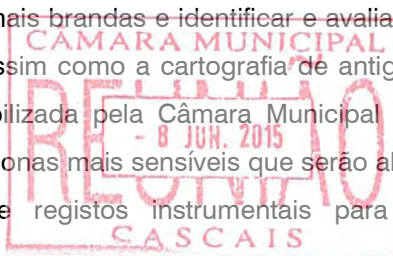
Usando os resultados obtidos anteriormente, para uma área fonte com uma extensão de 500 km, obtém-se uma taxa de deformação sísmica de 3.6 mm/ano. Este valor é muito próximo do que tem sido publicado para esta região de fronteira de placas, entre 4 e 5 mm/ano, o que é bastante encorajador.

Trabalho futuro

A análise preliminar, aqui efetuada apenas para uma região fonte, será estendida a todas as possíveis zonas fonte capazes de afetar o Concelho de Cascais de forma a se elaborar o catálogo definitivo que servirá de base ao cálculo probabilista da Perigosidade Sísmica.

7.3.2.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da informação geológica, se bem que preliminar, permitiu identificar já algumas situações que precisarão de um estudo mais aprofundado. Apenas a informação recolhida em dados de sondagens permitirá caracterizar as formações mais brandas e identificar e avaliar a possível existência de efeitos de sítio. Essa informação, assim como a cartografia de antigas pedreiras e aterros existentes, será brevemente disponibilizada pela Câmara Municipal de Cascais e, só após a sua análise, se poderá seleccionar as zonas mais sensíveis que serão alvo de estudos mais detalhados, incluindo a recolha de registos instrumentais para a caracterização de sítio.



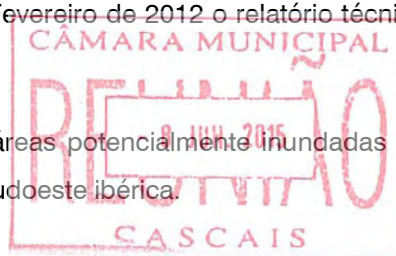
A elaboração de um catálogo sísmico atualizado é de primordial importância para a avaliação da perigosidade sísmica. Apresentou-se, neste primeiro relatório, uma metodologia que permite caracterizar a atividade sísmica de determinada zona. Esta metodologia será estendida a todas as zonas sismogénicas importantes para o Concelho de Cascais, ao mesmo tempo que se vai atualizando o catálogo sísmico.

No final, far-se-á a avaliação probabilística da perigosidade sísmica, calculando-se a aceleração máxima expectável, assim como a aceleração espectral, para diferentes períodos de retorno tomando em consideração não só as zonas de geração sísmica como o comportamento sísmico dos terrenos.

7.3.3. RISCO DE INUNDAÇÃO POR TSUNAMI DO CONCELHO DE CASCAIS

Está a ser finalizado um estudo de avaliação de inundação por tsunami no concelho de Cascais, elaborado pelo Instituto Dom Luiz em colaboração com o grupo de investigação “Coastal and Tsunami Hazards”, tendo sido entregue em Fevereiro de 2012 o relatório técnico preliminar, no qual se baseia este capítulo.

O objetivo deste estudo prende-se com a avaliação das áreas potencialmente inundadas no concelho de Cascais por um tsunami gerado na margem sudoeste ibérica.



Do conhecimento que temos do passado sabemos que existe uma probabilidade significativa de ocorrência de tsunamis nas costas portuguesas. Nalguns casos observou-se a inundação extensa da costa, tendo sido galgadas barreiras naturais e artificiais como no caso bem conhecido do tsunami de 1 de Novembro de 1755. No século passado os sismos de 25 de Novembro de 1941, 28 de Fevereiro de 1969 e 26 de Maio de 1975 geraram tsunamis que foram claramente registados na estação maregráfica de Cascais.

A determinação da área potencialmente inundada por um tsunami, assenta na utilização de técnicas de modelação numérica correspondentes a três cenários compatíveis com o conhecimento geológico da região, e capazes de reproduzir as seguintes situações:

- a) Um tsunami gerado por um sismo de magnitude 8.5-8.75 considerado neste trabalho como o pior cenário possível;
- b) Um tsunami gerado por um sismo de magnitude 8 gerado na zona da planície abissal da Ferradura;
- c) Um tsunami gerado por um sismo de magnitude 8.3 gerado na Falha da Glória.

Os três cenários escolhidos tentarão reproduzir grosso modo as situações ocorridas a 1 de Novembro de 1755, 25 de Novembro de 1941 e 28 de Fevereiro de 1969 e predizer quais as ações a desenvolver pelas autoridades locais em cada um dos casos.

Pretende-se com este estudo conhecer a propagação da onda de tsunami ao longo da faixa costeira do concelho de Cascais e qual o seu impacto estimável para cada um dos cenários, sendo a área de estudo os cerca de 24 Km da orla costeira do concelho.

É junto à linha de costa, especialmente na costa Sul, que se encontram os principais aglomerados urbanos assim como as principais infraestruturas, e conseqüentemente, onde existe maior densidade de ocupação. A figura seguinte mostra a distribuição da densidade populacional ao na faixa costeira da área de estudo.

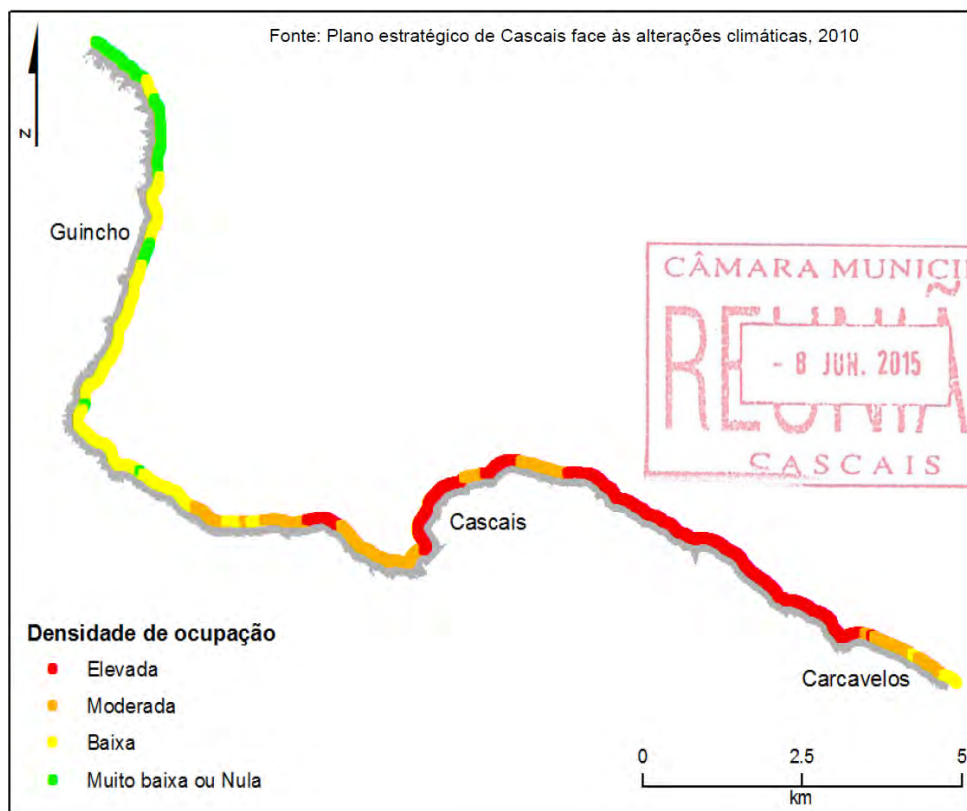


Figura nº 58

Densidade de ocupação no litoral do concelho de Cascais

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.

Em caso de ocorrência de tsunami naturalmente que as praias são os locais mais vulneráveis. Existindo ao longo dos 24km de linha costeira do município dezassete praias:

| | | | |
|---------------------|--------------------|-------------|-----------|
| Abano | Avencas | Azarujinha | Bafureira |
| Carcavelos | Conceição | Cresmina | Duquesa |
| Guincho | Moitas | Parede | Poça |
| Rainha | Ribeira de Cascais | Santa Marta | |
| S. Pedro do Estoril | Tamariz | | |

7.3.3.1. TSUNAMIS OBSERVADOS EM PORTUGAL

A lista de *tsunamis* na costa portuguesa pode ser resumida na tabela da figura seguinte:

| Data aa mm dd | Hora do sismo Hh mm ss | Causa | Sub-região | Localização da fonte | | | H Depth (profundidade) | I Sieberg Ambraseys | R - Run-up (m) Espraiamento | A - Max Amplitude (m) Registada pelos marégrafos |
|------------------|---------------------------|-------|------------|----------------------|----------------|----|------------------------------|------------------------|--------------------------------|--|
| | | | | N Latitude | E Longitude | | | | | |
| 60 BC | D | ER | SWIT | 36.00 | -10.70 | - | 4 | - | - | |
| 382 AD | D | ER | SWIT | 36.00 | -09.50 | - | 4 | - | - | |
| 1531.01.26 | 04:30:00 | ER | TE | 38.90 | -09.00 | - | 4 | - | - | |
| 1722.12.27 | 17:30:00 | ER | SWIT | 37.02 | -07.48 | - | 3 | - | - | |
| 1755.11.01 | 09:40:00 | ER | SWIT | 36.70 | -09.80 | - | 6 | > 10 | - | |
| 1755.11.16 | 15:30:00 | ER | SWIT | 43.40 | -11.00 | - | 2 | - | - | |
| 1756.03.29 | D | ER | TE | 38.70 | -9.20 | - | 2 | - | - | |
| 1761.03.31 | 12:01:00 | ER | GFD | 34.50 | -13.00 | - | 3 | 2.4 | - | |
| 1926.12.18 | 14:45:00 | ER | TE | 38.70 | -9.20 | - | 2 | - | - | |
| 1929.11.18 | 20:32:00 | ES | GB | 44.50 | -56.30 | - | 1 | - | 0.19 (Leixões) | |
| 1930.03.04 | 18:03:00 | ESA | MAD | 32.65 | -16.97 | - | 4 | > 5 | - | |
| 1941.11.25 | 18:04:00 | ER | GFD | 37.42 | -19.01 | 25 | 1 | - | 0.10 (Lagos) | |
| 1969.02.28 | 02:40:32 | ER | SWIT | 36.01 | -10.57 | 22 | 2 | - | 0.30 | |
| 1969.07.17 | 05:00:00 | D | D | D | D | - | 1 | - | 0.13 (Lagos) | |
| 1975.05.26 | 09:11:51 | ER | GFD | 35.90 | -17.50 | 15 | 1 | - | 0.30 (Lagos) | |

Figura nº 59

Data – data dos acontecimentos; Hora de ocorrência; Cause: ER (Sismoe); ESA (Escorregamento sub-aéreo); ES (Escorregamento Submarino); Sub-regiões da região Atlântica (AT) region: SWIT - Southwest Iberian Transpressive zone; TE – Tagus Estuary; GFD – Gloria Fault Domain; GB – Grandes Bancos; MAD – Madeira. Lat and Lon Latitude and Longitude in degrees; H – focal depth in km; I- intensidade do tsunami (escala de Sieberg Ambraseys); R – run-up height in (m); A - Amplitude Max – amplitude máxima registada nos marégrafos; D desconhecida.

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.

No que diz respeito à região em estudo – orla marítima do concelho de Cascais podemos presumir que os sismos dos anos 60 AC e de 382 DC terão sido sentidos em Cascais e que os respetivos tsunamis terão sido observados.

O evento de 26 de Janeiro de 1531 tem em Cascais uma intensidade V, no entanto não existem, ou não foram encontrados, relatos da agitação do mar nesta zona.

Na figura seguinte representam-se os principais tsunamis que afetaram a costa portuguesa, na sua maioria, relevantes para a avaliação da perigosidade em Cascais:

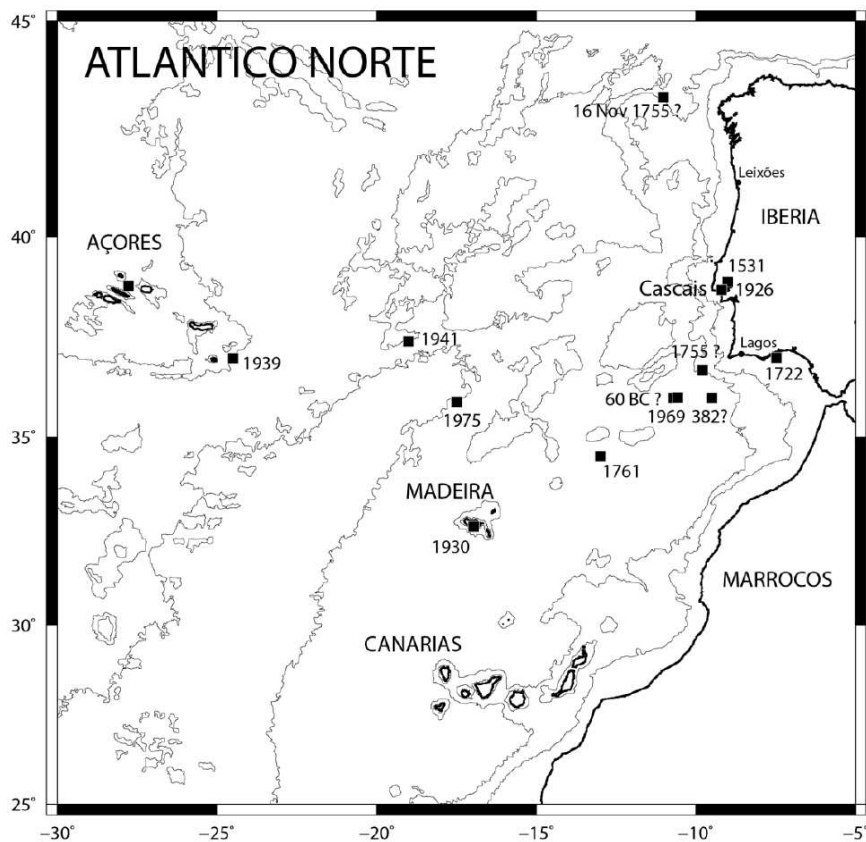
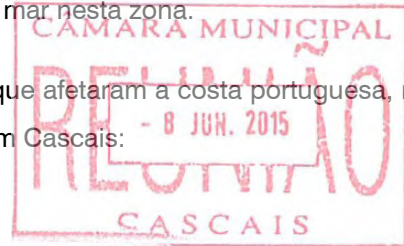


Figura nº 60

Localização das fontes tsunamigénicas identificadas na região oeste-ibérica. No caso dos acontecimentos não instrumentais a localização corresponde à melhor determinação publicada na literatura científica.

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.

7.3.3.2. FONTES SÍSMICAS

Regiões Tsunamigénicas

A sismicidade que afeta o território de Portugal Continental resulta essencialmente do facto deste se localizar junto ao cruzamento de uma margem continental, de orientação aproximadamente norte-sul (relacionada com a abertura do Atlântico Norte) e da Zona de Fratura Açores Gibraltar, considerada como a fronteira de placas Eurásia-Africa e ainda dos sismos cujos epicentros se localizam em terra, ao longo dos principais acidentes tectónicos. São definidas as seguintes regiões tsunamigénicas (RT) como sendo as regiões tectonicamente homogéneas (associadas a um mesmo padrão de deformação) e suficientemente próximas da região alvo para puderem ser consideradas geradoras de riscos significativos (não foram considerados como fontes: os sismos dos Açores, o eventual colapso vulcânico das Canárias e os sismos gerados nas Caraíbas).

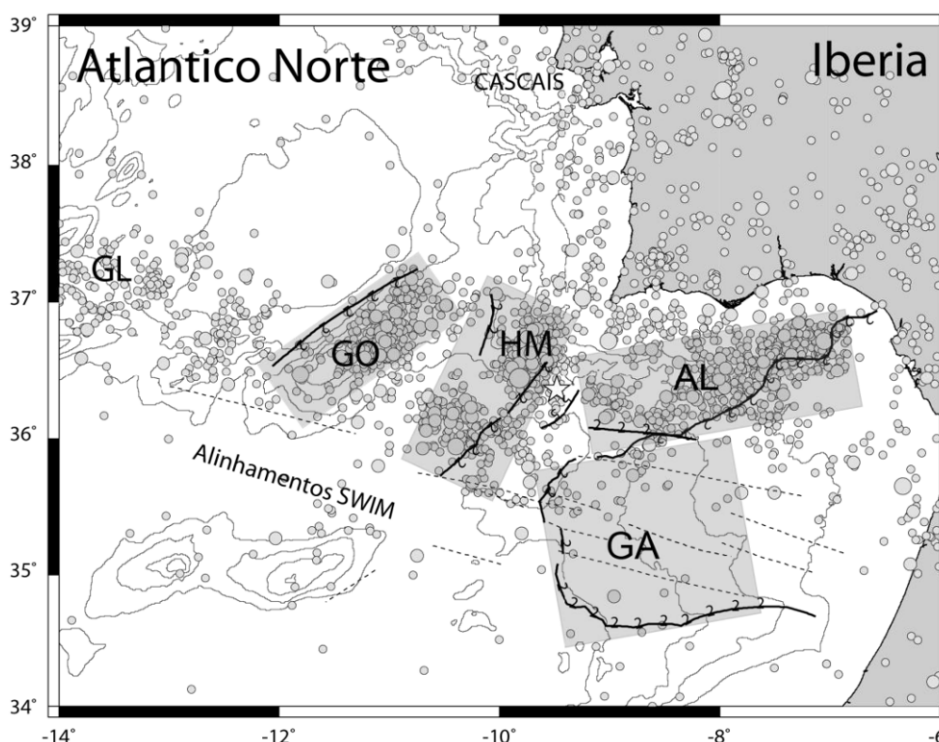


Figura nº 61
Regiões Fonte.

Em fundo: sismicidade no período 1970-2010. GL (Glória); GO (Gorringe); HM (Horseshoe e Marques de Pombal); AL (Algarve); GA (Gibraltar-Alboran). Os limites das zonas correspondem apenas à sua expressão superficial.

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.

7.3.3.3. FALHAS TIPO

As falhas tipo (FT) consideradas para cada zona fonte obedecem aos seguintes requisitos:

- (i) Terem sido positivamente identificadas por sismo-estratigrafia ou, nos casos em que esta identificação ainda não foi possível, terem sido deduzidas de análise morfo-estrutural de batimetria swath;
- (ii) Existirem indicações claras de atividade quaternária ou
- (iii) Terem sido identificadas através de informação sísmica instrumental.

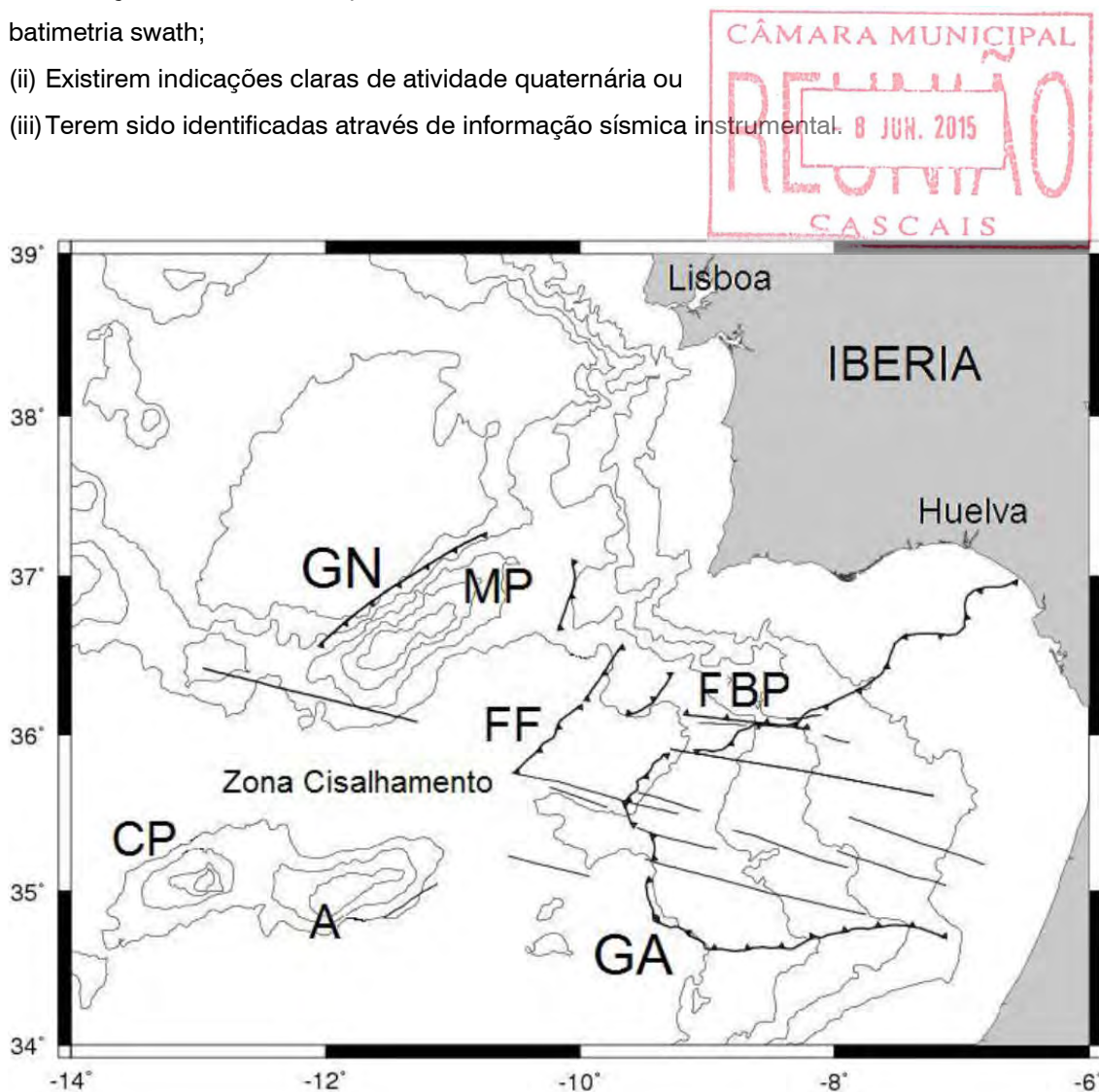


Figura nº 62

Principais estruturas sismogénicas do Golfo de Cadis:

GN (Gorringe Norte);
MP (Marques do Pombal);
FBP (Falha do Banco de Portimão);
GA (Prisma acrecionário de Gibraltar-Alboran).
Indica-se também a localização dos montes submarinos Coral Patch (CP) e Ampère (A).

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.

Na figura seguinte apresentam-se os parâmetros das falhas tipo associadas a estas estruturas.

| Falhas | L (km) | W(km) | slip(m) | Strike(°) | Dip(°) | Rake(°) | Mw |
|----------|--------|-------|---------|-----------|--------|---------|-----|
| FGA | 54 | | | 292.7 | | | 8.3 |
| | 22 | 200 | 11.1 | 334.6 | 25 | 90 | 8.0 |
| | 57 | | | 346.3 | | | 8.3 |
| FNG | 137 | 60 | 8.3 | 233.0 | 25 | 90 | 8.1 |
| FF | 106 | 70 | 10.7 | 222.1 | 25 | 90 | 8.2 |
| Ext. FMP | 86 | 70 | 8.0 | 200.0 | 25 | 90 | 8.0 |
| FBP | 100 | 55 | 7.2 | 267.3 | 25 | 90 | 8.0 |

Figura nº 63

Parâmetros das Falhas Tipo; FGA – Falha Gibraltar Alboran; FNG – Falha Gorringe Norte; FF- Falha da Ferradura; Ext. FMP – Extensão da Falha do Marquês de Pombal;
FBP – Falha do Banco de Portimão;
L- comprimento; W-largura; Slip-deslocamento ao longo do plano de falha; Strike-azimute; Dip-ângulo de mergulho; Mw – Magnitude do momento.

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.

7.3.3.4. OS CENÁRIOS DE TSUNAMI

Escolha de Cenários

O estudo publicado por Omira e coautores mostra claramente que os cenários de tsunami provenientes das zonas Gorringe Norte, Falha de Portimão e Gibraltar-Alboran têm um impacto significativamente menor na costa oeste portuguesa do que os tsunamis gerados nas outras regiões.

A utilização do cenário de tsunami da zona da Glória representa o caso de uma fonte distante.

Assim, apenas serão considerados quatro cenários de tsunami: um tsunami gerado por um sismo na zona da Glória e três cenários de tsunami gerados por sismos de magnitude 8, 8.5 e 8.8 na zona Ferradura – Marquês. As magnitudes de 8.5 e 8.8 correspondem aos limites mínimo e máximo da magnitude provável para o sismo de 1755.

Perturbação Inicial

A perturbação inicial do fundo do oceano foi determinada a partir do modelo de deslocação constante num semi-espaco elástico homogéneo. Admitiu-se também que a perturbação inicial da superfície do oceano reproduz a deformação elástica do fundo.

Modelo NLSW

A propagação no oceano foi calculada pela aplicação das equações de Navier Stokes para um fluido incompressível, na aproximação das águas pouco profundas (shallow-water). Neste trabalho utilizou-se o modelo COMCOT-Lx, baseado na versão original da Universidade de Cornellxvii. Este programa inclui a resolução das equações da hidrodinâmica: equação da continuidade e do momento, na aproximação das águas pouco profundas (shallow water equations) na opção linear ou não linear, esta última designada por NLSW (Non Linear Shallow Water) em oceano aberto e o cálculo do espraiamento (runup), da máxima distância de inundação, da área inundada e velocidades do fluxo em terra.



O modelo utilizado foi já objeto de benchmark no quadro do projeto europeu TRANSFER.

Construção do Modelo Digital de Elevação

O resultado das simulações de “runup” e de inundação, que são essenciais para o estudo da gravidade do impacto potencial de um tsunami, necessita da utilização de um modelo digital de terreno de alta resolução, particularmente rigoroso na região intertidal, e na região até à cota dos 20 m. A construção desse modelo ainda não foi iniciada.

Carta preliminar de máxima altura de onda

Na figura seguinte apresenta-se a carta de máxima altura de onda de um tsunami gerado por um sismo de magnitude 8.5 considerando como fonte sísmica a rotura da falha da Ferradura (FF ou HF), obtida com uma grelha de resolução de 200m a partir dos dados batimétricos disponíveis.

A análise da figura nº 64 mostra que os valores mais elevados se observam junto a Cascais e Carcavelos, com alturas de onda superiores a 8 metros. Nas restantes zonas do concelho as alturas de onda variam entre os 5m e os 8 metros.

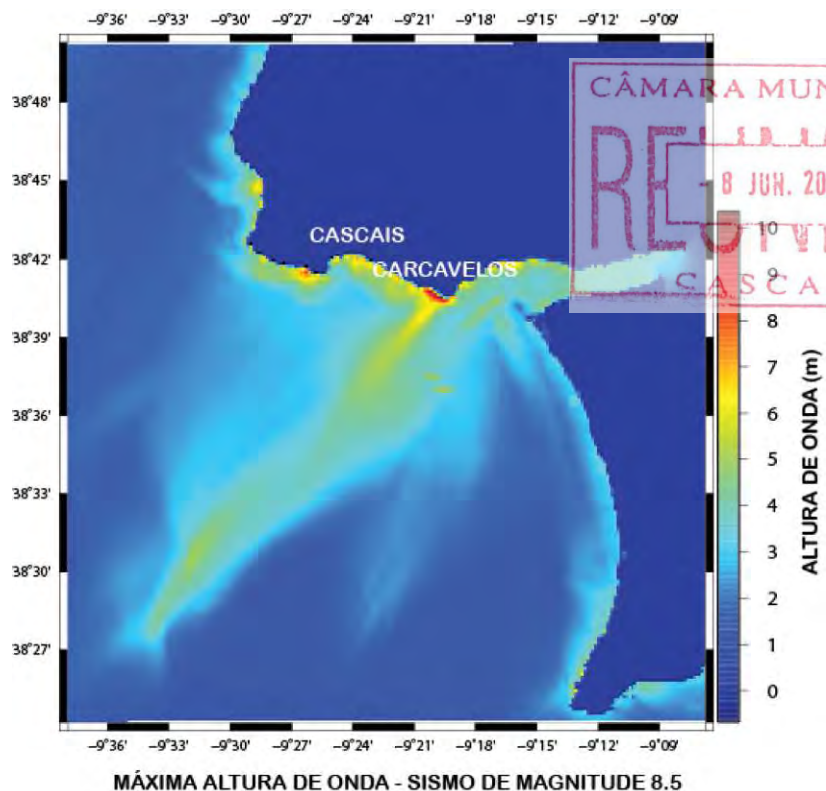


Figura nº 64

Carta de máxima altura de Onda para um tsunami gerado por um sismo de magnitude 8.5 na falha da Ferradura

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.

Análise Preliminar da Vulnerabilidade à Ocorrência de Tsunamis

Nesta análise preliminar da vulnerabilidade à ocorrência de tsunamis foram definidos seis Sectores de Norte para Sul, de forma a permitir que, numa fase posterior e com mais dados, seja efetuada uma análise mais detalhada das zonas costeiras mais expostas ao perigo em caso de ocorrência de tsunamis. Esses sectores são:

- I. Toda a costa Oeste do município até ao Cabo Raso.
- II. Entre o Cabo Raso e a Boca do Inferno.
- III. Da Boca do Inferno até à Praia da Rainha.
- IV. Zona do Monte do Estoril e Estoril.
- V. S. João do Estoril e S. Pedro do Estoril.
- VI. Parede e Praia de Carcavelos.



Figura nº 65

Área potencialmente inundável por um tsunami no Concelho de Cascais

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.

Sector I – Toda a costa Oeste do município até ao Cabo Raso.

O primeiro Sector inclui toda a costa Oeste do município de Cascais, onde as áreas potencialmente inundadas por um tsunami não teriam um impacto muito significativo sobre as atividades humanas, uma vez que a densidade de ocupação é bastante reduzida, pois toda esta faixa costeira integra o Parque Natural Sintra-Cascais. Ainda assim, grande parte da Estrada do Guincho situa-se em área inundável, sendo muito provavelmente afetada.

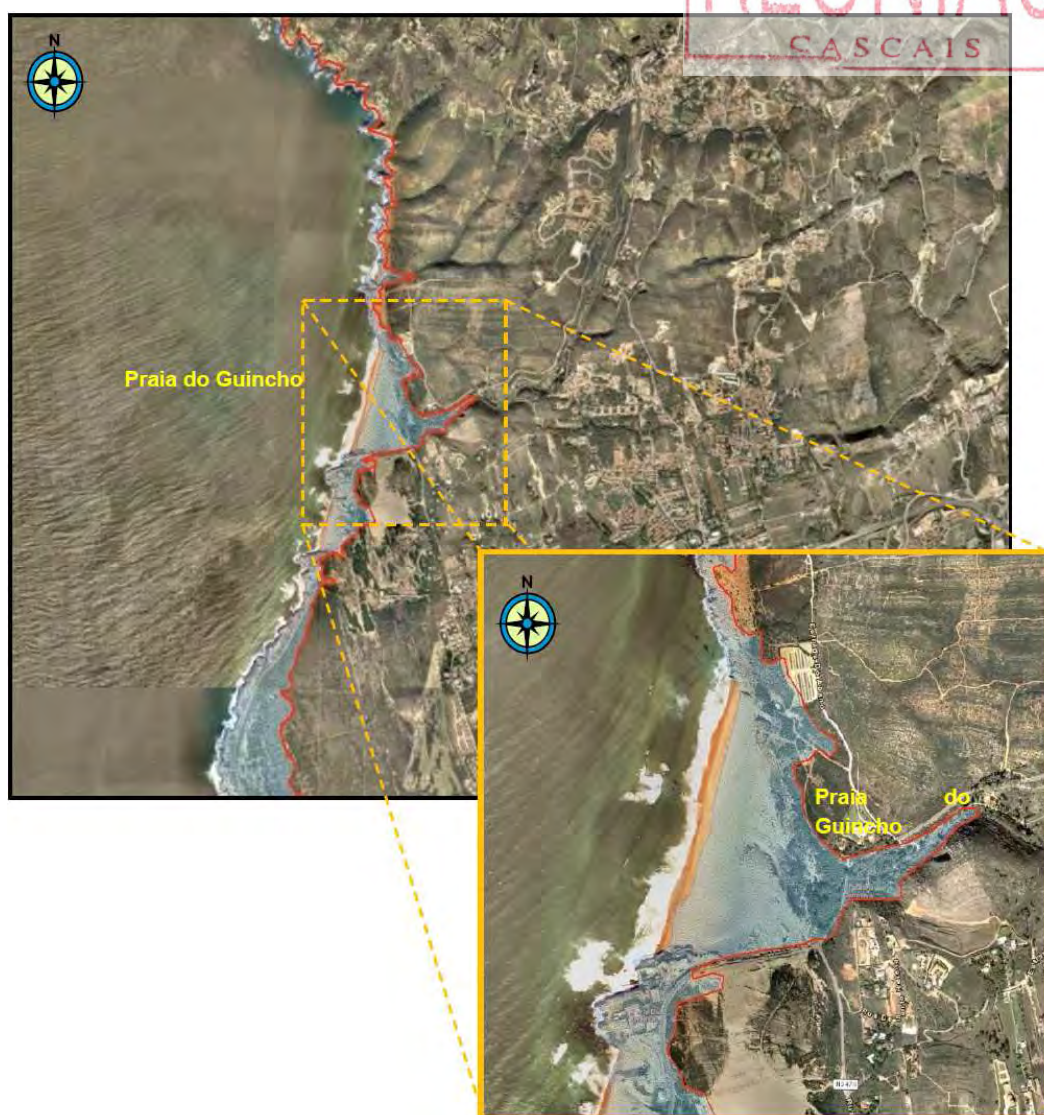


Figura nº 66

Área potencialmente inundável - Sector I

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.

Sector II - Entre o Cabo Raso e a Boca do Inferno.

Neste sector a densidade populacional é menor e a linha de costa é caracterizada por ser rochosa e em arriba. Assim, encontram-se potencialmente em zona de perigo, todas infraestruturas situadas entre a Av. da Nossa Senhora do Cabo e o oceano, como por exemplo o Forte de S. José.



Figura nº 67

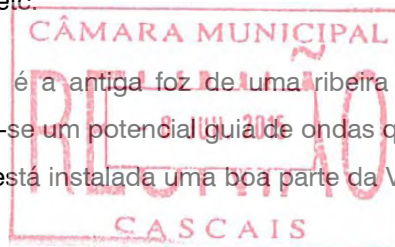
Área potencialmente inundável - Sector II

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.

Sector III - Da Boca do Inferno até à Praia da Rainha.

Este sector é um dos mais vulneráveis devido a uma elevada densidade populacional. A zona inclui a “baixa” e centro histórico da Vila de Cascais, onde se encontram também inúmeras infraestruturas de apoio com grande capacidade de atracção de população, paços do concelho, junta de freguesia, restaurantes, área comercial, etc.

Como a toponímia da Praia da Ribeira indica, esta área é a antiga foz de uma ribeira ali existente e que se encontra atualmente encanada tornando-se um potencial guia de ondas que permite que a água entre pelo antigo leito da ribeira onde está instalada uma boa parte da Vila de Cascais.



A suscetibilidade desta área a inundações vem mencionada inclusive nos relatos do sismo de 1755: “e no mesmo tempo entrou o mar pela vila dentro e chegou até ao Poço Velho e Santa Clara o qual fez grave estrago pelas ruas onde passou, e na ribeira fez despedaçar todas as embarcações e barco de pescas”.

Assim, o centro histórico da vila, cuja cota topográfica máxima não ultrapassa os 20 metros encontra-se na área potencialmente inundável por um tsunami.



Figura nº 68

Área potencialmente inundável - Sector III

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.

Sector IV – Entre a zona do Monte do Estoril e Estoril.

Nesta área a zona inundável inclui o jardim bem como a zona entre a marginal e a linha férrea. A zona inclui ainda edifícios habitacionais e hotéis Vila Galé, Hotel Estoril Palácio e Hotel Cascais Miragem (entre outros).



Figura nº 69
Área potencialmente inundável - Sector IV

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.

Sector V – S. João do Estoril e S. Pedro do Estoril.

A área residencial a Sul da linha férrea encontra-se na zona potencialmente inundável assim como, a própria linha de caminho-de-ferro que poderá também ser atingida.

Uma zona particularmente vulnerável é a área do Vale de St^a. Rita uma vez que inclui o antigo leito de uma ribeira, através do qual a água poderá progredir.



Figura nº 70

Área potencialmente inundável - Sector V

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.

Sector VI – Parede e Praia de Carcavelos.

Este último Sector que engloba toda a zona costeira entre a Praia da Parede e a Praia de Carcavelos até à linha férrea, afigura-se como sendo uma área particularmente vulnerável devido à sua orografia. Nesta área, para além de edifícios habitacionais, encontram-se outras infraestruturas importantes, como por exemplo o *Saint Julian's School*.



Figura nº 71

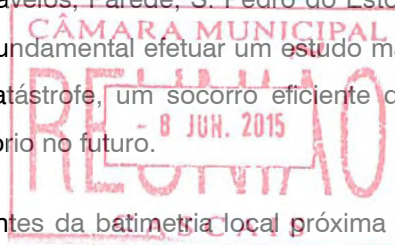
Área potencialmente inundável - Sector VI

Fonte: Serviço Municipal de Proteção Civil, 2012.

7.3.3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise preliminar realizada podemos inferir que a faixa sul entre Cascais e Carcavelos é a zona mais vulnerável uma vez que é aquela onde a densidade populacional é mais elevada e na qual se observa a maior altura de onda. Nesta faixa encontram-se as áreas mais baixas dos centros habitacionais mais importantes do concelho: Carcavelos, Parede, S. Pedro do Estoril, São João do Estoril, Estoril e Cascais, para as quais será fundamental efetuar um estudo mais detalhado que possibilite às autoridades, em caso de catástrofe, um socorro eficiente das populações, assim como um correto planeamento do território no futuro.

Os efeitos locais de um tsunami são fortemente dependentes da batimetria local próxima da costa e da topografia pelo que se torna necessário calcular modelos digitais de terreno de resolução mínima 50 metros para cálculo das cartas de inundação e de velocidade da água na zona inundada.



A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.

7.3.4. MOVIMENTOS DE MASSA EM VERTENTES

Os movimentos de massa em vertentes ocorridos na AML, num passado recente, foram maioritariamente desencadeados pela precipitação. As chuvas intensas e concentradas desencadeiam deslizamentos superficiais, frequentemente com evolução para escoada, e movimentos associados ao trabalho de sapa dos cursos de água. Estes fenómenos apesar de poderem ocorrer (fig. nº 72) não têm ocorrência histórica registada no território do concelho de Cascais.

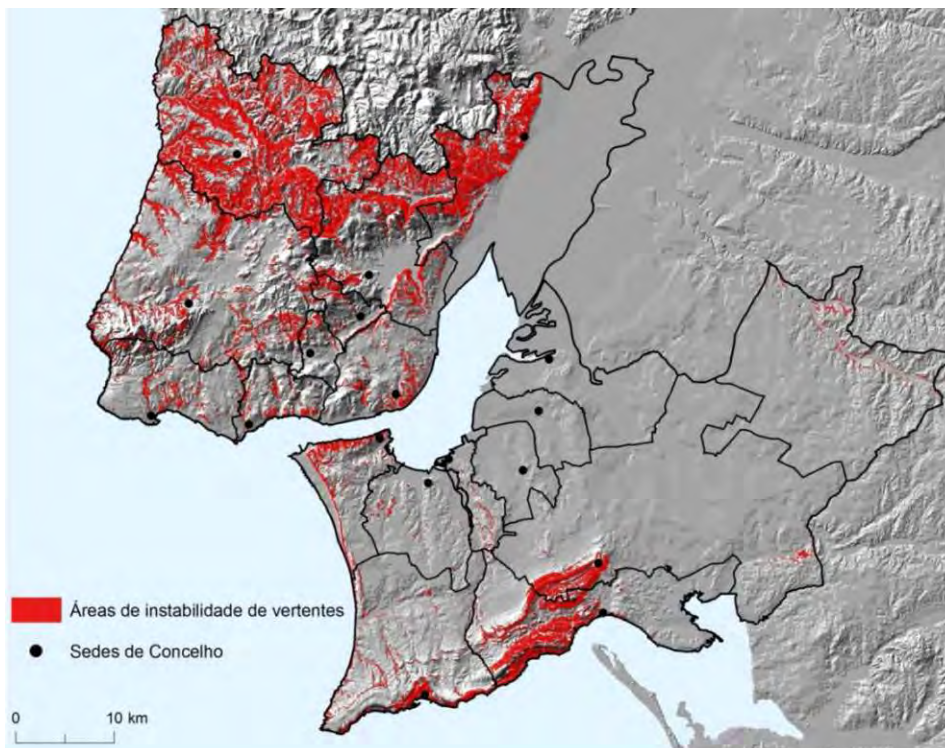
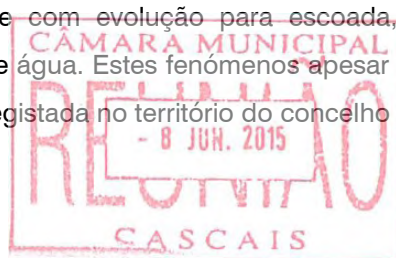


Figura nº 72

Áreas de instabilidade de vertentes na AML

Fonte: PROTAML, 2009

7.3.4.1. EROSÃO DO LITORAL

O litoral de Portugal continental está dividido em 8 sectores costeiros, de acordo com a morfodinâmica prevalecente (Andrade et al., in Santos e Miranda, 2006). O litoral da AML reparte-se pelo sector costeiro 3 (a norte do estuário do Tejo) e pelo sector costeiro 4 (entre os estuários do Tejo e do Sado). O litoral da AML apresenta um risco de erosão médio-elevado.

De acordo com a figura nº 73, podemos verificar que o concelho de Cascais apresenta uma suscetibilidade de erosão costeira maioritariamente moderada.

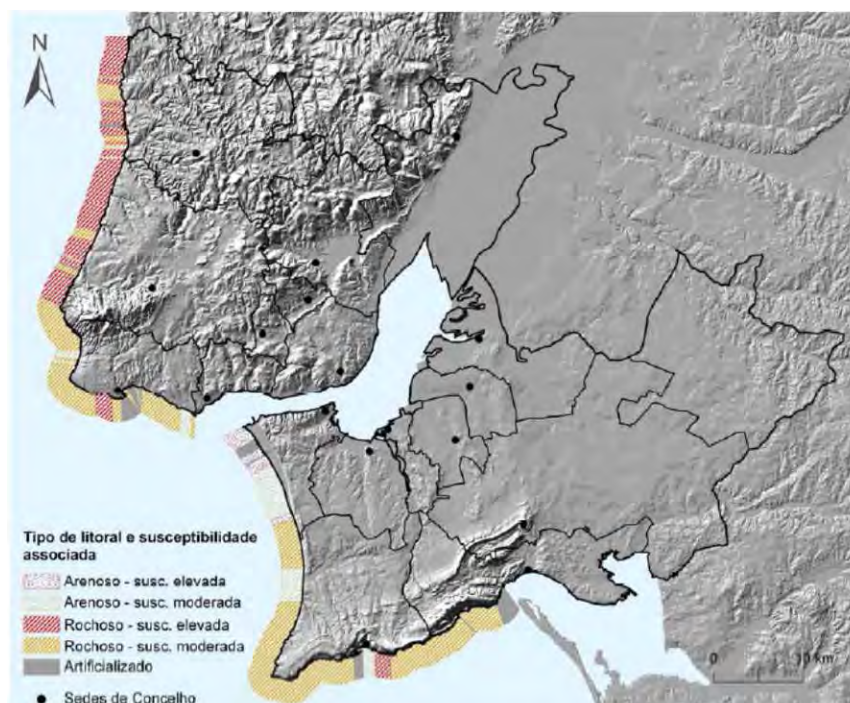
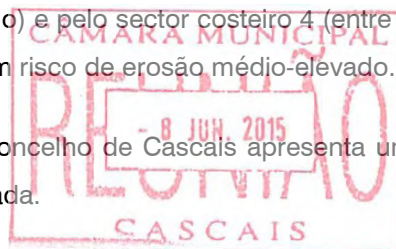


Figura nº 73

Tipos de litoral e suscetibilidade associada na AML

Fonte: PROTAML, 2009

7.3.4.2. CHEIAS E INUNDAÇÕES

As cheias são fenómenos naturais extremos e temporários, quase sempre provocados por precipitações excessivas que fazem aumentar o caudal dos cursos de água, originando o transbordo do leito ordinário e a inundação das margens e áreas circunvizinhas, que se encontram frequentemente ocupadas por atividades humanas.

Na AML, as cheias podem ser desencadeadas por: (i) períodos chuvosos que se prolongam por várias semanas, diminuindo drasticamente o efeito regularizador das barragens, que podem potenciar picos de cheia com as respetivas descargas; (ii) episódios de precipitação muito intensa e concentrada em algumas horas.

No segundo caso, ocorrem cheias rápidas, as quais afetam pequenas bacias hidrográficas de reduzido tempo de concentração, que podem ser mortíferas, especialmente nas áreas densamente urbanizadas e com ocupação indevida dos leitos de cheia. As cheias rápidas, e respetivas consequências nefastas já registadas, afetaram essencialmente as pequenas bacias hidrográficas entre os concelhos de Cascais e Azambuja (e.g., Rio Trancão, Rio Jamor, Ribeira de Barcarena, Ribeira da Lage, Ribeira das Vinhas) e no concelho de Setúbal (Ribeira do Livramento).

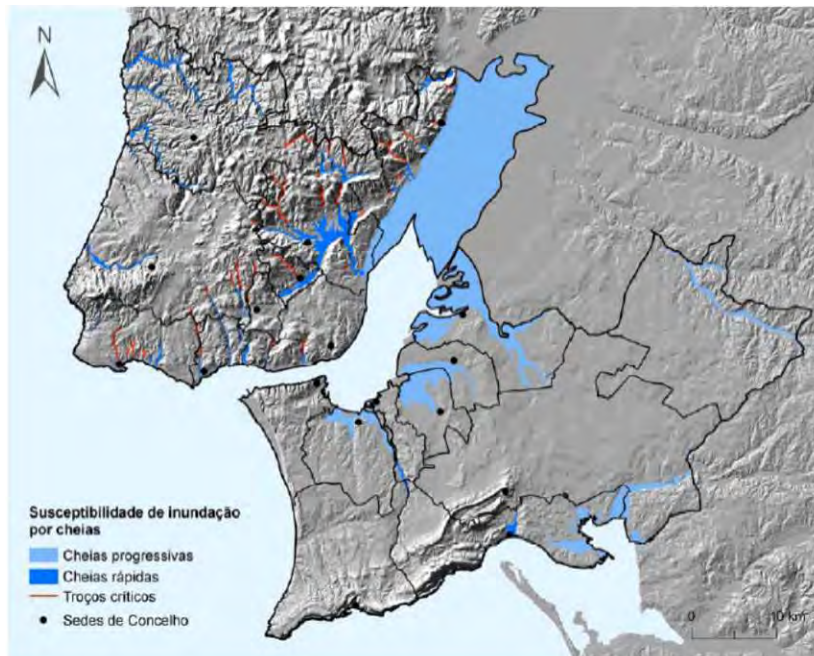
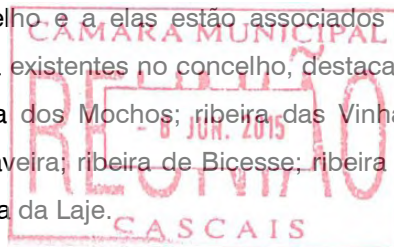


Figura nº 74

Susceptibilidade de inundação por cheia na AML

Fonte: PROTAML, 2009

No concelho de Cascais, a maioria dos cursos de água existentes possuem caudal muito reduzido e caracterizam-se por um regime torrencial, estando parte do ano sem caudal. Contudo, a capacidade erosiva destas pequenas ribeiras foi responsável pelo desenvolvimento dos vales que caracterizam o sector ribeirinho do concelho e a elas estão associados os episódios de cheias mais importantes. Dos cursos de água existentes no concelho, destacam-se os onze seguintes: ribeira da Foz do Guincho; ribeira dos Mochos; ribeira das Vinhas; ribeira da Castelhana; ribeira da Amoreira; ribeira da Cadaveira; ribeira de Bicesse; ribeira de Caparide; ribeira das Marianas; ribeira de Sassoeiros; ribeira da Laje.



| CURSO DE ÁGUA | EXTENSÃO | LOCALIDADES |
|---------------------------|----------|---|
| Ribeira da Foz do Guincho | 7.0 Km | Malveira da Serra, Alcorvim, Charneca, Praia Grande do Guincho |
| Ribeira dos Mochos | 5.5 Km | Birre, Cobre, Bº Rosário, Cascais (parte Oeste) |
| Ribeira das Vinhas | 11.5 Km | Alvide, Bº São José, Cascais |
| Ribeira da Castelhana | 3.6 Km | Abuxarda, Amoreira, Monte Estoril |
| Ribeira da Amoreira | 3.3 Km | Bº da Alegria, Bº São José, Bº Stº António, Monte Estoril (Leste) |
| Ribeira da Cadaveira | 4.1 Km | Alcoitão, Bº da Martinha, Estoril (Leste) |
| Ribeira de Bicesse | 7.0 Km | Bicesse, Pau Gordo, Gaios, Alapraia, S. João do Estoril |
| Ribeira de Caparide | 11.6 Km | Manique, Mealha, Livramento, Caparide, Cabeça Gorda, Murtal, S. Pedro |
| Ribeira das Marianas | 7.7 Km | Mato Cheirinhos, Tires, Zambujal, S.D Rana, Rebelva, Carcavelos |
| Ribeira de Sassoeiros | 7.8 Km | Trajouce, Abóboda, Sassoeiros, Carcavelos (Leste) |
| Ribeira da Laje | (?) | (apenas em parte do concelho) Talaíde, Porto Salvo (Oeste), Laje |

Figura nº 75

Extensões e localidades atravessadas pelas ribeiras

Fonte: PROTAML, 2009

Para a definição da Perigosidade consideraram-se seis variáveis principais. A importância relativa de cada uma dessas variáveis (ponderação) e os fatores de pontuação apresentam-se na figura nº 76. As cartas intermédias (P01 a P06) foram produzidas recorrendo a pesquisa documental, trabalho de campo e a dados fornecidos pelo município, nomeadamente cartografia relativa a diferentes tipos de informação.

| VARIÁVEIS | CLASSES | PONTUAÇÃO | PONDERAÇÃO |
|------------------------------|---|-----------|------------|
| Ocupação do solo (P01) | Áreas florestais | 1 | 3 |
| | Áreas agrícolas, incultos | 2 | |
| | Superfícies de água, áreas sociais | 3 | |
| Ocorrências anteriores (P02) | Restantes áreas | 0 | 5 |
| | Áreas com inundações anteriores | 3 | |
| Morfologia (P03) | Restantes áreas | 0 | 4 |
| | Áreas de estrangulamento em rios secundários | 1 | |
| | Áreas de estrangulamento e com fundo de vale aplanado, em rios secundários | 2 | |
| | Áreas de estrangulamento e com fundo de vale aplanado, em rios principais | 3 | |
| Litologia (P04) | Calcários, sedimentos, dunas e areias | 1 | 1 |
| | Metassedimentos e calcários compactos | 2 | |
| | Rochas ígneas e filões | 3 | |
| Solos (P05) | Superfícies de água | 0 | 1 |
| | Fluvissoleos | 1 | |
| | Cambissolos | 2 | |
| | Leptossolos | 3 | |
| Cursos de água (P06) | Restantes cursos de água e restante área | 0 | 2 |
| | Rios secundários com largura de leito e reduzido declive longitudinal | 1 | |
| | Rios principais com menor largura de leito | 2 | |
| | Rios principais em sectores com maior largura de leito e com menor declive longitudinal | 3 | |

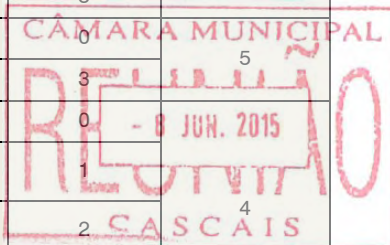


Figura nº 76

Variáveis, classes e pontuações consideradas na elaboração da Carta de Perigosidade de Cheias:

Fonte: PROTAML, 2009

Ocupação do solo – nesta variável foi considerada a influência que diferentes tipologias de ocupação do solo podem ter no desencadear de cheias. A base de referência para o estabelecimento de ponderações foi a cartografia de ocupação do solo fornecida pelo município. Neste procedimento, foram tidas em conta as ocupações principais do solo, nomeadamente florestais, agrícolas e sociais, às quais foram atribuíram diferentes graus de importância (pontuações de 1, 2 e 3, respetivamente), em função da impermeabilização provocada.

Ocorrência anterior – trata-se da variável mais importante na predição de episódios de cheias, na medida em que é um indicador de episódios anteriores e, logo, das condições morfológicas dessas ocorrências e de potenciais ocorrências futuras. Nesse sentido, foi atribuída a esta variável a ponderação máxima (5). Contudo, e apesar de existirem inúmeros registos documentais de ocorrências de inundações no concelho de Cascais (constatado pelo levantamento bibliográfico efetuado essencialmente em periódicos locais e regionais), não existem dados cartográficos que expressem com exatidão a real dimensão desses episódios passados. Assim sendo, e considerando-se a cheia de 19 de Novembro de 1983 como a mais importante das cheias documentadas até hoje, recorreu-se a um esboço das áreas inundadas, incluídas em trabalhos científicos apresentados sobre as inundações de 1983-1984 na região de Cascais e de Lisboa. A partir desse esboço, foram delimitadas com maior precisão esses dados, considerando-se a informação altimétrica, o pendor das vertentes e o tipo de ocupação do solo.

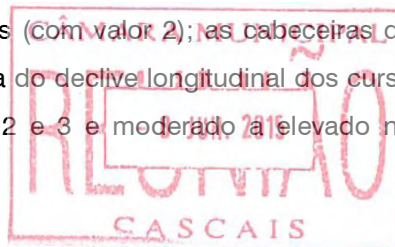
Morfologia das bacias hidrográficas – outra das condicionantes fundamentais para a ocorrência de inundações é a obstrução do caudal nos cursos de água. Neste trabalho, não se consideraram eventuais obstáculos a esse escoamento, provocados por atividades humanas pontuais, que se traduzem, por exemplo, na acumulação de detritos, os quais podem impedir o eficiente escoamento. Neste âmbito, identificaram-se situações de estrangulamento dos principais vales, com base na análise geomorfológica e delimitaram-se os sectores potencialmente afetados pela subida das águas condicionadas por esse fator, em situações de precipitação concentrada no tempo e espaço.

Litologia – nesta variável consideraram-se características gerais do substrato geológico, as quais podem ser influentes no desencadear de inundações. Nesse sentido, foram atribuídas pontuações em função do tipo de rochas e principalmente em função do seu grau de fracturação e de impermeabilização. Os materiais rochosos mais fraturados e constituídos por elementos mais grosseiros apresentam menor grau de impermeabilização.

Solo – esta variável, tal como a anterior, relaciona-se essencialmente com o grau de impermeabilização na superfície terrestre, o que podem influenciar o desencadear de inundações. Neste âmbito, quanto maior é o grau de argilas presentes nos solos, mais impermeável estes serão, pelo que solos argilosos são mais pontuados, contrariamente a solos incipientes e arenosos, que se apresentam mais permeáveis.

Importância dos cursos de água – O volume de água em escoamento é fundamental para o desencadear de episódios de cheia. Sem dados muito específicos sobre os caudais das ribeiras do concelho, determinou-se a importância relativa dos cursos de água considerados na cartografia oficial do município, em função do seu caudal aparente e da sua extensão, das

cabeceiras à foz. Este tipo de cartografia intermédia tem como fundamento a atribuição de relevância do volume de água no canal principal de escoamento, no desencadear de cheias. Deste modo, foram consideradas três situações, com um raio de influência de 10 metros: os sectores terminais das ribeiras mais importantes, como aquelas que apresentam maior caudal (com valor 3, a ribeira das Vinhas a jusante do Pisão, ribeira de Caparide e ribeira da Laje); os sectores imediatamente a montante ou afluentes principais (com valor 2); as cabeceiras das ribeiras, de reduzido caudal. Destaca-se aqui a importância do declive longitudinal dos cursos de água, sendo reduzido nos sectores valorizados com 2 e 3 e moderado a elevado nos sectores valorizados com 1.



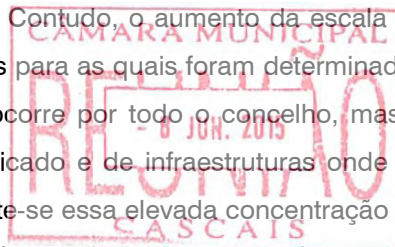
7.3.4.3. INTERPRETAÇÃO DE RESULTADOS

Perigosidade

A identificação da perigosidade de ocorrência de cheias assentou, como foi referido, na análise de seis variáveis, com ponderações diferenciadas. Foram definidas 4 classes de perigosidade: nula ou reduzida; moderada; elevada; muito elevada. Estando a ocorrência de cheias diretamente relacionada com a existência de cursos de água (uma cheia corresponde à subida do nível das águas de um rio ou ribeira), as áreas mais afetadas por estas serão as mais próximas dos leitos dos rios. A Carta de Perigosidade mostra precisamente essa forte associação entre as classes de perigosidade elevada e muito elevada e o leito das principais ribeiras do concelho. Isso é particularmente visível, por exemplo, ao longo do vale da ribeira de Caparide, onde surge a mancha mais extensa relativa a perigosidade elevada. São de destacar os elevados valores registados no sector terminal da ribeira das Vinhas, com perigosidade muito elevada a ser identificada nos sectores do Centro Histórico de Cascais e do mercado. A perigosidade muito elevada é igualmente identificada noutros sectores da ribeira das Vinhas (por exemplo, no Pisão, na ribeira dos Mochos (em Birre), na ribeira da Amoreira (junto ao estádio), na parte terminal da ribeira de Bicesse (S. João de Estoril), na ribeira das Marianas (em Tires) e em pequenas áreas da ribeira de Sassoeiros (Carcavelos). Identificou-se perigosidade elevada nas áreas envolventes às anteriormente referidas e também noutros locais, como a ribeira das Marianas (Carcavelos), a ribeira de Sassoeiros (Abóboda) ou a ribeira da Cadaveira (Estoril). Por outro lado, ocorre perigosidade elevada nas proximidades do autódromo, no Bairro da Cruz Vermelha, mesmo sem a presença local de um curso de água. Podemos assim interpretar estes resultados como diretamente relacionados com o maior peso conferido às variáveis “ocorrências anteriores” e “morfologia” na cartografia intermédia, as quais determinam localmente os resultados finais de perigosidade.

Vulnerabilidade

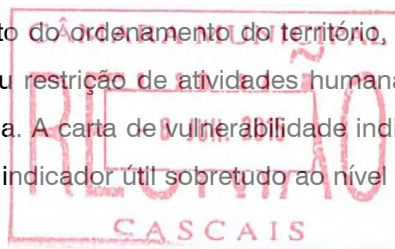
Igualmente calculada com base em seis variáveis de informação base, foram definidas quatro classes de vulnerabilidade: nula ou reduzida; moderada; elevada; muito elevada. A vulnerabilidade às cheias identificada no concelho de Cascais aparenta ser globalmente moderada, numa leitura geral da carta de vulnerabilidade. Contudo, o aumento da escala de observação permite identificar centenas de pequenas áreas para as quais foram determinados valores de vulnerabilidade elevada e muito elevada. Tal ocorre por todo o concelho, mas é essencialmente nas áreas de maior concentração do edificado e de infraestruturas onde se constata a maior incidência de vulnerabilidade elevada. Note-se essa elevada concentração de pontos com vulnerabilidade muito elevada no centro histórico de Cascais e nas áreas mais densamente povoadas no litoral do concelho, onde se encontra a maior parte dos elementos considerados como fundamentais na análise da vulnerabilidade. A identificação e contabilização das pequenas áreas cartografadas nesta carta tornou-se possível devido ao pormenor empregue nas operações de análise espacial desenvolvidas em ambiente de Sistemas de Informação Geográfica. Esta análise foi desenvolvida sobre uma grelha espacial com células de 25 m², permitindo englobar estruturas individuais como edifícios, permitindo-lhes ter expressão cartográfica. A cartografia de vulnerabilidade com este pormenor permite assim a identificação mais pormenorizada das áreas e elementos (edifícios, por exemplo) mais vulneráveis à ocorrência de cheias.



Risco

Cruzando a informação de perigosidade e vulnerabilidade, a carta de risco do concelho de Cascais desenvolvida reflete o essencial da informação analisada nas várias fases deste trabalho. A maior parte do concelho corresponde a área de risco reduzido e moderado. Foram identificadas como áreas de risco elevado o sector terminal da ribeira das Vinhas em Cascais, no Pisão, na ribeira dos Mochos (em Birre e junto ao hipódromo), na ribeira da Castelhana (junto à foz), na parte terminal do vale da ribeira de Cadaveira (Bairro Santa Rita), nas proximidades do autódromo (Bairro da Cruz Vermelha), na parte terminal da ribeira de Bicesse (S. Pedro de Estoril), em vários sectores junto ao leito da ribeira de Caparide, na ribeira das Marianas (em Tires e junto ao aeroporto), em pequenas áreas da ribeira de Sassoeiros (Carcavelos e Abóboda). Risco muito elevado foi identificado em partes do centro histórico de Cascais, numa pequena área em S. João de Estoril, junto à rua Eça de Queirós (ribeira de Bicesse) e em Tires, junto ao largo da feira (Rua N.ª Sra. da Graça; Rua dos Tanques).

Com a aplicação da metodologia desenvolvida neste trabalho procurou-se destacar as especificidades associadas à análise do risco de cheias, através da produção de cartas de Perigosidade e Vulnerabilidade. Salienta-se a importância da análise diferenciada de cada uma da informação cartográfica produzida, em função dos objetivos em causa. A carta de perigosidade diferencia as áreas em função da maior ou menor probabilidade de ocorrência de cheias. É uma informação particularmente útil no âmbito do ordenamento do território, na medida em que pode suportar decisões de autorização ou restrição de atividades humanas, tendo em conta a maior ou menor perigosidade identificada. A carta de vulnerabilidade indica as áreas mais susceptíveis a essas ocorrências, sendo um indicador útil sobretudo ao nível do planeamento de intervenções e também da prevenção.



Sobrepondo-se a informação de perigosidade e de vulnerabilidade, pode-se definir, por exemplo, as áreas que simultaneamente possuam perigosidade e vulnerabilidade elevada ou muito elevada, as quais constituirão áreas de maior risco. Todavia, e devido à interceção desses dois tipos de informação, a análise isolada da carta de risco pode não ser suficiente para a perceção da problemática das cheias em Cascais. Com efeito, em áreas de elevada perigosidade e reduzida vulnerabilidade, o risco calculado será reduzido ou moderado. O mesmo acontece em situações inversas, com perigosidade nula ou reduzida e vulnerabilidade elevada ou muito elevada. Nesta perspetiva, em áreas onde a perigosidade e vulnerabilidade sejam simultaneamente moderadas o risco poderá ser superior do que em áreas com perigosidade ou vulnerabilidade elevada.

7.3.5. EQUIPAMENTOS COM POTENCIAIS DISFUNÇÕES AMBIENTAIS

Foram ainda cartografados equipamentos que, embora tenham sido criados para eliminar disfunções ambientais, poderão, em situações pontuais e por falhas no funcionamento, originar as referidas disfunções ambientais, bem como ~~os riscos potenciais, naturais ou~~ artificiais. São eles:



7.3.5.1. ETAR DA GUIA

O tratamento das águas residuais é feito na ETAR da Guia, em Cascais, desde Maio de 1994. Esta ETAR dispõe, de tratamento preliminar que consiste na remoção de sólidos e areias, com as seguintes características:

- Tamisadores do tipo “Step-Screen” para remoção de sólidos grosseiros (\varnothing 3 mm);
- Desarenadores para remoção de areias (\varnothing 0,2 mm);
- Lavagem e compactação de sólidos removidos;
- Sistema de desodorização (75.000 m³/h).

Em 2010 foi finalizada a beneficiação do tratamento do sistema de saneamento da Costa do Estoril, com a ampliação da ETAR da Guia, de modo a permitir o tratamento da fase líquida, a construção de uma Estação de Tratamento da Fase Sólida (ETFS), em Murches, próxima do final da autoestrada A5 e uma interligação (4 km) entre estas infraestruturas.

A ampliação da ETAR da Guia permitiu a implementação de tratamento primário, com tratamento complementar durante os meses de época balnear, aumentando, assim, a capacidade de remoção da carga poluente das águas residuais.

As águas residuais tratadas na ETAR da Guia são enviadas para o emissário submarino, que as dissipa no mar, a cerca de 3 km da costa e a 45 m de profundidade.

7.3.5.2. ETAR DO COBRE

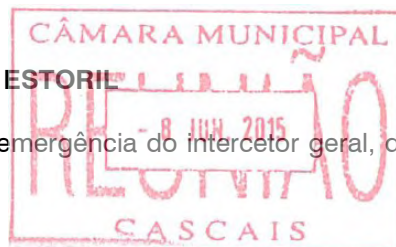
Equipamento recentemente construído, está ligado à ETAR da Guia e funciona em articulação com esta. Consiste na Estação de Tratamento da Fase Sólida (ETFS). (*Hidroprojecto, 2008*)

7.3.5.3. DESCARGA DE EMERGÊNCIA DA GUIA

Localizada na falésia da Guia, é uma das duas descargas de emergência do intercetor geral, existentes no concelho de Cascais. (*Hidroprojecto, 2008*)

7.3.5.4. DESCARGA DE EMERGÊNCIA DE S. PEDRO DO ESTORIL

Localizada em S. Pedro do Estoril, é a outra descarga de emergência do intercetor geral, das existentes no concelho de Cascais. (*Hidroprojecto, 2008*)



7.3.5.5. EMISSÁRIO SUBMARINO DA GUIA

A rejeição final, após tratamento na ETAR da Guia, do sistema de saneamento da Costa do Estoril é realizada por intermédio de um emissário submarino, com cerca de 3 km de extensão. (*Hidroprojecto, 2008*)

São ainda de referir dois estudos que estão a ser desenvolvidos pela Câmara Municipal de Cascais que, pela sua importância, devem ser considerados estratégicos, e cuja informação constante da versão preliminar, deverá desde logo reverter para a proposta do PDM de Cascais.



A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.

8. CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA



A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.

8.1. DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS DO CONCELHO DE CASCAIS

Ao longo das últimas décadas, o concelho de Cascais apresentou um acréscimo populacional significativo. Em 1970 o concelho recenseou 92.630 indivíduos, em 1981 apresentava 141.498 indivíduos e em 1991 registavam-se 153.294 indivíduos. Finalmente, em 2001, segundo os dados definitivos do INE (Instituto Nacional de Estatística), o concelho de Cascais recenseou 170.683 habitantes. Este crescimento demográfico, em conjunto com o aumento de acessibilidades e com o crescente ritmo de construção, tem vindo a caracterizar os concelhos integrados na Grande Lisboa. Não sendo exceção, o concelho de Cascais registou, na década de 1991 a 2001, um crescimento populacional de 11,3%, menor do que nas décadas anteriores. De acordo com os resultados provisórios dos Censos de 2011⁴, o Concelho de Cascais aferiu um crescimento de 21%, atingindo os 206.429 habitantes.

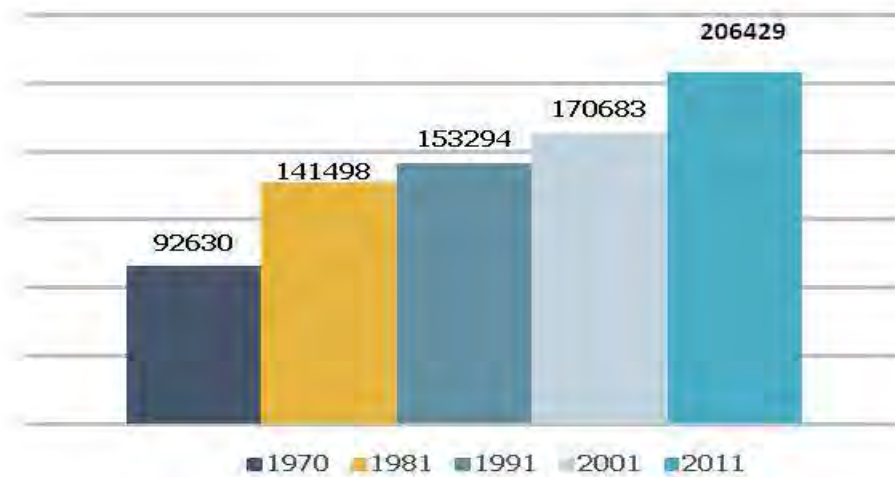


Figura nº 77
Evolução da População Residente no Concelho de Cascais de 1970 a 2011

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1970, 1981, 1991, 200 e 2011.

Concelho integrado na Grande Lisboa, Cascais tem uma área territorial de cerca de 97km², sendo constituído por 6 freguesias: Alcabideche, Carcavelos, Cascais, Estoril, Parede e São Domingos de Rana.

⁴ Na restante análise demográfica não poderá ser feita a atualização aos Censos de 2011, uma vez que os indicadores disponibilizados pelo INE nos dados provisórios não o permitem.

O crescimento populacional por freguesia acompanha a tendência geral do concelho. Porém salientam-se as freguesias de São Domingos de Rana, Alcabideche e Cascais, que registam um aumento populacional mais elevado do que a média concelhia.

A leitura das taxas de crescimento permite aferir que o significativo aumento populacional observado no concelho de Cascais entre 1970 e 1981 se deveu principalmente ao elevado valor da taxa de crescimento migratório anual médio.

| Taxas de crescimento anual médio | 1970-1981 | 1981-1991 | 1991-2001 | 2001-2011 |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Taxa de crescimento anual médio | 4,2 | 0,8 | 1,1 | |
| Taxas de crescimento natural anual médio | 0,7 | 0,5 | 0,3 | |
| Taxas de crescimento migratório anual médio | 3,5 | 0,3 | 0,8 | |

Figura nº 78
Taxas de Crescimento Anual Médio

Fonte: INE, Recenseamento da População 1970, 1981, 1991 e 2001

Nas décadas seguintes, qualquer dos crescimentos representados registou valores bastantes inferiores. A taxa de crescimento natural anual médio regista uma contínua diminuição, tal como a taxa de crescimento migratório anual médio.

Salienta-se ainda que esta última taxa regista uma ligeira recuperação entre 1991 e 2001, justificada pela intensificação dos movimentos migratórios, nomeadamente a imigração, que se registou no final da década de noventa em todo o país: “de 1991 para 2001, a população estrangeira residente quase que duplicou o seu valor em Portugal.” (INE, Instituto Nacional de Estatística, “Portugal Social 1991-2001”, ed. 2003, pág. 46).

Ressalva-se a análise dos saldos migratórios intercensitários apresentados, uma vez que estes devem ser interpretados com extremo cuidado por serem saldos residuais, que apresentam a diferença do acréscimo da população entre dois recenseamentos consecutivos e o saldo natural observado no mesmo período.

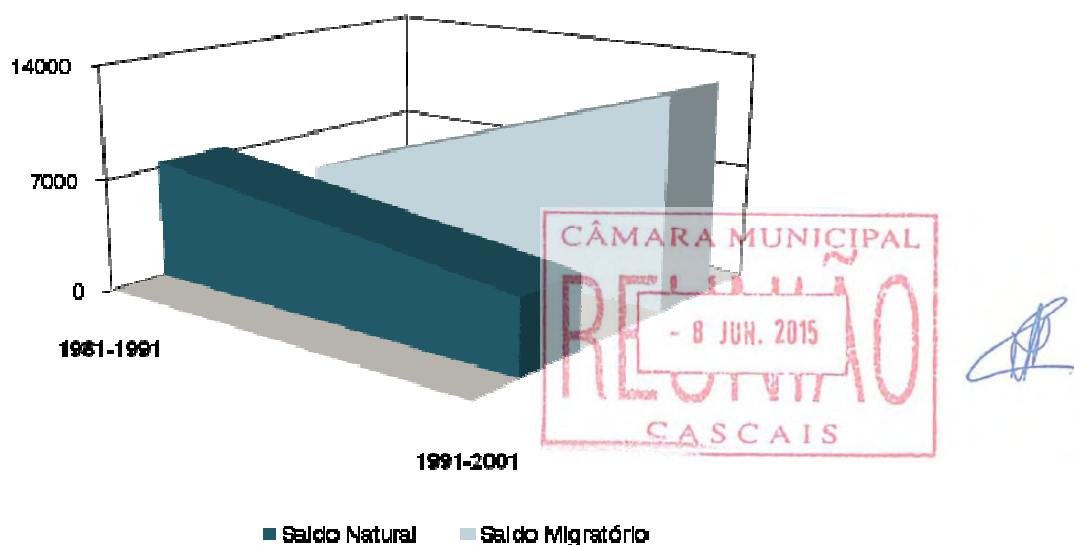


Figura nº 79
Evolução dos Saldos Natural e Migratório do Concelho de Cascais de 1981 a 2001

Fonte: INE, Recenseamento da População e Estatísticas Demográficas 1981, 1991 e 2001

A análise das taxas brutas é igualmente relevante para o estudo aprofundado de uma determinada população. A taxa de mortalidade, enquanto variável microdemográfica, consiste na divisão do total dos óbitos observados num determinado período pela população média. Este indicador permite aferir as condições socioeconómicas de um determinado local, visto que a taxa de mortalidade varia segundo o nível socioeconómico, a profissão, lugar de residência ou mesmo segundo características religiosas e étnicas. Os níveis de mortalidade refletem, entre os fatores já indicados, o estado de saúde de uma população, bem como o índice de envelhecimento.

| Anos | 1970 | 1981 | 1991 | 2001 |
|---------------------------------------|------|------|------|------|
| Taxa de Natalidade | 15,1 | 13,6 | 12,5 | 12,8 |
| Taxa de Mortalidade | 7,7 | 6,9 | 9,2 | 9,6 |
| Taxa de Mortalidade Infantil Clássica | 26,5 | 18,2 | 4,7 | 4,6 |
| Taxa de Fecundidade Geral | 54 | 51 | 46,1 | 49,4 |

Figura nº 80
Evolução das Taxas Brutas

Fonte: INE, Recenseamento da População e Estatísticas Demográficas 1970,1981, 1991 e 2001

A observação da evolução das taxas brutas permite verificar o comportamento incerto da taxa de mortalidade no concelho de Cascais, entre 1970 e 2001. Se na primeira década esta taxa apresentou um ligeiro decréscimo, de 7,7% em 1970 para 6,9% em 1981, na década seguinte

observou-se um aumento destes valores. Em 1991 a taxa de mortalidade registava 9,2% e em 2001 este valor sobe para 9,6%, valores que, apesar de superiores aos registados anteriormente, são mais baixos do que os valores nacionais.

Em 1991 a taxa de mortalidade em Portugal Continental era de 10,4%, apresentando um valor ligeiramente inferior na região de Lisboa e Vale do Tejo, cerca de 10,2%.⁵ Porém, esta situação inverte-se em 2001: Portugal Continental registou um decréscimo para 10,2%, enquanto a região de Lisboa e Vale do Tejo sofre um leve agravamento, para 10,3%. Este agravamento da taxa de mortalidade, tanto ao nível de Lisboa e Vale do Tejo como a nível do concelho de Cascais, reflete o gradual envelhecimento da população. No caso concreto de populações tendencialmente envelhecidas, é natural que a taxa de mortalidade aumente, o que não implica um retrocesso nem nos cuidados de higiene básicos nem no campo da saúde.

A taxa de mortalidade infantil caracteriza-se por ser um indicador bastante utilizado para a análise do nível de desenvolvimento de uma sociedade, dado que se relaciona com algumas variáveis socioeconómicas, tais como “o nível de educação dos pais, as condições de higiene, a acessibilidade e a qualidade da assistência médico-sanitária”.⁶

Este indicador recuou fortemente desde o início dos anos 70, quando por cada 1.000 nados vivos, 26,5 morriam antes de atingirem o primeiro aniversário. Só no início dos anos 90 esta taxa atingiu um só dígito - 4,7 – mantendo-se em 2001 com 4,6. Este decréscimo surge na sequência da melhoria das condições de vida e dos cuidados de saúde materno-infantis e foi acompanhado a nível nacional, refletindo-se em 2001 pelo valor de 5 óbitos com menos de um ano por cada 1.000 nados-vivos.⁷

⁵ INE, Instituto Nacional de Estatística, “Portugal Social 1991-2001”, Ed. 2003, pág. 42.

⁶ Nazareth, J. Manuel, “Introdução à Demografia, Teoria e Prática”, Editorial Presença, Lisboa 1996, pág. 148.

⁷ INE, Instituto Nacional de Estatística, “Portugal Social 1991-2001”, Ed. 2003, pág. 43.

As taxas de natalidade e fecundidade caracterizam-se igualmente como indicadores micro demográficos. A taxa de natalidade consiste na divisão do total de nascimentos observados num determinado espaço de tempo pela respetiva população, enquanto a taxa de fecundidade se caracteriza pela relação dos nascimentos com a população feminina em idade fértil.

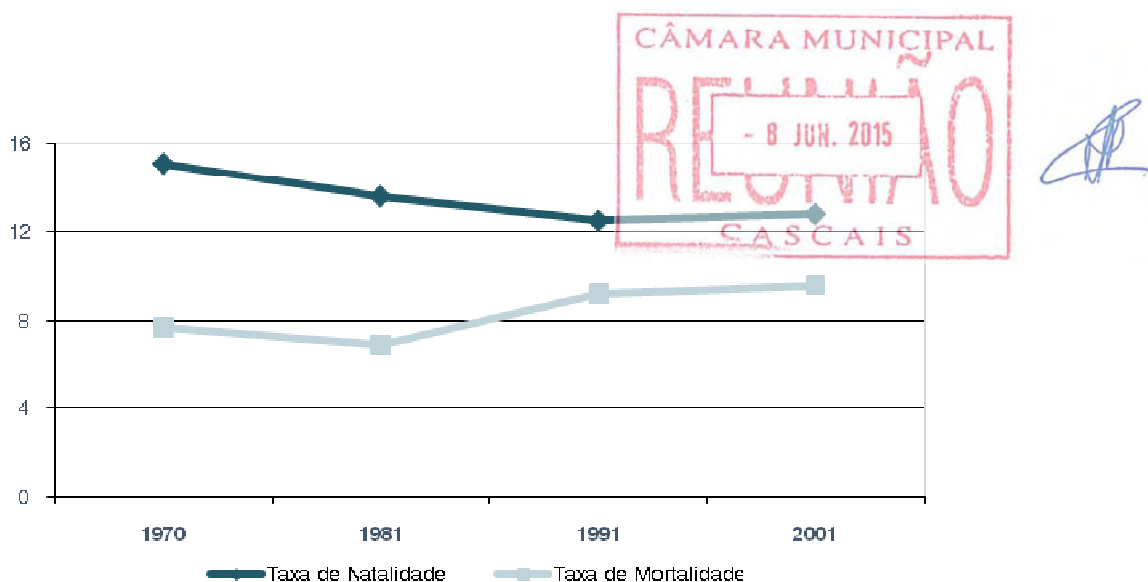


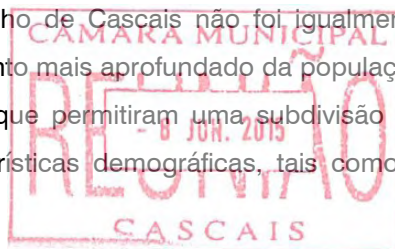
Figura nº 81
Evolução da Taxa de Natalidade e da Taxa de Mortalidade
no Concelho de Cascais de 1970 a 2001

Fonte: INE, Recenseamento da População de 1970, 1981, 1991 e 2001.

No concelho de Cascais, acompanhando o nível nacional, tanto a taxa de natalidade e como a taxa de fecundidade viram os seus valores baixar. Este declínio pode estar relacionado com fatores biológicos, tais como o número de mulheres em idade fértil, ou com fatores culturais, como a idade para iniciar relações sexuais ou com o uso de contraceptivos. Em 1970 a taxa de fecundidade registava 54 nascimentos por cada mil mulheres, em 1981 baixou para 51, em 1991 já registava 46,1 e finalmente em 2001 registou 49,4 nascimentos por cada mil mulheres. No entanto, na última década verificou-se um ligeiro acréscimo da taxa de fecundidade devido a um aumento da população feminina em idade fértil.

8.2. ESTRUTURAS DE COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE CASCAIS

O crescimento populacional a que se assistiu no concelho de Cascais não foi igualmente proporcional para todos os escalões etários. O conhecimento mais aprofundado da população em estudo exige a análise das estruturas demográficas que permitiram uma subdivisão da população em grupos, a partir de determinadas características demográficas, tais como a repartição por sexos e idades.



A repartição por idades é importante dada a relevância de se analisar os efeitos específicos característicos de cada idade, de forma a permitir a compreensão das fases fundamentais do ciclo de vida. A Pirâmide de Idades Comparada no período em estudo (1970-2001), apresenta claramente a alteração estrutural ocorrida na população do concelho de Cascais, um retrato de um progressivo “envelhecimento no topo e na base”, consequência de uma baixa natalidade e uma maior longevidade.

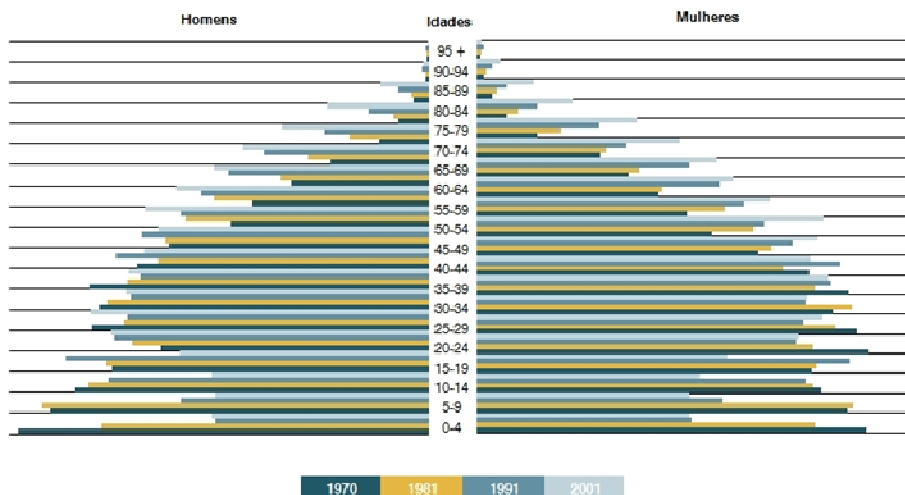


Figura nº 82
Evolução das Pirâmides de Idades de 1970 a 2001

Fonte: INE, Recenseamento da População 1970, 1981, 1991 e 2001

Para se obter uma leitura imediata da evolução da estrutura de uma população, opta-se por agregá-la no intuito de uma análise mais funcional. Esta análise é possível através da elaboração dos Grupos Funcionais, que agregam a população total em três grandes grupos de idades: população jovem (0-14), população potencialmente ativa (15-64) e finalmente a

população idosa (65+). Esta agregação não é uniforme ou consensual, dependendo do estudo demográfico e dos seus objetivos.

| Grupos Funcionais do Concelho de Cascais | | | | |
|--|--------------|---------------|---------------|---------------|
| Grupos / Anos | 1970 | 1981 | 1991 | 2001 |
| 0-14 | 24310 | 34763 | 28106 | 25801 |
| 15-64 | 61785 | 94722 | 107471 | 119125 |
| 65 e + | 6535 | 12013 | 17717 | 25757 |
| Total | 92630 | 141498 | 153294 | 170683 |
| Percentagens | | | | |
| Jovens % | 26,2 | 24,6 | 18,3 | 15,1 |
| Potencialmente Activos % | 66,7 | 66,9 | 70,1 | 69,8 |
| Idosos % | 7,1 | 8,5 | 11,6 | 15,1 |

Figura nº 83
Evolução dos Grupos Funcionais do Concelho de Cascais 1970 a 2001

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População de 1970, 1981, 1991 e 2001.

A observação da evolução dos grupos funcionais permite a leitura da estrutura da população do concelho de Cascais de 1970 a 2001, bem como a perceção das principais alterações ocorridas. Em três décadas, apesar de a população ter aumentado em 54% (de 92.630 para 170.683 de habitantes), a faixa etária mais jovem tem vindo gradualmente a perder peso estrutural.

Se entre 1970 e 1981 a população jovem concentrava cerca de 25% da população total do concelho, em 1991 não atingia os 20% e em 2001 verifica-se um valor extremamente reduzido, de apenas 15%. Num movimento contrário, a população idosa tem aumentado consideravelmente, duplicando no mesmo período (1970-2001). Porém, o maior crescimento ocorre na última década, em que se assistiu a um aumento de 3,5%.

No mesmo período, a população ativa, com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos de idade, aumentou 3 pontos percentuais. A população do concelho de Cascais é ainda uma população relativamente jovem, na medida em que os grupos etários que concentram maior número de efetivos estão compreendidos entre os 25 anos e os 45 anos de idade.

A visualização da evolução da população do concelho por grupos funcionais apresenta a constituição e evolução dos valores anteriormente apresentados, ilustrativos da profunda modificação do perfil etário da população do concelho de Cascais.

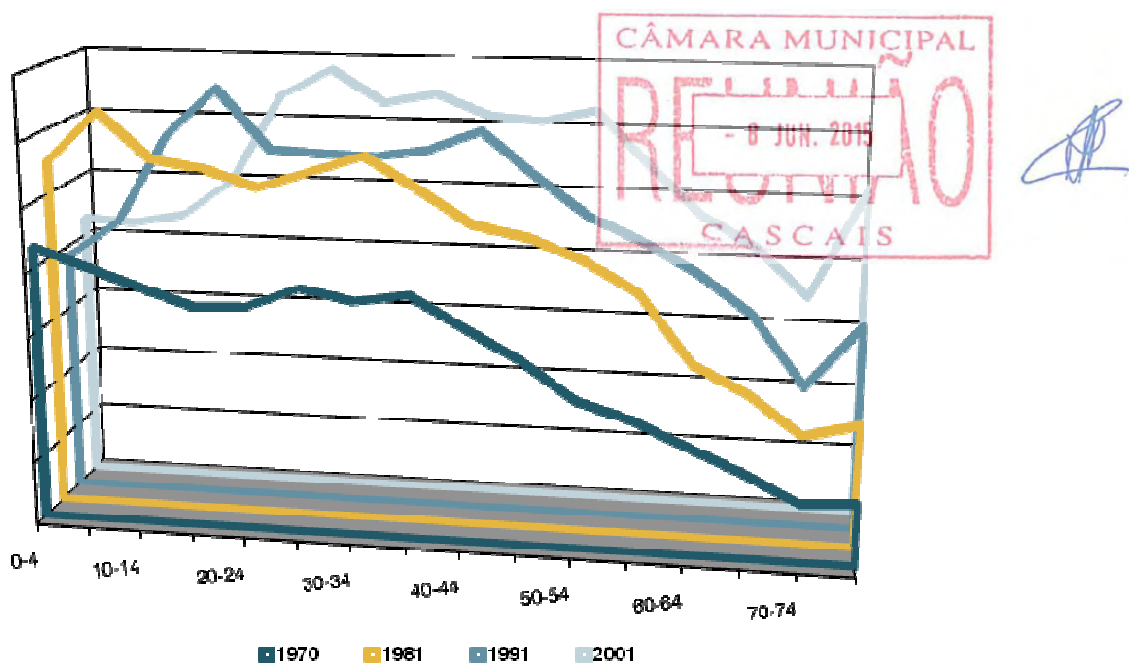


Figura nº 84
Evolução da População do Concelho de Cascais
entre 1970 e 2001 por Grupos Etários

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População de 1970, 1981, 1991 e 2001.

A análise da estrutura populacional do concelho fica completa quando da combinação entre sexos e idades, de forma a permitir a caracterização do envelhecimento populacional e a dinâmica da população ativa. Esta análise é feita através da elaboração dos Índices de Resumo (índice de dependência total, índice de dependência Jovem e índices de Dependência Idoso (CARTA 03.01.01)).

O processo de envelhecimento é caracterizado, entre outros, pelos Índices de Juventude e de Envelhecimento. Estes indicadores medem a importância da população jovem e da população idosa em relação à população total. O Índice de Juventude permite comparar diretamente a população jovem com a população idosa (nº de jovens por cada 100 idosos).

No concelho de Cascais, no ano de 1970, por cada 100 idosos existiam aproximadamente 372 jovens, em 2001 por cada 100 idosos existiam aproximadamente 100 jovens.

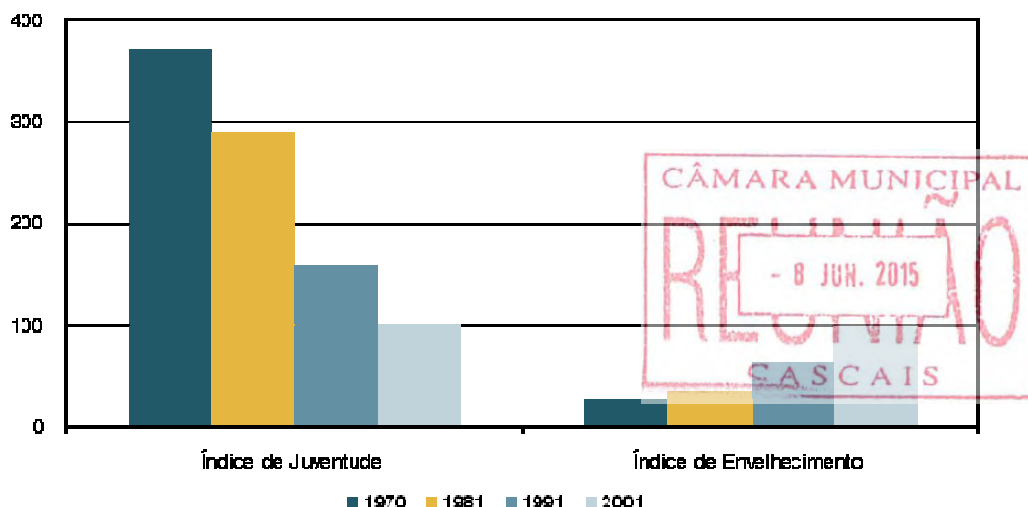


Figura nº 85
Evolução dos Índices de Juventude e Envelhecimento
do Concelho de Cascais 1970 a 2001

Fonte: INE, Recenseamento da População 1970, 1981, 1991 e 2001

Numa lógica inversa, o indicador utilizado como medida de envelhecimento demográfico, o índice de envelhecimento, também conhecido por «índice de vitalidade», mostra que em 1970 por cada 100 jovens existiam 27 idosos, mas em 2001 este indicador atinge valores iguais ao índice de juventude: para cada 100 jovens existiam 100 idosos.

Por último, o Índice de Longevidade, indicador que permite comparar o peso dos idosos mais jovens com o peso dos idosos menos jovens, intimamente relacionado com o aumento da esperança média de vida, confirma que a população do Concelho de Cascais tende progressivamente para um envelhecimento demográfico. No período referenciado, de 1991 a 2001, o peso dos idosos menos jovens (75+) passou de 30 para 40 em cada 100 idosos mais jovens (65+), do que se pode concluir que a população mais idosa adquire cada vez mais efetivos.

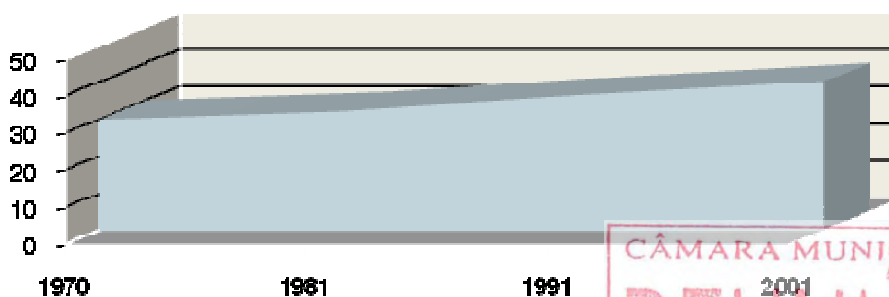


Figura nº 86
Evolução do Índice de Longevidade do Concelho de Cascais 1970 a 2001

Fonte: INE, Recenseamento da População 1970, 1981, 1991 e 2001



As profundas alterações de estrutura etária refletem-se igualmente entre a população ativa (15-64 anos), principalmente nas relações estabelecidas entre esta e a população dependente (0-14 anos e com 65 e mais anos). A dinâmica da população ativa e as relações por esta constituída são explicadas pelos índices de dependência dos jovens, dos idosos e dependência total, bem como pelos Índices de Renovação e Juventude da População Ativa.

O Índice de Dependência de Jovens, indicador utilizado para medir os encargos potenciais que pesam sobre a população ativa, permite verificar o peso dos jovens na população potencialmente ativa; «por cada 100 potencialmente ativos existem x jovens». No Concelho de Cascais, no ano 1970, por cada 100 potencialmente ativos existiam aproximadamente 39 jovens e esse valor diminuiu para 22 em 2001. Ou seja, os encargos potenciais dos jovens que pesam na população ativa estão a diminuir.

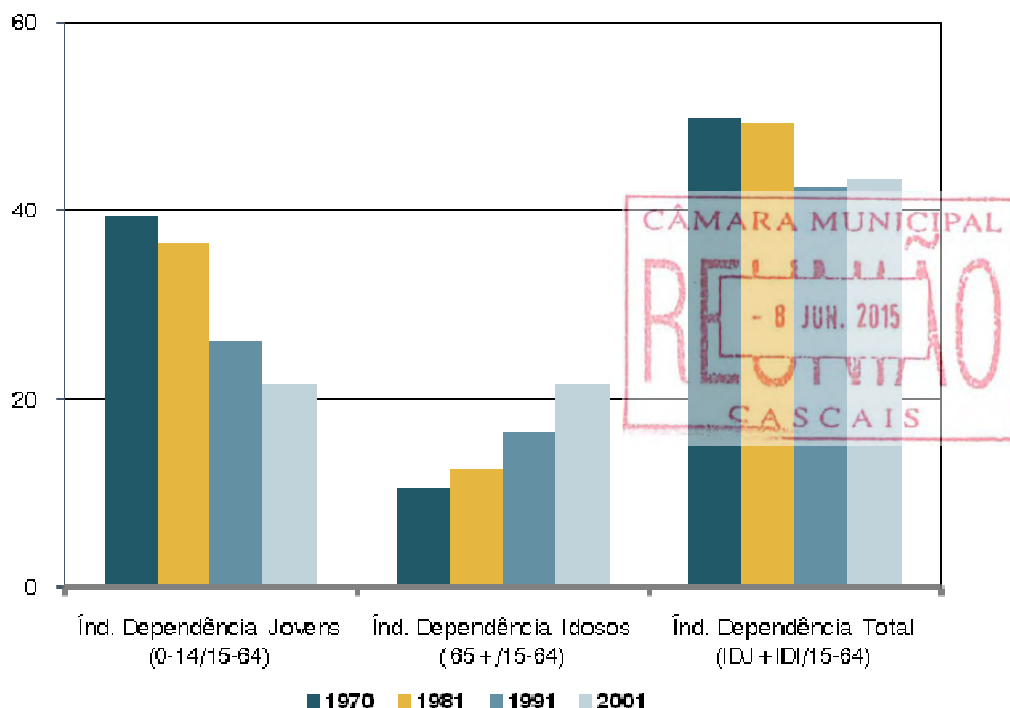


Figura nº 87
Evolução dos Índices de Dependência do Concelho de Cascais 1970 a 2001

Fonte: INE, Recenseamento da População 1970, 1981, 1991 e 2001

Em contrapartida, os encargos potenciais com os idosos aumentam. Esta informação é-nos dada através da leitura do Índice de Dependência de Idosos. Neste caso, mede-se o peso dos idosos na população potencialmente ativa; «por cada 100 potencialmente ativos existem x idosos». Assim, em 1970 para cada 100 potencialmente ativos existiam aproximadamente 11 idosos e esse valor duplica para 22 em 2001.

Extremamente previsível face aos dados anteriormente analisados, os índices de dependência dos jovens e idosos evoluem em sentidos inversos durante o mesmo período. Observa-se uma diminuição progressiva da dependência dos jovens em relação à população potencialmente ativa e um progressivo aumento da dependência dos idosos.

Finalmente, para analisar os encargos potenciais sobre a população ativa, o Índice de Dependência Total mede o peso do conjunto dos jovens e dos idosos na população potencialmente ativa. No período em estudo este índice desceu, por cada 100 indivíduos em idade ativa existiam a cargo 50 jovens e idosos em 1970, contra 43 jovens e idosos em 1991, valor que se manteve inalterado em 2001.

No seguimento da análise à população potencialmente ativa, o Índice de Juventude da População Ativa procura relacionar a metade mais jovem da população potencialmente ativa com a metade mais velha, aferindo o grau de envelhecimento da população potencialmente ativa.

No Concelho de Cascais, em 1970, por cada 100 ativos pertencentes ao grupo etário 40-64 anos existiam 149 ativos pertencentes ao grupo etário dos 15-39 anos. Como em 2001 esse valor diminuiu para 108, a tendência para o envelhecimento demográfico é sentida igualmente na população ativa.

O Índice de Renovação da População Ativa, indicador da análise da população potencialmente ativa, procura relacionar o volume potencial da população que está a entrar em atividade com o volume potencial da população que se está a reformar.

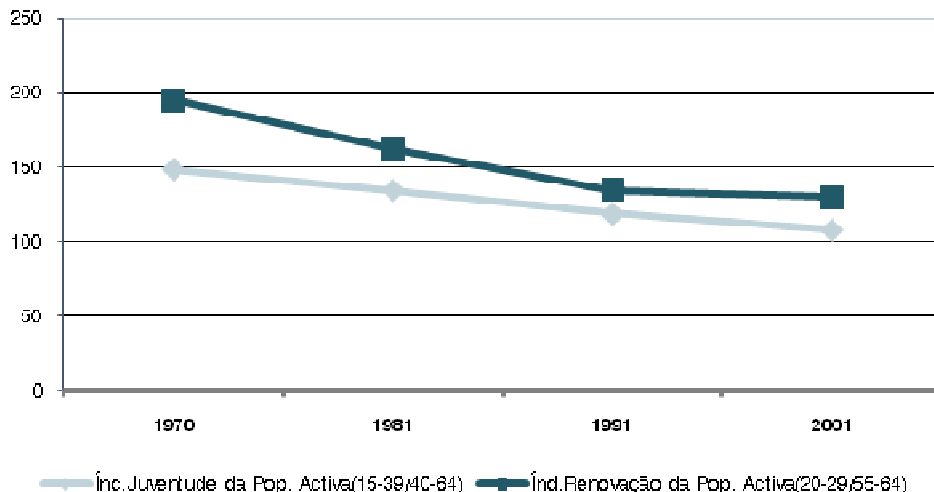


Figura nº 88
Evolução do Índice de Juventude e índice de Renovação da População Ativa do Concelho de Cascais 1970 a 2001

Fonte: INE, Recenseamento da População 1970, 1981, 1991 e 2001

No Concelho de Cascais, no ano de 1970, por cada 100 pessoas suscetíveis de atingir a reforma (sair do mercado de trabalho) existiam 195 que pretendiam entrar no mercado de trabalho; em 2001, este valor decresceu para 130, o que nos transmite uma progressiva diminuição dos efetivos da população ativa e da sua possível reposição.

A alteração estrutural a nível da dimensão das famílias clássicas, (entenda-se por famílias clássicas, o “conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de

parentesco “de direito ou de facto” entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento, e também qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento)⁸, foi um fator de agravamento do índice de envelhecimento. De 1991 a 2001, assistiu-se a um significativo aumento do número de famílias clássicas com um indivíduo, de 14,9% em 1991 para 19,5% em 2001, do total da população residente.

Outro aumento considerável ocorreu nas famílias clássicas com dois indivíduos, de 26% em 1991 para 30,6% em 2001. Estes dois grupos familiares perfazem 50% da população residente no concelho de Cascais. Nas restantes famílias clássicas constituídas com mais de 3 indivíduos denotou-se um decréscimo acentuado, uma vez que têm vindo a perder representatividade no total da população.

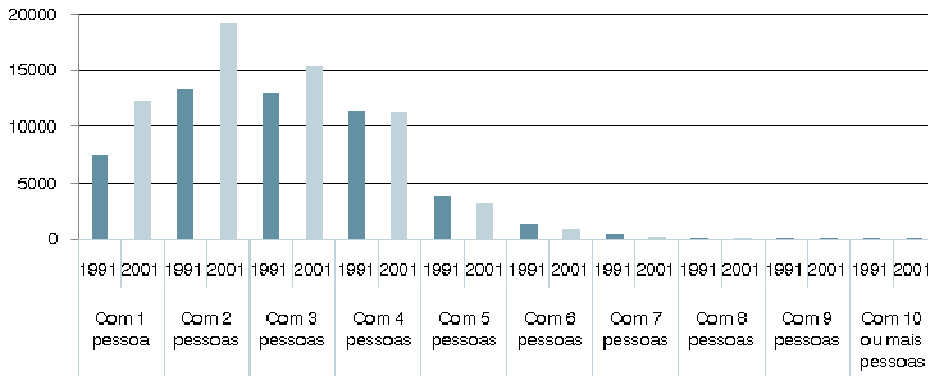
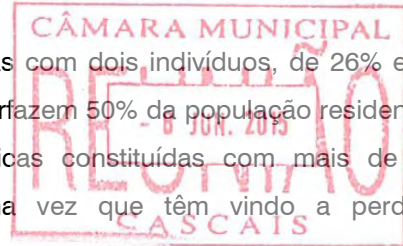


Figura nº 89
Evolução das Famílias clássicas do Concelho de Cascais
segundo a sua dimensão 1991 a 2001

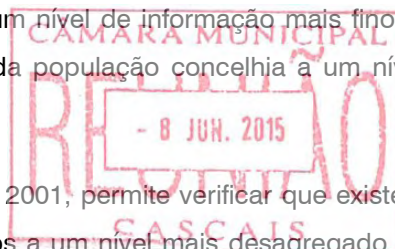
Fonte: INE, Recenseamento da População 1970, 1981, 1991 e 2001

⁸ INE-Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Geral da População 2001.

8.3. ESTRUTURAS DE COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE CASCAIS – FREGUESIAS

Noutra perspetiva, a análise da dinâmica populacional a um nível de informação mais fino, à freguesia, surge na necessidade de analisar a evolução da população concelhia a um nível mais micro para o apoio de intervenções localizadas.

A evolução da população total por freguesia, entre 1970 e 2001, permite verificar que existem tendências bastante diferenciadas quando nos debruçamos a um nível mais desagregado de informação. Enquanto o concelho de Cascais se caracteriza por ser um concelho de atracção, a nível mais desagregado é possível verificar que existem freguesias que perdem população a partir de 1981.



| Freguesia | População Residente | | | | Taxa de Variação | | | Densidade Populacional | | | | |
|----------------------|---------------------|---------|---------|---------|------------------|---------|---------|------------------------|-------|-------|-------|----------------------|
| | 1970 | 1981 | 1991 | 2001 | 1970-81 | 1981-91 | 1991-01 | 1970 | 1981 | 1991 | 2001 | Área Km ² |
| Alcabideche | 17.195 | 25.473 | 26.897 | 31.801 | 48,1 | 5,6 | 18,2 | 430 | 637 | 672 | 795 | 40 |
| Carcavelos | 7.170 | 12.888 | 18.014 | 20.037 | 79,7 | 39,8 | 11,2 | 1.593 | 2.864 | 4.003 | 4.453 | 4,5 |
| Cascais | 20.735 | 29.389 | 27.741 | 33.255 | 41,7 | -5,6 | 19,9 | 1.032 | 1.462 | 1.380 | 1.654 | 20,1 |
| Estoril | 15.440 | 24.312 | 23.962 | 23.769 | 57,5 | -1,4 | -0,8 | 1.755 | 2.763 | 2.723 | 2.701 | 8,8 |
| Parede | 13.950 | 20.094 | 20.742 | 17.830 | 44,0 | 3,2 | -14,0 | 3.875 | 5.582 | 5.762 | 4.953 | 3,6 |
| São Domingos de Rana | 18.140 | 29.342 | 35.938 | 43.991 | 61,8 | 22,5 | 22,4 | 902 | 1.460 | 1.788 | 2.189 | 20,1 |
| Concelho de Cascais | 92.630 | 141.498 | 153.294 | 170.683 | 52,8 | 8,3 | 11,3 | 954 | 1.457 | 1.579 | 1.758 | 97,1 |

Figura nº 90
Evolução da População do Concelho de Cascais e Freguesias

Fonte: INE - Recenseamento da População de 1970, 1981, 1991 e 2001.

Como se pode observar no Quadro da figura nº 73, referente à evolução da população residente no concelho de Cascais, a freguesia de São Domingos de Rana, na última década, apresenta um crescimento de 22,4% e a freguesia de Cascais um crescimento de 19,9%. Contudo, verifica-se a situação inversa, isto é um decréscimo populacional em algumas freguesias do concelho, nomeadamente na freguesia da Parede, que regista um decréscimo de 14% e na freguesia do Estoril que regista um ligeiro decréscimo de 0,8%.

Assim, a freguesia de Cascais perde população entre 1981 e 1991, mas recupera na década seguinte. A freguesia do Estoril perde população nos últimos vinte anos. A freguesia da Parede

perde população apenas a partir de 1991, de forma bastante acentuada. Em contrapartida, as freguesias de Alcabideche, Carcavelos e São Domingos de Rana acompanham a tendência geral do concelho de um progressivo crescimento populacional.

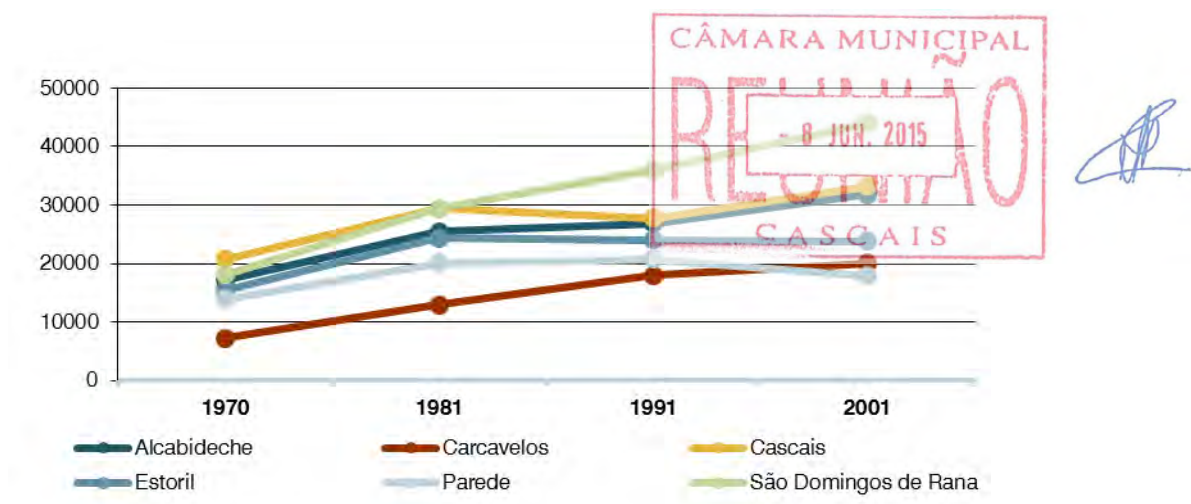


Figura nº 91
Evolução da População por Freguesias

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População de 1970, 1981, 1991 e 2001.

| Freguesia | Taxas de Crescimento entre 1991 e 2001 | | |
|----------------------|--|---------------------------------|------------------------------------|
| | Crescimento Anual Médio | Crescimento Natural Anual Médio | Crescimento Migratório Anual Médio |
| Alcabideche | 1,7 | 0,3 | 1,4 |
| Carcavelos | 1,1 | 0,4 | 0,7 |
| Cascais | 1,8 | 0,3 | 1,5 |
| Estoril | -0,1 | 0,2 | -0,3 |
| Parede | -1,5 | 0,2 | -1,7 |
| São Domingos de Rana | 2,1 | 0,4 | 1,7 |

Figura nº 92
Evolução das taxas de Crescimento das Freguesias do Concelho de Cascais de 1991 a 2001

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População de 1991 e 2001.

Da leitura da evolução das taxas de crescimento é possível concluir que numa década o crescimento anual médio foi bastante diferenciado entre as freguesias do concelho de Cascais, acompanhando a evolução anteriormente analisada.

Já o crescimento migratório anual médio, crescimento residual obtido pela diferença do crescimento anual médio e natural anual médio, apresenta valores bastante diferenciados. As freguesias de São Domingos de Rana e de Cascais assistiram a um aumento superior a 1,5%, que se deveu essencialmente ao crescimento migratório, apesar de serem estas as freguesias que apresentam também maior crescimento natural. Nas restantes freguesias o crescimento anual médio é resultado de um significativo crescimento migratório, exceto as freguesias do Estoril e da Parede, que apresentam crescimentos anuais médios negativos por terem registado menos população de 1991 a 2001. As taxas brutas justificam o comportamento apresentado no crescimento da população das freguesias do concelho.

Podemos observar que nas freguesias de Carcavelos, Cascais, Estoril e Parede, tanto a taxa de natalidade como a taxa de fecundidade registaram um ligeiro acréscimo entre 1991 e 2001. Em contrapartida, nas restantes freguesias, Alcabideche e São Domingos de Rana, observou-se uma diminuição em ambas as taxas. Já em relação à taxa de mortalidade infantil, apesar de haver algumas alterações, como sucede na freguesia de Alcabideche, estas não são significativas. Finalmente, a taxa de mortalidade nas freguesias de Alcabideche e Cascais sofreu uma ligeira diminuição, enquanto as restantes freguesias registaram aumentos significativos, com maior destaque para as freguesias do Estoril e da Parede.

| Freguesia | Alcabideche | | Carcavelos | | Cascais | | Estoril | | Parede | | SD Rana | |
|------------------------------|-------------|------|------------|------|---------|------|---------|------|--------|------|---------|------|
| | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 |
| Taxa Bruta de Natalidade | 14,4 | 11,0 | 11,8 | 11,8 | 13,6 | 15,7 | 13,3 | 14,1 | 9,7 | 13,0 | 11,7 | 11,5 |
| Taxa de Fecundidade Geral | 53,6 | 43,5 | 39,9 | 44,0 | 51,7 | 61,6 | 49,8 | 57,5 | 37,9 | 55,8 | 41,9 | 41,1 |
| Taxa de Mortalidade Infantil | 5,1 | 8,6 | 4,7 | 4,2 | 7,9 | 7,7 | 6,3 | 3 | 5 | 4,3 | 2,4 | 4 |
| Taxa Bruta de Mortalidade | 10,80 | 9,70 | 6,6 | 6,8 | 11,6 | 10,6 | 9,6 | 11,8 | 9,2 | 12,4 | 7,3 | 7,8 |

Figura nº 93
Evolução das Taxas Brutas por Freguesia de 1991 a 2001

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População de 1991 e 2001

Bem como a nível concelhio, a taxa de crescimento populacional registou alterações nos diversos grupos funcionais, assistindo-se assim, a uma diminuição de jovens em todas as freguesias, em contraponto a um aumento relevante de população idosa. A população ativa apresenta um comportamento diferenciado por freguesia: em Alcabideche e São Domingos de Rana houve um ligeiro acréscimo em número de efetivos, mas nas restantes assistiu-se a um decréscimo populacional neste grupo funcional, mais um indicador do envelhecimento populacional. Em termos demográficos, a análise à estrutura populacional do Concelho de

Cascais permite aferir que o envelhecimento demográfico é inevitável, podendo no entanto ser de intensidade variável.

| Grupos Funcionais | Jovens % | | P. Activos % | Idosos % | |
|---------------------|----------|------|--------------|----------|------|
| | 1991 | 2001 | | 1991 | 2001 |
| Alcabideche | 19,8 | 15,7 | 69,5 | 70,8 | 13,5 |
| Carcavelos | 17,1 | 14,8 | 72,6 | 70,7 | 14,5 |
| Cascais | 17,5 | 15,0 | 69,2 | 68,4 | 16,6 |
| Estoril | 17,1 | 13,9 | 69,2 | 67,8 | 18,3 |
| Parede | 16,6 | 12,2 | 69,2 | 66,6 | 21,2 |
| S. Domingos de Rana | 20,3 | 16,8 | 71,1 | 72,0 | 11,2 |

Figura nº 94
Evolução dos Grupos Funcionais por freguesia de 1991 a 2001

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População de 1991 e 2001

Relativamente à estrutura familiar por freguesia, para o mesmo período em análise, de 1991 a 2001, registou-se um aumento na ordem dos 5% para as denominadas famílias clássicas constituídas apenas com 1 indivíduo, em todas as freguesias. Também para as famílias com 2 pessoas se registou um acréscimo, mas percentualmente menos significativos. As famílias com 3 indivíduos registaram aumentos apenas na freguesia de Cascais, (0,5%), as restantes freguesias registam graduais diminuições de valores nos agregados familiares compostos por 3 ou mais pessoas, assistindo-se mesmo a decréscimos superiores a 5%, como é possível aferir na freguesia da Parede, ou São Domingos de Rana.

| | Alcabideche | | Carcavelos | | Cascais | | Estoril | | Parede | | São Domingos de Rana | |
|------------------------|-------------|-------|------------|-------|---------|-------|---------|-------|--------|-------|----------------------|-------|
| | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 |
| Com 1 pessoa | 11,8% | 15,9% | 15,1% | 21,6% | 18,1% | 22,0% | 18,8% | 24,1% | 17,5% | 25,5% | 9,7% | 13,4% |
| Com 2 pessoas | 25,0% | 29,6% | 27,4% | 31,8% | 27,0% | 30,8% | 27,3% | 31,7% | 27,3% | 32,9% | 23,2% | 28,9% |
| Com 3 pessoas | 26,7% | 25,8% | 27,1% | 24,8% | 21,8% | 22,3% | 23,0% | 21,2% | 23,9% | 21,1% | 28,7% | 28,6% |
| Com 4 pessoas | 24,2% | 19,7% | 21,4% | 16,6% | 20,5% | 17,2% | 19,7% | 15,5% | 19,1% | 13,9% | 26,4% | 21,1% |
| Com 5 pessoas | 7,6% | 6,0% | 6,4% | 3,9% | 8,2% | 5,1% | 7,0% | 5,0% | 7,4% | 4,6% | 3,0% | 5,8% |
| Com 6 pessoas | 2,8% | 1,7% | 1,8% | 0,9% | 2,8% | 1,8% | 2,5% | 1,8% | 2,7% | 1,1% | 2,6% | 1,6% |
| Com 7 pessoas | 0,9% | 0,7% | 0,5% | 0,3% | 0,9% | 0,5% | 1,0% | 0,4% | 4,0% | 0,4% | 0,9% | 0,5% |
| Com 8 pessoas | 0,4% | 0,3% | 0,1% | 0,1% | 0,4% | 0,2% | 0,4% | 0,3% | 0,4% | 0,3% | 0,2% | 0,2% |
| Com 9 pessoas | 0,2% | 0,1% | 0,0% | 0,0% | 0,1% | 0,1% | 0,2% | 0,1% | 0,2% | 0,1% | 0,1% | 0,0% |
| Com 10 ou mais pessoas | 0,3% | 0,1% | 0,1% | 0,1% | 0,1% | 0,0% | 0,1% | 0,0% | 0,4% | 0,0% | 0,2% | 0,0% |

Figura nº 95

Evolução do número de pessoas em famílias clássicas por freguesia de 1991 a 2001

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População de 1991 e 2001

Finalmente, a análise à evolução da população pensionista ou reformada residente no concelho, permite aferir o significativo acréscimo ocorrido na última década. Em número de efetivos, para o total concelhio, este acréscimo foi de 5372 indivíduos. Ao nível da freguesia, o maior crescimento efetivo foi registado nas freguesias de Cascais e São Domingos de Rana, apesar de as freguesias com a população mais envelhecida serem as freguesias do Estoril e Parede.

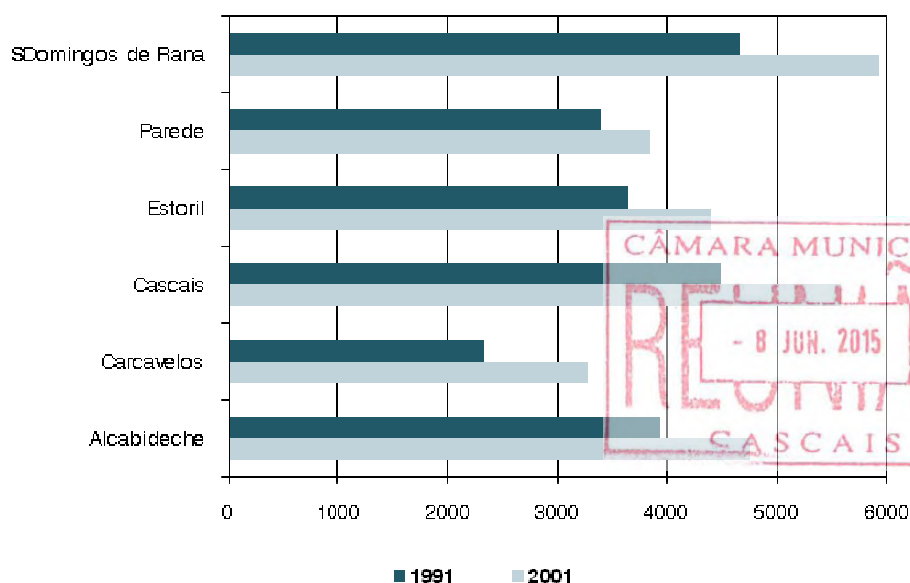


Figura nº 96
Evolução da população pensionista ou reformada residente
no concelho de Cascais por freguesias de 1991 a 2001

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População de 1991 e 2001.

O envelhecimento demográfico que a nossa sociedade enfrenta não deverá ser encarado de forma penosa, pois o progressivo aumento da esperança média de vida permitirá diferenciar entre os limites físicos para desempenhar uma qualquer atividade e o limite cronológico, diferenciação que ainda se aplica indiscriminadamente. A população mais envelhecida pode vir a não ser uma grande preocupação social, sendo antes de grande utilidade para a sociedade.

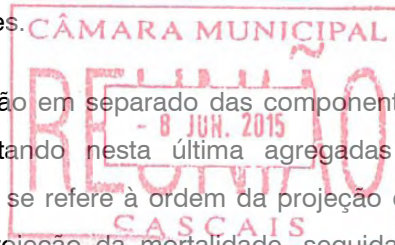
Uma sociedade constituída por um número relevante de indivíduos com idades avançadas, pode criar novas atividades económicas e profissões, em áreas tão diversas como prestação de serviços comunitário, redes de solidariedade, diferenciação de ambientes arquitetónicos, padrões de consumo, produtos e serviços concebidos especificamente para as necessidades da população alvo.

Neste sentido, estará ao alcance de todos não apenas enunciar objetivos, mas também concretizar propostas que permitam reorganizar o ciclo de vida, através da reorganização das nossas opções quotidianas no que diz respeito à relação idade-trabalho-produção, a fim de atingir a justiça, a equidade social e o equilíbrio entre todos.

8.4. CENÁRIOS DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

A evolução demográfica verificada nas últimas décadas, dando maior relevância à análise entre 1991/2001, permitiu elaborar um exercício prospetivo da população do concelho de Cascais, para a qual foi utilizado o método das componentes.

Este método, tal como o nome indica, consiste na projeção em separado das componentes mortalidade, natalidade e movimentos migratórios (estando nesta última agregadas a emigração, a imigração e as migrações internas). No que se refere à ordem da projeção ela não é de todo aleatória, uma vez que se inicia pela projeção da mortalidade, seguida a natalidade e só por fim se acrescentam os movimentos migratórios.



A projeção de todas as componentes é feita por sexos em separado, projetando-se primeiro o sexo feminino e só depois o sexo masculino; e por intervalos de tempo e grupos etários quinquenais, de acordo com o modelo 5x5. Relativamente ao período temporal analisado, começa-se a projetar em 2001 (ano de partida) passando-se para 2006, 2011 e por último 2021 (o ano de chegada adotado);

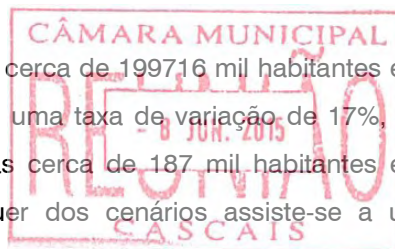
Em termos de grupos de idades, a projeção recai sobre os grupos tradicionalmente estabelecidos, inicia-se no grupo 0-4 anos, passando para o grupo dos 5-9 anos e assim sucessivamente até se atingir o grupo terminal, que por opção corresponde ao dos 75 + anos. Projeta-se então, grupo de idades a grupo de idades, seguindo-se as gerações ao máximo, desde 2001, até se atingir o seu termo. O total populacional resulta das interações prováveis das diferentes componentes com a estrutura e obtém-se pelo somatório das idades projetadas.

A representação gráfica de toda a informação é levada a cabo num importante instrumento de trabalho, muito utilizado em Análise Demográfica, e que é o diagrama de Lexis, funcionando como uma folha de cálculo, o diagrama permite aplicar à estrutura de partida distribuída por sexos e grupos de idades, as taxas de sobrevivência e fecundidade hipotéticas, pré-estabelecidas nos diferentes jogos de hipóteses.

O método das componentes consiste numa metodologia que permite, entre outras coisas, tornar explícitas as hipóteses de evolução de cada componente, bem como introduzir a vantagem de se poder trabalhar caminhos de evolução alternativos.

Através deste método, foram realizados dois cenários prospetivos aos anos quinquenais entre 2006 e 2021. O primeiro correspondeu a uma tendência migratória de acordo com os níveis de atração registados entre 1991 e 2001, e o segundo cenário, teve em conta a possibilidade de num futuro próximo existir um significativo abrandamento dos níveis migratórios, tanto internos como externos (imigração).

Assim, no primeiro cenário o Concelho de Cascais atingirá cerca de 199716 mil habitantes em 2011 e 227937 habitantes em 2021, o que corresponde a uma taxa de variação de 17%, na primeira década. Já o segundo cenário apresenta apenas cerca de 187 mil habitantes em 2011, com uma taxa de variação de 9,3%. Em qualquer dos cenários assiste-se a um crescimento populacional relevante.



Com base nos pressupostos analisados para as componentes microdemográficas (fecundidade e mortalidade), e partindo do princípio que o Concelho de Cascais continuará a ter um elevado poder de atração populacional, não só pela sua localização geográfica, mas sobre tudo pela dinâmica económica desenvolvida, que proporciona uma elevada qualidade de vida, o cenário analisado será o que apresenta um maior nível de crescimento, em que no ano 2011 o Concelho de Cascais terá cerca de 200 mil habitantes.

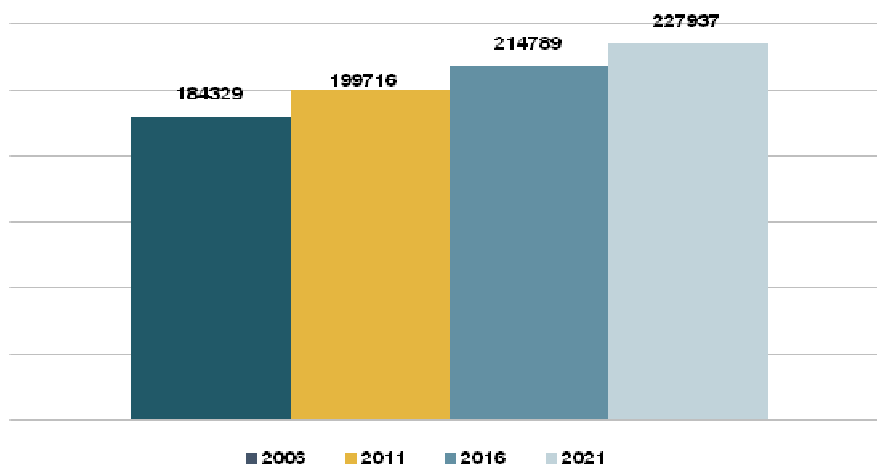


Figura nº 97
Evolução da População Residente do Concelho de Cascais de 2006 a 2021 (Cenário Prospetivo)⁹

⁹ Fonte: *Dissertação de Mestrado de Filipa Marrecas Ferreira "A dinâmica populacional do Concelho de Cascais, a importância da análise prospetiva no apoio à tomada de decisão", Maio 2004. Universidade Nova de Lisboa- Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação.*

Num sentido claramente otimista, partindo do ano de 2001 com 170.683 habitantes, prospetiva-se que em média, nestes 20 anos a população tenderá a crescer a 1,5% por ano, valor superior ao crescimento registado entre 1991 e 2001.

Esta alteração positiva, irá ter consequências na estrutura da população, na medida em que a população mais jovem apresenta uma ligeira recuperação nos seus efetivos. Se no ano 2001 esta representava 15% do total, em 2006 passa para 16,2%, cinco anos depois apresenta o acréscimo de mais um valor percentual, 17,2%, e em 2021 chegará a representar 17,9% da população total do concelho de Cascais. Também a população idosa regista um aumento progressivo do seu valor percentual, assim se em 2001 registava 15% do total, este valor irá manter-se até 2011, altura em que tenderá a subir gradualmente até 2021, onde será de cerca de 17%.

Ao contrário destes dois grupos funcionais, a população ativa irá lentamente perder representatividade, perdendo em média um valor percentual por cada quinquénio; se em 2001 apresentava cerca de 69,8 %, em 2021 registará cerca de 65%.

Esta alteração estrutural representa a evolução dos grupos etários da população do Concelho de Cascais entre 2006 e 2021, na qual se verifica que existirá um ligeiro crescimento percentual dos grupos etários mais jovens e mais idosos em detrimento dos grupos etários potencialmente ativos. Consequência desta alteração será por um lado o adiamento do progressivo envelhecimento populacional, e por outro, um progressivo aumento do índice de dependência total.

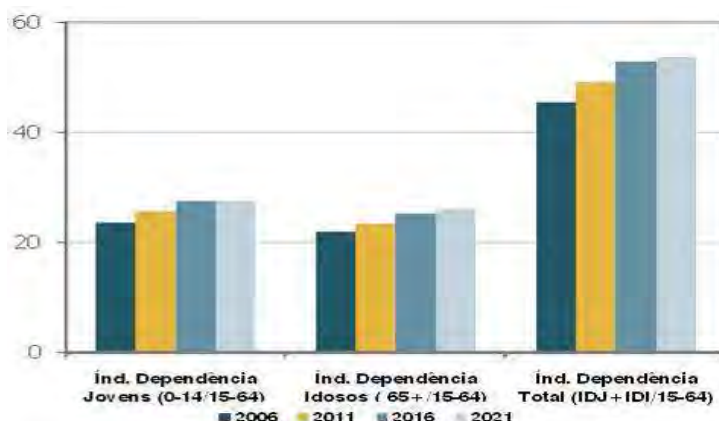


Figura nº 98
Evolução dos Índices de Dependência do Concelho de Cascais 2006 a 2021 (Cenário prospetivo)¹⁰

¹⁰ Fonte: Dissertação de Mestrado de Filipa Marrecas Ferreira "A dinâmica populacional do Concelho de Cascais, a importância da análise prospetiva no apoio à tomada de decisão", Maio 2004. Universidade Nova de Lisboa- Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação.

Com o decréscimo da população potencialmente ativa, os índices de dependência tendem inevitavelmente a aumentar, e a apresentação do índice de juventude da população e do índice de renovação da população ativa sustentam as afirmações anteriores, quando apresentam um decréscimo contínuo dos seus valores.

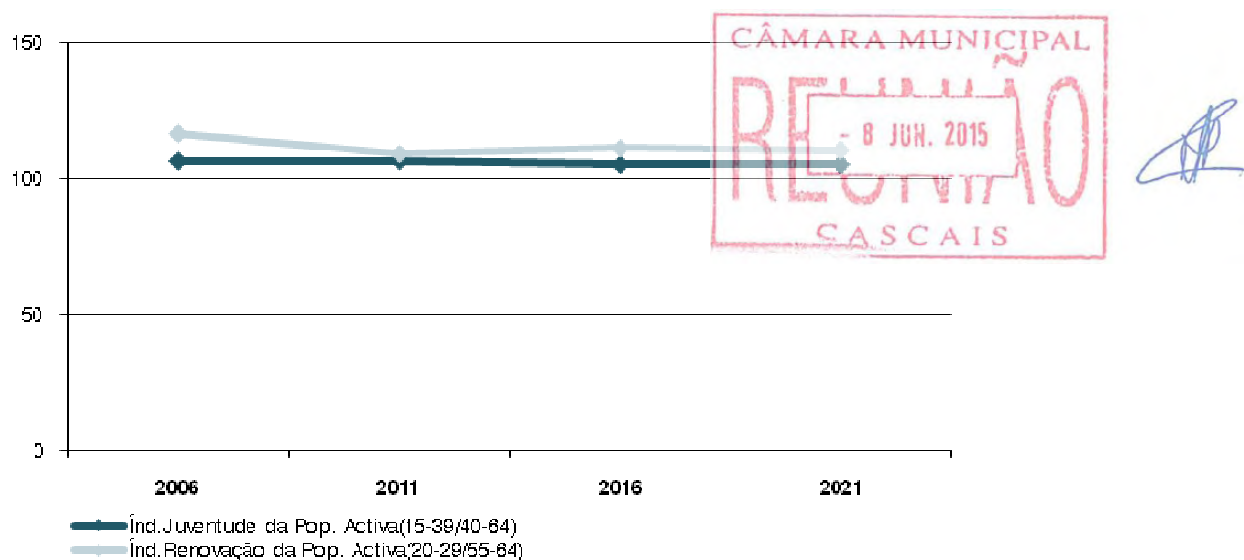


Figura nº 99
Evolução do Índice de Juventude e índice de Renovação da População Ativa do Concelho de Cascais 2006 a 2021 (Cenário Prospetivo)¹¹

O aumento da pressão demográfica, que se tem sentido no Concelho de Cascais, traduz-se numa constante exigência coletiva e individual. Não basta somente ter capacidade de atracção e gerir os recursos locais de acordo com a organização espacial existente, é necessário promover e desenvolver, de forma prospetiva, condições que possam trazer uma elevada qualidade de vida a esta população.

¹¹ Fonte: Dissertação de Mestrado de Filipa Marrecas Ferreira "A dinâmica populacional do Concelho de Cascais, a importância da análise prospetiva no apoio à tomada de decisão", Maio 2004. Universidade Nova de Lisboa- Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação.



A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.



A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.

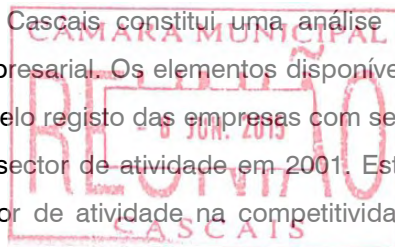
9. CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.

9.1. CARACTERIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS EXISTENTES POR SECTORES

A caracterização da estrutura sectorial do concelho de Cascais constitui uma análise de elevada importância para a avaliação da sua dinâmica empresarial. Os elementos disponíveis, como já avaliados para a Grande Lisboa, caracterizam-se pelo registo das empresas com sede no concelho, bem como pela população empregada por sector de atividade em 2001. Estes indicadores permitiram aferir a importância de cada sector de atividade na competitividade global concelhia.



No ano 2007, segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, a distribuição das empresas com sede no concelho de Cascais refletia a realidade sectorial existente, que se traduzia pela supremacia da representatividade das empresas do sector terciário (comércio e serviços), com 82%, em detrimento das empresas do sector primário, com 1%, ou do sector secundário, com 17%.

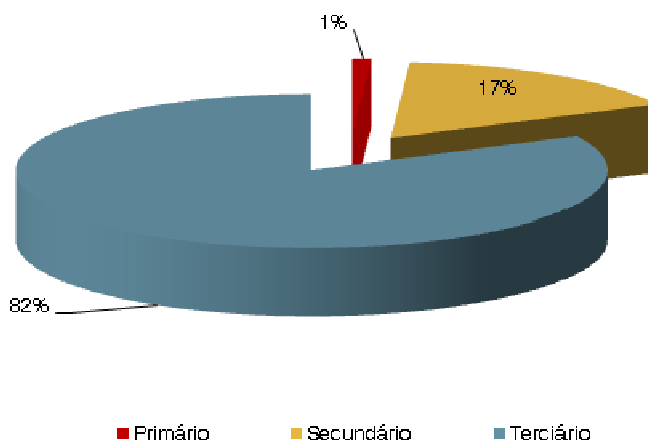


Figura nº 100
Empresas Sedeadas no Concelho por Sector de Atividade

Fonte: INE Base de Belém edição: 2007 (Empresas Sedeadas no Concelho de Cascais)

Na última década assistiu-se à continuidade do processo de desindustrialização, com a indústria a diminuir significativamente o número de estabelecimentos, nomeadamente no que concerne à indústria extractiva, à indústria de madeiras e cortiça, à fabricação de coque, produtos petrolíferos e combustíveis nucleares, fabrico de produtos químicos, à fabricação de artigos de borracha e materiais plásticos, à fabricação de produtos minerais e não metálicos,

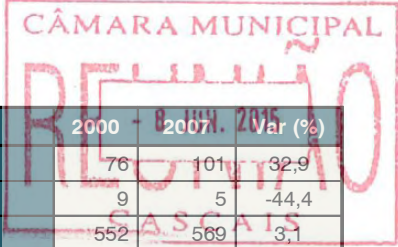
às indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos e finalmente à indústria transformadora não extrativa. Embora na totalidade do tecido industrial se tenha assistido a um ligeiro aumento do número de estabelecimentos, este acréscimo refletiu-se principalmente na indústria têxtil e na indústria de pasta, papel e cartão e seus derivados: edição e impressão, na fabricação de máquinas e de equipamentos não extrativos e na fabricação de equipamentos elétricos e de óptica.

Já no sector terciário, comércio e serviços, a tendência foi marcada por um acréscimo relevante de estabelecimentos, com destaque para os serviços de transporte, armazenamento e comunicações, de agências de viagens e turismo, de actividades financeiras, de actividades imobiliárias, de aluguer e serviços às empresas. Ressalva-se igualmente o crescimento do número de estabelecimentos na área da construção, consequência do crescimento do parque habitacional do concelho, dinâmica com maior incidência na década de 90 em consequência das intervenções da autarquia no que respeita ao desenvolvimento da rede viária, bem como à construção e reestruturação de equipamentos públicos.

Finalmente, o alojamento e restauração apresenta também um crescimento significativo, consequência da dinâmica do turismo no concelho, que representa um eixo estratégico relevante pela sua localização geográfica, isto é, pela sua proximidade a Lisboa, pela diversidade de recursos associados ao património histórico, cultural e ambiental concelhio e pela diversidade de equipamentos estruturais de animação, lazer e mesmo mobilidade, como empreendimentos turísticos de elevada qualidade, centros comerciais, aeródromo e autódromo, um centro de congressos e um casino com reconhecimento internacional, um hipódromo municipal, onde se realizam concursos de nível nacional e internacional, e campos de golf, representados geograficamente na carta 03.02.01.



No sector primário, quase inexistente, também se assistiu a um crescimento do número de empresas, que se deveu a um aumento da procura de empresas vocacionadas para a área de manutenção de jardins, espaços verdes e viveiros, bem como à existência da localização de sedes deste sector.



| Actividades Económicas por CAE | 2000 | 2007 | Var (%) |
|--|--------------|---------------|-------------|
| Agricultura, Produção Animal e Silvicultura e Pesca | 76 | 101 | 32,9 |
| Indústrias Extractivas | 9 | 5 | -44,4 |
| Indústrias Transformadoras | 552 | 569 | 3,1 |
| Indústrias Alimentares, Bebidas e do Tabaco | 55 | 62 | 12,7 |
| Indústria Têxtil | 24 | 33 | 37,5 |
| Indústria da Madeira, da Cortiça e suas Obras | 31 | 28 | -9,7 |
| Indústria de Pasta, de Papel e Cartão e seus Artigos; Edição e Impressão | 88 | 101 | 14,8 |
| Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos e Combustível Nuclear, Fabrico de Produtos Químicos | 19 | 18 | -5,3 |
| Fabricação de Artigos de Borracha e Materias Plásticas | 34 | 31 | -8,8 |
| Fabricação de Outros Produtos Minerais Não Metálicos | 30 | 28 | -6,7 |
| Indústrias Metalúrgicas de Base e Produtos Metálicos | 107 | 99 | -7,5 |
| Fabricação de Máquinas e de Equipamentos, N.E | 41 | 48 | 17,1 |
| Fabricação de Equipamentos Eléctricos e de Óptica | 49 | 58 | 18,4 |
| Fabricação de Material de Transporte | 11 | 12 | 9,1 |
| Indústrias Transformadoras, N. E. | 59 | 47 | -20,3 |
| Reciclagem | 4 | 4 | 0,0 |
| Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água | 4 | 10 | 150,0 |
| Construção | 1.033 | 1.123 | 8,7 |
| Comércio Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos | 2.640 | 2.739 | 3,8 |
| Alojamento e Restauração | 1.028 | 1.128 | 9,7 |
| Transporte, Armazenamento e Comunicações | 283 | 338 | 19,4 |
| Agências de Viagens e Turismo | 46 | 64 | 39,1 |
| Correios e Telecomunicações | 22 | 21 | -4,5 |
| Actividades Financeiras | 53 | 62 | 17,0 |
| Actividades Imobiliárias, Aluguer e Serviços às Empresas | 2.119 | 2.764 | 30,4 |
| Outras Actividades de Serviços (Administração Pública) | 1 | 1 | 0,0 |
| Outras Actividades | 1.062 | 1.304 | 22,8 |
| Total | 8.928 | 10.229 | 14,6 |

Figura nº 101
Evolução do Número Absoluto das Empresas Sedeadas no Concelho de Cascais por CAE (Classificação das Actividades Económicas)

Fonte: INE - Base de Belém edições: 2000 e 2007

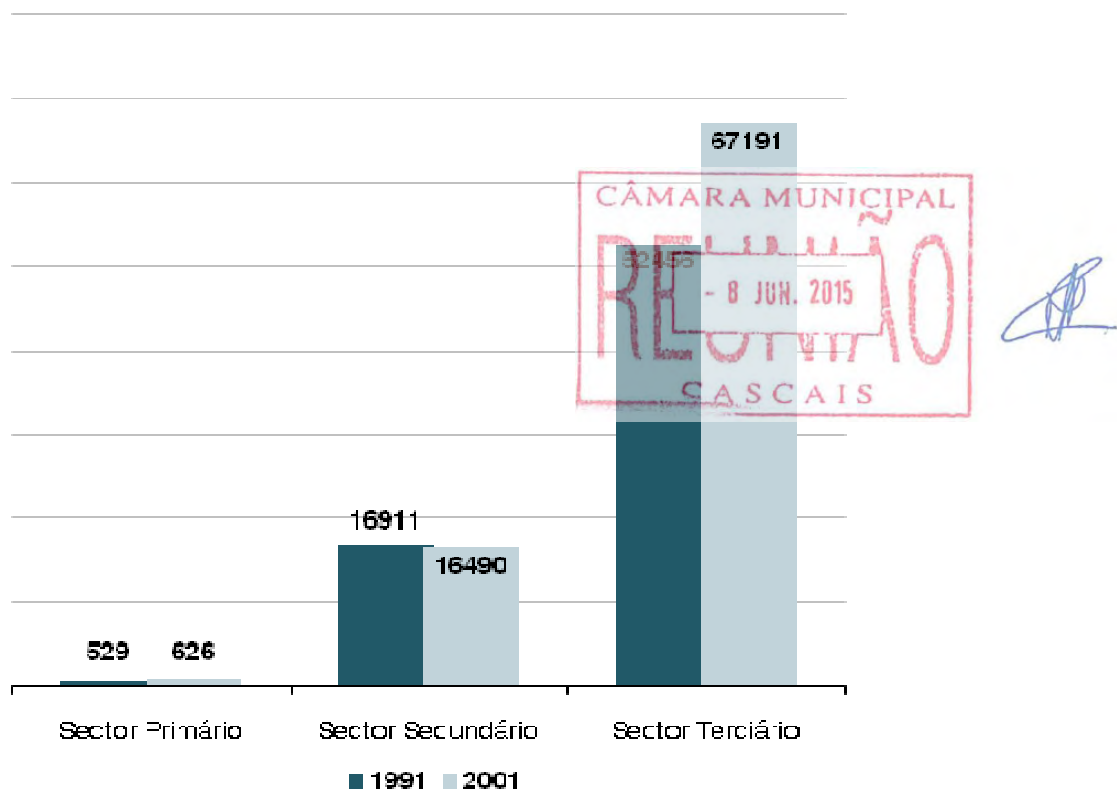


Figura nº 102
Evolução da População Residente Empregada
por Sector de Atividade Económica

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

A evolução da distribuição da população empregada por sector de atividade confirma o cenário apresentado na constituição das empresas sedeadas, uma vez que apresenta uma larga predominância do sector terciário.

Simultaneamente, assistiu-se a uma significativa alteração na estrutura da qualificação da população residente empregada, com destaque para o aumento dos empregados nos grupos profissionais associados ao sector terciário, comércio e serviços.

Porém, dos diversos grupos profissionais representados, os especialistas das profissões intelectuais e científicas e os quadros superiores de administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas, foram os dois grupos que registaram o maior crescimento efetivo.

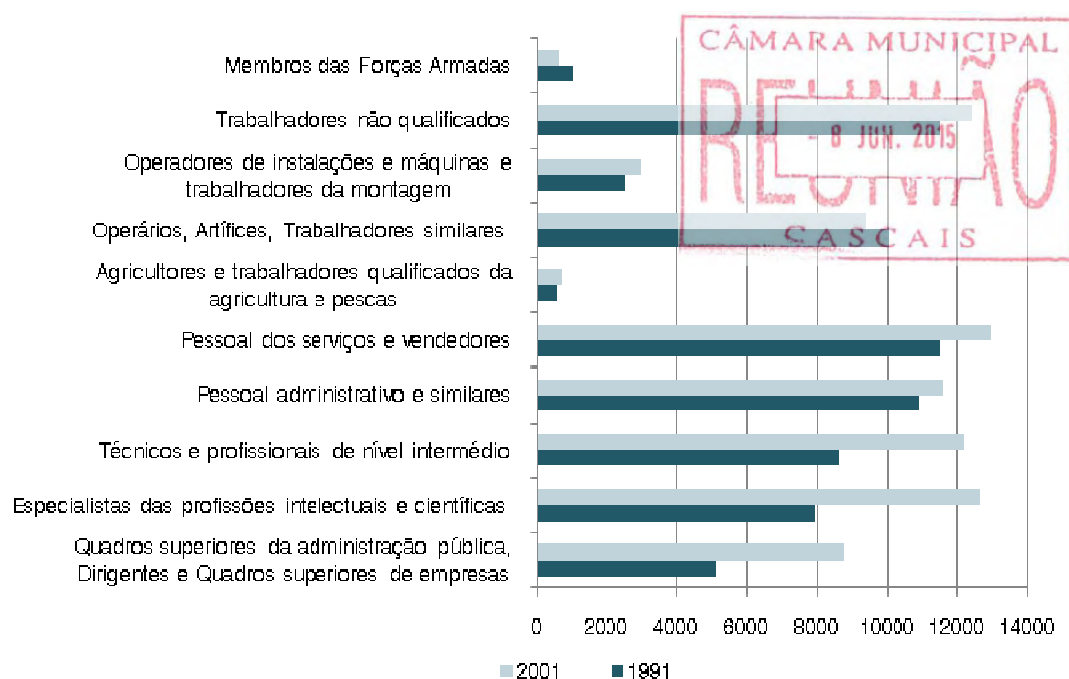


Figura nº 103
Evolução da População Empregada por Grupos Profissionais em 1991 e 2001

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

O acentuado crescimento dos dois grupos profissionais já destacados está refletido na evolução do grau de escolaridade de 1991 a 2001, uma vez que se assistiu a um evidente aumento, de 4,4%, da população com cursos médios e cursos superiores, que perpez 17,8% do total da população em 2001. Nos restantes graus de ensino também foi observado um aumento significativo nomeadamente no 2º e 3º ciclo de ensino básico, em que em 2001 estes representavam 29,1% da população residente.

Já relativamente aos graus de ensino, sem qualquer nível de instrução e 1º ciclo de ensino básico, apesar de se assistir a uma crescimento efetivo em qualquer destes dois níveis, de 1991 a 2001, houve um decréscimo do valor de representatividade na população, isto é se em 1991 o primeiro grupo sem qualquer instrução representava 12,8% da população residente em 2001 representava 11,7% e em 1991 o 1º ciclo de ensino básico representava 30,17% da população em 2001 este valor correspondeu a 22,4% da população residente no concelho de Cascais.

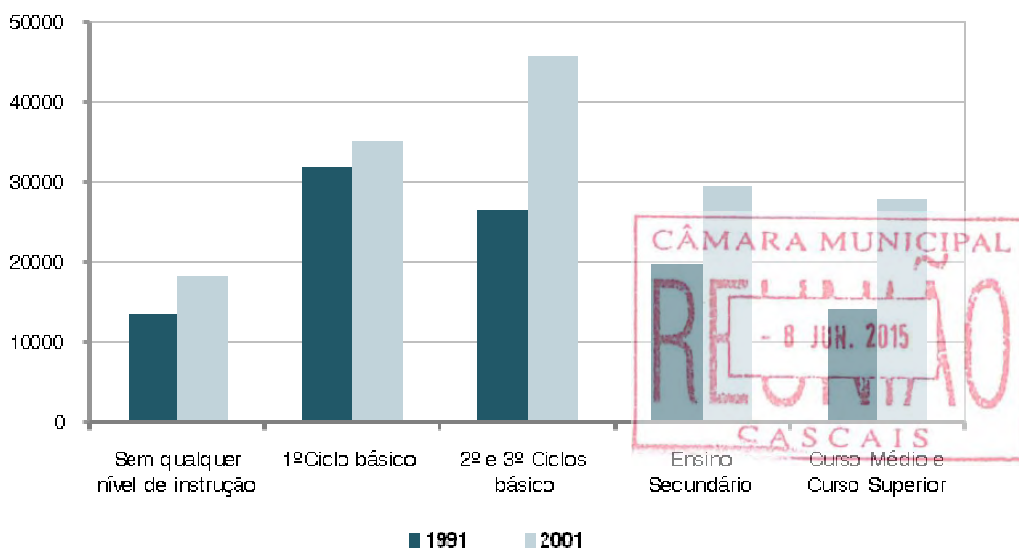


Figura nº 104
Evolução do grau de escolaridade da população residente no Concelho de Cascais

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001.

O aumento percentual das habilitações académicas da população residente no Concelho de Cascais não evitou o aumento do desemprego.

A análise dos valores registados nos Censos de 1991 e 2001, denunciam um ligeiro aumento percentual da população ativa desempregada, cerca de 10%, de 4,8% (5.161 indivíduos), para 5,3% (6.273 indivíduos).

Este aumento registou-se sobretudo com o aumento da população à procura do 1º emprego, que subiu de 20% da população desempregada (1.032 indivíduos) para 23,4% (1.468 indivíduos), ou seja, um acréscimo de 42,5%.

No que se refere à população desempregada que procura novo emprego, registou-se um aumento de 4.129 para 4.805 indivíduos, ou seja, 16,4%.

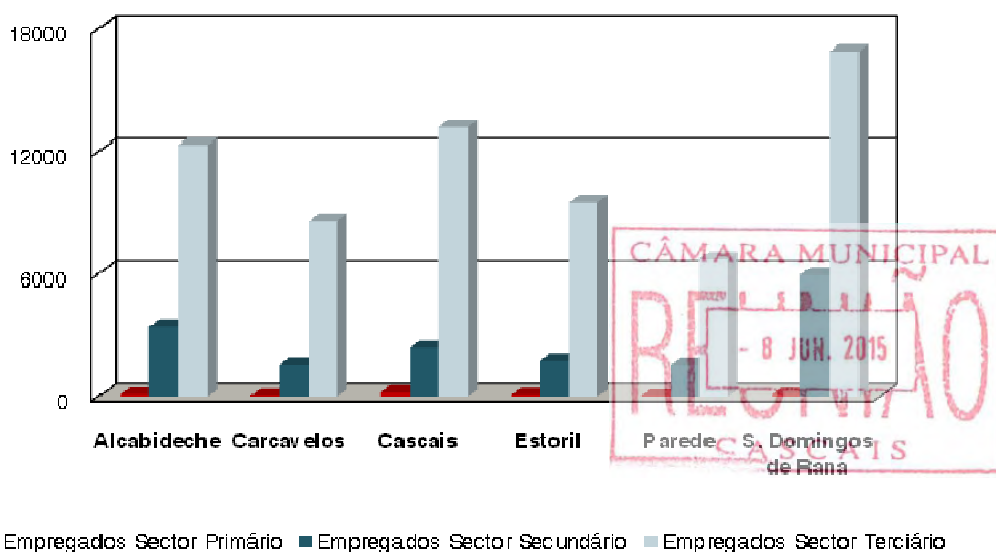


Figura nº 105
Estrutura da População Empregada por Sector de
Atividade Económica e por Freguesia

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População 2001.

Num contexto municipal, ao nível da freguesia destacam-se diferentes graus de dependência no que respeita ao emprego e conseqüentemente à diferenciação da localização das diversas atividades económicas. Assim, as freguesias do litoral, como conseqüência de um processo de urbanização mais adiantado, concentram em larga medida as atividades económicas inerentes ao sector terciário, nomeadamente comércio e serviços, como se pode aliás observar na carta 03.02.01 referente às áreas das atividades económicas. Já as freguesias do interior, apesar da predominância do mesmo sector, apresentam maior potencial na fixação dos restantes sectores de atividade, principalmente do sector secundário, em resultado da impulsão do corredor de atividade industrial ou de armazenagem de Trajouce - Abóbada na freguesia de São Domingos de Rana ou pelo corredor industrial de Albarraque - Abrunheira - Mem Martins no concelho de Sintra, também representados na carta 03.02.01 e identificados como áreas com uso predominantemente industrial, ao abrigo do Artigo 46º do Regulamento do Plano Diretor Municipal em vigor.

9.2. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA TURÍSTICO

Em consequência da crescente competição e globalização dos mercados internacionais e da diminuição de performance que se observa junto dos mercados clássicos que lhe deram origem, o turismo nacional deve reorganizar-se para enfrentar novos desafios.

Em Portugal, o Turismo adquiriu um estatuto que lhe confere uma posição privilegiada entre os restantes sectores da atividade económica, por ser um eixo estruturante de desenvolvimento da economia nacional, proporcionando emprego e pelos múltiplos efeitos que induz em todos os restantes sectores de atividade. Também no Concelho de Cascais, o Turismo é considerado como eixo estratégico para o desenvolvimento local, por toda a dinâmica envolvente e pelos efeitos que produz sobre os serviços e comércio local.

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT 2006-2015, Ministério da Economia, Secretaria de Estado do Turismo) é o documento de base que define a estratégia nacional, através da descrição dos objetivos gerais, no intuito de consagrar a atividade turística nacional como uma atividade qualificada e sustentável. O PENT descreve as intenções nacionais em V eixos:

- Eixo I – Território, Destinos e Produtos;
- Eixo II – Marcas e Mercados;
- Eixo III – Qualificação de Recursos;
- Eixo IV – Distribuição e comercialização;
- Eixo V – Inovação e conhecimento.

No essencial, o PENT pretende dinamizar “clusters” regionais e desenvolver novos polos de atração turística através do reconhecimento de 10 produtos definidos como de elevada atratividade e de interesse estratégico, proporcionando postos de trabalho, cativação de investimento, diferenciação da oferta, e requalificação de recursos, como recursos humanos, serviços e destinos.

Assim, para o desenvolvimento e consolidação de marcas e mercados nacionais, os produtos selecionados caracterizam-se por:

- *Meetings Incentives Conventions & Exhibitions (MICE)*;
- Turismo de Natureza;
- Gastronomia e Vinho;

- Saúde e Bem-Estar;
- Touring cultural e paisagístico;
- Turismo Residencial;
- City/Short Breaks; Golfe;
- Turismo Náutico e;
- Sol & Mar.

Destaca-se ainda a importância da requalificação urbana, ambiental e paisagística como componente fundamental do produto turístico.



A nível nacional, a Grande Lisboa caracteriza-se por ser um destino preferencial, imediatamente a seguir ao Algarve e à Madeira, o que se deve não só à gradual valorização da imagem internacional de Lisboa (cidade) e da sua área metropolitana, (Lisboa'94 – Capital Europeia da Cultura; classificação de Sintra como Património Mundial pela UNESCO e EXPO'98), mas também à diversificação da oferta cultural e desportiva, à riqueza do património arquitetónico e urbano, e à beleza da paisagem natural, onde se salientam os extensos quilómetros de costa atlântica, com destaque para a Costa do Estoril.

Na última década assistiu-se a um crescimento do investimento no sector turístico em toda a Grande Lisboa. Se em 1997 metade dos seus concelhos (Amadora, Loures, que ainda incluía o atual território do concelho de Odivelas, Mafra, e Vila Franca de Xira) não possuíam qualquer empreendimento turístico, em 2007, somente Odivelas ainda continuava na mesma situação. Porém, a oferta turística não se faz sentir com a mesma força em todo este território: o concelho de Lisboa caracteriza-se como sendo o de maior peso em termos de empreendimentos turísticos, com 70% do total dos equipamentos existentes, seguido de Cascais com 15,7% (apesar da ligeira descida entre 1997 e 2007, de 18% para 15,7%), descida também sentida em Lisboa, em consequência do aumento de equipamentos nos restantes concelhos. Lisboa e Cascais mantêm-se assim como os concelhos que apresentam maior capacidade de atracção turística e, consequentemente, como os concelhos onde o investimento turístico é maior.

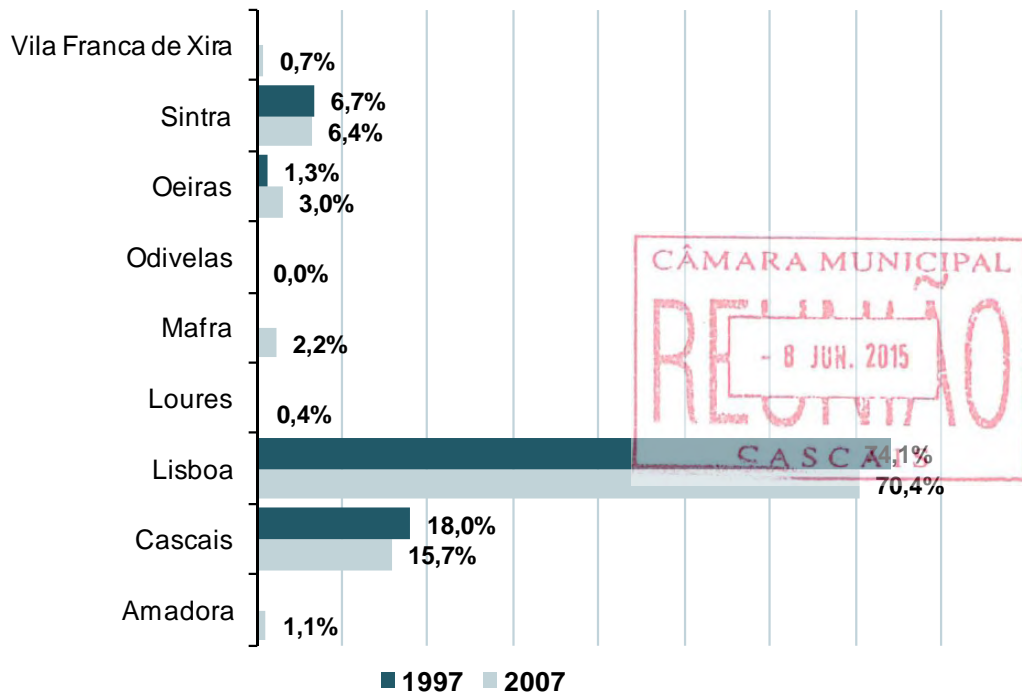


Figura nº 106
Evolução do número de empreendimentos turísticos na Grande Lisboa, entre 1997 e 2007

Fonte: INE - Anuários Estatísticos de 1997 e 2007;

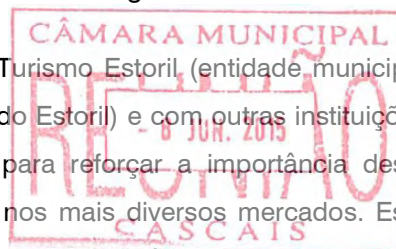
Cascais, tradicionalmente um pequeno porto de pesca, tornou-se numa das localidades portuguesas preferidas pelos turistas. Descoberta pela aristocracia nos finais do século XIX, a vila de Cascais assistiu a grandes transformações: surgem pequenos palácios, as casas de veraneio, e luxuosas residências particulares, que indiscutivelmente deixaram uma marca de prestígio no desenho urbanístico do Concelho de Cascais.

No início do século XX, Cascais tornara-se num retiro de excelência de reis e aristocratas; em meados daquele século, no decorrer da Segunda Grande Guerra, Cascais transformou-se num palco de cenas de espionagem e diplomacia secreta, e no refúgio de grande parte da aristocracia, forçada ao exílio. Esta atmosfera cosmopolita, que persiste até aos nossos dias, marcou a região como um destino turístico de eleição, que se demarca pelos seus hotéis, pelo Casino, pelos diversos parques naturais e pela sua magnífica localização, enquadrada pelo oceano Atlântico e pela Serra de Sintra.

O concelho de Cascais distingue-se como um centro turístico repleto de características naturais, como a sua baía, banhada pelo oceano Atlântico, onde se pode observar o contraste existente entre as cores garridas dos pequenos barcos de pesca tradicional e a sobriedade

dos iates e barcos à vela ancorados na moderna e sofisticada marina. Privilegiado pelo seu clima mediterrâneo, que se caracteriza por invernos amenos e verões com uma temperatura que nunca atinge valores muito elevados, proporciona uma combinação harmoniosa entre os prazeres de estar a 20 km de uma grande cidade e capital europeia, e de usufruir de uma costa repleta de pequenas praias viradas a sul, de areia branca e de águas calmas.

A Câmara Municipal de Cascais, em colaboração com a Turismo Estoril (entidade municipal responsável pela promoção internacional da região Costa do Estoril) e com outras instituições do município, tem vindo a desenvolver uma estratégia para reforçar a importância deste concelho como destino turístico nacional e internacional, nos mais diversos mercados. Esta estratégia passa por apoiar a consolidação dos empreendimentos turísticos, bem como por salvaguardar os aspetos ambientais, paisagísticos e urbanísticos mais qualificados no concelho, como a recuperação das Termas do Estoril, que poderão vir a restabelecer o turismo de saúde e bem-estar no concelho, apostar no turismo de natureza e ambiental de qualidade, direcionado para a utilização dos diversos espaços de beleza natural de que o concelho dispõe, nomeadamente a zona costeira e o Parque Natural Sintra-Cascais, o investimento em visitas guiadas, passeios a cavalo, desportos náuticos, excursões de percursos pedestres ou de bicicleta, e finalmente, por uma aposta na promoção do concelho através de uma política contínua de apoios a eventos internacionais desportivos e culturais.



Este investimento tem o intuito de colocar Cascais no mapa do turismo de qualidade mundial, não só recuperando a tradição do concelho como centro de atracção turística, pela sua localização geográfica e condições climáticas, mas estimulando também o aumento da oferta turística e consequentemente a criação de mais postos de trabalho.

| Tipo | Nº de Estabelecimentos | | | | Capacidade de Alojamento (em Camas) | | | |
|------|------------------------|-------|--------|---------|-------------------------------------|-------|--------|---------|
| | Ano | Total | Hotéis | Pensões | Outros Estab. | Total | Hotéis | Pensões |
| 1997 | 43 | 20 | 11 | 12 | 6.312 | 4.134 | 274 | 1.904 |
| 1998 | 41 | 20 | 9 | 12 | 6.238 | 4.095 | 236 | 1.907 |
| 1999 | 39 | 22 | 7 | 10 | 7.309 | 5.266 | 153 | 1.890 |
| 2000 | 43 | 24 | 7 | 12 | 8.251 | 5.761 | 211 | 2.279 |
| 2001 | 43 | 24 | 7 | 12 | 7.877 | 5.472 | 232 | 2.173 |
| 2002 | 42 | 23 | 6 | 13 | 7.197 | 4.873 | 211 | 2.113 |
| 2003 | 40 | 22 | 6 | 12 | 6.714 | 4.357 | 211 | 2.146 |
| 2004 | 38 | 22 | 5 | 11 | 6.596 | 4.185 | 198 | 2.213 |
| 2005 | 41 | 21 | 7 | 13 | 7.339 | 4.714 | 213 | 2.394 |
| 2006 | 40 | 21 | 6 | 13 | 7.393 | 4.717 | 218 | 2.458 |
| 2007 | 42 | 21 | 8 | 13 | 7.521 | 4.698 | 243 | 2.580 |
| 2008 | 40 | 21 | 7 | 12 | 7.278 | 4.736 | 196 | 2.346 |
| 2009 | 39 | 20 | 7 | 12 | 7.272 | 4.691 | 230 | 2.351 |

Figura nº 107

Número de Empreendimentos Turísticos e Capacidade de Alojamento em camas

Fonte: INE- Anuários Estatísticos de 1997 a 2009;

De acordo com a informação disponível no Instituto Turismo de Portugal, estão classificados em Cascais 79 empreendimentos turísticos, distribuídos pelas seguintes tipologias:

| Apartamentos turísticos | Estabelecimentos hoteleiros | | Estalagens / Pensões | Aldeam. Turísticos | Turismo de Hab. | Parque de Campismo |
|-------------------------|-----------------------------|----------------------|----------------------|--------------------|-----------------|--------------------|
| | Hotéis | Hotéis / apartamento | | | | |
| 33 | 25 | 6 | 11 | 2 | 1 | 1 |

Figura nº 108

Número de Empreendimentos Turísticos e Respetivas Tipologias

Fonte: Instituto Turismo de Portugal - 2011

No total destes empreendimentos, foram contabilizadas mais de 10.000 camas, distribuídas por cerca de 4.000 unidades de alojamento.

Os empreendimentos turísticos existentes em Cascais, são de grande qualidade, pois do total, 22 possuem classificação de 4 estrelas ou mais. Representando cerca de 85% daquelas, destacam-se os estabelecimentos hoteleiros, com mais de metade de categoria igual ou superior a 4 estrelas.

Foram ainda identificados para Cascais, 24 projetos de arquitetura de empreendimentos turísticos ou PIP's, com parecer favorável emitido pelo TP, sendo: 11 estabelecimentos

hoteleiros (9 hotéis, 1 hotel-apartamento e 1 pousada), 5 aldeamentos turísticos, 3 apartamentos turísticos, 2 conjuntos turísticos e 3 pensões/motéis.

O investimento ocorrido na última década não se refletiu no aumento significativo do número de estabelecimentos hoteleiros existentes, mas sim na sua renovação e consequentemente na melhoria da qualidade dos serviços prestados. Este investimento, aferido pelo aumento de aproximadamente 19% da capacidade de alojamento (informação aferida pelo número de camas), incidu fundamentalmente no aumento do número de camas nas estabelecimentos hoteleiros, cerca de 14%, bem como nas unidades dos aldeamentos turísticos, cerca de 35,5%.

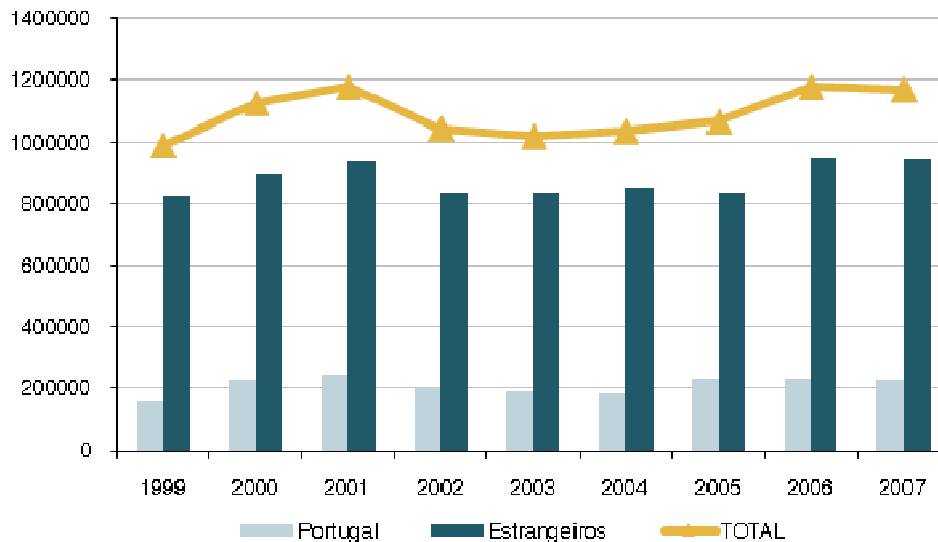
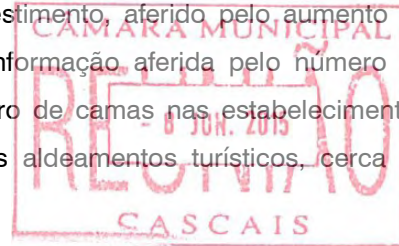


Figura nº 109
Número de Dormidas de Hóspedes por Origem (Nacional e Estrangeiro)

Fonte: INE- Anuários Estatísticos de 1997 a 2009;

A população que usufrui destes equipamentos hoteleiros é na sua grande maioria proveniente do estrangeiro (cerca de 80%), restando um núcleo de 20% constituído por residentes do território nacional. Esta discrepância é bastante evidente na análise do gráfico (fig. nº 91) que apresenta o número de dormidas de hóspedes por origem. Este permite-nos verificar igualmente que entre 1999 e 2001 existiu um aumento da procura do concelho como destino turístico, aumento este que se repetiu entre 2005 e 2007.

9.3. PRODUTOS TURÍSTICOS EXISTENTES

Orientada pela estratégia nacional (Plano Estratégico Nacional do Turismo - PENT 2006-2015), a “Turismo Estoril” apresenta uma estratégia de promoção da Costa do Estoril apoiada numa seleção de produtos de excelência. Realce ainda para a requalificação urbana, ambiental e paisagística que, no PENT 2006/2015, é assumida como uma das componentes fundamentais do produto turístico, a qual é, simultaneamente, uma das grandes apostas deste PDM.

A estratégia definida pela “Turismo Estoril”, espelha um novo passo, no sentido de oferecer um Destino de Excelência, atentos quer ao cenário atual em que o sector convive, bem como à consciência da existência de um novo paradigma em termos de procura turística, assumindo-se uma verticalização em termos de atuação, por um lado, e atendendo ao peso crescente que os produtos em desenvolvimento assumem na oferta turística do Destino.

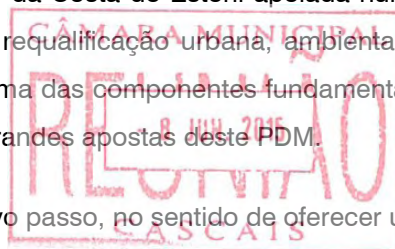
Fruto de um conjunto de investimentos que foram feitos ao longo da última década – Centro de Congressos do Estoril, modernização e reabilitação de um conjunto de âncoras turísticas, recuperação e inauguração de estabelecimentos hoteleiros e conseqüentemente a evolução do produto oferecido por parte das agências de viagens – permitiram que o destino Estoril apresentasse uma oferta turística competitiva e cada vez mais formatada para o produto MI.

Trata-se de uma evolução benéfica para a região e que importa consolidar, porque se trata de um segmento que apresenta uma mais-valia acentuada, com um gasto médio diário cerca de 3 vezes superior ao turista de lazer.

Assim, atendendo às exigências do mercado e a nova tendência da procura revelada, sem esquecer, a atual configuração da oferta do destino, será dada especial atenção a esse segmento no âmbito da marca Estoril, e as valências que incorpora a sua proposta de valor.

Nesse sentido, os Planos a implementar, terão em consideração as diferentes dinâmicas dos produtos que compõem o Destino Estoril – Lazer, Turismo de Negócios e Golfe – não esquecendo outros que importa construir, como seja, o Turismo de Saúde e Bem Estar, o Turismo Náutico e o Turismo de Natureza.

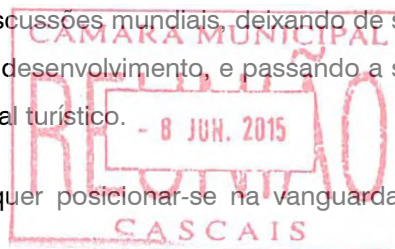
A prossecução das boas práticas em matérias de promoção e a captação/manutenção de eventos de nível internacional, surgem indubitavelmente, como os eixos principais do desenvolvimento turístico do Estoril, procurando inovar nos mecanismos e nas ferramentas disponíveis para atingir os objetivos a que nos propomos.



O conceito de sustentabilidade em Turismo não é novo. Há algumas décadas que tem sido objeto de estudo e ações concretas por parte da Organização Mundial do Turismo.

No entanto as alterações climáticas, a cada vez maior sensibilidade para a temática ambiental, aliados à preocupação com o bem-estar das populações residentes em destinos turísticos, trouxeram o tema da sustentabilidade para o centro das discussões mundiais, deixando de ser uma preocupação apenas dos países/destinos em vias de desenvolvimento, e passando a ser uma preocupação comum a todos os Estados com potencial turístico.

Ora, o destino “Estoril”, atento a essas preocupações, quer posicionar-se na vanguarda e tornar-se o primeiro Green Destination a nível mundial.



Tal ambição resulta da vontade de passar da teoria para a prática, sendo que a atribuição do “Green Globe Award” ao Centro de Congressos do Estoril, personifica a dinâmica que se pretende implementar e estender a todo o tecido empresarial e público da região.

9.3.1. GASTRONOMIA E VINHO

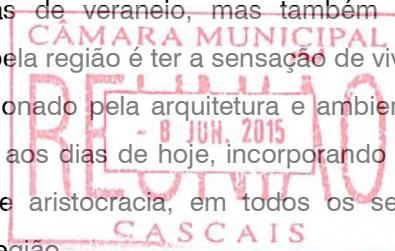
As especialidades regionais da Costa do Estoril são o peixe e o marisco. Entre os pratos mais característicos destaca-se o ensopado de peixe, o robalo grelhado, o linguado, o bacalhau seco, o arroz de marisco, a lagosta grelhada, os caranguejos estufados, o polvo à lagareiro, entre muitos outros.

Nas mais deliciosas receitas destacam-se doces como as tradicionais e famosas Areias de Cascais.

Quanto aos vinhos, a qualidade dos melhores tintos portugueses é considerada pelos conhecedores equivalente à dos seus congéneres franceses, que são, aliás, muito mais caros. As principais regiões demarcadas situam-se no Douro, no Dão e no Alto Alentejo, mas na própria região da Costa do Estoril produz-se, em pequeníssimas quantidades, o vinho de Colares e o vinho de Carcavelos.

9.3.2. TOURING CULTURAL E PAISAGÍSTICO

A riqueza do património da Costa do Estoril reflete a herança deixada pela monarquia, nomeadamente pela presença frequente dos Reis D.Luís e D.Carlos, atraindo a Corte e a burguesia, que aqui construíram importantes moradias de veraneio, mas também da aristocracia europeia durante a II Grande Guerra. Passear pela região é ter a sensação de viver em outros tempos, de pertencer a outro mundo, proporcionado pela arquitetura e ambiente envolvente. Mas a Costa do Estoril soube bem adaptar-se aos dias de hoje, incorporando no presente todo o seu passado de *glamour*, delicadeza e aristocracia, em todos os seus múltiplos ambientes, que se reflete em cada paisagem da região.



Em Cascais, sente-se a calma brisa do mar vinda da sua acolhedora baía, palco de tão importantes acontecimentos como o desembarque de Nicolau Coelho, o primeiro capitão da armada de Vasco da Gama a chegar da Índia.

É todo um passado histórico e cheio de *glamour*, de cariz romântica, que se reflete a cada esquina e em cada paisagem da região.

9.3.3. SAÚDE E BEM-ESTAR

As Termas do Estoril são o refúgio perfeito para quem pretende cuidar do corpo e revitalizar a mente recorrendo aos mais avançados cuidados de saúde e beleza hidrológicos.

Num ambiente de sofisticação e tranquilidade, os visitantes das Termas do Estoril têm à sua disposição os melhores serviços de saúde termal, desde piscina e ginásio, passando pelos duches e banheiras, aos gabinetes médicos e salas de tratamento e repouso.

Tradição e qualidade desde o século XVIII, este espaço de saúde e bem-estar oferece tratamentos termais e terapêuticos de excelência, tirando partido das propriedades terapêuticas da água do Estoril, reconhecidas desde o século XVIII. Localizadas no centro do Estoril, as Termas integram o complexo Estoril Wellness Center, o mesmo edifício que acolhe um SPA de inspiração asiática, com a assinatura de uma das mais luxuosas cadeias do mundo.

9.3.4. TURISMO DE NATUREZA

No Concelho de Cascais existem diversas zonas onde a coexistência entre seres humanos e natureza, é comprovada pela preservação das belezas naturais. Exemplo extremo disto é o **Parque Natural Sintra-Cascais**, com uma grande variedade de paisagens, incluindo dunas, florestas, lagoas, um trecho acidentado de costa, onde as falésias altas intercalam com praias paradisíacas, o imponente Cabo da Roca e no centro da magnífica Serra de Sintra, uma área classificada pela **UNESCO** como Património Mundial.

Os desportos de aventura como BTT, montanhismo, *paintball*, escalada, espeleologia, paraquedismo, asa delta, parapente e ultraleves, entre outros, podem ser praticados em toda a região da Costa do Estoril. Atividades como o *surf*, *windsurf*, *kitesurf* ou *speed boats* fazem também parte do que pode experienciar.

Em todo o Concelho existem caminhos florestais e excelentes condições para a prática da equitação, com numerosos picadeiros onde é possível alugar cavalos e aprender a montar.

Para os amantes do hipismo, existem, durante todo o ano, diversos concursos hípicas, de carácter nacional e internacional, que animam espaços como o **Hipódromo Municipal Manuel Possolo**, em Cascais.

9.3.5. MICE (MEETINGS INCENTIVES CONVENTIONS & EXHIBITIONS)

O Estoril Convention Bureau (ECB) é uma associação privada, sem fins lucrativos, que centra a sua atividade na promoção de Congressos, Conferências, Seminários, Feiras, Reuniões, Eventos e Viagens de Incentivo, e que combina esta atividade com as excelentes infraestruturas disponíveis na região, como é o exemplo inovador do Centro de Congressos do Estoril.

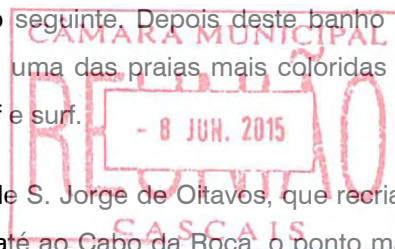
Da mesma forma, os hotéis da região têm, na sua maioria, o mais moderno equipamento e pessoal especializado para as suas sessões de trabalho, que são realizadas sempre com a maior simpatia e eficácia.

E como o sucesso de um congresso também depende do que há para fazer quando as sessões de trabalho terminam, o Estoril tem os ingredientes certos para um programa de lazer inesquecível: clima, paisagem, cultura, gastronomia, compras, equipamentos desportivos, de entretenimento e animação noturna.

9.3.6. CITY / SHORT BREAKS

Entre a Baía de Cascais e o Parque Natural Sintra-Cascais encontra espaços únicos para um breve passeio, como a Boca do Inferno. O Farol da Guia, datado do século XVIII, um dos primeiros faróis a iluminar os mares europeus, é o passo seguinte. Depois deste banho de cultura nada melhor do que um salto à praia do Guincho, uma das praias mais coloridas da região devido à presença de muitos praticantes de windsurf e surf.

Pelo caminho pode-se visitar o museu instalado no Forte de S. Jorge de Oitavos, que recria o quotidiano militar do forte no século XVIII, e de seguida ir até ao Cabo da Roca, o ponto mais ocidental do continente europeu.



9.3.7. GOLFE

A Costa do Estoril é um dos destinos mais procurados para a prática de golfe em Portugal. As razões para esta escolha são óbvias: campos desenhados por arquitetos de renome, com excelentes condições e infraestruturas, clima ameno e uma oferta hoteleira e cultural que tornam a estadia ainda mais agradável.

A região dispõe de sete campos de 18 buracos, oferecendo assim uma variedade de opções, todas elas com um *design* único e com uma qualidade comprovada.

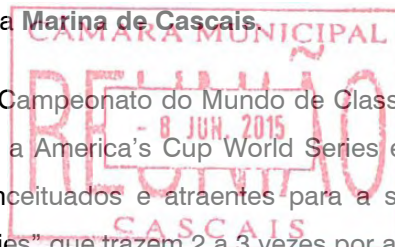
Os campos de 18 buracos “Belas Clube de Campo”, “Golfe do Estoril”, “Lisbon Sports Club”, “Quinta da Beloura Golfe”, “Quinta da Marinha Golf”, “Penha Longa Atlântico” e “Quinta da Marinha Oitavos Golfe” (estes 2 últimos classificados no ranking dos 50 melhores da Europa), e um campo de 9 buracos - o “Penha Longa Monastery”, encontram-se todos a uma distância acessível a qualquer turista e praticante que escolha os empreendimentos turísticos do nosso concelho para pernoitar. A comprovar essa excelência, a região de Estoril Golf Coast teve a honra de receber o prémio de *Established Golf Destination of The Year*, Melhor Destino de Golfe de 2003, votada por mais de 120 Operadores Turísticos especializados em Golfe, e membros da *International Association of Golf Tour Operators* (IAGTO).

Os visitantes e praticantes de golfe que queiram conhecer os diversos campos da Costa do Estoril têm à sua disposição um passaporte de golfe que permite jogar em 5 campos da região, pelo valor de 270 euros, ou em 3 campos, por 171 euros (1 *green fee* por campo, com número de voltas ilimitado).

9.3.8. TURISMO NÁUTICO

Os desportos náuticos encontram na linha de costa um cenário ideal para a prática de vela, *windsurf*, *surf*, *kitesurf* ou *ski* aquático. Alguns deles são apoiados pelos clubes náuticos da região, nomeadamente pelo **Clube Naval de Cascais** e pela **Marina de Cascais**.

A realização de eventos de vela grande nível, tais como o Campeonato do Mundo de Classes Olímpicas em 2007, a AUDI MED Cup em 2010 e 2011 e a America's Cup World Series em 2011, colocaram Cascais como um dos locais mais conceituados e atraentes para a sua prática. Prova disso são, p. exemplo, as "Dagon Winter Series" que trazem 2 a 3 vezes por ano velejadores da mais alta craveira internacional a competir nas nossas águas.



Não podemos deixar de referir o "Surf", sabendo que é a 2ª modalidade desportiva mais praticada em Cascais (e em Portugal), e onde praias como, o Guincho e Carcavelos são cenários perfeitos para esta atividade, bem como o *bodyboard*, sendo também palco de competições internacionais nestas modalidades.

Tanto na costa sul como na costa oeste existem magníficas condições de vento para a prática de "*windsurf*" e de "*funboard*", com especial destaque para a praia do Guincho.

Uma extensa e variada linha de costa, alternando praias, rochedos e altas falésias, proporciona espetaculares panoramas e centenas de pontos de pesca, em águas despoluídas e muito ricas em peixe e marisco.

9.3.9. SOL & MAR

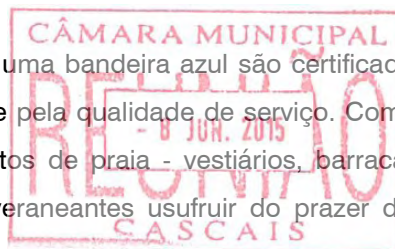
Os dias mais quentes e ensolarados de Primavera ou de início de Verão podem ser aproveitados com um simples passeio à beira-mar, um fresco numa esplanada ao pé da praia ou, porque não, apanhando banhos de sol nas praias da Costa do Estoril.

Durante os meses de Junho a Setembro, as temperaturas médias do ar e da água são respetivamente 21°C e 17°C, e as praias encontram-se vigiadas por nadadores-salvadores.

O estado do mar é sinalizado por bandeiras: a bandeira verde corresponde a um mar calmo, sendo possível nadar e mergulhar em segurança; a cor amarela significa vigilância, não sendo aconselhável nadar, e a bandeira vermelha significa perigo e conseqüentemente imprudência ao entrar na água.

Quem preferir a piscina, encontra no Tamariz (Estoril) uma boa alternativa de diversão. Depois da praia ou da piscina, os fins de tarde podem ser passados com um passeio no percurso à beira-mar, conhecido por “Paredão”, entre Cascais e São João do Estoril, que dispõe de chuveiros para os banhistas, bicas de água, bancos de descanso e uma boa iluminação, ao longo de 3 quilómetros.

Refere-se ainda que as praias que apresentarem também uma bandeira azul são certificadas pela União Europeia pela qualidade da sua água e areia, e pela qualidade de serviço. Com o início da época balnear, são disponibilizados equipamentos de praia - vestiários, barracas, chapéus-de-sol, restaurantes, bares, que permitem aos veraneantes usufruir do prazer dos dias de praia com segurança e comodidade.



A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.



10. HABITAÇÃO



A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.

10.1. CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO EDIFICADO

O parque habitacional do concelho de Cascais acompanhou a tendência de crescimento da população. A dinâmica que o fenómeno da habitação confere ao concelho, atribui-lhe uma particular importância, não só pela Habitação representar uma necessidade primária e um direito básico de qualquer cidadão, mas também pela necessidade de se avaliar corretamente as condições de habitabilidade da população em estudo. Referimo-nos a fatores que reflitam as condições de vida de uma população, no intuito de, com base no conhecimento adquirido, fomentar ações que resultem na solução de problemas de alojamento, e habitabilidade, promovendo de forma sustentável o desenvolvimento económico e social do Concelho de Cascais.

Entre 1991 e 2001, segundo os dados dos respetivos recenseamentos gerais da população e habitação, o aumento do número de edifícios atingiu os 17,9%, o que correspondeu a um acréscimo efetivo de 5.569 novos edifícios e se traduziu num acréscimo de 24,5% de alojamentos, cerca de 17.647 novos alojamentos. Em 2001, o concelho de Cascais registava 36.630 edifícios, 14,7%¹² do edificado existente na Grande Lisboa.

Para o reflexo deste incremento da dinâmica construtiva, em muito contribuíram as freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana com maior valor percentual positivo entre 1991 e 2001, apresentaram uma taxa de variação de 25,8% e 23,9%, respetivamente. Porém, se analisarmos a evolução do edificado desde 1981, a freguesia de São Domingos de Rana mantém-se com o maior crescimento (58,3%), mas as freguesias de Carcavelos e Cascais apresentam-se com crescimentos na ordem dos 40%, o crescimento sentido nestas freguesias advém muito da sua potencialidade de atracção, resultante de um maior nível de concentrações de funções urbanas, com maior destaque para a freguesia de Cascais, por ser sede concelhia.

Por último as freguesias do Estoril e Parede registam valores de crescimento bastante inferiores, o que leva a concluir que nestas freguesias o período com maior desenvolvimento ao nível do edificado decorreu antes de 1981, ao contrário das restantes freguesias do concelho.

¹² Fonte: INE – Recenseamento Geral da População de 2001.

| Freguesia | Edifícios | | | Tx de Variação (%) | | |
|--------------|---------------|---------------|---------------|--------------------|-------------|-------------|
| | 1981 | 1991 | 2001 | 1981/1991 | 1991/2001 | 1981/2001 |
| Alcabideche | 6.484 | 6.127 | 7.726 | -5,5 | 25,8 | 18,9 |
| Carcavelos | 1.803 | 2.287 | 2.580 | 26,8 | 12,8 | 43,1 |
| Cascais | 5.392 | 6.554 | 7.563 | 21,6 | 15,4 | 40,02 |
| Estoril | 4.134 | 4.663 | 5.079 | 12,8 | 8,9 | 22,8 |
| Parede | 3.021 | 3.285 | 3.610 | 8,7 | 9,9 | 19,4 |
| S.D. Rana | 6.376 | 8.145 | 10.092 | 27,7 | 23,9 | 58,3 |
| Total | 27.210 | 31.061 | 36.630 | 14,2 | 17,9 | 34,6 |

Figura nº 110
Evolução do Número de Edifícios no Concelho de Cascais - 1981 a 2001

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação de 1981, 1991 e 2001
Publicação “País em Números - Edição 2007”

O acréscimo do número de edifícios conduziu a um aumento significativo do número de alojamentos. Na totalidade, entre 1981 e 1991, a taxa de variação correspondeu a um crescimento de 34,9%, entre 1991 e 2001 de 24,5% e, entre 2001 e 2011 de 21,3%. O parque habitacional cresceu com maior incidência nas freguesias de São Domingos de Rana, Alcabideche, Cascais e Carcavelos. Esta pressão construtiva é bem ilustrada pela carta 03.03.01, que apresenta o número de edifícios desde 1960 até 2010, bem como a sua expressão geográfica.

Contudo, para não nos restringirmos a uma análise simplista, é necessário avaliar indicadores que nos caracterizem o parque habitacional existente.

| Freguesia | Alojamento | | | Tx de Variação (%) | | |
|--------------|---------------|---------------|---------------|--------------------|-------------|-------------|
| | 1981 | 1991 | 2001 | 1981/1991 | 1991/2001 | 1981/2001 |
| Alcabideche | 8.940 | 10.655 | 13.706 | 19,2 | 28,6 | 53,3 |
| Carcavelos | 4.779 | 8.887 | 10.807 | 86 | 21,6 | 126,1 |
| Cascais | 11.951 | 15.450 | 19.695 | 29,3 | 27,5 | 64,8 |
| Estoril | 10.174 | 13.372 | 14.218 | 31,4 | 6,3 | 39,7 |
| Parede | 7.800 | 9.222 | 11.003 | 18,2 | 19,3 | 41 |
| S.D. Rana | 9.859 | 14.566 | 20.370 | 47,7 | 39,8 | 106,6 |
| Total | 53.503 | 72.152 | 89.799 | 34,9 | 24,5 | 67,8 |

Figura nº 111
Evolução do Número de Alojamentos no Concelho de Cascais - 1981 a 2001

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação de 1981, 1991 e 2001
Publicação “País em Números - Edição 2007”

Em 2001, a média de alojamentos por edifícios é muito baixa; cerca de 70% dos edifícios do concelho de Cascais contabilizavam 1 alojamento¹³, o que corresponde a uma grande predominância da habitação unifamiliar. Em 2011, este valor mantém-se.

Esta informação é apoiada com a análise do número médio de pisos por edifício disponível nos Censos de 2001, que nos permite aferir que, na sua maioria, os edifícios de Cascais são constituídos por 1 (33,4%) a 2 pisos (39,8%), correspondendo a uma predominância da já referida habitação unifamiliar. A mesma análise mas por freguesias, permite-nos concluir que a maior percentagem de edifícios com mais de 3 pisos se localiza nas freguesias do litoral, com destaque para Cascais e Carcavelos.

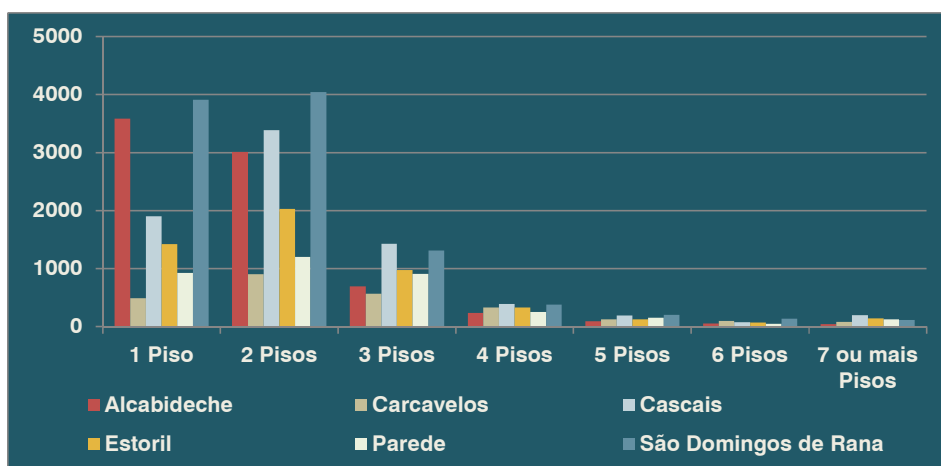
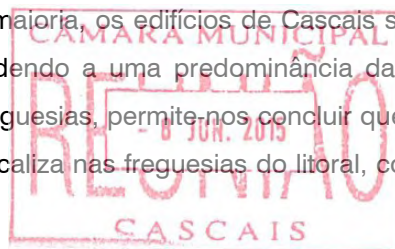


Figura nº 112
Edifícios segundo a dimensão de pisos - em 2001

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação de 2001

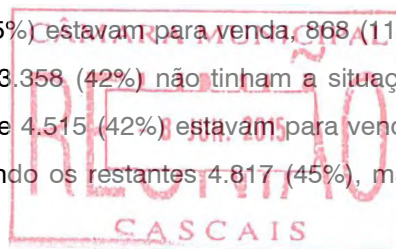
Já em relação à sua forma de ocupação, predominava a residência habitual permanente, tanto em 1991 (69,7%) como em 2001 (68,2%), crescendo em 2011 para um valor de 75%.

Contrariamente, a residência de uso sazonal ou secundária apresenta valores decrescentes. Se em 1991 representava 27,8%, em 2001 este valor diminui para os 19,1% e em 2011 para apenas 12,7%

¹³ INE- CENSOS 1991, 2001 e 2011- Edifícios segundo o número de alojamentos.

Relativamente aos alojamentos vagos, observou-se a mesma tendência que nas habitações secundárias, porém menos acentuada. Entre 1991 (16%) e 2001 (12%), existe uma diminuição percentual, mas em 2011 (12,6%), este valor regista uma ligeira subida.

Dos 7.922 alojamentos vagos em 1991, cerca de 3.569 (45%) estavam para venda, 868 (11%) para aluguer, 125 (1,6%) para demolição, e os restantes 3.358 (42%) não tinham a situação definida. Em 2001 dos 10.691 alojamentos vagos, cerca de 4.515 (42%) estavam para venda, 1.194 (11%) para aluguer, e 165 (2%), para demolir, estando os restantes 4.817 (45%), mais uma vez sem definição.



Desta forma, se em 1991 os alojamentos de residência sazonal ou secundária e os vagos representam 43% do total do parque habitacional, em 2011 estes mesmos alojamentos representavam 25%.

| Concelho de Cascais e Freguesias | Residência habitual - Total | | Residência habitual - Clássicos | | Residência habitual - Não Clássicos | | Uso sazonal ou residência secundária | | Vagos | |
|----------------------------------|-----------------------------|---------------|---------------------------------|---------------|-------------------------------------|------------|--------------------------------------|---------------|--------------|---------------|
| | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 |
| Concelho de Cascais | 50.277 | 62.102 | 49.419 | 61.380 | 858 | 722 | 13.741 | 17.006 | 7.922 | 10.691 |
| Alcabideche | 8.419 | 10.735 | 8.354 | 10.630 | 65 | 105 | 1.335 | 1.462 | 871 | 1.509 |
| Carcavelos | 6.167 | 7.767 | 6.147 | 7.738 | 20 | 29 | 1.583 | 2.112 | 1.117 | 928 |
| Cascais | 9.364 | 12.419 | 9.269 | 12.369 | 95 | 50 | 3.749 | 5.457 | 2.267 | 1.819 |
| Estoril | 8.172 | 9.137 | 7.934 | 9.003 | 238 | 134 | 3.778 | 3.532 | 1.377 | 1.549 |
| Parede | 6.906 | 6.875 | 6.555 | 6.607 | 351 | 268 | 1.557 | 2.126 | 739 | 2.002 |
| S.Domingos de Rana | 11.249 | 15.169 | 11.160 | 15.033 | 89 | 136 | 1.739 | 2.317 | 1.551 | 2.884 |

Figura nº 113
Alojamentos Familiares (Censos 1991 e 2001) - Segundo a Forma de Ocupação

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação de 1981, 1991 e 2001
Publicação “País em Números - Edição 2007”

A mesma análise mas por freguesia denota alguma diferenciação relativamente à distribuição da forma de ocupação dos alojamentos. Nas décadas em análise, de 1991 a 2011, verifica-se que as freguesias onde se registou a maior percentagem de alojamentos de uso sazonal foram as de Cascais e Estoril, com valores superiores a 20%.

Relativamente aos alojamentos vagos, as freguesias de São Domingos de Rana e Parede registaram em 2001 um valor percentual de 14,3% e 18,6% respetivamente. Em 2011, as freguesias com maior número de alojamentos vagos foram as de Cascais (16,3%) e Estoril (16,7%).

A análise do regime de propriedade referente aos anos de 2001 e 2011 permite-nos concluir que, na sua maioria, esta habitação familiar é ocupada pelo proprietário, uma vez que tanto para 2001 (67,7%) como para 2011 (69,2%), o valor percentual de residentes proprietários é superior a 65%. Já os arrendatários correspondiam a valores percentuais bastante inferiores, e registaram uma ligeira descida de 2001 (28,2%) para 2011 (23,9%).

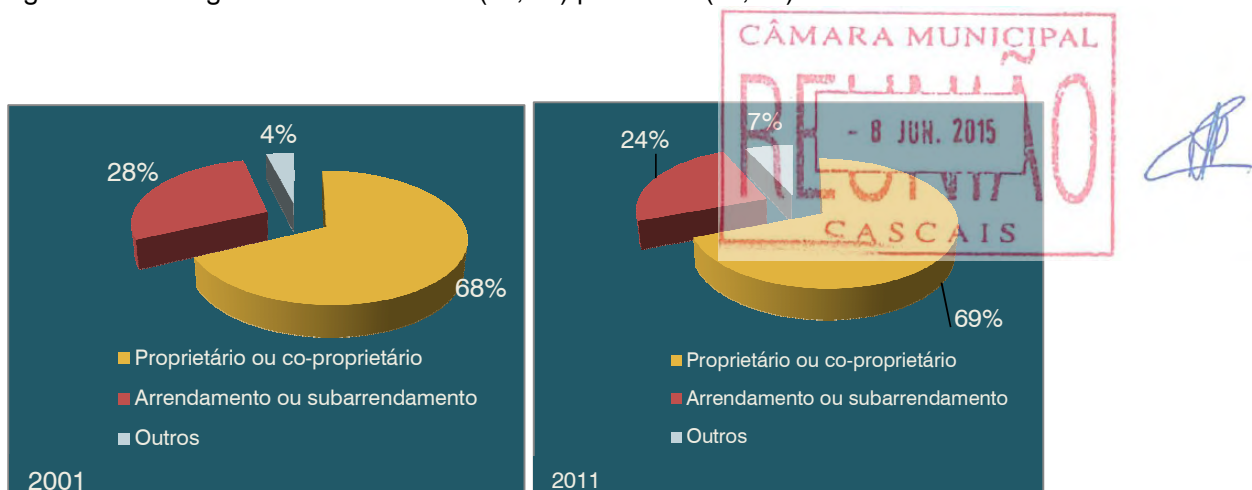


Figura nº 114
Alojamentos Familiares - Segundo o Regime de Propriedade

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação de 2001 e 2011

Relacionando o crescimento demográfico com o crescimento do parque habitacional do concelho de Cascais, verifica-se que, apesar de ambos registarem um aumento, existe uma diminuição do número de habitantes por fogo. Esta diminuição de 2,6 habitantes/fogo em 1981 para 2,1 em 1991 e finalmente 1,9 em 2001, é justificada pela diminuição da taxa de natalidade e pelo envelhecimento populacional.

| Freguesia | Média Hab / Fogo | | | Tx de Variação (%) | | |
|--------------|------------------|------------|------------|--------------------|-------------|--------------|
| | 1981 | 1991 | 2001 | 1981/1991 | 1991/2001 | 1981/2001 |
| Alcabideche | 2,8 | 2,5 | 2,3 | -10,7 | -8 | -17,9 |
| Carcavelos | 2,7 | 2 | 1,9 | -25,9 | -5 | -29,6 |
| Cascais | 2,5 | 1,8 | 1,7 | -28 | -5,6 | -32 |
| Estoril | 2,4 | 1,8 | 1,7 | -25 | -5,6 | -29,2 |
| Parede | 2,6 | 2,2 | 1,6 | -15,4 | -27,3 | -38,5 |
| S.D. Rana | 3 | 2,5 | 2,2 | -16,7 | -12 | -26,7 |
| Total | 2,6 | 2,1 | 1,9 | -19,2 | -9,5 | -26,9 |

Figura nº 115
Evolução da Média Habitante/Fogo no Concelho de Cascais, entre 1981 e 2001

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação de 1981, 1991 e 2001
 Publicação "País em Números - Edição 2007"

Mais uma vez, e como consequência do maior envelhecimento da população, as freguesias do Estoril e da Parede registam as maiores diminuições percentuais, seguidas de Cascais e Carcavelos. Somente Alcabideche e São Domingos de Rana, freguesias com o maior crescimento urbanístico registado na última década, apresentaram uma diminuição percentual mais atenuada em média de habitante por fogos.



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.

10.2. EVOLUÇÃO DA DINÂMICA CONSTRUTIVA

Se entre 1991 e 2001 a conjuntura económica favorável permitiu que se registasse um crescente número de alojamentos licenciados, com especial acuidade a partir da aprovação em 1997 do Plano Diretor Municipal, densidade identificada na carta 03.03.01, a partir de 2002, assistiu-se a uma política de contenção urbanística e entre 2001 e 2010, foram licenciadas 8.749 licenças de construção nova, que deram origem a 15.500 alojamentos.

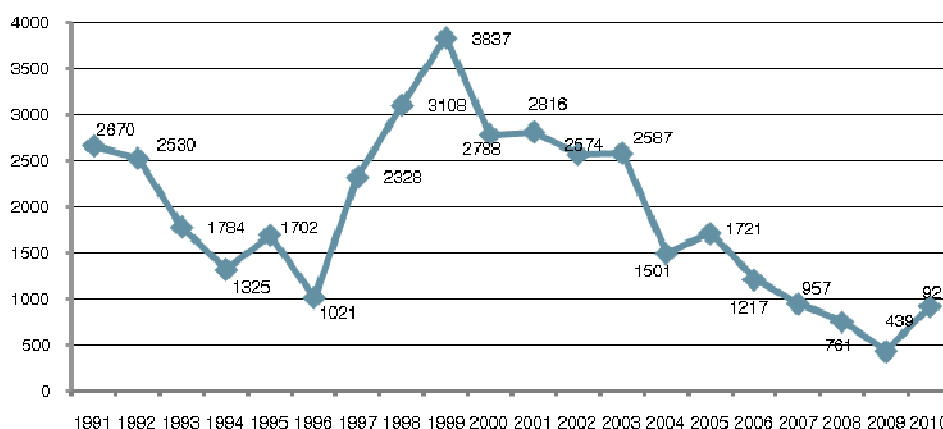
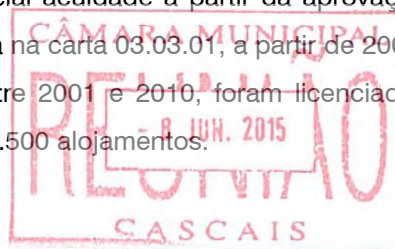


Figura nº 116
Evolução do Número de alojamentos licenciados em Licenças de Construção entre 1991 e 2010

Fonte: Câmara Municipal de Cascais DPGU-Gabinete de Estatística e Departamento de Gestão Urbanística 2001-2010.

O gráfico da figura anterior, permite visualizar a dinâmica construtiva existente nas últimas duas décadas no concelho de Cascais. Através da sua análise pode-se concluir que o período de maior crescimento de licenciamentos municipais de obras particulares, decorreu entre os anos de 1997 e 2001, correspondendo a cerca de 38,6% do total de alojamentos licenciados entre 1991 e 2010.

É possível analisar a expressão geográfica da densidade habitacional em 2010, ilustrada na carta 03.03.01, bem como a cêrcea dos edifícios, permitindo-nos identificar as freguesias com maior pressão construtiva, mas também as zonas do concelho em que essa pressão deu origem a construções de maior altura, bem como a predominância da habitação unifamiliar.

Já na última década, a análise por freguesia, acompanha a tendência aferida a nível concelhio, em que os anos de maior emissão de licenças de construção nova para habitação familiar caracterizaram-se nos primeiros anos, de 2001 a 2003. Uma vez mais com maior incidência nas freguesias de São Domingos de Rana, Alcabideche e Cascais.

| Ano | Alcab. | Carc. | Cascais | Estoril | Parede | S. D. de Rana | Total Geral |
|--------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|---------------|---------------|
| 2001 | 601 | 229 | 397 | 240 | 216 | 1.133 | 2.816 |
| 2002 | 687 | 355 | 259 | 262 | 262 | 749 | 2.574 |
| 2003 | 786 | 295 | 356 | 259 | 109 | 782 | 2.537 |
| 2004 | 338 | 132 | 339 | 136 | 73 | 483 | 1.501 |
| 2005 | 624 | 84 | 491 | 117 | 52 | 353 | 1.721 |
| 2006 | 219 | 59 | 347 | 142 | 55 | 395 | 1.217 |
| 2007 | 313 | 57 | 133 | 68 | 10 | 376 | 957 |
| 2008 | 210 | 24 | 70 | 137 | 12 | 308 | 761 |
| 2009 | 70 | 17 | 117 | 39 | 9 | 187 | 439 |
| 2010 | 119 | 261 | 66 | 124 | 140 | 217 | 927 |
| Total Geral | 3.967 | 1.513 | 2.575 | 1.524 | 938 | 4.983 | 15.500 |

Figura nº 117
Evolução do Número de alojamentos licenciados em Licenças de Construção entre 2001 e 2010 por freguesias

Fonte: Câmara Municipal de Cascais DPGU-Gabinete de Estatística e Departamento de Gestão Urbanística 2001-2010.

Se a análise dos alojamentos licenciados na última década refletem a dinâmica construtiva existentes, estas não nos elucidam totalmente no que se refere ao restante uso das licenças emitidas. No que se refere ao destino das licenças, denominado por uso, denota-se que a maioria das licenças concedidas pela Câmara Municipal de Cascais, entre 2001 e 2010, foram destinadas à habitação familiar - cerca de 91,2%. No entanto atividades como comércio tradicional (1%) ou estabelecimentos de restauração e ou bebidas (1,5%) e uso geral (2,1%), representam valores superiores a 1% o que representa atribuição superior a 100 licenças.

| 2001-2010 - Uso ou função (%) | Alcabid. | Carcav. | Cascais | Estoril | Parede | S. D. Rana | Total |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Actividades desportivas de grande dimensão | 0,0 | 0,0 | 0,2 | 0,1 | 0,2 | 0,0 | 0,1 |
| Actividades desportivas de pequena dimensão | 0,0 | 0,6 | 0,1 | 0,5 | 0,2 | 0,1 | 0,1 |
| Actividades recreativas e culturais | 0,0 | 0,6 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,1 | 0,1 |
| Administração Pública | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Centros comerciais | 0,1 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,1 | 0,1 |
| Comércio tradicional | 0,8 | 1,7 | 1,5 | 0,9 | 2,0 | 0,6 | 1,0 |
| Comunicações | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,2 | 0,0 | 0,0 |
| Convivências | 0,3 | 0,0 | 0,2 | 0,0 | 0,3 | 0,1 | 0,2 |
| Culto e inumação | 0,2 | 0,0 | 0,4 | 0,3 | 0,5 | 0,2 | 0,2 |
| Ensino e Pesquisa Científica | 0,0 | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,5 | 0,1 | 0,1 |
| Equipamentos de apoio à infância | 0,1 | 1,5 | 0,4 | 0,6 | 1,0 | 0,5 | 0,5 |
| Equipamentos de apoio à terceira idade | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 1,3 | 1,0 | 0,1 | 0,4 |
| Escritórios | 0,5 | 0,6 | 1,4 | 1,0 | 0,8 | 0,3 | 0,7 |
| Estabelecimento de restauração e de bebidas | 1,3 | 3,0 | 2,7 | 1,3 | 2,0 | 0,7 | 1,5 |
| Estabelecimento hoteleiro e de turismo no espaço rural | 0,2 | 0,0 | 1,5 | 0,8 | 0,0 | 0,0 | 0,4 |
| Habitação familiar | 92,3 | 87,9 | 86,9 | 90,4 | 88,2 | 94,2 | 91,2 |
| Indústria extractiva | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 |
| Indústria Transformadora | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,4 | 0,2 |
| Parques de estacionamento e interfaces | 0,1 | 0,4 | 0,3 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,1 |
| Serviços médicos | 0,1 | 0,6 | 0,8 | 0,3 | 0,7 | 0,2 | 0,4 |
| Transportes | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Unidades comerciais de dimensão relevante | 0,5 | 0,6 | 0,4 | 0,1 | 0,8 | 0,5 | 0,4 |
| Uso geral | 2,7 | 1,7 | 2,5 | 1,9 | 2,0 | 1,6 | 2,1 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100,0 |

Figura nº 118
Evolução de Licenças de Construção por uso (%)
entre 2001 e 2010 por freguesias

Fonte: Câmara Municipal de Cascais DPGU-Gabinete de Estatística e Departamento de Gestão Urbanística 2001-2010.

Esta análise por freguesia, permite aferir que existe uma maior representatividade de determinadas atividades económicas, tais como comércio tradicional, escritórios, estabelecimentos de restauração e bebidas, serviços médicos e estabelecimentos de hotelaria e de turismo em certas freguesias, destacando-se uma vez mais a freguesia de Cascais, já referida pela sua atracção de funções urbanas, como sede concelhia. Consequentemente, é nesta freguesia que se regista o menor número percentual de licenças atribuídas para a habitação familiar; este fenómeno é mais sentido nas freguesias do litoral.

10.3. SÍNTESE DA HABITAÇÃO MUNICIPAL E PER

Inerente ao crescimento do parque habitacional do concelho, foi o processo de realojamento, uma vez identificadas as áreas críticas: referimo-nos aos bairros sociais, bairros de barracas e bairros clandestinos, que surgem na sequência de períodos prolongados de ocupação excessiva e instalações precárias, que constituíram graves problemas sócio-urbanísticos.

Com especificidades próprias, como elevada densidade populacional, ou acentuadas deficiências de ordenamento territorial, estas áreas caracterizaram-se por serem zonas de urbanização desqualificada.

Com a identificação destas áreas e da necessidade de erradicar as barracas existentes e reabilitar o espaço envolvente, o município de Cascais, tal como outros municípios da AML, aderiu ao Programa de Realojamento Especial (PER), programa de erradicação de barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Neste contexto, desde 1997, o Município de Cascais construiu um parque habitacional com um total de 2.115 alojamentos, sendo que 1.192 foram construídos/atribuídos no âmbito do programa PER e 923 pertencem ao parque habitacional anterior a 1997, isto é, antes do PER. A distribuição do número de alojamentos do parque habitacional, por freguesias, permite verificar que as freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana contabilizam cerca de 63,5% do investimento total (ver Carta 03.03.02).

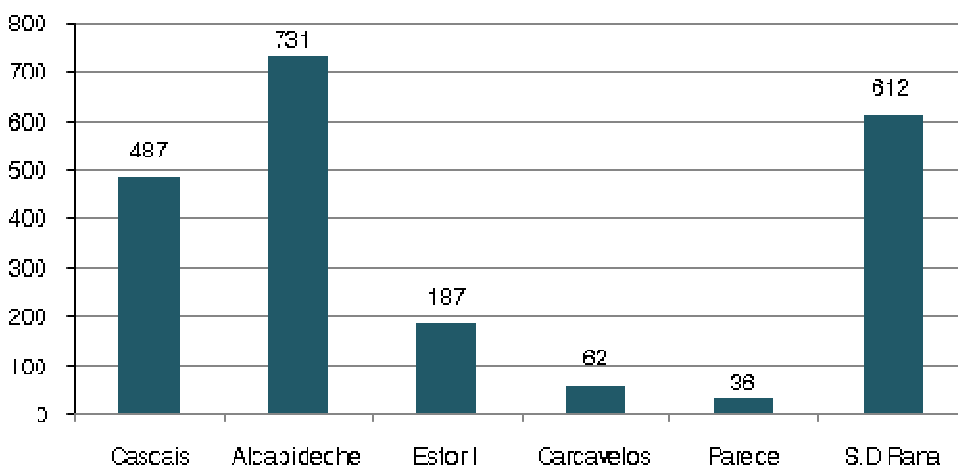


Figura nº 119
Alojamentos do parque habitacional municipal, por freguesia

Fonte: Câmara Municipal de Cascais DHS – Gabinete de coordenação e Planeamento; EMGHA.

A Câmara Municipal de Cascais assinou um Protocolo com o INH e o IGAPHE, em Janeiro de 1994, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), no sentido de proceder ao realojamento de 2039 agregados domésticos que habitavam em barracas ou em condições habitacionais muito degradadas. No total, foram identificados 127 núcleos de barracas ao qual correspondiam 1.361 barracas e identificados 2.039 agregados domésticos que correspondiam a 5.371 indivíduos.

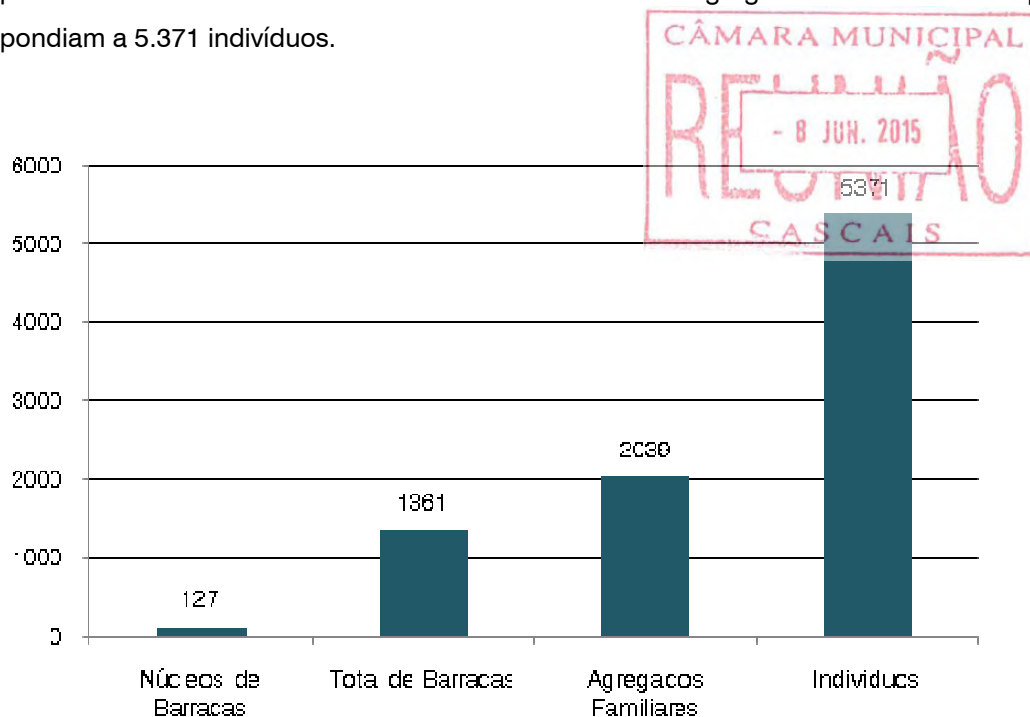


Figura nº 120
Total de núcleos de barracas e de agregados domésticos

Fonte: Câmara Municipal de Cascais DHS – Gabinete de coordenação e Planeamento.

O PERCascais foi desde o início entendido não como um fim, mas como um instrumento privilegiado de desenvolvimento social local. Uma habitação condigna é entendida, no âmbito do PERCascais como um contributo para o desenvolvimento local e para a melhoria das condições de vida das populações abrangidas. Neste entendimento, é fundamental poder oferecer diferentes alternativas, programas e apoios que possam alargar as opções, permitindo o exercício de cidadania por parte de todos os envolvidos - promotores e beneficiários.

A atuação do PERCascais teve como suporte um instrumento¹⁴, no qual se definiram os princípios básicos e as metodologias de intervenção para a aplicação do Programa.

¹⁴ *Princípios, cenários e estratégias de intervenção para o PER/Cascais, LNEC, Lisboa, Outubro 1995*

Com base nos princípios e estratégias do PER os realojamentos potenciaram:

- as dinâmicas coletivas - núcleos de barracas / áreas de acolhimento / atividades de verão;
- o acompanhamento e a intervenção junto das famílias;
- a preparação do realojamento em termos coletivos e individuais – escolha do fogo;
- as parcerias entre os agentes locais;
- a requalificação urbana e construção de equipamento e respostas sociais inclusivas.

No contexto da intervenção desenvolvida pelas equipas operacionais no âmbito do realojamento, este transformou-se num instrumento, por excelência, de promoção da inserção social e urbana de camadas populacionais excluídas e marginalizadas, rompendo com uma lógica assistencialista.

Em termos operacionais, o PER Cascais inovou na forma de *Fazer*, introduzindo uma lógica de proximidade, trabalhando não só com as famílias residentes nos núcleos degradados, como também com as *zonas de acolhimento*, isto é, zonas onde se localizam os empreendimentos de realojamento. A aposta na dispersão e na pequena dimensão dos empreendimentos contribuiu para uma maior integração social e urbana deste Programa. O enfoque da intervenção vai muito além do estritamente habitacional, constituindo-se o ponto de partida para uma *intervenção sócio-territorial*.

A promoção de habitação no âmbito do PER Cascais apresentou 3 modalidades, que se caracterizaram no arrendamento com 1192 alojamentos, na compra com 275 alojamentos e finalmente na habitação a custos controlados com 644 alojamentos.

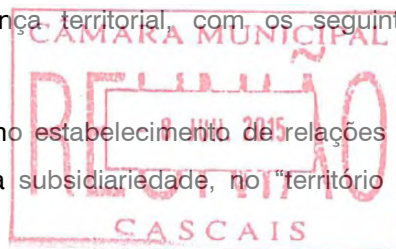
A política de habitação no Município de Cascais tem vindo a desenvolver-se em 3 níveis de intervenção:

- Diagnóstico – identificação das necessidades de habitação e conhecimento do “retrato” da realidade habitacional do concelho;
- Promoção – promover a habitação para os diferentes grupos da população em diferentes regimes (compra, arrendamento, cooperativo), em simultâneo com a requalificação física do território;
- Gestão – âmbito financeiro, social e físico do património habitacional do município (criação de uma empresa municipal que gere financeira, física e socialmente o património habitacional do Município).

Ao nível do Diagnóstico a Autarquia aposta num modelo organizacional assente em equipas multidisciplinares que intervêm em áreas urbanas definidas como prioritárias.

Atualmente existem 6 gabinetes locais (Gabinetes “MAIS PERTO”) dispersos pelo concelho de Cascais, que atuam noutras tantas áreas, apostando na promoção de uma intervenção sócio-territorial sustentada, pautada na inovação e governança territorial, com os seguintes princípios:

- **PROXIMIDADE** – na intervenção direta no território e no estabelecimento de relações de confiança; no conhecimento de diferentes realidades, na subsidiariedade, no “território de solução”;
- **INCLUSÃO** – nas estratégias de intervenção social alargada a toda a comunidade;
- **PARTICIPAÇÃO** – envolvimento das populações e das organizações, no planeamento, na decisão, na intervenção e gestão social do território.



Uma política de habitação assente em lógicas de base territorial, em estratégias de cooperação com os agentes sociais concelhios, na valorização das capacidades dos indivíduos e dos grupos numa perspetiva democrática e de cidadania, potência:

- Condições de habitabilidade – para quem não as tem;
- Desenvolvimento local – para todos;
- Qualificação urbana e ambiental – para o território.

10.4. EVOLUÇÃO DA DINÂMICA DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO

A análise da evolução do edificado do concelho de Cascais entre 1981 e 2011, permitiu-nos aferir as sucessivas alterações a que o parque habitacional concelhio foi sujeito. Estas transformações refletem o movimento da população para as periferias da cidade de Lisboa, criando aí dinâmicas de crescimento próprias, que a par do acesso ao crédito de habitação mais facilitado, principalmente nas décadas de 80-90, fez aumentar o número de proprietários. A análise anterior indicou que, tanto para 2001 como para 2011, a percentagem de habitação própria no Concelho de Cascais chegava quase aos 70%, em ambos os casos.

O parque habitacional do concelho de Cascais é relativamente recente, fazendo fé nos indicadores disponíveis, que demonstram que dos parque edificado do concelho, mais de 60% dos edifícios foram construídos depois de 1971. O gráfico da figura nº 103 apresenta os valores percentuais da distribuição da época de construção em 2011. Através da sua análise conseguimos aferir que Alcabideche e São Domingos de Rana se caracterizam por serem as freguesias com o parque habitacional mais recente. Esta informação acompanha a análise anterior uma vez que foi nestas freguesias que nas últimas décadas se registou o maior crescimento de licenças de construção emitidas para habitação.

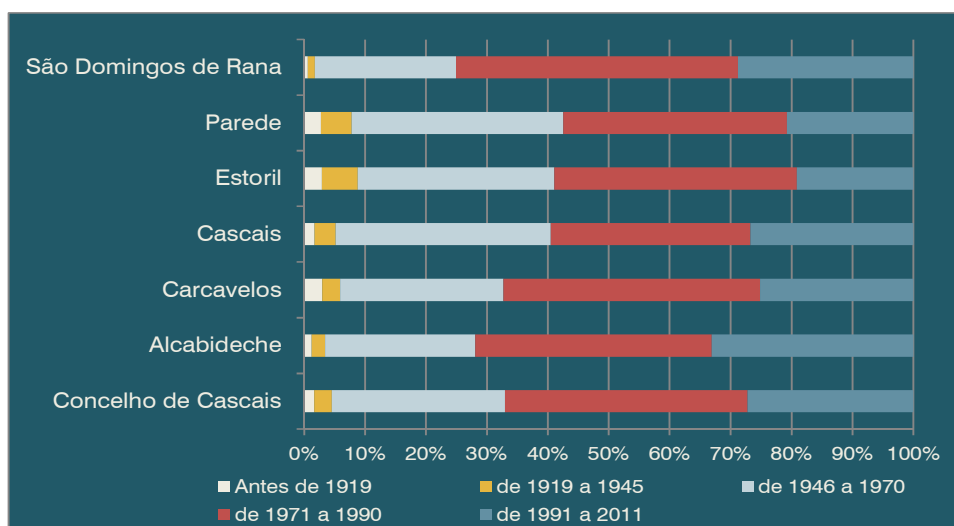


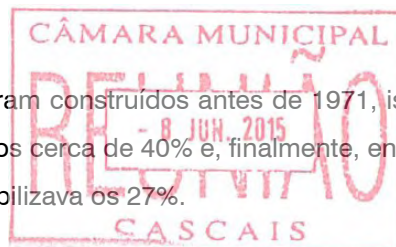
Figura nº 121
Edifícios por freguesia à data dos Censos de 2011, por época de construção

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação de 2011

As freguesias do litoral, com destaque para Cascais, Estoril e Parede, apresentam o parque habitacional mais envelhecido, com apenas cerca de 60% deste construído após 1971.

Em 2001 registaram-se 36.630 edifícios no concelho, dos quais 37% foram construídos antes de 1971, e 48% entre 1970 e 1990. Os restantes 15% foram construídos a partir de 1991, ou seja, 5.302 edifícios com idade igual ou inferior a 10 anos.

Dos 43.605 edifícios registados em 2011, cerca de 33% foram construídos antes de 1971, isto é, têm mais de 40 anos. Entre 1971 e 1990 foram construídos cerca de 40% e, finalmente, entre 1991 e 2011, a percentagem de edifícios construídos contabilizava os 27%.



Com um parque habitacional construído em grande parte nas últimas décadas, em 2001 o recenseamento habitacional aferiu que do total dos edifícios construídos, cerca de 69%, (25.329 edifícios), não necessitavam de obras de reparação; pelo contrário, 11.301, ou seja 30% foram identificados como edifícios que necessitam de algum tipo de reparação.

| Freguesias 2001 | Sem necessidade de reparação | Com necessidade de reparação | | | |
|---------------------|------------------------------|------------------------------|-------------------|--------------------|-----------------|
| | | Pequenas reparações | Reparações médias | Grandes reparações | Muito degradado |
| Alcabideche | 5367 | 1561 | 468 | 172 | 138 |
| Carcavelos | 1887 | 427 | 190 | 46 | 30 |
| Cascais | 5217 | 1391 | 603 | 261 | 91 |
| Estoril | 3455 | 1033 | 378 | 143 | 70 |
| Parede | 2366 | 749 | 292 | 126 | 77 |
| S. Domingos de Rana | 7037 | 2193 | 543 | 209 | 110 |
| Total | 25329 | 7354 | 2474 | 957 | 516 |

Figura nº 122
Edifícios por freguesia à data dos Censos de 2001, por Estado de Conservação

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População e Habitação de 2001

No recenseamento habitacional, a avaliação do estado de conservação dos edifícios é baseada na necessidade de reparações. Na tabela da figura nº 104 estão representados os valores de edifícios de acordo com o estado de conservação. Assim é possível concluir que mais de metade não necessita de reparação. Dos 30% que se apresentam mais deteriorados, apenas 3% (1.473) estavam num estado muito degradado ou a necessitar de grandes reparações.

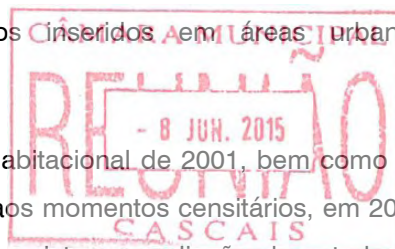
A análise do registo de épocas de construção anteriores a 1971, em conjunto com a análise do indicador, “edifícios com maiores necessidades de reparação”, à data dos Censos de 2001, aferidos à subsecção estatística, possibilitou ao município a identificação do edificado degradado nas zonas em que estes indicadores tinham maior incidência. Essencialmente estas zonas correspondiam aos núcleos urbanos históricos, definidos no PDM de 1997, mas também permitiu a identificação de diversos edifícios inseridos em áreas urbanas consolidadas.

Com base na informação fornecida pelo recenseamento habitacional de 2001, bem como na necessidade de se estabelecerem avaliações intercalares aos momentos censitários, em 2008 a Câmara Municipal de Cascais iniciou um projeto que consiste na avaliação do estado de conservação exterior do edificado, informação que constitui uma ferramenta fundamental no processo de gestão de ordenamento do território. Com este procedimento de avaliação do estado de conservação do edificado, o Município de Cascais, com base na legislação já disponível, pretende dinamizar a reabilitação dos edifícios em mau estado de conservação, contribuindo assim para um território mais qualificado.

Com esta finalidade, o Município preparou um procedimento de identificação do edificado a necessitar de reparações que teve como base o “Método de Avaliação do Estado de Conservação de Edifícios”, elaborada pelo LNEC em Outubro de 2006 no âmbito do quadro do Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU). Com esta base, foram introduzidas as alterações necessárias a um levantamento baseado na observação exterior dos edifícios. De acordo com os parâmetros definidos na metodologia, consideram-se degradados (a necessitar de reparações) os imóveis que, nos termos da mesma, apresentam um estado de conservação de “Mau” ou “Péssimo”.

Considerando a maior relevância patrimonial dos imóveis localizados nos Núcleos Urbanos Históricos do concelho, por representarem a génese da ocupação urbana no território, refletindo assim os valores antepassados, e assumindo-se como um importante valor patrimonial de referência histórica, cultural e social, foram estes os imóveis primordialmente considerados no projeto de avaliação do estado de conservação exterior do edificado.

Em Dezembro de 2011, cerca de 1.307 edifícios pertencentes aos núcleos urbanos históricos do concelho de Cascais, registavam sinais exteriores de degradação, sendo que 1.134 apresentavam um estado de conservação “Mau”, e apenas 173 um estado de conservação “Péssimo”. Do total avaliados com sinais exteriores de degradação, cerca de 49% (637 imóveis), davam mostras de estarem devolutos.



| Estado de Conservação dos edifícios nos Núcleos Históricos de Cascais - Avaliação 2011 | | | | | | | | |
|--|-----------------------|--------------------------|-----|--------------|----------|--------------|-----------------------------|-----------------|
| Freguesia | Estado de Conservação | Aparenta estar devoluto? | | | | | Total Estado de Conservação | Total Freguesia |
| | | Sim | Não | Parcialmente | Em venda | Desconhecido | | |
| Alcabideche | Mau | 111 | 135 | 13 | | 45 | 304 | 351 |
| | Péssimo | 44 | 2 | 1 | | | 47 | |
| Carcavelos | Mau | 34 | 34 | 4 | | | 72 | 79 |
| | Péssimo | 6 | 0 | 1 | | | 7 | |
| Cascais | Mau | 65 | 85 | 0 | | 1 | 151 | 168 |
| | Péssimo | 17 | 0 | 0 | | | 17 | |
| Estoril | Mau | 100 | 105 | 8 | 1 | 3 | 217 | 225 |
| | Péssimo | 8 | 0 | 0 | | | 8 | |
| Parede | Mau | 67 | 56 | 8 | | 4 | 135 | 158 |
| | Péssimo | 23 | 0 | 0 | | | 23 | |
| São Domingos de Rana | Mau | 98 | 93 | 43 | | 21 | 255 | 326 |
| | Péssimo | 64 | 2 | 2 | | 3 | 71 | |
| Total | | 637 | 512 | 80 | 1 | 77 | 1307 | 1307 |

Figura nº 123

Estado de Conservação Exterior dos edifícios nos Núcleos Urbanos Históricos do Concelho de Cascais

Fonte: Câmara Municipal de Cascais -DPGU-Gabinete de Estudos do PDM
Projeto de Avaliação do Estado de Conservação Exterior do Edifício no Concelho de Cascais

Durante o ano 2011, o projeto foi alargado à área total das freguesias, tendo considerado também as áreas envolventes dos núcleos urbanos históricos, atendendo ao natural crescimento dos espaços contíguos habitacionais. Assim, no final desse ano tinham sido avaliados 384 edifícios com sinais exteriores de degradação, dos quais 283 apresentavam uma classificação de Mau e os restantes 101 edifícios registavam uma classificação de Péssimo. Nesta avaliação, cerca de 58,5% dos edifícios avaliados demonstravam estar devolutos.

Do total dos edifícios avaliados, 1.691 apresentavam sinais exteriores de degradação, dos quais 1417 foram considerados como em Mau Estado de conservação, e 274 em Péssimo Estado. Deste total cerca de 51% davam mostras de estarem devolutos (862 imóveis).

Proporcionalmente as freguesias de Alcabideche (34,7%) e São Domingos de Rana (21,7%) apresentavam o maior número de edifícios degradados, sendo também estas as freguesias nas quais foi registado o maior número de edifícios devolutos, 33,2% e 21,8% respetivamente.

As freguesias de Cascais e Estoril apresentam uma percentagem na ordem dos 13,6% e 15% no que se refere ao valor total dos edifícios degradados. Já no que reporta à existência de edifícios devolutos a percentagem para ambas as freguesias é de 14% do total aferido. Finalmente, as freguesias de Carcavelos e Parede, consistem nas freguesias com menor número de edifícios classificados como degradados, uma vez que em relação ao total aferido, representam 5%, e 9,8% respetivamente. Consequentemente também nestas freguesias os edifícios identificados como degradados e com sinais de abandono representam 5% e 11% do total dos 862 edifícios avaliados.

| Estado de Conservação do total de edifícios avaliados - Avaliação 2011 | | | | | | | | |
|--|-----------------------|--------------------------|-----|--------------|----------|--------------|-----------------------------|-----------------|
| Freguesia | Estado de Conservação | Aparenta estar devoluto? | | | | | Total Estado de Conservação | Total Freguesia |
| | | Sim | Não | Parcialmente | Em venda | Desconhecido | | |
| Alcabideche | Mau | 194 | 212 | 26 | 0 | 49 | 481 | 587 |
| | Péssimo | 93 | 7 | 5 | 0 | 1 | 106 | |
| Carcavelos | Mau | 37 | 35 | 4 | 0 | 0 | 76 | 85 |
| | Péssimo | 8 | 0 | 1 | 0 | 0 | 9 | |
| Cascais | Mau | 97 | 95 | 1 | 0 | 3 | 196 | 230 |
| | Péssimo | 28 | 2 | 2 | 1 | 1 | 34 | |
| Estoril | Mau | 105 | 114 | 12 | 1 | 4 | 236 | 254 |
| | Péssimo | 17 | 1 | 0 | 0 | 0 | 18 | |
| Parede | Mau | 71 | 59 | 9 | 0 | 4 | 143 | 167 |
| | Péssimo | 24 | 0 | 0 | 0 | 0 | 24 | |
| São Domingos de Rana | Mau | 113 | 106 | 44 | 0 | 22 | 285 | 368 |
| | Péssimo | 75 | 3 | 2 | 0 | 3 | 83 | |
| Total | | 862 | 634 | 106 | 2 | 87 | 1691 | 1691 |

Figura nº 124

Estado de Conservação dos edifícios avaliados no Concelho de Cascais

Fonte: Câmara Municipal de Cascais, DPGU-Gabinete de Estudos do PDM,
Projeto de Avaliação do Estado de Conservação Exterior do Edificado no Concelho de Cascais



A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.

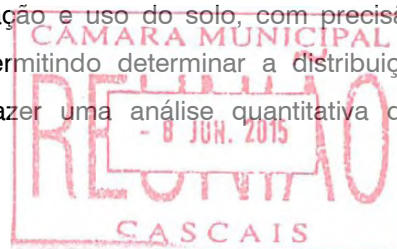
11. SISTEMA URBANO



A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.

11.1. OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

O conhecimento da ocupação e uso do solo de um município representa um fator importante para o correto e eficaz planeamento e ordenamento do território. Com este estudo pretendeu-se dotar o concelho de cascais de cartografia de ocupação e uso do solo, com precisão, detalhe e escala adequados às suas necessidades, permitindo determinar a distribuição geográfica das diferentes tipologias de ocupação e fazer uma análise quantitativa das mesmas.



METODOLOGIA

A determinação das classe de ocupação a utilizar baseou-se na Nomenclatura da Carta de Ocupação do solo (COS) 2007 (IGP, 2007). Esta nomenclatura agrupa as classes em 5 níveis hierárquicos. Para a realização deste estudo optou-se pela utilização dos primeiros 2 níveis (Figura nº 125).

| Nível 1 | Nível 2 |
|---|--|
| 1. Territórios artificializados | 1.1 Tecido urbano |
| | 1.2 Indústria, comércio e transportes |
| | 1.3 Áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção |
| | 1.4 Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas |
| 2. Áreas agrícolas e agro-florestais | 2.1 Culturas temporárias |
| | 2.2 Culturas permanentes |
| | 2.3 Pastagens permanentes |
| | 2.4 Áreas agrícolas heterogéneas |
| 3. Florestas e meios naturais e semi-naturais | 3.1 Florestas |
| | 3.2 Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea |
| | 3.3 Zonas descobertas e com pouca vegetação |
| 4. Zonas húmidas | 4.1 Zonas húmidas interiores |
| 5. Corpos de água | 5.1 Águas interiores |
| | 5.2 Águas marinhas e costeiras |

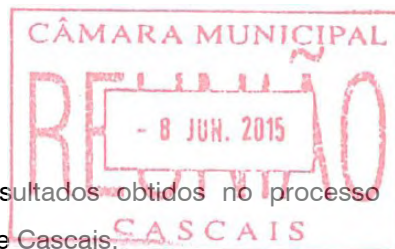
Figura nº 125
Nomenclatura das Classes de Ocupação do Solo adotadas

Fonte: Agência Cascais Natura, Maio de 2011

O processo de delimitação e classificação dos polígonos foi feito em SIG por fotointerpretação de ortofotos dos anos 2007, 2009 e 2010, apoiada em determinadas classes por cartografia existente (Cartografia base, Espaços verdes, Vegetação atual natural) e complementada com visitas de campo. Como unidade mínima cartográfica de referência considerou-se os 0,5 hectares, sendo que polígonos inferiores a essa área foram agregados às classes adjacentes.

RESULTADOS

De seguida apresenta-se o resumo quantitativo dos resultados obtidos no processo de classificação da Ocupação/Use do Solo para o Concelho de Cascais.



11.1.1. OCUPAÇÃO DO SOLO NO CONCELHO DE CASCAIS

Nos quadros das figuras nº 126 e 127, são apresentadas as áreas totais das classes de ocupação do solo ao Nível 1 e a sua percentagem em relação à área total do município.

| COSN1 | Descrição | Área Total (ha) | Percentagem |
|-------|--|-----------------|-------------|
| 1 | Territórios artificializados | 5.111,47 | 52,43% |
| 2 | Áreas agrícolas e agro-florestais | 385,40 | 3,95% |
| 3 | Florestas e meios naturais e semi-naturais | 4.243,07 | 43,52% |
| 4 | Zonas húmidas | 5,44 | 0,06% |
| 5 | Corpos de água | 3,75 | 0,04% |

Figura nº 126
Resumo quantitativo da Ocupação do solo no Concelho de Cascais ao Nível 1.

Fonte: Agência Cascais Natura, Maio de 2011

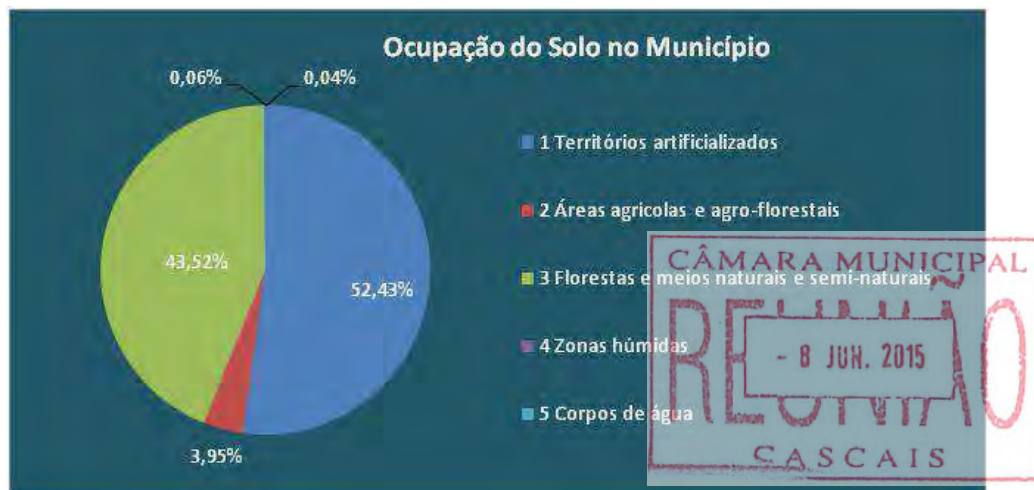


Figura nº 127
Distribuição da ocupação do solo no Concelho de Cascais ao nível 1.

Fonte: Agência Cascais Natura, Maio de 2011

No quadro da figura nº 128, são apresentadas as áreas totais das classes de ocupação do solo ao Nível 2 e a sua percentagem em relação à área total do município e a sua percentagem em relação à respetiva classe de Nível 1.

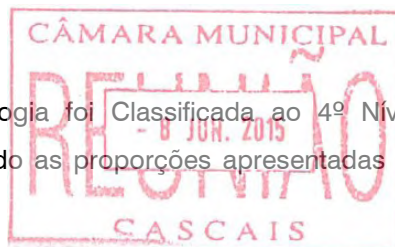
| COS N2 | Descrição | Área Total (ha) | % Total | % COS N1 |
|--------|--|-----------------|---------|----------|
| 11 | Tecido urbano | 3.466,02 | 35,55% | 67,81% |
| 12 | Indústria, comércio e transportes | 867,36 | 8,90% | 16,97% |
| 13 | Áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção | 329,27 | 3,38% | 6,44% |
| 14 | Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas | 448,81 | 4,60% | 8,78% |
| 21 | Culturas temporárias | 215,02 | 2,21% | 55,79% |
| 22 | Culturas permanentes | 14,61 | 0,15% | 3,79% |
| 24 | Áreas agrícolas heterogéneas | 155,76 | 1,60% | 40,42% |
| 31 | Florestas | 693,15 | 7,11% | 16,34% |
| 32 | Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea | 3.395,01 | 34,82% | 80,01% |
| 33 | Zonas descobertas e com pouca vegetação | 154,90 | 1,59% | 3,65% |
| 41 | Zonas húmidas interiores | 5,43 | 0,06% | 100,00% |
| 51 | Águas interiores | 3,75 | 0,04% | 100,00% |

Figura nº 128
Resumo quantitativo da Ocupação do solo no Concelho de Cascais ao Nível 2.

Fonte: Agência Cascais Natura, Maio de 2011

A título de nota, importa esclarecer a percentagem relativamente alta (3,38%) e a dispersão da Classe 13 (Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção). Tal facto deve-se à inclusão nessa classe, de uma subclasse (ao nível 4) caracterizada por áreas abandonadas em territórios artificializados, composta geralmente por espaços urbanizados sem edificação, onde se verifica inclusive o desenvolvimento de alguma vegetação.

Para facilitar a perceção do Tecido Urbano, esta tipologia foi classificada ao 4º Nível, possibilitando a separação dos vários tipos, tendo-se obtido as proporções apresentadas no quadro da figura nº 129.



| COS N4 | Descrição | Área Total (ha) | % COS N2 |
|--------|---|-----------------|----------|
| 1111 | Tecido urbano contínuo predominantemente vertical | 581,06 | 16,76% |
| 1112 | Tecido urbano contínuo predominantemente horizontal | 505,13 | 14,57% |
| 1113 | Áreas de estacionamentos e logradouros | 5,24 | 0,15% |
| 1121 | Tecido urbano descontínuo | 2.171,27 | 62,64% |
| 1122 | Tecido urbano descontínuo esparso | 203,31 | 5,87% |

Figura nº 129
Resumo quantitativo da Classe “Tecido Urbano” do Concelho ao Nível 4

Fonte: Agência Cascais Natura, Maio de 2011

11.1.2. OCUPAÇÃO DO SOLO POR FREGUESIAS

No sentido de analisar as diferentes tipologias de ocupação nas unidades administrativas do Concelho, foram medidas as áreas das classes de ocupação de solo ao Nível 2 para cada uma das 6 freguesias do concelho, e apresentam-se as percentagens relativas à área Total do município tanto no Nível 2, como no Nível 1.

11.1.2.1.ALCABIDECHE

| COS N2 | Descrição | Área Total (ha) | % Total | COS N1 |
|--------|--|-----------------|---------|--------|
| 11 | Tecido urbano | 822,32 | 20,68% | |
| 12 | Indústria, comércio e transportes | 302,93 | 7,62% | |
| 13 | Áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção | 81,27 | 2,04% | 33,15% |
| 14 | Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas | 111,47 | 2,80% | |
| 21 | Culturas temporárias | 71,54 | 1,80% | |
| 22 | Culturas permanentes | 0,93 | 0,02% | 3,75% |
| 24 | Áreas agrícolas heterogéneas | 76,65 | 1,93% | |
| 31 | Florestas | 472,20 | 11,88% | |
| 32 | Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea | 1985,75 | 49,94% | 62,96% |
| 33 | Zonas descobertas e com pouca vegetação | 45,64 | 1,15% | |
| 41 | Zonas húmidas interiores | 1,69 | 0,04% | 0,04% |
| 51 | Águas interiores | 3,75 | 0,09% | 0,09% |

Figura nº 130

Resumo quantitativo da Ocupação do solo na Freguesia de Alcabideche ao Nível 2.

Fonte: Agência Cascais Natura, Maio de 2011

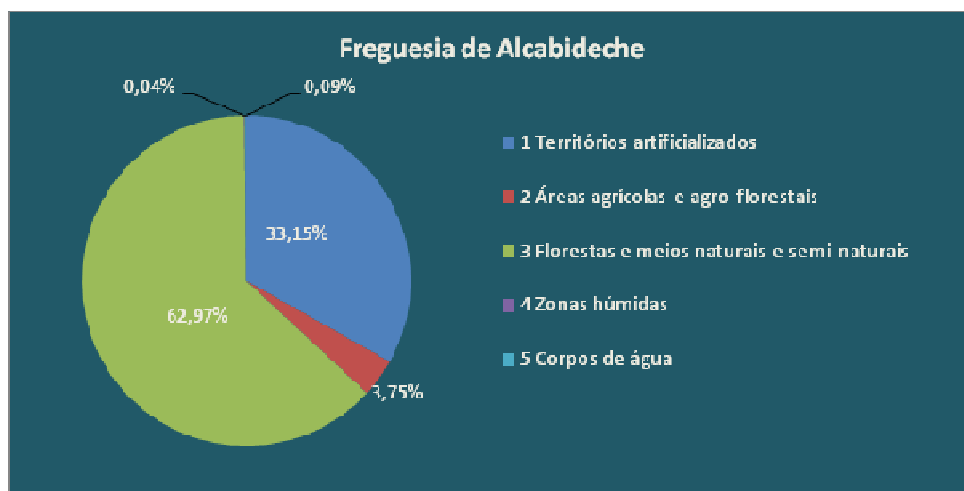


Figura nº 131

Distribuição da ocupação do solo na Freguesia de Alcabideche ao nível 1.

Fonte: Agência Cascais Natura, Maio de 2011

11.1.2.2. CARCAVELOS

| COS N2 | Descrição | Área Total (ha) | % Total | COS N1 |
|--------|--|-----------------|---------|--------|
| 11 | Tecido urbano | 241,72 | 53,31% | |
| 12 | Indústria, comércio e transportes | 50,49 | 11,14% | |
| 13 | Áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção | 19,91 | 4,30% | 73,54% |
| 14 | Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas | 21,30 | 4,70% | |
| 21 | Culturas temporárias | 7,35 | 1,62% | |
| 22 | Culturas permanentes | 3,22 | 0,71% | 3,54% |
| 24 | Áreas agrícolas heterogéneas | 5,47 | 1,21% | |
| 31 | Florestas | 17,11 | 3,77% | |
| 32 | Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea | 76,43 | 16,86% | 22,92% |
| 33 | Zonas descobertas e com pouca vegetação | 10,39 | 2,29% | |

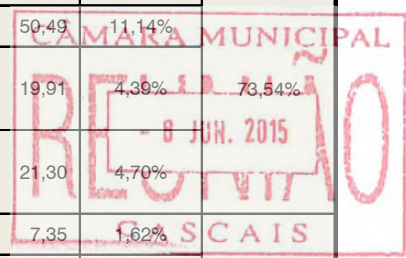


Figura nº 132
Resumo quantitativo da Ocupação do solo na Freguesia de Carcavelos ao Nível 2

Fonte: Agência Cascais Natura, Maio de 2011

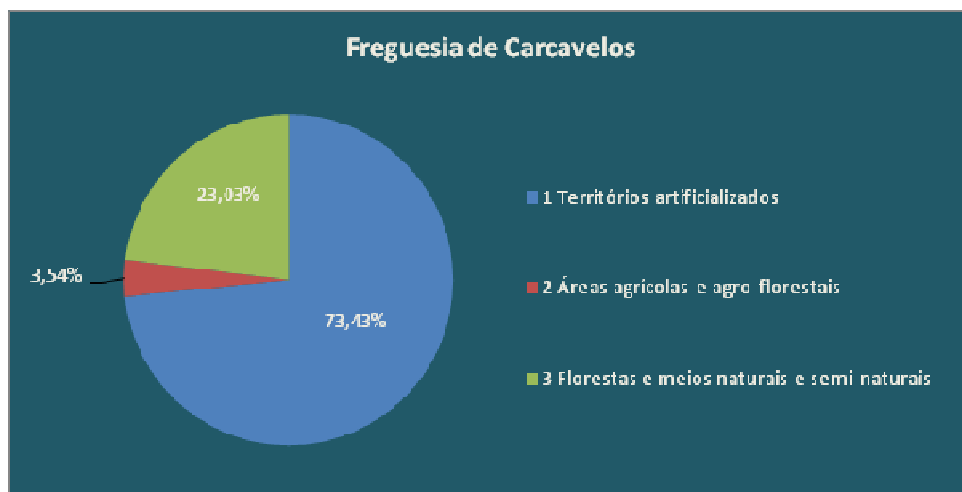


Figura nº 133
Distribuição da ocupação do solo na Freguesia de Carcavelos ao nível 1

Fonte: Agência Cascais Natura, Maio de 2011

11.1.2.3.CASCAIS

| COS N2 | Descrição | Área Total (ha) | % Total | COS N1 |
|--------|--|-----------------|---------|--------|
| 11 | Tecido urbano | 873,71 | 43,16% | 60,48% |
| 12 | Indústria, comércio e transportes | 105,72 | 5,22% | |
| 13 | Áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção | 55,04 | 2,72% | |
| 14 | Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas | 189,84 | 9,38% | |
| 21 | Culturas temporárias | 0,62 | 0,03% | |
| 24 | Áreas agrícolas heterogéneas | 29,91 | 1,48% | |
| 31 | Florestas | 128,13 | 6,33% | |
| 32 | Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea | 563,49 | 27,84% | |
| 33 | Zonas descobertas e com pouca vegetação | 77,83 | 3,84% | |

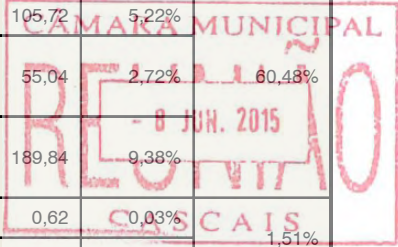


Figura nº 134
Resumo quantitativo da Ocupação do solo na Freguesia de Cascais ao Nível 2.

Fonte: Agência Cascais Natura, Maio de 2011

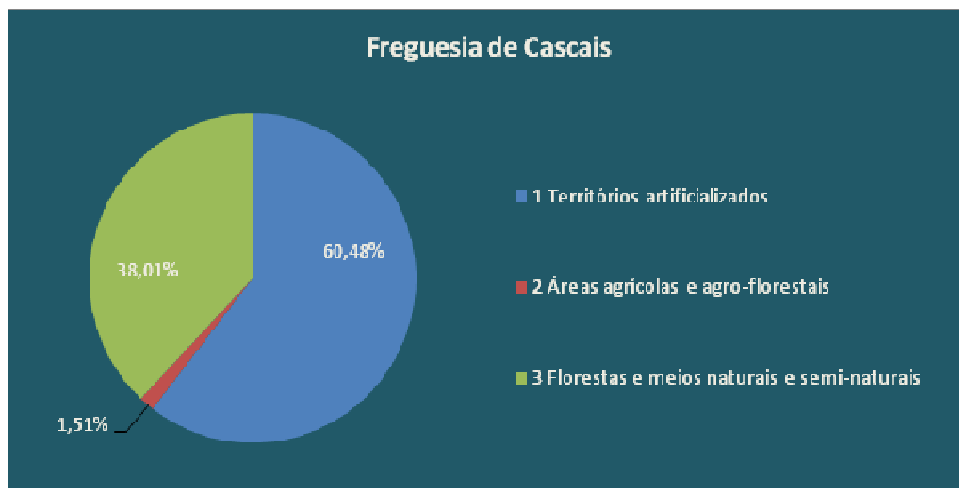
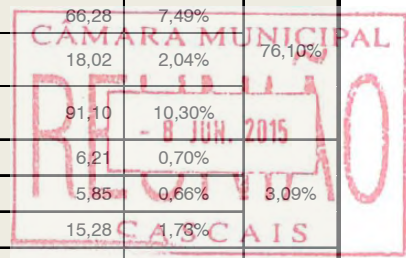


Figura nº 135
Distribuição da ocupação do solo na Freguesia de Cascais ao nível 1

Fonte: Agência Cascais Natura, Maio de 2011

11.1.2.4. ESTORIL

| COS N2 | Descrição | Área Total (ha) | % Total | COS N1 |
|--------|--|-----------------|---------|--------|
| 11 | Tecido urbano | 497,98 | 56,28% | 76,10% |
| 12 | Indústria, comércio e transportes | 66,28 | 7,49% | |
| 13 | Áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção | 18,02 | 2,04% | |
| 14 | Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas | 91,10 | 10,30% | |
| 21 | Culturas temporárias | 6,21 | 0,70% | |
| 22 | Culturas permanentes | 5,85 | 0,66% | |
| 24 | Áreas agrícolas heterogéneas | 15,28 | 1,73% | |
| 31 | Florestas | 61,07 | 6,90% | |
| 32 | Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea | 109,84 | 12,41% | |
| 33 | Zonas descobertas e com pouca vegetação | 10,89 | 1,23% | |
| 41 | Zonas húmidas interiores | 2,33 | 0,26% | |



[Handwritten signature]

Figura nº 136
Resumo quantitativo da Ocupação do solo na Freguesia do Estoril ao Nível 2.

Fonte: Agência Cascais Natura, Maio de 2011

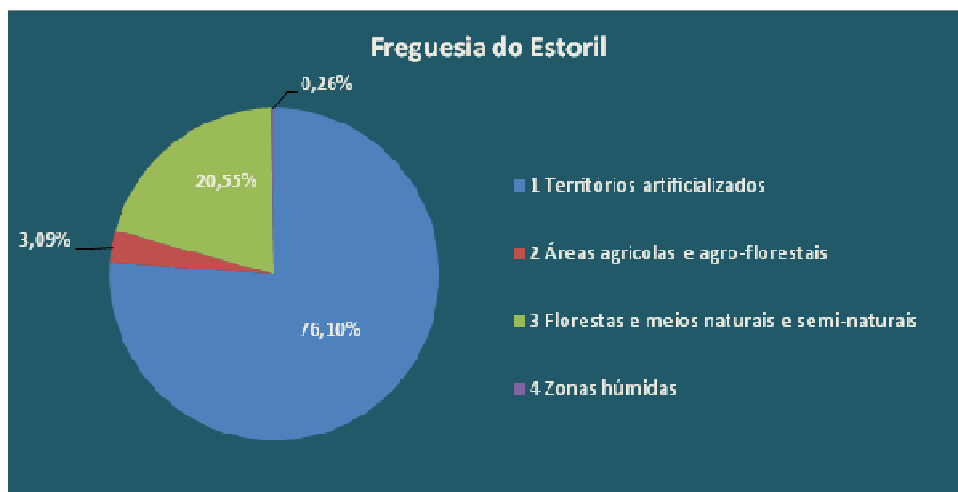


Figura nº 137
Distribuição da ocupação do solo na Freguesia do Estoril ao nível 1

Fonte: Agência Cascais Natura, Maio de 2011

11.1.2.5.PAREDE

| COS N2 | Descrição | Área Total (ha) | % Total | COSN1 |
|--------|--|-----------------|---------|--------|
| 11 | Tecido urbano | 276,66 | 76,51% | |
| 12 | Indústria, comércio e transportes | 30,28 | 8,37% | |
| 13 | Áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção | 16,63 | 4,60% | 92,47% |
| 14 | Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas | 10,80 | 2,99% | |
| 24 | Áreas agrícolas heterogéneas | 3,68 | 1,02% | 1,02% |
| 31 | Florestas | 4,28 | 1,18% | |
| 32 | Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea | 8,84 | 2,44% | 6,43% |
| 33 | Zonas descobertas e com pouca vegetação | 10,14 | 2,80% | |
| 41 | Zonas húmidas interiores | 0,31 | 0,09% | 0,09% |

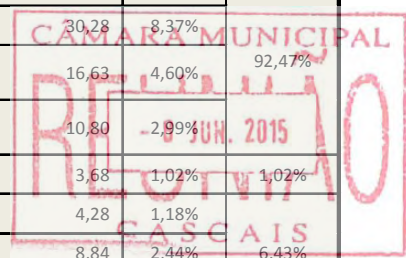


Figura nº 138
Resumo quantitativo da Ocupação do solo na Freguesia da Parede ao Nível 2.

Fonte: Agência Cascais Natura, Maio de 2011

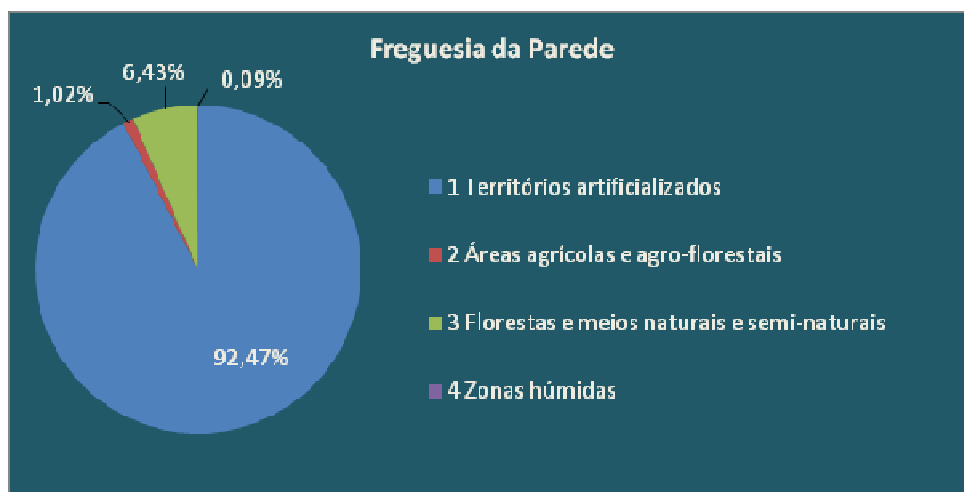


Figura nº 139
Distribuição da ocupação do solo na Freguesia da Parede ao nível 1

Fonte: Agência Cascais Natura, Maio de 2011

11.1.2.6. SÃO DOMINGOS DE RANA

| COS N2 | Descrição | Área Total (m ²) | % Total | COSN1 |
|--------|--|------------------------------|---------|--------|
| 11 | Tecido urbano | 753,62 | 37,01% | |
| 12 | Indústria, comércio e transportes | 299,13 | 14,69% | |
| 13 | Áreas de extracção de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção | 138,38 | 6,80% | 59,69% |
| 14 | Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas | 24,29 | 1,19% | |
| 21 | Culturas temporárias | 129,29 | 6,35% | |
| 22 | Culturas permanentes | 4,61 | 0,23% | 7,79% |
| 24 | Áreas agrícolas heterogéneas | 24,76 | 1,22% | |
| 31 | Florestas | 10,36 | 0,51% | |
| 32 | Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea | 650,65 | 31,95% | 32,46% |
| 41 | Zonas húmidas interiores | 1,10 | 0,05% | 0,05% |

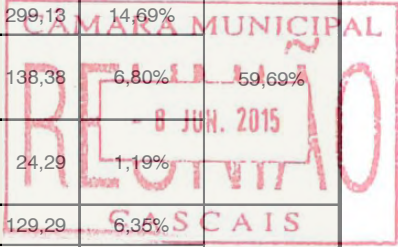


Figura nº 140
Resumo quantitativo da Ocupação do solo na Freguesia de São Domingos de Rana ao Nível 2.

Fonte: Agência Cascais Natura, Maio de 2011

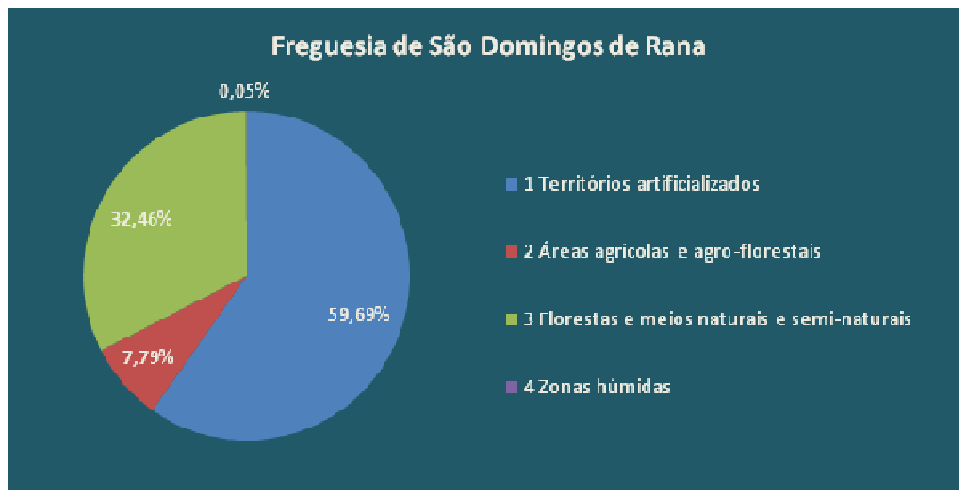


Figura nº 141
Distribuição da ocupação do solo na Freguesia de São Domingos de Rana ao nível 1

Fonte: Agência Cascais Natura, Maio de 2011

O Gráfico da figura nº 142 pretende demonstrar a relação de grandeza entre as diferentes classes de ocupação do solo por freguesia ao nível 1.

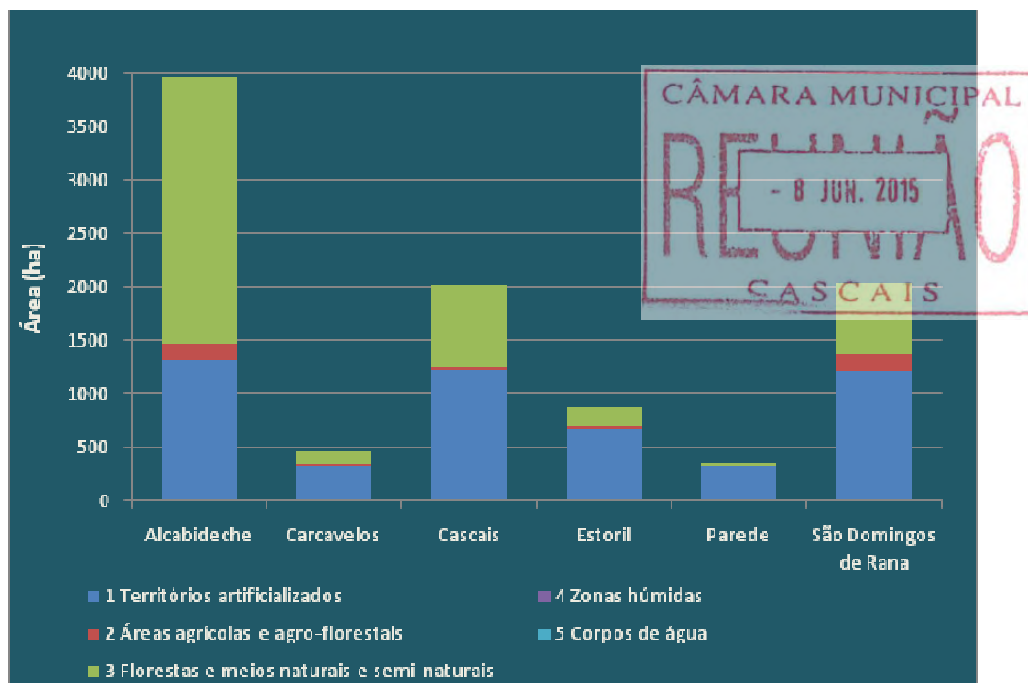


Figura nº 142
Comparação da Ocupação do Solo por freguesia ao nível 1

Fonte: Agência Cascais Natura, Maio de 2011

Fontes:

Agência Cascais Natura (2010). *Cascais Estrutura Ecológica – Relatório Técnico: Análise e Proposta. Relatório interno.*
Agência Cascais Natura / EMAC / CMC.

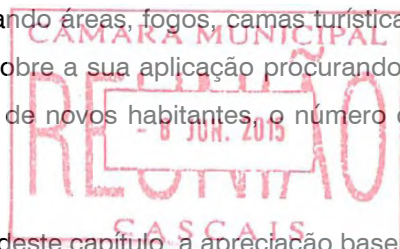
Instituto Geográfico Português (2005). *Caderno de Encargos para a Produção de um Carta de Ocupação/Usos de Portugal Continental (COS).*

Instituto Geográfico Português (2007). *Nomenclatura da COS 2007. Disponível em:*

http://www.igeo.pt/qdr/pdf/NomenclaturaCOS2007_v2.15_WEB_PT.pdf

11.1.3. OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Uma apreciação sobre a aplicação do PDM pode ser feita de vários pontos de vista. Analisando os objetivos que definiu e os resultados alcançados, fazendo uma avaliação quantitativa sobre as alterações no uso de solo, contabilizando áreas, fogos, camas turísticas, equipamentos, etc., ou mesmo uma avaliação qualitativa sobre a sua aplicação procurando o grau de satisfação dos munícipes, conhecendo o número de novos habitantes, o número de novas empresas, etc.



No referente à Ocupação **Urbana do Solo**, que é o âmbito deste capítulo, a apreciação baseia-se numa análise quantitativa e qualitativa da execução dos objetivos de planeamento, de ordenamento e urbanísticos que este Plano delineou.

Pretende-se não só avaliar, em sintonia com as políticas e o contexto socioeconómico presentes à data, as suas virtualidades, de forma a desenvolvê-las, mas também determinar as suas fragilidades, indicando os aspetos que podem ser melhorados ou mesmo alterados.

Esta análise abordará o território tal como se encontra atualmente, procurando entender a sua génese, as características geográficas mais relevantes e a sua evolução desde que se deliberou elaborar o PDM.

Sintetizando, procuramos sistematizar as consequências da aplicação do PDM.

11.1.3.1. OS OBJECTIVOS DO PDM

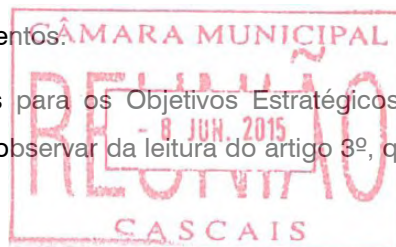
O PDM de Cascais, publicado em Diário da República pela Resolução de Conselho de Ministros nº 96/97, em 19 de Junho de 1997, foi elaborado na vigência do Decreto-Lei nº 69/90, de 2 de Março.

Julgamos oportuno lembrar o que aquele diploma determinava sobre o conteúdo de um PDM: *“O plano diretor municipal estabelece uma estrutura espacial para o território do município, a classificação dos solos e os índices urbanísticos, tendo em conta os objetivos de desenvolvimento, a distribuição racional das atividades económicas, as carências habitacionais, os equipamentos, as redes de transportes e comunicações e as infraestruturas”.*

Da leitura do Relatório para a elaboração do PDM vigente, constatamos que em 1995 as três grandes linhas de ação que o nortearam foram:

- O direito à mobilidade;
- O direito ao ambiente;
- O direito à organização territorial, à cultura de procedimentos.

Estas linhas de ação foram desenvolvidas e transpostas para os Objetivos Estratégicos e Outros objetivos no Regulamento do PDM, como se pode observar da leitura do artigo 3º, que transcrevemos.



Objetivos do Plano:

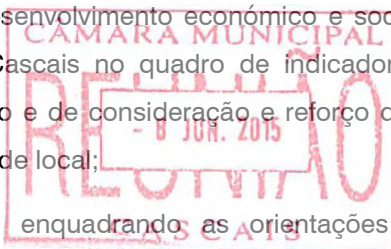
1. Objetivos estratégicos:

- a) Instituição do sistema municipal de planeamento;
- b) Elaboração dos planos gerais de circulação e gestão da via pública;
- c) Prosseguir a reestruturação e requalificação da rede ferroviária no concelho de Cascais;
- d) Conduzir os planos municipais de intervenção na floresta;
- e) Elaboração dos planos municipais de ordenamento do território das unidades operativas de planeamento e gestão;
- f) Iniciar e prosseguir uma política sistemática de instruir programas de investimento direcionados à reabilitação do património cultural edificado;
- g) Programação e implementação da rede geral de equipamentos;
- h) Consecução do acordo geral de adesão ao programa especial de realojamento;
- i) Institucionalização do conselho coordenador de infraestruturas básicas;
- j) Implementação do plano estratégico para a área do turismo.

2. Constituem ainda objetivos do PDM Cascais:

- a) A aplicação das disposições legais e regulamentares vigentes e dos princípios gerais de disciplina urbanística e de ordenamento do território e salvaguarda e valorização do património natural e cultural;
- b) A articulação com planos, programas e projetos de âmbito municipal ou supramunicipal;

- c) A compatibilização da proteção e valorização das áreas agrícolas ou de expressão rústica, florestais, culturais e naturais, com os espaços destinados predominantemente ao exercício de atividades para fins residenciais, industriais e de serviços;
- d) Definir e estabelecer os princípios e regras para a ocupação, uso e transformação do solo;
- e) Apoiar a definição e implementação de políticas de desenvolvimento económico e social que garantam a progressiva inserção do concelho de Cascais no quadro de indicadores exigíveis pela sociedade urbana em contexto metropolitano e de consideração e reforço das especificidades locais instrutoras e construtoras da identidade local;
- f) Apoiar a determinação das carências habitacionais, enquadrando as orientações e soluções adequadas no âmbito da política de habitação em meio municipal e metropolitano;
- g) Compatibilizar as diversas intervenções sectoriais, desenvolvendo e pormenorizando regras e diretivas estabelecidas a nível supramunicipal, auxiliar o estabelecimento de orientações nos processos de planeamento municipal e produzir as orientações adequadas às intenções de investimento da sociedade;
- h) Fornecer indicadores para o planeamento, designadamente para a elaboração de outros planos municipais ou de planos de carácter supramunicipal;
- i) Promover a reabilitação e qualificação urbanística dos tecidos urbanos objeto de crescimento desqualificado ou de génese ilegal;
- j) Servir de enquadramento referencial à elaboração dos planos de atividades do município, de enquadramento de referência do município no quadro da Área Metropolitana de Lisboa e de enquadramento de referência à articulação com os níveis nacional e da União Europeia.



11.1.3.2. ANÁLISE QUANTITATIVA

Para esta análise, e tratando-se da Revisão do PDM, é relevante conhecer a forma como foram territorializados os objetivos fixados, nomeadamente no estabelecimento das classes e categorias de espaço, que foram enumeradas no artigo 22º do Regulamento:

Os espaços

Para efeitos da ocupação, uso ou transformação do solo consideram-se no PDM-Cascais as seguintes classes de espaços: espaços urbanos, espaços urbanizáveis, espaços industriais, espaços de indústrias extrativas, espaços agrícolas, espaços florestais, espaços de proteção e enquadramento, espaços de equipamento, espaços-canal, espaços cultural e natural, espaços de desenvolvimento estratégico, espaços de áreas preferenciais de turismo e recreio.

Para efeitos de análise do uso do solo urbano, consideram-se como “espaços urbanos” as seguintes as seguintes categorias definidas em PDM:

- Espaços urbanos históricos;
- Espaços urbanos de baixa, de média e de alta densidade;
- Espaços urbanizáveis de baixa, de média e de alta densidade;
- Espaços de desenvolvimento singular;
- Espaços de proteção e enquadramento;
- Espaços de desenvolvimento turístico e;
- Espaços industriais existentes e propostos.



Contabilizando as áreas por agrupamentos de classes de Espaço (fig. nº 143) podemos verificar que é relevante a área do concelho afeta a usos não urbanos. De lembrar que cerca de 1/3 da área – cerca de 3.270 ha – estão ocupados com o Parque Natural Sintra / Cascais.

| Áreas Urbanas constantes no PDM em vigor | Área (ha) | % |
|---|--------------|-------------|
| Espaço de Protecção e Enquadramento | 720 | 7,4 |
| Espaço Urbanos, Urbanizáveis e Núcleos Urbanos Históricos | 3.600 | 37,1 |
| Espaço de Equipamentos, Industrial, Serviços, Turismo e Recreio | 796 | 8,2 |
| Espaço de Desenvolvimento Estratégico, Des. Singular e Des. Turístico | 1.003 | 10,3 |
| Total | 6 119 | 63,0 |
| Área Total do Concelho: | 9.700 | |

Figura nº 143 (áreas aproximadas)
Espaços Urbanos do PDM em vigor
Fonte: CM Cascais – Divisão do PDM, Maio 2011

A proliferação de categorias não evitou no entanto a necessidade de, durante o período de vigência do PDM, terem sido promovidas alterações a este instrumento através da elaboração de Planos de Pormenor.

No entanto, a fraca qualidade das bases cartográficas então utilizadas levou a situações dúbias de difícil solução, que hoje nos parece poderem ser ultrapassadas.

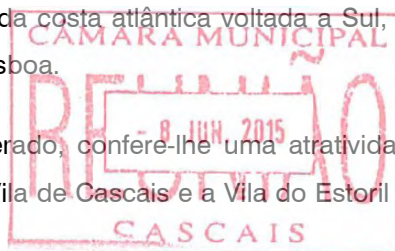
O concelho de Cascais registou na última década um aumento da população atingindo já, segundo dados preliminares do INE, mais de 200.000 habitantes. Segundo os censos de 2001 contava na altura com 170.683.

11.1.3.3. ANÁLISE QUALITATIVA

Breve historial do desenvolvimento urbano do concelho

O território do Concelho de Cascais estende-se ao longo da costa atlântica voltada a Sul, na continuidade do estuário do Tejo, e a cerca de 25 Km de Lisboa.

Esta situação geográfica única, aliada a um clima temperado, confere-lhe uma atratividade excepcional enquanto destino de lazer e turístico, sendo a Vila de Cascais e a Vila do Estoril há muito afamadas estâncias de veraneio.



Um fator que terá sido determinante para o desenvolvimento de toda esta área costeira, foi a construção da Linha de Cascais, linha ferroviária terminada em finais do Séc.XIX e eletrificada em 1922. O desenvolvimento urbano consequente, deu-se a partir das estações ferroviárias, criando diversos núcleos urbanos distintos.

Mais tarde, a Estrada Nacional E.N.6, vulgarmente conhecida por Estrada Marginal, estabeleceu uma primeira efetiva ligação rodoviária Lisboa/Cascais, contribuindo decisivamente para a consolidação urbana ao longo do seu traçado, principalmente a partir das localidades das estações ferroviárias.

Com a emigração massiva do Interior do País para o Litoral, emigração essa que a Cidade de Lisboa não conseguiu absorver na totalidade, verificou-se um aumento demográfico assinalável nos concelhos da área da Grande Lisboa, entre os quais o de Cascais.

Desta forma, o desenvolvimento urbanístico do Concelho, especialmente a partir de 1974, foi caracterizado por uma influência progressiva de Lisboa. Assim, Cascais desenvolveu características de zona periférica próxima da metrópole, com grandes degenerescências no seu crescimento. Neste contexto, foi sentido o incremento dos loteamentos e da construção clandestina, com o consequente comprometimento do uso dos solos, degradação do ambiente e da paisagem e com a perda frequente de valores naturais e culturais dignos de preservação.

Finalmente a Auto-Estrada A5, a primeira das auto-estradas do país, iniciada em 1944 mas que só chega ao Concelho em 1991, veio estruturar, pelo interior, esta avassaladora expansão urbana, essencialmente de cariz clandestina, que se verifica para além dos limites do concelho de Lisboa, desde os anos 60 do Século XX.

Este fenómeno é genericamente caracterizado como devendo-se à conjugação de vários fatores em simultâneo: o congelamento das rendas, desde 1974, a oferta de crédito a taxas de juro muito baixas, nas décadas de 80 e 90, para a compra de habitação própria, significando também a oferta de condições de habitabilidade melhores e a custos acessíveis, conjugados com uma aposta política continuada na construção de mobilidades rodoviárias e infraestruturas básicas disseminadas pelo território da área metropolitana de Lisboa, geralmente surgidas “a posteriori”.

O Resultado dos factos e fatores descritos anteriormente podem-se observar através da análise do Gráfico e do Quadro representados nas figuras nº 144 e 145.

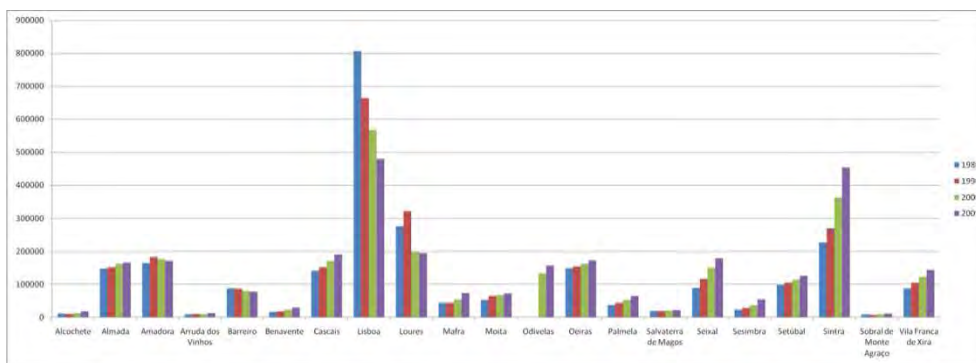
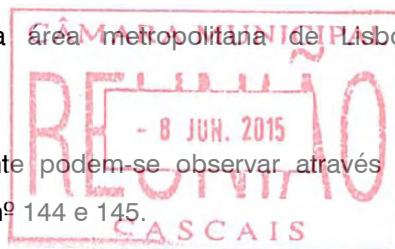


Figura nº 144
Evolução da população na AML – 1980/2009*

Fontes: Sales index, Markttest 2011 e INE, Portugal
* Estimativas anuais 2009

| | 1980 | 1990 | 2000 | 2009 |
|------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Alcochete | 11.200 | 10.200 | 12.778 | 18.113 |
| Almada | 147.500 | 151.200 | 161.381 | 165.991 |
| Amadora | 163.700 | 182.200 | 176.301 | 170.828 |
| Arruda dos Vinhos | 8.900 | 9.500 | 10.232 | 12.586 |
| Barreiro | 88.000 | 86.500 | 79.356 | 77.529 |
| Benavente | 16.300 | 18.100 | 23.134 | 28.890 |
| Cascais | 141.300 | 151.900 | 170.368 | 189.606 |
| Lisboa | 807.100 | 664.300 | 568.444 | 479.884 |
| Loures | 276.200 | 321.900 | 198.352 | 193.630 |
| Mafra | 43.300 | 43.900 | 53.631 | 73.061 |
| Moita | 53.200 | 64.800 | 67.509 | 71.844 |
| Odivelas | n.d. | n.d. | 133.275 | 155.827 |
| Oeiras | 149.200 | 153.700 | 162.145 | 172.609 |
| Palmela | 36.900 | 43.600 | 53.216 | 63.861 |
| Salvaterra de Magos | 19.000 | 18.900 | 20.145 | 21.582 |
| Seixal | 89.000 | 115.900 | 149.724 | 178.332 |
| Sesimbra | 23.100 | 27.500 | 36.697 | 54.525 |
| Setúbal | 98.300 | 104.600 | 113.811 | 125.293 |
| Sintra | 226.200 | 269.600 | 362.976 | 454.188 |
| Sobral de Monte Agraço | 7.900 | 7.300 | 8.921 | 10.694 |
| Vila Franca de Xira | 88.100 | 104.200 | 122.596 | 144.123 |

Figura nº 145
Evolução da população na AML – 1980/2009*

Fontes: Sales index, Marktest 2011 e INE, Portugal
* Estimativas anuais 2009

Relativamente aos movimentos migratórios (fig. nº 146) observou-se, nas últimas décadas, uma deslocação das populações do interior para o litoral, sendo os Distritos de Beja, Bragança, Castelo Branco, Guarda, Portalegre, Vila Real e Viseu os principais prejudicados. Analisando o referido quadro, concluímos estes distritos perderam, nos últimos 30 anos, cerca de 270.000 habitantes, o que em termos relativos representa, cerca de 20% da sua população total.

| | 1980 | 1990 | 2000 | 2009 |
|------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Aveiro | 621.800 | 655.200 | 703.913 | 735.790 |
| Beja | 188.500 | 168.600 | 157.897 | 150.287 |
| Braga | 706.800 | 745.600 | 820.987 | 866.012 |
| Bragança | 184.000 | 159.200 | 147.512 | 139.344 |
| Castelo Branco | 234.200 | 215.400 | 205.686 | 195.433 |
| Coimbra | 436.100 | 428.500 | 435.618 | 430.800 |
| Évora | 180.400 | 173.800 | 170.003 | 168.034 |
| Faro | 323.300 | 340.300 | 383.399 | 434.023 |
| Guarda | 205.300 | 188.300 | 177.932 | 168.898 |
| Leiria | 419.400 | 427.800 | 454.857 | 480.951 |
| Lisboa | 2.066.700 | 2.064.900 | 2.136.872 | 2.244.799 |
| Portalegre | 142.900 | 134.700 | 124.543 | 115.503 |
| Porto | 1.558.800 | 1.621.100 | 1.760.277 | 1.827.191 |
| Santarém | 454.100 | 443.200 | 455.052 | 465.701 |
| Setúbal | 657.700 | 712.800 | 785.861 | 866.794 |
| Viana do Castelo | 256.500 | 248.900 | 247.332 | 250.390 |
| Vila Real | 264.100 | 238.000 | 221.727 | 213.775 |
| Viseu | 422.600 | 401.600 | 390.377 | 391.215 |

Figura 146
Evolução da população nacional, por Distrito – 1980/2009*

Fontes: Sales index, Marktest 2011 e INE, Portugal

No Concelho de Cascais, em 2009, foram contabilizadas 39.621 novas edificações, um acréscimo de 21,44% relativamente a 2001, subindo para um total de 109.266 alojamentos.

Em 2011, segundo dados preliminares do INE, verifica-se já um aumento de cerca de 19% em relação aos números acima indicados.

A confirmarem-se estes dados, terá sido o Concelho que mais cresceu em valores absolutos, ao nível do País.

Ao nível das Freguesias, o crescimento deu-se sobretudo na sede do Concelho e nas duas Freguesias do seu interior, fruto inevitável da melhoria das acessibilidades, sobretudo com a construção do prolongamento da A5 até Cascais (1991).

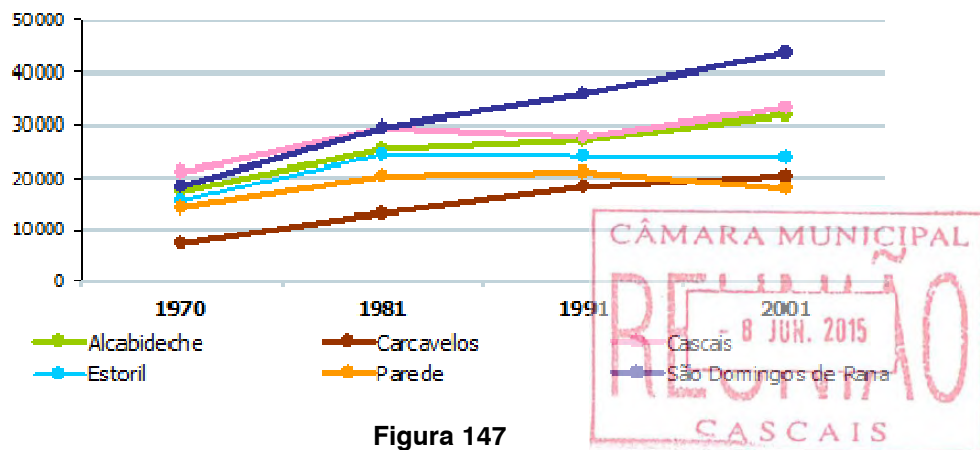


Figura 147
Evolução da população local, por Freguesia – 1970/2001

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População de 1970, 1981, 1991 e 2001.

No Concelho de Cascais, a ocupação urbana do solo é mais densa a nascente, diminuindo para poente e também do litoral, mais contínua e uniforme, para o interior, onde se apresenta mais esparsa, mas também é evidente um crescendo de qualidade do Espaço Urbano à medida que nos aproximamos da Vila de Cascais e o contrário quando se caminha para o interior.

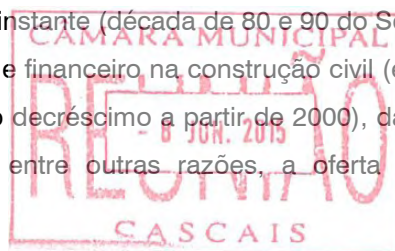
A ocupação urbana que se verifica a Norte e Nordeste do Concelho aparenta ser contraditória face à sua localização interiorizada e à barreira que a A5 constitui relativamente ao litoral, mas encontra explicação pela existência prévia de uma rede de mobilidade, a partir de vias de nível 2, 3 e 4, que garantiam já o acesso automóvel praticamente a todo este território.

De facto, esta ocupação é anterior à construção do troço da autoestrada A5 no Concelho de Cascais, que dividiu um espaço urbano consolidado mas que também comprometeu irremediavelmente a unidade geomorfológica e biofísica dos vales da Ribeira das Vinhas e Caparide.

Estas novas acessibilidades constituem hoje, no seu conjunto, uma das maiores redes rodoviárias da Europa concentradas numa só área geográfica, precisamente a área metropolitana de Lisboa.

11.1.3.4. AS PERIFERIAS

Da leitura da Carta de Ocupação Urbana do Solo, constata-se que a construção da A5 comprimiu de encontro ao mar uma faixa litoral a Sul, já densamente ocupada, estabelecendo a Norte um novo território de expansão urbana, no mesmo instante (década de 80 e 90 do Séc. XX) em que se verificava um forte investimento económico e financeiro na construção civil (em estradas e no imobiliário) que culminou em 2008 (em lento decréscimo a partir de 2000), data em que o sistema financeiro global colapsou porque, entre outras razões, a oferta de alojamentos se mostrou excessiva.



A área urbana de cariz residencial, com matizes resultantes da aplicação de índices que variam de acordo com as categorias de Espaço de baixa, média e alta densidade, abrange hoje cerca de 2/3 do território do Concelho.

Os perímetros urbanos definidos em PDM contiveram eficazmente a expansão urbana ao longo dos anos, apresentando-se hoje preenchidos na sua grande maioria, restando, no entanto, ainda muitos espaços intersticiais por ocupar, como se pode observar na figura nº148.



Figura nº 148
Loteamento (AUGI)– Conceição da Abóboda

Fonte: CM Cascais - SIG–Informação Geográfica - 2011

Há uma repetição exaustiva dos mesmos processos urbanísticos, que não são específicos deste Concelho, tendo acontecido em simultâneo e de forma idêntica por todo o território nacional.

Pode identificar-se uma ocupação urbana constante, de morfologia e tipologia arquitetónica análoga, com base em índices de baixa (mais raramente média ou alta) densidade, categoria definida aparentemente numa relação de maior ou menor afastamento aos centros urbanos consolidados, onde se aplicam geralmente índices urbanísticos mais elevados.

A imagem que prevalece é de um contínuo edificado interminável e labiríntico, sem referências, em “*sprawl*”, “estruturado” por uma rede de mobilidade orgânica e intrincada, muitas vezes deficiente e, na sua grande maioria, de génese ilegal.

Os modelos urbanísticos predominantes remetem para o conceito de Cidade-Jardim – com base na moradia isolada ou geminada em lotes individuais, ou para uma interpretação da “Carta de Atenas” - blocos residenciais de vários pisos, em lotes, cuja disposição é geralmente indiferente ao conceito de rua. Frequentemente, estes modelos coexistem ou misturam-se, dando origem a situações híbridas.

Embora se encontrem também estes modelos aplicados de forma mais aproximada aos conceitos originais, com áreas verdes predominando sobre a área edificada, o que contribui decisivamente para uma qualificação do Espaço Urbano, o que prevalece, no entanto, e sempre que se caminha para o interior, é um urbanismo de grande aridez, com lotes mínimos e muitas vezes ocupados com anexos, ou ruas com perfis que não possibilitam a plantação de árvores, o que parece contraditório face à expansão do território envolvente, com grandes espaços vazios sem qualquer aproveitamento produtivo intervalando loteamentos.

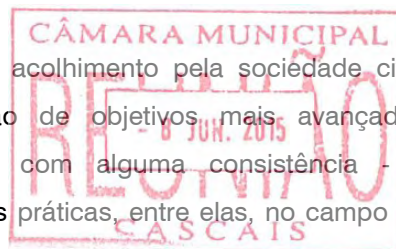
Trata-se da prevalência de um desenho urbano que assenta na acessibilidade rodoviária, em que o espaço destinado ao peão é conseqüentemente considerado inútil – a estreiteza dos passeios a marginar as ruas asfaltadas, ou a ausência dos mesmos, é em muitos casos revelador de um urbanismo desumanizado.

De uma forma sucinta conclui-se, por um lado, que a aplicação do PDM não tem sido bem sucedida no tocante aos aspetos acima descritos, situação esta já referida na Introdução do Relatório do PDM, sendo um dos seus objetivos, expressos no Regulamento:

i) Promover a reabilitação e qualificação urbanística dos tecidos urbanos objeto de crescimento desqualificado ou de génese ilegal;

Mas é indubitável, por outro lado, que a aplicação do PDM organizou o território em termos do uso do solo, estabeleceu limites rígidos à ocupação e impôs uma zonificação “funcionalista” das atividades e teve também a ambição de propor e executar o “Direito ao Ambiente”, pelo “esforço de produção infraestrutural no saneamento básico”, “recolha e tratamento de resíduos sólidos” e “regularização da rede hídrica superficial”.

As questões relativas ao Ambiente têm tido um grande acolhimento pela sociedade civil, criando uma crescente disponibilidade para a adoção de objetivos mais avançados consubstanciados num corpo teórico que tem hoje com alguma consistência - a Sustentabilidade Ambiental, com todas as suas derivações práticas, entre elas, no campo da construção bioclimática ou das energias alternativas.



Paralelamente, muitas Atividades Económicas, Indústria, Serviços, Turismo ou Recreio também se estabeleceram fora dos limites do Concelho de Lisboa, acompanhando o fenómeno de urbanização dos espaços, então rurais, em redor dos centros urbanos consolidados.

No caso do Concelho de Cascais, estas atividades, criteriosamente restringidas em espaços previamente definidos em PDM, nomeadamente as de uso Industrial, beneficiaram sobretudo da construção da A5, pelo que se localizam em maior número e importância a Norte do Concelho e da própria A5, entre a Abóboda e Trajouce, acautelando impactos indesejáveis pelo afastamento a áreas residenciais consolidadas. Seria necessária igual determinação para impedir a situação inversa, como se verifica no caso de uma infraestrutura importante como é o Aeródromo Municipal de Cascais, que coloca em causa o cumprimento das normas internacionais a que está sujeito.

As superfícies comerciais, sob a forma de edifícios multifuncionais de grande dimensão parecem surgir para suprir a carência de espaços comerciais de proximidade integrados nas áreas residenciais.

Localizam-se ao lado das principais vias rodoviárias e dos nós mais importantes: na A5 entroncam muitas ligações de âmbito metropolitano, a começar, ainda no Concelho de Cascais, pela E.N.249-4 (Abrunheira/Sintra) e recentemente o IC16.

Constituem, por isso, o corolário de um urbanismo “por adição”, individualizado e anódino, sem sentido de urbanidade, o oposto dos tradicionais “bairros” citadinos onde, por outro lado, os equipamentos, o comércio e os serviços locais, possuindo características peculiares, funcionam como fatores de identificação.

Este modelo ou sistema “importado” de urbanismo, que alcançou maior ou menor impacto por toda a Europa, encontrou em Portugal uma grande aderência, sendo o “Cascais Shopping” disso um exemplo: a sua acessibilidade depende quase exclusivamente do transporte individual, com uma área de implantação em que o estacionamento de veículos ocupa uma superfície semelhante à área edificada, causando um impacto considerável em termos de impermeabilização do solo.

Na sua vizinhança agrupam-se quase sempre, de forma subsidiária, outras unidades semelhantes com idêntica funcionalidade, o que acentua significativamente os impactos de diversa natureza pelo carácter endógeno assim constituído, sobretudo se a estas mega-construções se juntarem os nós rodoviários próximos, gerando parcelas de território com características de “não-lugares”.

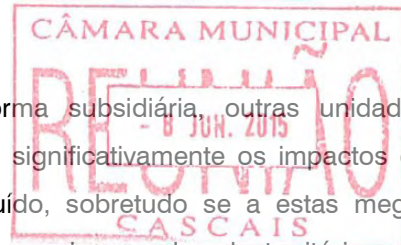


Figura nº 149
Vista aérea do Cascais Shopping

Fonte: M Cascais - SIG- Informação Geográfica - 2011

11.1.3.5. SÍNTESE DAS ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL (AUGI)

Como já referido, a migração maciça das populações das zonas rurais para as zonas urbanas, nas décadas de 60 e 70 do Séc. XX, levou a uma procura crescente de terrenos, onde essas mesmas populações pudessem construir as respetivas habitações. Mas o aparecimento de milhares de construções não foi acompanhado pela execução das respetivas infraestruturas e equipamentos necessários a tal crescimento urbanístico.

Em Cascais, assim como em muitos outros municípios, não foi possível conter este crescimento urbanístico, devido, por um lado, à ausência de instrumentos jurídicos para tal, e por outro, a uma incapacidade financeira para proceder à execução de tais infraestruturas e equipamentos, que a seu tempo, seriam reclamados pelas populações.

Este fenómeno, que teve origem nas necessidades e falta de meios da população imigrada, repercutiu-se posteriormente com, por um lado, pressupostos especulativos e, por outro, pela falta de capacidade e de meios de fiscalização e de atuação das câmaras, resultando atualmente em bairros de edificações mais qualificadas e que nada têm a ver com as AUGI originárias.

Esta realidade que se traduziu na ocupação ilegal de cerca de 10% do território levou à criação, em 1984, de um gabinete municipal de recuperação de *Clandestinos*. No entanto essa recuperação apenas começará a ter resultados visíveis a partir de 1995 - com a publicação da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro¹⁵ – sendo que, durante esse período de tempo os procedimentos postos em prática não lograram obter grandes resultados nem conseguiram responder a todas as situações decorrentes da especificidade dos loteamentos e construções clandestinas.

¹⁵ - Com esta Lei os bairros Clandestinos passam a ter uma nova designação: Áreas Urbanas de Géneze Ilegal (AUGI).

Até ao presente foram feitas 3 alterações à Lei: Lei n.º 165/99, de 14 de Setembro; Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto; Lei n.º 10/2008, de 20 de Fevereiro.

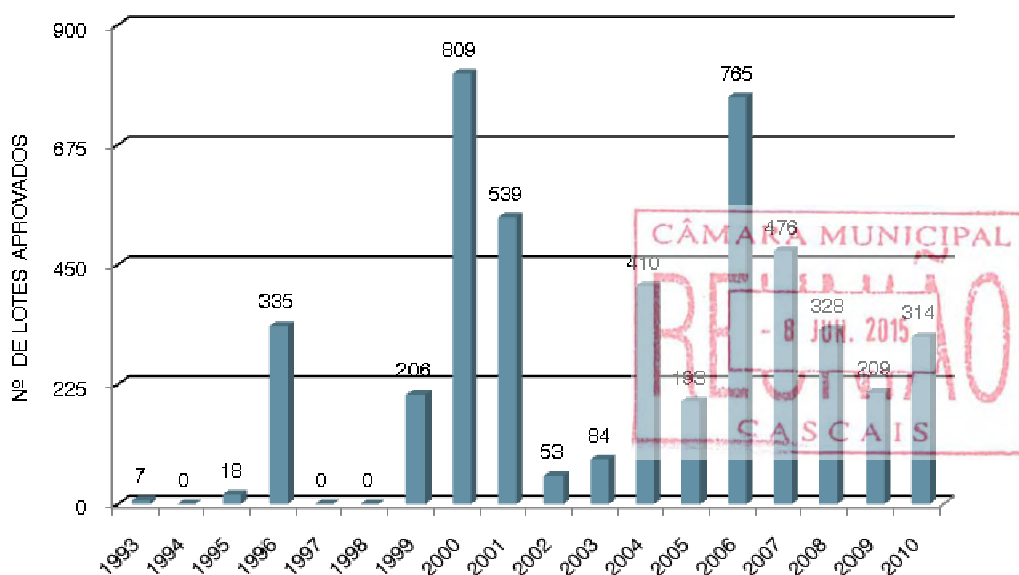


Figura nº 150
Número de Lotes aprovados no âmbito da emissão de Alvarás

Fonte: Câmara Municipal de Cascais, DRU 2011

Em 1994, e na sequência de uma reorganização da estrutura e do funcionamento dos serviços municipais é criado o *Projeto de Recuperação e Legalização de Loteamentos Ilegais (PLO)*, dotando a CMC de uma estrutura específica, no sentido de dinamizar a instrução, apreciação e decisão dos processos de loteamentos e respetivas construções de génese ilegal.

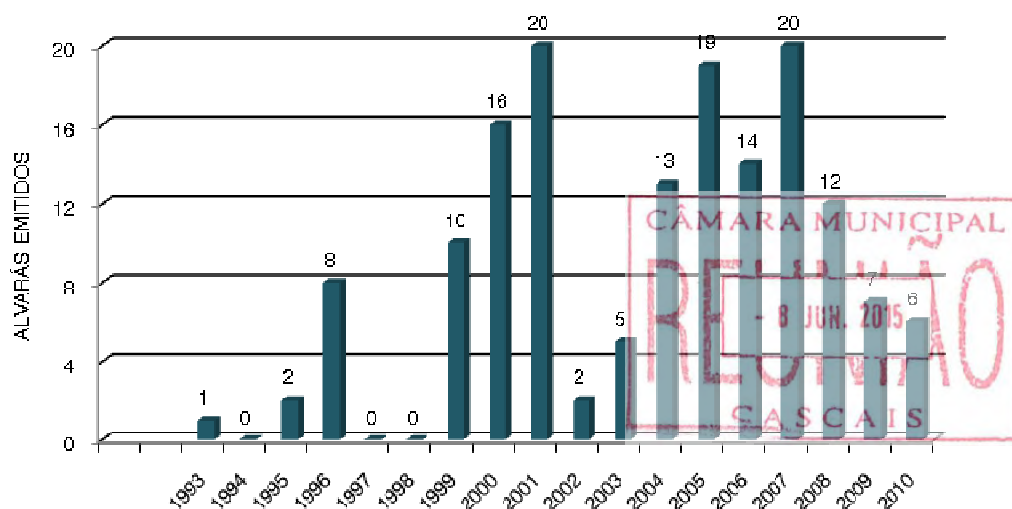


Figura nº 151
Evolução da emissão de Alvarás das AUGI em Cascais

Fonte: Câmara Municipal de Cascais, DRU 2011

Em 1996 são aprovadas em reunião de Câmara, as *Normas Procedimentais para Loteamentos e Edificações Inseridos em AUGI no Concelho de Cascais*, que conjuntamente com a Lei nº 91/95, de 2 de Setembro, passam a ser os instrumentos de análise de toda a construção clandestina no Município. O Plano Diretor Municipal (com entrada em vigor em 1997) consubstanciará a tríade jurídica de análise, definindo a atuação estratégica do Município quanto às AUGI.

De acordo com a Lei 91/95, competia à câmara municipal delimitar o perímetro e fixar a modalidade de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal, tendo a CMC, em Outubro de 1995, procedido à sua delimitação, fixando também as respectivas modalidades de reconversão. Em Março de 1999, Dezembro de 2002 e Julho de 2004 são reformulados os perímetros das AUGI, em consequência de um melhor conhecimento do território, e numa aproximação cada vez mais eficaz da realidade existente aos instrumentos de gestão urbanística disponíveis.

INFRA-ESTRUTURAS

Com a criação do PLO é implementada uma estratégia de atuação dando prioridade às questões de saúde pública no seio dos bairros de génese ilegal: independentemente da existência do processo de loteamento, será dada a possibilidade aos proprietários de, em primeira linha, procederem à realização de infraestruturas mediante a apresentação de projeto para o efeito. O abastecimento de água canalizada, a implementação das redes de esgotos domésticos e pluviais, eletricidade, telefones e pavimentação dos arruamentos passaria a dotar os bairros das condições mínimas de salubridade, face às exigências sociais quotidianas.

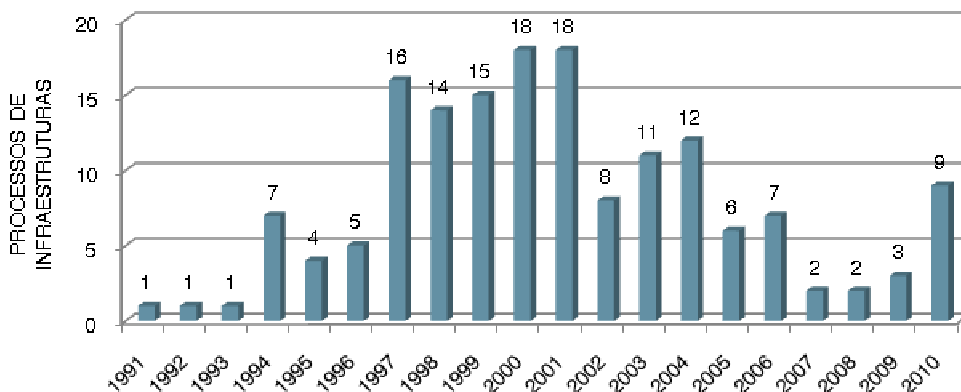
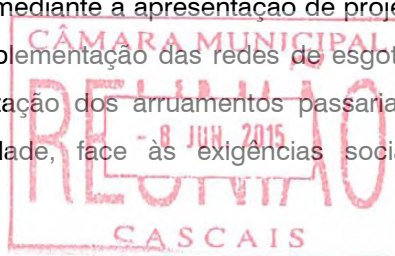


Figura nº 152
Evolução do processo de Infraestruturação das AUGI em Cascais

Fonte: Câmara Municipal de Cascais, DRU 2011

Assim, numa ação continuada, resultante de um trabalho conjunto entre a autarquia e a população residente, é possível hoje garantir que a quase totalidade do território em AUGI se encontra infraestruturada.

Considerando que o dever de reconversão cabe hoje aos comproprietários dos loteamentos de génese ilegal, as Administrações Conjuntas de moradores/proprietários assumiram e têm assumido um papel fundamental no processo, interlocutores entre o município e os demais proprietários, contribuindo para o célere desenvolvimento do projeto urbanístico traçado.

Também a autarquia tem contribuído em larga escala para a qualidade de vida destas populações, designadamente, na comparticipação financeira de obras consideradas estruturantes para a região, de ligação às redes gerais existentes.

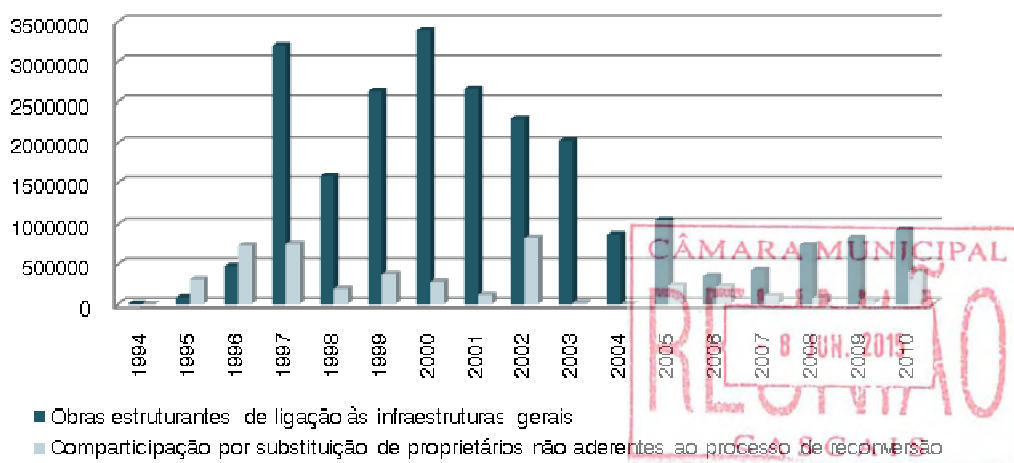


Figura nº 153
Comparticipação Financeira da Autarquia no Processo da Infraestruturação das AUGI

Fonte: Câmara Municipal de Cascais, DRU 2011

Todas estas ações, nomeadamente ao nível da execução do saneamento básico têm tido uma larga contribuição para a qualidade ambiental e para um desenvolvimento sustentável, não só no interior do município, onde se situam estes bairros, como também na defesa do ciclo hidrológico, designadamente linhas de água e áreas ripícolas, cujo reflexo se tem sentido de forma inequívoca em toda a faixa costeira.

RESULTADOS

Os resultados obtidos até ao presente, permitem afirmar que as condições de habitabilidade se tornaram, de um modo geral, boas, numa conjugação de vários fatores essenciais, tais como vontade política, elaboração de legislação específica, aprovação do Plano Diretor Municipal, verbas disponibilizadas para a realização de infraestruturas e recursos humanos inseridos numa estrutura municipal autónoma com objetivos de recuperação claramente definidos.

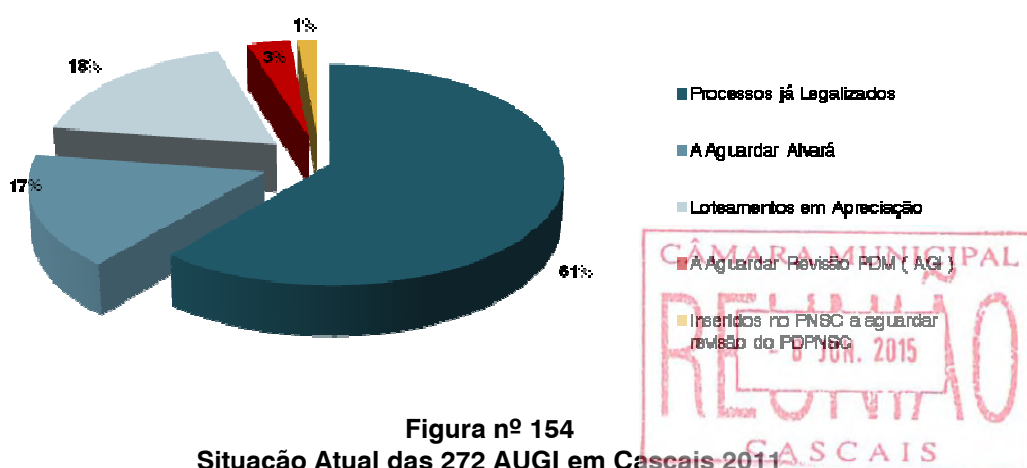


Figura nº 154
Situação Atual das 272 AUGI em Cascais 2011

Fonte: Câmara Municipal de Cascais, DRU 2011

Depois de resolvidas as necessidades mais básicas das populações – saneamento, ruas asfaltadas, eletricidade, água, legalização de lotes e construções – o caminho aponta agora outras necessidades, dirigidas à reabilitação, requalificação e reestruturação dos ambientes urbanos, integrado num projeto estratégico, com um outro desenho urbano, corretor de assimetrias e unificador do espaço público. Em 2008, é dado o primeiro passo nesse sentido com a criação do Departamento de Requalificação Urbana, que emergindo da estrutura do antigo PLO, dá continuidade a todo um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, no esforço da qualificação requerida.

11.1.3.6. ÁREAS DEGRADADAS A REQUALIFICAR (ADR)

A delimitação das áreas urbanas a requalificar no concelho de Cascais resulta de dois fatores principais: o conhecimento do território onde quotidianamente se atua, e os critérios previamente definidos que definem a qualidade dos aglomerados urbanos.

Estes critérios, inseridos na estratégia de sustentabilidade de Cascais, incidem nas componentes relativas às infraestruturas, ao espaço público, ao edificado e aos equipamentos coletivos, visam promover um território com qualidade de vida urbana.

Foi elaborado um levantamento exaustivo do território em que foram tidos como principais critérios de avaliação, a rede viária, as infraestruturas básicas, a recolha de resíduos urbanos, os transportes públicos, a acessibilidade pedonal, os equipamentos de utilização coletiva e o estado de conservação do edificado.

Os elementos recolhidos foram compilados numa ficha por cada área delimitada, onde consta a localização a caracterização, uma análise SWOT, um registo fotográfico e uma síntese.

Foram identificadas 20 áreas prioritárias que a seguir se assinalam, e cujo programa de execução é parte integrante do Programa de Execução e Plano de Financiamento do PDM. Destas, 4 constituem-se como UOPGs ou parte de UOPGs. A programação respetiva de cada uma está definida no Programa referido ou nas UOPGs a que pertencem.

Assim, as 16 ADR que fazem parte do Programa de Execução e Plano de Financiamento do PDM, são:

- Abóboda
- Bairro 25 de abril
- Caparide / Tires
- Bairro da Mina
- Penedo / Murtal
- Pedras Alvas
- Penedo
- Matarraque
- Outeiro de Polima
- Faceiras
- Penha Longa
- Fontainhas / Alvide
- Encosta da Carreira
- Cabreiro / Bairros do Outeiro e do Mato das Cadaveiras
- Murches

As áreas de Talaíde, Trajouce, Trajouce / Manique de Baixo e Bairro da Cruz Vermelha, constituem-se como, ou estão integradas em UOPG.



11.1.3.7. OS CENTROS URBANOS TRADICIONAIS

A existir uma ideia preconcebida de Cidade será a que se reflete nos traçados dos Núcleos Urbanos Históricos, por vezes com séculos de sucessivas sedimentações e segundo uma modelo de organização que sempre unificou alojamentos, equipamentos, comércio e serviços.

A Vila de Cascais (o mais antigo destes assentamentos urbanos) é a sede do Concelho, com uma população que ronda os 35.000 residentes (freguesia de Cascais), concentrando os serviços de Administração Pública e, também por isso, gerando uma influência endógena significativa, apesar de Lisboa ser o pólo atrativo dominante: deslocam-se diariamente para o Concelho de Cascais cerca de 67.500 pessoas e cerca de 18.000 entram na Vila de Cascais.

No sentido contrário, 37.500 pessoas saem diariamente do Concelho; desses, 23.000 dirigem-se a Lisboa. (Fonte: INE, censos de 2001).

Todas as vilas costeiras desde Carcavelos até Cascais formam em conjunto uma topologia urbanística (no âmbito do Concelho de Cascais) em que a proximidade e a relação com o mar são um elemento comum: foram inicialmente, o lugar eleito de segunda habitação, de destino turístico sazonal, onde se concentraram também – nomeadamente nas Vilas de Cascais e Estoril - alguns estabelecimentos hoteleiros junto das principais praias atlânticas e “urbanas” da Região de Lisboa.

Atualmente, representam uma realidade que vai muito para além disto: expandiram-se numa dimensão territorial que ultrapassou todas as previsões e se num momento inicial eram assentamentos urbanos com alguma especificidade, geraram posteriormente as suas próprias periferias e conseqüentemente outras centralidades.

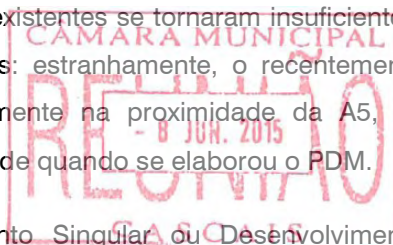


Figura nº 155
Vila de Cascais

Fonte: CM Cascais - SIG-Infomação Geográfica – 2011

Este “modelo” de desenvolvimento contemporâneo, que marcou drasticamente as últimas décadas de um efetivo mas desigual crescimento económico do País, foi de tal modo rápido que se tornou necessário localizar equipamentos públicos fora dos centros urbanos tradicionais.

A rapidez com que os principais equipamentos de saúde existentes se tornaram insuficientes, inoperativos ou obsoletos, ultrapassou algumas previsões: estranhamente, o recentemente inaugurado Hospital de Cascais, localizado estrategicamente na proximidade da A5, na freguesia de Alcabideche, não foi considerado uma prioridade quando se elaborou o PDM.



Os Espaços de Turismo e Recreio, de Desenvolvimento Singular ou Desenvolvimento Estratégico situam-se, pelas características particulares das suas funções, ao longo do litoral, quase sempre numa relação próxima com o Mar e integrados na proximidade dos traçados urbanos dos Núcleos Históricos.

Só pontualmente se localizam de forma isolada e interiorizada, em áreas naturais de especial interesse paisagístico, predefinidos no PDM nas categorias de Desenvolvimento Singular ou de Desenvolvimento Estratégico. Estes Espaços estão ou irão estar, geralmente, sujeitos a Plano Pormenor.

De facto, a faixa litoral do Concelho de Cascais, com fortes características urbanas, concentra em si grandes potencialidades, sendo objeto de uma constante transformação ainda que de forma desigual, consoante as características de cada lugar.

Este investimento acompanha os melhoramentos de iniciativa pública de que tem sido alvo a orla marítima, dotando as praias de acessos universais e promovendo equipamentos de apoio.

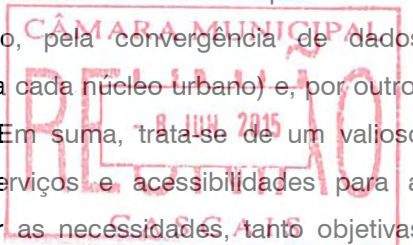
A Vila de Cascais, mas também do Estoril, são hoje destinos de turismo consolidados, com um ambiente muito próprio de uma “Riviera”.

Observa-se, por isso, uma tendência de melhoramento, manutenção e ampliação de hotéis existentes, mas também o recente aparecimento de novas estabelecimentos hoteleiros de grande qualidade, o que pode ser interpretado como um crescendo desta atividade.

Em contraponto com uma ocupação urbana muito vasta, que temos vindo a descrever nos seus variados aspetos, o Concelho de Cascais possui ainda uma importante área “não urbanizável” – cerca de um terço da sua área total encontra-se inserida no Parque Natural Sintra-Cascais, sendo muito evidente uma grande diversidade de paisagens. A uma arborização mais ou menos presente ao longo da costa Sul, coincidindo com o Espaço Urbano, segue-se uma natureza agreste e impositiva virada a Poente

11.2. HIERARQUIA DA REDE URBANA

A definição da Hierarquia da Rede Urbana, enquanto análise da situação existente no espaço habitado, e não-rural, apresenta-se como um elemento de síntese importante na caracterização do Concelho de Cascais. Por um lado, pela convergência de dados (demográficos e funcionais) e pela sua análise parcial (para cada núcleo urbano) e, por outro, pela leitura relativa (hierarquização) que se obtém daí. Em suma, trata-se de um valioso indicador da presença de equipamentos, comércio, serviços e acessibilidades para a população urbana do Concelho, permitindo assim avaliar as necessidades, tanto objetivas como relativas, de cerca de 87% dos habitantes de Cascais.



A metodologia empregue na elaboração deste trabalho assentou em 3 fases distintas.

1º - Identificação dos Perímetros Urbanos. Unidades territoriais com mais de 150 habitantes, delimitadas com base nas características morfológicas do território urbanizado e no entendimento possível pelo conhecimento subjetivo das unidades de vizinhança sentidas em cada zona.

Foram fixados 27 perímetros, que correspondem, em alguns casos, à aglutinação de mais que um lugar, sendo aí atribuído o nome do lugar com maior peso demográfico.

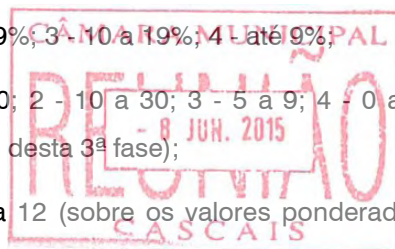
2º - Determinação dos dados a valorar, inputs. Recolha de informação, estratificada para cada Perímetro Urbano, enquadrada em três critérios distintos:

- a) Administrativo - constituído por apenas uma variável, dado pela importância administrativa;
- b) Demográfico – constituído por uma variável simples e outra composta, ou seja, pela população residente em 2001 e pela taxa de crescimento populacional, estimada, entre 2001 e 2011.
- c) Funcional – constituído pelos dados relativos às acessibilidades (como o acesso aos diferentes níveis da hierarquia da rede viária ou às redes de transportes coletivos), às atividades económicas (presença de comércio e serviços) e à dotação de equipamentos (nomeadamente aqueles que servem as necessidades sociais, de saúde, desportivas, do turismo, da justiça e segurança, da educação, culturais e recreativas).

3º - Ponderação dos dados. Num primeiro momento foi aplicada uma ponderação sobre os dados relativos ao Critério Funcional de modo a, por exemplo, valorizar o acesso ao comboio em relação ao autocarro, ou a presença de um hospital em relação à de um campo de jogos.

Uma vez quantificados todos os dados, foi estabelecida uma classificação para cada critério:

- **Administrativa:** 1 - Sede Concelho; 2 - Sede Freguesia; 3 – Restantes;
- **Populacional:** 1 - mais de 15.000; 2 – 8.000 a 14.999; 3 – 3.000 a 7.999; 4 – 1.500 a 2.999; 5 - até 1.499;
- **Crescimento Populacional:** 1 - mais de 40%; 2 - 20 a 39%; 3 - 10 a 19%; 4 - até 9%;
- **Equipamentos:** Comércio e Serviços. 1 - maior que 30; 2 - 10 a 30; 3 - 5 a 9; 4 - 0 a 4 (sobre os valores ponderados conforme o exposto no início desta 3ª fase);
- **Acessibilidade:** 1 - maior que 24; 2 - 13 a 23; 3 - 1 a 12 (sobre os valores ponderados conforme o exposto no início desta 3ª fase);



Sobre esta classificação, aplicou-se ainda um fator de ponderação final, valorizando-se a Classificação Populacional, 5 vezes; Equipamentos, Comércio e Serviços, 5 vezes; Acessibilidade, 4 vezes; Administrativa, 3 vezes; Crescimento Populacional, 3 vezes.

Finalmente, para a atribuição dos 5 níveis da Rede Urbana (fig. nº 156), hierarquizou-se assim os valores ponderados:

1. inferior a 35;
2. de 36 a 45;
3. de 46 a 55;
4. de 56 a 70;
5. superior a 71.

| Classificação | Cascais | Alcabideche | Parede | Carcavelos | Estoril | São João do Estoril | São Domingos de Rana | Cabeço de Mouro | Monte Estoril | Bicesse | Murtal | Tires | Matarraque | Manique | Amoreira | Abóboda | Alcoifão | Sassoeiros | Murches | São Pedro do Estoril | Atrozela | Bairro da Cruz Vermelha | Malveira da Serra | Talalde | Areia | Trajouce | Zambujeiro | |
|---|-----------|-------------|-----------|------------|-----------|---------------------|----------------------|-----------------|---------------|-----------|-----------|-----------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|-----------|----------------------|-----------|-------------------------|-------------------|-----------|-----------|-----------|------------|----------|
| Administração Central (pond. x3) | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 |
| População Residente em 2001 (pond. x5) | 1 | 3 | 1 | 2 | 4 | 2 | 3 | 3 | 4 | 4 | 2 | 2 | 2 | 4 | 3 | 4 | 4 | 3 | 4 | 3 | 5 | 4 | 4 | 4 | 4 | 5 | 5 | 5 |
| Taxa Crescim. Populacional 2001 / 2011 (pond. x3) | 4 | 2 | 4 | 3 | 3 | 4 | 4 | 1 | 3 | 2 | 4 | 4 | 3 | 2 | 4 | 1 | 4 | 4 | 3 | 3 | 2 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Equipamento, Comércio e Serviços (pond. x5) | 1 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 4 | 2 | 3 | 3 | 4 | 4 | 3 | 3 | 4 | 3 | 4 | 3 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Acessibilidades (pond. x4) | 1 | 2 | 2 | 2 | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 3 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 2 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 |
| Total ponderado | 29 | 40 | 41 | 43 | 49 | 49 | 51 | 55 | 56 | 58 | 58 | 59 | 60 | 62 | 63 | 64 | 64 | 64 | 65 | 65 | 72 | 73 | 73 | 73 | 78 | 78 | 78 | |
| Nível Hierárquico | 1 | 2 | 2 | 2 | 3 | 3 | 3 | 3 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 |

Figura nº 156

Quadro Síntese da ponderação dos dados presentes na definição da Hierarquia Urbana

Fonte: CM Cascais, Departamento de Gestão Urbanística e Divisão de Estatística, Maio 2011

A ponderação final dos indicadores presentes nesta análise coloca Cascais isolada no topo da hierarquia urbana, surgindo em 1º lugar na classificação de todos os critérios de análise, com exceção do Crescimento Populacional (Nível 4, com um crescimento de 7%).

No 2º nível da hierarquia destacaram-se 3 sedes de freguesia: Alcabideche, pela presença do novo Hospital de Cascais e de um pólo comercial de grandes dimensões, funções com uma área de influência inter-concelhia, e uma taxa de crescimento populacional de 37%; Parede, pela sua dimensão demográfica (15.039 hab.); e Carcavelos, com valores igualmente elevados em todos os critérios.

No 3º nível hierárquico temos as duas restantes sedes de freguesia, Estoril e S. D. de Rana, e ainda S. João do Estoril e Cabeço de Mouro. Estes núcleos apresentam valores de um modo geral equilibrados, nos diferentes critérios de ponderação, destacando-se o Estoril com uma

menor dimensão demográfica (nível 4) e uma presença importante na rede de acessibilidades (nível 1), e Cabeço de Mouro com uma fraca rede de equipamentos, comércio e serviços (nível 4) e uma taxa de crescimento populacional de 41,5% (nível 1).

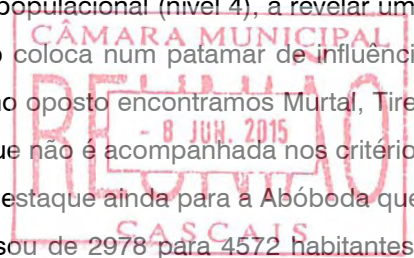
No 4º nível da hierarquia urbana de Cascais encontramos 12 zonas, com o Monte do Estoril, que surge à cabeça deste grupo apesar da sua dimensão populacional (nível 4), a revelar uma dotação nos critérios funcionais (ambos no nível 2) que o coloca num patamar de influência que extravasa claramente o seu perímetro urbano. No plano oposto encontramos Murta, Tires e Matarraque, com uma dimensão populacional (nível 2) que não é acompanhada nos critérios funcionais, revelando um carácter fortemente residencial. Destaque ainda para a Abóboda que, com uma taxa de crescimento populacional de 42% (passou de 2978 para 4572 habitantes), aparece no 1º lugar deste critério específico, reflexo do crescimento do parque habitacional nesta zona do concelho (que se fez notar também em Cabeço de Mouro).

No 5º nível da hierarquia situam-se os restantes 7 perímetros urbanos analisados, todos localizados numa faixa a norte e poente do concelho. São núcleos de pequenas dimensões, 4 deles em espaço do Parque Natural Sintra-Cascais, com uma identidade marcada e perímetros definidos por um contexto envolvente de carácter rural.

Geograficamente, a rede urbana no seu todo evidencia a força polarizadora dos núcleos mais próximos da costa, surgindo, neste aspeto, incursões ao interior do concelho apenas em Alcabideche e na zona de S. D. Rana.

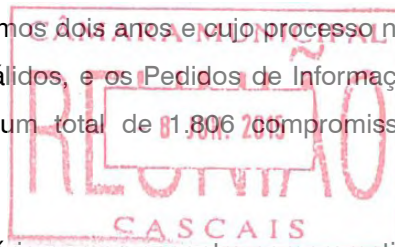
Cascais, sede de concelho, centraliza as funções mais raras e notáveis, surgindo com naturalidade destacadamente no topo da rede urbana cascalense. Alcabideche, Parede e Carcavelos, no 2º nível, funcionam como apoio estruturante aos núcleos de nível inferior, enquanto, no sentido inverso, os núcleos de 4º e 5º nível gravitam sobre os núcleos de hierarquia superior. No ponto central, o 3º nível da hierarquia agrupa núcleos com um grande nível de independência.

O contínuo urbano que é visível na cartografia do concelho ganha assim uma expressão explicativa da dinâmica que existe na rede de povoações que a constituem, colocando a Hierarquia da Rede Urbana no papel de suporte à compreensão dos movimentos necessários à população de Cascais no seu dia-a-dia.



11.3. COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

Para a análise dos compromissos urbanísticos no concelho de Cascais foram identificados e georreferenciados os PMOT em vigor e em elaboração (Planos de Pormenor e Planos de Urbanização), as Licenças de Construção emitidas nos últimos dois anos e cujo processo não foi concluído, correspondendo a direitos de construção válidos, e os Pedidos de Informação Prévia aprovados no último ano ou ainda em vigor, num total de 1.806 compromissos urbanísticos.



Procurou-se, deste modo, obter uma visão sobre um território que se encontra comprometido e, em muitos casos, sem construção.

Dada a natureza desta informação, estabelecemos o dia 28 de junho de 2013 como data de referência, para os dados que se apresentam.

Assim, foram mapeados os seguintes compromissos urbanísticos:

| Tipo de compromisso | Quantidade | Área de implantação total (m ²) |
|---|--------------|---|
| Licenças de Construção | 93 | 412.785 |
| Alvarás de Loteamento | 1534 | 22.852.919 |
| Pedidos de Informação Prévia/Comunicações Prévias | 141 | 84.123 |
| Planos de Pormenor em vigor | 19 | 1.760.847 |
| Planos de Urbanização em vigor | 1 | 134.338 |
| Planos de Pormenor em elaboração ou deliberados | 18 | 5.813.421 |
| total | 1.806 | 31.845.409 |

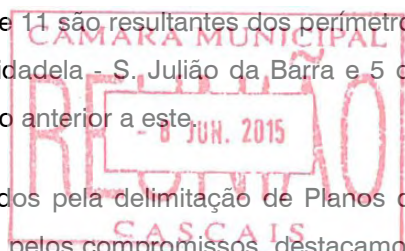
Figura nº 157
Compromissos Urbanísticos em 16/05/2011

Fonte: CM Cascais, Departamento de Gestão Urbanística e Divisão de Estatística, Maio 2011

A incidência geográfica dos compromissos apresenta uma distribuição bastante uniforme sobre as áreas classificadas com capacidade construtiva, sem que surjam zonas do concelho com uma clara concentração de terrenos comprometidos relativamente a outras. Por outro lado, constata-se um processo de consolidação das áreas que poderemos chamar urbanas (as citadas áreas com capacidade construtiva) à luz do PDM em vigor.

Analisando os diferentes tipos de compromisso, destaca-se que: das 93 Licenças de Construção, aproximadamente 70% destinam-se a habitação; uma percentagem semelhante surge nos 141 Pedidos de Informação Prévia, em que 98 se destinam ao uso habitacional.

No que diz respeito aos Planos de Pormenor, considerando tanto os que já se encontram efetivos como os que estão em elaboração, constata-se que 11 são resultantes dos perímetros urbanos do Parque Natural Sintra-Cascais, 2 do POOC Cidadela – S. Julião da Barra e 5 do PDM em vigor, sendo que 12 foram elaborados num período anterior a este.



No que diz respeito aos compromissos urbanísticos gerados pela delimitação de Planos de Pormenor, que abrangem cerca de 20% da área abrangida pelos compromissos, destacamos, de seguida, as suas definições.

11.3.1. PLANOS DE PORMENOR EM VIGOR

PLANO DE PORMENOR DO ESPAÇO DE REESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA DE CARCAVELOS-SUL

Aviso n.º 7.633 / 2014, de 1 de julho

Implementação de um Parque Urbano de dimensão relevante e estruturador;

Preservação e valorização do conjunto edificado da Quinta dos Ingleses;

Instalação de um empreendimento multifuncional que contemple os usos habitacional, de comércio, de serviços, hoteleiro e outros;

Implantação de equipamentos de utilização coletiva (Centro de saúde, Escola EB1 (Pré-escolar + 1º Ciclo), Campo de Jogos com bancadas, Campo de Jogos sem bancadas, Centro paroquial com centro de dia, Centro de Treino Gímnico, Equipamento cultural, Ninho de Empresas);

A regularização da situação administrativa da Via Variante à EN 6-7;

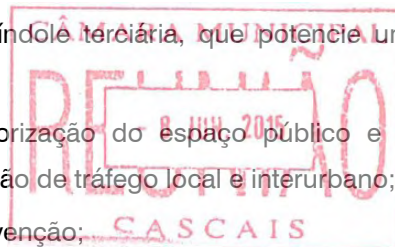
A instalação do estacionamento de apoio à praia.

PLANO DE PORMENOR DO ESPAÇO DE ESTABELECIMENTO TERCIÁRIO DO ARNEIRO

Aviso n.º 8.688 / 2011, de 8 de Abril

O Plano insere-se numa estratégia de desenvolvimento municipal que visa a criação de um pólo de desenvolvimento de atividades económicas terciárias, sendo seus objetivos gerais:

- a) A implementação de uma ocupação do território de índole terciária, que potencie uma estratégia de desenvolvimento local;
- b) A renovação e requalificação urbana através da valorização do espaço público e da estruturação da rede viária principal, otimizando a distribuição de tráfego local e interurbano;
- c) A proteção e valorização ambiental da sua área de intervenção;
- d) A implantação de infraestruturas indutoras de qualidade de vida.



São objetivos específicos do Plano:

- a) A construção do troço 1 da Via Oriental de Cascais, doravante designada VOC — Troço 1, entre o Plano de Pormenor do Espaço Terciário de Sassoeiros Norte e a Rotunda do Plano de Pormenor de *St. Dominc's*;
- b) A regularização da Ribeira de Sassoeiros com vista à minimização dos riscos de cheia e a valorização e recuperação ambiental e paisagística da mesma como corredor ecológico integrador de áreas de lazer, designadamente como percursos pedestres e trilhos ecológicos;
- c) A concretização de uma unidade comercial, devidamente integrada do ponto de vista paisagístico e socioeconómico;
- d) A implementação de um hotel de categoria mínima de 4 estrelas, direcionada ao turismo de negócios (*Meetings, Incentives, Conventions and Exhibitions — MICE*), enquanto produto turístico preconizado no Programa Estratégico Nacional do Turismo (PENT), associado a um aumento da oferta do alojamento turístico de qualidade do Concelho;
- e) A criação e valorização de acessos pedonais ao edificado;
- f) O aumento da oferta de espaços verdes urbanos e da quantidade de árvores em arruamentos que asseguram a amenização ambiental da envolvente;
- g) A adoção de uma arquitetura com certificação da qualidade do ar interior de edifícios.

PLANO DE PORMENOR DO ESPAÇO TERCIÁRIO DE SASSOEIROS NORTE

Aviso n.º 9057/2011, de 14 de Abril

O Plano insere-se numa estratégia de desenvolvimento municipal que visa a criação de um pólo de desenvolvimento de atividades económicas terciárias, sendo seus objetivos gerais:

- a) Viabilizar a articulação da Via Oriental de Cascais - Troço 1 com a Via Variante à Estrada Nacional 6-7;
- b) Definir regras de atuação urbanística orientadoras das futuras intervenções no local, salvaguardando o conceito de via estruturante inerente à VOC - Troço 1.

São objetivos específicos do PPETSN:

- a) Concretização do início da VOC - Rotunda 1 da VOC - Troço 1, nó de articulação com a VVEN 6-7;
- b) Salvaguarda do espaço - canal para a implementação do corredor ecológico com estrutura verde;
- c) Salvaguarda, valorização e recuperação ambiental e paisagística da Ribeira de Sasseiros;
- d) Remoção integral do estaleiro existente;
- e) Constituição de um pólo de serviços;
- f) Inclusão no processo de elementos complementares que configurem o Projeto Urbano, esboçando volumetrias e imagem do conjunto edificado;
- g) O aumento da oferta de espaços verdes urbanos que assegurem a amenização ambiental da envolvente;
- h) A adoção de uma arquitetura com certificação da qualidade do ar interior de edifícios.



PLANO DE PORMENOR DE REESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL DA ÁREA ENVOLVENTE À VILLA ROMANA DE FREIRIA

Aviso n.º 16.203/2010, de 13 de Agosto

O Plano tem como objetivos a reestruturação urbanística com consolidação e integração formal de área urbana de génese ilegal, proceder ao enquadramento das atuações urbanísticas destinadas à valorização do sítio arqueológico da “Villa Romana da Freiria”, desenvolver um novo estabelecimento habitacional e de serviços, implementar uma estrutura de enquadramento paisagístico com integração do sistema hídrico natural existente, proceder à execução de sistemas gerais e específicos de suporte infra -estrutural, e, finalmente, garantir a implementação das atuações programadas, em observância das referências estabelecidas no Programa de Execução.

O Plano desenvolve as atuações programadas e consagradas no Plano Diretor Municipal do Concelho de Cascais, designadamente as estabelecidas no n.º 2.1 do artigo 45.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal e prossegue o determinado no PROTAML,

designadamente, no que se refere à elaboração de planos municipais de ordenamento do território, e à vertente de reestruturação e requalificação urbanística da unidade territorial que integra o interior do Concelho de Cascais.

PLANO DE PORMENOR DO ESPAÇO DE REESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA DA QUINTA DO BARÃO

Aviso n.º 9.043/2009, de 5 de Maio



O Plano regula o uso, ocupação e transformação do solo na área de intervenção, atendendo aos objetivos próprios e genéricos do Plano Diretor Municipal de Cascais.

O Plano visa a reformulação e definição da ocupação urbanística do território designado por Quinta do Barão em Carcavelos, bem como a Rua Dr. Baltazar Cabral e os prédios situados a Noroeste compreendidos entre esta e a Via Variante à Estrada Nacional 6 -7 e a Via Longitudinal Sul e ainda, o espaço de cedência para equipamento de utilização coletiva, resultante do Alvará de Loteamento n.º 1.206.

Constituem objetivos gerais do Plano:

- a) O estabelecimento de um Parque Urbano linear compatível com a preservação da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Nacional;
- b) A reabilitação e requalificação do conjunto edificado da Quinta do Barão;
- c) Os remates urbanos de fecho das malhas existentes;
- d) Reperfilamento da Rua Dr. José Joaquim de Almeida;
- e) Restabelecimento e reperfilamento da Rua Dr. Baltazar Cabral;
- f) Construção do troço da ciclovia, que ligará a zona da Praia de Carcavelos ao Bairro de S. Miguel das Encostas, ao longo da Via Variante à Estrada Nacional 6 -7, dentro do perímetro do Plano e outro que constará do reperfilamento da Rua Dr. José Joaquim de Almeida.

Para efeitos de concretização dos objetivos gerais referidos no número anterior, constituem-se objetivos específicos do Plano:

- a) Definição de uma área de produção vitivinícola com cerca de 5,0 hectares, no sentido de se constituir uma alegoria à produção do Vinho de Carcavelos, em Região Demarcada;
- b) A recuperação do Solar e anexos para Hotel tipo Resort, com uma zona de expansão a Sul;
- c) A recuperação da Adega e respetivos anexos para Museu da Vinha e do Vinho;

- d) Constituição de mais dois lotes destinados à edificação urbana;
- e) Construção da sede da Associação das Guias de Portugal - Companhia de Guias de Carcavelos e da Associação dos Escoteiros de Portugal - Grupo 16;
- f) Reformulação das acessibilidades viárias e pedonais.

**PLANO DE PORMENOR PARA A INSTALAÇÃO DA SEDE NACIONAL DA BRISA,
AUTO-ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A.**

Aviso n.º 30.070/2008, de 19 de Dezembro



Em conformidade com os Termos de Referência definidos pela Câmara Municipal de Cascais para a respetiva elaboração, constituem objetivos do Plano:

- a) A definição das condições para a ampliação do edifício da Sede Nacional da BRISA;
- b) A concretização da alteração do Plano Diretor Municipal de Cascais (PDM), observando o índice de utilização ponderado nele estabelecido e configurando a alteração de uso, a alteração da morfologia de construção e o prolongamento das características do espaço de equipamento a Sul;
- c) A adequação da ocupação urbana à solução viária de articulação entre a EN 249 -4, a Via Variante à Estrada da Mata da Torre e a Rotunda do Cemitério de São Domingos de Rana;
- d) A requalificação urbanística da zona com o aumento da oferta de terciário no concelho através da implementação de um edifício de referência no que se refere à qualidade da imagem arquitetónica e do volume edificado.

**PLANO DE PORMENOR, EM REGIME SIMPLIFICADO, PARA REESTRUTURAÇÃO
URBANÍSTICA DOS TERRENOS DO HOTEL ESTORIL - SOL E ÁREA ENVOLVENTE**

Resolução do Concelho de Ministros n.º 144/2006, de 31 de Outubro

O Plano regula o uso, ocupação e transformação do solo na área de intervenção, atendendo aos objetivos próprios e genéricos do Plano Diretor Municipal de Cascais.

O aviso n.º 6.027/2004, publicado no Diário da República 2.a série, n.º 190, apêndice n.º 103, de 13 de Agosto de 2004, tornou pública a deliberação da Câmara Municipal de Cascais que determinou a elaboração do Plano de Pormenor, em regime simplificado, para a Reestruturação Urbanística dos Terrenos do Hotel Estoril - Sol e Área Envolverte.

O Plano visa a reformulação e definição da ocupação urbanística do território designado por terrenos do Hotel Estoril - Sol e área envolvente, em Cascais.

Constituem objetivos gerais do Plano:

- a) Revalorização territorial da entrada de Cascais, estabelecendo para o efeito elevados padrões de qualidade urbanística, arquitetónica e ambiental;
- b) Regeneração urbana da área de intervenção;
- c) Restabelecimento da relação do Parque Palmela com a vila de Cascais.

Para efeitos de concretização dos objetivos gerais referidos no número anterior, constituem-se objetivos específicos do Plano:

- a) Demolição do edificado atualmente existente, designado por Hotel Estoril - Sol, e a definição de nova ocupação urbanística;
- b) Caracterização da área de extensão do Parque Palmela até à Avenida Marginal, privilegiando a relação entre o primeiro e a Casa Palmela;
- c) Redefinição da entrada principal do Parque Palmela, bem como a preservação e requalificação do património ambiental existente;
- d) Reformulação das acessibilidades viárias e pedonais ao Parque Palmela e ao paredão/passeio marítimo;
- e) Criação de novas áreas de estacionamento automóvel.



PLANO DE PORMENOR DE ST. DOMINIC´S

Portaria 172/2000, de 6 de Junho, alterada pela Declaração 18/2001, de 12 de Janeiro

Define os parâmetros urbanísticos e a localização de uma estrutura verde pública; equipamentos de utilização coletiva (desporto, ensino, prevenção e segurança pública, atividades de recreio e lazer); edifícios de habitação coletiva; comércio; e habitação unifamiliar.

PLANO DE PORMENOR DA GALIZA

Portaria 89/97, de 5 de Fevereiro

Define os parâmetros urbanísticos e a localização de espaços destinados a edifícios de habitação.

PLANO PORMENOR AVENIDA DA VENEZUELA

Portaria 406/97, de 23 de Junho

Define os parâmetros urbanísticos e a localização de espaços destinados a edifícios de habitação plurifamiliar.

**PLANO DE PORMENOR DO «VIZO»
ÁREA DE TERRENO SITUADA ENTRE BICESSE E MANIQUE**

Portaria 717/96, de 10 de Dezembro

Define os parâmetros urbanísticos e a localização de espaços destinados a edifícios de habitação, comércio e um edifício para equipamento escolar.

PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DA ALGOA DE CIMA

Portaria 211/96, de 12 de Junho

Define os parâmetros urbanísticos e a localização de uma zona de habitação coletiva e uma zona vinícola de reserva agrícola.



PLANO DE PORMENOR DO ZAMBUJEIRO QUADRADO

Portaria 235/96, de 28 de Junho

Define os parâmetros urbanísticos e a localização de áreas a preservar para implantação de infraestruturas e áreas livres destinadas a habitação, comércio ou serviços e equipamento de utilidade pública.

**PLANO DE PORMENOR NO MONTE ESTORIL
AVENIDA DO FAIAL/RUA DOS AÇORES**

Portaria 1.055/94, de 2 de Dezembro

Define os parâmetros urbanísticos e a localização de habitação coletiva isolada.

**PLANO DE PORMENOR DE ALVIDE
GAVETO DA R. DE ALVIDE COM A RUA DE CATARINA EUFÉMIA**

Portaria 242/94, de 18 de Abril

Define os parâmetros urbanísticos e a localização de estacionamento, comércio e habitação.

PLANO DE PORMENOR DO TERRENO DESIGNADO "MAÇÃO"

Portaria 175/94, de 28 de Março

Define os parâmetros urbanísticos e a localização de uma zona residencial a renovar; uma zona residencial a construir; e uma zona para residência e comércio.

PLANO DE PORMENOR DA ZONA DA GUIA - EN 247

Portaria 665/93, de 14 de Julho

Define os parâmetros urbanísticos e a localização de zonas habitacionais unifamiliares e a zonas de empreendimentos turísticos.

PLANO DE PORMENOR RESIDÊNCIA DE 3ª IDADE/APARTAMENTO REI CAROL

Portaria 681/93, de 21 de Julho

Define e disciplina a construção e a utilização de um conjunto habitacional, destinado a proporcionar assistência a pessoas que, estando na 3ª idade e sem grande apoio familiar, necessitem de encontrar um espaço habitacional onde possam usufruir de um ambiente de lazer e conforto. Os espaços subterrâneos serão destinados a serviços e estacionamento.

**PLANO DE PORMENOR DA R. DE ESPINHO/ AV. S. PEDRO**

Declaração de 15 de Fevereiro de 1990

Define os parâmetros urbanísticos e a localização de zonas habitacionais e estacionamento.

11.3.2. PLANO DE URBANIZAÇÃO EM VIGOR**PLANO DE URBANIZAÇÃO DO ARNEIRO**

Declaração de 22 de Fevereiro de 1993

Define os parâmetros urbanísticos e a localização de zonas destinadas ao interesse coletivo, a habitação e comércio, a habitação uni/bifamiliar, a habitação coletiva e a espaço verde de proteção/non aedificandi e verde de proteção florestal.

11.3.3. PLANOS DE PORMENOR DELIBERADOS OU EM ELABORAÇÃO**PLANO DE PORMENOR DA BOCA DO INFERNO**

Em elaboração pelo DPT - Departamento de Planeamento do Território da CM de Cascais, no âmbito do Plano de Ordenamento da Orla Costeira – Sintra/Sado

Eliminação da área de venda ambulante;

Reformulação da atual ocupação por estabelecimentos de restauração e de bebidas, com a construção de um novo edifício, com altura máxima de um piso;

Reordenamento da área de estacionamento com interdição do estacionamento a poente da estrada;

Reformulação e valorização de acessos pedonais e escadas;

Reformulação de pavimentos, iluminação e mobiliário urbano;

Articulação com o projeto da ciclovia;

Sinalização e a instalação de um posto de informação ao público.



PLANO DE PORMENOR PARA A ZONA RIBEIRINHA DE CASCAIS

A elaborar no âmbito do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela/S. Julião da Barra

Valorização da relação com o centro histórico da Cascais, visando a constituição de um todo harmónico e qualificado;

Reestruturação da praia da Ribeira e zonas envolventes, na perspectiva do enquadramento ao centro histórico e à baía de Cascais; a construção de instalações apropriadas para armazenagem dos aprestos do núcleo de pesca local;

Pedonalização da quase totalidade do território abrangido pelo plano e a construção de parques de estacionamento subterrâneos apropriados às solicitações;

Remodelação da rede viária envolvente, enquadramento das intenções viárias previstas e criação de espaços comerciais e de zonas de esplanada de qualidade e reduzido impacto.

PLANO DE PORMENOR PARA A ZONA DE S. JOÃO E ENVOLVENTE AO FORTE DE ST.º ANTÓNIO

A elaborar no âmbito do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela/S. Julião da Barra

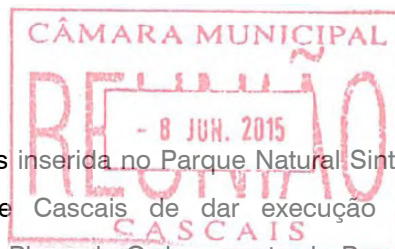
Visa a implementação do programa definido no Regulamento do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela - S. Julião da Barra, nomeadamente, através da Remodelação do Forte de Santo António conferindo-lhe um uso de utilidade pública ou turística; a remodelação da rede viária e o enquadramento das interligações viárias previstas; a realização de um estudo paisagístico, um núcleo de mergulho e escalada, um bar com esplanada, o estudo sobre o Troço do Passeio Marítimo abrangido; estacionamentos; propostas de intervenção no edificado existente e propostas de ocupação para os espaços edificáveis.

Visa, igualmente, traduzir as intenções da CMC para a área em estudo, nomeadamente, a Salvaguarda da integridade e Valorização das falésias e arribas existentes nesse troço de

costa, no desígnio da Gestão Integrada dos Recursos Litorais aí existentes; a elaboração de um Modelo de Plano de Salvaguarda e Valorização do património edificado; a valorização das edificações de cariz militar, a gestão do espaço público a pedonalizar; a articulação da Estrada Marginal com a Via Variante Nascente a São João; a recuperação e reabilitação das redes de infraestruturas básicas da área e a relação com os planos de Praia do POOC.

PLANOS NO PNSC (11)

A elaboração dos PMOT's da área do concelho de Cascais inserida no Parque Natural Sintra-Cascais, resulta da decisão da Câmara Municipal de Cascais de dar execução ao desenvolvimento das áreas expressas no Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais como sujeitas à elaboração de Planos de Pormenor.



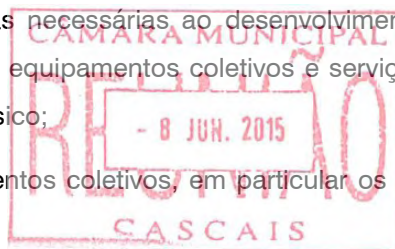
Os objetivos de referência para a elaboração dos respetivos PP consideram que a proposta deverá basear-se num projeto integrado que dê relevo à vertente do espaço público e social, resultante de uma estrutura contínua de espaços livres, e da proposição de equipamentos coletivos, bem como a criação de infraestruturas tecnológicas para os usos propostos.

Assim, para o Plano de Pormenor de **MALVEIRA DA SERRA E JANES**; Plano de Pormenor do **CABREIRO**; Plano de Pormenor da **CHARNECA**; Plano de Pormenor da **BISCAIA E FIGUEIRA DO GUINCHO**; Plano de Pormenor da **AREIA**; Plano de Pormenor de **ALCORVIM DE CIMA E ALCORVIM DE BAIXO**; Plano de Pormenor de **MURCHES**; Plano de Pormenor de **ZAMBUJEIRO**; e Plano de Pormenor de **ALCABIDECHE**, foram definidos como objetivos:

- Promover a programação estruturada da expansão do aglomerado urbano e contenção do fenómeno de construção dispersa e urbanização difusa;
- Promover a edificabilidade no espaço urbano segundo critérios de sustentabilidade, dimensão e conexão com o desenvolvimento definido;
- Promover o incentivo à reconstrução e à reabilitação de edifícios, em detrimento da construção nova;
- Promover o desenvolvimento de programas habitacionais orientados para áreas e necessidades específicas nomeadamente a requalificação do espaço público (praças e passeios públicos) e da rede viária;
- Promoção da qualidade de vida das populações e reforço do ambiente de ruralidade, bem como da requalificação urbanística e patrimonial, em especial no centro histórico;
- Promover o desenvolvimento de formas integradoras de ocupação e transformação dos espaços construídos que favoreçam a salvaguarda da estrutura ecológica, a renovação dos

ecossistemas e a expansão dos espaços naturalizados através da sua ligação ao Parque Natural;

- Promover um desenho urbano definidor do momento da intervenção e indutor de uma maior utilização do espaço público tirando partido dos elementos biofísicos do local;
- Definir, quantificar e localizar as infraestruturas básicas necessárias ao desenvolvimento futuro, garantindo a equidade no acesso a infraestruturas, equipamentos coletivos e serviços de interesse geral em especial as redes de saneamento básico;
- Definir, quantificar, hierarquizar e localizar os equipamentos coletivos, em particular os de saúde, educação, desporto, cultura e lazer;
- Promover a mobilidade, as acessibilidades e o estacionamento com base em solução devidamente suportada em “estudo de tráfego”, dando solução às questões do sistema viário num quadro global de otimização das acessibilidades e articulado com o sistema multimodal de transportes públicos, valorizando ainda as soluções de deslocações a pé e em bicicleta;
- Promover o desenho inclusivo nos espaços públicos contribuindo para o cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 27 de Outubro de 2003, (adesão à “Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos”), bem como da legislação aplicável.



PLANO DE PORMENOR PARA A ÁREA DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICA DO AUTÓDROMO
Aviso nº 1.392/2009, de 14 de Janeiro. Em elaboração pelo DPT - Departamento de Planeamento do Território da CM de Cascais, no âmbito do Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais.

Objetivos Ambientais:

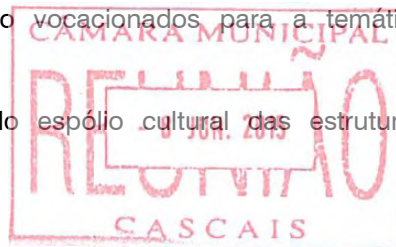
- a) Regularização das linhas de água;
- b) Valorização da ribeira e das áreas adjacentes;
- c) Preconizar medidas de redução do impacto do ruído provocado pela atividade do estudo do Autódromo;
- d) Procurar soluções de qualidade através da proposta de valorização paisagística;
- e) Tirar partido do sistema de vistas;
- f) Recuperação e valorização do património agrícola;
- g) Compatibilização com outros projetos especiais.

Objetivos Urbanísticos:

- a) Melhoria das acessibilidades e criação de infraestruturas de apoio ao tráfego;
- b) Valorização do Vale da Ribeira da Penha Longa;
- c) Articulação do Plano com o aglomerado urbano da Ribeira da Penha Longa.

Objetivos Culturais e Educacionais:

- a) Criação de um museu da velocidade, em associação com uma escola da cidadania rodoviária;
- b) Criação de outros espaços lúdicos e de exposição vocacionados para a temática automobilística implantados em áreas edificadas;
- c) Dinamização do vale, a poente, com valorização do espólio cultural das estruturas agrícolas.



PLANO DE PORMENOR PARA A ÁREA DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICA DA ATROZELA

Aviso nº 1.393/2009, de 14 de Janeiro. Em elaboração pelo DPT - Departamento de Planeamento do Território da CM de Cascais, no âmbito do Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais.

Valorizar a linha de água existente, a Ribeira da Penha Longa e as respectivas margens como unidades estruturantes da paisagem;

Dignificar em termos paisagísticos o IC30, conforme refere o PROTAML, criando uma faixa de proteção non-aedificandi – via panorâmica de fruição paisagística;

Criar uma zona arborizada de proteção acústica no quadrante nascente, junto ao Autódromo do Estoril;

Reforçar as acessibilidades ao interior do perímetro, através da criação de um novo sistema viário de distribuição;

Remoção das infraestruturas industriais degradadas;

Recuperação do Núcleo Urbano da Atrozela;

Expansão do perímetro urbano para absorção das energias provenientes das áreas a preservar;

Criação de percursos para desporto informal;

Disponibilizar solos para localização de equipamentos públicos para a satisfação das carências da população;

Criação de uma articulação que promova, de forma franca, a relação do Parque da urbe, facilitando à população o acesso à Área de Paisagem Protegida;

Obrigatoriedade da realização de um instrumento de gestão territorial, submetendo a Área a um plano municipal de ordenamento do território.



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.

12. EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS

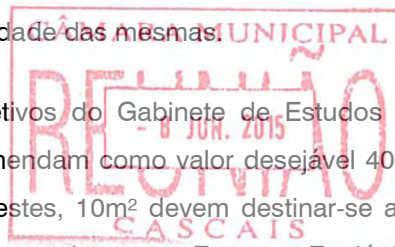


A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.

12.1. ESTRUTURA VERDE URBANA

O território municipal apresenta assimetrias na distribuição da população. A variação temporal e espacial da procura pelas populações, gera dinâmicas que devem ser vertidas para atualizações regulares da relação entre a oferta e a necessidade das mesmas.

As Normas para a Programação de Equipamentos Coletivos do Gabinete de Estudos de Planeamento e Administração do Território (GEPAT) recomendam como valor desejável 40m² por habitante para o planeamento de espaços verdes. Destes, 10m² devem destinar-se aos denominados “espaços verdes de proximidade”, ou seja, devem integrar a Estrutura Ecológica Urbana (EEU), enquanto os restantes 30m² devem integrar a Estrutura Ecológica Municipal (EEM).



O recreio deve ser garantido à população como um direito e cabe à Autarquia realizar uma estratégia de planeamento para a sua satisfação que deverá ser vertida nos processos de decisão

Os espaços verdes em ambiente urbano são essenciais para permitir:

- a) a continuidade da função conservação da natureza e da biodiversidade;
- b) a continuidade da função de proteção e amortecimento de riscos de cheias em linhas de água;
- c) a função de proteção e enquadramento de ângulos ou vistas da paisagem;
- d) a função de enquadramento de edifícios e vias de circulação viária, clicável mas sobretudo pedonal, através de mecanismos de termo-regulação (amortecimento entre 3 a 4º C no Verão);
- e) a continuidade da função de produção agrícola (hortas urbanas);
- f) a função de recreio das populações.

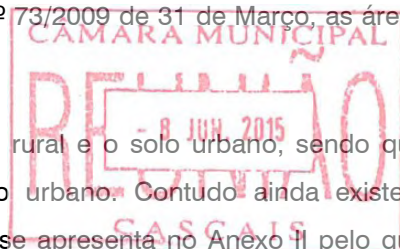
Quer a delimitação da EEU como da EEM, devem ser vertidas como informação condicionante e estruturante da revisão do PDM em curso. A delimitação da EEU em particular, deve orientar operações urbanísticas nas quais as “áreas de cedência” ao Município devem gerar “emparcelamento” de forma a viabilizar a obtenção de manchas que suportem as necessidades das populações não servidas por espaços verdes destinados a recreio, como sejam os Jardins Municipais e os Parques Urbanos.

Para além de ser informação estruturante para a revisão do PDM, a EEU, tendo por base a distribuição da população, atualizada regularmente, e as suas necessidades efetivas de espaços verdes para recreio, ao identificar as áreas prioritárias para a criação de novos espaços verdes com esta função, permitirá direcionar as grandes opções de investimento com

base em critérios objetivos, permitindo assim a correção das assimetrias na oferta, com base na disponibilidade de espaços verdes para recreio, também atualizada regularmente.

Na carta 04.02.01 constata-se que muitos dos espaços da EEU, espaços verdes públicos existentes e expectantes, coincidem com áreas da Reserva Agrícola Nacional em solo rural. De acordo com o Novo regime Jurídico da RAN, Decreto-lei nº 73/2009 de 31 de Março, as áreas de RAN só podem coexistir com categorias de solo rural.

Neste contexto, procedeu-se à diferenciação entre o solo rural e o solo urbano, sendo que todos os espaços verdes públicos fazem parte do solo urbano. Contudo ainda existem espaços verdes públicos em solo rural cuja identificação se apresenta no Anexo II pelo que dever-se-á proceder à delimitação do solo rural nestes casos.



Decorrente da necessidade de aplicar a legislação, a não inclusão na RAN dos espaços verdes que ocupam solos com vocação agrícola suscita por parte do Município a tomada de medidas que acautelem a preservação do recurso “solo”. Por esta razão, considera-se justificada a implementação de critérios de gestão municipal que complementem as normas de utilização dos regulamentos municipais em vigor, nomeadamente o Regulamento dos Parques e Espaços Verdes Municipais e o Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Cascais, visando a preservação dos solos de maior capacidade de uso agrícola que deixam de fazer parte da Reserva Agrícola Nacional.

Assim, ao nível municipal as preocupações de conservação destes solos deverão perdurar, contemplando-se num futuro regulamento do PDM uma categoria de Espaços Verdes Públicos onde não deverão ser permitidas as intervenções com impacte negativo permanente no solo ou que o destruam e diminuam ou inviabilizem as suas principais funções de suporte da vida vegetal e promoção da infiltração da água no solo.

Quanto aos espaços de uso público que estão sob gestão e manutenção de entidades privadas, destacam-se, por exemplo, o Jardim do Casino do Estoril e algumas rotundas sob a responsabilidade da Brisa.

| | | Administração direta (m ²) | CEVAR (m ²) | Empresas Municipais (m ²) | Outros departamentos da CMC (m ²) | Particulares de uso público (m ²) | Total (m ²) |
|--------------|---------------|--|-------------------------|---------------------------------------|---|---|-------------------------|
| Alcabideche | Enquadramento | 24.496,74 | 17.288,89 | 96.733,95 | 0,00 | 1.183,82 | 139.703,40 |
| | Recreio | 0,00 | 6.592,20 | 89.693,72 | 1.182,40 | 1.162,94 | 98.631,26 |
| | Expectante | 682,70 | 55.683,12 | 17.990,17 | 2.697,33 | 7.970,76 | 85.024,08 |
| Carcavelos | Enquadramento | 0,00 | 17.142,12 | 78.974,15 | 8.521,96 | 0,00 | 104.638,23 |
| | Recreio | 23.996,20 | 33.468,35 | 88.737,40 | 0,00 | 0,00 | 146.201,95 |
| | Expectante | 0,00 | 9.836,28 | 38.505,99 | 28.750,36 | 32.363,36 | 109.455,99 |
| Cascais | Enquadramento | 31.915,32 | 21.210,11 | 79.272,44 | 0,00 | 2.459,67 | 134.857,54 |
| | Recreio | 122.297,73 | 25.540,35 | 157.053,03 | 0,00 | 0,00 | 304.891,11 |
| | Expectante | 10.539,95 | 52.103,23 | 72.296,32 | 3.032,33 | 20.962,90 | 158.934,73 |
| Estoril | Enquadramento | 2.649,62 | 14.579,33 | 73.383,91 | 0,00 | 7.869,35 | 98.482,21 |
| | Recreio | 1.520,73 | 32.807,74 | 45.672,77 | 0,00 | 36.485,62 | 116.486,86 |
| | Expectante | 14.226,55 | 13.306,10 | 10.423,12 | 0,00 | 4.880,02 | 42.835,79 |
| Parede | Enquadramento | 1.087,73 | 12.923,10 | 44.509,34 | 0,00 | 104,38 | 58.624,55 |
| | Recreio | 6.562,97 | 9.985,64 | 33.607,12 | 0,00 | 4.131,40 | 54.287,13 |
| | Expectante | 0,00 | 9.822,65 | 9.462,91 | 56.035,00 | 1.540,71 | 76.861,27 |
| S. D. Rana | Enquadramento | 0,00 | 41.376,58 | 58.086,74 | 38.626,94 | 9.777,99 | 147.868,25 |
| | Recreio | 68.865,18 | 8.248,34 | 102.589,56 | 2.281,41 | 3.453,89 | 185.438,38 |
| | Expectante | 3.783,16 | 50.551,96 | 31.620,35 | 4.579,25 | 28.754,51 | 119.289,23 |
| Total | | 312.624,58 | 432.466,09 | 1.128.612,99 | 145.706,98 | 163.101,32 | |

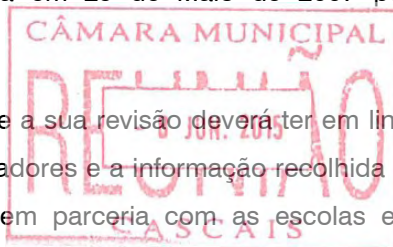
Figura nº 158
Esquema dos espaços verdes e dos responsáveis pela sua manutenção

Fonte: CMC/Departamento de Ambiente, Maio 2011

12.2. EQUIPAMENTOS ESCOLARES

A Carta Educativa do Concelho de Cascais data de 2001, ano em que foi aprovada pelos órgãos municipais competentes, tendo sido homologada em 29 de Maio de 2007 pelo Ministério da Educação.

O seu prazo de vigência termina no final de 2011, pelo que a sua revisão deverá ter em linha de conta os novos dados dos Censos, integrando os indicadores e a informação recolhida no processo de monitorização que anualmente se realiza, em parceria com as escolas e a DRELVT. Esta revisão terá por base as novas realidades educativas, as profundas transformações ocorridas nos últimos anos, bem como as alterações de política educativa, traduzidas nas sucessivas alterações legislativas publicadas.



A elaboração de uma nova Carta de Educativa, que refletirá desde o seu conceito prospectivo e de ordenamento do território às ofertas e recursos existentes, deverá ter em linha de conta:

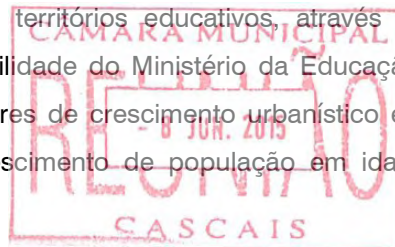
- o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos;
- a inclusão da educação pré-escolar na escolaridade obrigatória ao nível dos 5 anos;
- o alargamento do ensino profissional e a sua distribuição espacial, em função de uma especialização das ofertas por família de profissões, por território educativo, e em articulação com o tecido económico e social concelhio;
- a definição de uma rede de ofertas e recursos referentes à Educação Especial, especialmente distribuídas por especialização, por forma a garantir a inclusão das crianças e jovens portadores de deficiência no sistema educativo, durante os 12 anos de escolaridade, determinada pela extinção, até 2011, das escolas de ensino especial;
- o processo de agregação de escolas e conseqüente alargamento dos territórios educativos, previsto na Resolução do Conselho de Ministros nº 44 / 2010 de 14 de Junho .

Trata-se pois de um profundo processo de reordenamento da rede escolar, que tem vindo a ser implementado parcialmente, mas que deverá alterar, de forma muito significativa, todo o conceito de Território Educativo, nomeadamente o quadro da rede de ofertas e recursos educativos ao nível concelhio, e os movimentos pendulares intra e inter concelhios, com destaque para os concelhos limítrofes e para os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa.

O Concelho de Cascais é, no âmbito Metropolitano, um concelho de muitas especificidades e situações atípicas, no qual se deverá realçar a forte atratividade que ainda exerce sobre as

populações. A nível educativo, destaca-se a enorme representatividade do ensino particular e cooperativo, que em 2001, abrangia 48% da população em idade escolar.

O documento de 2001 (A Carta Educativa), identificava os pontos de rutura em alguns níveis de ensino, apontando para a necessidade de reforçar a oferta ao nível do 2º e 3º ciclo do ensino básico, pelo que propunha a criação de novos territórios educativos, através da construção de escolas Básicas Integradas, de responsabilidade do Ministério da Educação. Este documento técnico contemplou igualmente indicadores de crescimento urbanístico em zonas identificadas, que apoiavam a perspectiva de crescimento de população em idade escolar.



Relativamente às escolas da competência do Município, a Carta Educativa preconizava um plano de alargamento de ofertas na educação pré-escolar pública e no 1º ciclo, quer pela ampliação de edifícios pré existentes, quer pela construção de novos edifícios escolares.

Outra indicação relevante expressa na Carta Educativa consistia na recusa da extinção de escolas Secundárias, uma vez que já decorria o processo do alargamento da escolaridade obrigatória ao 12º ano, e na integração da rede de oferta privada, muito embora tivesse como prioridade a qualificação na oferta pública, para que esta consubstanciasse uma opção tendencialmente mais alargada para a escolha das famílias, reduzindo a proporcionalidade do ensino privado e promovendo uma desejável maior heterogeneidade na população escolar da escola pública.

Relativamente às necessidades de oferta e alargamento da rede escolar apontadas em 2001, estas vieram a confirmar-se, sendo que, ao longo dos últimos 10 anos, foi desencadeado todo um conjunto de respostas alternativas que serviram de suporte transitório à resposta pública obrigatória de educação.

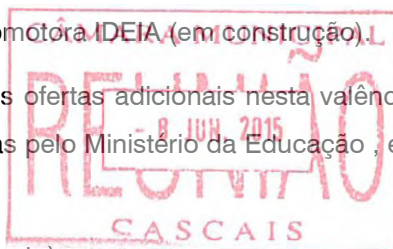
Assim, relativamente ao pré-escolar, registou-se um atraso na concretização dos investimentos municipais previstos, estando em 2011 a maior parte em vias de concretização, o que irá permitir nos próximos 2 anos um aumento de cerca de 60% da resposta pública de educação.

Registou-se ainda um aumento da oferta da Rede Solidária, com prévio acordo do Ministério do Trabalho e Segurança Social e do Ministério da Educação, que para as famílias com crianças em idades do pré-escolar constitui uma resposta semelhante à resposta pública, completando-a. Este acordo permite ainda sustentar o alargamento da resposta de creche, prioritária ao nível Concelhio.

A nível da Rede Solidária registam-se os seguintes aumentos de oferta pré-escolar:

- Galiza/Estoril - Entidade promotora - Centro Paroquial do Estoril (em funcionamento);
- Penedo/Parede - Entidade promotora - Cooperativa Horizonte (em construção);
- São Domingos de Rana - Entidade promotora – Centro Paroquial de São Domingos de Rana (em funcionamento);
- São Domingos de Rana/Cabeço de Mouro -Entidade promotora IDEIA (em construção).

Não previstas na Carta Educativa, registam-se as seguintes ofertas adicionais nesta valência, consequência da pressão da procura, previamente validadas pelo Ministério da Educação, em fase de monitorização da Carta Educativa:



- 1 sala adicional escola da Areia Guincho (em funcionamento);
- 1 sala adicional escola de São Pedro (em construção);
- 1 sala adicional no centro da Parede (J I da Parede, em funcionamento);
- 1 sala escola das Areias (ex escola Galiza 2, em funcionamento);
- 2 novas salas em Sassoeiros (em construção);

Em algumas zonas já se regista a possibilidade de alargar a resposta de pré-escolar aos alunos de 4 anos de idade, apesar de a Rede Pública apenas dar uma resposta insuficiente aos alunos de 5 anos.

Acrescenta-se ainda que nesta valência se regista uma grande procura nas seguintes zonas:

- Carcavelos – Lombos e Cabeço de Mouro em Sassoeiros;
- São Domingos de Rana - Massapés, Outeiro de Polima, Matoscheirinhos e Tires;
- Alcabideche - Adroana , Amoreira e Monte Estoril.

Para além do crescimento do número de alojamentos nestas zonas, acrescentam-se, em situações tipificadas, a política de reagrupamentos familiares e a entrada em Portugal de cidadãos oriundos de países africanos de língua portuguesa, com registo preferencial nas zonas de realojamento, bem como um processo de transferência de alunos do público para o privado, esta última situação decorrente quer do processo de qualificação dos edifícios, quer da oferta de serviços complementares à família implementados nos últimos 6 anos (refeições, prolongamentos de horários).

12.2.1. 1º CICLO DE ENSINO BÁSICO

Sendo o Parque Escolar da competência do Município, estão concluídas ou em vias de conclusão todas as obras de ampliação e construção de equipamentos considerados como prioritários na Carta Educativa. Através destes alargamentos de rede será possível alterar a situação de ocupação excessiva, consequência de turnos duplos nas escolas do 1º ciclo, em alguns casos ainda com 200% de taxa de ocupação.

As situações mais complexas reportam-se, uma vez mais, às freguesias de Alcabideche e Estoril, pela tendência de mobilidade das famílias do interior para o Litoral, bem como à freguesia de São Domingos de Rana, nas localidades de Cabeço de Mouro e Carcavelos, onde a pressão da procura tem vindo a crescer de forma muito significativa, independentemente do alargamento da oferta que já se promoveu.

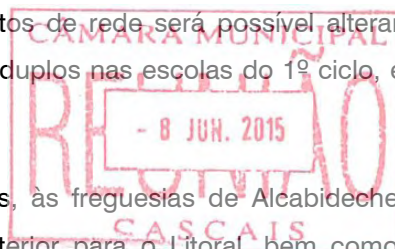
Regista-se igualmente um aumento da procura por parte de uma população que recorria preferencialmente ao ensino privado, não só como consequência da melhoria das condições dos equipamentos de Educação públicos, através do investimento realizado nos últimos anos, mas também pela existência na escola do 1º ciclo, de respostas complementares de apoio à família como sejam os serviços de refeições, as atividades de enriquecimentos curricular ou outros apoios complementares. Neste âmbito, deverá ser referida a introdução de salas de ensino especial nas escolas públicas, resposta da rede, que enquadrou uma nova área de intervenção da escola pública e do Município de Cascais.

Espera-se ainda um aumento deste processo de transferência de alunos, de estabelecimentos privados para estabelecimentos públicos, na sequência do agravamento da situação económica nacional.

Estão em funcionamento:

Agrupamento de Escolas Matilde Rosa Araújo:

- Escola Básica do 1º ciclo Prof. António Torrado – unidade de Ensino Estruturado – crianças com espectro do autismo;
- Escola Básica do 1º ciclo de Tires - Monte Real – unidade de Multi-deficiência.
- Agrupamento de Escolas de Alcabideche:
 - Escola Básica do 1º ciclo de Alcoitão – unidade de Multi-deficiência.
- Agrupamento de Escolas de S João do Estoril:
 - Escola Básica do 1º ciclo nº 1 da Galiza – 1 sala de Multi-deficiência.



Agrupamento de Escolas Ibn Mucana:

- Escola Básica do 1º ciclo do Estoril - unidade de Multi-deficiência

Agrupamento de Escolas de Cascais:

- Escola Básica do 1º ciclo da Torre – unidade de Ensino Estruturado – crianças com espectro do autismo.

**12.2.2. 2º E 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO**

A não concretização por parte do Ministério da Educação dos investimentos propostos na Carta Educativa no parque escolar da sua competência, determinou a entrada em rutura da rede escolar, essencialmente ao nível do 2º ciclo do ensino básico.

No ano letivo 2007/2008 e para dar resposta a esta situação, a DRELVT, em parceria com o Município de Cascais, criou 3 novos Agrupamentos/Territórios Educativos, sedeados em escolas Secundárias:

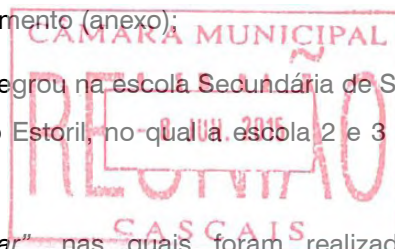
- Escola Secundária de Carcavelos e Escola Secundária Frei Gonçalo de Azevedo, que alargaram a sua área de influência, partilhando o território de Cabeço de Mouro e Outeiro de Polima e mais a Sul de Carcavelos nomeadamente Quinta de São Gonçalo.
- Escola Secundária de Alvide, que ao abranger zonas que pressionavam a Escola Pereira Coutinho, possibilitou que o Agrupamento de Cascais absorvesse as seguintes localidades: Malveira, Aldeia de Juzo, Murches e Charneca. (anexo)

Esta medida transitória constituiu um apoio que permitiu salvaguardar temporariamente o direito de acesso à escolaridade obrigatória da população residente nestes territórios, sendo que não tendo sido suficiente para fazer face à procura, impôs novas medidas de alargamento da rede. A introdução de Cursos Profissionais, e a introdução do Ensino Secundário na escolaridade obrigatória, constituem imposições inequívocas para consubstanciar o alargamento da rede escolar do ensino secundário.

Assim, será realizada uma vasta intervenção ao nível do parque escolar atualmente existente, que permitirá ampliar a resposta de ensino Básico e Secundário em cerca de 30% da sua atual capacidade, em cada uma das intervenções aprovadas.

Também o processo de reagrupamento de escolas determinado pela resolução do Conselho de Ministros nº 44/2010, que teve lugar em Julho de 2010, definiu para Cascais 2 novos Territórios Educativos, com sede em Escolas Secundárias:

- *Agrupamento de Escolas Ibn Mucana*, que agregou a escola do 2º ciclo João de Deus e colocou a escola Ibn Mucana como escola sede de Agrupamento (anexo);
- *Agrupamento de Escolas de São João do Estoril*, que integrou na escola Secundária de São João o anterior agrupamento de Escolas de São João do Estoril, no qual a escola 2 e 3 da Galiza estavam como sede.



Escolas Secundárias promovidas pela “Parque Escolar”, nas quais foram realizadas intervenções de ampliação e requalificação:

- *Requalificação e ampliação da escola Secundária de Carcavelos* – obra em curso;
- *Requalificação e ampliação da escola Secundária Frei Gonçalo de Azevedo* – obra em curso;
- *Construção da Escola Secundária de Cascais* – em fase de projeto de arquitetura;
- *Ampliação e requalificação da Escola Secundária de São João do Estoril* – em fase de definição de plano estratégico e seleção da equipa projetista;
- *Ampliação e requalificação da escola Ibn Mucana* – em fase de aprovação de plano estratégico e seleção da equipa projetista.

Trata-se de um vasto programa de intervenção que cobrirá a grande parte das escolas secundárias do concelho, não estando ainda incluídas as Escolas Secundárias de Alvide e Fernando Lopes Graça (a Cidadela foi construída recentemente), e que representa o reconhecimento por parte do Ministério da Educação de que a oferta pública de educação no Concelho de Cascais é deficitária, nos níveis de ensino da sua competência. Como já foi referido, estes investimentos aumentarão em cerca de 30% a capacidade destes estabelecimentos de Ensino.

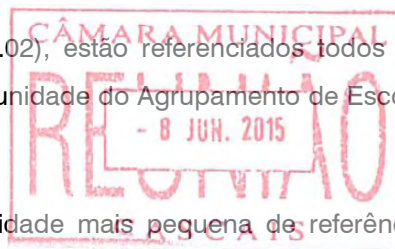
O Município tem tido neste âmbito um papel importante na definição do plano estratégico de cada complexo escolar, apoiando a escola na construção deste documento que conferirá ao novo equipamento especificidade e identidade próprias.

Uma das áreas de intervenção preferencial e gestionária do território para o município tem sido a definição de uma rede de ofertas formativas de carácter profissional que integrem, de forma transversal, quer as necessidades e visões das entidades do meio socioeconómico e dos pólos económicos de crescimento local, quer as motivações e perfis vocacionais dos jovens,

para além de em paralelo se procurar apoiar a qualificação das ofertas profissionalizantes promovidas no concelho.

Procurou-se sintetizar, no conjunto de informação que se segue, toda a caracterização/identificação da Rede Escolar Concelhia referenciado ao Ano letivo 2010/2011.

Numa primeira Carta de Equipamentos Escolares (04.02.02), estão referenciados todos os equipamentos escolares públicos e privados, inseridos na unidade do Agrupamento de Escola e respectivo território educativo a que correspondem.



A área de influência de cada escola do 1º ciclo é a unidade mais pequena de referência geográfica a partir da qual se estabelece o Território Educativo integrado em cada um dos Agrupamentos. Nesta Carta estão também identificadas as escolas Secundárias que ainda não integram os diversos Agrupamentos, não tendo sido identificadas as suas áreas de influência ou Território Educativo. No próximo ano letivo, os equipamentos escolares do ensino secundário já serão parte integrante dos Agrupamentos Escolares, o que irá implicar a curto prazo uma alteração de todo o desenho dos territórios educativos do município.

Com a informação esquemática que seguidamente se apresenta, procurou-se sistematizar toda a informação referente às ofertas educativas de cada escola, quer pública e quer privada, por Agrupamento/Território Educativo. Assim, identificaram-se os níveis de ensino ministrados e as ofertas especializadas de cada escola. Também no que se refere ao número de alunos por nível de ensino foi possível obter os dados do ano letivo 2010/2011 na MISI (Gabinete de Coordenação de sistemas de informação do Ministério da Educação), dados oficiais do Ministério da Educação que se incluíram na informação subsequente. No que se refere ao ensino privado, não é possível obter estes dados com o mesmo grau de fiabilidade, pelo que se optou por não os apresentar, uma vez que a DRELVT também não dispõe desta informação, que no entanto se pretende vir a recolher para consubstanciar a elaboração da próxima Carta Educativa.



Agrupamento de Escolas de Cascais



| Cód. Est. | Designação do Estabelecimento | Nº Alunos | Nº Turmas | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Pief | Cef Básico | EFA Básico | Sec. Prof. | Sec. CH | EFA Sec. | Artístico | Recorr. | OBS |
|-----------|---|-------------|-----------|-------------|------------|------------|------------|----------|------------|------------|------------|----------|----------|-----------|----------|-----|
| 1105601 | Escola Básica de Cascais (ex 2+3 Profº Ant. Pereira Coutinho) | 727 | 32 | | | 284 | 396 | | 47 | | | | | | | |
| 1105488 | Escola Básica 1º Ciclo c/ Jard. Infº da Malveira da Serra | 106 | 5 | 26 | 80 | | | | | | | | | | | |
| 1105682 | Escola Básica 1º Ciclo Nº 2 de Aldeia de Juzo | 48 | 3 | | 48 | | | | | | | | | | | |
| 1105972 | Escola Básica 1º Ciclo nº1 de Aldeia de Juso | 85 | 4 | | 85 | | | | | | | | | | | |
| 1105596 | Escola Básica José Jorge Letria | 196 | 9 | | 196 | | | | | | | | | | | |
| 1105817 | Escola Básica 1º Ciclo c/ Jard. Infº Areia Guincho | 133 | 6 | 45 | 88 | | | | | | | | | | | |
| 1105388 | Escola Básica 1º Ciclo da Torre | 85 | 4 | | 85 | | | | | | | | | | | |
| 1105782 | Escola Básica 1º Ciclo Nº 1 de Birre | 30 | 2 | | 30 | | | | | | | | | | | |
| 1105661 | Escola Básica 1º Ciclo c/ Jard. Infº nº 2 de Birre | 114 | 5 | 20 | 94 | | | | | | | | | | | |
| 1105619 | Jardim de Infância de Murches | 25 | 1 | 25 | | | | | | | | | | | | |
| 1105522 | Jardim de Infância da Torre | 45 | 1 | 45 | | | | | | | | | | | | |
| | Total | 1549 | 72 | 161 | 706 | 284 | 396 | 0 | 47 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |

Figura nº 159 a
Escolas Públicas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



Agrupamento de Escolas de Cascais

(continuação)



| Cód. Est. | Escolas Privadas na área do Agrupamento: | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Sec. CH | Sec. Prof. | Artístico | Ensino Especial | Obs. |
|-----------|--|-------------|----------|----------|----------|---------|------------|-----------|-----------------|------|
| 1105114 | Centro Alfredo Pinheiro | x | x | | | | | | | |
| 1105909 | Colégio Anglo Português St. Georges School | | x | | | | | | | |
| 1105961 | Colégio Cachabiu | x | | | | | | | | |
| 1105980 | Colégio do Rosário | x | x | | | | | | | |
| 1105102 | Creche e Jardim de Infância O Chinelinho | x | | | | | | | | |
| 1105407 | Creche José Luís | | | | | | | | | |
| 1105954 | Escolinha do Largo | x | x | | | | | | | |
| 1105502 | Externato Europa | x | x | x | | | | | | |
| 1105978 | Externato Nossa Senhora da Assunção | | x | | | | | | | |
| 1105159 | Externato Nossa Senhora do Rosário | x | | x | x | | | | | |
| | Externato O Polegarzinho | | | | | | | | | |
| | Jardim de Infância Brinca XXI | x | | | | | | | | |
| 1105916 | Jardim de Infância Escolinha da Ana | x | | | | | | | | |
| 1105068 | Jardim de Infância Escolinha da Tia Ló | x | x | | | | | | | |
| 1105914 | Jardim de Infância O Fraldinhas da Pampilheira | x | | | | | | | | |
| | Jardim de Infância O Peluche | x | | | | | | | | |
| | Jardim de Infância Os Cogumelos | x | | | | | | | | |
| 1105090 | Jardim de Infância Os Traquinas | x | | | | | | | | |
| 1105818 | Jardim de Infância Piolho Amarelo | x | | | | | | | | |
| 1105085 | Jardim de Infância Pirilampo da Torre | x | | | | | | | | |
| 1105018 | Jardim Infantil "S. José" | x | | | | | | | | |
| 1105727 | Os Aprendizes - Laboratório do Conhecimento | x | x | x | | | | | | |
| 1105991 | Semi-Internato Nossa Senhora da Assunção | x | | | | | | | | |

| |
|--|
| Código Unid. Org. Agrupamento |
| 170756 |
| Escola sede: |
| ESCOLA BÁSICA DE CASCAIS (ex 2+3 Prof. António Pereira Coutinho) Rua Nuno Tristão - Bairro do Rosário 2754-519 Cascais |

Figura nº 159 b
Escolas Privadas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



Agrupamento de Escolas de Alcabideche



| Cód. Est. | Designação do Estabelecimento | Nº Alunos | Nº Turmas | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Pief | Cef Básico | EFA Básico | Sec. Prof. | Sec. CH | EFA Sec. | Artístico | Recorr. | OBS |
|-----------|---|------------|-----------|-------------|------------|------------|------------|-----------|------------|------------|------------|----------|----------|-----------|----------|-----|
| 1105889 | Escola Básica 2+3 de Alcabideche | 381 | 24 | | | 148 | 171 | 30 | | 32 | | | | | | |
| 1105770 | Escola Básica nº 1 de Alcoitão | 88 | 4 | | 88 | | | | | | | | | | | |
| 1105117 | Escola Básica nº 2 de Alcoitão | 1 | 1 | | 1 | | | | | | | | | | | |
| 1105930 | Escola Básica nº 3 de Alcoitão | 140 | 7 | | 140 | | | | | | | | | | | |
| 1105553 | Escola Básica com Jardim de Infância Alto da Peça | 112 | 7 | | 112 | | | | | | | | | | | |
| 1105984 | Escola Básica nº 1 de Alcabideche | 96 | 2 | 50 | 46 | | | | | | | | | | | |
| 1105568 | Escola Básica nº 2 c/ Jard. Infº de Alcabideche | 129 | 6 | 66 | 63 | | | | | | | | | | | |
| 1105692 | Jardim de Infância de Alcoitão | 44 | 2 | 44 | | | | | | | | | | | | |
| | Total | 991 | 53 | 160 | 450 | 148 | 171 | 30 | 0 | 32 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |

Figura nº 160 a
Escolas Públicas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

| Cód. Est. | Escolas Privadas na área do Agrupamento: | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Sec. CH | Sec. Prof. | Artístico | Ensino Especial | OBS |
|-----------|---|-------------|----------|----------|----------|---------|------------|-----------|-----------------|-----|
| 1105534 | Centro Infantil do Linhó | x | | | | | | | | |
| 1105205 | Centro Social e Paroquial de S. Vicente de Alcabideche | x | | | | | | | | |
| 1105515 | Centro Social e Paroquial de S. Vicente de Alcabideche - Alcoitão | x | | | | | | | | |
| 1105473 | Centro Social e Paroquial de S. Vicente de Alcabideche - Alvide | x | | | | | | | | |
| | Infantário do Alcoitão | x | | | | | | | | |
| 1105411 | Jardim de Infância Garatuja | x | | | | | | | | |

Figura nº 160 b
Escolas Privadas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

| |
|---|
| Código Unid. Org. Agrupamento |
| 170756 |
| Escola sede: |
| ESCOLA BÁSICA DE ALCABIDECHE (ex 2+3 de Alcabideche) Rua do Conde Barão, 614 2649-515 Alcabideche |

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



Agrupamento de Escolas de Alvide



| Cód. Est. | Designação do Estabelecimento | Nº Alunos | Nº Turmas | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Pief | Cef Básico | EFA Básico | Sec. Prof. | Sec. CH | EFA Sec. | Artístico | Recorr. | OBS |
|-----------|--|-------------|-----------|-------------|------------|------------|------------|----------|------------|------------|------------|-----------|----------|-----------|----------|-----|
| 1105122 | Escola Básica e Secundária de Alvide | 709 | 37 | | | 237 | 280 | | 26 | | 80 | 86 | | | | |
| 1105652 | Escola Básica c/ Jard. de Infª. Prof. Manuel Gaião | 195 | 9 | 25 | 170 | | | | | | | | | | | |
| 1105011 | Escola Básica com Jardim de Infância de Alvide | 188 | 8 | 25 | 163 | | | | | | | | | | | |
| 1105574 | Escola Básica nº 4 de Cascais | 89 | 4 | | 89 | | | | | | | | | | | |
| | | 0 | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 0 | | | | | | | | | | | | | | |
| | Total | 1181 | 58 | 50 | 422 | 237 | 280 | 0 | 26 | 0 | 80 | 86 | 0 | 0 | 0 | |

Figura nº 161 a
Escolas Públicas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

| Cód. Est. | Escolas Privadas na área do Agrupamento: | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Sec. CH | Sec. Prof. | Artístico | Ensino Especial | OBS |
|-----------|--|-------------|----------|----------|----------|---------|------------|-----------|-----------------|-----|
| | A Chupeta | x | | | | | | | | |
| | Centro Social e Paroquial de São Vicente | x | | | | | | | | |
| 1105116 | Colégio Amor de Deus | x | x | x | x | x | | | | |
| 1105164 | Colégio O Mundo era Uma Vez | x | | | | | | | | |
| 1105111 | Creche Marcelina Teodoro Dos Santos | x | | | | | | | | |

Figura nº 161 b
Escolas Privadas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

| Código Unid. Org. Agrupamento |
|---|
| 172273 |
| Escola sede: |
| ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE ALVIDE |
| Rua das Padarias, 195 – Alvide |
| 2755-062 Alcabideche |

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS





Agrupamento de Escolas de Ibn Mucana



| Cód. Est. | Designação do Estabelecimento | Nº Alunos | Nº Turmas | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Pief | Cef Básico | EFA Básico | Sec. Prof. | Sec. CH | EFA Sec. | Artístico | Recorr. | OBS |
|-----------|---|-------------|-----------|-------------|------------|------------|------------|----------|------------|------------|------------|------------|----------|-----------|----------|-----|
| 1105403 | Escola Secundária Ibn Mucana | 1148 | 48 | | | | 538 | | 14 | | 95 | 501 | | | | |
| 1105990 | Escola Básica João de Deus (ex. nº 2 do Monte Estoril) | 285 | 14 | | | 285 | | | | | | | | | | |
| 1105253 | Escola Básica 1º Ciclo Nº 1 da Amoreira | 122 | 6 | | 122 | | | | | | | | | | | |
| 1105208 | Escola Básica 1º Ciclo c/ Jardim de Infância Nº 2 da Amoreira | 230 | 10 | 50 | 180 | | | | | | | | | | | |
| 1105500 | Escola Básica 1º Ciclo do Monte Estoril | 149 | 7 | | 149 | | | | | | | | | | | |
| 1105204 | Escola Básica 1º Ciclo do Estoril | 86 | 4 | | 86 | | | | | | | | | | | |
| | | 0 | | | | | | | | | | | | | | |
| | Total | 2020 | 89 | 50 | 537 | 285 | 538 | 0 | 14 | 0 | 95 | 501 | 0 | 0 | 0 | |

Figura nº 162 a
Escolas Públicas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS





Agrupamento de Escolas de Ibn Mucana



| Cód. Est. | Escolas Privadas na área do Agrupamento: | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Sec. CH | Sec. Prof. | Artístico | Ensino Especial | OBS |
|-----------|---|-------------|----------|----------|----------|---------|------------|-----------|-----------------|-----|
| | Centro de Recuperação Neuropsicológico do Estoril | x | | | | | | | | |
| | Centro Escolar e Turístico do Estoril | | | | | | | | | |
| 1105952 | Centro Social D. Bosco | x | | | | | | | | |
| 1105142 | CERCICA | | | | | | | | x | |
| 1105441 | Colégio Astrolábio | | | | | | | | x | |
| 1105385 | Colégio Creste - Jardim de Infancia | x | x | | | | | | | |
| 1105977 | Colégio Maria Auxiliadora | x | | | | | | | | |
| 1105977 | Colégio Maria Auxiliadora | x | | | | | | | | |
| 1105110 | Colégio St John's School | x | | | | | | | | |
| | Colégio Vila Ramuntcho | x | | | | | | | | |
| 1105766 | Colónia Infantil de Educação Popular | x | x | | | | | | | |
| 1105262 | Conservatório de Música de Cascais | | | | | | | x | | |
| 1105176 | Escola Alemã do Estoril | x | x | | | | | | | |
| 1105647 | Escola Profissional Teatro de Cascais | | | | | | x | | | |
| 1105888 | Escola Profissional Val do Rio | | | | | | x | | | |
| 1105105 | Escola Salesiana do Estoril | x | x | x | x | x | | | | |
| 1105291 | Externato D. Luisa Sígea | x | x | x | x | | | | | |
| 1105746 | Externato Novo Calipso | | | x | x | x | | | | |
| 1105322 | Externato Olias | x | x | | | | | | | |
| 1105439 | Externato Senhora do Monte | x | x | | | | | | | |
| 1105571 | Jardim de Infância O Narizinho | x | | | | | | | | |
| 1105561 | Jardim Escola do Pessoal Município de Cascais | x | | | | | | | | |
| 1105235 | Jardim Infantil do Centro Paroquial do Estoril | x | | | | | | | | |

| |
|--|
| Código Unid. Org. Agrupamento |
| 170677 |
| Escola sede: |
| ESCOLA SECUNDÁRIA IBN MUCANA Rua Marquês de Pombal 2645-074 Alcabideche |

Figura nº 162 b
Escolas Privadas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS





Agrupamento de Escolas de S. João do Estoril



| Cód. Est. | Designação do Estabelecimento | Nº Alunos | Nº Turmas | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Pief | Cef Básico | EFA Básico | Sec. Prof. | Sec. CH | EFA Sec. | Artístico | Recorr. | OBS |
|-----------|--|-------------|-----------|-------------|------------|------------|------------|----------|------------|------------|------------|------------|------------|-----------|----------|-----|
| 1105970 | Escola Secundária de São João do Estoril | 0 | | | | | | | | | | | | | | |
| 1105597 | Escola Básica de São João do Estoril (ex. 2+3 da Galiza) | 0 | | | | | | | | | | | | | | |
| 1105557 | Escola Básica 1º Ciclo de São João do Estoril | 0 | | | | | | | | | | | | | | |
| 1105832 | Escola Básica 1º Ciclo Nº 3 da Galiza | 0 | | | | | | | | | | | | | | |
| 1105739 | Escola Básica 1º Ciclo com Jardim de Infância da Galiza | 0 | | | | | | | | | | | | | | |
| | * Dados Globais MISI | 2039 | 88 | 69 | 327 | 188 | 222 | | | 33 | 169 | 927 | 104 | | | |
| | Total | 2039 | 88 | 69 | 327 | 188 | 222 | 0 | 0 | 33 | 169 | 927 | 104 | 0 | 0 | |

* Dados globais recolhidos do MISI - Ministério da Educação. Dados de cada unidade orgânica ainda não enviados pelo Agrupamento de escolas.

Figura nº 163 a Escolas Públicas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

| Cód. Est. | Escolas Privadas na área do Agrupamento: | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Sec. CH | Sec. Prof. | Artístico | Ensino Especial | Obs. |
|-----------|---|-------------|----------|----------|----------|---------|------------|-----------|-----------------|------|
| | Aldeia de Crianças SOS de Bicesse | | | | | | | | | |
| 1105301 | Colégio Senhora da Boa Nova | x | | | | | | | | |
| 1105183 | Externato Florinda Leal | x | x | | | | | | | |
| 1105439 | Externato Príncipes de Aviz | x | x | | | | | | | |
| 1105101 | Infantário "O Pinhal" | | | | | | | | | |
| 1105009 | Jardim Infantil do Centro Paroquial S. Pedro e S. João do Estoril | x | | | | | | | | |
| 1105996 | Jardim Infantil O Rebuçado | x | | | | | | | | |
| 1105960 | Xururuca – Jardim de Infância | x | x | | | | | | | |

Figura nº 163 b Escolas Privadas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

| |
|--|
| Código Unid. Org. Agrupamento |
| 170689 |
| Escola sede: |
| ESCOLA SECUNDÁRIA S. JOÃO DO ESTORIL Rua Vitorino Nemésio, nº222 - São João do Estoril 2765-362 Estoril |

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



Agrupamento de Escolas de Alapraia



| Cód. Est. | Designação do Estabelecimento | Nº Alunos | Nº Turmas | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Pief | Cef Básico | EFA Básico | Sec. Prof. | Sec. CH | EFA Sec. | Artístico | Recorr. | OBS |
|-----------|--|-------------|-----------|-------------|------------|------------|------------|----------|------------|------------|------------|----------|----------|-----------|----------|-----|
| 1105896 | Escola Básica da Alapraia (ex 2+3 de Alapraia) | 758 | 32 | | | 290 | 420 | | 48 | | | | | | | |
| 1105256 | Escola Básica do 1º Ciclo c/ Jard. Infº das Areias | 106 | 5 | 25 | 81 | | | | | | | | | | | |
| 1105386 | Escola Básica do 1º Ciclo de Bicesse | 101 | 4 | | 101 | | | | | | | | | | | |
| 1105583 | Escola Básica do 1º Ciclo de Caparide | 97 | 4 | | 97 | | | | | | | | | | | |
| 1105233 | Escola Básica do 1º Ciclo c/ Jard. Infº de Manique | 205 | 9 | 22 | 183 | | | | | | | | | | | |
| 1105910 | Escola Básica do 1º Ciclo de São Pedro do Estoril | 66 | 3 | | 66 | | | | | | | | | | | |
| 1105987 | Jardim de Infância de Bicesse | 25 | 1 | 25 | | | | | | | | | | | | |
| | Total | 1358 | 58 | 72 | 528 | 290 | 420 | 0 | 48 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |

Figura nº 164 a
Escolas Públicas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

| Cód. Est. | Escolas Privadas na área do Agrupamento: | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Sec. CH | Sec. Prof. | Artístico | Ensino Especial | Obs. |
|-----------|--|-------------|----------|----------|----------|---------|------------|-----------|-----------------|------|
| 1105525 | Boaventura Montessori Nursery | x | | | | | | | | |
| 1105867 | Externato O Nicho | x | x | | | | | | | |
| 1105928 | Externato O Papião | x | x | | | | | | | |
| 1105788 | Infantário de Bicesse | x | | | | | | | | |
| 1105295 | Jardim de Infância A Cór dos Sonhos | x | | | | | | | | |
| 1105887 | Jardim de Infância O Catavento | x | | | | | | | | |

Figura nº 164 b
Escolas Privadas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

| |
|---|
| Código Unid. Org. Agrupamento |
| 170690 |
| Escola sede: |
| ESCOLA BÁSICA DA ALAPRAIA (ex 2+3 de Alapraia) Estrada Principal da Alapraia - Estoril 2765-013 Estoril |

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



Agrupamento de Escolas de S. António da Parede



| Cód. Est. | Designação do Estabelecimento | Nº Alunos | Nº Turmas | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Pief | Cef Básico | EFA Básico | Sec. Prof. | Sec. CH | EFA Sec. | Artístico | Recorr. | OBS |
|-----------|---|-------------|-----------|-------------|------------|------------|------------|----------|------------|------------|------------|----------|----------|-----------|----------|-----|
| 1105820 | Escola Básica 2+3 Santo António da Parede | 723 | 28 | | | 435 | 288 | | | | | | | | | |
| 1105167 | Escola Básica 1º Ciclo c/ Jard. Infância do Murtal | 186 | 8 | 44 | 142 | | | | | | | | | | | |
| 1105135 | Escola Básica 1º Ciclo Nº 2 da Parede | 191 | 8 | | 191 | | | | | | | | | | | |
| 1105955 | Escola Básica 1º Ciclo Nº 2 de São Domingos de Rana | 119 | 5 | | 119 | | | | | | | | | | | |
| 1105382 | Escola Básica 1º Ciclo nº1 de carcavelos | 98 | 4 | | 98 | | | | | | | | | | | |
| 1105688 | Escola Básica 1º Ciclo da Rebelva | 91 | 4 | | 91 | | | | | | | | | | | |
| 1105669 | Jardim de Infância de Carcavelos | 25 | 1 | 25 | | | | | | | | | | | | |
| 1105890 | Jardim de Infância da Parede | 69 | 3 | 69 | | | | | | | | | | | | |
| | Total | 1502 | 61 | 138 | 641 | 435 | 288 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |

| Cód. Est. | Escola Pública não Agrupada: | Nº Alunos | Nº Turmas | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Pief | Cef Básico | EFA Básico | Sec. Prof. | Sec. CH | EFA Sec. | Artístico | Recorr. | OBS |
|-----------|---|-----------|-----------|-------------|----------|----------|----------|------|------------|------------|------------|---------|----------|-----------|---------|-----|
| | Centro de Educação Infantil da Parede | | | x | | | | | | | | | | | | |
| 1105997 | jardim Infantil do Instituto da Sagrada Família | | | x | | | | | | | | | | | | |

Figura nº 165 a
Escolas Públicas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



Agrupamento de Escolas de S. António da Parede



| Cód. Est. | Escolas Privadas na área do Agrupamento: | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Sec. CH | Sec. Prof. | Artístico | Ensino Especial | Obs. |
|-----------|---|-------------|----------|----------|----------|---------|------------|-----------|-----------------|------|
| 1105438 | ABLA – Associação Luso-Alemã | x | | | | | | | | |
| 1105317 | As Abobrinhas - Colégio | x | | | | | | | | |
| 1105342 | Associação Escola 31 de Janeiro | x | x | x | x | | | | | |
| | Bébé Sol | x | | | | | | | | |
| | Centro de Apoio Família - Crescer para Integrar | x | | | | | | | | |
| | Centro de Cooperação Familiar O Botãozinho | x | | | | | | | | |
| 1105041 | Colégio Baforeira | x | x | x | x | | | | | |
| 1105732 | Colégio Inglês de São Julião | | x | x | x | | | | | |
| 1105005 | Colégio Marista de Carcavelos | x | x | x | x | x | | | | |
| 1105919 | Colégio Portugal | x | x | x | x | x | | | | |
| 1105904 | Escola de Dança Ana mangericão | | | | | | | x | | |
| | Escolinha da Aldeia | x | | | | | | | | |
| 1105218 | Externato Eduarda Maria | x | x | | | | | | | |
| 1105470 | Externato Jardim dos Lombos | x | | | | | | | | |
| 1105658 | Externato Miguel Ângelo | x | x | | | | | | | |
| 1105147 | Externato O Cantinho | x | x | | | | | | | |
| 1105333 | Externato O Pinheirinho | x | x | | | | | | | |
| 1105843 | Externato Sueco | | x | | | | | | | |
| 1105187 | Infantário da Parede - CP | x | | | | | | | | |
| 1105931 | Jardim de Infância O Século dos Pequenos | x | | | | | | | | |
| 1105369 | Jardim de Infância Traquinata | x | | | | | | | | |
| 1105674 | Jardim Infantil Branca de Neve - das Irmãs da Misericórdia | x | | | | | | | | |
| 1105456 | Jardim Infantil Casa do Sagrado Coração de Jesus | x | | | | | | | | |
| 1105921 | Jardim Infantil do Centro de Cooperação Familiar O Botãozinho | x | | | | | | | | |
| 1105305 | O Bicharoco | x | | | | | | | | |
| 1105069 | The International Preparatory School | x | x | x | | | | | | |

| |
|--|
| Código Unid. Org. Agrupamento |
| 170707 |
| Escola sede: |
| ESCOLA BÁSICA 2+3 S. ANTÓNIO DA PAREDE Rua João de Barros 2775-208 Parede |

Figura nº 165 b
Escolas Privadas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS





Agrupamento de Escolas Matilde Rosa Araújo



| Cód. Est. | Designação do Estabelecimento | Nº Alunos | Nº Turmas | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Pief | Cef Básico | EFA Básico | Sec. Prof. | Sec. CH | EFA Sec. | Artístico | Recorr. | OBS |
|-----------|---|-------------|-----------|-------------|------------|------------|------------|----------|------------|------------|------------|----------|----------|-----------|----------|-----|
| 1105820 | Escola Básica 2+3 Santo António da Parede | 723 | 28 | | | 435 | 288 | | | | | | | | | |
| 1105167 | Escola Básica 1º Ciclo c/ Jard. Infância do Murtal | 186 | 8 | 44 | 142 | | | | | | | | | | | |
| 1105135 | Escola Básica 1º Ciclo Nº 2 da Parede | 191 | 8 | | 191 | | | | | | | | | | | |
| 1105955 | Escola Básica 1º Ciclo Nº 2 de São Domingos de Rana | 119 | 5 | | 119 | | | | | | | | | | | |
| 1105382 | Escola Básica 1º Ciclo nº1 de carcavelos | 98 | 4 | | 98 | | | | | | | | | | | |
| 1105688 | Escola Básica 1º Ciclo da Rebelva | 91 | 4 | | 91 | | | | | | | | | | | |
| 1105669 | Jardim de Infância de Carcavelos | 25 | 1 | 25 | | | | | | | | | | | | |
| 1105890 | Jardim de Infância da Parede | 69 | 3 | 69 | | | | | | | | | | | | |
| | Total | 1502 | 61 | 138 | 641 | 435 | 288 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |

| Cód. Est. | Escolas Públicas não Agrupadas | Nº Alunos | Nº Turmas | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Pief | Cef Básico | EFA Básico | Sec. Prof. | Sec. CH | EFA Sec. | Artístico | Recorr. | OBS |
|-----------|---|-----------|-----------|-------------|----------|----------|----------|------|------------|------------|------------|---------|----------|-----------|---------|-----|
| | Centro de Educação Infantil da Parede | | | x | | | | | | | | | | | | |
| 1105997 | Jardim Infantil do Instituto da Sagrada Família | | | x | | | | | | | | | | | | |

Figura nº 166 a
Escolas Públicas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS





Agrupamento de Escolas Matilde Rosa Araújo



| Cód. Est. | Escolas Privadas na área do Agrupamento: | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Sec. CH | Sec. Prof. | Artístico | Ensino Especial | Obs. |
|-----------|---|-------------|----------|----------|----------|---------|------------|-----------|-----------------|------|
| 1105438 | ABLA – Associação Luso-Alemã | x | | | | | | | | |
| 1105317 | As Abobrinhas - Colégio | x | | | | | | | | |
| 1105342 | Associação Escola 31 de Janeiro | x | x | x | x | | | | | |
| | Bébé Sol | x | | | | | | | | |
| | Centro de Apoio Família - Crescer para Integrar | x | | | | | | | | |
| | Centro de Cooperação Familiar O Botãozinho | x | | | | | | | | |
| 1105041 | Colégio Baforeira | x | x | x | x | | | | | |
| 1105732 | Colégio Inglês de São Julião | | x | x | x | | | | | |
| 1105005 | Colégio Marista de Carcavelos | x | x | x | x | x | | | | |
| 1105919 | Colégio Portugal | x | x | x | x | x | | | | |
| 1105904 | Escola de Dança Ana mangericão | | | | | | | x | | |
| | Escolinha da Aldeia | x | | | | | | | | |
| 1105218 | Externato Eduarda Maria | x | x | | | | | | | |
| 1105470 | Externato Jardim dos Lombos | x | | | | | | | | |
| 1105658 | Externato Miguel Ângelo | x | x | | | | | | | |
| 1105147 | Externato O Cantinho | x | x | | | | | | | |
| 1105333 | Externato O Pinheirinho | x | x | | | | | | | |
| 1105843 | Externato Sueco | | x | | | | | | | |
| 1105187 | Infantário da Parede - CP | x | | | | | | | | |
| 1105931 | Jardim de Infância O Século dos Pequenininos | x | | | | | | | | |
| 1105369 | Jardim de Infância Traquinauta | x | | | | | | | | |
| 1105674 | Jardim Infantil Branca de Neve - das Irmãs da Misericórdia | x | | | | | | | | |
| 1105456 | Jardim Infantil Casa do Sagrado Coração de Jesus | x | | | | | | | | |
| 1105921 | Jardim Infantil do Centro de Cooperação Familiar O Botãozinho | x | | | | | | | | |
| 1105305 | O Bicharoco | x | | | | | | | | |
| 1105069 | The International Preparatory School | x | x | x | | | | | | |

| |
|--|
| Código Unid. Org. Agrupamento |
| 170768 |
| Escola sede: |
| ESCOLA BÁSICA MATILDE ROSA ARAÚJO Rua de Matarraque, 399 2785-696 S. Domingos de Rana |

Figura nº 166 b
Escolas Privadas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS





Agrupamento de Escolas Frei Gonçalo de Azevedo



| Cód. Est. | Designação do Estabelecimento | Nº Alunos | Nº Turmas | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Pief | Cef Básico | EFA Básico | Sec. Prof. | Sec. CH | EFA Sec. | Artístico | Recorr. | OBS |
|-----------|--|-------------|-----------|-------------|------------|------------|------------|----------|------------|------------|------------|------------|----------|-----------|----------|-----|
| 1105860 | Escola Básica e Secundária Frei Gonçalo de Azevedo | 963 | 42 | | | 320 | 357 | | 37 | | 84 | 165 | | | | |
| 1105180 | Escola Básica 1º Ciclo nº 1 da Abóboda | 191 | 8 | | 191 | | | | | | | | | | | |
| 1105338 | EB 1º Ciclo c/Jardim de Infância nº 2 da Abóboda | 124 | 6 | 43 | 81 | | | | | | | | | | | |
| 1105862 | Escola Básica 1º Ciclo nº 2 de Tires | 107 | 5 | | 107 | | | | | | | | | | | |
| 1105796 | Escola Básica 1º Ciclo de Trajouce | 89 | 4 | | 89 | | | | | | | | | | | |
| | | 0 | | | | | | | | | | | | | | |
| | Total | 1474 | 65 | 43 | 468 | 320 | 357 | 0 | 37 | 0 | 84 | 165 | 0 | 0 | 0 | |

Figura nº 167 a
Escolas Públicas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

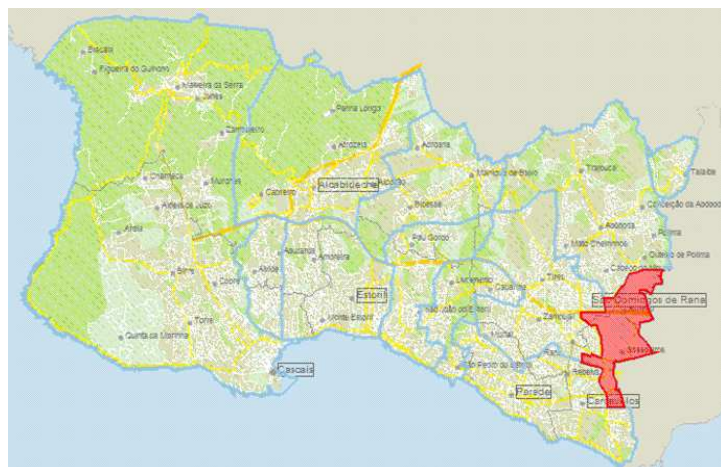
| Cód. Est. | Escolas Privadas na área do Agrupamento: | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Sec. CH | Sec. Prof. | Artístico | Ensino Especial | Obs. |
|-----------|--|-------------|----------|----------|----------|---------|------------|-----------|-----------------|------|
| 1105626 | A Estrelinha BIBI Infantil, Lda | x | | | | | | | | |
| 1105893 | Creche e Jardim Infantil da Abóboda | x | | | | | | | | |
| 1105501 | Jardim de Infância O Cavalinho Pimpão | x | | | | | | | | |
| 1105247 | O Nosso Sonho - Cooperativa de Ensino | x | | | | | | | | |
| 1105514 | St. Dominic´s International School | x | x | x | x | | | | | |

Figura nº 167 b
Escolas Privadas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

| |
|---|
| Código Unid. Org. Agrupamento |
| 172261 |
| Escola sede: |
| ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA FREI GONÇALO DE AZEVEDO Rua 1º Maio - Bairro Massapés 2785-260 São Domingos de Rana |

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



Agrupamento de Escolas de Carcavelos



| Cód. Est. | Designação do Estabelecimento | Nº Alunos | Nº Turmas | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Pief | Cef Básico | EFA Básico | Sec. Prof. | Sec. CH | EFA Sec. | Artístico | Recorr. | OBS |
|-----------|--|-------------|-----------|-------------|------------|------------|------------|----------|------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|----------|-----|
| 1105612 | Escola Básica e Secundária de Carcavelos | 0 | | | | | | | | | | | | | | |
| 1105638 | Escola Básica nº 2 de Carcavelos | 0 | | | | | | | | | | | | | | |
| 1105726 | Escola Básica com Jardim de Sassoeiros | 25 | 1 | 25 | | | | | | | | | | | | |
| 1105139 | Escola Básica de Sassoeiros | 0 | | | | | | | | | | | | | | |
| | * Dados Globais MISI | 1617 | 78 | | 340 | 375 | 441 | | 26 | 23 | 58 | 280 | 60 | 14 | | |
| | Total | 1642 | 79 | 25 | 340 | 375 | 441 | 0 | 26 | 23 | 58 | 280 | 60 | 14 | 0 | |

* Dados globais recolhidos do MISI - Ministério da Educação. Dados de cada unidade orgânica ainda não enviados pelo Agrupamento de escolas.

Figura nº 168 a Escolas Públicas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

| Cód. Est. | Escolas Privadas na área do Agrupamento: | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Sec. CH | Sec. Prof. | Artístico | Ensino Especial | OBS |
|-----------|--|-------------|----------|----------|----------|---------|------------|-----------|-----------------|-----|
| 1105590 | Creche do Arneiro | x | | | | | | | | |
| 1105133 | Externato O Cavalinho | | x | | | | | | | |

Figura nº 168 b Escolas Privadas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

| |
|--|
| Código Unid. Org. Agrupamento |
| 172250 |
| Escola sede: |
| ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE CARCAVELOS Rua da Escola Secundária de Carcavelos 2775-510 Carcavelos |

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS





Agrupamento de Escolas de Aquilino Ribeiro (Oeiras)



| Cód. Est. | Designação do Estabelecimento | Nº Alunos | Nº Turmas | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Pief | Cef Básico | EFA Básico | Sec. Prof. | Sec. CH | EFA Sec. | Artístico | Recorr. | OBS |
|-----------|-----------------------------------|-----------|-----------|-------------|-----------|----------|----------|----------|------------|------------|------------|----------|----------|-----------|----------|-----|
| 1105830 | Escola Básica 1º Ciclo de Talaíde | 89 | 4 | | 89 | | | | | | | | | | | |
| | | 0 | | | | | | | | | | | | | | |
| | Total | 89 | 4 | 0 | 89 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |

Nota: Escola de Cascais agrupada no Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro - Oeiras

Figura nº 169 a Escolas Públicas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

| Cód. Est. | Escolas Privadas na área de Influência da EB1 de talaíde: | Pré-Escolar | 1º Ciclo | 2º Ciclo | 3º Ciclo | Sec. CH | Sec. Prof. | Artístico | Ensino Especial | Obs. |
|-----------|--|-------------|----------|----------|----------|---------|------------|-----------|-----------------|------|
| 1105578 | Centro Social da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Abóboda - Extensão de Talaíde | x | | | | | | | | |

Figura nº 169 b Escolas Privadas

Fonte: CMC/Departamento de Educação, Maio 2011

| Código Unid. Org. Agrupamento |
|---|
| 121617 |
| Escola sede: |
| ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA AQUILINO RIBEIRO Avenida Domingos Vandelli - Talaíde 2740-123 Porto Salvo |

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



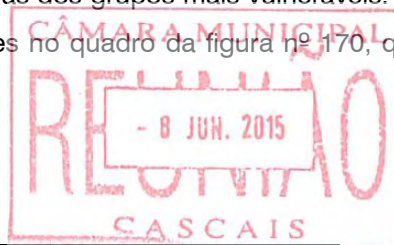


A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS

12.3. EQUIPAMENTOS SOCIAIS

O concelho de Cascais possui uma rede de equipamentos sociais alargada, que responde a necessidades da população em geral (famílias), e também às dos grupos mais vulneráveis. As respostas sociais existentes no concelho são as constantes no quadro da figura nº 170, que apresentamos de seguida:



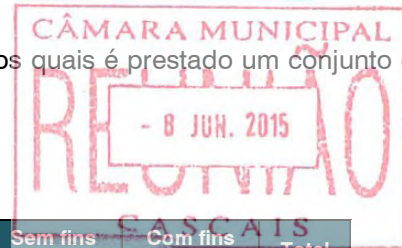
| | |
|---|---|
| Crianças e Jovens em geral | Creche/ Creche familiar/ Amas |
| | Intervenção precoce |
| Crianças e Jovens em risco | CAT - Centro de Acolhimento Temporário |
| | LIJ - Lar de Infância e Juventude |
| Pessoas Idosas e Dependentes | SAD - Serviço de apoio Domiciliário |
| | Centro de Convívio / Academia Sénior |
| | Centro de Dia |
| | Lares de Idosos/Residências |
| Pessoas com deficiência / Doença mental | Centro de Atendimento, Acompanhamento e Animação |
| | CAO - Centro de Actividade Ocupacional |
| | Lar residencial |
| | Fórum Sócio-Ocupacional |
| Pessoas com HIV/SIDA | Residência para Pessoas com HIV/SIDA |
| | CAAP - C. Atendimento e Acompanhamento Psicossocial |
| Pessoas toxicodependentes | Equipa de intervenção directa |
| | Apartamento de reinserção social |
| Pessoas Vítimas de Violência Doméstica | Centro Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica |
| Família e Comunidade em geral | Atendimento e Acompanhamento Social |
| | CAFAP - C. Apoio Familiar e Aconselhamento Parental |
| | Centro Comunitário |
| | Refeitório social |
| | Ajuda alimentar |
| Outros | Apoio ao Endividamento |
| | CLAI - C. Apoio Integração de Imigrantes |
| | Loja Social |

Figura nº 170
Respostas Sociais existentes no Concelho de Cascais

Fonte: CMC / DHS 2011

Ressalva-se que, para não haver sobreposições, os Jardins de Infância e Centros de Atividades de Tempos Livres, sendo respostas que combinam os domínios social e educativo, são integradas no capítulo dos Equipamentos Educativos. No entanto, dos equipamentos constantes na Carta Social, existem 42 que, para além de creche, têm também a resposta de Jardim de Infância.

No concelho existem 195 equipamentos sociais, a partir dos quais é prestado um conjunto de 259 respostas sociais (figura nº 171).



| Respostas Sociais | Sem fins lucrativos | Com fins lucrativos | Total |
|--|---------------------|---------------------|------------|
| Total de equipamentos | 139 | 56 | 195 |
| Creche/ Creche familiar/ Amas | 34 | 43 | 77 |
| Equipe de Intervenção precoce | 1 | | 1 |
| CAFAP - C. Apoio Familiar e Aconselhamento Parental | 1 | | 1 |
| CAT - Centro de Acolhimento Temporário (crianças e jovens) | 3 | | 3 |
| LIJ - Lar de Infância e Juventude | 5 | | 5 |
| SAD - Serviço de apoio Domiciliário | 17 | 4 | 21 |
| Centro de Convívio | 26 | | 26 |
| Centro de Dia | 16 | | 16 |
| Lares de Idosos/Residências | 10 | 15 | 25 |
| C. Atendimento, Acompanhamento e Animação (Deficiência) | 5 | | 5 |
| CAO - Centro de Actividade Ocupacional | 7 | | 7 |
| Lar residencial (deficiência) | 8 | | 8 |
| Fórum Sócio-Ocupacional | 1 | | 1 |
| Atendimento e Acompanhamento Social | 23 | | 23 |
| Centro Comunitário | 5 | | 5 |
| Refeitório social | 1 | | 1 |
| Ajuda alimentar | 18 | | 18 |
| Residência para Pessoas com HIV/SIDA | 1 | | 1 |
| CAAP - C. Atendimento e Acompanhamento Psicossocial | 2 | | 2 |
| Equipa de intervenção directa (toxicodependência) | 3 | | 3 |
| Apartamento de reinserção social (Toxicodependência) | 1 | | 1 |
| Centro Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica | 2 | | 2 |
| Gabinete de Apoio ao Endividamento | 1 | | 1 |
| CLAI - C. Apoio Integração de Imigrantes | 3 | | 3 |
| Loja Social | 3 | | 3 |

Figura nº 171
Respostas Sociais por finalidade

Fonte: CMC / DHS 2011

Do conjunto de equipamentos sociais, 29% pertencem a entidades com fins lucrativos.

O peso das entidades com fins lucrativos é especialmente significativo no que respeita a Creches (56%) e Lares de Idosos (65%).

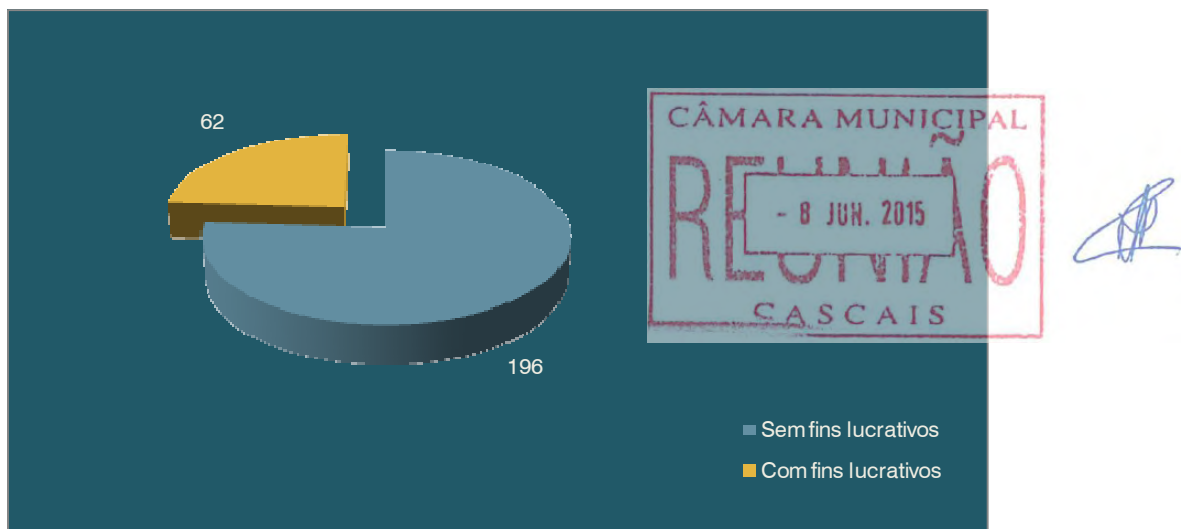


Figura nº 172
Equipamentos Sociais por Finalidade

Fonte: CMC / DHS 2011

Na análise da distribuição dos equipamentos pelas freguesias face à respectiva população (INE 2001), evidencia-se uma maior cobertura nas freguesias do Estoril e Parede, sendo São Domingos de Rana a freguesia com menor grau de cobertura.

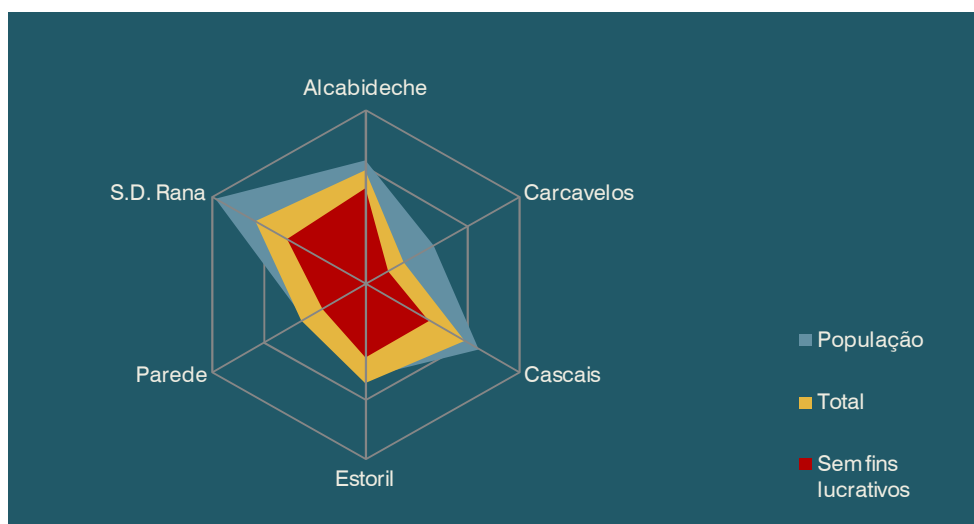
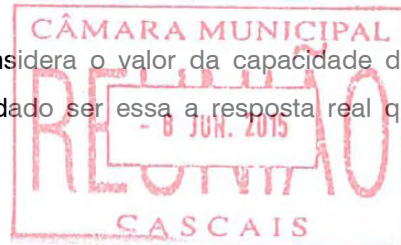


Figura nº 173
Equipamentos Sociais Face à População

Fonte: CMC / DHS 2011

Constata-se que alguns equipamentos não têm a sua capacidade esgotada. Em alguns casos (nas respostas de entidades com fins lucrativos), por dificuldade de pagamento do respectivo custo por parte das famílias, noutros devido ao facto de o financiamento da Segurança Social não abranger a totalidade da capacidade do equipamento. Por outro lado, em alguns equipamentos, o número efetivo de clientes supera a capacidade estipulada.

Assim, para cálculo das taxas de cobertura, não se considera o valor da capacidade dos equipamentos, mas sim o número de clientes efetivos, dado ser essa a resposta real que representam.



12.3.1. CRECHES

A rede de creches, que inclui ainda creches familiares e gestão de amas, envolve 77 equipamentos e responde a 2.710 crianças, correspondendo a uma cobertura de 36% das crianças dos 0-3 anos. Deste total, 20% dos equipamentos estão integrados na rede solidária e 16% em entidades lucrativas (fig. nº 174).



| CRECHE + CRECHE FAMILIAR + AMAS | | | | | | | | |
|---|---------------------|---------|---------|---------|--------|------------|----------|-------|
| Freguesia | Alcabid. | Carcav. | Cascais | Estoril | Parede | S. D. Rana | Concelho | |
| População Alvo *** "A" | 1.363 | 969 | 1.435 | 927 | 644 | 2.305 | 7.643 | |
| Rede pública e solidária | Nº equipamentos | 6 | 3 | 5 | 6 | 3 | 11 | 34 |
| | Capacid. | 204 | 164 | 236 | 329 | 166 | 430 | 1.529 |
| | Clientes | 204 | 164 | 238 | 329 | 161 | 396 | 1.492 |
| | Com acordo ISS | 209 | 164 | 247 | 311 | 77 | 365 | 1.373 |
| | Cobertura solidária | 15% | 17% | 17% | 35% | 25% | 17% | 20% |
| Rede privada com licença | Nº equipamentos | 3 | 6 | 11 | 5 | 7 | 11 | 43 |
| | Capacid. | 79 | 183 | 371 | 187 | 203 | 321 | 1344 |
| | Clientes | 74 | 168 | 311 | 170 | 196 | 299 | 1218 |
| | Cobertura privada | 5% | 17% | 22% | 18% | 30% | 13% | 16% |
| TOTAL | Nº equipamentos | 9 | 9 | 16 | 11 | 10 | 22 | 77 |
| | Capacid. | 283 | 347 | 607 | 516 | 369 | 751 | 2873 |
| | Clientes "B" | 278 | 332 | 549 | 499 | 357 | 695 | 2710 |
| Vagas não ocupadas | 5 | 15 | 58 | 17 | 12 | 56 | 163 | |
| Taxa de Cobertura (%) "B/A *100" | 20% | 34% | 38% | 54% | 55% | 30% | 35% | |

*** CMC –DHS "Carta de Equipamentos e Respostas Sociais 2008
 (Estimativa Demográfica para 2016 de pessoas 0 - 3 anos)

Figura nº 174
Creches por Freguesia

Fonte: CMC / DHS 2011

Estes equipamentos respondem essencialmente a necessidades da população local.

A taxa de cobertura é maior nas freguesias do Estoril (54%) e Parede (55%) e menor nas freguesias de São Domingos de Rana (30%) e Alcabideche (20%).

| Creches | Nº equipa-mentos | Taxa de Cobertura (%) |
|-----------------|------------------|-----------------------|
| Alcabideche | 9 | 20% |
| Carcavelos | 9 | 34% |
| Cascais | 16 | 38% |
| Estoril | 11 | 54% |
| Parede | 10 | 55% |
| S.D. Rana | 22 | 30% |
| Concelho | 77 | 35% |




Figura nº 175
Taxa de Cobertura das Creches

Fonte: CMC / DHS 2011

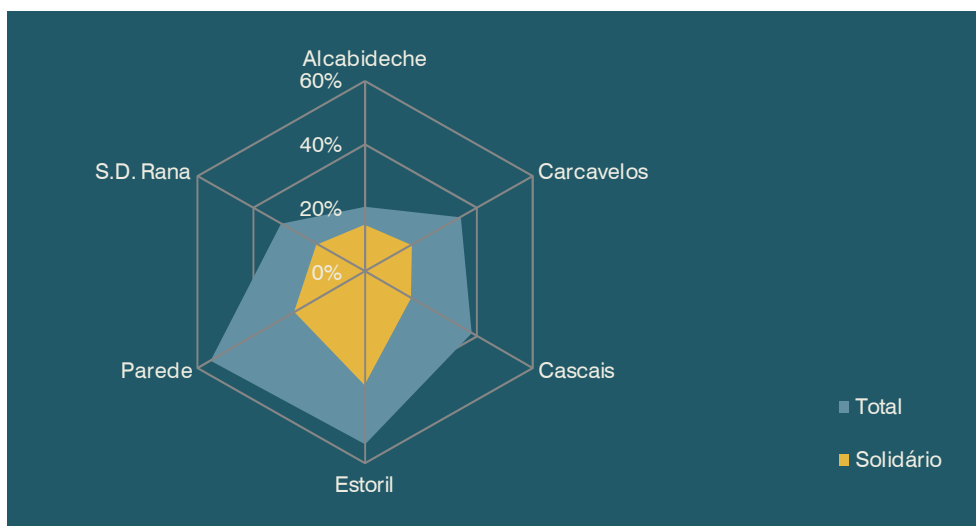


Figura nº 176
Taxa de Cobertura das Creches

Fonte: CMC / DHS 2011

12.3.2. CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

Como equipamentos para crianças e jovens em risco, Cascais possui 4 Centros de Acolhimento Temporário (CAT) e 5 Lares de Infância e Juventude (LIJ), os quais integram 194 crianças e jovens. Sendo a colocação de crianças e jovens centralizada no Instituto de Segurança Social, estes equipamentos têm uma abrangência supra concelhia.

| Crianças e jovens em risco | Nº equipamentos | |
|----------------------------|-----------------|----------|
| | C.A.T. | L.I.J. |
| Alcabideche | | 1 |
| Carcavelos | 1 | 1 |
| Cascais | 1 | |
| Estoril | | 3 |
| Parede | | |
| S.D. Rara | 2 | |
| Concelho | 4 | 5 |



Figura nº 177
Equipamentos para Crianças e Jovens em Risco

Fonte: CMC / DHS 2011



Figura nº 178
Nº de Crianças e Jovens em Centros de Acolhimento Temporário (CAT) e em Lares de Infância e Juventude (LIJ)

Fonte: CMC / DHS 2011

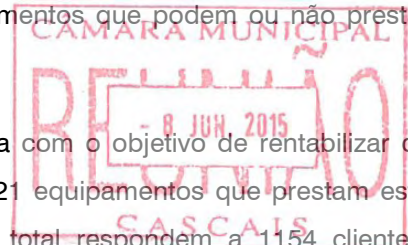
Intervenção precoce

Existe uma equipa concelhia, constituída por elementos de diversas áreas/entidades (deficiência, educação e saúde), que acompanha até à idade escolar crianças em risco de atraso de desenvolvimento, que manifestem deficiência ou necessidades educativas especiais.

12.3.3. SAD - SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) responde a pessoas dependentes, sobretudo pessoas idosas, mas também pessoas portadoras de deficiência ou doentes. Trata-se de uma resposta prestada em casa dos clientes, mas sediada em equipamentos que podem ou não prestar outro tipo de resposta.

A rede solidária de SAD articula os territórios de resposta com o objetivo de rentabilizar os seus recursos e prevenir sobreposições. Assim, existem 21 equipamentos que prestam esta resposta, dos quais 4 são de entidades lucrativas. No total respondem a 1154 clientes, correspondendo a uma taxa de cobertura de 2,7% da população com mais de 65 anos (fig. nº 161).



| SAD - SERVIÇO DE APOIO DOMICILIARIO | | | | | | | | |
|-------------------------------------|---------------------|---------|---------|---------|--------|------------|----------|------|
| Freguesia | Alcabid. | Carcav. | Cascais | Estoril | Parede | S. D. Rana | Concelho | |
| População Alvo (n.º)*** "A" | 8.373 | 5.120 | 9.578 | 5.559 | 4.108 | 9.516 | 42.254 | |
| Rede pública e solidária | Nº equipamentos | 3 | 3 | 1 | 5 | 2 | 3 | 17 |
| | Capacid. | 173 | 145 | 50 | 287 | 88 | 184 | 927 |
| | Clientes | 179 | 166 | 50 | 365 | 68 | 167 | 995 |
| | Com acordo ISS | 150 | 135 | 20 | 268 | 62 | 140 | 775 |
| | Cobertura solidária | 2% | 3% | 1% | 7% | 2% | 2% | 2% |
| Rede privada (com licença) | Nº equipamentos | 1 | | | | 1 | 2 | 4 |
| | Capacid. | 20 | | | | 40 | 140 | 200 |
| | Clientes | 20 | | | | 32 | 107 | 159 |
| | Cobertura privada | 0% | 0% | 0% | 0% | 1% | 1% | 0% |
| TOTAL | Nº equipamentos | 4 | 3 | 1 | 5 | 3 | 5 | 21 |
| | Capacid. | 193 | 145 | 50 | 287 | 128 | 324 | 1127 |
| | Clientes "B" | 199 | 166 | 50 | 365 | 100 | 274 | 1154 |
| Vagas não ocupadas | -6 | -21 | 0 | -78 | 28 | 50 | -27 | |
| Taxa de Cobertura (%) "B/A *100" | 2% | 3% | 1% | 7% | 2% | 3% | 3% | |

*** CMC -DHS "Carta de Equipamentos e Respostas Sociais 2008 (Estimativa Demográfica para 2016 de pessoas > 65 anos)

Figura nº 179
Serviços de Apoio Domiciliário, por Freguesia

Fonte: CMC / DHS 2011

A taxa de cobertura apresentada tem como base a população de cada freguesia, e a localização da sede dos equipamentos de apoio, contudo, na sequência da concertação estabelecida no seio desta rede, algumas das entidades atuam fora da sua freguesia, pelo que a taxa de cobertura apresentada pode diferir da taxa real.

| SAD | Nº equipamentos | Taxa de Cobertura (%) |
|-----------------|-----------------|-----------------------|
| Alcabideche | 4 | 2,4% |
| Carcavelos | 3 | 3,2% |
| Cascais | 1 | 0,5% |
| Estoril | 5 | 6,6% |
| Parede | 3 | 2,4% |
| S.D. Rana | 5 | 2,9% |
| Concelho | 21 | 2,7% |

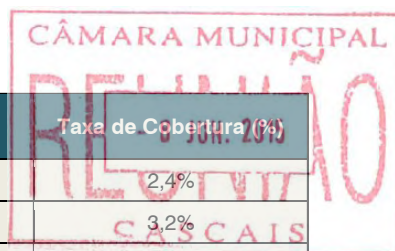


Figura nº 180
Nº de Equipamentos e Taxa de Cobertura do Serviço de Apoio Domiciliário

Fonte: CMC / DHS 2011

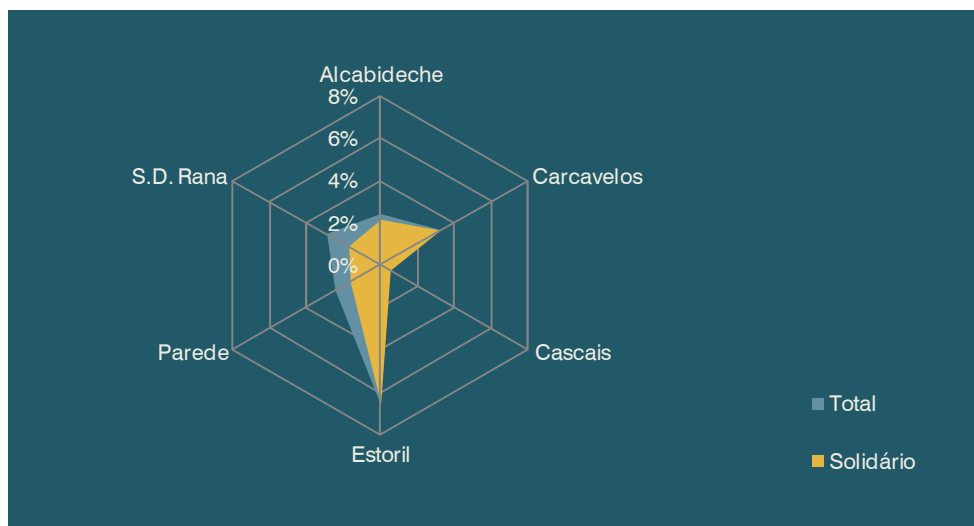


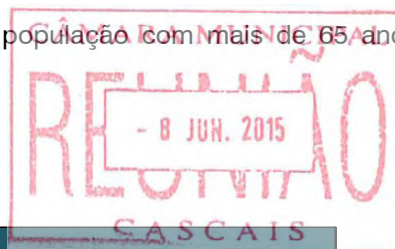
Figura nº 181
Taxa de Cobertura do Serviço de Apoio Domiciliário

Fonte: CMC / DHS 2011

12.3.4. LAR DE IDOSOS / RESIDÊNCIAS

A resposta de lar de idosos é maioritariamente dada por 15 equipamentos com fins lucrativos (65%), sendo a rede solidária (35%) composta por 8 equipamentos.

No seu conjunto, os 23 equipamentos cobrem 2,3% da população com mais de 65 anos, correspondendo a 1.026 idosos. (Figura nº 182)



| LAR DE IDOSOS | | | | | | | | |
|---|---------------------|---------|---------|---------|--------|------------|----------|------|
| Freguesia | Alcacid. | Carcav. | Cascais | Estoril | Parede | S. D. Rana | Concelho | |
| População Alvo (n.º)*** "A" | 8.373 | 5.120 | 9.578 | 5.559 | 4.108 | 9.516 | 42.254 | |
| Rede pública e solidária | Nº equipamentos | 3 | 1 | 1 | 0 | 2 | 1 | 8 |
| | Capacid. | 197 | 41 | 41 | 4 | 69 | 70 | 422 |
| | Clientes | 187 | 41* | 31 | 4 | 69 | 70 | 402 |
| | Com acordo ISS | 156 | | 31 | 4 | 69 | 70 | 330 |
| | Cobertura solidária | 2,2% | 0,8% | 0,3% | 0,1% | 1,7% | 0,7% | 1,0% |
| Rede privada (com licença) | Nº equipamentos | 3 | | 3 | 5 | 3 | 1 | 15 |
| | Capacid. | 102 | | 106 | 110 | 238 | 48 | 604 |
| | Clientes | 102 | | 99 | 106 | 213* | 48 | 568 |
| | Cobertura privada | 1,2% | 0,0% | 1,0% | 1,9% | 5,2% | 0,5% | 1,3% |
| TOTAL | Nº equipamentos | 6 | 1 | 4 | 5 | 5 | 2 | 23 |
| | Capacid. | 299 | 41 | 147 | 114 | 307 | 118 | 1026 |
| | Clientes "B" | 289 | 41 | 130 | 110 | 282 | 118 | 970 |
| Vagas não ocupadas | 10 | 0 | 17 | 4 | 25 | 0 | 56 | |
| Taxa de Cobertura (%) "B/A *100" | 3,5% | 0,8% | 1,4% | 2,0% | 6,9% | 1,2% | 2,3% | |

*** CMC –DHS "Carta de Equipamentos e Respostas Sociais 2008

(Estimativa Demográfica para 2016 de pessoas > 65 anos

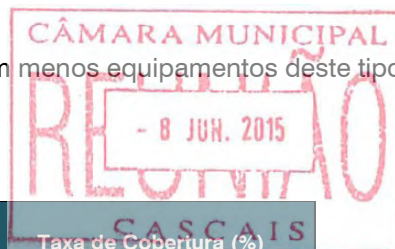
*Casa do Professor e Residências Montepio são recentes não dispoñdo ainda de dados de ocupação

Figura nº 182
Lares de Idosos, por Freguesia

Fonte: CMC / DHS 2011

Dada a carência nacional deste tipo de resposta e o facto de alguns lares serem propriedade de entidades com resposta de âmbito nacional, a taxa de cobertura calculada não corresponde necessariamente à real cobertura da população idosa do concelho e menos ainda ao nível da freguesia onde estão sedeados. Apesar desta condicionante, não temos atualmente outra forma de calcular este indicador.

Carcavelos e São Domingos de Rana são as freguesias com menos equipamentos deste tipo.



| LAR de Idosos | Nº equipamentos | Taxa de Cobertura (%) |
|-----------------|-----------------|-----------------------|
| Alcabideche | 6 | 3,5% |
| Carcavelos | 1 | 0,8% |
| Cascais | 4 | 1,4% |
| Estoril | 5 | 2,0% |
| Parede | 5 | 6,9% |
| S.D. Rana | 2 | 1,2% |
| Concelho | 23 | 2,3% |

Figura nº 183
Nº de Equipamentos e Taxa de Cobertura dos Lares de Idosos

Fonte: CMC / DHS 2011

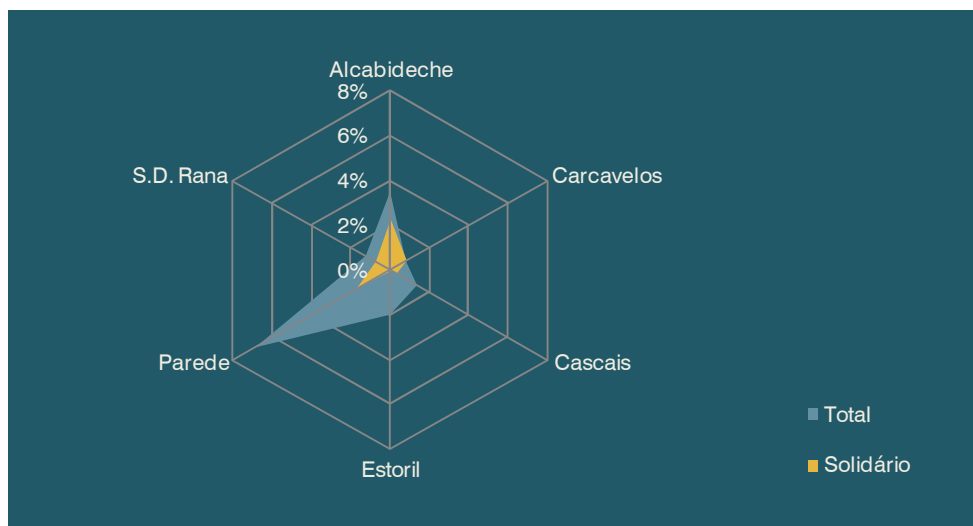



Figura nº 184
Taxa de Cobertura dos Lares de Idosos

Fonte: CMC / DHS 2011

12.3.5. CENTROS DE DIA

A rede solidária de Centros de Dia é composta por 16 equipamentos e responde a 658 idosos, correspondendo a uma taxa de cobertura de 1,5% das pessoas com mais de 65 anos (figura nº 185).



| CENTROS DE DIA | | | | | | | | |
|----------------------------------|-----------------|---------|---------|---------|--------|------------|-----------|-----|
| Freguesia | Alcabid. | Carcav. | Cascais | Estoril | Parede | S. D. Rana | Conceição | |
| População Alvo (n.º)*** "A" | 8.373 | 5.120 | 9.578 | 5.559 | 4.108 | 9.516 | 42.254 | |
| Rede pública e solidária | Nº equipamentos | 3 | 1 | 3 | 4 | 2 | 3 | 16 |
| | Capacid. | 85 | 50 | 94 | 215 | 90 | 200 | 734 |
| | Clientes "B" | 77 | 25 | 38 | 239 | 68 | 187 | 634 |
| | Com acordo ISS | 70 | 25 | 66 | 215 | 90 | 192 | 658 |
| Vagas não ocupadas | 8 | 25 | 56 | -24 | 22 | 13 | 100 | |
| Taxa de Cobertura (%) "B/A *100" | 0,9% | 0,5% | 0,4% | 4,3% | 1,7% | 2,0% | 1,5% | |

*** CMC -DHS "Carta de Equipamentos e Respostas Sociais 2008
(Estimativa Demográfica para 2016 de pessoas > 65 anos

Figura nº 185
Centros de Dia, por Freguesia

Fonte: CMC / DHS 2011

As freguesias com maior cobertura são o Estoril (4,3%), S. D. Rana (2%) e Parede (1,7%) e com menor cobertura Cascais (0,4%) e Carcavelos (0,5%) e Alcabideche (0,9%).

| Centros de Dia | Nº equipa-mentos | Taxa de Cobertura (%) |
|----------------|------------------|-----------------------|
| Alcabideche | 3 | 0,9% |
| Carcavelos | 1 | 0,5% |
| Cascais | 3 | 0,4% |
| Estoril | 4 | 4,3% |
| Parede | 2 | 1,7% |
| S.D. Rana | 3 | 2,0% |
| Concelho | 16 | 2,3% |

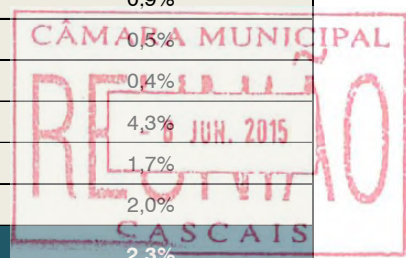


Figura nº 186
Nº de Equipamentos e Taxa de Cobertura dos Centros de Dia

Fonte: CMC / DHS 2011

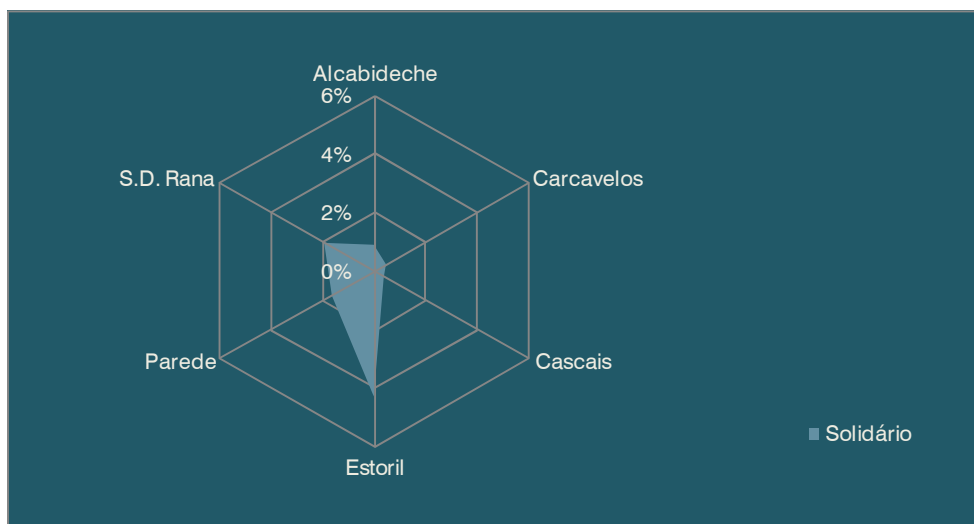


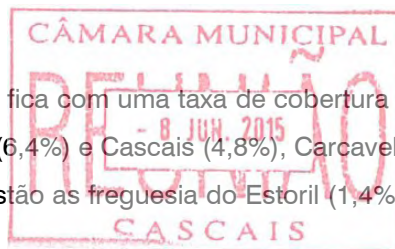
Figura nº 187
Taxa de Cobertura de Centro de Dia

Fonte: CMC / DHS 2011

12.3.6. CENTROS DE CONVÍVIO / ACADEMIA SÉNIOR

Os 26 equipamentos com Centro de Convívio respondem a 1.741 pessoas idosas, sendo que um deles é uma Academia Sénior na freguesia da Parede, mas que abrange 350 clientes de várias freguesias.

Não tendo em conta esta Academia, a freguesia da Parede fica com uma taxa de cobertura de 2,8%. As freguesias com maior cobertura são Alcabideche (6,4%) e Cascais (4,8%), Carcavelos não possui este tipo de resposta e com menor cobertura estão as freguesias do Estoril (1,4%) e S. D. Rana (2,2%).



| Centros de Convívio | Nº equipamentos | Taxa de Cobertura (%) |
|---------------------|-----------------|-----------------------|
| Alcabideche | 7 | 6,4% |
| Carcavelos | | 0% |
| Cascais | 6 | 4,8% |
| Estoril | 2 | 1,4% |
| Parede | 4 | 11,3% |
| S. D. Rana | 7 | 2,2% |
| Concelho | 26 | 4,1% |

Figura nº 188
Taxa de Cobertura de Centro de Convívio

Fonte: CMC / DHS 2011

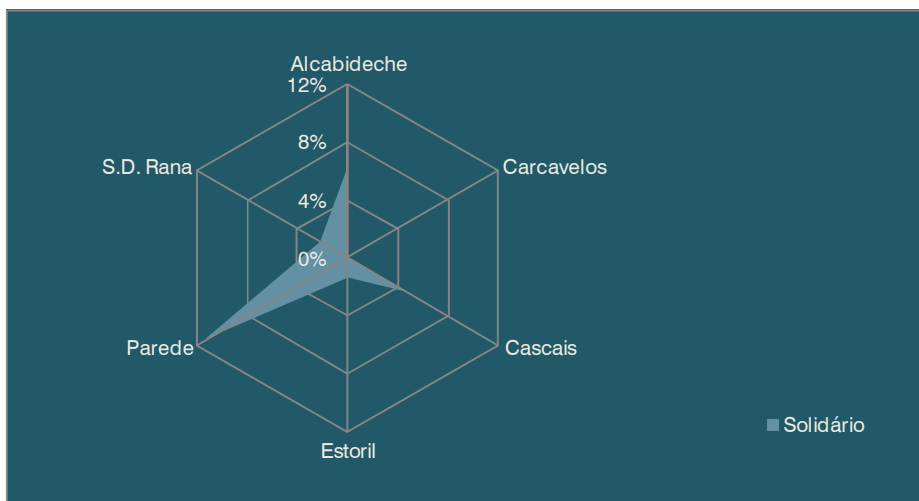


Figura nº 189
Taxa de Cobertura de Centro de Convívio

Fonte: CMC / DHS 2011

12.3.7. CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS

Os 7 equipamentos com CAO integram 235 pessoas adultas com deficiência e situam-se em 3 freguesias: Alcabideche (2), Carcavelos (2) e Estoril (3) (figura nº 190).

| CAO - CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS | | | | | | | | |
|--|------------------|----------|---------|---------|---------|--------|------------|----------|
| Freguesia | | Alcabid. | Carcav. | Cascais | Estoril | Parede | S. D. Rana | Concelho |
| Rede pública e solidária | Nº equipa-mentos | 2 | 2 | | 3 | | | 7 |
| | Capacid. | 75 | 32 | | 132 | | | 239 |
| | Clientes "B" | 71 | 30 | | 134 | | | 235 |
| | Com acordo ISS | 69 | 26 | | 128 | | | 223 |
| Vagas não ocupadas | | 4 | 2 | | -2 | | | 4 |

Figura nº 190
Centros de Atividades Ocupacionais, por Freguesia

Fonte: CMC / DHS 2011

Não é possível calcular a taxa de cobertura deste tipo de resposta dado desconhecer-se a dimensão da sua população-alvo.


| CAO | Nº equipa-mentos | Clientes |
|-------------|------------------|----------|
| Alcabideche | 2 | 71 |
| Carcavelos | 2 | 30 |
| Cascais | | |
| Estoril | 3 | 134 |
| Parede | | |
| S.D. Rana | | |
| Concelho | 7 | 235 |

Figura nº 191
Clientes de Centro de Atividades Ocupacionais

Fonte: CMC / DHS 2011

12.3.8. LAR RESIDENCIAL

Os 7 Lares residenciais existentes dão resposta a 88 pessoas adultas com deficiência, estando situados nas freguesias de Carcavelos (1), Estoril (4), Parede (1) e São Domingos de Rana (1) (Figura nº 192).



| | | LAR RESIDENCIAL | | | | | | | |
|--------------------------|-----------------|-----------------|-------|---------|---------|--------|------------|----------|------------------------|
| Freguesia | | Alcab. | Carc. | Cascais | Estoril | Parede | S. D. Rana | Concelho | Centro Social do Pisão |
| Rede pública e solidária | Nº equipamentos | | 1 | | 4 | 1 | 1 | 7 | |
| | Capacid. | | 32 | | 29 | 36 | 9 | 106 | 340 |
| | Clientes "B" | | 32 | | 29 | 18 | 9 | 88 | 357 |
| | Com acordo ISS | | 32 | | 29 | 18 | 9 | 88 | 340 |
| Vagas não ocupadas | | | 0 | | 0 | 18 | 0 | 18 | 17 |

Figura nº 192
Lares Residenciais por Freguesia

Fonte: CMC / DHS 2011

Para além destes, existe ainda o Centro Social do Pisão, que é considerado pelo Instituto da Segurança Social como um Lar Residencial. Contudo não se trata de uma resposta na área da deficiência e alberga essencialmente pessoas com problemas de saúde mental, sendo uma resposta de âmbito nacional.

Não é possível calcular a taxa de cobertura deste tipo de resposta dado desconhecer-se a dimensão da sua população-alvo.

| Lar residencial | Nº equipamentos | Cientes |
|--------------------------|-----------------|---------|
| Alcabideche | | |
| Carcavelos | 1 | |
| Cascais | | |
| Estoril | 4 | 29 |
| Parede | 1 | 18 |
| S.D. Rana | 1 | 9 |
| Concelho | 7 | 88 |
| + Centro Social do Pisão | | 357 |

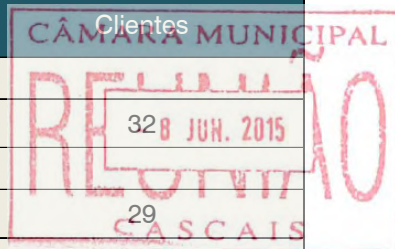


Figura nº 193
Nº de Equipamentos e Pessoas com Deficiência, em Lar Residencial

Fonte: CMC / DHS 2011

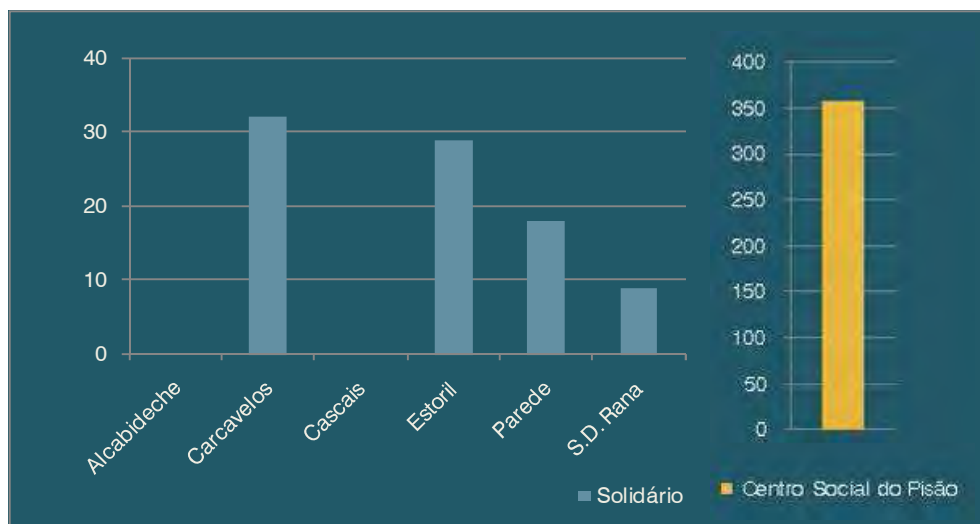
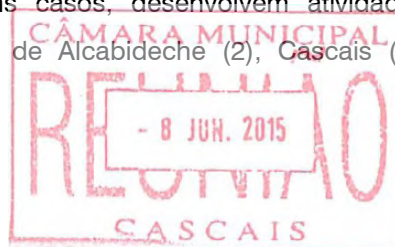


Figura nº 194
Pessoas com Deficiência, em Lar Residencial

Fonte: CMC / DHS 2011

12.3.9. CENTRO DE ATENDIMENTO, ACOMPANHAMENTO E ANIMAÇÃO

Na área da deficiência, existem 6 associações de âmbito nacional com equipamento no concelho. Estas apoiam pessoas com deficiência e seus familiares ou outros, ao nível do atendimento, informação, encaminhamento e em alguns casos, desenvolvem atividades específicas. Os equipamentos situam-se nas freguesias de Alcabideche (2), Cascais (1), Parede (1) e São Domingos de Rana (1).



12.3.10. TRANSPORTE ADAPTADO

Ainda como resposta social a pessoas com deficiência, para além das respostas integradas em equipamentos sociais, o concelho possui uma rede de transporte adaptado, da responsabilidade da Câmara Municipal e das 5 corporações de bombeiros existentes no concelho.

12.3.11. FÓRUM SÓCIO OCUPACIONAL

Existe 1 Fórum sócio ocupacional na freguesia do Estoril que apoia 30 adultos com doença mental.

Não é possível calcular a taxa de cobertura deste tipo de resposta dado desconhecer-se a dimensão da sua população-alvo.

12.3.12. RESPOSTAS PARA PESSOAS COM HIV/SIDA

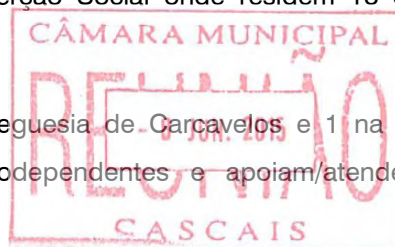
Situa-se na freguesia de São Domingos de Rana a única Residência para pessoas com HIV/SIDA, na qual residem 12 adultos com esta condição. Este equipamento tem ainda capacidade para mais 18 utentes apoiados por um Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial.

Um outro equipamento na freguesia de Cascais, com um Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, apoia 150 pessoas com HIV/SIDA.

12.3.13. RESPOSTAS PARA PESSOAS TOXICODDEPENDENTES

Na freguesia da Parede existe 1 Apartamento de Reinserção Social onde residem 18 ex-toxicodependentes.

Existem ainda 3 Equipas de Intervenção Direta, 2 na freguesia de Carcavelos e 1 na de Cascais, que apoiam regularmente 80 pessoas toxicodependentes e apoiam/atendem pontualmente um número bastante superior de casos.



12.3.14. VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

As vítimas de violência doméstica são apoiadas por 2 respostas sedeadas em 2 equipamentos. Um encontra-se na freguesia de Cascais e outro na freguesia do Estoril, sendo que o primeiro se destina unicamente a este público-alvo e o segundo, a vítimas em geral.

12.3.15. FAMÍLIA E COMUNIDADE

Para apoio à família e comunidade em geral, existem ainda um conjunto de outras respostas, sedeadas nos diversos equipamentos, nomeadamente:

- Refeitório social na freguesia de Cascais;
- 5 Centros comunitários que desenvolvem um conjunto de atividades e apoios para além das respostas tipificadas. Estes situam-se nas freguesias de Alcabideche (1), Carcavelos (1), Cascais (1) e Estoril (2);

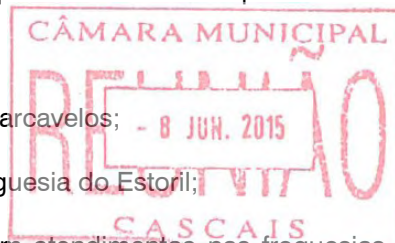
Ajuda alimentar (bolsa de alimentos ou refeições) prestada por 18 entidades distribuídas pelas diversas freguesias: 7 em Alcabideche, 1 em Carcavelos, 2 em Cascais, 5 no Estoril, 1 na Parede e 2 em São Domingos de Rana;

Atendimento e acompanhamento social prestado por 23 entidades, distribuídas pelas diversas freguesias: 4 em Alcabideche, 2 em Carcavelos, 8 em Cascais, 3 no Estoril, 2 na Parede e 4 em São Domingos de Rana.

12.3.16. OUTROS

Destacam-se ainda outras respostas que não sendo tipificadas como respostas sociais, respondem a necessidades sociais atuais, nomeadamente:

- Gabinete de Apoio ao Endividamento, na freguesia de Carcavelos;
- Lojas Sociais – 2 na freguesia de Alcabideche e 1 na freguesia do Estoril;
- Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes, com atendimentos nas freguesias de Alcabideche, Cascais e da Parede.

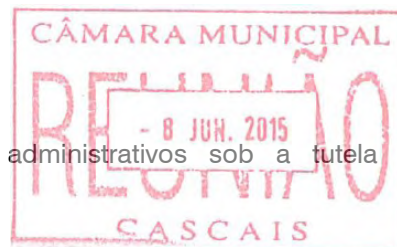


A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized set of initials.

12.4. EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS, DE PREVENÇÃO E DE SEGURANÇA PÚBLICA

12.4.1. ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E LOCAL

No concelho de Cascais existem 16 equipamentos administrativos sob a tutela da administração central e da administração local.

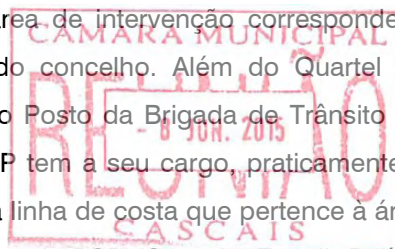


Relativamente à administração central, podem-se citar o Tribunal da Comarca de Cascais, o Estabelecimento Prisional do Linhó e o Estabelecimento Prisional de Tires (um dos três estabelecimentos prisionais destinados exclusivamente a mulheres), o Notário e a Conservatória do Registo Predial, todos sob a tutela do Ministério da Justiça; existem também as Repartições de Finanças de Cascais (01 e 02), sendo estes tutelados pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública; e por último, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras que está sob a tutela do Ministério da Administração Interna.

No que respeita aos equipamentos tutelados pela administração local, enumeram-se as Juntas de Freguesia relativas a cada uma das seis freguesias do concelho, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, todos sob a tutela do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local.

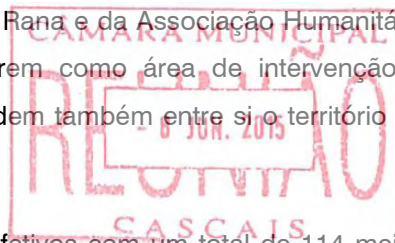
12.4.2. FORÇAS DE SEGURANÇA E ÁREAS DE INTERVENÇÃO

As forças de segurança presentes no concelho são a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Polícia Municipal e a Polícia Marítima, todas elas com áreas de intervenção delimitadas. No caso da GNR, a área de intervenção corresponde à freguesia de Alcabideche e abrange 40% do território do concelho. Além do Quartel de Alcabideche, e a cargo desta força de segurança, existe o Posto da Brigada de Trânsito de Carcavelos e o Posto da Brigada Fiscal de Cascais. A PSP tem a seu cargo, praticamente a restante área do concelho (56% do território), excetuando a linha de costa que pertence à área de intervenção da Polícia Marítima. Existem sete esquadras da PSP (Cascais, Estoril, Polícia Turística de Cascais, Trajouce, São Domingos de Rana, Carcavelos e Parede) e um Departamento de Esquadra de Trânsito destinado a acidentes e reboques. Relativamente à Polícia Marítima, está sediada no antigo edifício da Alfândega, junto à Capitania, encontrando-se a lancha da marinha na Marina de Cascais, dando apoio ao patrulhamento dos 23km de costa entre Carcavelos e Norte do Abano. No caso da Polícia Municipal, a área de intervenção desta força de segurança municipal é a totalidade do concelho, estando sediada num único edifício na freguesia de Cascais e partilhando com a PSP o parque municipal de viaturas.



12.4.3. CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO

No concelho de Cascais existem cinco corporações de bombeiros. Cada uma delas tem como área de intervenção a freguesia onde estão sedeadas, à exceção da Associação dos Bombeiros Voluntários de Carcavelos e São Domingos de Rana e da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Parede que além de terem como área de intervenção a freguesia de Carcavelos e da Parede respetivamente, dividem também entre si o território da freguesia de São Domingos de Rana.



No total das cinco corporações, existem 690 bombeiros efetivos com um total de 114 meios disponíveis. Entende-se por “meios disponíveis”, o total das viaturas de que o Concelho dispõe.

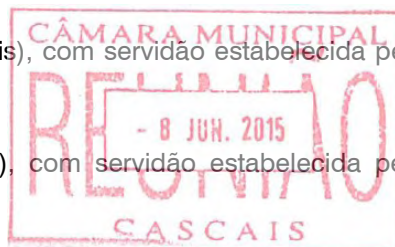
A título de exemplo, para o concelho de Cascais existe 1 bombeiro efetivo para cada 297 habitantes (*considerando um total de 205.000 hab. – Fonte: resultados preliminares do Censos 2011*).

No que respeita ao ano de 2010, registaram-se 132.324 ocorrências em todo o território concelhio. A distribuição das ocorrências pelos corpos de bombeiros é muito semelhante contudo, sendo a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcabideche a que regista maior número, com 36.679 ocorrências. Os vários tipos de ocorrências que são definidos, podem-se agrupar em: incêndios, acidentes de viação / atropelamentos, emergência pré-hospitalar, prevenções e patrulhamentos, transporte de doentes e sinistros de diversa ordem. O tipo de ocorrência com maior expressão em todas as freguesias é o transporte de doentes.

12.4.4. DEFESA NACIONAL

Em Cascais existem as seguintes instalações ou infraestruturas militares que estabelecem as zonas de servidão definidas no diploma indicado:

- Bateria da Parede e Ramal de Serventia (PM005/Cascais), com servidão estabelecida pelo Decreto n.º 28, de 4 de Dezembro de 2000;
- Forte Velho de Stº António da Barra (PM007/Cascais), com servidão estabelecida pelo Decreto de 30 de Maio de 1899, ordem do exército n.º 4;
- Posto de Observação do Grupo Norte (PM027/Cascais, com servidão estabelecida pelo Decreto n.º 41299, de 28 de Setembro de 1957;
- Moradia para Oficial na Bateria da Parede (PM037/Cascais), com servidão estabelecida pelo Decreto n.º 28, de 4 de Dezembro de 2000, e;
- Central Elétrica/Abrigo para Projetor (PM039/Cascais), com servidão estabelecida pelo Decreto de 30 de Maio de 1899, ordem do exército n.º 4.



Embora não se encontrem no Concelho, e estando afetos à Marinha, existem as seguintes instalações ou infraestruturas militares que estabelecem as zonas de servidão definidas no diploma indicado:

- PM101 – Posto de Observação do Grupo Tejo – Puxa Feixe. Decreto n.º 48464, de 3 de Setembro de 1968;
- Reduto Gomes Freire – Cinciberland. Decreto n.º 48464, de 3 de Setembro de 1968;
- Torre do Forte de S. Julião da Barra. Decreto n.º 48464, de 3 de Setembro de 1968;

A condicionante “servidão militar” referente às instalações ou infraestruturas militares Bateria de Alcabideche (PM025/Cascais), Quartel Bateria de Alcabideche (PM032/Cascais), Posto de Observação da Bateria de Alcabideche (PM033/Cascais), Central de Tiro da Bateria de Alcabideche (PM035/Cascais) e PT Bateria de Alcabideche (PM036/Cascais) caducou, porque cessou a respetiva dominialidade pública militar nos termos do § 2.º do artigo 7.º da Lei n.º 2078, de 11 de Julho de 1955.

O processo de cessação da dominialidade pública militar foi levado a cabo pela desafetação do referido prédio, do domínio público militar e integração no domínio privado do Estado afeto ao Ministério da Defesa Nacional e sucessiva reafetação destes imóveis ao Ministério da Saúde, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 140/2004, de 27 de Agosto, publicada no Diário da República n.º 236, I Série B, de 7 de Outubro.

As servidões em vigor estão devidamente identificadas na Carta de Condicionantes, respeitando os procedimentos gerais a adotar relativamente a equipamentos de Defesa Nacional e áreas militares, conforme consta da Lei n.º 2078 de 11 de Julho de 1955, do Decreto-lei n.º 45986 de 22 de Outubro de 1964 e da Portaria n.º 22591 de 23 de Março de 1967.



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.

12.5. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

A Lei Orgânica do Ministério da Saúde aprovada pelo Decreto-Lei n.º 212/2006, republicada pelo DL n.º 234/2008 e alterada pelo DL n.º 91/2010, define que o Serviço Nacional de Saúde é composto por todas as entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde, designadamente:

- Estabelecimentos hospitalares, independentemente da sua designação;
- Unidades locais de saúde;
- Centros de saúde;
- Agrupamentos de centros de saúde.



O Estatuto do Serviço Nacional de Saúde aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro considera que o mesmo se aplica às instituições e serviços que constituem o Serviço Nacional de Saúde e às entidades particulares e profissionais em regime liberal integradas na rede nacional de prestação de cuidados de saúde, quando articuladas com o Serviço Nacional de Saúde.

Efetivamente a rede pública de cuidados integrados em Cascais, apresenta a intervenção de operadores públicos e de entidades particulares integradas na rede nacional de cuidados de saúde em articulação com o Serviço Nacional de Saúde.

Paralelamente o concelho apresenta um conjunto de respostas sociais dirigidas a problemáticas específicas na área da saúde que não se consideram na rede pública de cuidados integrados, mas sim isoladamente como rede de respostas sociais na área da saúde. De salientar que estas respostas se encontram devidamente identificadas na Carta de Equipamentos Sociais, nomeadamente:

- Ser + Associação Portuguesa para a Prevenção e Desafio à Sida;
- Centro de Apoio Social do Pisão;
- Associação de Reabilitação e Integração Ajuda – ARIA;
- Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos – Casa Jubileu 2000, Esperança de Recomeçar e Via Verde;
- Associação Portuguesa de familiares e Amigos Doentes de Alzheimer – Alzheimer Portugal – Casa do Alecrim.

Face ao exposto identificam-se 5 grandes grupos para referenciação na Carta da Saúde (04.02.05):

- **Rede de cuidados diferenciados**

4 Equipamentos;

- **Rede de cuidados primários**

6 Equipamentos;

- **Rede de farmácias**

43 Equipamentos;

- **Rede de emergência pré hospitalar**

5 Equipamentos;

- **Rede de respostas não hospitalares**

Públicas – 1 Equipamento;

Não Lucrativas – 9 Equipamentos;

Lucrativas – 10 equipamentos.

Destaca-se:

1. A ausência de unidades de internamento no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, nomeadamente:

- Unidades de convalescença;
- Unidades de média duração e reabilitação;
- Unidades de longa duração e manutenção;
- Unidades de cuidados paliativos.

2. A reduzida cobertura de respostas na área da saúde mental ao nível das unidades socio-ocupacionais.

3. A inexistência de unidades residenciais no âmbito dos cuidados continuados integrados de saúde mental, nomeadamente:

- Residências de treino de autonomia;
- Residências autónomas de saúde mental;
- Residências de Apoio moderado;

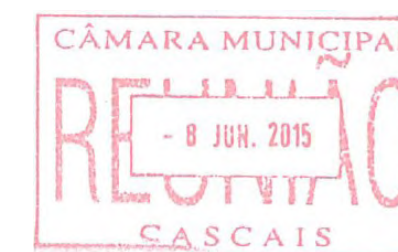


- Residências de apoio máximo.
4. O elevado número de munícipes sem médico de família;
 5. Para a identificação de equipamentos para a rede de respostas não hospitalares lucrativas considerou-se como critério integrar a pelo menos a especialidade de Clínica geral e pelo menos 6 outras adicionais.

De seguida são apresentados diversos quadros indicativos dos equipamentos de saúde anteriormente descritos, existentes no concelho de Cascais



A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.



| Grande Grupo | Sub Grupo | Identificação do Equipamento | Morada | Respostas |
|------------------------------|--|---|--|---|
| Rede cuidados diferenciados: | Hospitais | Hospital de Cascais Dr. José de Almeida | Avenida Brigadeiro Victor Novais Gonçalves, 2755-009 Alcabideche | Especialidades Médicas, Especialidades Cirúrgicas, Diagnóstico e Terapêutica, Urgência Médico-Cirúrgica Serviço de Psiquiatria |
| | | Hospital de Sant'ana (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) | Rua de Beguela 2779-501 Parede | Consultas Externas, Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, Bloco operatório, Internamento |
| | | Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão (Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) | Rua Conde barão - Alcoitão 2649-506 Alcabideche | Internamento, Consulta, Actos terapêuticos de Reabilitação, Ortoprotesia, Meios Complementares de Diagnóstico |
| | | Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental | Praceta Mário Azevedo Gomes, nº 405 1º Dtº 2775 Parede | Equipa Comunitária de Psiquiatria e Saúde Mental da Parede – |
| | | | Travessa da Conceição, nº 1 2765 Cascais | Equipa Comunitária de Psiquiatria e Saúde Mental de Cascais |
| Rede de cuidados primários | Agrupamento de Centros de Saúde de Cascais | Edifício de S. João do Estoril (Sede do ACES) | Rua Egas Moniz, Nº9010 2765-618 Estoril | Unidade de Saúde Familiar Marginal, Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados do Estoril, Unidade de Saúde Pública, Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados, Centro de Diagnóstico Pneumológico |
| | | Edifício de Cascais | Rua Padre Moisés da Silva 2750-437 Cascais | Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Cascais |
| | | Edifício de Alcabideche | Rua Rio das Grades 2645-037 Alcabideche | Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Alcabideche, Unidade de Saúde Familiar Alcais |
| | | Edifício da Parede | Rua José Elias Garcia, 1057 2775-218 Parede | Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados da Parede, Unidade de Saúde Familiar Artemisa |
| | | Edifício de Carcavelos | Estrada da Torre, 1483-Cave, 2775-688 Carcavelos | Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Carcavelos |
| | | Edifício de S. Domingos de Rana | Rua Nova Aliança 2785-289 S. Domingos de Rana | Unidade de Saúde Familiar Emergir, Unidade de Saúde Familiar S. Domingos de Gusmão |

Figura nº 195
Hospitais e Centros de Saúde

Fonte: CMC / DHS 2011

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS

| Grande Grupo | Sub Grupo | Identificação do Equipamento | Morada | Respostas |
|-------------------|------------------|---|--|--------------------------|
| Rede de Farmácias | | Abrantes | Rua Carlos Anjos, n.º 694 D 2645 – 175 Amoreira | Dispensa de Medicamentos |
| | | Alcoitão | Estrada Nacional 9, Cascais shopping, loja 0.089 2645-112 Alcabideche | Dispensa de Medicamentos |
| | | Alvide | Largo de Alvide, n.º 28 2755-030 Alvide | Dispensa de Medicamentos |
| | | Carvalho | Rua João Pires Correia, n.º 314 B 2645-050 Alcabideche | Dispensa de Medicamentos |
| | | Manique | Largo do Rossio, n.º 4 2645-491 Lugar de Manique | Dispensa de Medicamentos |
| | | Bicesse | Rua Frei Inácio Roquete, 363 2645-342 Bicesse | Dispensa de Medicamentos |
| | | Luz | Rua de Cascais, n.º 957 2755-162 Malveira da Serra | Dispensa de Medicamentos |
| | | Alto da Castelhana | Rua Costa Pinto, n.º 180 A 2645-185 Alcabideche | Dispensa de Medicamentos |
| | | S.Gonçalo | Rua da Grécia 16 A Urbanização Quinta de S. Gonçalo 2775-408 Carcavelos | Dispensa de Medicamentos |
| | | Central | Rua 5 de Outubro, n.º 25 2775-562 Carcavelos | Dispensa de Medicamentos |
| | | Santos Ferreira | Rua Barão Moçamedes, n.º 9 B – Lugar Quinta da Vinha 2775-715 Carcavelos | Dispensa de Medicamentos |
| | | Vilar | Av. Maria da Conceição, n.º 49 A 2775-605 Carcavelos | Dispensa de Medicamentos |
| | | A. Costa | Av. 25 de Abril, n.º 45 2450-513 Cascais | Dispensa de Medicamentos |
| | | Birre | Rua de Birre, 503 A 2750-218 Birre | Dispensa de Medicamentos |
| | | Cascais | Rua Conde Monte Real, Vivenda Hortense, R/c 2750-440 Cascais | Dispensa de Medicamentos |
| | | Cordeiro | Largo Cidade Vitoria, n.º 7 2754-610 Cascais | Dispensa de Medicamentos |
| | | D`Aldeia | Rua Chesol, Lote 6 2750-024 Aldeia de Juzo | Dispensa de Medicamentos |
| | | Fontainhas | Rua de Alvide, n.º 188 2750-288 Fontainhas | Dispensa de Medicamentos |
| | | Marginal | Praça. Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1 2750-350 Cascais | Dispensa de Medicamentos |
| | | Misericórdia | Rua Regimento 19 de Infantaria, n.º 67 2750-474 Cascais | Dispensa de Medicamentos |
| | | Rosário | Av. Nossa Sr.ª Rosário, n.º 1212 2750-178 Cascais | Dispensa de Medicamentos |
| | | Areias | Urb. das Areias, Lote 12, Cv. Dt.ª 2765-087 S. João do Estoril | Dispensa de Medicamentos |
| | | Marques dos Santos | Rua J. A. Ferreira, n.º 159 2765-232 Estoril | Dispensa de Medicamentos |
| | | Parque do Estoril, Lda | Arcadas do Parque, n.º 15-16 2765 Estoril | Dispensa de Medicamentos |
| | | Ostende | Rua de Espinho, n.º 1 B 2765-409 Monte Estoril | Dispensa de Medicamentos |
| | | São João | Quinta da Carreira, n.º 29 2765-472 Estoril | Dispensa de Medicamentos |
| | | Suíssa | Av. Nuno Álvares Pereira, n.º 2 - Edifício Cruzeiro 2765-260 Estoril | Dispensa de Medicamentos |
| | | Aisir | Av. Gago Coutinho, Bl. A, Lj. 1ª 2775-113 Parede | Dispensa de Medicamentos |
| | | Macau | Rua José Elias Garcia, n.º 42 2775-215 Parede | Dispensa de Medicamentos |
| | | Aragão | Rua Dia Mundial da Criança, n.º 1162785-410 Madorna | Dispensa de Medicamentos |
| | | Madorna | Av. Francisco Lindoso, Lt. HM, Bloco A, Loja A 2785-452 Madorna | Dispensa de Medicamentos |
| | | Artur Brandão | Av. da República, n.º 1317 C 2775-274 Parede | Dispensa de Medicamentos |
| | Grincho | Av. República, n.º 1425 A 2775-275 Parede | Dispensa de Medicamentos | |
| | Junqueiro | Rua de Luanda, n.º 852 – B 2775-232 Parede | Dispensa de Medicamentos | |
| | Primavera | Av. Maria Lamas, It 4,nº 110 Murtal 2775-123 Parede | Dispensa de Medicamentos | |
| | São Pedro | Av. das Tílias, Lt.46, Lj. C e Lt. 47, Lj. A/B, Urb. Jardins da Parede, 2775-335 São Pedro do Estoril | Dispensa de Medicamentos | |
| | Caparide | Travessa da Fonte 2785-370 Caparide | Dispensa de Medicamentos | |
| | Cristiana | Est. Nacional 249-4, n.º 10 2785-015 Abóbada | Dispensa de Medicamentos | |
| | Fontes Rocha | Est. Nacional 249-4, Bloco Comercial Loja 3-4-5 2785-591 Trajouce | Dispensa de Medicamentos | |
| | Godinho Silveira | Rua Afonso de Albuquerque, n.º 197- B 2785-578 S. D. Rana | Dispensa de Medicamentos | |
| | Guimarães | Largo dos Duartes, Lote A, R/c Esq. 2785-619 Tires | Dispensa de Medicamentos | |
| | Outeiro | Av das Esmeraldas nº 257-A Urb. Parque de S.Domingos 2785-811 - S. D. | Dispensa de Medicamentos | |
| | Rana | Rua do Comércio, Lt. 5-A 2785-555 Rana | Dispensa de Medicamentos | |

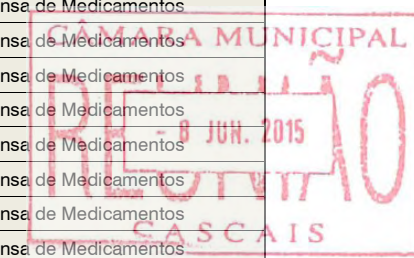


Figura nº 196
Farmácias

Fonte:CMC / DHS 2011

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS

| Grande Grupo | Sub Grupo | Identificação do Equipamento | Morada | Respostas |
|------------------------------------|--------------------------|---|---|---|
| Rede de emergência | Associações de Bombeiros | Associação de Bombeiros Voluntários de Alcabideche | Rua dos Bombeiros, nº 159 2645-030 Alcabideche | Emergência pré-hospitalar |
| | | Associação de Bombeiros Voluntários de Cascais | Av. Eng.º Adelino Amaro da Costa, 911 2750-279 Cascais | Emergência pré hospitalar |
| | | Associação de Bombeiros Voluntários dos Estoris | Av. dos Bombeiros, nº 3 2765-202 Estoril | Emergência pré hospitalar |
| | | Associação de Bombeiros Voluntários da Parede | Av. dos Bombeiros Voluntários, 142 2775-168 Parede | Emergência pré hospitalar |
| | | Associação de Bombeiros Voluntários de Carcavelos e S. Domingos de Rana | Av. dos Bombeiros Voluntários 2775-294 Carcavelos | Emergência pré hospitalar |
| Rede de respostas não hospitalares | Públicas | Centro de Respostas Integradas (CRI) – Equipa Lisboa Ocidental (inclui 3 equipas de Tratamento – Oeiras/Cascais, Amadora e Sintra) – Instituto da Droga e Toxicoddependência (IDT,IP) | Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 95, R/C 2775 -196 Parede | Promoção de acções de prevenção das toxicoddependências e alcoolismo, prestação de cuidados integrados e globais a doentes toxicoddependentes e doentes com síndrome de abuso ou dependência de álcool, em regime ambulatório. |
| | Não Lucrativas | Centro de Dia da Fundação Portuguesa para o Estudo e Prevenção do Tratamento da Toxicoddependência – FPEPTT – Cascais | Travessa Eng.º José Ulrich, nº15, Cave Direita, 2750-629 Cascais | Promove espaços terapêuticos e psicossociais a indivíduos com problemas de consumos de substâncias psicoactivas e respectivos familiares. Tem como principal objectivo a motivação dos utentes para tratamento e/ou reinserção social. |
| | | Apartamento de Reinserção da Fundação Portuguesa para o Estudo e Prevenção do Tratamento da Toxicoddependência – FPEPTT | Rua Dr. Mira Fernandes, nº 119 Murtal 2775 Parede | Visa promover competências pessoais e sócias junto dos residentes e respectivas famílias, de forma a facilitar o processo de reinserção sócio-laboral. |
| | | Comunidade Terapêutica “Casa da Barragem” – Fundação Portuguesa para o Estudo e Prevenção do Tratamento da Toxicoddependência – FPEPTT | Quinta do Pisão, 2645 -005 Alcabideche | Está licenciada pelo IDT,IP e tem lugar para um total de 46 indivíduos – 37 camas protocoladas. Tratamento – Modelo Minnesota. |
| | | Cruz Vermelha Portuguesa | Rua Vasco da Gama, 243 - 2775-297 PAREDE | Especialidades médicas, Estética, Massagens, Enfermagem, Análises clínicas |
| | | Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil | Estrada da Malveira 2750 -782 Cascais | Autismo e Défices cognitivos, Intervenção socioprofissional, Apoio e intervenção Familiar, Terapia Ocupacional, Terapia da fala, Fisioterapia, Educação e intervenção em sexualidade, Perturbações do sono, Orientação Escolar e profissional, Hiperactividade, Défice de Atenção e Outros Problemas de Comportamento, Dislexia e outras dificuldades de aprendizagem |
| | | Centro de Integração e Reabilitação de Deficientes – CRID | | Actividades ocupacionais, Reabilitação física |
| | | Associação Nacional de Espondilite Anquilosante – ANEA | Rua de Platão 147, Zambujal 2785-698 São Domingos de Rana | Especialidades médicas, Fisioterapia, Actividades piscina, Actividades Ginásio |
| | | Centro Psicogeriátrico de Nossa Senhora de Fátima | Rua Machado Santos 2 2775-236 Parede | |
| | | Associação Laço (Empreendimento da Adroana) | Rua dos Encontros da Luz, 27 loja Adroana 2645-628 Alcabideche | Angariação de fundos, o apoio e a promoção de quaisquer entidades e/ou projectos relacionados com a investigação, a prevenção, o diagnóstico precoce, o tratamento, a informação e a sensibilização em geral do cancro da mama em Portugal. |
| | | Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger | Empreendimento da Adroana largo do Amor Perfeito, nº9 A Loja 1, Alcabideche | Promover o apoio e a integração social das pessoas com Síndrome de Asperger (SA), favorecendo as condições para uma vida autónoma e mais digna. |



Figura nº 197 (1ª parte)
Associações de Bombeiros, Clínicas e congéneres

Fonte:CMC / DHS 2011

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



| Grande Grupo | Sub Grupo | Identificação do Equipamento | Morada | Respostas |
|------------------------------------|---|--|---|--|
| Rede de respostas não hospitalares | Lucrativas | CRETA - Clínica de Tratamento da Toxicodependência, Alcoolismo e outros Comportamentos Aditivos | R. Dr. Jacinto Nunes 12 Parede - Cascais | Tratamento Intensivo em Regime, Residencial de Internamento, Tratamento Ambulatório, Pós Tratamento, Programa de Assistência às Famílias, Metodologias, técnicas (psicodrama, ferramentas motivacionais, cognitivas, didáticas, lúdicas...), Prevenção da recaída, Reinserção |
| | | CRETA | Rua Dr. Jacinto Nunes, nº12 2775 - 206 Parede | Comunidade terapêutica com capacidade para 14 utentes. Está licenciada pelo IDT,IP com 3 camas protocoladas. Tratamento - Modelo Minesota |
| | | Clínica Europa | Rua de Catembe, 165 2775-561 Carcavelos | Clínica Geral, Ambulatório, Imagiologia, Cirurgia, Internamento, Outros serviços de diagnóstico e Tratamento |
| | | Clínica do Poço Novo | Av de Sintra, 1113 A 2750-496 Cascais | Pediatria, Psicologia, Análises Clínicas, Clínica Geral, Medicina Interna, Pneumologia, Otorrinolaringologia, Imunoalergologia, Nutrição, Psiquiatria, Terapia da Fala |
| | | Imagens Médicas Integradas de Cascais | Al. dos Combatentes da Grande Guerra, Edifício S.José 2750 CASCAIS | TAC - Tomografia Computorizada, Ecografia, Mamografia, Raios-X, Densitometria Óssea, Ressonância Magnética, Ortopantomografia |
| | | Clínica Internacional de Saúde de Cascais - (CIS Cascais) | Rua João Inf Lote 1-r/c-A 2750-384 CASCAIS | Cirurgia geral, Cirurgia vascular, Clínica geral, Dermatologia, Fisioterapia, Ginecologia, Medicina dentária, Obstetria, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Psicologia, Psiquiatria, Terapia do casal, Urologia |
| | | Clínica CUF | Rua Fernão Lopes 60, Cobre-Cascais 2750-663 CASCAIS | Anestesiologia, Cardiologia, Cirurgia geral, Cirurgia maxilo-facial, Cirurgia pediátrica, Cirurgia plástica, Cirurgia vascular, Dermatologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Ginecologia obstétrica, Imagiologia, Imuno alergologia, Medicina anti-envelhecimento, Medicina dentária, Medicina física e reabilitação, Medicina geral e familiar, Medicina interna, Nefrologia, Neurocirurgia, Neurologia, Nutrição oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Patologia clínica, Pediatria, Pedopsiquiatria, Pneumologia, Psicologia clínica, Psiquiatria, Reumatologia, Terapia da fala, Urologia |
| | | Clínica Carcavelos | Praça da República Nº 4, 1º Dto. 2775-624 CARCAVELOS | Análises Clínicas, Clínica Geral, Estomatologia, Med. Dentária, Ortodôncia, Implantes, Oftalmologia, Gastroenterologia, Urofluxometria, Urologia, Ginecologia, Obstetria, Cardiologia, Alergologia, Dermatologia, Otorrinolaringologia, Endocrinologia, Cirurgia vascular, Fleboestética - Varizes, Medicina estética, Psicologia, Nutrição, Terapia da fala, Psiquiatria, Ortopedia, Neurologia, Reumatologia, ECG/Mapa/Holter, Pediatria |
| | | Futuremed - Clínica de Medicina Integrada | Estrada Nacional 249 Multi Business Center - Edifício A Abóboda 2785-035 São Domingos de Rana | Acupuntura, Cardiologia Pediátrica, Cirurgia geral/vascular, Ecografias, Estética, Estomatologia/Medicina Dentária, Exames de audiologia, Fisiatria, Fisioterapia, Gastroenterologia, Ginecologia/Obstetria, Hepatologia, Imuno-Alergologia, Laboratório de Análises, Medicina Familiar e Medicina Geral, Medicina do Trabalho, Neurocirurgia, Neurologia, Nutrição, Oftalmologia, Ortopedia, Osteopatia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Psicoterapia Adultos, Psicologia Infantil, Terapia da Fala (adultos/crianças), Tratamento e Enfermagem, Urologia |
| | | Clínica Jardins da Parede Lda | Avenida Tílias Lote 46-lj B 2775-335 PAREDE | Clínica geral, Dermatologia, Gastroenterologia, Ginecologia, Ortopedia, Psicologia, Psiquiatria, Pneumologia, Alergologia, Pediatria, Preparação ao parto, Dentista |
| Clínica João Olias | Avenida Valbom 17,2º-G 2750-508 CASCAIS | Cirurgia a laser, Cirurgia de cabeça, Cirurgia de pescoço, Cirurgia oncológica, Diagnóstico de défices auditivos, Estudo do sono, Evocados Auditivos, Exames audiométricos, Exames endoscópicos, Patologia respiratória nasal e alérgica, Potenciais, Realização de videonistagnografia, Tratamento cirúrgico do ressonar, Tratamento de apneia do sono, Tratamento de bronquite, Tratamento de otites, Tratamento de sinusite | | |



Integra: Clínica Geral e mais de 6 ou de 10 especialidades

Figura nº 197 (2ª parte)
Associações de Bombeiros, Clínicas e congéneres

Fonte: CMC / DHS 2011

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



12.6. EQUIPAMENTOS CULTURAIS E RECREATIVOS

Para uma caracterização efetiva com referenciação espacial das infraestruturas culturais, torna-se imprescindível iniciarmos o trabalho pela explicitação das definições dos diferentes conceitos que lhe são inerentes, bem como da metodologia de trabalho no registo efetuado, por tipologia de infraestruturas.



Definições

No âmbito do presente relatório procedeu-se à atualização dos dados sobre as chamadas infraestruturas culturais (que remontavam ao estudo realizado pelo Observatório de Atividades Culturais, entre 2000 e 2002 sobre equipamentos, agentes e atividade cultural no concelho de Cascais), bem como à fixação de conceitos sobre o que o significado de Associação Cultural e Equipamento Cultural, tipologia indicada na caracterização existente.

Uma Associação constitui-se como uma iniciativa formal ou informal que reúne um conjunto de pessoas com objetivos comuns. Formalmente, qualquer que seja o tipo de associação ou o seu objetivo, traduz-se numa forma jurídica de legalização da união de pessoas em torno dos seus interesses, permitindo-lhes melhores condições para os atingir do que teriam se funcionassem individualmente. São norteadas pelos princípios do associativismo, dos quais podemos destacar o interesse pela comunidade, a educação, formação e informação aos associados, gestão democrática entre os sócios e a interação com outras agremiações similares na prossecução de objetivos locais ou até nacionais e internacionais.

A Associação Cultural enquadra-se neste âmbito, tendo ficado estabelecido que neste trabalho de caracterização se entenderia por Associação Cultural toda a estrutura associativa que desenvolvesse, regularmente, projetos de índole cultural, independentemente de possuir espaço próprio ou não. Juntaram-se a este grupo as fundações sedeadas no território, que apesar de possuírem natureza jurídica diferente possam ser integradas no movimento associativo do concelho, fomentando, na sua essência, projetos de promoção cultural, pertencendo identicamente ao grupo das entidades de direito privado mas sem fins lucrativos.

Importa agora definir o conceito de Equipamento Cultural, o outro grupo de infraestruturas culturais, presente no território de Cascais. O conceito definido teve como base dois vectores, a exemplo do anteriormente determinado no volume Cartografia Cultural do Concelho de Cascais, quanto à natureza e função dominante do equipamento em análise.

Posto isto, em primeiro lugar dividiu-se este grupo em tipologias relacionadas com as características não só físicas mas também de conceito organizativo e de serviço ao público, tratando-se, em seguida, de indicar quais os que possuíam uma natureza essencialmente cultural, distinguindo-os daqueles que apenas se podem classificar como tendo uma valência cultural, entre outras que os diferenciavam dos primeiros.

De seguida procedeu-se à classificação dos equipamentos levantados, por tipologias: auditório, arquivo histórico, biblioteca, biblioteca escolar, casa/espço, memória, centro interpretativo, cinema, escola de formação artística, espaço polivalente/multifuncional, galeria, livraria, ludoteca, museu, núcleo museológico, teatro e posto de turismo.



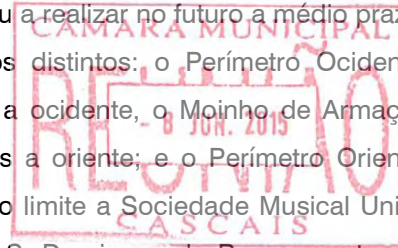
Se relativamente a algumas destas tipologias o conceito está consolidado, como é o caso do teatro, cinema, biblioteca ou museu, outras necessitam de uma descrição mais precisa. Assim, considerou-se neste trabalho que um auditório é um equipamento em anfiteatro, com lotação acima dos 200 lugares. Quanto ao espaço polivalente/multifuncional entendeu-se que se tratava de equipamento onde, independentemente da sua função principal ser cultural ou não, aconteciam regularmente atividades culturais.

No que se refere às unidades de carácter museológico, para além da existência dos equipamentos dotados de todas as condições para responder aos requisitos do que atualmente é considerado e credenciado como Museu, à luz do conceito do ICOM, nomeadamente o Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, o Museu do Mar Rei D. Carlos e o Museu da Música Portuguesa - Casa Verdades de Faria, dispõe-se ainda de três equipamentos que, pelo seu perfil e articulação de espaços, se identificam como Centros Interpretativos (núcleos apenas expositivos e com pequenas áreas para palestras e outros pequenos eventos), a saber, o Farol Museu de Santa Marta, o Forte de S. Jorge de Oitavos e o Moinho de Armação de Tipo Americano de Alcabideche; e ainda um equipamento que pode ser categorizado no conceito de Espaço de Memória como é o caso da futura Casa Reynaldo dos Santos e Irene Virote Quilhó dos Santos, No seu conjunto, e tendo em conta a localização dos diferentes equipamentos e das suas vocações, estes cobrem importantes e diferenciadas áreas do concelho e dão resposta aos desejos de diferentes tipos de públicos e diferentes faixas etárias.

Muitos dos equipamentos identificados cruzam-se com outras áreas de intervenção, como o turismo, educação e juventude, desporto, ambiente e ação social, visto que muitas vezes o público é o mesmo mas com abordagens diferentes.

Por outro lado, muitos dos equipamentos ora registados constituem elementos do património edificado do concelho, existindo uma abordagem específica a considerar, quer no seu funcionamento, quer em eventuais modificações/remodelações a planear futuramente.

Por último, teremos que explicitar o conceito de perímetro de intervenção, como fronteira de uma área de grande investimento municipal, já realizado, ou a realizar no futuro a médio prazo, tendo-se destacado nesta caracterização dois perímetros distintos: o Perímetro Ocidental (Cascais-Estoril) com fronteiras entre o Forte de Oitavos a ocidente, o Moinho de Armação /Tipo Americano a norte e o Espaço Memória dos Exílios a oriente; e o Perímetro Oriental (Parede, Carcavelos e S. Domingos de Rana), tendo como limite a Sociedade Musical União Paredense a ocidente, a Biblioteca Municipal de Cascais S. Domingos de Rana a norte e a Quinta do Barão a oriente.



12.6.1. ASSOCIAÇÕES CULTURAIS

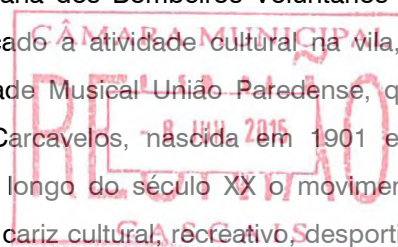
As primeiras associações culturais criadas no concelho de Cascais surgiram no final do séc. XIX e no início do séc. XX, como são exemplo a Associação Humanitária Recreativa Cascalense, fundada em 1886, hoje Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cascais, proprietária de um equipamento que tem marcado a atividade cultural na vila, o Teatro Gil Vicente, com 142 anos de história, a Sociedade Musical União Paredense, que surgiu em 1899, a Sociedade Recreativa Musical de Carcavelos, nascida em 1901 e a Sociedade Musical de Cascais que surgiu em 1911. Ao longo do século XX o movimento associativo concelhio viu surgir inúmeras coletividades de cariz cultural, recreativo, desportivo ou de beneficência, traduzindo o contexto social onde se inseriam e desempenhando, junto das populações papéis diferenciados, em defesa dos interesses locais. Mais recentemente, nos últimos 5 anos, entre 2006 e 2011, surgiram várias associações ligadas especificamente a artes performativas como a música, canto polifónico, teatro ou dança. São exemplo: Companhia de Dança Paula Marques, Vox Maris – Associação, Personagem 17-Associação Cultural, Jam Session, Duelo Clube de Praticantes e Estudiosos Esgrima de Todas as Épocas, entre outras.

Importa referir que apesar de as associações culturais serem muitas vezes ligadas ao movimento da chamada “cultura popular”, que perpetua valores de raiz tradicional, em que os seus sócios têm a possibilidade de se tornarem autodidatas em diferentes áreas, no último quartel do século passado, muito por força do investimento público, estas coletividades iniciaram um processo de modernização de estruturas e de gestão que já começa a dar os seus frutos na renovação de gerações nos 3 aspetos fundamentais da vida associativa: participação nos projetos desenvolvidos, participação na sua gestão e participação enquanto criação de correntes de público de acordo com a área de influência de cada associação e da tipologia dos projetos que desenvolve.

Estão referenciadas 66 associações, ativas a esta data, distribuídas pelas 6 freguesias do concelho: Alcabideche 13, Carcavelos 6, Cascais 15, Estoril 12, Parede 6, S. Domingos de Rana 14.

Ao analisarmos o seu registo na carta podemos verificar que cerca de 83% se concentram a sul da A5, situação que traduz a densidade populacional existente, com base nos Censos 2001.

Nota-se, igualmente, uma concentração junto ao litoral, onde se encontram sedeadas 47 associações, ou seja, 71,2% do total.



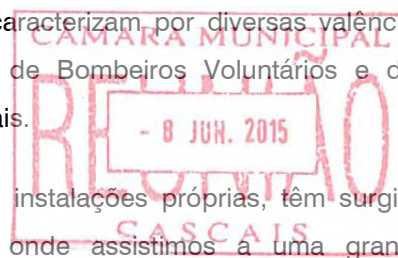
Por outro lado, destaca-se o facto de que as Associações Culturais que possuem instalações próprias se constituírem como equipamentos disponíveis para desenvolvimento de projetos culturais.

Quanto à sua natureza ou função principal, 41 das 66 associações possuem um cariz essencialmente cultural, sendo que as restantes 25 se caracterizam por diversas valências entre as quais a cultural. É o caso das Associações de Bombeiros Voluntários e das coletividades com atividade e projetos desportivos ou sociais.

As estruturas mais recentes, que nem sempre possuem instalações próprias, têm surgido essencialmente nas freguesias de Cascais e Estoril, onde assistimos a uma grande concentração de equipamentos, públicos e privados, permitindo assim uma maior mobilidade para o desenvolvimento regular das suas atividades. Indica-se neste caso o Vozes do Estoril, que está associado à Junta de Freguesia do Estoril e o Coro Polifónico de Cascais ligado à Paróquia de Cascais e conseqüentemente, por acordo firmado com a autarquia, ao Centro Cultural de Cascais.

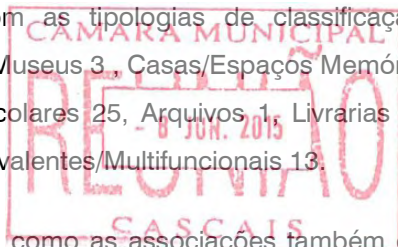
Todas as estruturas mais antigas com instalações próprias concentram-se em maior número nas freguesias de Alcabideche e S. Domingos de Rana, existindo alguns exemplos também nas outras freguesias. Recorde-se que as associações mais antigas se encontram em Cascais, Parede e Carcavelos.

Da análise efetuada e em conclusão deste capítulo, o movimento associativo cultural, com as coletividades em atividade em todo o território concelhio, disponibiliza oferta diversificada de equipamentos, projetos e estruturas, devendo constituir-se como um dos fatores a ter em conta numa fase de planeamento de novos projetos a construir a médio prazo.



12.6.2. EQUIPAMENTOS CULTURAIS

De acordo com a definição de equipamento cultural anteriormente referida, foram registados 86 equipamentos com função cultural dominante ou valência cultural reconhecida no território concelhio, divididos do seguinte modo, de acordo com as tipologias de classificação previamente definidas: Auditórios 8, Teatros 2, Cinemas 3, Museus 3, Casas/Espaços Memória 4, Centros Interpretativos 4, Bibliotecas 3, Bibliotecas Escolares 25, Arquivos 1, Livrarias 9, Galerias 5, Ludotecas 4, Postos de Turismo 2, Espaços Polivalentes/Multifuncionais 13.



Relativamente à sua localização podemos verificar que tal como as associações também os equipamentos se concentram a sul da A5 acompanhando a densidade populacional com base nos Censos 2001, registando 64 equipamentos de um total de 86, ou seja 74,4% do total.

Esta concentração é válida para auditórios, teatros, cinemas, museus, núcleos museológicos e casas/espacos memória, livrarias, ludotecas e galerias, excetuando-se deste grupo as bibliotecas no geral e em particular as bibliotecas escolares que, funcionando a partir do conceito de rede local e nacional (respetivamente, Rede de Bibliotecas Municipais de Cascais e Rede de Bibliotecas Escolares) abarcam a quase totalidade do território, bem como os espaços polivalentes/multiculturais que permitem uma oferta cultural diversificada no interior do concelho. Chama-se a atenção para localidades como Alcoitão, Trajouce ou Abóboda com espaços com estas características, independentemente das condições físicas dos edifícios.

Por outro lado, para uma caracterização mais objetiva é importante incluir a natureza pública ou privada da gestão destes equipamentos, sendo que na sua grande maioria são geridos por estruturas de direito privado, mas sem fins lucrativos, dando a título de exemplo a Casa das Histórias Paula Rego, equipamento inaugurado em Setembro de 2009 com projeção internacional e com várias distinções no seu curto mas recheado currículo, ou o Auditório Nossa Senhora da Boa Nova, inaugurado em Junho de 2010, com gestão do Centro Paroquial com o mesmo nome, fruto de investimento público e privado.

Ainda à gestão privada, mas de natureza comercial, cabe a gestão de cinemas, livrarias, galerias e ludotecas.

Sob gestão pública encontramos museus, casas/espacos memória, o Centro Cultural de Cascais, o Auditório Fernando Lopes Graça e as Bibliotecas Municipais de Cascais - Infantil e Juvenil, Casa da Horta da Quinta de Santa Clara e S. Domingos de Rana.

Por último, há que referir que da totalidade dos 86 equipamentos culturais registados, 27 possuem uma natureza essencialmente cultural e 59 possuem diversas valências integradas

para além da cultural. No primeiro caso poderemos indicar os cinemas e teatros, a título de exemplo, e no segundo as bibliotecas escolares.

12.6.3. PERÍMETRO DE INTERVENÇÃO OCIDENTAL

No seguimento do processo de georreferenciação das diferentes infraestruturas culturais do concelho concluiu-se da importância de definir dois perímetros distintos de investimento e pré-existências, de forma a melhor planear e gerir o território e as diferentes necessidades da população no que aos equipamentos culturais diz respeito.



Assim, verifica-se no Perímetro de Intervenção Ocidental, a existência do chamado *Perímetro da Parada*, aquele que contém o maior conjunto de mais-valias no que ao património cultural, natural e turístico diz respeito, constituindo-se como um pólo atrativo diversificado na oferta e prestigiante para o desenvolvimento de projetos qualquer que seja a sua natureza.

Igualmente, consideramos no Perímetro de intervenção Ocidental o *Pólo Estoril/Monte Estoril* no qual se verifica maior expressão nas áreas da música, teatro e memória da permanência e/ou passagem pelo concelho de um grande número de refugiados, exilados e, de uma maneira geral, estrangeiros em contexto de guerra e pós-guerra, no período entre o início da Guerra Civil de Espanha e o pós Segunda Guerra Mundial.

Nele se registam 26 Associações Culturais, num total de 66, e 43 equipamentos culturais num total de 86.

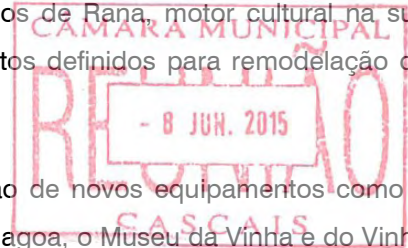
12.6.4. PERÍMETRO DE INTERVENÇÃO ORIENTAL

A definição do Perímetro de intervenção Oriental prende-se com a política de investimento a realizar, ou em perspectiva, para o território em causa, entre a Sociedade Musical União Paredense, a Biblioteca Municipal de Cascais S. Domingos de Rana, motor cultural na sua área de influência e a Quinta do Barão, com vários projetos definidos para remodelação de toda a área.

Será neste perímetro que poderemos assistir à construção de novos equipamentos como a Biblioteca Municipal da Parede, o Auditório da Quinta da Alagoa, o Museu da Vinha e do Vinho de Carcavelos, remodelação do Atelier Carlos Botelho, ou a abertura ao público da Casa Reynaldo dos Santos.

Trata-se pois de um perímetro com investimento futuro previsto criando um pólo cultural muito importante na zona mais oriental do concelho, servindo uma população interessada e com elevado grau de literacia.

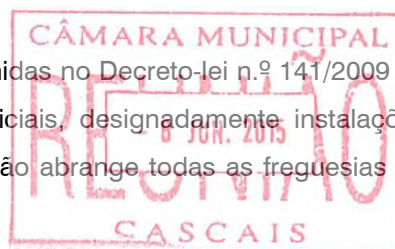
Estão incluídas neste perímetro 13 associações culturais e 13 equipamentos, de um total de 66 e 86, respetivamente.



12.7. EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

12.7.1. INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

O Concelho de Cascais, de acordo com as tipologias definidas no Decreto-lei n.º 141/2009 de 16 de Junho, possui uma ampla rede de Espaços Artificiais, designadamente instalações desportivas de base, formativa e recreativa, cuja distribuição abrange todas as freguesias do concelho (carta 04.02.07).



Possui ainda instalações desportivas especializadas ou monodisciplinares, e instalações aptas para o espetáculo desportivo, tais como estádio, hipódromos e autódromo.

De acordo com a Carta de Desporto do Concelho de Cascais de 2010¹⁶, das 423 instalações desportivas caracterizados, cerca de metade (193), encontram-se localizadas nas freguesias de Cascais e Estoril. (fig. nº 180)

| ÁREA DESPORTIVA ÚTIL POR HABITANTE - m ² /hab | | | | | | |
|--|-----------|--------|---------|----------------------|--------------------------|----------------|
| Freguesias | População | | | Área Útil Desportiva | ADU M ² /hab. | Nº Instalações |
| | T | M | F | | | |
| Alcabideche | 42.160 | 20.434 | 21.726 | 53.775 | 1,28 | 68 |
| Carcavelos | 23.296 | 10.765 | 12.531 | 47.374 | 2,03 | 53 |
| Cascais | 35.409 | 16.234 | 19.175 | 51.174 | 1,45 | 109 |
| Estoril | 26.397 | 12.060 | 14.337 | 63.472 | 2,40 | 84 |
| Parede | 21.660 | 9.833 | 11.827 | 32.301 | 1,49 | 56 |
| S.D.Rana | 57.507 | 27.547 | 29.960 | 54.388 | 0,95 | 53 |
| Total | 206.429 | 96.873 | 109.556 | 302.484 | 1,47 | 423 |

Figura nº 198
Área Desportiva Útil por habitante (m²/hab)

Fonte: INE- Resultados provisórios Censos 2011, 7 Dezembro 2011; Área Desportiva/Instalações
Atualização da Carta de Desporto do Concelho de Cascais 2010 /CMC/DES 2011

Nota: A área desportiva útil por habitante (ADU/hab.) foi calculada a partir das instalações desportivas com dimensões normalizadas, não tendo sido considerados, entre outros, os espaços naturais de recreio e desporto, pedovias e ciclovias, os espaços de escalada e skate, os campos de golf e de minigolfe, hipódromos e centros hípicas, e os centros náuticos e marina.

¹⁶ - Atualizada pelo Departamento de Desporto em 2011.

Mais de 71% das instalações estão concentradas no litoral - Freguesias de Carcavelos, Cascais, Estoril e Parede, onde reside 52% da população do concelho de Cascais, ao passo que no interior, nas freguesias de Alcáideche e de São Domingos de Rana, freguesias onde residem os restantes 48%, encontramos apenas 29% da oferta de infraestruturas desportivas.

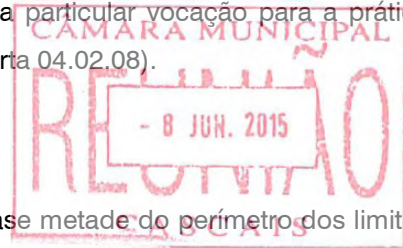
É também de referir que o Concelho de Cascais tem uma particular vocação para a prática desportiva em Espaços Naturais, aquáticos e terrestres (Carta 04.02.08).

Dois fatores concorrem para esta evidência:

- A extensão da sua costa marítima, que acompanha quase metade do perímetro dos limites concelhios;
- A penetração no Concelho do sistema montanhoso da Serra de Sintra, integrado no Parque Natural de Sintra/Cascais.

A extensão e, sublinhe-se, a qualidade da costa marítima, tornam o Concelho de Cascais particularmente apto para a prática de uma assinalável variedade de desportos náuticos, o que contribuiu para que se tornasse um dos principais centros nacionais neste domínio.

Seguindo ainda a Carta de Desporto, no que diz respeito às tipologias das instalações desportivas e à cobertura territorial do concelho, sumariamente, qualificam-se e distribuem-se como a seguir se descreve (fig. nº 199):



| Tipologia | Nº Inst. Exist. | Alcab. | Carc. | Casc. | Est. | Par. | S.D.R. |
|---|-----------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| INSTALAÇÕES DE BASE | | | | | | | |
| Grandes Campos de Jogos | 24 | 4 | 5 | 4 | 4 | 1 | 6 |
| Pavilhões | 19 | 3 | 3 | 3 | 4 | 3 | 3 |
| Salas de Desporto Formativas | 29 | 4 | 1 | 6 | 7 | 5 | 6 |
| Salas de Desporto Recreativas | 71 | 6 | 7 | 22 | 9 | 17 | 10 |
| Pavilhões / Salas Desporto | 119 | 13 | 11 | 31 | 20 | 25 | 19 |
| Polidesportivo | 48 | 13 | 3 | 8 | 9 | 7 | 8 |
| Pequenos Jogos Formativos | 21 | 1 | | 3 | 9 | 6 | 2 |
| Campos de Ténis | 69 | 4 | 21 | 15 | 19 | 6 | 4 |
| Pequenos Jogos Recreativos | 25 | 7 | 2 | 4 | 2 | 3 | 7 |
| Polidesportivos / Pequenos Jogos | 163 | 25 | 26 | 30 | 39 | 22 | 21 |
| Piscinas Desportivas | 6 | 1 | 1 | 1 | 1 | | 2 |
| Piscinas Aprendizagem | 9 | 2 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 |
| Piscinas Recreativas | 11 | 1 | | 4 | 4 | 2 | |
| Piscinas Descobertas | 3 | | | 2 | 1 | | |
| Piscinas | 29 | 4 | 2 | 8 | 7 | 4 | 4 |
| Pista Atletismo Simplificadas | 3 | 2 | | | | 1 | |
| Escalada | 4 | 2 | | 1 | | 1 | |
| Skate/Patinagem | 4 | 1 | | 1 | | | 2 |
| Circuitos de Manutenção | 6 | 1 | 3 | 1 | 1 | | |
| Jogos Tradicionais | 1 | 1 | | | | | |
| Pedovias/Ciclovias | 6 | | 1 | 3 | 2 | | |
| Mini-golfe | 2 | | 1 | | | 1 | |
| Instalações Recreativas Diversas | 23 | 5 | 5 | 6 | 3 | 2 | 2 |
| TOTAL INSTALAÇÕES DE BASE | 361 | 53 | 49 | 79 | 73 | 55 | 52 |

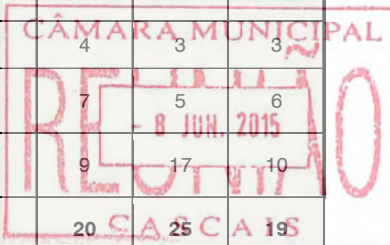
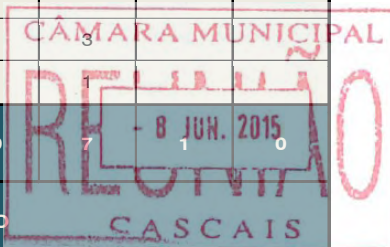


Figura 199 (1ª parte)
Distribuição Tipologias por Freguesias

Fonte: INE-Censos 2001; Área Desportiva/Instalações
 Atualização da Carta de Desporto do Concelho de Cascais 2010 /CMC/DES 2011

| INSTALAÇÕES ESPECIALIZADAS | | | | | | | |
|---|------------|-----------|-----------|------------|-----------|-----------|-----------|
| Campos de Golfe | 6 | 2 | | 2 | 2 | | |
| Hipódromo/Centro Hípicos | 5 | | | 4 | | 1 | |
| Marina / Centro Náuticos | 4 | | | 3 | 1 | | |
| Bowling | 1 | | | 1 | | | |
| Padel | 6 | | | 3 | | | |
| Squash | 7 | | | 6 | | | |
| TOTAL INSTALAÇÕES ESPECIALIZADAS | 29 | 2 | 0 | 19 | 3 | 1 | 0 |
| INSTALAÇÕES ESPECTÁCULO | | | | | | | |
| Autódromo | 1 | 1 | | | | | |
| Hipódromo | 2 | | | 2 | | | |
| Estádio | 1 | | | | 1 | | |
| TOTAL INSTALAÇÕES ESPECTÁCULO | 4 | 1 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 |
| TOTAL ESPAÇOS ARTIFICIAIS | 394 | 56 | 49 | 100 | 81 | 56 | 52 |
| ESPAÇOS VERDES NATURAIS | | | | | | | |
| Parques de Lazer | 10 | 3 | 1 | 4 | 1 | | 1 |
| Percursos pedestres | 4 | 3 | | 1 | | | |
| Percursos BTT | 3 | 3 | | | | | |
| Escalada | 3 | 1 | | 2 | | | |
| Praia /Desportos com Bola | 1 | | 1 | | | | |
| TOTAL ESPAÇOS VERDES NATURAIS | 21 | 10 | 2 | 7 | 1 | 0 | 1 |
| ESPAÇOS AQUÁTICOS NATURAIS | | | | | | | |
| Actividades Náuticas | 8 | 2 | 2 | 2 | 2 | | |
| TOTAL ESPAÇOS AQUÁTICOS NATURAIS | 8 | 2 | 2 | 2 | 2 | 0 | 0 |
| TOTAL ESPAÇOS NATURAIS | 29 | 12 | 4 | 9 | 3 | 0 | 1 |
| TOTAL | 423 | 68 | 53 | 109 | 84 | 56 | 53 |



[Handwritten signature]

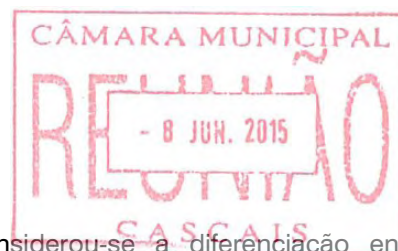
Figura nº 199 (2ª parte)
Distribuição Tipologias por Freguesias

Fonte: INE-Censos 2001; Área Desportiva/Instalações
Atualização da Carta de Desporto do Concelho de Cascais 2010 /CMC/DES 2011

12.7.1.1. GRANDES CAMPOS DE JOGOS

Os Grandes Campos de Jogos, num total 24, distribuem-se com alguma regularidade pelas Freguesias do Concelho, à exceção da Parede, onde apenas existe um.

12.7.1.2 PAVILHÕES E SALAS DE DESPORTO



Na abordagem dos recintos desportivos cobertos considerou-se a diferenciação entre Pavilhões (19) e Salas de Desporto Formativas (29), consoante a Área Desportiva Útil seja, respetivamente, inferior ou superior a 28 x 16 m, e ainda Salas de Desporto Recreativas (71), com dimensões livres dedicadas em exclusivo a atividades de manutenção e lazer, jogos recreativos, jogos de mesa e jogos desportivos não codificados. (carta 04.02.09)

Embora os Pavilhões e Salas de Desporto Formativos se encontrem distribuídos equitativamente pelas diversas freguesias, constata-se uma maior concentração ao longo do corredor de acompanhamento da Autoestrada A5 e a sul desta, uma vez que as faixas Norte e Poente do Concelho são as faixas mais carenciadas. De acordo com os critérios de programação da DGOTDU/IND – Maio 2002, esta tipologia tem uma abrangência satisfatória a nível Concelhio. No entanto, é necessário ter em conta que cerca de 38% das existências são satisfeitas através de Salas de Desporto Recreativas, sem possibilidade de corresponder às exigências das práticas desportivas formais.

12.7.1.3. POLIDESPORTIVO E PEQUENOS CAMPOS DE JOGOS

Neste tipo de equipamentos existe uma distribuição homogénea de Polidesportivos (48) e Pequenos Campos de Jogos Formativos (21), com exceção da Freguesia de Carcavelos, muito contribuindo para isso os estabelecimentos de ensino de 2^o, 3^o Ciclo e Secundário.

Já no caso dos Campos de Ténis (69), igualmente incluídos nesta tipologia, destaque-se o reduzido número destes equipamentos encontrado nas Freguesias de Alcabideche (3) (inclui ainda 1 bate-bolas) e São Domingos de Rana (2) (inclui ainda 1 bate-bolas e 1 miniténis), as mais populosas do concelho. A Freguesia da Parede tem igualmente um número pouco significativo, apenas 6 Campos de Ténis.

A cobertura concelhia é caracterizada por uma forte concentração dos Campos de Ténis em grandes complexos especializados, situados sobretudo nas Freguesias de Cascais e do Estoril.

12.7.1.4. PISCINAS

No que diz respeito a Piscinas, o concelho dispõe de 6 Piscinas Desportivas (25m), 9 de Aprendizagem, 11 Recreativas e 3 Descobertas, igualmente recreativas, perfazendo um total de 29 unidades.



Apenas a Freguesia da Parede não tem qualquer Piscina Desportiva. Porém das 6 piscinas desportivas existentes apenas 3, uma em cada freguesia (Alcabideche, Estoril e São Domingos de Rana), se podem considerar aptas à realização de competições de natação desportiva, uma vez que as restantes estão dedicadas à aprendizagem, ao aperfeiçoamento e à manutenção/lazer.

12.7.1.5. PISTAS DE ATLETISMO

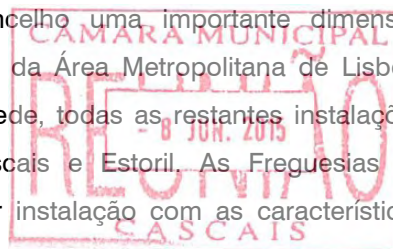
No Concelho de Cascais, não existe nenhuma Pista regulamentar, registando-se apenas 3 Pistas simplificadas, 2 na Freguesia de Alcabideche e 1 na Freguesia da Parede, sendo por isso uma lacuna que importa ressaltar.

12.7.1.6. INSTALAÇÕES RECREATIVAS

Para além das já referidas, encontramos ainda um conjunto variado de instalações recreativas, que se destinam a atividades desportivas com carácter informal sem sujeição a regras imperativas e permanentes, como sejam instalações para Escalada (4); Skate e Patinagem (4); Circuitos de Manutenção (6), Jogos Tradicionais (1), Pedovias/Ciclovias (6) e Minigolfe (2).

12.7.1.7. INSTALAÇÕES ESPECIALIZADAS

O Concelho de Cascais apresenta uma cobertura diversificada e densa de Instalações Especializadas (29), com natural destaque para os Campos de Golfe (6), Centros Hípicos (5) e Centros Náuticos (4). Esta cobertura confere ao Concelho uma importante dimensão estratégica na oferta desportiva especializada no quadro da Área Metropolitana de Lisboa. Com exceção de um Centro Hípico na Freguesia da Parede, todas as restantes instalações estão localizadas nas Freguesias de Alcabideche, Cascais e Estoril. As Freguesias de Carcavelos e São Domingos de Rana não têm qualquer instalação com as características desta tipologia.



De referir ainda a potencialidade do Aeródromo de Tires para o apoio à prática do desporto aeronáutico, potencialidade não concretizada, uma vez que atualmente não se encontra nele sedeadada qualquer entidade desportiva.

12.7.1.8. INSTALAÇÕES ESPECIAIS PARA O ESPECTÁCULO DESPORTIVO

Refira-se, finalmente no âmbito dos Espaços Artificiais, as instalações que acumulam às características descritas anteriormente, outras características que permitem a realização de Espetáculos Desportivos:

- Estádio António Coimbra da Mota na freguesia do Estoril;
- Autódromo Circuito do Estoril na freguesia de Alcabideche;
- Hipódromo da Quinta da Marinha, na freguesia de Cascais;
- Hipódromo Municipal Manuel Possolo, na freguesia de Cascais.

12.7.1.9. DESPORTO EM ESPAÇOS NATURAIS

A qualidade da costa marítima torna o Concelho de Cascais particularmente apto para a prática de uma assinalável variedade de desportos náuticos, o que contribuiu para que se tornasse um dos principais centros nacionais neste domínio, designadamente nas atividades de Vela, Windsurf, Kitesurf, Surf, Bodyboard e Canoagem, estando identificados 8 espaços com excelentes condições naturais.

Por outro lado, as áreas integradas no Parque Natural Sintra Cascais, o qual constitui uma expressiva extensão territorial preservada nas suas características naturais, permitem o desenvolvimento de uma grande diversidade de práticas desportivas.

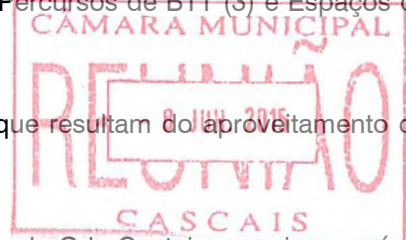
Na área do Parque Natural de Sintra-Cascais abrangida pelo Concelho de Cascais, a Carta de Desporto de Natureza considera Percursos Pedestres (4), Percursos de BTT (3) e Espaços de Escalada Natural (3).

O Concelho de Cascais dispõe de 10 Parques de Lazer, que resultam do aproveitamento do património natural verde existente.

Finalmente, a nível de Praias, os 2 Planos de Ordenamento da Orla Costeira em vigor na área do Concelho de Cascais, São Julião da Barra-Cidadela de Cascais e Sintra-Sado, permitem apenas que na Praia de Carcavelos seja feita a afetação de espaço para a prática de desportos com bola, como Futebol e Voleibol. Acresce ainda a existência de áreas que, embora artificializadas, permitem uma prática desportiva em contacto com ambientes naturais, como sejam o caso dos campos de golfe, pedovias ou ciclovia, já referenciadas anteriormente, que completam o leque de atividades que colocam o desportista junto da natureza.

Considerando os critérios de programação da DGOTDU/IND – Maio 2002, que estabelece como referência para Área Desportiva Útil o valor de 4m² por habitante, constata-se que o Concelho de Cascais se encontra com um défice superior a 50%. Sendo um défice considerável, importa contudo ressaltar que a ADU calculada não inclui as Instalações Especializadas, com exceção dos Campos de Padel e Squash, e as Instalações para Espetáculo Desportivo, com exceção do Estádio António Coimbra da Mota, o que a acontecer reduziria consideravelmente o défice verificado.

O quadro da figura nº 200, identifica as existências e, em função dos critérios e programação acima definidos, as necessidades em ADU e em número de instalações desportivas.



| Tipologia | Nº Instalações Existentes | População (A) | Critério Programação (B) | Necessidade por Tipologia (C = A* B) | Existencia por tipologia (D) | Necessidade Actual (E = D-C) | Dimensões Standard (F) | Nº Instalações Necessárias (G = E/F) |
|---|---------------------------|---------------|--------------------------|--------------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------|--------------------------------------|
| INSTALAÇÕES DE BASE | | | | | | | | |
| GRANDES CAMPOS DE JOGOS (1) | 24 | | 2 | 393.040 | 121.329 | 271.711 | 8000 | |
| Pavilhões | 19 | | | | 19.899 | | | |
| Salas de Desporto Formativas (2) | 29 | | | | 10.450 | | | |
| Salas de Desporto Recreativas | 71 | | | | 11.902 | | | |
| Total Pavilhões / Salas Desporto | 119 | | 0,15 | 29.478 | 42.251 | -12.773 | 1350 | -9 |
| Polidesportivo | 48 | | | | 60.765 | | | |
| Pequenos Jogos Formativos (3) | 21 | | | | 13.116 | | | |
| Campos de Ténis | 69 | | | | 43.943 | | | |
| Pequenos Jogos Recreativos | 25 | | | | 10.116 | | | |
| Total Polidesportivos /Pequenos Jogos | 163 | | 1 | 196.520 | 127.940 | 68.580 | 1500 | 46 |
| Piscinas Desportivas | 6 | | | | 2.214 | | | |
| Piscinas Aprendizagem | 9 | | | | 1.358 | | | |
| Piscinas Recreativas | 11 | | | | 1.162 | | | |
| Piscinas Descobertas | 3 | | | | 950 | | | |
| Total Piscinas | 29 | | 0,05 | 9.826 | 5.684 | 4.143 | 400 | 10 |
| Pista Atletismo Simplificadas | 3 | | 0,8 | 157.216 | 5.280 | 151.936 | 14000 | 11 |
| Escalada | 4 | | | | | | | |
| Skate/Patinagem | 4 | | | | | | | |
| Circuitos de Manutenção | 6 | | | | | | | |
| Jogos Tradicionais | 1 | | | | | | | |
| Pedovias/Ciclovias | 6 | | | | | | | |
| Mini-golfe | 2 | | | | | | | |
| Total Instalações Recreativas Diversas | 23 | | | | | | | |
| TOTAL INSTALAÇÕES DE BASE | 361 | | | | | | | |

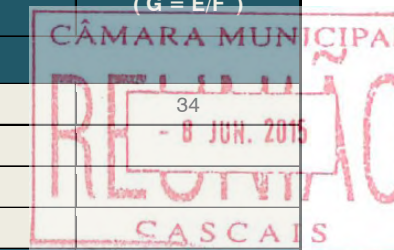


Figura nº 200 (1ª parte)
Distribuição por Tipologia - Existências e Necessidades

Fontes:
População: INE- Resultados provisórios Censos 2011, 7 Dezembro 2011.
Área Desportiva/Instalações: Carta de Desporto do Concelho de Cascais 2010 | Departamento de Desporto 2011.
Critérios de Programação de acordo com as normas da DGOTDU/IND - Maio 2002
Notas: (1) - Inclui área de E.E. Estádio Espetáculo; (2) - Inclui área de E.E. Squash; (3) - Inclui área de E.E. Padel

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



| INSTALAÇÕES ESPECIALIZADAS | | | | | | | | |
|---|------------|----------------|----------|----------------|----------------|----------------|--|--|
| Campos de Golfe | 6 | | | | | | | |
| Hipódromo/Centro Hipicos | 5 | | | | | | | |
| Marina / Centro Náuticos | 4 | | | | | | | |
| Bowling | 1 | | | | | | | |
| Padel | 6 | | | | | | | |
| Squash | 7 | | | | | | | |
| TOTAL INSTALAÇÕES ESPECIALIZADAS | 29 | | | | | | | |
| INSTALAÇÕES ESPECTÁCULO | | | | | | | | |
| Autódromo | 1 | | | | | | | |
| Hipódromo | 2 | | | | | | | |
| Estádio | 1 | | | | | | | |
| TOTAL INSTALAÇÕES ESPECTÁCULO | 4 | | | | | | | |
| TOTAL ESPAÇOS ARTIFICIAIS | 394 | | | | | | | |
| ESPAÇOS VERDES NATURAIS | | | | | | | | |
| Parques de Lazer | 10 | | | | | | | |
| Percursos pedestres | 4 | | | | | | | |
| Percursos BTT | 3 | | | | | | | |
| Escalada | 3 | | | | | | | |
| Praia /Desportos com Bola | 1 | | | | | | | |
| TOTAL ESPAÇOS VERDES NATURAIS | 21 | | | | | | | |
| ESPAÇOS AQUÁTICOS NATURAIS | | | | | | | | |
| Actividades Nauticas | 8 | | | | | | | |
| Total ESPAÇOS AQUÁTICOS NATURAIS | 8 | | | | | | | |
| TOTAL ESPAÇOS NATURAIS | 29 | | | | | | | |
| TOTAL | 423 | 206.429 | 4 | 786.080 | 302.484 | 483.596 | | |

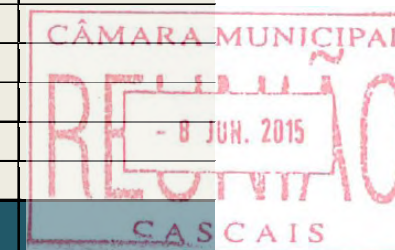


Figura nº 200 (2ª parte)
Distribuição por Tipologia - Existências e Necessidades

Fontes:

População: INE- Resultados provisórios Censos 2011, 7 Dezembro 2011.

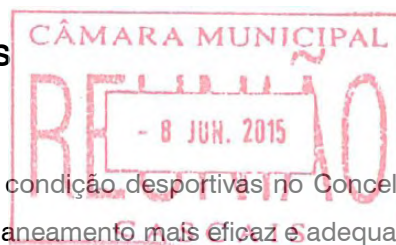
Área Desportiva/Instalações: Carta de Desporto do Concelho de Cascais 2010 / Departamento de Desporto 2011. Critérios de Programação de acordo com as normas da DGOTDU/IND - Maio 2002

Notas: (1) - Inclui área de E.E. Estádio Espetáculo; (2) - Inclui área de E.E. Squash; (3) - Inclui área de E.E. Padel

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS

É de referir finalmente, a “Carta Síntese – Territórios Desportivos (04.02.07)”, que contempla a rede geral de Instalações Desportivas do Concelho e permite uma visão global da cobertura do território; e que se anexa ao presente documento.

12.7.2. ANÁLISE DAS ACTIVIDADES DESPORTIVAS



Para uma melhor avaliação e reflexão do nível da oferta e condição desportivas no Concelho de Cascais e, conseqüentemente, de forma a facilitar um planeamento mais eficaz e adequado às necessidades de consumo existentes, importa ainda perceber o tipo de atividades desportivas que são dinamizadas no seio das instalações desportivas concelhias.

Neste contexto, as modalidades oferecidas pelas entidades, públicas, associativas ou privadas, atuando na área do desporto do Concelho de Cascais são muito vastas, compreendendo modalidades de carácter individual, de equipa, de grupo e direccionadas para públicos específicos.

O quadro da figura nº 201 ilustra detalhadamente as modalidades desenvolvidas no conjunto das entidades. Das 136 entidades gestoras consideradas no inquérito realizado no âmbito da Carta de Desporto do Concelho de Cascais¹⁷, responderam a esta questão 72 entidades, sendo de salientar de antemão que a agregação das mesmas resultou em 13 perfis tipológicos, definidos no sentido de sistematizar a informação e, sobretudo, de encontrar tendências.



Neste âmbito, considerando as tipologias de modalidades em análise, verifica-se que no Concelho de Cascais as modalidades mais comuns dizem respeito aos «Desportos Individuais», às atividades de «Fitness», aos «Desportos Coletivos» e aos «Desportos de Combate», com um peso percentual no total das modalidades existentes de, respetivamente, 24,3%, 20,9%, 19,1% e 14,5%. Ou seja, e cruzando com a análise por instalações desportivas, estas modalidades vão ao encontro da dicotomia “lógica comercial” e “associativismo”.

Por outro lado, as modalidades menos referidas pelas entidades gestoras que responderam a esta questão, ao nível do concelho, correspondem aos «Desportos Náuticos», aos «Desportos Motorizados», aos «Jogos de Salão» e aos «Jogos Tradicionais».

Ao nível das freguesias, é no Estoril e em Cascais que se encontra representado o maior número de modalidades, refletindo igualmente o maior número de equipamentos aí existentes.

¹⁷ Carta de Desporto do Concelho de Cascais, Relatório II, Junho 2010.

Quanto às modalidades com mais peso por freguesia, no Estoril, na Parede e em São Domingos de Rana destacam-se os «Desportos Coletivos», os «Desportos Individuais» e as atividades de «Fitness». Já em Carcavelos e Cascais estão maioritariamente representadas as duas últimas modalidades anteriormente mencionadas, juntamente com os «Desportos de Combate». Por último, em Alcabideche as modalidades com maior peso referem-se aos «Desportos Coletivos», aos «Desportos Individuais» e aos «Desportos de Combate».

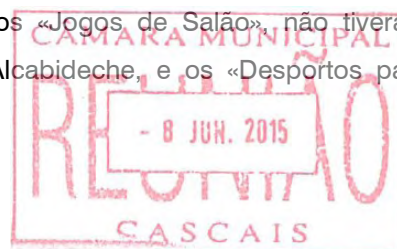



| Tipologia de Modalidades | Modalidades |
|---|--|
| «Desportos Coletivos» | Futebol (7 e 11); Futsal; Basquetebol; Andebol; Hóquei (linha, patins, sala); Voleibol; Rugby Corfbol |
| «Desportos Individuais» | Natação (crianças, adultos, bebés, competição); Atletismo / Corta-Mato; Triatlo Ginástica (Acrobática, Rítmica, Manutenção) Ténis; Squash; Badminton; Ténis de Mesa Patinagem Artística Equitação; Golf; Tiro |
| «Atividades de Fitness» ¹ | Localizada; ABS, GAP Stretching/Alongamentos Hidroginástica Cardiofitness / musculação / Cardio Combat / Cardio Vascular / X55; Aeróbicas (Body Combat, Body Pump, Body Attack, Body Jam, Step, Aerofloor...) RPM / Spinbike / Hidrobike), Pilates |
| «Danças» | Ballet Dança Jazz; Dança (Juvenil, Sénior, Geral) Sapateado Danças de Salão Hip-Hop; Outras (Biodanza, Movimento Musical) |
| «Desportos de Combate» | Aikido; Karaté; Kung-Fu; Taekwondo; Judo Boxe / Boxe Educativo Capoeira Esgrima |
| «Desportos Náuticos» | Canoagem Vela |
| «Desportos Aquáticos» | Hóquei Subaquático Pesca Desportiva |
| «Relaxamento» | Yoga |
| «Desportos de Aventura/Evasão» | BTT; Cicloturismo; Freeride Surf; Windsurf; Bodyboard; Escalada; Passeio Pedestre; Atividades de Praia |
| «Desportos Motorizados» | Motociclismo |
| «Jogos de Salão» | Xadrez; Setas |
| «Jogos Tradicionais» | Chinquilho; Petanca |
| «Desportos para Deficientes / Terapias» | Tiro; Goal Ball; Atletismo; Basquetebol; Corrida Cadeira de Rodas; Futsal Apoiados Terapêuticos (Reeducação Muscular; Hidroterapia e hipoterapia) |

Figura nº 201
Listagem de Modalidades Promovidas pelas
Entidades do Concelho com Carácter Desportivo
Fonte: Investiga/Percurso: Questionário aos Equipamentos Desportivos (2006)

Saliente-se que a categoria «Atividades de Fitness» inclui atividades que, no fundo, significam manutenção individual e, como tal, deveria corresponder a própria designação de Fitness a uma modalidade e não a uma categoria de modalidades. No entanto, dado englobar uma forte diversidade de atividades, resultado de uma série de produtos comercializáveis que engloba, optou-se nesta análise por considerá-la como uma categoria, pelo facto de evidenciar uma tendência cada vez marcante das atividades de manutenção.

É ainda de salientar que não foram identificados nem «Desportos Náuticos» nas Freguesias de Alcabideche, Parede e São Domingos de Rana, nem «Desportos Aquáticos» na Freguesia do Estoril. Os «Desportos Motorizados» foram apontados apenas por uma entidade localizada em Alcabideche. Os «Jogos Tradicionais» não foram registados nas respostas das entidades sedeadas em Carcavelos, Cascais e Parede. Também os «Jogos de Salão», não tiveram qualquer registo nas freguesias de Cascais, Parede e Alcabideche, e os «Desportos para Deficientes» só não foram identificados em Carcavelos.



| Tipologia de Modalidades | Freguesia | | | | | | Concelho | |
|------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------|--------------|
| | Alcab. | Carc. | Casc. | Est. | Par. | S. D.R. | Nº | % |
| «Desportos Colectivos» | 21 | 10 | 13 | 27 | 7 | 12 | 90 | 19,1 |
| «Desportos Individuais» | 23 | 12 | 16 | 25 | 17 | 21 | 114 | 24,3 |
| Actividades de «Fitness» | 9 | 20 | 26 | 19 | 12 | 12 | 98 | 20,9 |
| «Danças» | 6 | 6 | 6 | 9 | 4 | 5 | 36 | 7,7 |
| «Desportos de Combate» | 12 | 13 | 15 | 10 | 8 | 10 | 68 | 14,5 |
| «Desportos Náuticos» | 0 | 2 | 2 | 1 | 0 | 0 | 5 | 1,1 |
| «Desportos Aquáticos» | 0 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0,9 |
| «Relaxamento» | 1 | 3 | 2 | 2 | 1 | 1 | 10 | 2,1 |
| Desportos de Aventura/Evasão | 7 | 3 | 4 | 1 | 2 | 5 | 22 | 4,7 |
| «Desportos Motorizados» | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0,2 |
| «Jogos de Salão» | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 3 | 0,6 |
| «Jogos Tradicionais» | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 3 | 0,6 |
| «Desportos p/ Deficientes» | 5 | 0 | 3 | 1 | 6 | 1 | 16 | 3,4 |
| Total | 86 | 71 | 90 | 97 | 57 | 69 | 470 | 100,0 |
| % | 18,3 | 15,1 | 19,1 | 20,6 | 12,1 | 14,7 | | |

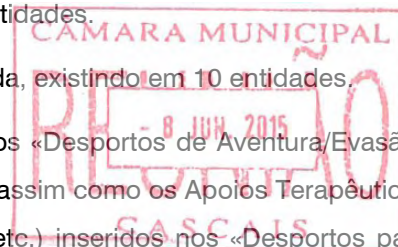
Figura nº 202
Nº de Modalidades Desportivas, por Tipologia,
Existentes no Concelho e Freguesias de Cascais

Fonte: Investiga/Percorso: Questionário aos Equipamentos Desportivos (2006)

Em análise às modalidades mais representativas em cada tipologia e ao número de entidades que as promovem (figura nº 203), constata-se que:

- Existem 40 entidades a promover modalidades inseridas nos «Desportos Individuais» destacando-se, dentro desta categoria, os vários tipos de Ginástica (como Acrobática, Manutenção e Rítmica).
- Em 34 entidades são promovidas modalidades Aeróbicas incluídas nas Atividades de «Fitness» (nomeadamente Body Combat, Body Pump, Body Attack, Body Jam, Step, Aerofloor, etc.).

- Contabilizaram-se 30 entidades que promovem os «Desportos Coletivos», dos quais emergem como as modalidades mais frequente o Futebol de Sete e o Futebol de Onze.
- Em 26 entidades existe oferta de Karaté como a modalidade mais expressiva dos «Desportos de Combate».
- A Dança (Juvenil, Sénior e Geral) é promovida em 12 entidades.
- No «Relaxamento», o Yoga é a única modalidade referida, existindo em 10 entidades.
- O Cicloturismo, Freeride e BTT são as modalidades dos «Desportos de Aventura/Evasão» com maior expressividade, com presença em 8 entidades, assim como os Apoios Terapêuticos (como Reeducação Muscular, Hidroterapia, Hipoterapia, etc.) inseridos nos «Desportos para Deficientes/Terapias».
- Em 3 entidades os «Desportos Náuticos» são representados pela Vela e a Pesca Desportiva, pelos «Desportos Aquáticos».
- O Xadrez destaca-se dentro dos «Jogos de Salão», com 2 entidades que o promovem.
- Por último, o Motociclismo é a única modalidade identificada nos «Desportos Motorizados», sendo promovida por uma única entidade.



| Tipologia de Modalidades | Modalidades | Nº de Entidades Promotoras |
|---|---|----------------------------|
| «Desportos Colectivos» | Futebol (7 e 11) | 30 |
| «Desportos Individuais» | Ginástica (Acrobática, Manutenção, Rítmica) | 40 |
| Actividades de «Fitness» | Aeróbicas (Body Combat, Body Pump, Body Attack, Body Jam, Step, Aerofloor...) | 34 |
| «Danças» | Dança (Juvenil, Sénior, Geral) | 12 |
| «Desportos de Combate» | Karaté | 26 |
| «Desportos Náuticos» | Vela | 3 |
| «Desportos Aquáticos» | Pesca Desportiva | 3 |
| «Relaxamento» | Yoga | 10 |
| «Desportos de Aventura/Evasão» | Cicloturismo / Freeride / BTT | 8 |
| «Desportos Motorizados» | Motociclismo | 1 |
| «Jogos de Salão» | Xadrez | 2 |
| «Jogos Tradicionais» | ----- | |
| «Desportos para Deficientes / Terapias» | Apoios Terapêuticos (Reeducação Muscular; Hidroterapia; Hipoterapia...) | 8 |

Figura nº 203
Modalidades mais representativas em cada Tipologia

Fonte: Investiga/Percurso: Questionário aos Equipamentos Desportivos (2006)

Enquanto que o Quadro da figura nº 185 faz referência às modalidades com maior peso em cada tipologia e ao número de entidades que as promovem, já no quadro da figura nº 204, o objetivo da análise, é aferir quais as modalidades com maior promoção no conjunto das entidades.

Assim sendo, as modalidades com maior promoção são a Ginástica (40 entidades), Aeróbicas (34 entidades), o Futebol de Onze e de Sete (30 entidades), o Cardiofitness / Musculação / Cardio Combat / Cardio Vascular / X55 (promovidas em 28 entidades), o Karaté (26 entidades) e o Futsal (22 entidades).

Num segundo plano, mas ainda com alguma relevância face ao contexto geral nas modalidades desenvolvidas em cada tipologia, encontra-se a Natação, o Ténis, o Voleibol, o Atletismo / Corta-Mato, Localizada / ABS / GAP / Hidroginástica, Dança, Basquetebol e Yoga.

| Modalidades | Tipologia de Modalidades | Nº de Entidades Promotoras |
|---|--------------------------|----------------------------|
| Ginástica (Acrobática, Manutenção, Rítmica) | «Desportos Individuais» | 40 |
| Aeróbicas (Body Combat, Body Pump, Body Attack, Body Jam, Step, Aerofloor...) | Actividades de «Fitness» | 34 |
| Futebol (7 e 11) | «Desportos Colectivos» | 30 |
| Cardiofitness / musculação / Cardio Combat / Cardio Vascular / X55 | Actividades de «Fitness» | 28 |
| Karaté | «Desportos de Combate» | 26 |
| Futsal | «Desportos Colectivos» | 22 |
| Natação (crianças, adultos, bebés, competição) | «Desportos Individuais» | 17 |
| Ténis | «Desportos Individuais» | 17 |
| Voleibol | «Desportos Colectivos» | 14 |
| Atletismo / Corta-Mato | «Desportos Individuais» | 12 |
| Localizada, ABS, GAP, Hidroginástica | Actividades de «Fitness» | 12 |
| Dança (Juvenil, Sénior, Geral) | «Danças» | 12 |
| Basquetebol | «Desportos Colectivos» | 11 |
| yoga | «Relaxamento» | 10 |

Figura nº 204
Modalidades com maior Promoção

Fonte: Investiga/Percurso: Questionário aos Equipamentos Desportivos (2006)

Em análise às modalidades mais representativas por freguesia (figura nº 205), os «Desportos Individuais» surgem em Alcabideche, Parede e São Domingos de Rana como a primeira modalidade mais frequente, enquanto nas freguesias de Carcavelos e Cascais é o «Fitness» que ocupa um lugar de destaque. Finalmente, na Freguesia do Estoril são os «Desportos Coletivos» a modalidade mais representativa.

Como segunda tipologia de modalidades de relevo em Alcabideche e em S. Domingos de Rana temos os «Desportos Coletivos», aos quais se junta o «Fitness» nesta última freguesia e na Parede, Carcavelos, Cascais e Estoril possuem como segunda modalidade mais incidente os «Desportos Individuais». Por último, em terceiro lugar surge em Alcabideche e em São Domingos de Rana a categoria «Desportos de Combate», no Estoril o «Fitness» e nas restantes freguesias os «Desportos Coletivos».



| Freguesia | 1ª | 2ª | 3ª |
|-------------|-------------------------|-------------------------------------|------------------------|
| Alcabideche | «Desportos Individuais» | «Desportos Coletivos» | «Desportos de Combate» |
| Carcavelos | «Fitness» | «Desportos Individuais» | «Desportos Coletivos» |
| Cascais | «Fitness» | «Desportos Individuais» | «Desportos Coletivos» |
| Estoril | «Desportos Coletivos» | «Desportos Individuais» | «Fitness» |
| Parede | «Desportos Individuais» | «Fitness» | «Desportos Coletivos» |
| S. D. Rana | «Desportos Individuais» | «Desportos Coletivos»; «Fitness» | «Desportos de Combate» |

Figura nº 205
Tipo de Modalidades mais Incidentes por Freguesia

Fonte: *Investiga/Percurso: Questionário aos Equipamentos Desportivos (2006)*

Quanto às modalidades mais frequentes nas seis freguesias, para as quais remete o quadro da figura nº 206, destacam-se o Futsal em Alcabideche, as Aeróbicas em Carcavelos e Cascais, o Cardiofitness no Estoril e a Ginástica na Parede e em São Domingos de Rana.

Em segundo lugar surge em Alcabideche a Ginástica e o Karaté (a primeira também predominante no Estoril e a segunda em São Domingos de Rana), o Futebol em Carcavelos, o Cardiofitness em Cascais e as Aeróbicas na Parede, não apresentando esta última freguesia mais nenhuma modalidade de relevo.

Como a terceira modalidade mais frequentada nas freguesias do Concelho de Cascais, aparece o Futebol em Alcabideche e São Domingos de Rana, a Ginástica Localizadas e Cardiofitness em Carcavelos, a Ginástica, Natação e Karaté na sede do concelho, e o Basquetebol, Futsal e Futebol no Estoril.




| Freguesia | 1ª | 2ª | 3ª |
|-------------|---------------|-------------------|---------------------------------------|
| Alcabideche | Futsal | Ginástica; Karaté | Futebol |
| Carcavelos | Aeróbicas | Futebol | Ginástica; Localizadas; Cardiofitness |
| Cascais | Aeróbicas | Cardiofitness | Ginástica; Natação; Karaté |
| Estoril | Cardiofitness | Ginástica | Futebol; Futsal; Basquetebol |
| Parede | Ginástica | Aeróbicas | |
| S. D. Rana | Ginástica | Karaté | Futebol |

Figura nº 206
Modalidades mais Incidentes por Freguesia

Fonte: Investiga/Percurso: Questionário aos Equipamentos Desportivos (2006)

Por último, é ainda de evidenciar as Freguesias que mais se destacam por tipologia de modalidade, avaliação aferida pela leitura do quadro da figura nº 207, que realça do facto de serem as freguesias do Estoril, de Alcabideche e de Cascais aquelas que estão mais representadas, relativamente às restantes, num maior tipo de modalidades.

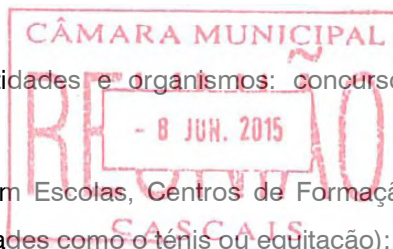
| Tipologia de Modalidades | Freguesias mais representadas |
|---|-----------------------------------|
| «Desportos Colectivos» | Estoril, Alcabideche |
| «Desportos Individuais» | Estoril, Alcabideche e S. D. Rana |
| Actividades de «Fitness» | Cascais, Estoril e Carcavelos |
| «Danças» | Estoril |
| «Desportos de Combate» | Alcabideche e Cascais |
| «Desportos Náuticos» | Carcavelos, Cascais |
| «Desportos Aquáticos» | Cascais |
| «Relaxamento» | Carcavelos |
| «Desportos de Aventura/Evasão» | Alcabideche, S. D. Rana e Cascais |
| «Desportos Motorizados» | Alcabideche |
| «Jogos de Salão» | Carcavelos, Estoril e S. D. Rana |
| «Jogos Tradicionais» | Estoril e S. D. Rana |
| «Desportos para Deficientes / Terapias» | Parede, Alcabideche e Cascais |

Figura nº 207
Freguesias com maior Incidência por Tipo de Modalidades Desportivas

Fonte: Investiga/Percurso: Questionário aos Equipamentos Desportivos (2006)

Para além das modalidades desportivas que cada entidade oferece, existe um outro conjunto de dinâmicas desportivas nas quais as entidades se envolvem, dinâmicas essas que podem ser assumidas quer pelas próprias, quer por outras entidades, que discriminamos:

- Organização de eventos desportivos, tais como: torneios; competições dirigidos a indivíduos portadores de deficiências;
- Participação em eventos organizados por outras entidades e organismos: concursos, campeonatos;
- Dinamização de pólos de aprendizagem, traduzidos em Escolas, Centros de Formação, Workshop's, Ações de Formação (para promoção de atividades como o ténis ou equitação);
- Realização de Campo de Férias;
- Aluguer de Campos.



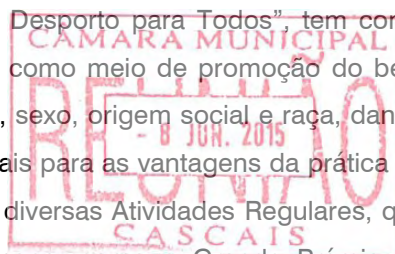
As iniciativas desportivas do Concelho de Cascais vão para além das modalidades oferecidas pelas entidades desportivas inquiridas e das dinâmicas a que se acabou de fazer referência. Estas iniciativas compreendem um conjunto vasto de atividades desportivas, desde espetáculos desportivos, competições desportivas locais, ações de promoção da atividade física e desportiva, seja para a população em geral, seja para populações específicas, nomeadamente a população deficiente, a população sénior e os estudantes.

No âmbito da relação direta com o movimento associativo, destacam-se a Gala do Desporto do Concelho de Cascais, que premeia e homenageia anualmente o sucesso desportivo de centenas de atletas e treinadores de clubes de Cascais; a Taça de Futebol de Cascais – Futebol e Futsal, o Troféu de Atletismo e o Troféu Jovem de Cascais, que envolve atletas/equipas em competições de nível local; e o apoio a Eventos Desportivos, sejam competições de âmbito local, nacional e ou internacional, promovidas e organizadas pelas diferentes entidades desportivas.

Ainda neste âmbito, mas que inclui também entidades desportivas não associativas, a Feira do Desporto e o Guia do Desporto do Concelho de Cascais, são iniciativas que promovem as ofertas desportivas e de atividades físicas, modalidades e locais, que estão disponíveis no concelho de Cascais, independentemente da natureza dos promotores e prestadores de serviços desportivos.

Para promover a prática da atividade física e desportiva junto da população e a criação de hábitos saudáveis de vida ativa, a Câmara Municipal de Cascais criou, à quase uma década, a marca Cascais Ativo, desenvolvida em três programas de ação, cada qual funcionando independentemente entre si.

O “CA | VIVA 30”, que desde 2010, dá sequência ao “É Desporto para Todos”, tem como objetivo promover a atividade física e desportiva informal, como meio de promoção do bem estar e saúde da população, independentemente da idade, sexo, origem social e raça, dando particular ênfase às orientações de organismos internacionais para as vantagens da prática de atividade física diária durante 30 minutos. Destacam-se as diversas Atividades Regulares, que se realizam durante quase todo o ano aos fins de semana, como o Grande Prémio da Atividade Física, o evento com maior impacto do programa, os Circuitos de Marcha, sinalização e animação dos parques municipais, e os Circuitos com equipamentos de acesso livre em espaços públicos.



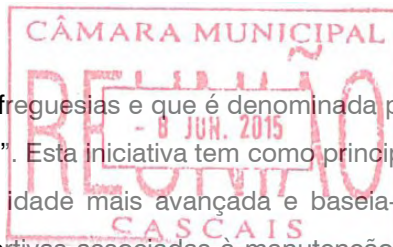
Para a população escolar, desde os Jardins de Infância até ao Secundário, o “CA | É Desporto na Escola”, congrega todas as atividades regulares e pontuais que, desenvolvidas em articulação com os estabelecimentos de ensino público e privado, movimentam anualmente milhares de alunos. Desde as atividades regulares no 1º Ciclo, como o projeto de Adaptação ao Meio Aquático – “Nadar a Brincar”, as Atividades de Enriquecimento Curricular – Atividade Física e Atividade Desportiva, às do 2º e 3º Ciclo e secundário, como as Escolas de Referência Desportiva de Vela, Canoagem, Surf, Ténis e Golf. Nas atividades pontuais destacam-se, no 1º ciclo, o Cascais Gym, o Jogo do Mata, o Encontro de Jogos Tradicionais, o Passeio de Aventura e o Dia do Mar; e nos outros níveis de ensino, o Corta-mato Concelhio, o Cascais Boulder – torneio de escalada, o Cascais-Pong – torneio de ténis de mesa, o Cascais Minton – torneio de badminton, o Torneio de Ténis, Torneio de Atletismo e os Encontros de Surf e Vela. Destaque ainda para a Festa da Criança, que anualmente assinala o Dia Mundial da Criança, e que proporciona um dia inteiro de exibição, demonstração e experimentação de atividades físicas e desportivas, dirigidas ao público infantil.

Para promover a ocupação de tempos livres de forma ativa e saudável, o “Desporto nas Férias” apoia projetos de atividades em época de férias, organizados por diversas entidades do Concelho. Para além disso, promove, em articulação com estabelecimentos de ensino público, Centros de Férias Desportivas, para jovens dos 10 aos 14 anos.

Com o objetivo de contribuir para aproximar a população de Cascais ao mar e aos desportos náuticos, a Câmara adquiriu em 2002 uma embarcação tradicional à Vela, o “Estou para Ver”. Com esta embarcação, concretizaram-se desde então, centenas de ações, desde passeios de barco para grupos de escolas, idosos e pessoas com deficiência; promoveram-se passeios

para a população, mediante a inscrição individual, participou-se em encontros de barcos em outros concelhos ribeirinhos, e apoiou-se o projeto “Este mar”, promovido por estabelecimentos de ensino, que utilizam a embarcação como sala de aula em diferentes conteúdos. Com a embarcação, é organizado anualmente o Encontro de Barcos Tradicionais, associando-se às Festas do Mar de cascais, trazendo até à Baía de Cascais dezenas de embarcações tradicionais à vela.

Existe uma iniciativa desportiva que se repete em todas as freguesias e que é denominada por “Ateliers de Ginástica / Movimento para a População Sénior”. Esta iniciativa tem como principal característica ser direcionada para as pessoas com uma idade mais avançada e baseia-se principalmente no desenvolvimento de modalidades desportivas associadas à manutenção, à terapêutica e ao relaxamento.



Em cada Freguesia do Concelho de Cascais esta iniciativa é promovida por Centros e Associações de Apoio Social, Centros de Convívio, Centros Comunitários e Paroquiais e pelas Juntas de Freguesia. Ainda tendo como alvo os seniores, existe a iniciativa “Idade Maior”, promovida pelos Centros de Saúde de Cascais e Parede.

A Câmara Municipal de Cascais, quer como única entidade promotora, quer em parceria com outras entidades de carácter desportivo e de apoio social, desenvolve atividades como o “Encontro de Desporto para Pessoas com Deficiência”, “Desporto Adaptado” e a “Vela Sem Limites”, destinadas à população com deficiência. Para a população sénior possui a iniciativa “Seniores em Movimento”, com atividades de ginásio e piscina - hidroginástica e de movimento.

Estas iniciativas podem ser consultadas de forma pormenorizada no quadro da figura nº 208, que a seguir se apresenta.

| Iniciativas Desportivas | Características | Entidade Promotora |
|---|---|--|
| Desporto Adaptado | Promoção de práticas desportivas dirigidas a população com deficiência | Centro Recreativo e Cultural da Quinta dos Lombos – Carcavelos |
| Vela Sem Limites | Sessões de Vela para pessoas portadoras de deficiência | CMC / CERCICA / Clube Naval de Cascais |
| Ténis Adaptado | Ténis destinado à população com deficiência | CMC / Clube de Ténis do Estoril / Centro de Reabilitação de Alcoitão |
| Seniores em Movimento | Actividades em ginásio e em piscina para idosos | CMC / Associação dos Bombeiros Voluntários dos Estoris / ANEA (Associação Nacional de Espandilite Aquilosa) |
| Idade Maior | Marcha, ginástica, passeios terapêuticos e exercícios de resistência, entre outras actividades, para maiores de 50 anos | Centros de Saúde de Cascais e Parede |
| Apoio Terapêutico a Idosos | Actividades de hidroginástica e movimento para idosos | Junta de Freguesia de Alcabideche / Centro Social de São Pedro e de São João do Estoril / Associação dos Bombeiros Voluntários dos Estoris |
| Ateliers de Ginástica/Movimento para a População Sénior, na da Freguesia de Alcabideche | Ginástica – Manutenção, Geriátrica, Fisioterapêutica, Terapêutica; Hidroginástica; Tai-Chi | Associação Apoio Social N.º Sr.ª da Assunção; Associação Apoio Social N.º Sr.ª das Neves de Manique de Baixo; Centro de Convívio de Alvide (J. F. Alcabideche); Centro de Convívio de Alcoitão (J. F. Alcabideche); Associação Social Idosos da Amoreira; Centro de Dia S. Miguel (SCMS); Associação de Bem Estar Social Juventude e 3.ª Idade de Alcabideche; Associação Idosos de St.ª Iria; Associação de Apoio Social “Os Amigos da Paz” |
| Ateliers de Ginástica/Movimento para a População Sénior, na Freguesia de Carcavelos | Ginástica – Manutenção, Geriátrica | Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos |
| Ateliers de Ginástica/Movimento para a População Sénior, na Freguesia de Cascais | Ginástica e Ginástica Geriátrica; Yoga | Casa de Repouso de Cascais; Centro de Convívio da Areia (J. F. Cascais); Centro de Convívio do B.º do Rosário (J. F. Cascais); Centro de Convívio da Pampilheira (J. F. Cascais); Centro de Convívio do Poço Novo (J. F. Cascais); Centro de Dia de Cascais (SCMC); Centro de Dia da Torre (SCMC) |
| Ateliers de Ginástica/Movimento para a População Sénior, na Freguesia do Estoril | Ginástica e Ginástica de Manutenção; Hidroginástica; Movimento; Reeducação Postural | Centro Social N.º Sr.ª de Fátima; Centro Social Paroquial de S. Pedro e S. João do Estoril; Centro Eng.º Álvaro de Sousa; Centro Paroquial do Estoril; |
| Ateliers de Ginástica/Movimento para a População Sénior, na Freguesia da Parede | Ginástica e Ginástica de Manutenção; Hidroginástica; Movimento; Reeducação Postural; Tai-Chi | J. F. Parede; Academia Sénior – CV Portuguesa (Núcleo Costa do Estoril); Centro Comunitário da Paróquia da Parede; Centro de Convívio da Assoc. de Beneficência e Soc. Amadeu Duarte; Centro Psicogeriátrico N.º Sr.ª de Fátima; |



[Handwritten signature]

Figura nº 208 (1ª parte)
Iniciativas Desportivas Específicas no Concelho

*Fonte: CMC – Divisão da Ação Social;
 Brochuras fornecidas pela Divisão da Ação Social; site CMC – www.cm-cascais.pt*

| Iniciativas Desportivas | Características | Entidade Promotora |
|---|--|---|
| Ateliers de Ginástica/Movimento para a População Sénior, na Freguesia de S. D. Rana | Ginástica; Movimento | Centro de Convívio do Grupo Recreativo de Mato-Cheirinhos (SCMC); Centro Convívio "Natael Rianço" (SCMC); Centro Convívio do Clube Desportivo e Recreativo "Os Vinhais" (SCMC); Associação dos Idosos e Deficientes do Penedo; Centro Social Paroquial S. D. Rana (ext. Trajouce); Centro Social Paroquial S. D. Rana (ext. Talaíde); Centro Social Paroquial S. D. Rana (ext. Madorna); Centro Social Paroquial S. D. Rana |
| Vive a Vida Sobre Rodas | Promover a prática do Skate junto dos alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário das escolas do Concelho de Cascais | Associação Academia dos Patins em parceria com a CMC |
| Cascais Activo é Desporto na Escola | Programa de actividades que se realiza ao longo do ano lectivo, com a população escolar do concelho, com o objectivo de promover diversas modalidades desportivas, que proporcionem a iniciação aos vários desportos | CMC em parceria com: Escola de Actividades Náuticas de Cascais, Centro de Formação de Escalada de Cascais, Centro de Formação de Ténis de Cascais |
| Cascais Activo é Desporto para Todos | Leque variado de actividades de promoção desportiva de participação aberta à população, abrangendo passeios de várias tipologias, Escalada e actividades desportivas ligadas à ginástica de manutenção. | CMC, em parceria com: Associação de Desportos de Aventura Desnível, Clube Português de Freeride, Actividades Desportivas Náuticas de Cascais, a Associação dos Bombeiros voluntários dos Estoris e diversos ginásios Particulares, entre outros |
| Ginástica no Parque e na Praia | Actividades físicas como a ginástica de manutenção, o yoga, o tai-chi ou as sessões de movimento | CMC, em parceria com: Associação dos Bombeiros Voluntários dos Estoris, Central Fitness, Centro de Medicina e Reabilitação de Alcoitão, Escola Superior de Saúde de Alcoitão, Holmes Place Cascais, Instituto Macrobiótico de Portugal, Ginásio Linha, Visconde Health Club. |
| Passeios de BTT | Percursos pelos trilhos do Parque Natural Sintra/Cascais | CMC |
| Vida Saudável | Composto por 20 estações, entre Cascais e São João do Estoril, este equipamento visa proporcionar actividades divertidas de força, flexibilidade e equilíbrio, para todas as idades, com especial atenção à população sénior | CMC |

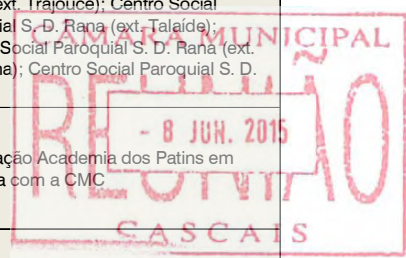


Figura nº 208 (2ª parte)
Iniciativas Desportivas Específicas no Concelho

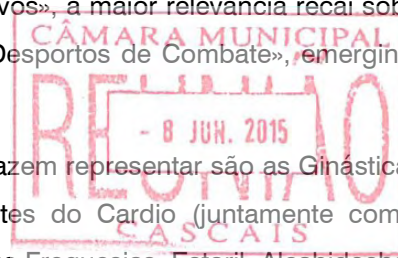
Fonte: CMC – Divisão da Ação Social;
Brochuras fornecidas pela Divisão da Ação Social; site CMC – www.cm-cascais.pt

Com vista a sintetizar o conjunto de informações esboçadas nesta caracterização das modalidades, no contexto da oferta concelhia, são de salientar os seguintes aspetos:

Os tipos de modalidades com mais relevo no Concelho de Cascais são os «Desportos Individuais» e dentro desta tipologia os vários tipos de Ginástica e as atividades de «Fitness», destacando-se as Aeróbicas. Já para os «Desportos Coletivos», a maior relevância recai sobre modalidades como o Futebol de Sete e de Onze, e os «Desportos de Combate», emergindo dentro destes o Karaté;

No conjunto das entidades, as modalidades que mais se fazem representar são as Ginásticas, as Aeróbicas, o Futebol de Onze e de Sete, as variantes do Cardio (juntamente com a Musculação e X55), o Karaté e o Futsal. No que concerne às Freguesias, Estoril, Alcabideche e Cascais são as que possuem uma maior diversidade de modalidades e de tipologias;

As entidades de carácter desportivo promovem outras dinâmicas desportivas para além das modalidades que oferecem nas suas instalações, ou nos espaços a que recorrem para as desenvolver. De salientar ainda nesta síntese que, no Concelho de Cascais, existe um vasto conjunto de iniciativas desportivas destinadas à população em geral e a públicos específicos, como sejam a população sénior, a população com deficiência e a população estudantil, em que se destaca, como entidade promotora, a Câmara Municipal de Cascais.



12.7.3. PROCURA E CONSUMO DESPORTIVO NO CONCELHO DE CASCAIS

A Carta de Desporto do Concelho de Cascais, inclui um capítulo dedicado à Procura e Consumos Desportivos¹⁸.

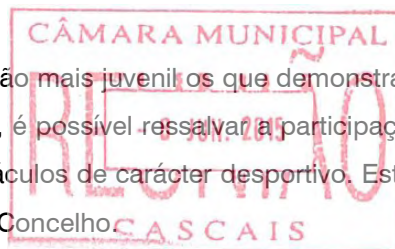
Como nota prévia, importa referir que a Carta da Procura e do Consumo Desportivos do Concelho de Cascais organizou a sua análise em torno de cinco variáveis, sendo elas a relação sociocultural com o desporto; a participação desportiva; a relação institucional com a prática desportiva; a motivação para a prática desportiva; e as condições para a prática desportiva.

¹⁸ Carta de Desporto do Concelho de Cascais – Cap. 9 – Panorama Concelhio da Procura Desportiva – Práticas e motivações

12.7.3.1. OS CASCAENSES E A RELAÇÃO COM O CONSUMO E PROCURA DESPORTIVOS

Na relação sociocultural com o desporto, é de salientar o forte interesse percecionada através da adesão a espetáculos desportivos.

Não obstante, constata-se que são os homens e a população mais juvenil os que demonstram maior interesse em questões desportivas, mas, no entanto, é possível ressaltar a participação feminina e dos indivíduos com 64 ou mais anos, em espetáculos de carácter desportivo. Estes últimos sobressaem ainda pela sua adesão a iniciativas do Concelho de Cascais.



No retrato da participação desportiva em Cascais, salientam-se alguns aspetos estruturantes desta participação.

Em primeiro lugar, é de referir que, apesar de serem os mais novos os mais “ativistas”, a filiação associativa desportiva é minoritária entre os inquiridos, facto este que abre espaço para ações de divulgação e promoção dos clubes e associações desportivas junto das populações, principalmente se for considerado que, segundo os inquiridos, a prática desportiva já se tornou um hábito enraizado na vida quotidiana, uma vez que a maior parte dos indivíduos abordados praticam atividades desportivas duas a três e mais vezes por semana.

No entanto, é na população mais velha que a prática desportiva é menos frequente em termos de rotina e de intensidade, dado este já desvendado, em parte, na caracterização da variável anterior.

O desporto na terceira idade poderá ser uma vertente de atuação a ponderar e a dar maior visibilidade pelos gestores dos equipamentos desportivos em Cascais, principalmente se for assumido que a população tende a envelhecer cada vez mais e que o desporto é considerado pelos profissionais de saúde como uma prática que propicia um estilo de vida saudável.

Quanto a atividades desportivas praticadas, a preferência recai nas atividades de manutenção e de Fitness, sendo o nível da atividade predominante o desporto de rendimento amador.

O desporto de recreação e de competição encontra a maior parte dos adeptos na população mais jovem, tal como os desportos clássicos de equipa, associados aos mais jovens e ao universo escolar.

Esta relação entre a idade e as atividades praticadas permite planear com mais rigor as modalidades a oferecer ao público que se quer alcançar.

Por fim, é ainda de salientar a maior preferência que existe pelo exercício da prática desportiva nos horários disponíveis durante toda a semana, e o facto da maior parte dos utilizadores dos equipamentos praticarem desporto acompanhados pelos amigos, o que vem reforçar a ideia do desporto como uma atividade de carácter social que permite manter, reforçar e inovar sociabilidades.

Resumidamente, a relação institucional com a prática desportiva pode ser caracterizada pelos seguintes traços gerais:

- Maior preferência dos praticantes por equipamentos desportivos de administração privada, e maior prática desportiva em salas de desporto, utilizadas para modalidades de fitness, bastante referenciadas ao longo das várias análises;
- Os gastos com a prática desportiva variam entre os 25 e os 50 euros;
- O tempo de deslocação até ao local da prática é de 10 minutos, o que pode ser revelador quer de uma oferta desportiva que satisfaz os residentes de cada freguesia (uma vez que também se constatou que os equipamentos são utilizadas por praticantes que residem na freguesia onde aquelas se localizam), quer de uma adaptação dos utilizadores à oferta existente, possivelmente com vista a uma economia de tempo e de dinheiro nas deslocações (uma vez que a maioria se desloca por veículo motorizado próprio).



Por fim, é ainda de evidenciar a avaliação positiva efetuada pelos praticantes acerca dos locais onde praticam desporto.

Sintetizando, os motivos que conduzem quer à prática desportiva, quer à não prática, foram identificadas algumas divergências entre os diversos estudos a que se faz referência nesta Caracterização da Procura e do Consumo Desportivo.

Assim sendo, no questionário aplicado no contexto da elaboração da Carta da Procura e do Consumo, o motivo de maior relevo para a não prática desportiva, quer para indivíduos de ambos os sexos, quer para a maioria dos escalões etários, foram as acessibilidades. Em contrapartida, os motivos enunciados pelos outros não praticantes recaem sobre a falta de tempo, o ser caro e a inadequação de horários.

Todavia, esta diferença pode ser fruto da reduzida amostra de indivíduos que não praticam desporto, inquiridos no âmbito da elaboração da Carta de Desporto como tal, todas as referências a dados deste questionário devem ser consideradas como indicativas e não como representativas.

Ainda quanto aos motivos da não prática desportiva, é de referir que no escalão etário dos 64 e mais anos a ausência de oferta desportiva é a razão mais apontada, como tal, reforça-se a

ideia da necessidade de melhorar a adequação da oferta e dos programas desportivos à população mais idosa e investir na divulgação dos programas já existentes.

Por seu turno, os motivos que estiveram na base do abandono da prática desportiva residem em questões de nível profissional e escolar, motivos estes externos aos equipamentos desportivos e, conseqüentemente, de difícil intervenção por parte destas.

Em último lugar, os motivos que levam os utilizadores dos equipamentos desportivos a praticarem desporto relacionam-se com o bem-estar físico, com uma melhor qualidade de vida e com o bem-estar mental, impulsionadores estes de carácter essencialmente pessoal.

Entre todos estes motivos, é possível identificar uma lógica instrumental, que justifica uma ausência de prática desportiva devido a motivos que são exteriores aos indivíduos (acessibilidades, custos elevados, etc.), e uma lógica emotiva, se assim se poderá denominar, nos motivos que levam os inquiridos a praticar desporto, justificações que se sustentam em toda uma conceção de bem-estar pessoal.

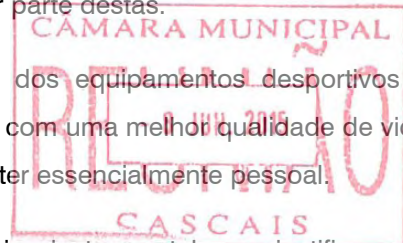
Como forma de sistematizar a informação recolhida nesta última variável da Caracterização da Procura e do Consumo Desportivo, “condições para a prática desportiva”, serão salientados os aspetos mais relevantes que definem e qualificam estas condições.

Deste modo, a avaliação da qualidade e das condições existentes nos locais de prática desportiva foi razoável, no que concerne à oferta desportiva, ao acesso ao equipamento, aos horários disponíveis, ao estado de conservação, aos materiais e ao apoio técnico, tendo sido avaliadas como insuficientes as iniciativas desportivas destinadas à população em geral e a oferta de atividades desportivas para jovens e crianças.

Este último dado levanta algumas interrogações, nomeadamente ao facto da pouca oferta desportiva ser um motivo que leva os inquiridos com mais de 64 anos a não praticarem desporto e que não se encontra refletida nesta avaliação, emergindo somente a insuficiente oferta junto das crianças e jovens.

Mais positiva é a avaliação realizada pelos utilizadores dos equipamentos desportivos, uma vez que consideram todos os itens como bons, embora seja possível, e recomendado, que se dê alguma atenção aos itens como uma avaliação mais baixa em cada freguesia, embora esses itens tenham sido avaliados como positivos pela maioria dos inquiridos.

Quanto aos motivos pela opção do equipamento que frequentam, a maioria refere a localização, as relações de amizade, as acessibilidades, a oferta desportiva e a compatibilidade de horários. Como se pode observar, não são os motivos de ordem técnica que são preponderantes na escolha da infraestrutura a frequentar.



12.7.3.2. IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES

Após a análise das cinco variáveis, importa ainda apresentar a identificação de necessidades efetuada pelos inquiridos dos diversos estudos que têm sustentado esta caracterização.

Neste âmbito, é de salientar algumas insuficiências de oferta de instalações desportivas, enumeradas pelos inquiridos da Carta de Procura e Consumo Desportivo nomeadamente:



- Piscina coberta (54,4%);
- Espaços desportivos informais de bairro (52,7%);
- Equipamentos desportivos nos parques e jardins públicos (46,3%);
- Percursos pedestres (40,4%);
- Piscina ao ar livre (38%);
- Percursos para bicicleta (36,8%);
- Pavilhão desportivo (28,8%);
- Centro náutico (24,7%);
- Pista de atletismo (23,3%);
- Ringues e polidesportivos (20,5%);
- Campo de futebol (18,3%).

Ao nível das freguesias, em Cascais, Alcabideche, S. Domingos de Rana e Parede os inquiridos consideram que a piscina coberta é a instalação que mais falta faz, com os seguintes valores percentuais respetivamente: 63,4%, 53,3%, 57,3% e 57,7%.

Nas freguesias de Carcavelos e Estoril, de acordo com as respostas, os equipamentos insuficientes referem-se a equipamentos desportivos nos parques e jardins públicos (50,5%) e a espaços desportivos informais de bairro (58,9%).

Neste seguimento, os inquiridos para a Carta de Procura e Consumo Desportivo consideram importante a intervenção da autarquia ao nível de:

- Apoio a clubes e associações desportivas;
- Apoio aos ginásios e academias;
- Investimento em instalações desportivas próprias;

- Apoio ao desporto de alto rendimento;
- Apoio ao desporto profissional;
- Apoio ao desporto amador;
- Apoio ao desporto escolar;
- Investimento em grandes instalações desportivas;
- Investimento em zonas verdes e espaços de lazer;
- Investimento em instalações cobertas;
- Promoção direta de atividades desportivas;
- Investimento em infraestruturas desportivas para o turismo;
- Investimento em infraestruturas para o desporto de recreação;
- Promoção de grandes espetáculos desportivos.



Na totalidade da análise destas 15 variáveis, as respostas “concordo inteiramente e concordo” em parte foram aquelas que maiores percentagens obtiveram, ultrapassando quase sempre os 50%. Relativamente a ambos os sexos e ao conjunto dos escalões etários não existem diferenças significativas que justifique a sua apresentação.

Quanto às propostas para a intervenção e rentabilização dos espaços desportivos indicadas pelos utilizadores dos equipamentos desportivos inquiridos, denota-se que:

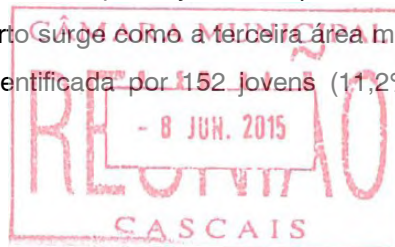
- 26,2% remete para a construção de novos equipamentos, como por exemplo, pavilhões desportivos, recintos cobertos, campos de futebol, cortes de ténis, entre outros;
- 23% para a realização de vários tipos de melhoramentos ao nível dos espaços já existentes;
- 13,1% para a divulgação das iniciativas de carácter desportivo junto da população;
- 11,5% para a flexibilização e adequação dos horários das modalidades desportivas.

Com uma expressão residual foram ainda sugeridos por estes inquiridos:

- A realização de torneios;
- O desenvolvimento de novas modalidades (embora sem especificarem quais);
- O aumento do investimento da autarquia ao nível do desporto;
- O melhoramento e/ou criação de estacionamento para acesso a espaços desportivos;

- A alteração do funcionamento de alguns equipamentos;
- A prática de preços mais acessíveis;
- O alargamento dos horários dos transportes públicos.

Finalmente, no que concerne à avaliação do Concelho realizada pelos jovens inquiridos no âmbito do estudo sobre a Juventude em Cascais, o desporto surge como a terceira área mais problemática ou carenciada do Concelho de Cascais, identificada por 152 jovens (11,2%), englobando nesta a identificação de questões como:



- A falta de equipamentos desportivos (73,0%);
- A escassa diversidade das atividades desportivas (15,1%);
- A falta de apoios ao desporto (5,3%).

Os problemas assinalados são identificados, sobretudo, pelos residentes nas freguesias de Cascais (16,9%) e Alcabideche (16,2%).

A avaliação da zona de residência relativamente à rede de equipamentos existente é considerada em 47,7% dos casos razoável, 37,5% má e 14,75% boa.

A melhoria das atividades desportivas (92,3%) destaca-se enquanto um dos fatores de maior importância para o desenvolvimento do Concelho, sobretudo para os jovens residentes nas freguesias de Cascais (14,4%) e São Domingos de Rana (14,4%).

Esta síntese, não dispensa a consulta integral da Carta de Desporto do Concelho de Cascais, aprovada pela Assembleia Municipal em 24 de Junho de 2010, já que inclui e entrecruza toda a Rede de Equipamentos e Serviços Desportivos existentes no Território Municipal, permitindo identificar localizações (dando a conhecer a estrutura da rede), valências (sistematizando a oferta existente) e capacidade de cobertura (mediante a caracterização articulada entre oferta e procura), possibilitando aferir uma visão integrada e articulada do Desporto no Concelho, potenciando uma maior coerência do planeamento e gestão aplicados.



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.

13. INFRAESTRUTURAS



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.

13.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

No ano 2000, a empresa “Águas de Cascais, S.A.”, celebrou com a Câmara Municipal de Cascais, por um período de 25 anos, um contrato de concessão para Exploração do Sistema Municipal de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais do Concelho.

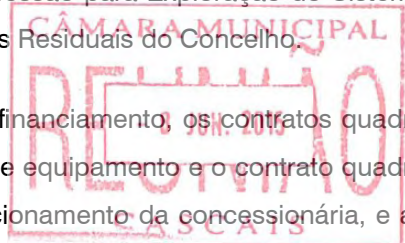
Na mesma data, foram também celebrados o contrato de financiamento, os contratos quadro de empreitadas, o contrato de fornecimento e montagem de equipamento e o contrato quadro de assistência técnica, que configuram a estrutura de funcionamento da concessionária, e as interfaces entre as diferentes entidades envolvidas, nomeadamente concedente, concessionária, entidades financiadoras e fornecedores/parceiros chave.

A “AdC” assumiu os acordos ou a posição contratual da Câmara Municipal de Cascais no fornecimento de água, com a EPAL, e, na recolha e tratamento de águas residuais, com a SANEST.

A Concessão tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de efluentes do município de Cascais, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos dos sistemas concessionados.

Foi concluído em Novembro de 2009 o processo de Revisão do Contrato de Concessão, com a finalidade de adaptar este contrato às novas exigências decorrentes dos Planos Gerais de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais, da aplicação de nova legislação e regulamentos municipais.

A “AdC” assumiu ainda, como missão, satisfazer as necessidades de abastecimento de água e de recolha de águas residuais da população do município de cascais, 365 dias por ano, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.



13.1.1. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A água aduzida ao sistema tem três tipos de origens:

- Água captada no Concelho
- Água adquirida à EPAL
- Água adquirida a outros Concelhos

As origens no Concelho de Cascais repartem-se pelas galerias de minas na Malveira da Serra e Vale de Cavalos, pelos furos da Biscaia, Pisão, Atrozela, Pau Gordo, Cardosas, Quinta da Marinha, Murches e pela Albufeira do Rio da Mula.



| Fornecedor | Volume (2010) | % |
|------------------|---------------------------|--------|
| EPAL | 20.818.129 m ³ | 87,0 % |
| Captações | 2.948.019 m ³ | 12,4 % |
| Outros Concelhos | 42.138 m ³ | 0,6 % |

Figura nº 209
Fornecedores de Água ao Concelho de Cascais

Fonte: "Águas de Cascais, S.A.", e "CMC/DPT/DPIE" - 2011

A água adquirida à EPAL é aduzida ao sistema pela Conduta Alta, com traçado semelhante ao da autoestrada, e no período de Verão pela Conduta Superior (Vila Fria).

Toda a adução é dirigida para 25 reservatórios com capacidade global de 90.146 m³. A esta capacidade de reserva, podemos ainda acrescentar os cerca de 340.000 m³ de capacidade máxima da Albufeira do Rio da Mula.

(fonte: http://cnpqg.inag.pt/gr_barragens/gbportugal/FICHAS/Riodamulaficha.htm).



| Nome do reservatório | Cota de Soleira (m) | Capacidade (m ³) |
|-----------------------------|---------------------|------------------------------|
| ABUXARDA | 97 | 5.000 |
| ALCOITÃO | 151 | 6.000 |
| ALTO do ESTORIL | 48 | 1.000 |
| ATROZELA | 85 | 146 |
| BISCAIA | 240 | 35 |
| CAPARIDE | 103 | 9.000 |
| CARDOSAS | 137 | 5.500 |
| COBRE | 95 | 13.600 |
| GOULÃO | 117 | 5.000 |
| JANES | 182 | 450 |
| MALVEIRA da SERRA | 219 | 300 |
| MOINHOS de RANA | 92 | 12.600 |
| MONTE ESTORIL | 75 | 2.000 |
| MURCHES | 115 | 2.070 |
| OUTEIRO de POLIMA | 112 | 10.000 |
| PAMPILHEIRA | 64 | 4.000 |
| PAREDE (novo) | 51 | 1.500 |
| PAREDE (velho) | 65 | 990 |
| PAU GORDO | 94 | 6.000 |
| PISÃO | 60 | 150 |
| QUINTA da MARINHA (booster) | 64 | 100 |
| QUINTA da MARINHA | 53 | 1.600 |
| RIO da MULA | 144 | 500 |
| SÃO DOMINGOS de RANA | 55 | 2.500 |
| VALE de CAVALOS | 167 | 105 |

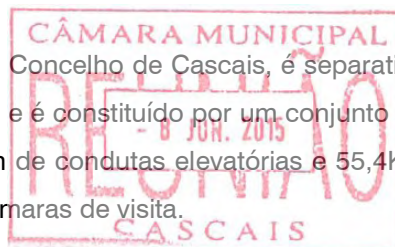
Figura nº 210
Reservatórios de Água existentes no Concelho de Cascais

Fonte: "Águas de Cascais, S.A.", e "CMC/DPT/DPIE" - 2011

13.2. ÁGUAS RESIDUAIS

13.2.1. SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS

O sistema de drenagem de águas residuais domésticas no Concelho de Cascais, é separativo (águas residuais domésticas separadas das águas pluviais) e é constituído por um conjunto de coletores com uma extensão de 735Km, das quais 10,5Km de condutas elevatórias e 55,4Km de coletores principais, 15 estações elevatórias e 41.129 câmaras de visita.



Estes coletores asseguram a drenagem dos efluentes desde os ramais domiciliários aos coletores principais. Os coletores estão geralmente implantados no eixo dos arruamentos com diâmetros mínimos de 200mm. Estes diâmetros vão crescendo à medida que os caudais o justifiquem. O material predominante é grés e PVC.

Sempre que necessário existem estações elevatórias que elevam as águas residuais para locais predefinidos. Estas 15 estações situam-se nos seguintes locais:

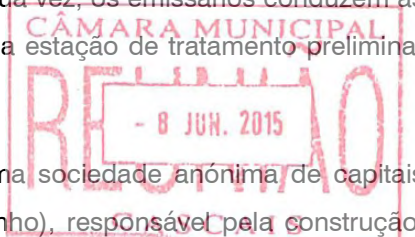
- Almoinhas Velhas
- Areia
- Cabreiro
- Charneca
- Crismina
- Murches
- Parede
- Penha Longa
- Praia da Conceição
- Praia da Duquesa
- Quinta da Marinha
- S. João do Estoril
- Santa Marta
- Zambujeiro
- Malveira da Serra

As condutas elevatórias associadas a estas estações têm 10,5 Km de comprimento.

A rede de drenagem de águas residuais domésticas, conduz estas para um conjunto de emissários sob gestão e de propriedade da SANEST. Por sua vez, os emissários conduzem as águas residuais domésticas para o intercetor geral e para a estação de tratamento preliminar da Guia.

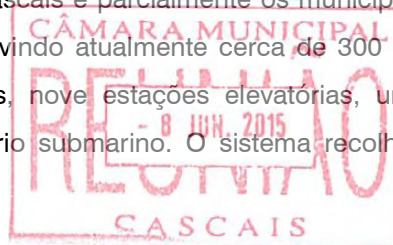
A “SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S.A.” é uma sociedade anónima de capitais públicos (criada pelo Decreto-Lei nº 142/95, de 14 de Junho), responsável pela construção, gestão e exploração do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril, em regime de concessão, até ao ano de 2020.

A empresa tem como objeto a recolha, tratamento e rejeição final das águas residuais urbanas provenientes de cerca de 800.000 habitantes da Costa do Estoril e abrangendo uma área de 220 km², que corresponde à totalidade do Município de Cascais, grande parte dos Municípios de Sintra e Oeiras e uma pequena parte do Município da Amadora.



13.2.2. SISTEMA DE SANEAMENTO DA COSTA DO ESTORIL (SANEST)

O sistema abrange, em alta, os municípios de Oeiras e Cascais e parcialmente os municípios de Amadora e Sintra, conforme figura de localização, servindo atualmente cerca de 300 mil alojamentos. Inclui 144 km de interceptores e emissários, nove estações elevatórias, uma estação de tratamento de águas residuais e um emissário submarino. O sistema recolheu cerca de 55,8 x 106 m3 de água residual em 2009.



O Sistema de saneamento da Costa do Estoril está apetrechado com nove estações elevatórias, distribuídas ao longo do seu percurso (fig. nº 193). Sendo o Intercetor Geral gravítico, as nove estações servem para elevar o efluente recolhido abaixo da cota do intercetor, correspondendo a cerca de 15% do efluente tratado.



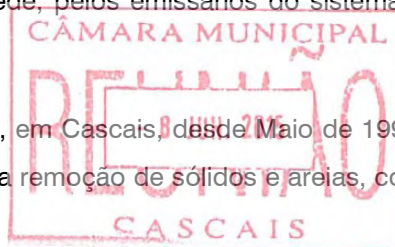
Figura nº 211
Intercetor geral e estações elevatórias

Fonte: "www.sanest.pt", 2011

13.2.2.1. RECOLHA E TRANSPORTE DE EFLUENTES

Diariamente cerca de 155.000 m³ de águas residuais, recolhidas nos municípios da Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra são transportadas ao longo da rede, pelos emissários do sistema e intercetor principal.

O tratamento das águas residuais é feito na ETAR da Guia, em Cascais, desde Maio de 1994. Esta ETAR dispõe, de tratamento preliminar que consiste na remoção de sólidos e areias, com as seguintes características:



- Tamisadores do tipo “Step-Screen” para remoção de sólidos grosseiros ($\varnothing \geq 3$ mm);
- Desarenadores para remoção de areias ($\varnothing \geq 0,2$ mm);
- Lavagem e compactação de sólidos removidos;
- Sistema de desodorização (75.000 m³/h).

Em 2010 foi finalizada a beneficiação do tratamento do sistema de saneamento da Costa do Estoril, com a ampliação da ETAR da Guia, de modo a permitir o tratamento da fase líquida, a construção de uma Estação de Tratamento da Fase Sólida (ETFS), em Murches, próxima do final da autoestrada A5 e uma interligação (4 km) entre estas infraestruturas.

A ampliação da ETAR da Guia permitiu a implementação de tratamento primário, com tratamento complementar durante os meses de época balnear, aumentando, assim, a capacidade de remoção da carga poluente das águas residuais.

As águas residuais tratadas na ETAR da Guia são enviadas para o emissário submarino, que as dissipa no mar, a cerca de 3 km da costa e a 45 m de profundidade.



Figura 212a



Figura 212b

Intercetor Geral

Fonte: “www.sanest.pt”, 2011

13.2.3. PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DE DESCARGAS

A eficácia do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril e dos seus efeitos no meio ambiente é ainda controlada por um programa de monitorização ambiental da descarga no mar do efluente através do emissário submarino da Guia, levado a cabo por entidades independentes.

O programa de monitorização é desenvolvido, conjuntamente, pelo Instituto Superior Técnico, Universidade de Aveiro, Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial e Instituto Hidrográfico.

Os vários componentes deste programa de monitorização – estudo microbiológico, estudo de zooplâncton, estudo da componente físico-química, estudo de deteção de materiais pesados, estudo de sedimentologia e modelação matemática – têm confirmado a eficácia do funcionamento do Sistema e a compatibilidade dos valores detetados no meio recetor com os parâmetros constantes das Diretivas Europeias aplicáveis a este caso: Diretiva 76/160/CEL, relativa à qualidade das águas balneares; Diretiva 79/923/CEE, relativa à qualidade das águas conquícolas; Diretiva 92/43/CEE, conhecida como “Diretiva Habitats”, e Diretiva 79/409/CEE, designada “Diretiva Aves”.



13.2.4. PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DAS RIBEIRAS

Com o objetivo de promover a gestão integrada dos recursos hídricos ao nível da bacia hidrográfica, foi estabelecido, em 2004, um contrato-programa com o Laboratório do Instituto Superior Técnico para a monitorização, durante todo o ano, da qualidade da água em 30 secções de 14 ribeiras dos 4 Municípios do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril.

A monitorização efetuada pela SANEST permite dispor de uma base de dados importante para aferir o estado qualitativo das linhas de água na área de atendimento do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril e permite planear ações corretivas a implementar pelos Municípios no âmbito da erradicação de descargas.

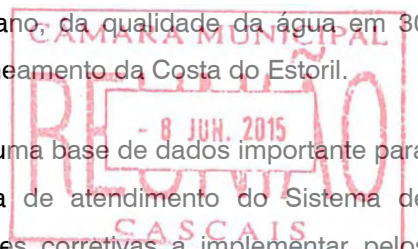


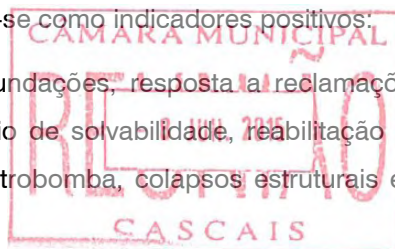
Figura nº 213
Monitorização das Ribeiras

Fonte: "www.sanest.pt", 2011

13.2.5. QUALIDADE DE SERVIÇO

A avaliação da qualidade de serviço, efetuada em termos de defesa dos interesses dos utilizadores, sustentabilidade da entidade gestora e sustentabilidade ambiental, encontra-se sintetizada numa ficha de avaliação específica, destacando-se como indicadores positivos:

- os relativos à cobertura do serviço, ocorrência de inundações, resposta a reclamações escritas, rácio de cobertura dos custos operacionais, rácio de solvabilidade, reabilitação de coletores, obstruções em coletores, falhas em grupos eletrobomba, colapsos estruturais em coletores e análises de águas residuais realizadas;



E como indicador a necessitar de alguma melhoria:

- o relativo a tratamento de águas residuais recolhidas;

A entidade gestora apresenta um valor do indicador recursos humanos abaixo do intervalo de referência, considerado adequado para a prestação do serviço.

Evolução da qualidade de serviço

Na figura nº 214, encontra-se representada a evolução da avaliação da qualidade de serviço da entidade gestora ao longo dos últimos anos.

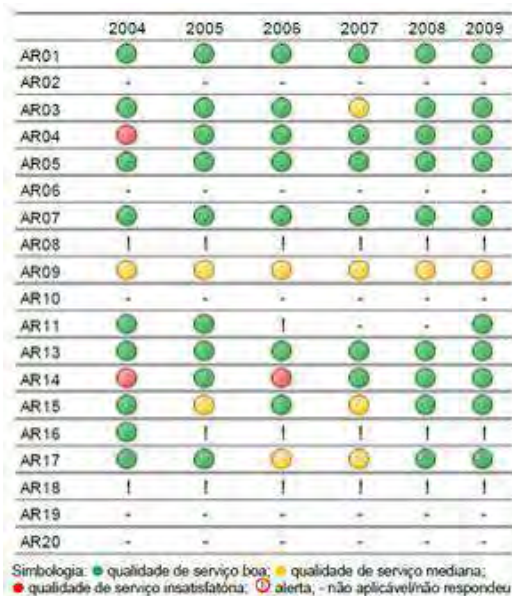


Figura nº 214
Evolução da qualidade de serviço – 2004/2009

Fonte: “www.sanest.pt”, 2011

13.2.6. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE

A estratégia de Sustentabilidade da SANEST, enquadrada na Estratégia do Grupo Águas de Portugal (AdP), estabelecida no início de 2009, baseia-se na criação de Simbioses com os Acionistas e Colaboradores, com o Ambiente e com as demais Partes Interessadas, com quem tem uma relação de estreita interdependência.

Pela primeira vez a SANEST compilou o seu desempenho em matéria de Sustentabilidade, permitindo a monitorização do ano 2008, tendo por base os indicadores considerados essenciais pelo “*Global Report Initiative*” (GRI) e estruturados de acordo com as Simbioses e Compromissos previamente estabelecidos.

Destaca-se a conclusão da implementação do Sistema Integrado de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança no Trabalho, de acordo com os referenciais NP EN ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007

A SANEST garante a sua sustentabilidade económica e financeira através de uma gestão criteriosa dos recursos, criando valor para os Acionistas e demais Partes Interessadas.

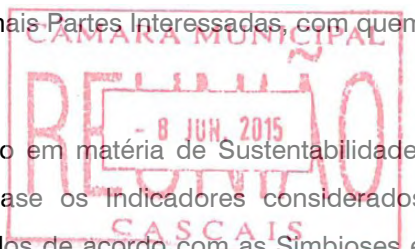
Valoriza a relação com os Colaboradores motivando e reconhecendo o seu bom desempenho, através da adoção de metodologias de avaliação baseadas na avaliação de competências e de objetivos individuais e partilhados, previamente fixados.

Desenvolve o conhecimento e o potencial dos Colaboradores, disponibilizando a Formação necessária e promove a melhoria dos canais de comunicação interna.

Reduz os riscos do ambiente de trabalho através de uma Identificação e Avaliação dos Perigos e Riscos a que estão sujeitos e respetiva definição e implementação de medidas preventivas.

Ao nível do Ambiente, a SANEST promove a conservação e a valorização dos recursos através da prossecução da empreitada de Beneficiação do Tratamento de Águas Residuais do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril. Este projeto considera a seleção de equipamentos numa ótica de eficiência energética, baixas necessidades de manutenção e reduzido consumo de recursos, prevendo o aproveitamento energético de biogás e a reutilização de água residual tratada como água de processo.

O Projeto de Execução da Reabilitação do Emissário da Laje, Zona Baixa, entre a povoação da Laje e a Estação Elevatória e de Erradicação de Descargas, considera as melhores tecnologias disponíveis, tendo em vista a minimização dos impactes ambientais e sociais inerentes à

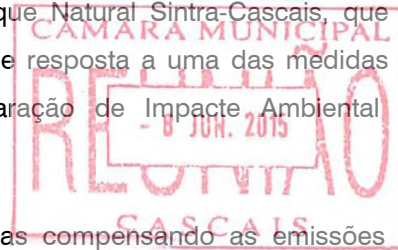


execução da obra, recorrendo a tecnologias de “*relining*” (encamisamento estrutural contínuo) e de microtunelagem.

A SANEST contribui, também, para a Proteção da Natureza e da Biodiversidade na medida em que, com a finalização da empreitada de Integração Paisagística do Parque das Penhas da Marmeleira, se recuperou um terreno localizado no Parque Natural Sintra-Cascais, que se encontrava num elevado estado de degradação, dando-se resposta a uma das medidas de minimização de impacto ambiental previstas na Declaração de Impacte Ambiental da empreitada de Beneficiação.

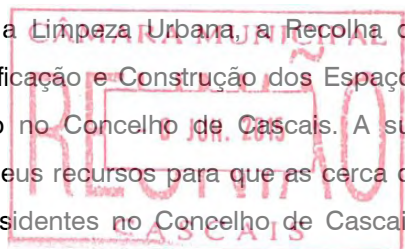
Contribui, ainda, para o combate às alterações climáticas compensando as emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) através da adesão à Rede Oxigénio, tendo-se plantado cerca de 500 árvores, no Bosque do Pisão, promovendo a Manutenção da Biodiversidade e a defesa da Natureza no Parque Natural de Sintra-Cascais, em parceria com a Cascais Natura.

A SANEST deu continuidade à realização de parcerias com entidades ligadas ao meio académico para apoio à Investigação e Desenvolvimento em áreas relacionadas com a atividade da empresa, nomeadamente na Monitorização Ambiental do Meio de Recetor da Guia e na Monitorização de praias e ribeiras, incluindo o desenvolvimento de um Sistema de Alertas.



13.3. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A EMAC - Empresa de Ambiente de Cascais. E.M., S.A., é uma empresa municipal, detida a 100% pela Câmara Municipal de Cascais. Iniciou as suas funções operacionais a 11 de Novembro de 2005, e tem como áreas de intervenção a Limpeza Urbana, a Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), a Manutenção, Requalificação e Construção dos Espaços Públicos Verdes Urbanos e Espaços de Jogo e Recreio no Concelho de Cascais. A sua intervenção estende-se por várias áreas, contribuindo os seus recursos para que as cerca de 190.000 pessoas (*estimativa populacional - INE 2010*), residentes no Concelho de Cascais, para além de todos aqueles que nele trabalham e que o visitam, tenham um melhor ambiente.



13.3.1. RECOLHA DE RU INDIFERENCIADO

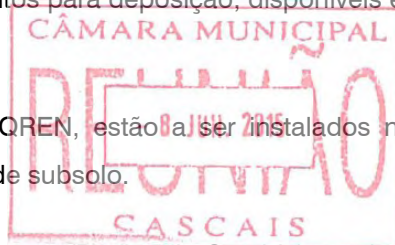
Durante o ano de 2010 foram recolhidas pela EMAC, 92.012 toneladas de resíduos indiferenciados no Concelho de Cascais (-1,6% que no ano anterior).

Em Novembro de 2010 foi iniciada a substituição de contentores de superfície, por contentores subterrâneos, em zonas habitacionais definidas para o efeito, nas várias freguesias do Concelho. Este projeto prevê a colocação de 203 contentores de 3m³ de capacidade.

13.3.2. RECOLHA DE RU SELECTIVO (Ecopontos e Grandes Produtores)

No serviço de Recolha Seletiva, verificou-se um ligeiro aumento nos quantitativos recolhidos nos diversos fluxos relativamente ao ano anterior, reflexo das campanhas de sensibilização efetuadas e também do aumento do número de equipamentos para deposição, disponíveis em todo o Concelho.

De salientar que, ao abrigo de um cofinanciamento do QREN, estão a ser instalados nas diversas freguesias do Concelho, cerca de 500 ecopontos de subsolo.



Foi feita uma maior aposta nos circuitos de Grandes Produtores (Restos de Comida), tendo-se conseguido um aumento significativo das quantidades recolhidas, face a 2009 (cerca de 13%).

| FLUXO | 2009 (ton.) | 2010 (ton.) | Diferença (%) |
|------------------|-------------|-------------|---------------|
| Papel | 5.273 | 5.193 | -2% |
| Plástico | 2.222 | 2.217 | 0% |
| Vidro | 3.275 | 3.214 | +2% |
| Restos de Comida | 1.307 | 1.473 | +13% |
| Indiferenciado | 93.470 | 92.012 | -2% |

Figura nº 215
Toneladas recolhidas em 2009 e 2010, por fluxo

Fonte: EMAC 2011

13.3.3. LAVAGEM DE CONTENTORES, ECOPONTOS E ILHAS ECOLÓGICAS

A lavagem de contentores é uma tarefa elevada importância para higiene pública.

Para o ano de 2010, foi definida, como objetivo, uma periodicidade de lavagem bimensal, para todos os contentores existentes no Concelho de Cascais, o que foi cumprido.

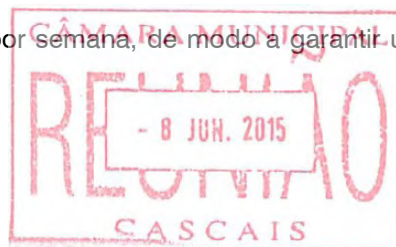
Relativamente aos ecopontos, a periodicidade de lavagem definida e executada, foi de uma vez por mês, a todos os equipamentos existentes na via pública.

A contentorização subterrânea (ilhas ecológicas), tem uma periodicidade de lavagem semanal.

13.3.4. MANUTENÇÃO E ENTREGA DE CONTENTORES, BALDES E ECOPONTOS

Durante o ano de 2010, a EMAC garantiu a manutenção de todo o equipamento de deposição de resíduos, existente na via pública, com uma periodicidade bi-diária.

A manutenção das ilhas ecológicas, é efetuada uma vez por semana, de modo a garantir um perfeito funcionamento destes equipamentos.



13.3.5. RESÍDUOS DE LIMPEZA URBANA

Os resíduos de limpeza urbana, são maioritariamente provenientes do serviço de varredura mecânica, limpeza de terrenos municipais e limpezas de ribeiras.

As quantidades recolhidas de resíduos de limpeza foram superiores às do ano transato, tendo em média sido recolhidas 2.128 toneladas por mês. Verificou-se um aumento de 5% face ao ano de 2009.

13.3.6. OBJECTOS FORA DE USO (MONSTROS)

A recolha de objetos fora de uso, designada por recolha de monstros, é efetuada 6 vezes por semana e está estruturada em 10 circuitos de recolha diferentes, que atuam em dois turnos (manhã e tarde).

Em 2010 as quantidades recolhidas de objetos fora de uso, foram superiores às do ano transato, tendo sido em média, recolhidas 273 toneladas por mês. Verificou-se um aumento de 21% face ao ano de 2009.

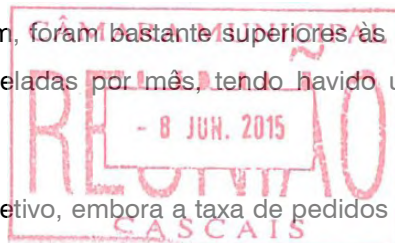
Continua-se a verificar uma taxa muito baixa de pedidos, face aos resíduos abandonados, detetados na via pública, situação que só poderá ser resolvida com uma maior fiscalização por parte das autoridades municipais, e recorrendo a campanhas de sensibilização

13.3.7. RESÍDUOS DE CORTES DE JARDIM

A recolha de resíduos provenientes de cortes de jardim, é efetuada 6 vezes por semana e está estruturada em 18 circuitos de recolha, que atuam em dois turnos (manhã e tarde).

As quantidades recolhidas de resíduos de cortes de jardim, foram bastante superiores às do ano anterior, tendo em média sido recolhidas, 1.250 toneladas por mês, tendo havido um aumento dos resíduos recolhidos na ordem dos 40%.

Na recolha de cortes de jardim, ainda se está longe do objetivo, embora a taxa de pedidos de recolha face aos cortes abandonados detetados na via pública, seja superior à taxa de recolha de objetos fora de uso (monstros). Também nesta atividade, deve ser desenvolvido um trabalho de sensibilização e fiscalização.



13.3.8. VARREDURA MANUAL

De modo a garantir o serviço nas zonas com varredura manual diária, é efetuada uma escala de serviço garantindo-se assim a varredura nos principais centros urbanos (Baixa de Cascais; Centro da Parede; Centro de Carcavelos; Centro do Estoril; Centro de S. Pedro do Estoril; etc.)

13.3.9. VARREDURA MECÂNICA

Existem 143 circuitos pré-definidos, com diferentes periodicidades de intervenção, sendo recolhidas uma média de 50 toneladas de resíduos por dia.

13.3.10. MANUTENÇÃO DE PAPELEIRAS, DISPENSADORES DE SACOS PARA DEJECTOS CANINOS

Neste serviço existem diferentes periodicidades de recolha, consoante a zona, distribuindo-se por zonas bi-diárias, zonas diárias e zonas bi-semanais.

A manutenção de papeleiras de alguns bairros é efetuada pelo próprio cantoneiro de varredura manual.

13.3.11. LAVAGEM MECÂNICA DE ESPAÇOS PÚBLICOS

De preferência, este serviço é sempre efetuado no período da madrugada/manhã, de modo a minimizar o impacto na vida dos utentes do espaço público, bem como a maximizar a poupança do recurso “água”.



13.3.12. LIMPEZA DE PRAIAS

O serviço de limpeza de praias é efetuado todo o ano, com recurso a meios mecânicos e humanos.

Durante a época balnear, a limpeza de praias é efetuada diariamente (Segunda-feira a Domingo).

Fora da época balnear, a limpeza é efetuada 6 vezes por semana com meios mecânicos e também meios humanos.

13.3.13. ENTREGA E RECOLHA DE EQUIPAMENTOS DE DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS BEM COMO DO MOBILIÁRIO URBANO ECOLÓGICO

Nos meses de Abril, Maio e Junho, inicia-se a época balnear, sendo necessário dotar todas as praias de equipamento de deposição de resíduos, nos areais (Binas).

Também nestes meses, se procede à entrega do mobiliário urbano ecológico, aos concessionários de praia aderentes.

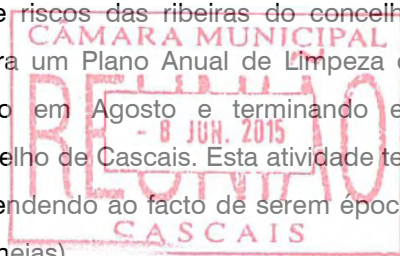
Todos estes equipamentos são retirados, lavados e armazenados, nos meses de Setembro e Outubro, para que estejam disponíveis a utilizar na época balnear seguinte.

13.3.14. APLICAÇÃO DE MONDA QUÍMICA

Este serviço abrange todo o Concelho de Cascais, tentando controlar as infestantes que nascem na via pública e em terrenos municipais. Esta atividade tem principal incidência, nos meses da Primavera/Verão e é praticamente suprimida nos meses de Inverno.

13.3.15. LIMPEZA DE TERRENOS MUNICIPAIS, LIMPEZA DE RIBEIRAS E CORTE DE ERVAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS

Todos os anos a EMAC, com base no levantamento de ~~riscos das ribeiras do concelho~~, efetuado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, elabora um Plano Anual de Limpeza de Ribeira e Linhas de Água, iniciando a sua execução em Agosto e terminando em Outubro/Novembro, dentro de toda malha urbana do Concelho de Cascais. Esta atividade tem o seu pico operacional nos meses de Verão e Outono, atendendo ao facto de serem épocas propícias a fogos (terrenos) e preparação para o Inverno (cheias).



São efetuadas, em média, 1.600 intervenções por ano.

13.3.16. LIMPEZA DE SARJETAS, VALETAS E SUMIDOUROS

Este serviço é efetuado pelos cantoneiros de varredura manual, que durante a sua atividade nos diferentes cantões de varredura, têm também de executar a limpeza de sarjetas valetas e sumidouros.

Durante a época de Outono e Inverno, é efetuado um reforço desta atividade, como medida de prevenção para a época de chuvas.

Todas as situações de sarjetas ou sumidouros, que não drenem as águas convenientemente, por entupimento das ligações à rede de águas pluviais, são devidamente registadas e encaminhadas às entidades competentes (Departamento de Manutenção (DMAN) da CMC e Águas de Cascais).

13.3.17. TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A “TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM” é uma empresa intermunicipal de capitais integralmente públicos, detida em 100% pela AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, e destina-se ao Tratamento de Resíduos Sólidos.

Desenvolve a sua atividade desde 1991, sendo responsável pela gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos produzidos no sistema da AMTRES, Portugal, o que inclui o seu tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos sólidos, a comercialização dos materiais transformados e outras prestações de serviços no domínio dos resíduos sólidos, tendo sempre em consideração os princípios da sustentabilidade e a aplicação da legislação e recomendações nacionais e internacionais em vigor para o sector dos resíduos.

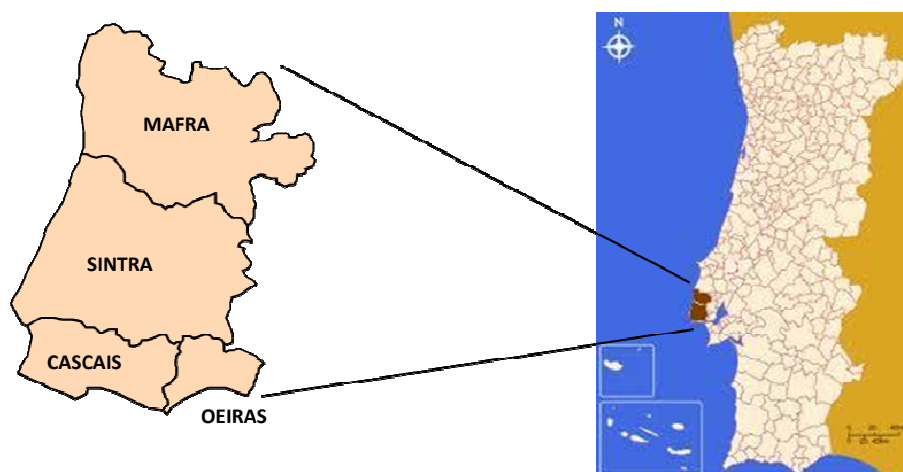


Figura 216
Área de intervenção do Sistema

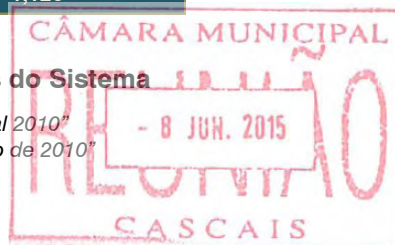
Fonte: “Tratolixo - Dados de produção de 2010”

Inserida na Nomenclatura de Unidade Territorial para Fins Estatísticos - NUT II - de Lisboa e na NUT III da Grande Lisboa, possui uma área de influência de 753 Km², prestando um serviço para uma população de cerca de 900.000 habitantes (cerca de 8% da população nacional).

| Concelho | População* | Capitação (kg/hab.dia)** |
|--------------|----------------|--------------------------|
| Cascais | 190.848 | 1,495 |
| Mafra | 75.229 | 1,326 |
| Oeiras | 173.046 | 1,158 |
| Sintra | 462.202 | 0,918 |
| Total | 901.324 | 1,120 |

Figura nº 217
Dados populacionais e capitações do Sistema

*Fonte: "INE - Estimativa populacional 2010"
**Fonte: "Tratolixo - Dados de produção de 2010"



Em 2010 recebeu nas suas instalações cerca de 480.000 toneladas de resíduos sólidos urbanos e equiparados, provenientes das recolhas municipais e de entregas particulares.

Para a execução das suas responsabilidades, a empresa dispõe de uma unidade de tratamento e valorização de RSU em Trajouce, no Concelho de Cascais – onde são rececionados os resíduos sólidos urbanos (RSU) produzidos na sua área geográfica de intervenção. Há ainda uma segunda unidade de digestão anaeróbia, que entrou em fase de teste a 20 de Junho de 2011, na Abrunheira, município de Mafra, que irá permitir processar anualmente 160.000 toneladas de RSU e 40.000 toneladas de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB).

13.3.17.1. ECOPARQUE DE TRAJOUCE

Localizadas na freguesia de S. Domingos de Rana, concelho de Cascais, as infraestruturas da Tratolixo são compostas por uma Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS), uma linha de triagem de papel e cartão (descativada em Novembro de 2010 por falta de capacidade de processamento), um ecocentro, uma lixeira selada, um aterro sanitário selado, uma Estação de Tratamento de Águas Lixiviadas (ETAL) e uma unidade de valorização energética do biogás do aterro.

Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce

A CITRS de Trajouce tem como principal objetivo o tratamento e valorização dos resíduos indiferenciados recolhidos nos municípios do Sistema AMTRES.

Estes são sujeitos a pré-tratamento em crivos rotativos de malha de 120 mm, triagem manual da fração a 120 mm, separação magnética da fração inferior a 120 mm e separação mecânica do restante material num segundo conjunto de crivos de malha de 80 mm.

Os resíduos com granulometria inferior a 80 mm são encaminhados para o Tratamento Biológico em dois Parques de Compostagem fechados, onde a fração orgânica sofre maturação através de pilhas com revolvimento, rega e insuflação de ar durante um período de cerca de 60 dias. Os gases são extraídos e sujeitos a tratamento através de bio-filtro.

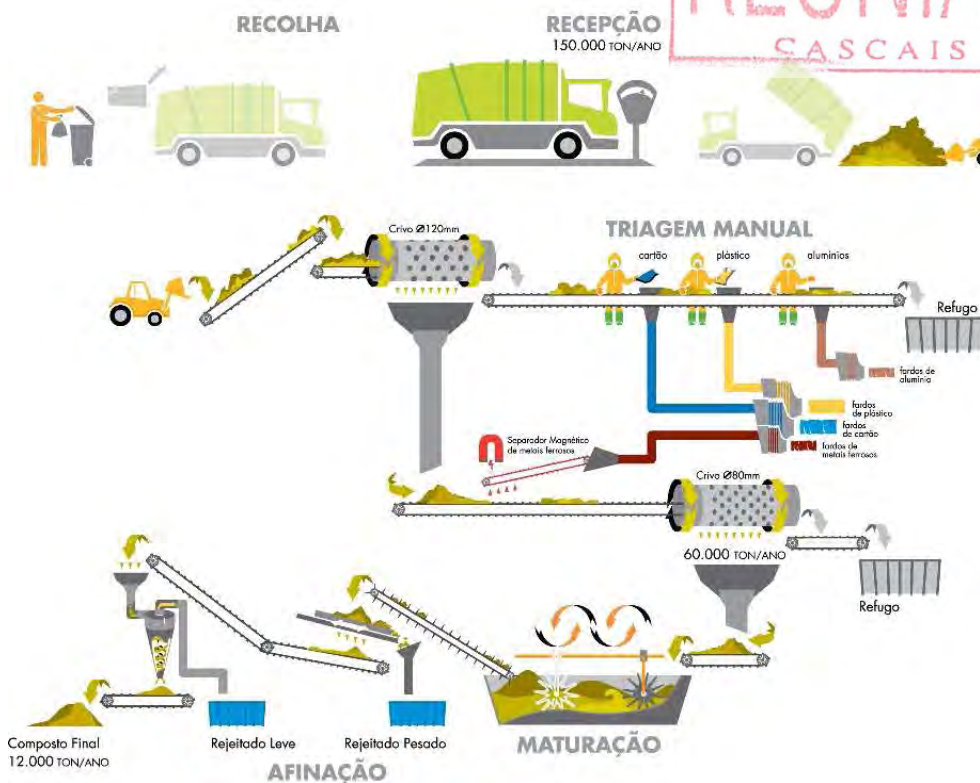


Figura nº 218
Esquema de funcionamento da CITRS de Trajouce

Fonte: "Tratolixo - Dados de produção de 2010"

O produto final – composto CAMPOVERDE – é sujeito a um processo de afinação com recurso a crivos e mesas densimétricas vibratórias, para eliminação de contaminantes leves (plásticos) e pesados (materiais inertes como pedras e vidros).

No final do processo de Tratamento Mecânico e Biológico instalado na CITRS, obtêm-se, para além do composto, outros produtos finais constituídos por fardos de resíduos recicláveis como o cartão, filme plástico, PET, aço e alumínio que são posteriormente vendidos para reciclagem.



Figura nº 219
Fardos de materiais recicláveis da CITRS de Trajouce

Fonte: "Tratolixo - Dados de produção de 2010"

Obtém-se ainda, a partir do refugo, materiais passíveis de serem utilizados como CDR.



Figura nº 220
Combustível Derivado de Resíduos (CDR)
obtido a partir de refugos da CITRS de Trajouce

Fonte: "Tratolixo - Dados de produção de 2010"

Em funcionamento desde 1991, a CITRS possui uma capacidade nominal de receção de resíduos indiferenciados de 150.000 toneladas/ano, capacidade nominal de tratamento de 500 toneladas/dia e capacidade de tratamento biológico de 60.000 toneladas/ano.



Figura nº 221
Vista geral do Tratamento Mecânico I da
CITRS de Trajouce



Figura nº 222
Pormenor dos tapetes transportadores de
material < 120 mm

Fonte: "Tratolixo - Dados de produção de 2010"

Em 2010, a CITRS cumpriu todos os seus objetivos de processamento com exceção do previsto para o alumínio, cujo desvio é explicado pela diminuição da quantidade deste material presente nos RSU, situação que se vem sentindo desde há algum tempo.

Apesar destes esforços e uma vez que a capacidade de processamento da CITRS é insuficiente face às necessidades do sistema, a TRATOLIXO recorre a vários destinos que servem de apoio para uma gestão sustentável dos seus resíduos, dando particular prioridade à valorização orgânica – através do envio de RSU para processamento na Central de Valorização Orgânica da Valnor – e à valorização energética, enviando RSU indiferenciados para a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos da Valorsul.

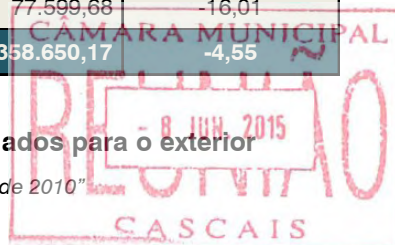
Com esta estratégia são reduzidos ao mínimo as quantidades de resíduos orgânicos e resíduos recicláveis depositados em aterro, o que permite à TRATOLIXO recuperar diversas tipologias de materiais e contribuir assim para as metas de reciclagem nacionais e europeias, potenciar a valorização de resíduos orgânicos como matéria-prima e incentivar a valorização energética como medida acessória para a redução da dependência energética do País face ao exterior, objetivo consagrado na Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020).

Em termos de balanço anual, apresentam-se de seguida as quantidades de resíduos encaminhadas para o exterior do Sistema em 2010, nomeadamente a quantidade de resíduos depositados em aterro face a 2009, resultado que tem como contributo importante a maximização da eficiência da CITRS de Trajouce, o que permitiu obter valias ambientais e económicas.

| Destino | 2009 (t) | 2010 (t) | Variação 2009-2010 (%) |
|----------------------|-------------------|-------------------|------------------------|
| Aterro | 246.697,82 | 234.331,47 | -5,01 |
| Aterro Inertes | 26.481,62 | 13.456,38 | -49,19 |
| Valorização orgânica | 10.177,84 | 33.262,64 | 226,81 |
| Incineração | 92.394,49 | 77.599,68 | -16,01 |
| Total envios | 375.751,77 | 358.650,17 | -4,55 |

Figura nº 223
Balanço de resíduos do Sistema encaminhados para o exterior

Fonte: "Tratolixo - Dados de produção de 2010"



A par do incremento da eficiência da CITRS, verificou-se que o empenho no encaminhamento de resíduos para valorização noutros sistemas resultou no acréscimo de 227% no respeitante à quantidade de resíduos encaminhados para o destino de valorização orgânica, tendo-se registado ainda um decréscimo de -16% no total de resíduos enviados para o destino de valorização energética. Este facto também reflete a preocupação da empresa em assegurar o cumprimento da hierarquia de gestão de resíduos.

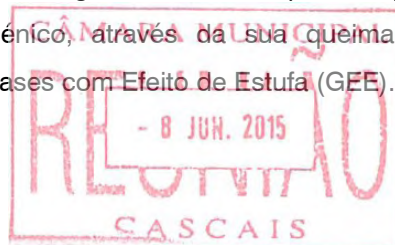
Contudo, estes resíduos orgânicos são provenientes dum circuito de recolha piloto, já em implementação há alguns anos. Com o intuito de implementar um Projeto de recolha seletiva de resíduos orgânicos alargado a todos os municípios do sistema que permita a alimentação da linha dedicada de RUB da CDA da Abrunheira, foi adjudicado em Abril de 2010 um estudo referente ao Levantamento de Produtores Significativos de RUB na Área de Intervenção da AMTRES.

Este estudo tinha como objetivo dotar a TRATOLIXO e os seus municípios de informação atualizada e georreferenciada sobre os Produtores Significativos de RUB, nomeadamente quanto ao número de estabelecimentos existentes e respectivo potencial de produção de RUB.

Por outro lado, foi determinado que a informação obtida neste estudo vertesse para um estudo económico, que possibilitasse determinar os custos da recolha seletiva de RUB em todos os municípios do sistema AMTRES, analisasse a viabilidade técnica e económica da sua implementação e determinasse potenciais circuitos municipais de recolha.

A versão final do estudo permitiu aferir o potencial de recolha do Sistema num cenário otimista de 33.816 t de RUB, num cenário moderado provável de 17.419 t e num cenário pessimista de 14.540 t.

Para além do já referido, é de salientar que parte dos refugos resultantes do processamento dos RSU indiferenciados na CITRS de Trajouce é incorporada em CDR. Em 2010, cerca de 4.000 toneladas de rejeitado foram encaminhadas para co-incineração na CIMPOR como material constituinte do mesmo, medida esta que constitui uma importante mais-valia ambiental, quer no respeitante ao fomento da utilização de energias renováveis, quer no que concerne à diminuição da emissão de CO₂ não biogénico, através da sua queima e consequente contributo para a redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE).



Estação de Triagem

Esta unidade era constituída por uma linha de triagem da fileira do papel/cartão, para processamento dos resíduos provenientes de recolha seletiva, com capacidade de processamento de 6 t/h.

O material era descarregado na unidade e sujeito a uma triagem negativa para retirada dos materiais contaminantes, tais como plásticos, vidros, embalagens ECAL, entre outros.

A partir de Novembro de 2010, estes resíduos passaram a ser encaminhados para a “Quima” para processamento, sendo esta entidade simultaneamente o retomador habitual do cartão da triagem manual da CITRS, tendo-se desativado a Unidade existente.

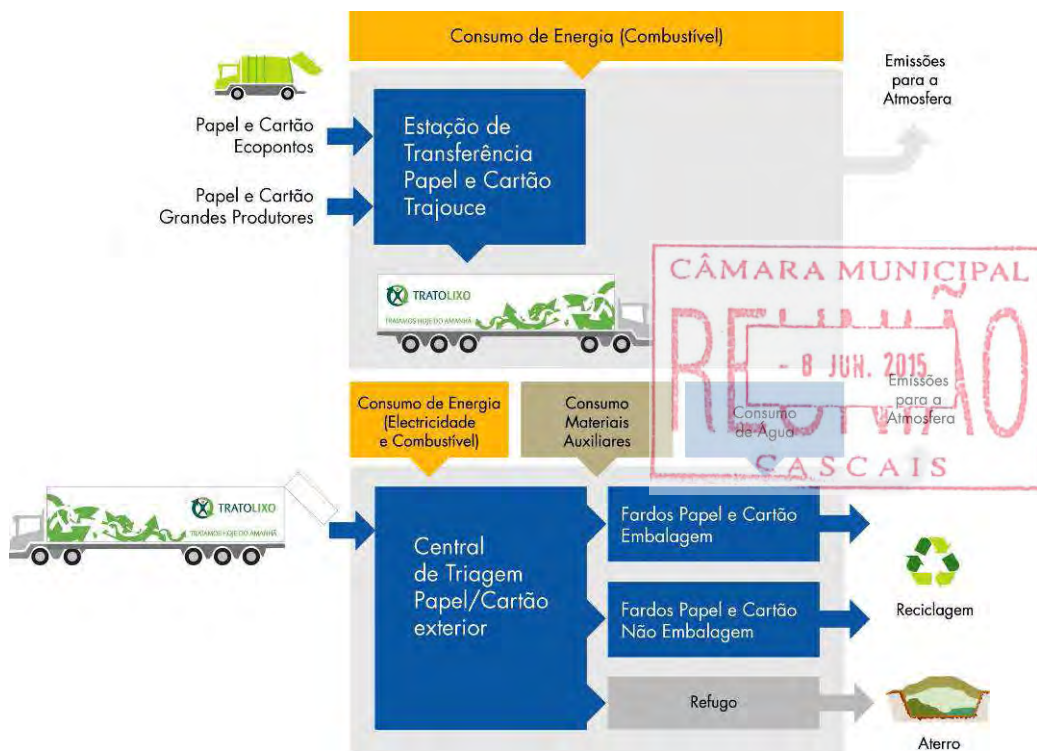


Figura nº 224
Esquema de funcionamento do centro de triagem de papel/cartão da Quima

Fonte: "Tratolixo - Dados de produção de 2010"

Relativamente aos resíduos de embalagem provenientes de recolha seletiva, a TRATOLIXO recorre, desde Julho de 2008, a uma entidade externa, a Valorsul, para a triagem destes resíduos, tendo, a partir de Agosto, passado a trabalhar também com a Resitejo.

Em termos esquemáticos, os resíduos de embalagem recolhidos seletivamente são descarregados na Estação de Transferência de Trajouce e transportados pela TRATOLIXO para tratamento nas duas entidades atrás referidas.

Os refugos do processamento dos resíduos de embalagem são encaminhados para incineração.

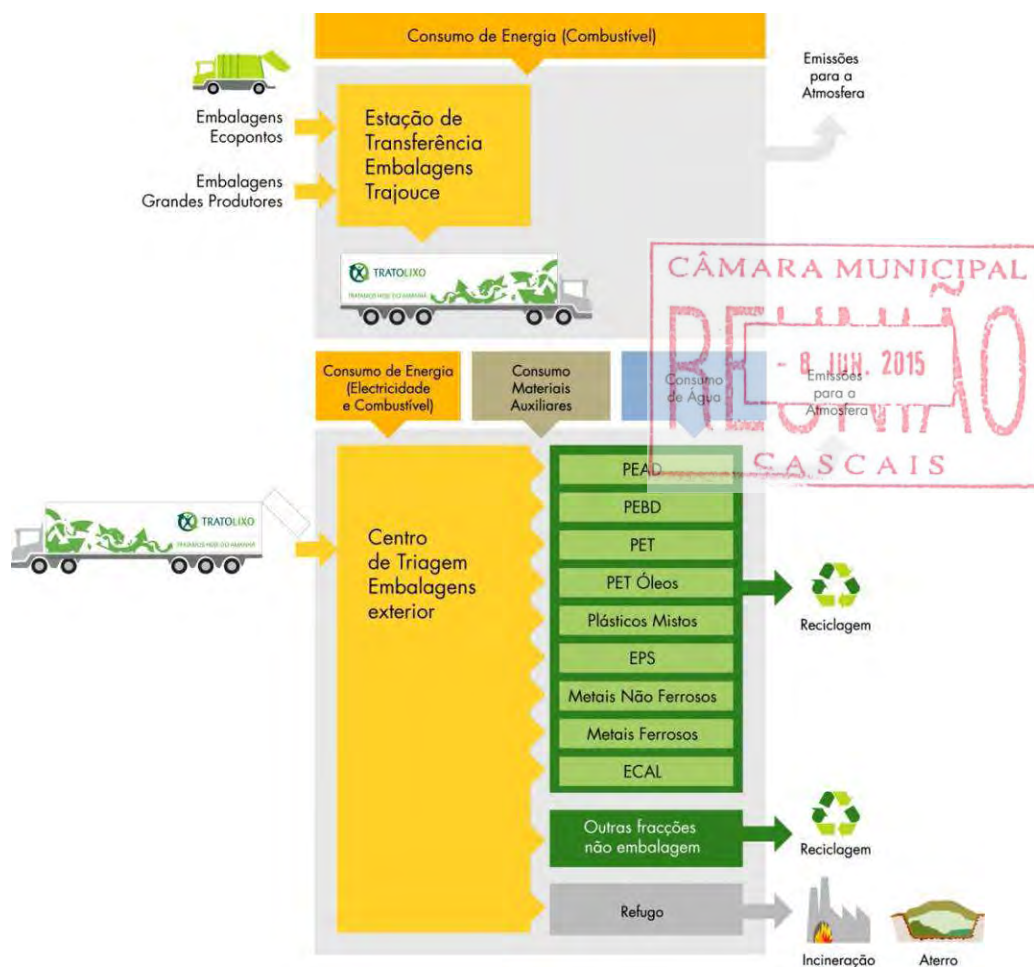


Figura nº 225
Esquema de funcionamento dos centros de triagem de embalagem da Valorsul e Resitejo

Fonte: "Tratolixo - Dados de produção de 2010"

Ecocentro de Trajouce

O Ecocentro de Trajouce é constituído por um cais de carga/descarga e armazenamento temporário de vidro de embalagem recolhido seletivamente, um ponto acreditado de recolha de pneus usados e um centro de receção de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE), rececionando ainda diversas tipologias de resíduos, tais como monstros, resíduos de limpeza e resíduos de jardins e parques, através das entregas municipais e de particulares.

Quando estes resíduos apresentam características que lhes permitem uma valorização quer através da reciclagem quer através da valorização energética, são separados de acordo com os respetivos fluxos ou fileiras e encaminhados para esse efeito.



Figura nº 226
Ecocentro de Trajouce

Desta forma é possível recuperar pilhas e acumuladores, pneus, sucata, REEE's, madeira embalagem, madeira não embalagem, plásticos rígidos, baterias de automóveis e lâmpadas fluorescentes, que são encaminhados para as entidades gestoras responsáveis ou para retomadores acreditados.

Em 2010, e apesar das entradas do fluxo dos monstros terem superado o previsto em cerca de 9%, o desempenho desta unidade de processamento de resíduos teve três dos sete fatores de produção abaixo do planificado, sendo estes desvios observados na sucata, pilhas e REEE's. Estes desvios devem-se à diminuição destes materiais no fluxo dos monstros, em resultado da atual conjuntura económica.

Por outro lado, parte dos refugos resultantes do processamento dos monstros neste ecocentro são incorporados em CDR e valorizados como combustível alternativo em cimenteiras. Também a madeira não embalagem é processada conjuntamente com os resíduos verdes de modo a obter estilha, posteriormente valorizada por co-incineração em cimenteiras.

Nos resíduos de limpeza são retiradas as terras e as pedras, que se encaminham para um aterro de resíduos inertes, enquanto que a fração restante é encaminhada para um aterro comum.

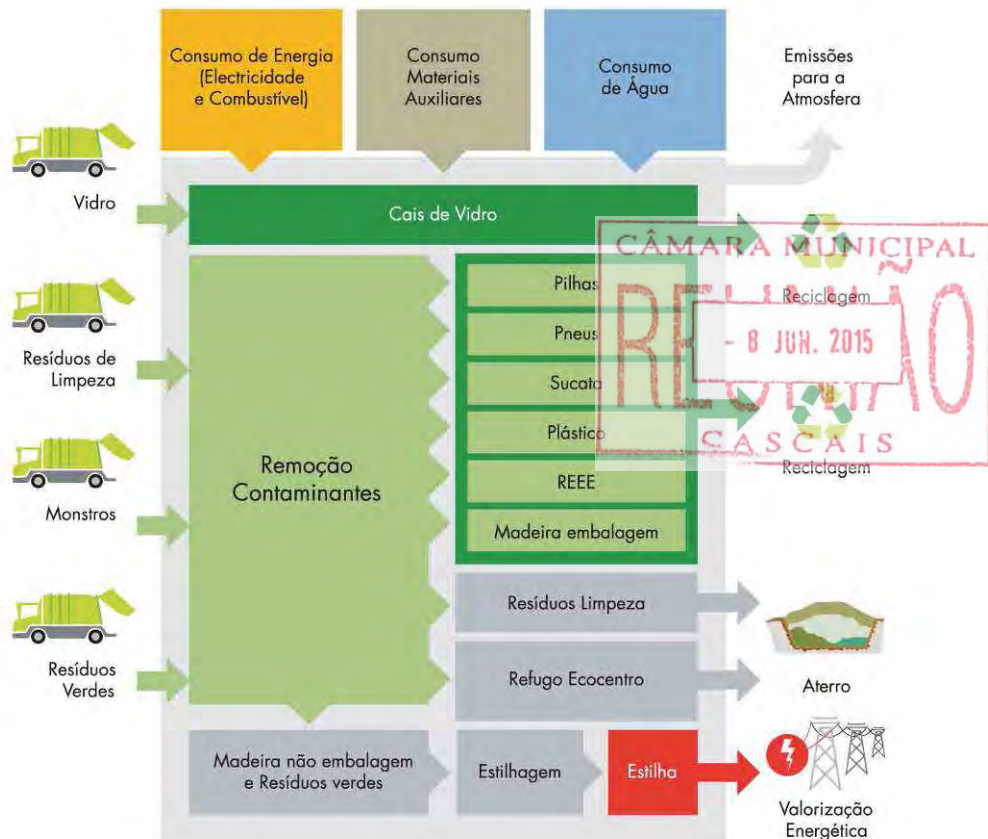


Figura nº 227
Esquema de funcionamento do Ecocentro de Trajouce

Fonte: "Tratolixo - Dados de produção de 2010"

Na sequência do referido anteriormente importa referir que o esquema anterior será adaptado no sentido de passar a contemplar as seguintes alterações:

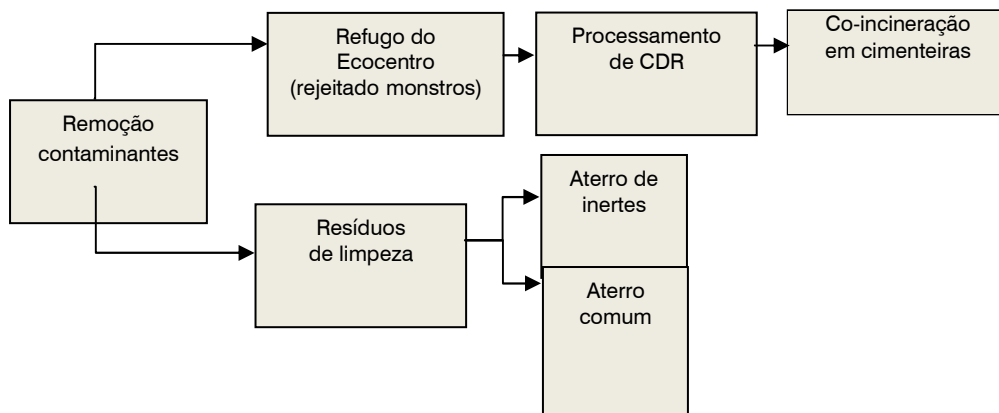


Figura nº 228
Rectificação a introduzir no esquema de funcionamento do ecocentro de Trajouce

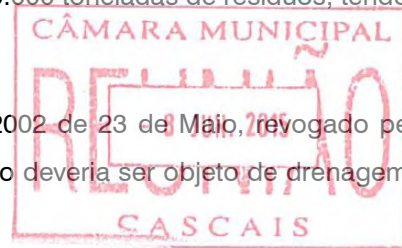
Fonte: "Tratolixo - Dados de produção de 2010"

Aterro sanitário de Trajouce – Valorização energética do biogás

Implantado numa área de aproximadamente 7 hectares, a exploração do aterro sanitário de Trajouce teve início em Setembro de 1997.

Foi encerrado em 2003 após a deposição de mais de 1.500.000 toneladas de resíduos, tendo a obra da selagem terminado em Setembro de 2005.

Selado o aterro e de acordo com o Decreto-Lei n.º 152/2002 de 23 de Maio, revogado pelo Decreto-Lei n.º 183/2009 de 10 de Agosto, o biogás gerado deveria ser objeto de drenagem e tratamento.



Assim, em 2008, após uma série de intervenções com vista à otimização do sistema de captação e drenagem do biogás e a posterior análise de funcionamento do sistema, concluiu-se da efetiva viabilidade do aproveitamento energético do aterro.

O sistema de valorização energética do biogás do Aterro de Trajouce entrou em funcionamento em Agosto de 2009, após obtenção das devidas licenças.

No decorrer do ano 2010, a produção energética a partir do biogás do aterro consolidou-se e comprovou ser uma mais-valia ambiental, na medida em que o metano gerado no aterro é agora encaminhado para um motor-gerador de produção de eletricidade, que posteriormente é injetada na Rede Elétrica Nacional.



Figura nº 229
Centro electroprodutor do biogás do aterro de Trajouce

Esta valorização energética do biogás contribui para as metas nacionais de produção de energia por fontes alternativas aos combustíveis fósseis comuns, nomeadamente carvão e gás natural.

Durante o ano de 2010, a produção elétrica através do biogás teve algumas oscilações, atingindo os valores mais elevados no final do ano, tendo afluído uma produção total de 2.767,5 MWh.

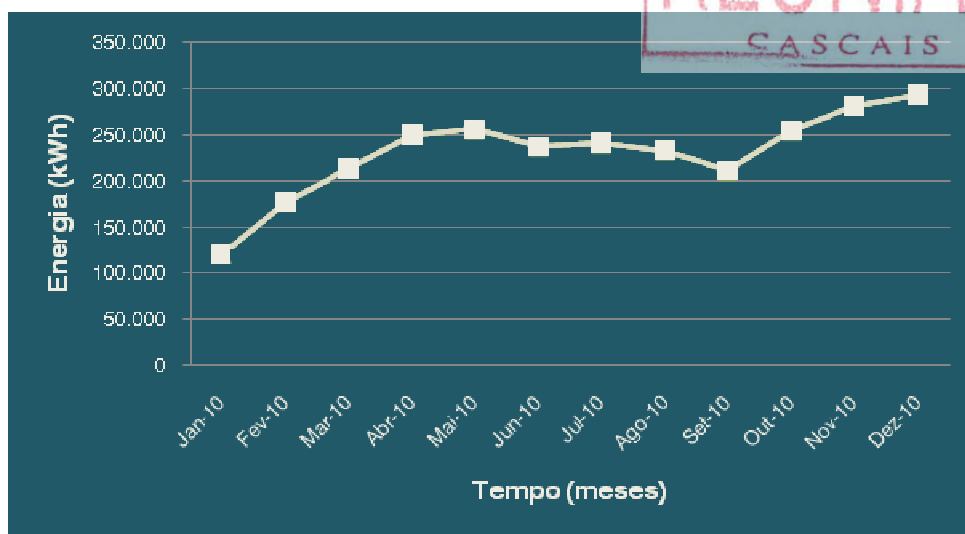


Figura nº 230
Evolução da produção elétrica a partir do biogás do aterro de Trajouce

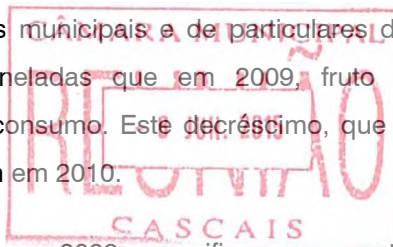
Fonte: "Tratolixo - Dados de produção de 2010"

Uma das razões fundamentais para a recuperação do Biogás é o aspeto ambiental, relativamente à redução do efeito de estufa. O metano, um dos componentes do biogás, tem um peso significativo na contribuição para o efeito de estufa, que afeta a temperatura à superfície da terra. O aproveitamento do biogás para fins energéticos contribui para a melhoria da qualidade ambiental do aterro e das zonas envolventes, uma vez que os componentes que causam odores desagradáveis são extraídos e destruídos durante o processo de combustão.

13.3.17.2. ATIVIDADE DA EMPRESA

Receção de Resíduos (Concelhos de Cascais Mafra, Oeiras e Sintra)

Durante o ano de 2010 foram rececionadas na TRATOLIXO 477.826 toneladas de resíduos sólidos urbanos e equiparados provenientes das recolhas municipais e de particulares dos quatro Concelhos, o que representa menos 4.227 toneladas que em 2009, fruto da desaceleração económica e consequente diminuição do consumo. Este decréscimo, que se começou a verificar já no final de 2008, manteve-se também em 2010.



Com exceção dos resíduos verdes e dos monstros, onde face a 2009, se verificaram aumentos de 10% e 9%, respetivamente, verificou-se um decréscimo da receção de todos os fluxos de resíduos face ao ano anterior.

A recolha de resíduos indiferenciados não fugiu à regra, registando um decréscimo de apenas 0,7% face a 2009.

No respeitante às recolhas seletivas multimaterial, ocorreu igualmente em 2010 um ligeiro decréscimo de cerca de 0,5% face ao ano anterior, devendo-se exclusivamente à diminuição de 9,0%, verificada na recolha da fileira do vidro, que está relacionada com o panorama geral do consumo mas também com uma possível substituição deste material por outros, como o plástico e os compósitos.

Nas fileiras de materiais de recolha seletiva salienta-se ainda como aspeto positivo, apesar das condicionantes económicas e de consumo atuais, o crescimento de cerca de 9% registado nos resíduos orgânicos.

Recolha Indiferenciada

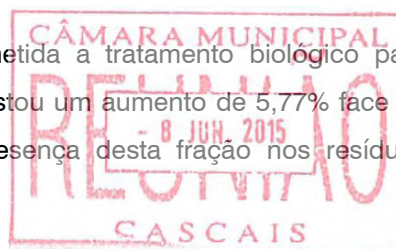
| Recuperação de recicláveis na CITRS com origem na Recolha Indiferenciada (toneladas) | 2008 | 2009 | 2010 | % - 2009-2010 |
|--|----------|----------|----------|---------------|
| Filme plástico da Recolha Indiferenciada | 1.344,12 | 1.604,18 | 1.731,16 | 7,92% |
| Cartão da Recolha Indiferenciada | 1.696,03 | 938,47 | 1.470,58 | 56,70% |
| Aço da Recolha Indiferenciada | 881,26 | 921,30 | 1.124,16 | 22,02% |
| Alumínio da Recolha Indiferenciada | 13,83 | 16,52 | 17,23 | 4,29% |
| PET da Recolha Indiferenciada | 0,00 | 71,78 | 119,82 | 66,93% |

Figura nº 231
Balanço da recuperação de recicláveis na CITRS de Trajouce

Fonte: "Tratolixo - Dados de produção de 2010"

Verifica-se que ocorreram aumentos na recuperação de todos os materiais recicláveis face a 2009, destacando-se os resultados obtidos no PET (+66,93%) – cuja recuperação se iniciou nesse ano e que constitui uma importante medida de redução de envio de resíduos para aterro – no cartão (+56,70%) e no aço (+22,02%) – o que se traduz numa franca melhoria face à quebra então ocorrida.

A fração orgânica dos resíduos indiferenciados é submetida a tratamento biológico para produção de composto, sendo que também nesta se registou um aumento de 5,77% face ao ano anterior, o que se justifica com o aumento da presença desta fração nos resíduos indiferenciados em cerca de 10% face a 2009.



| Produção de composto (toneladas) | 2008 | 2009 | 2010 | % 2009-2010 |
|----------------------------------|-----------|-----------|-----------|-------------|
| Composto | 10.581,92 | 14.126,98 | 14.942,06 | 5,77% |

Figura nº 232
Balanço de produção de composto na CITRS de Trajouce

Fonte: "Tratolixo - Dados de produção de 2010"

Recolhas Seletivas

Apesar dos problemas associados à dificuldade de retoma nos plásticos mistos – que condicionaram fortemente a taxa de recuperação do plástico, o qual obteve um decréscimo de -21% em relação a 2009 – e à própria situação económica do país, em 2010 as retomas de materiais aumentaram 8% face ao ano anterior, como se pode comprovar pelo quadro da figura nº abaixo.

| Retomas | Vidro | Papel cartão | Plástico | Metal | Madeira | Total |
|-------------|--------|--------------|----------|-------|---------|--------|
| 2007 | 11.559 | 7.712 | 2.722 | 421 | 92 | 22.506 |
| 2008 | 12.072 | 9.024 | 2.780 | 470 | 90 | 24.436 |
| 2009 | 11.334 | 7.504 | 3.717 | 387 | 256 | 23.198 |
| 2010 | 12.134 | 8.756 | 2.934 | 445 | 789 | 25.059 |
| % 2009-2010 | 7% | 17% | -21% | 15% | 209% | 8% |

Figura nº 233
Balanço das retomas de materiais
Fonte: "Tratolixo - Dados de produção de 2010"

Salienta-se que apesar da diminuição de -9% nas entradas de vidro face a 2009, este material regista em 2010 um aumento de +7% nas retomas, em parte fruto da venda de stock anterior.



Figura nº 234
Carregamento de vidro para envio ao retomador

Por outro lado, o aumento nas retomas de papel/cartão demonstra uma recuperação face ao ano de 2009, justificada pelo aumento de +2% nas entradas seletivas.

Também os resíduos de papel/cartão provenientes de recolha seletiva passaram a partir de Novembro de 2010 a ser encaminhados para a Quima para processamento, sendo esta entidade simultaneamente o retomador habitual do cartão da triagem manual da CITRS de Trajouce.

Resíduos Equiparados a Urbanos - Ecocentro

No respeitante ao Ecocentro de Trajouce e apesar das entradas do fluxo dos monstros terem superado o previsto em cerca de 9%, o desempenho desta unidade de processamento de resíduos em 2010 teve três dos sete fatores de produção abaixo do planificado, sendo estes desvios observados na sucata, pilhas e REEE's.

Estes desvios devem-se à diminuição destes materiais no fluxo dos monstros, em resultado da atual conjuntura económica.

| Ecocentro (toneladas) | 2008 | 2009 | 2010 | % 2009-2010 |
|-----------------------|------------------|------------------|------------------|--------------|
| Plásticos rígidos | 189,38 | 119,46 | 163,54 | 36,90% |
| Pilhas | 16,96 | 9,98 | 7,64 | -23,45% |
| REEE | 202,02 | 258,20 | 212,58 | -17,67% |
| Metais | 344,26 | 369,54 | 250,02 | -32,34% |
| Pneus | 495,40 | 608,92 | 602,86 | -1,00% |
| Biomassa | 16.294,46 | 16.010,88 | 17.394,24 | 8,64% |
| EPS | 2,14 | 3,04 | 7,52 | 147,87% |
| Total | 17.544,62 | 17.380,02 | 18.638,40 | 7,24% |

Figura nº 235
Balço de recuperaço de resíduos valorizáveis no ecocentro de Trajouce

Fonte: "Tratolixo - Dados de produço de 2010"

É notório o trabalho de recuperaço de materiais, efetuado no Ecocentro. Do total de entradas de Monstros e de Resíduos Verdes (34.561 toneladas) foram recuperados 54% destes resíduos, fruto de um cuidadoso trabalho de triagem dos meios internos da empresa mas também, no caso específico da biomassa, da prestaço de serviços contratada a uma entidade externa dedicada ao sector.

Esta entidade, que processa ainda os resíduos de limpeza rececionados na TRATOLIXO, garante uma maior eficiência no processo, com mais-valias qualitativas no produto final, operacionais e económicas importantes para a TRATOLIXO.

13.4. DESINFESTAÇÕES

O serviço de desinfestação do Concelho engloba ações de desratização e desbaratização, assim como o tratamento da lagarta processionária.

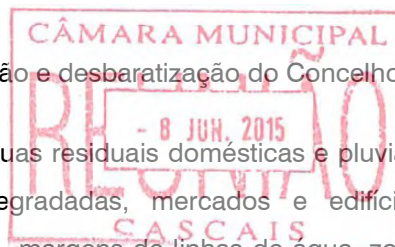
A empresa "ISS Pest Control" é responsável pela desratização e desbaratização do Concelho.

A desinfestação incide fundamentalmente nas redes de águas residuais domésticas e pluviais (tratamento em profundidade), zonas habitacionais degradadas, mercados e edifícios municipais, escolas oficiais de ensino pré-escolar e básico, margens de linhas de água, zona costeira, terrenos municipais e em todos os restantes locais públicos a indicar pela Direção Técnica e Operacional da EMAC.

Para a realização do serviço existem duas brigadas de Desinfestação, Brigada A e Brigada B, o que levou à divisão do Concelho em duas áreas geográficas. Assim obteve-se:

Brigada A: Responsável pela desratização e desbaratização nas freguesias de Cascais, Alcabideche e Estoril. Tem a seu cargo, também, ações de desinfestação nas escolas da sua área geográfica e a desinsetização, em todo o Concelho.

Brigada B: Responsável pela desratização e desbaratização nas freguesias de Carcavelos, Parede e São Domingos de Rana. Tem a seu cargo, também, ações de desinfestação nas escolas da sua área geográfica.



Para uma melhor fiscalização do serviço prestado pela empresa ISS Pest Control, a EMAC criou áreas territoriais (ver Figura), que mensalmente são fiscalizadas e avaliadas, ao nível do grau de infestação de murídeos (ratos) e blatídeos (baratas).



Figura 236
Mapa com as unidades territoriais definidas pela EMAC

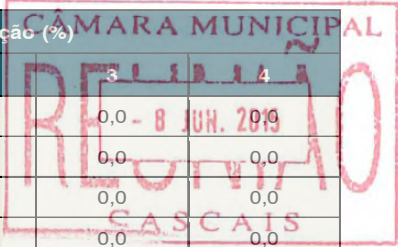
A fiscalização levada a cabo pela EMAC, relativamente à desratização e desbaratização, permite-nos fazer um retrato do estado de infestação do concelho. Para tal foi definida a seguinte escala:

- Nível 0 – Nulo;
- Nível 1 – Fraco;
- Nível 2 – Médio;
- Nível 3 – Forte;
- Nível 4 – Muito Forte.

13.4.1. DESRATIZAÇÃO

O quadro da figura nº 237 indica a média mensal do grau de infestação de murídeos, em percentagem, por freguesia.

| Freguesia | Grau de infestação (%) | | | | | |
|-------------|------------------------|-------|-------|-----|-----|-----|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Cascais | 0,0 | 80,0 | 20,00 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Alcabideche | 0,0 | 94,44 | 5,56 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Estoril | 0,0 | 58,33 | 41,67 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Parede | 0,0 | 71,4 | 28,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Carcavelos | 0,0 | 87,50 | 12,50 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| S.D. Rana | 0,0 | 52,63 | 47,37 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |



[Handwritten signature]

Figura nº 237
Grau de infestação de Murídeos por Freguesia

Fonte: EMAC 2010

A Figura nº 238 permite-nos fazer um retrato do Concelho, relativamente ao grau de infestação.

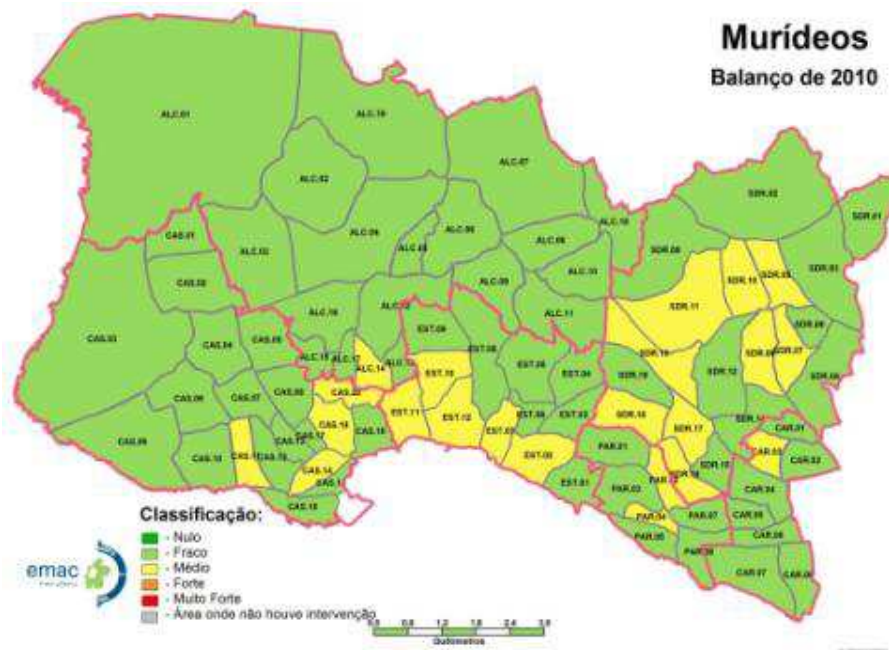


Figura 238
Retrato do Concelho – infestação de murídeos

Fonte: EMAC 2010

O gráfico da figura nº 239 permite-nos comparar o nível de infestação de murídeos no Concelho de Cascais.

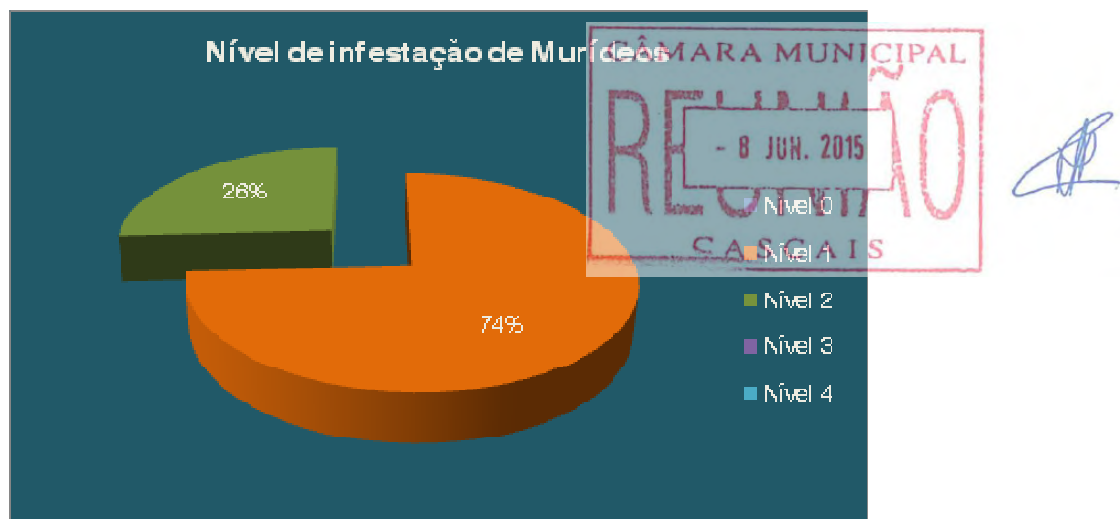


Figura nº 239
Gráfico comparativo entre os níveis de infestação – murídeos

Fonte: EMAC 2010

Com base na análise deste gráfico, pode verificar-se que, 74% do Concelho de Cascais apresenta um grau de infestação de nível 1 e que os restantes 26% apresentam um grau de infestação nível 2.

Ao longo do ano de 2010 foram realizadas campanhas de desinfestação de murídeos em todos os jardins-de-infância e escolas básicas do 1.º ciclo, que decorreram nas seguintes datas:

- entre 29 de Março a 1 de Abril;
- entre 1 e 10 de Setembro;
- entre 27 e 31 de Dezembro.

Por norma, estas datas são coincidentes com as interrupções escolares e é sempre feita uma campanha antes do início do ano letivo.

É importante referir que, sempre que algum jardim-de-infância ou escola básica solicitou uma desinfestação pontual, esta foi realizada com a maior celeridade possível e tendo em consideração os horários dos estabelecimentos, para que a ação de desinfestação não interferisse com a atividade normal do estabelecimento.

Em 2010 foram feitos alguns pedidos pelos munícipes, registados pela Linha Verde da EMAC.

O gráfico da figura nº 240 permite-nos comparar o número de pedidos feitos pelos munícipes, no que diz respeito à desinfestação, ao nível dos murídeos.

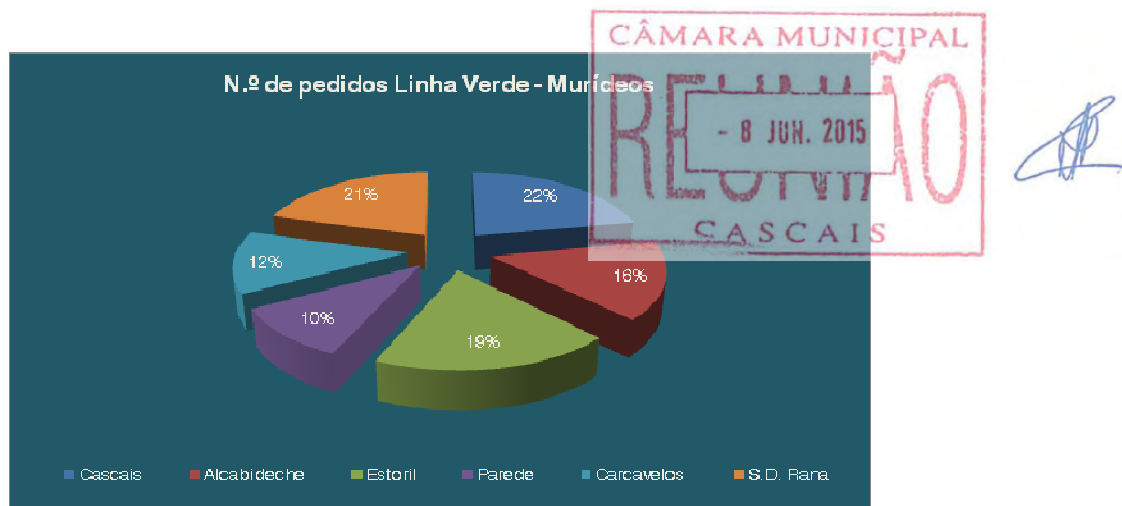


Figura nº 240
Gráfico comparativo entre os pedidos de desinfestação de murídeos

Fonte: EMAC 2010

Com base no gráfico anterior pode constatar-se que os habitantes da freguesia de Cascais são os que fizeram um maior número de pedidos para a Linha Verde da EMAC, enquanto os habitantes da freguesia da Parede, apresentam o menor número de pedidos.

Em média, são feitos mensalmente 52 pedidos pela população do Concelho de Cascais.

13.4.2. DESINSECTIZAÇÃO

O quadro da figura nº 241 indica a média mensal do grau de infestação de blatídeos, em percentagem, por freguesia.

| Freguesia | Grau de infestação (%) | | | | |
|-------------|------------------------|--------|-------|-----|-----|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| Cascais | 40,00 | 30,00 | 30,00 | 0,0 | 0,0 |
| Alcabideche | 44,44 | 38,89 | 16,67 | 0,0 | 0,0 |
| Estoril | 47,6 | 35,736 | 16,67 | 0,0 | 0,0 |
| Parede | 14,29 | 85,71 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Carcavelos | 0,0 | 100,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| S.D. Rana | 52,63 | 42,11 | 5,26 | 0,0 | 0,0 |

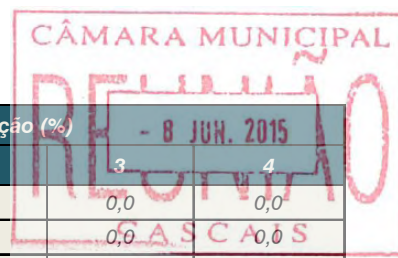


Figura nº 241
Grau de infestação de Blatídeos por Freguesia

Fonte: EMAC 2010

O gráfico da figura nº 242 permite-nos comparar o nível de infestação de blatídeos no total do Concelho de Cascais.



Figura nº 242
Retrato do Concelho – infestação de blatídeos

Fonte: EMAC 2010

Com base no gráfico da figura nº 242, pode verificar-se que 47% do Concelho de Cascais apresenta um grau de infestação de nível 1, 35% apresenta um grau de infestação de nível 0 e os restantes 18% apresentam um grau de infestação nível 2.

A figura seguinte permite-nos fazer um retrato do concelho relativamente ao grau de infestação de blatídeos.



Figura 243
Retrato do Concelho – infestação de blatídeos

Fonte: EMAC 2010

Ao longo do ano foram realizadas campanhas de desinfestação de blatídeos, nas mesmas datas das campanhas de desinfestação de murídeos, em todos os jardins-de-infância e escolas básicas do 1.º ciclo.

É importante referir que, sempre que algum jardim-de-infância ou escola básica solicitou uma desinfestação pontual, esta foi realizada com a maior celeridade possível e tendo em consideração os horários dos estabelecimentos, para que a ação de desinfestação não interferisse com a atividade normal do estabelecimento.

Em 2010 foram feitos alguns pedidos pelos munícipes, registados na Linha Verde da EMAC.

O gráfico da figura nº 244 permite-nos comparar o número de pedidos feitos pelos munícipes, no que diz respeito à desinfestação, ao nível dos blatídeos.

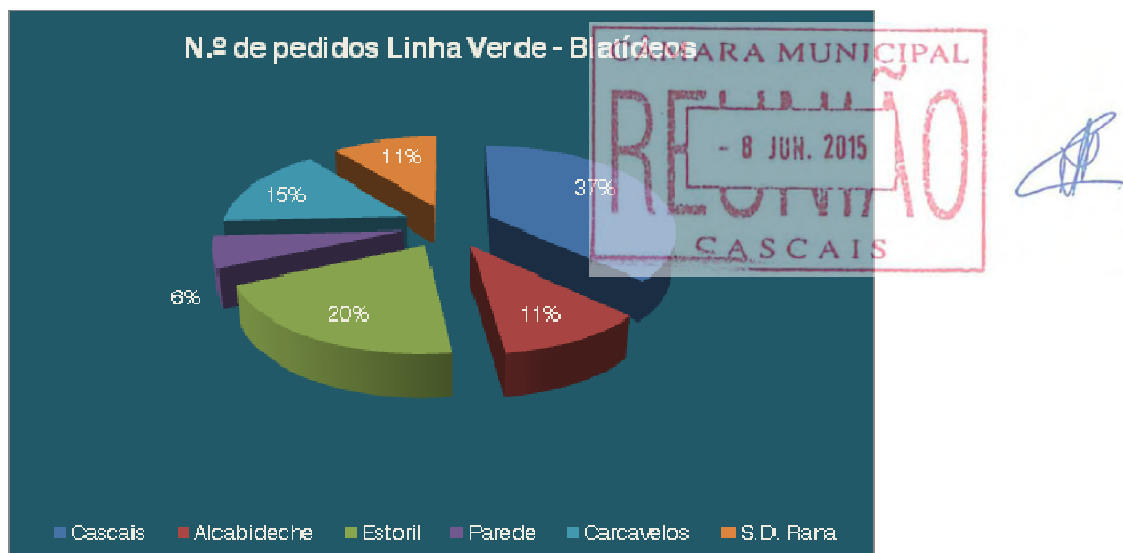


Figura nº 244
Gráfico comparativo entre os pedidos de desinfestação de blatídeos

Fonte: EMAC 2010

Com base no gráfico anterior, pode-se constatar que os habitantes da freguesia de Cascais são os que fizeram um maior número de pedidos para a Linha Verde da EMAC, enquanto os habitantes da freguesia da Parede, apresentam o menor número de pedidos.

Em média são feitos mensalmente 34 pedidos pela população do Concelho de Cascais.

13.4.2.1. LAGARTA PROCESSIONÁRIA

Os pinheiros existentes em locais públicos do Concelho de Cascais, assim como os dos jardins-de-infância e escolas básicas do 1.º ciclo, são alvo de desinfestação da lagarta processionária, vulgarmente conhecida como Lagarta do Pinheiro.

Em 2010 foram realizadas três campanhas de desinfestação da lagarta processionária, uma como medida corretiva, que decorreu no mês de Fevereiro de 2010 e duas como medida preventiva, uma em Outubro e a outra em Dezembro de 2010.



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.



A handwritten signature in blue ink, located to the right of the red stamp.

14. ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES



A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.

14.1. REDE VIÁRIA

14.1.1. REDE FERROVIÁRIA

A Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses foi autorizada a proceder à construção e exploração de uma ligação ferroviária entre a Estação de Santa Apolónia, no Cais dos Soldados, em Lisboa, e Cascais, passando por Alcântara, aonde seria instalada uma estação. O primeiro troço a construir deveria ser entre esta localidade, e o limite Oeste das obras que nesse momento se estavam a realizar no Porto de Lisboa. Um parecer da Junta Consultiva de Obras Públicas e Minas, datado de 21 de Agosto de 1879, considerou esta ligação ferroviária como um ramal da Linha do Leste. O primeiro troço, entre Pedrouços e Cascais, foi aberto ao serviço em 30 de Setembro de 1889 com o nome de “Ramal de Cascais”. A linha chegou até Alcântara-Mar em 6 de Dezembro do ano seguinte, tendo o nome desta ligação sido alterado para Linha de Cascais, e ao Cais do Sodré em 4 de Setembro de 1895.

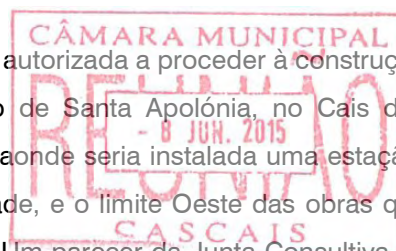
A construção desta ligação deteve uma importância enorme, porque permitiu um acesso rápido dos habitantes de Lisboa à orla costeira até Cascais, o que fomentou o desenvolvimento desta zona.

O troço entre Pedrouços e Caxias foi logo construído em via dupla, sendo a via duplicada até ao Estoril em 1 de Outubro de 1890, Cascais em 21 de Maio de 1892, Belém em 25 de Maio de 1896, Alcântara-Mar em 28 de Julho do mesmo ano, e até ao Cais do Sodré no dia 4 de Julho de 1897.

Devido à importância que a Linha de Cascais detinha para as atividades turísticas nas zonas que servia, e pelo facto da eletrificação tornar mais rápidas e económicas as ligações entre as localidades, o Ministério do Fomento autorizou a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, sucessora da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, a alugar a Linha de Cascais, desde que o arrendatário substituísse o sistema de tração em vigor, a carvão, por um elétrico.

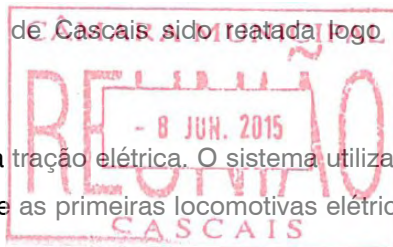
No dia 7 de Agosto de 1918 foi assinado um contrato de arrendamento entre a Companhia e a Sociedade Estoril. Este documento estabeleceu uma duração de 50 anos para o arrendamento, e ordenou que a empresa arrendatária realizasse a conversão para a tração elétrica.

A eletrificação da Linha foi concluída em 6 de Agosto de 1926, tendo sido vistoriada por uma comissão no dia 14 do mesmo mês, que autorizou a sua entrada em funcionamento.



No dia 21, o trânsito de comboios elétricos foi totalmente interrompido, pelo facto do material circulante interferir com os cabos submarinos existentes em Carcavelos, regressando ao serviço o material a vapor. Foi então assinado um contrato entre a Sociedade Estoril e as empresas Eastern Telegraph Company e Western Telegraph Company, para a modificação dos cabos elétricos que amarravam em Carcavelos. Esta obra ficou concluída em 22 de Dezembro de 1926, tendo a circulação elétrica na Linha de Cascais sido reatada logo de seguida.

Este foi o primeiro caminho-de-ferro em Portugal a adotar a tração elétrica. O sistema utilizado empregava corrente contínua, com uma tensão de 1,5 kV, e as primeiras locomotivas elétricas utilizadas nesta Linha foram fabricadas pela AEG, em 1924.



Além da eletrificação, a Sociedade do Estoril realizou, na primeira metade do Século XX, vários melhoramentos no material circulante e nas infraestruturas, nomeadamente a inauguração da Estação do Cais do Sodré, no dia 18 de Agosto de 1928, de forma a melhorar a segurança e a comodidade dos passageiros, e que aproximaram esta Linha do conceito de ligação ferroviária suburbana, em concordância com o tipo de procura que emergiu durante este período. Ao mesmo tempo, também se pretendeu atribuir a esta ligação ferroviária, uma nova imagem, mais turística, com um maior prestígio internacional, como se verificou pelo término, na Estação do Estoril, do serviço internacional “Sud-Express”.

É uma das quatro linhas da rede de comboios suburbanos de Lisboa, detendo características técnicas únicas que a distinguem do resto da rede ferroviária portuguesa, tal como a eletrificação de 1500 V em corrente contínua e uma regulamentação ligeiramente diferente da restante rede; esta situação deve-se ao facto de, até 1976, esta linha ter estado concessionada a uma empresa privada, a Sociedade Estoril. Em finais de 2010, os serviços eram agrupados em 3 famílias, centradas nas Estações de Cascais, Oeiras, e São Pedro.

Devido, no entanto, à crise económica sentida nos inícios da Década de 1930 do Séc XX, a Sociedade Estoril teve de começar a reduzir os investimentos na linha, não obstante o grande movimento de passageiros e mercadorias verificado naquela altura. Assim, em 1933, apenas pôde realizar algumas obras em estações ferroviárias, corrigir várias curvas, e estabelecer concordâncias parabólicas noutras que necessitavam.

A Linha de Cascais foi a única ligação ferroviária em território nacional que não sofreu a integração direta na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses em 1947, devido ao contrato de arrendamento com a Sociedade do Estoril, que tinha sido estabelecido em 1918; este acordo terminou, em 1976, pelo que a sua gestão voltou a ser assegurada diretamente pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses.

Em 23 de Novembro de 1993, é criada, na sequência da reestruturação da operadora Caminhos de Ferro Portugueses, a unidade de negócio Suburbano de Cascais

A Linha de Cascais apresentava em 1966, uma extensão de cerca de 26 quilómetros, com um movimento diário, no Verão, de 280 comboios e aproximadamente 30.000 passageiros, que, nos Domingos, aumentava para 100.000.

Em Novembro de 2008, o então Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, afirmou que existia um projeto para uma ligação subterrânea entre as Linhas de Cascais e da Cintura, prevendo-se a implementação de serviços de passageiros entre Cascais e Sete Rios.



Em Fevereiro de 2010, a queda de uma catenária junto à Estação de São Pedro provocou o corte na circulação ferroviária entre Carcavelos e Cascais; nos finais desse mês, o tráfego foi interrompido devido à passagem do Ciclone Xynthia. Em Abril, uma greve geral dos transportes levou a operadora Comboios de Portugal a encerrar as estações de Cais do Sodré, Oeiras e Cascais.

Em Novembro, o presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário declarou que, devido à falta de investimentos, o número de serviços na Linha de Cascais poderia ser reduzido, com especial incidência para a família de comboios de São Pedro; este comunicado foi lançado numa reunião com dois deputados da Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que teve como tema central uma petição contra a privatização das ligações ferroviárias suburbanas de Lisboa.

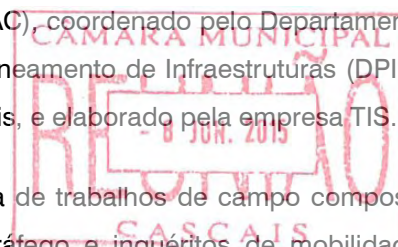
Em meados de Abril de 2011, vários serviços foram suprimidos na sequência de uma greve dos maquinistas, apesar desta manifestação ter sido desconvocada pelos sindicatos e, no final do mesmo mês, uma catenária foi danificada devido à forte queda de granizo, o que levou ao corte da energia elétrica e consequente encerramento da circulação ferroviária.

Por tudo o atrás exposto, pode-se constatar que ultimamente tem havido um grande desinvestimento nesta linha que, a continuar a este ritmo, poderá trazer problemas futuros, que esperamos não sejam graves.

14.1.2. REDE RODOVIÁRIA

A caracterização e diagnóstico da rede rodoviária, da oferta de estacionamento e da rede de transportes coletivos existentes no concelho de Cascais, que a seguir se descreve, foram baseados no Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio (ETAC), coordenado pelo Departamento de Planeamento do Território (DPT) na sua Divisão de Planeamento de Infraestruturas (DPIE), ambas unidades orgânicas da Câmara Municipal de Cascais, e elaborado pela empresa TIS.pt.

No âmbito deste estudo qual foi realizada uma campanha de trabalhos de campo composta por inquéritos Origem – Destino (O/D), contagens de tráfego e inquéritos de mobilidade, datados de 2009.



14.1.2.1. HIERARQUIA RODOVIÁRIA

De forma a caracterizar o sistema rodoviário de Cascais (e respetivos acessos) definiu-se uma hierarquia da rede rodoviária do concelho, a qual foi aferida em função da avaliação de:

- Características físicas: capacidade, geometria, características da respetiva envolvente;
- Características funcionais: qual o papel das vias no modelo de deslocações do concelho e,
- Evolução urbana mais recente do concelho.

A hierarquização da rede viária teve em consideração os seguintes níveis na hierarquia viária:

- **1º NÍVEL (Rede Supra-Concelhia)**. Este nível deve assegurar os principais acessos ao concelho, bem como as deslocações intra-concelhias de maior distância;
- **2º NÍVEL (Rede Estruturante e de Distribuição Principal)**. Deve assegurar a distribuição dos principais fluxos de tráfego do concelho, bem como os percursos médios e o acesso à rede de 1º nível;
- **3º NÍVEL (Rede de Distribuição Secundária)**. Composta por vias internas aos aglomerados urbanos, deve assegurar a distribuição próxima, bem como o encaminhamento dos fluxos de tráfego para as vias de nível superior;
- **4º NÍVEL (Rede de Distribuição Local ou de proximidade)**. Deve ser composta por vias estruturantes ao nível do bairro, com alguma capacidade de escoamento, mas onde o peão é já um dos principais atores;
- **5º NÍVEL (Rede de Acesso Local)**. Deve garantir o acesso rodoviário ao edificado, reunindo condições privilegiadas para a circulação pedonal.

Na tabela seguinte (fig. nº 245), apresentam-se os critérios de avaliação dos níveis hierárquicos da rede rodoviária, adotadas para a classificação dos vários níveis.

| CRITÉRIOS | DESCRIÇÃO |
|--|--|
| Objectivos | Definem-se os objectivos e funções, que se pretende que cada nível desempenhe, por ordem de importância. |
| Exigências Particulares | Definem-se as condições que deverão ser verificadas em cada nível para que os objectivos definidos possam ser atingidos. |
| Características Físicas | Definem-se os perfis transversais tipos mínimos, admissíveis para cada nível. |
| Acessos | Definem-se o tipo e as condições de acesso às vias pertencentes aos vários níveis. |
| Atributos Operacionais | Definem-se as velocidades em vazio (velocidade padrão) para cada nível. Definem-se os intervalos de capacidade para cada nível, sendo que no caso das vias dos níveis mais baixos se define o limite máximo do tráfego que deverá circular em cada tipo de via. |
| Estacionamento | Definem-se as condições em que o estacionamento se deve fazer |
| Cargas e Descargas | Definem as condições em que se podem processar estas actividades nas vias de cada nível. |
| Transportes Colectivos | Definem as características a que deverão obedecer as paragens e os espaços canais para os modos colectivos que utilizem a rede viária. |
| Circulação de Peões e Velocípedes | Definem as condições de circulação dos peões e velocípedes em cada nível. |

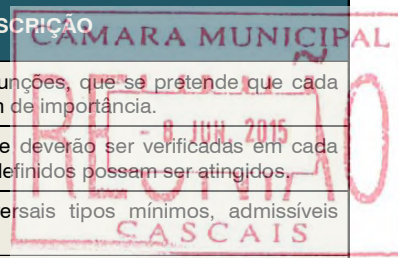


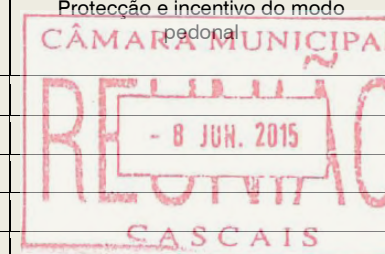
Figura nº 245
Principais parâmetros de avaliação dos níveis hierárquicos da rede rodoviária
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

Assim de acordo com os critérios acima referidos, foi possível definir as funções, objetivos, características físicas e operacionais dos vários níveis hierárquicos, conforme o quadro da figura nº 246.



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive set of initials.

| Designação da Rede Viária | | 1º NÍVEL REDE SUPRA CONCELHIA | 2º NÍVEL REDE ESTRUTURANTE E DE DISTRIBUIÇÃO PRINCIPAL | 3º NÍVEL REDE DE DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA | 4º NÍVEL REDE DE DISTRIBUIÇÃO LOCAL | 5º NÍVEL REDE DE ACESSO LOCAL |
|---|--|---|--|---|--|--|
| Objectivos: | | Principais acessos ao concelho e suporte aos percursos de longa distância intra concelhos | Distribuição dos maiores fluxos de tráfego do concelho, suporte aos percursos médios intra concelhos e acesso à rede de 1º nível | Distribuição de proximidade e encaminhamento dos fluxos de tráfego para as vias de nível superior | Distribuição no bairro | Protecção e incentivo do modo pedonal |
| Funções: | Ligação à Rede Nacional Fundamental | sim | | | | |
| | Ligações inter-concelhias e de atravessamento do concelho | sim | | | | |
| | Ligações à rede estruturante do concelho | sim | | | | |
| | Colecta e distribuição do tráfego dos sectores urbanos | | sim | sim | | |
| | Colecta e distribuição do tráfego de bairro | | | | sim | |
| Acesso Local | | | | | sim | sim |
| Exigências Particulares | | Separação completa da envolvente | Protecção da envolvente | | Introdução de medidas de acalmia de tráfego | Introdução de medidas de acalmia de tráfego |
| CARACTERÍSTICAS FÍSICAS | | | | | | |
| Número Mínimo Desejável de Vias [n] | | 3 + 3 | 2 + 2 | 1 + 1 | 1 + 1 | 1 + 1 |
| Separação física dos sentidos de circulação | | Obrigatória | Desejável | Facultativa | A evitar | Proibida |
| Largura das vias (1 sentido/2 sentidos) [m] * | | Não se aplica / 3,25 (mínimo) | Não se aplica / 3,25 (mínimo) | 3,50 / 3,25 | 3,50 / 3,25 | 3,50 / 3,25 |
| Largura mínima dos passeios [m] ** | | Não se aplica | 2,50 | 2,50 | 2,25 | 2,25 |
| Número de Sentidos | | 2 | 2 | 1 ou 2 | 1 ou 2 | 1 ou 2 |
| Acessos | Intersecções desniveladas permitindo ligações a vias do mesmo nível ou adjacente | sim | sim | | | |
| | Intersecções de nível com regulação semafórica ou ordenada | | sim | sim | sim | |
| | Livre | | | | sim | sim |
| ATRIBUTOS OPERACIONAIS | | | | | | |
| Velocidade regulamentada [km/h] | | 70 – 120 | 40 – 80 | 30 – 50 | 20 – 50 | 20 – 50 |
| Gama de capacidades desejáveis por sentido de circulação [veic/h] | | 2.400 – 6.000 | 1.300 – 2.000 | 750 – 1.500 | n.a. | n.a. |
| Estacionamento | | Interdito | Autorizado com regulamentação própria, sujeito a restrições operacionais da via | | Autorizado com regulamentação própria | |
| Cargas e Descargas | | Interditas | Interditas | Reguladas | Reguladas | Reguladas |
| TRANSPORTES COLECTIVOS | | | | | | |
| Corredores de Transporte Colectivo em Sítio Próprio (TCSP) | | Permitido | Permitido | Permitido | Permitido | Não desejável |
| Intersecção com TCSP | | Desniveado ou de nível quando se trata de entrada e saída em mão | Reguladas com prioridade ao transporte colectivo | Reguladas com prioridade ao transporte colectivo | Reguladas com prioridade ao transporte colectivo | Não desejável |
| Corredores BUS | | Permitido | Permitido | Permitido | Permitido | Não desejável |
| Paragens | | Proibidas | Sítio Próprio | Desejavelmente em Sítio Próprio | Sítio Próprio ou banal | Proibidas, excepto serviços especiais de Bairros |
| Circulação Pedonal e de Velocípedes | | Interdita | Segregada | Segregada | Segregada ou Livre | Livre |



* em vias a implementar de raiz

** dependente da hierarquia da rede pedonal e a aplicar em novos empreendimentos

Figura 246
Características físicas e funcionais da hierarquia viária
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



CÂMARA MUNICIPAL
REUNIÃO
- 8 JUN. 2015
CASCAIS



14.2. ESTACIONAMENTO

O estacionamento é um dos principais instrumentos no processo de gestão da acessibilidade e mobilidade. A gestão do estacionamento é, em boa medida, da responsabilidade do município, devendo este introduzir políticas de urbanismo e de gestão do estacionamento que contribuam para oferecer boas condições de acessibilidade.

A definição das políticas de provisão e gestão de estacionamento deve ter em consideração as necessidades da procura de estacionamento, mas deve, também, ter em consideração a introdução de medidas que limitem a sua oferta de modo a promover a opção pelos modos de transporte mais sustentáveis, que se constituam como alternativas ao automóvel.

Para desenvolver a caracterização e diagnóstico do estacionamento foi realizado um vasto conjunto de operações de campo, das quais se destacam:

- Levantamento da oferta e procura de estacionamento (no período diurno e noturno) presentes no concelho, levantamento que foi desenvolvido com um nível de desagregação ao eixo da via;
- Levantamento da rotação de estacionamento nas zonas centrais dos principais aglomerados do concelho (Cascais, Carcavelos, Parede e Estoril).

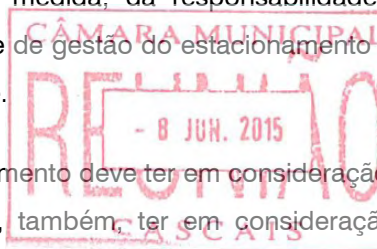
Estes trabalhos de campo desenvolveram-se durante os meses de Maio e Junho de 2009.

14.2.1. OFERTA

A oferta de estacionamento contabiliza o total de lugares de estacionamento existentes que se encontrem assinalados na via pública, em parques ou em propriedades privadas, através de sinalização horizontal ou vertical ou diferenciação do pavimento.

14.2.1.1. OFERTA DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO

A caracterização da oferta de estacionamento público é feita para o estacionamento existente na via pública (desagregado para a frente da rua) e para o estacionamento em parques ou bolsas de estacionamento.



Globalmente o concelho de Cascais apresenta uma oferta de 52,1 mil lugares de estacionamento na via pública e 5,4 mil lugares de estacionamento em bolsas ou parques de estacionamento, num total de 57,5 mil lugares de estacionamento.

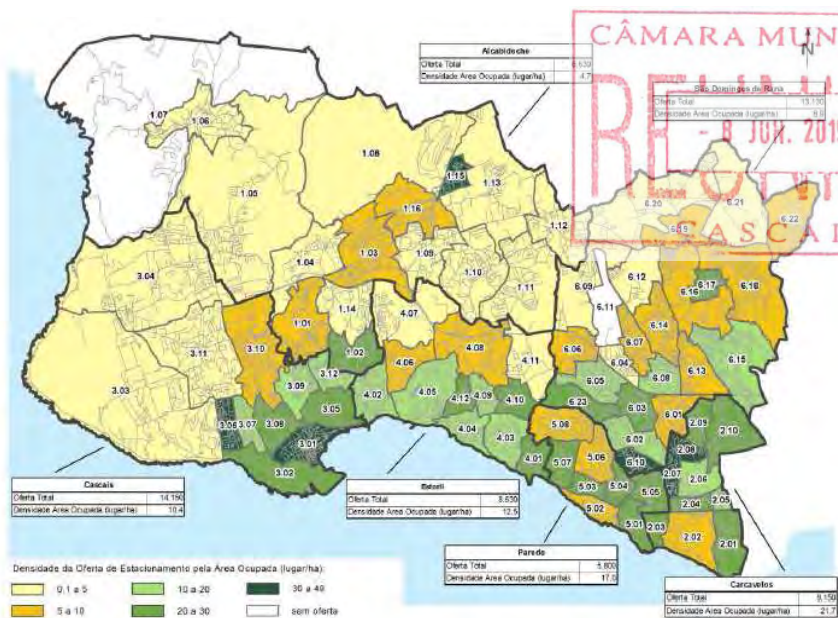


Figura nº 247
Densidade de oferta de estacionamento, por zona
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

OFERTA DE ESTACIONAMENTO NA VIA PÚBLICA

Considera-se como oferta de estacionamento na via pública todos os lugares de estacionamento que se encontram demarcados nos arruamentos, através de sinalização (horizontal ou vertical), pintura ou diferenciação de pavimento.

Aproximadamente 93% dos lugares de utilização pública são gratuitos (48.680 lugares), 3% são tarifados (1.340 lugares) e os restantes 4% são reservados a determinados utilizadores e/ou entidades (2.070 lugares).

O gráfico e o quadro das figuras seguintes mostram a distribuição da oferta de estacionamento, nas várias freguesias do concelho.

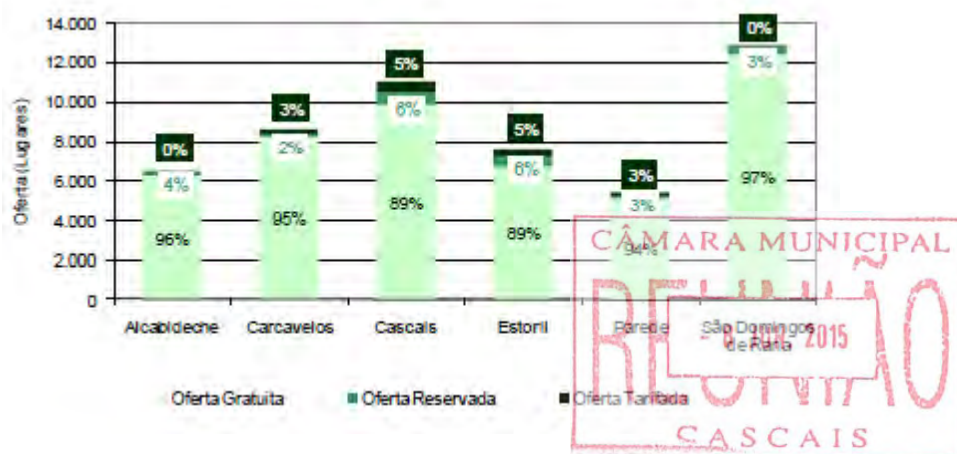


Figura nº 248
Tipo de oferta de estacionamento na via pública, por freguesia
 (Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

| Freguesia | Oferta Total (lugares) | Oferta Gratuita (lugares) | Oferta Reservada (lugares) | Oferta Tarifada (lugares) |
|---------------------|------------------------|---------------------------|----------------------------|---------------------------|
| Alcabideche | 6.500 | 6.270 | 230 | 0 |
| Carcavelos | 8.620 | 8.220 | 140 | 240 |
| Cascais | 11.040 | 9.890 | 620 | 530 |
| Estoril | 7.620 | 6.750 | 490 | 390 |
| Parede | 5.420 | 5.100 | 170 | 150 |
| S. Domingos de Rana | 12.880 | 12.440 | 420 | 30 |
| TOTAL | 52.080 | 48.690 | 2.070 | 1.340 |

Figura nº 249
Oferta de estacionamento na via pública, por freguesia
 (Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

Pela análise do gráfico da figura seguinte verifica-se que aproximadamente 8% dos lugares reservados são para operações de carga e descarga (cerca de 170 lugares), encontrando-se estes concentrados nos principais centros urbanos do concelho. Também é possível verificar que o estacionamento reservado é destinado principalmente a residentes.

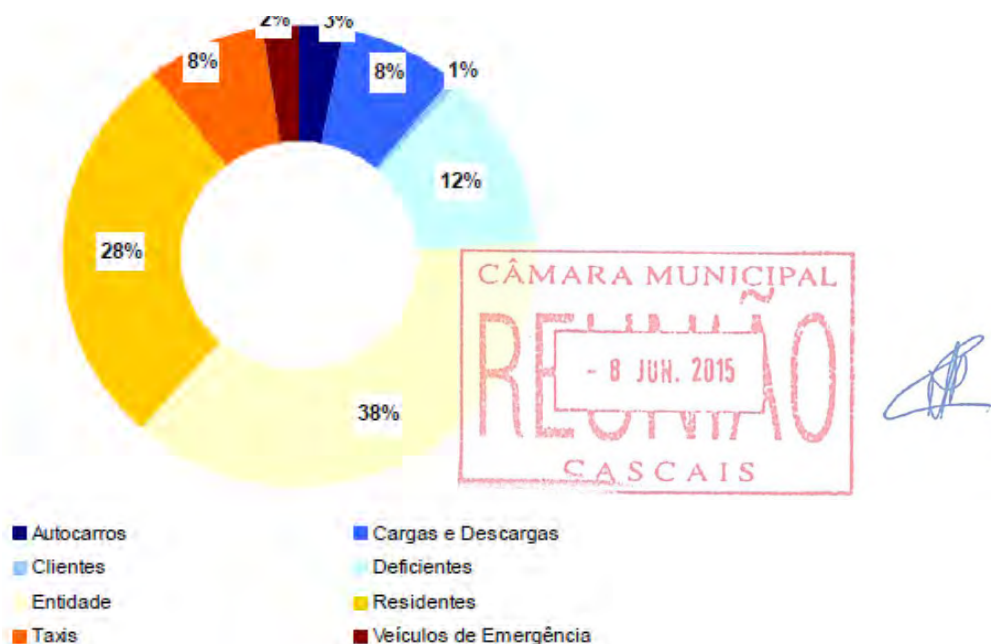


Figura nº 250
Tipo de estacionamento reservado existente na via pública

(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

OFERTA DE ESTACIONAMENTO TARIFADO NA VIA PÚBLICA

O estacionamento tarifado é um instrumento de gestão em áreas com elevada procura de estacionamento de curta (menos de 2h) e média (entre 2h a 4h) permanência, de modo a incentivar à rotatividade dos veículos e evitar o estacionamento de longa duração (mais de 4h).

A oferta de estacionamento tarifado no Concelho Cascais encontra-se implementada nas principais vias dos centros urbanos de Cascais, Estoril, Parede, Carcavelos e São Domingos de Rana, sendo a freguesia de Alcabideche a única que não apresenta estacionamento tarifado na via pública.

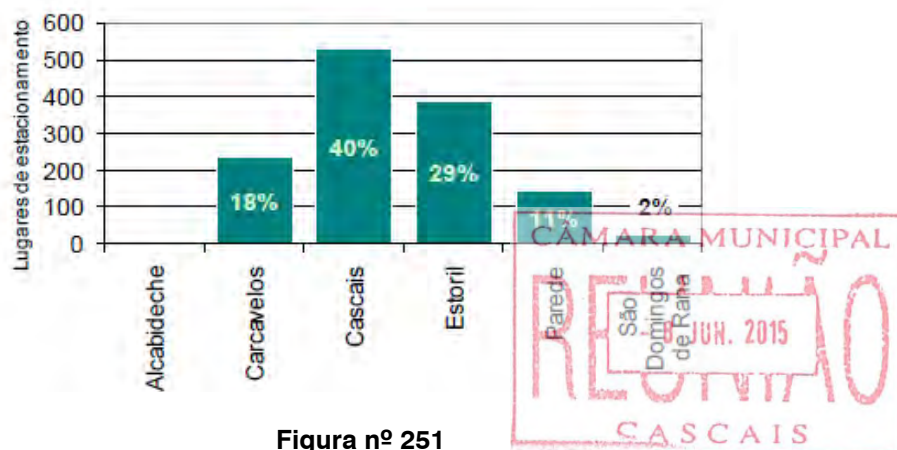


Figura nº 251
Oferta de estacionamento tarifado, por freguesia (Fonte: Estudo do ETAC)
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

Convém também identificar, o estacionamento na rede viária de hierarquia superior, pois a existência de estacionamento nestas vias pode introduzir constrangimentos: segundo a hierarquia viária, o único nível que não apresenta estacionamento é a rede de nível 1 (A5 e IC30/A16). Deste modo, e devendo a rede viária de nível 2 promover a fluidez e velocidade de circulação não deverá ser dotada de estacionamento, ao contrário do que sucede nas seguintes vias:

ESTORIL - Av. Gago Coutinho e Av. Dos Bombeiros Voluntários;

CASCAIS – Av. Adelino Amaro da Costa, Av. Infante Dom Henrique e Estrada da Malveira.

OFERTA DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO EM PARQUES E BOLSAS DE ESTACIONAMENTO

Entende-se por bolsa ou parque de estacionamento, determinada área, fora da via pública, onde seja possível o estacionamento de veículos, tratando-se por definição de uma oferta concentrada.

Em todo o concelho existem várias bolsas de utilização pública que servem a população, contudo verifica-se que nem todas são legais, uma vez que se localizam em espaços que por não se encontrarem urbanizados são utilizados para estacionamento ilegal.

No território foram identificadas cerca de 146 bolsas de estacionamento, das quais se contabilizaram cerca de 5,4 mil lugares de estacionamento universal (total que não contabiliza estacionamento reservado a usos específicos, como é o caso de supermercados, praias, complexos desportivo, etc.).

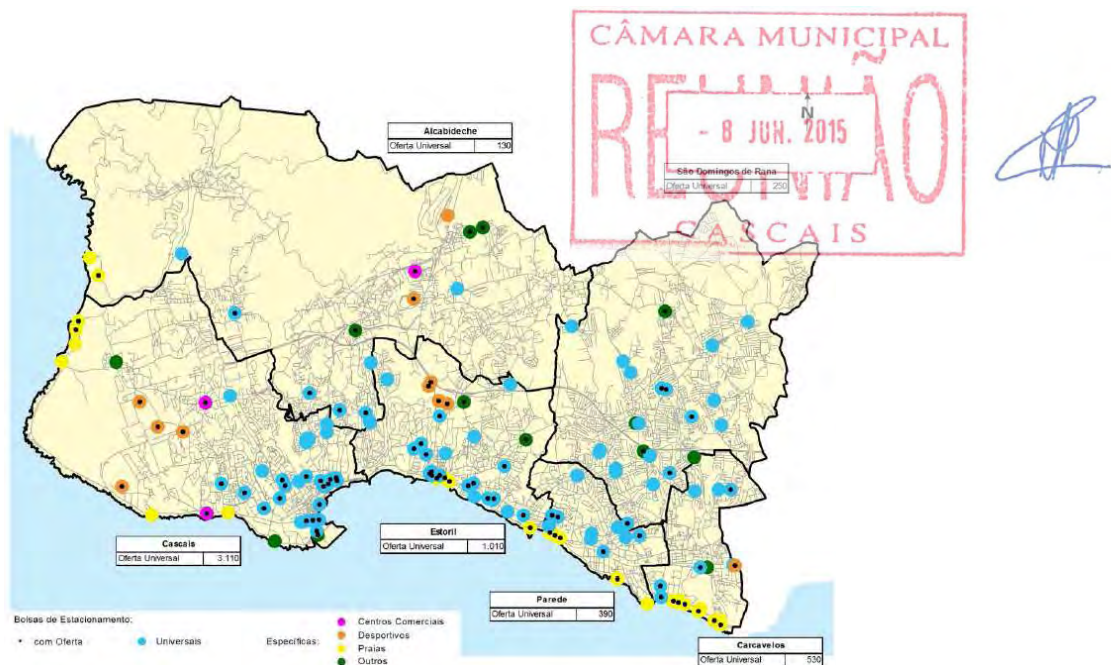


Figura nº 252
Bolsas públicas de estacionamento, por freguesia (Fonte: Estudo do ETAC)
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

No quadro da figura nº 253 apresenta-se a oferta de estacionamento em parques ou bolsas de estacionamento discriminada por freguesia, para cada tipo de bolsa de estacionamento.

| Freguesia | Oferta universal (lugares) | Oferta específica (lugares) | | | |
|---------------------|----------------------------|-----------------------------|--------------------|-----------------------|------------|
| | | Praias | Centros comerciais | Complexos desportivos | Outros |
| Alcabideche | 130 | 320 | 4.700 | 150 | 340 |
| Carcavelos | 530 | 390 | 0 | 40 | 0 |
| Cascais | 3.110 | 330 | 60 | 720 | 190 |
| Estoril | 1.010 | 110 | 0 | 210 | 80 |
| Parede | 390 | 330 | 0 | 0 | 0 |
| S. Domingos de Rana | 250 | 0 | 0 | 0 | 280 |
| TOTAL | 5.420 | 1.480 | 4.760 | 1.120 | 890 |

Figura nº 253
Oferta em parques ou bolsas de estacionamento, por freguesia
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

OFERTA DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO TARIFADO EM PARQUE

Tendo por base o estacionamento público tarifado, observa-se existir no concelho 19 parques de estacionamento, dos quais 10 são à superfície e 9 são subterrâneos, perfazendo um total de 3,6 mil lugares de estacionamento. Estes localizam-se maioritariamente na envolvente ao centro urbano de Cascais.

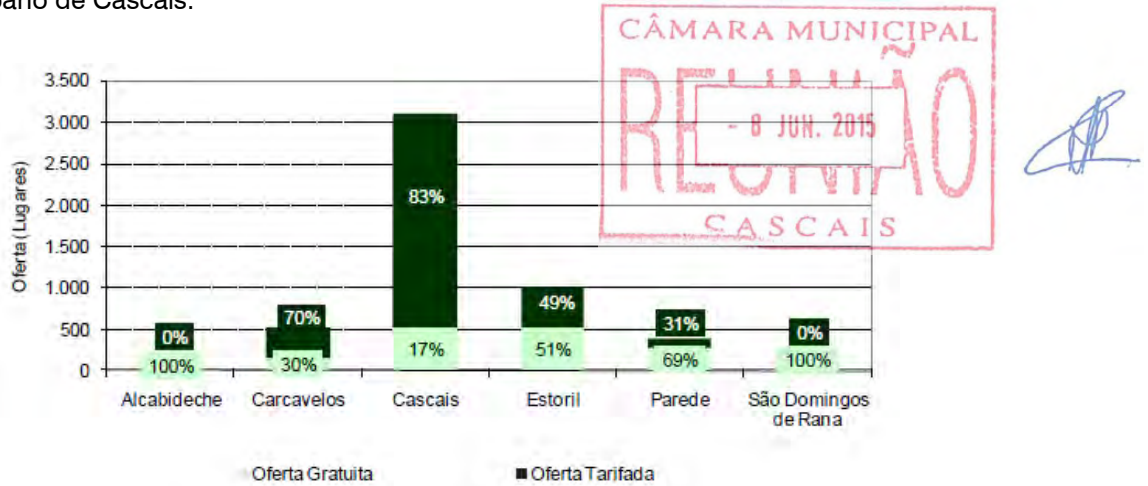


Figura nº 254
Tipo de oferta em parques ou bolsas de estacionamento, por freguesia
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

OFERTA TOTAL

Resumindo, a oferta total de estacionamento público é de 57,5 mil lugares de estacionamento, encontrando-se distribuída pelas freguesias como mostra o gráfico da figura seguinte.

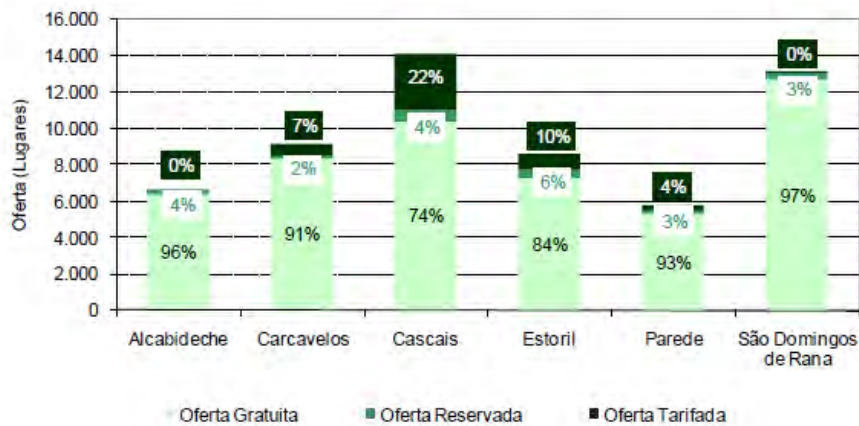


Figura nº 255
Tipo de oferta de estacionamento, por freguesia
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

De acordo com o quadro e figura seguintes, verifica-se que no que respeita à densidade líquida o concelho apresenta uma média de 10,1 lugares de estacionamento por hectare. Se se considerar a cobertura dos alojamentos, a oferta é, em média de 0,57 lugares de estacionamento por alojamento. Quando se considera a população residente, a oferta de estacionamento tem um comportamento análogo ao verificado na análise anterior (densidade de oferta pelo nº de alojamentos).

| Freguesia | Oferta na via pública (lugares) | Oferta em bolsas (lugares) | Oferta total (lugares) | Densidade da oferta pela área ocupada (lug./ha) | Densidade da oferta pelo nº de alojamentos (lug./aloj.) | Densidade da oferta pela população (lug./hab.) |
|---------------------|---------------------------------|----------------------------|------------------------|---|---|--|
| Alcabideche | 6.500 | 130 | 6.630 | 4,7 | 0,39 | 0,19 |
| Carcavelos | 8.620 | 530 | 9.150 | 21,7 | 0,78 | 0,42 |
| Cascais | 11.040 | 3.110 | 14.150 | 10,5 | 0,65 | 0,39 |
| Estoril | 7.620 | 1.010 | 8.630 | 12,5 | 0,56 | 0,33 |
| Parede | 5.420 | 390 | 5.810 | 17,0 | 0,50 | 0,29 |
| S. Domingos de Rana | 12.880 | 250 | 13.130 | 9,0 | 0,55 | 0,27 |
| TOTAL | 52.080 | 5.420 | 57.500 | 10,1 | 0,57 | 0,31 |



[Handwritten signature]

Figura nº 256
Indicadores associados à oferta total de estacionamento público, por freguesia
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

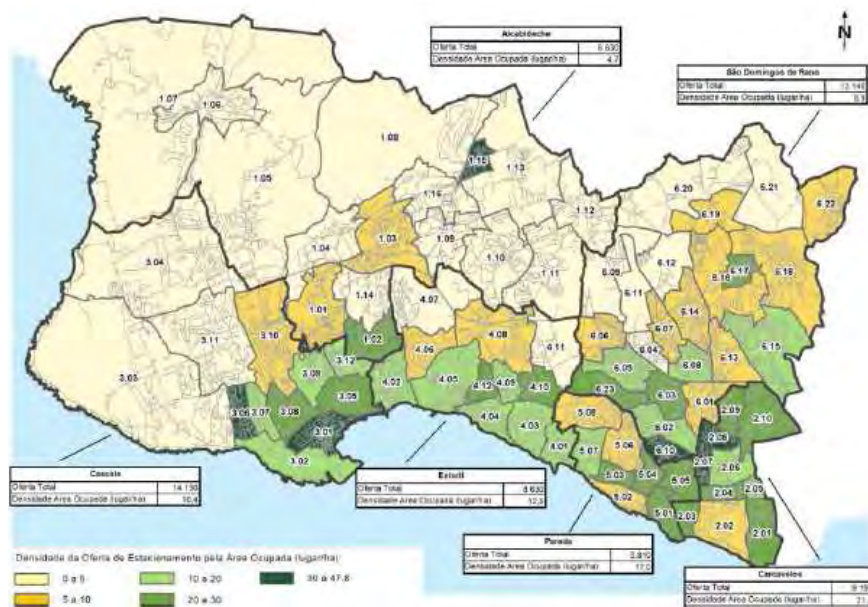


Figura nº 257
Densidade de oferta de estacionamento público pela área ocupada, por zona
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

14.2.1.2. ESTACIONAMENTO PRIVADO

A oferta de estacionamento privado inclui a totalidade de lugares existentes para uso específico de determinados utilizadores. Existem vários tipos de oferta de estacionamento privado, sendo os mais comuns, o estacionamento residencial em garagem e o estacionamento de visitantes e trabalhadores em bolsas de estacionamento específicas.

Sendo a oferta de estacionamento privado de difícil quantificação, uma vez que não existe informação disponível, para estimar a oferta de estacionamento privado da população residente, utilizou-se a informação recolhida no âmbito dos Inquéritos à mobilidade, como uma *proxi* sobre a qual poderá ser estimada a dimensão da oferta.

No caso da oferta de estacionamento destinada a trabalhadores, apenas foi possível considerar a percentagem de trabalhadores que estacionam em parque privado, mais uma vez, de acordo com os inquéritos.

ESTACIONAMENTO DOS RESIDENTES

No conjunto total de moradias do concelho, estima-se que cerca de 69% apresentam lugares de estacionamento privado e na tipologia de apartamentos, o peso dos alojamentos com estacionamento privado é de 43%, o que segundo as estimativas totaliza 82 mil lugares de estacionamento.

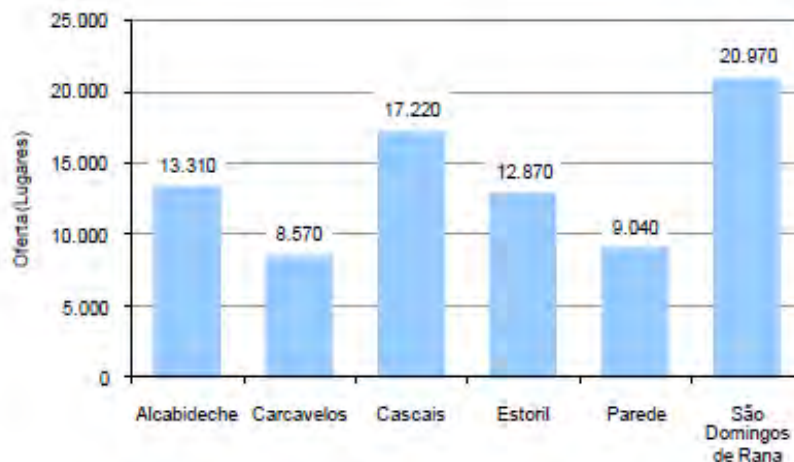


Figura nº 258
Oferta de estacionamento privado para residentes, por freguesia
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

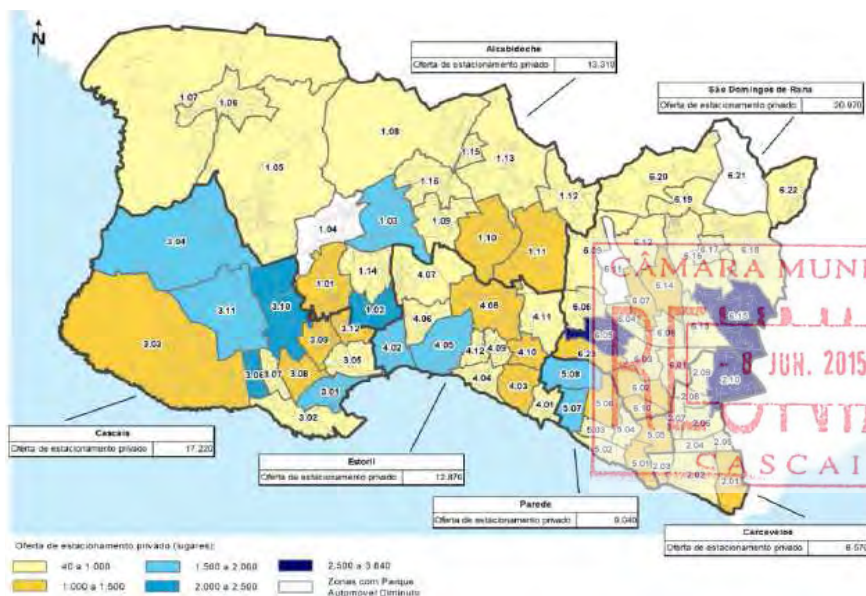


Figura nº 259
Oferta de estacionamento privado para residentes, por zona
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

Se se considerar que desde 2001 todo o edificado habitacional satisfaz o disposto no PDM, é possível estimar um aumento da oferta de estacionamento residencial, em cerca de 22,1 mil lugares (valor que representa 27% da oferta atual), cuja distribuição por freguesia se apresenta na figura seguinte.

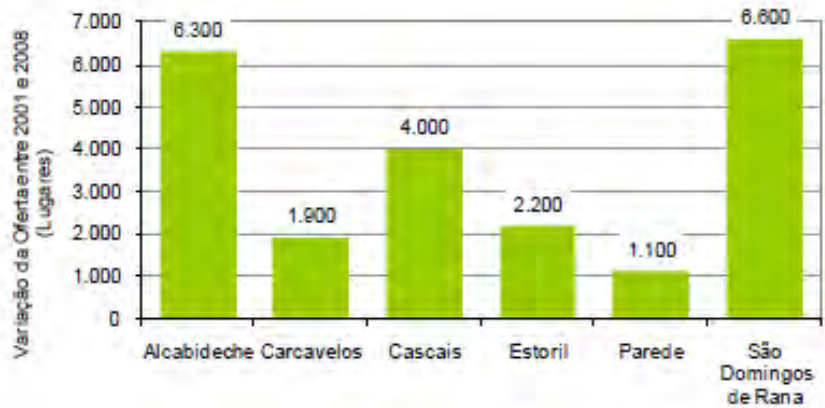


Figura nº 260
Aumento da oferta de estacionamento privado (mínimo), por freguesia
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

ESTACIONAMENTO DOS VISITANTES E TRABALHADORES

O estacionamento privado destinado a visitantes e trabalhadores encontra-se maioritariamente junto ou no interior do edificado onde se encontram serviços, indústria e comércio.

Contudo, a oferta de estacionamento privado não é proporcional ao número de estabelecimentos de serviços, indústria e comércio que existem no concelho, relacionando-se diretamente com o tipo de serviços que as empresas prestam e com a localização geográfica. Assim, a oferta de estacionamento é tanto maior, quanto mais afastados os estabelecimentos estiverem dos centros urbanos.

Além dos estabelecimentos de serviços e indústria, existem também os estabelecimentos comerciais que, possuem regra geral, uma grande oferta de estacionamento para os seus clientes, dado a oferta ser dimensionada para os picos de procura.

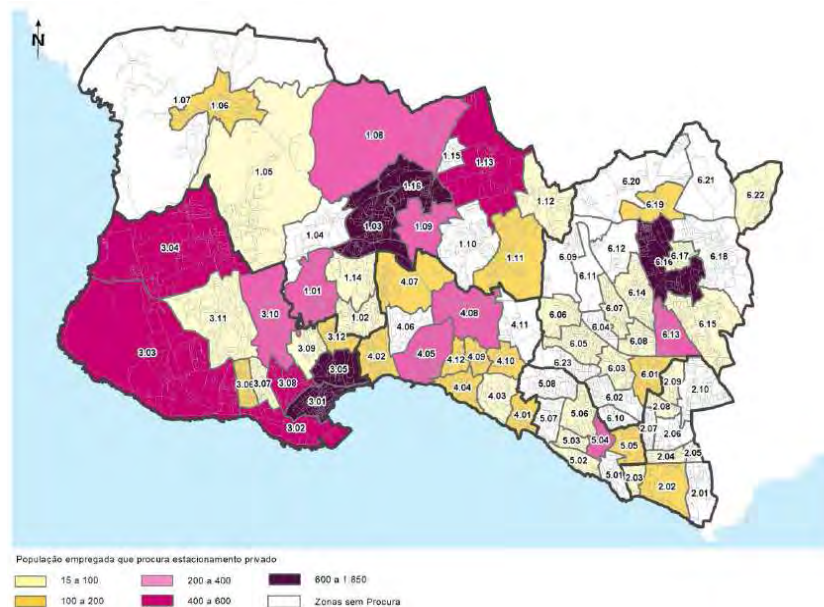


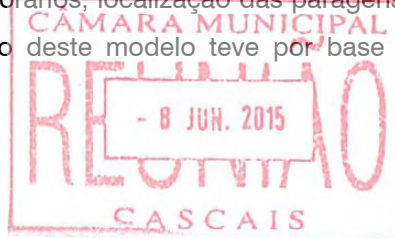
Figura nº 261
População empregada que procura estacionamento privado, por zona
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

Por outro lado, e detendo o Concelho de Cascais um forte carácter turístico, os vários estabelecimentos hoteleiros implantados no território, localizados principalmente junto à costa, apresentam um elevado fator de atração ou geração de viagens em automóvel. Dos cerca de 50 estabelecimentos hoteleiros localizados no concelho, praticamente todas possuem estacionamento privativo. As que não possuem estacionamento, têm uma oferta de estacionamento considerável na via pública envolvente.

14.3. TRANSPORTE COLECTIVO

De modo a ser possível caracterizar e analisar as redes de Transportes Coletivos (TC) foi construído um modelo no software VISUM da PTV.

A modelação da rede passa pela descrição do percurso, horários, localização das paragens e tempo de percursos das carreiras e linhas. A construção deste modelo teve por base os horários em vigor em 2009.



14.3.1. OFERTA DE TRANSPORTE COLECTIVO

Organização da oferta

Em Cascais o serviço de TC é promovido pelos seguintes operadores:

- **CP Lisboa** - promove a ligação ferroviária dos Concelhos de Cascais e Oeiras a Lisboa;
- **Scotturb** - assegura as ligações de TC rodoviário em todo o Concelho de Cascais e nas ligações deste a Sintra e Oeiras;
- **LT Transportes** - com pouca representatividade no concelho, promove as ligações a Oeiras e de Carcavelos a Talaíde, promovendo por vezes ligações ao Concelho da Amadora.

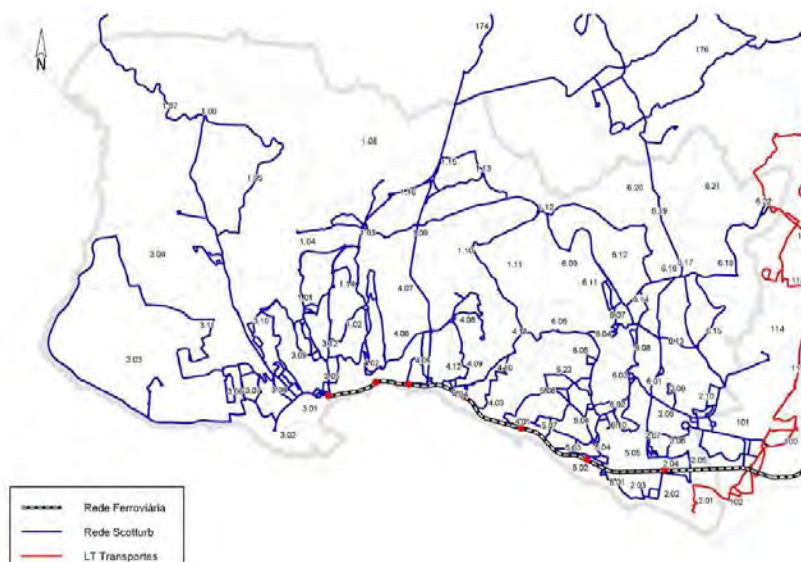


Figura nº 262
Cobertura dos Operadores de Transporte Coletivo no Concelho de Cascais
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

14.3.1.1. LIGAÇÕES INTER-CONCELHIAS

No concelho de Cascais, cerca de 40% das carreiras e de 43% das circulações são inter-concelhias, ou seja, ligam Cascais a outro concelho. No gráfico da figura nº 263, apresentam-se os concelhos nos quais existem ligações (oferta rodoviária e ferroviária), considerando o número de circulações diárias e por sentido.

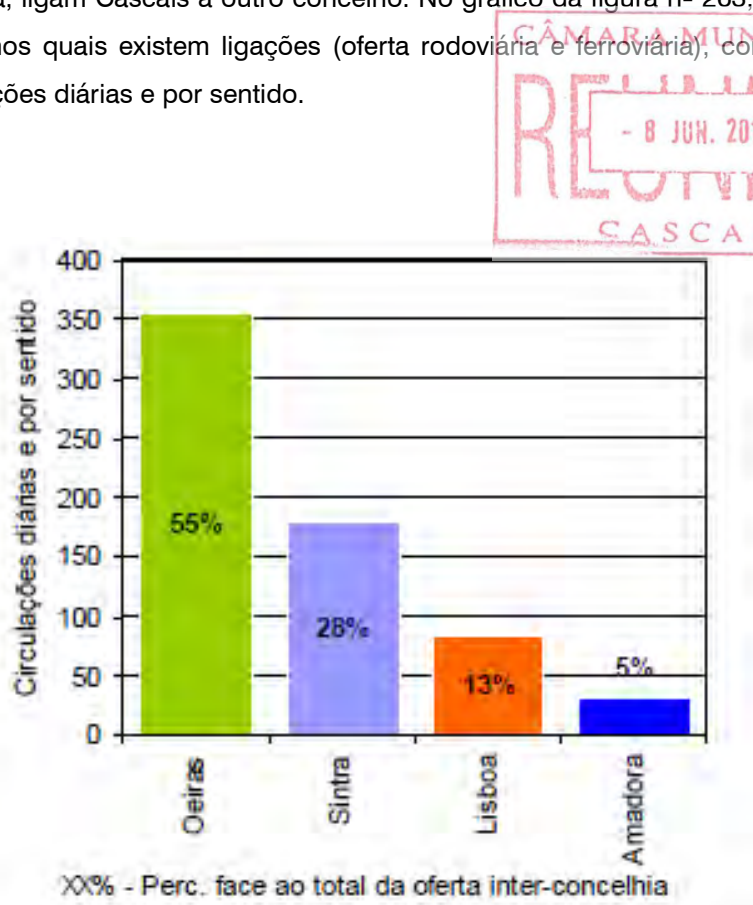


Figura nº 263
Concelhos com os quais Cascais tem ligações
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

Nos gráficos das figuras seguintes, apresentam-se o número de carreiras e de circulações inter-concelhias, tendo em consideração as estações servidas.

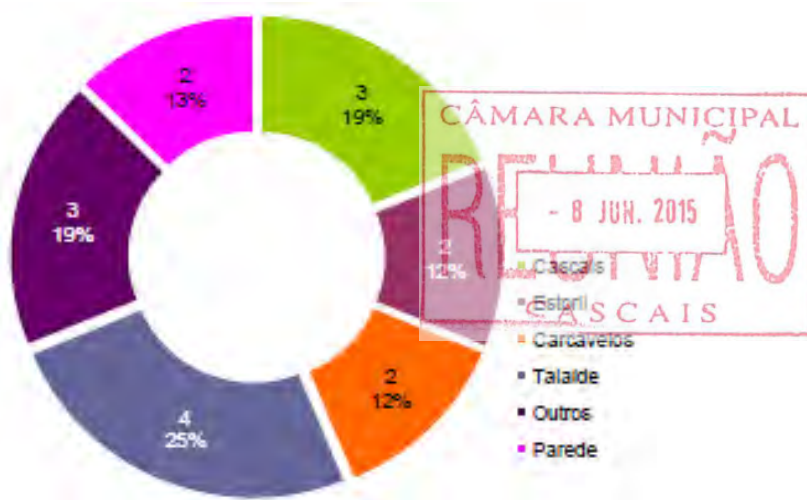


Figura nº 264
Número de carreiras inter-concelhias que servem as principais interfaces de Transporte Coletivo
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

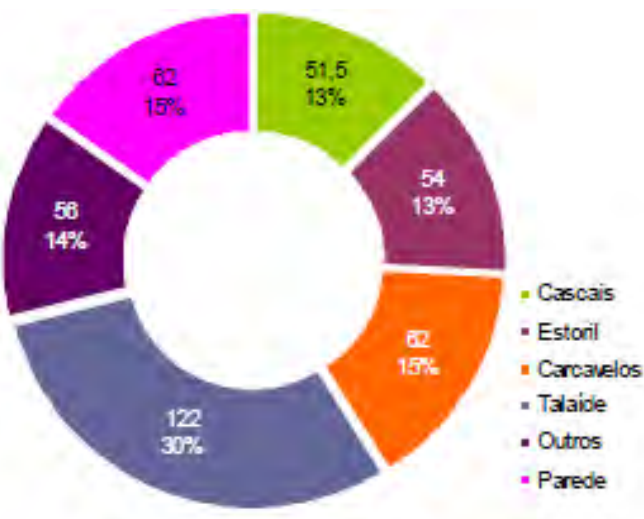
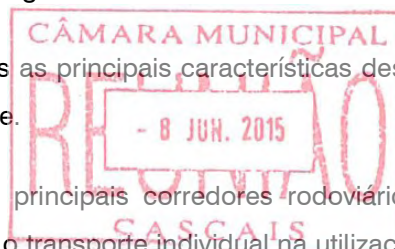


Figura nº 265
Número de circulações inter-concelhias que servem as principais interfaces de Transporte Coletivo
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

A oferta de TC rodoviário com características inter-concelhias está sobretudo concentrada nas estações de Cascais, Carcavelos, Estoril e Parede, potenciando o interface entre TC rodoviário e a Linha de Cascais. Por outro lado verifica-se que a zona com mais ligações aos outros concelhos é a zona de Talaíde, a qual tem fortes ligações com o Concelho de Oeiras, particularmente com Paço de Arcos, conforme representa a figura nº 266.

No quadro da figura nº 267 (pág. seguinte), estão reunidas as principais características desta oferta, identificando para cada carreira o concelho que serve.

De uma maneira geral, a oferta interconcelhia utiliza os principais corredores rodoviários, sobretudo nas ligações a Sintra e, como tal, concorre com o transporte individual na utilização destas vias. Por outro lado, estas caracterizam-se por frequências de serviço próximas das 1 a 2 circulações/ hora/sentido nos períodos de maior procura, sofrendo uma redução significativa nos restantes períodos.



Nota: O corredor da carreira 106 e 463 sobrepõem-se entre Carcavelos e o Cacém, e por isso não está visível o percurso da 463.

Figura nº 266
Oferta de Transporte Coletivo nas ligações inter-concelhias
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

| Operador | Linhas | Origem | Destino | Ligações aos Concelhos de: | | | | Oferta total por sentido | Oferta horária (circ/hora/sentido) | | |
|--------------------|---------------------|-----------------------|-------------------------|----------------------------|--------|--------|---------|--------------------------|------------------------------------|-----|-----|
| | | | | Oeiras | Sintra | Lisboa | Amadora | | PPM | PPT | CD |
| CP | Cascais rápido | Cascais | Cais do Sodré | O | | | | 20,5 | 3,3 | 3,3 | |
| | Cascais semi-rápido | Cascais | Cais do Sodré | O | | O | | 30,0 | 0,7 | 0,7 | 3,0 |
| | Cascais - todas | Cascais | Cais do Sodré | O | | O | | 12,0 | | | |
| | S. Pedro | S. Pedro | Cais do Sodré | O | | O | | 20,5 | 3,2 | 3,3 | |
| Lisboa Transportes | 116 | Carcavelos (praia) | Falagueira (Estação) | O | | | | 32,5 | 2,3 | 2,3 | 1,6 |
| | 119 | Talaíde | Paço de Arcos | O | | | | 28,0 | 2,7 | 1,8 | 1,5 |
| | 125 | Paço de Arcos (norte) | TagusPark | O | | | | 53,5 | 3,7 | 3,8 | 3,1 |
| | 184 | Paço de Arcos (norte) | Talaíde (c. de Futebol) | O | | | | 5,5 | | | |
| Scotturb | 406 | Cascais (Estação) | Sintra (Estação) | | O | | | 12,0 | 0,7 | 0,8 | 0,8 |
| | 417 | Cascais (Estação) | Sintra (Estação) | | O | | | 18,0 | 1,2 | 1,3 | 1,1 |
| | 418 | Estoril (Estação) | Sintra (Estação) | | O | | | 22,0 | 1,0 | 1,0 | 1,1 |
| | 455 | Cascais (Estação) | Rio de Mouro (Estação) | | O | | | 21,5 | 2,5 | 1,8 | 1,1 |
| | 456 | Estoril (Estação) | Rio de Mouro (Estação) | | O | | | 32,0 | 2,2 | 2,3 | 1,1 |
| | 463 | Cacém | Carcavelos (Estação) | | O | | | 29,5 | 1,8 | 2,0 | 1,4 |
| | 467 | Oeiras (Estação) | Sintra (Estação) | O | O | | | 25,0 | 2,0 | 2,0 | 1,0 |
| | 468 | Oeiras (Estação) | Rio de Mouro (Estação) | O | O | | | 21,0 | 1,5 | 2,0 | 1,1 |
| | 470 | Oeiras (Estação) | Talaíde | O | | | | 35,0 | 2,3 | 2,3 | 1,6 |
| | 479 | Oeiras (Estação) | Urb. Jardins da Parede | O | | | | 22,5 | 1,5 | 2,0 | 1,1 |
| | 485 | Laje | Oeiras (Estação) | O | | | | 10,0 | 1,3 | 1,5 | 0,1 |
| 489 | Oeiras (Estação) | Parede (Terminal) | O | | | | 39,5 | 3,2 | 3,0 | 1,6 | |

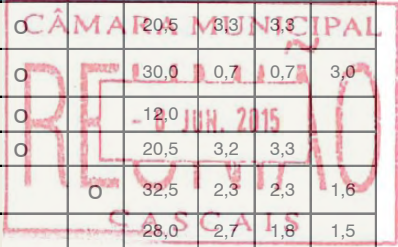


Figura nº 267
Oferta de Transporte Coletivo nas ligações inter-concelhias
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

14.3.1.2. LIGAÇÕES INTERNAS A CASCAIS

A oferta interna ao concelho está organizada de modo a que pelo menos um dos extremos de cada carreira se localize numa interface do transporte ferroviário, como é possível verificar na figura nº 268.

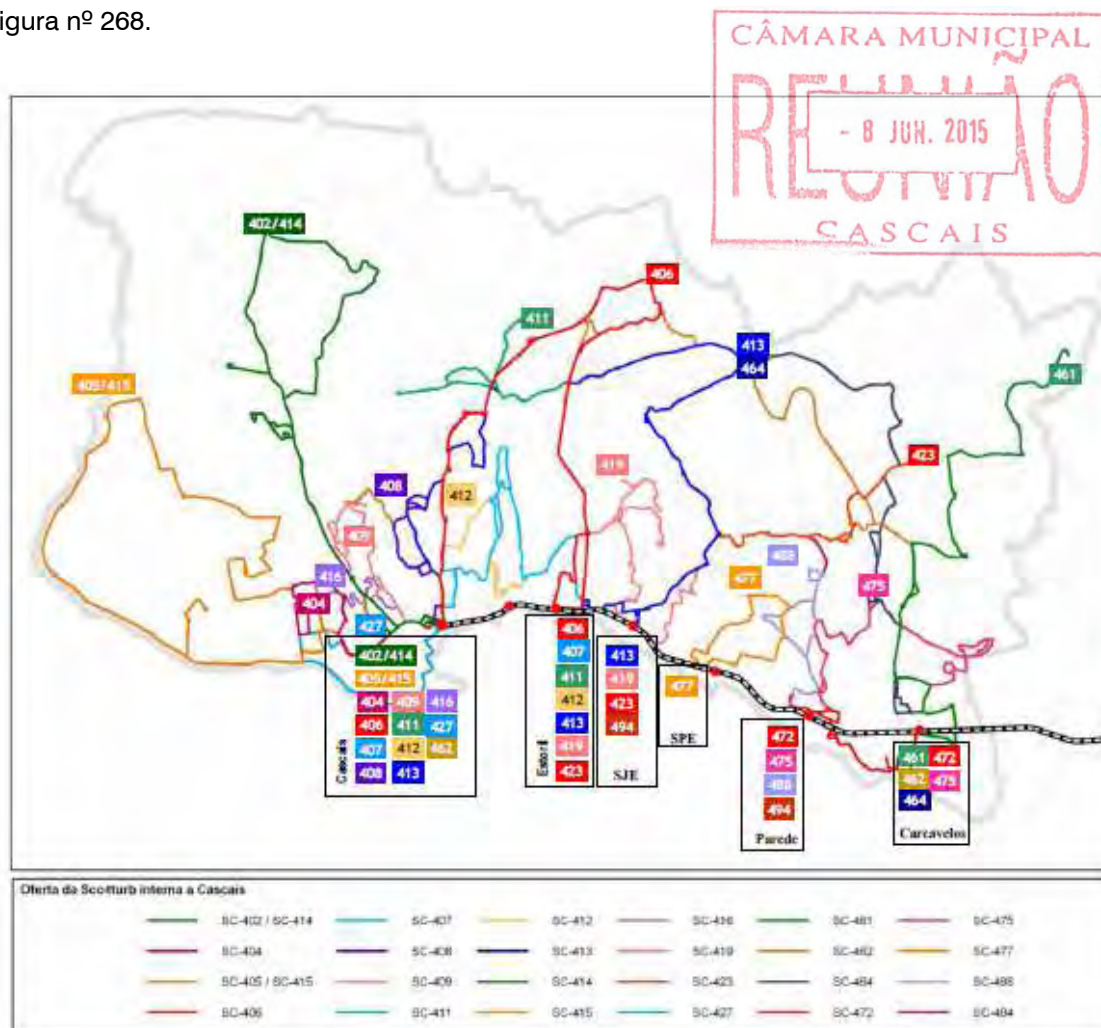


Figura nº 268
Oferta de Transporte Coletivo nas ligações internas
 (Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

Da figura anterior, é possível constatar que a estação ferroviária São Pedro do Estoril é a que apresenta menor intensidade de oferta de TC rodoviária (apenas a carreira 477 proporciona serviços nesta estação), quando do lado da oferta ferroviária é a estação que proporciona uma maior intensidade de ligações.

O gráfico da figura nº 269 apresenta o total de circulações internas diárias e por sentido, oferecidas em cada uma das interfaces ferroviárias.

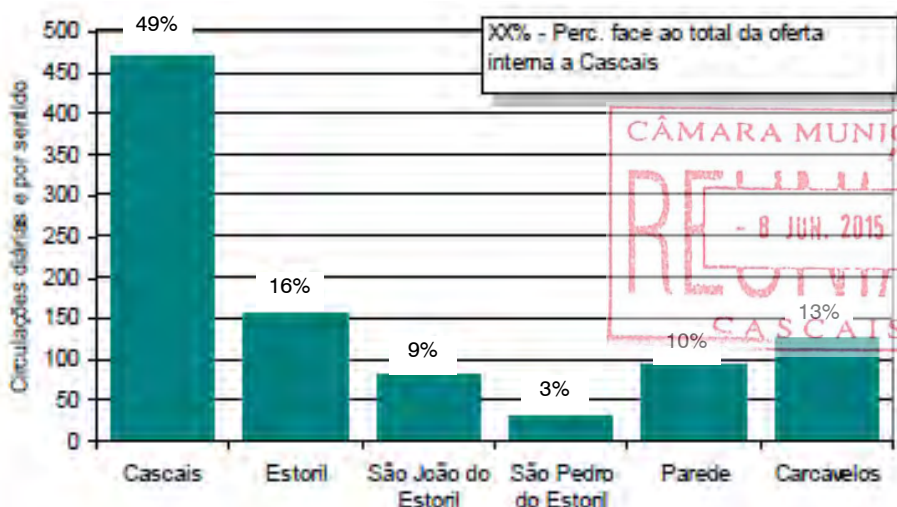


Figura nº 269
Total de circulações internas diárias por sentido,
em cada uma das interfaces rodo-ferroviárias

(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

No quadro da figura nº 270 (pág. seguinte) apresentam-se as características da oferta interna em TC rodoviário a Cascais.

Da análise conjunta desta tabela com a Figura 6 é possível retirar as seguintes conclusões:

- A oferta de transportes coletivos é de difícil leitura para os potenciais passageiros, seja porque não se encontra disponível nenhum mapa de rede (apenas os postos de informação têm afixados os mapas da rede de transportes coletivos produzidos pelo IMTT aquando do Euro 2004), seja porque uma parte significativa da oferta interna ao concelho é circular (nomeadamente as carreiras com início em Cascais), isto é, tem início e fim na mesma estação ferroviária, tornando difícil a compreensão da oferta de transporte coletivo;
- Algumas carreiras internas a Cascais apresentam percursos muito sinuosos que procuram dar resposta à procura de diversos aglomerados urbanos, o que contribui para uma menor atratividade da oferta TC;
- A densidade de oferta de proximidade é superior nas freguesias de Cascais e do Estoril, sendo que nas restantes freguesias esta está organizada de modo a captar a procura em corredores mais distantes;

- A maior parte das carreiras tem uma orientação Norte-Sul, sendo escassas as ligações transversais no concelho, mesmo quando estas podem ter uma procura interessante, como é o exemplo, da ligação entre São Domingos de Rana e Cascais ou Alcabideche e Carcavelos.

| Operador | Linhas | Origem | Destino | Ligações às estações ferroviárias de: | | | | | | Oferta horária (circ./hora/sentido) | | | |
|----------|-------------------------------|------------------------------|-------------------|---------------------------------------|---------|--------------------|---------------------|--------|------------|-------------------------------------|-----|-----|-----|
| | | | | Cascais | Estoril | S. João do Estoril | S. Pedro do Estoril | Parede | Carcavelos | Oferta total por sentido | PPM | PPT | CD |
| Scotturb | 402 | Cascais (terminal) | Circular | O | | | | | | 22 | 2,0 | 1,0 | 1,0 |
| | 404 | Cascais (terminal) | Circular | O | | | | | | 57 | 3,3 | 4,0 | 3,0 |
| | 405 | Cascais (terminal) | Circular | O | | | | | | 17 | 1,0 | 2,0 | 1,0 |
| | 406 | Cascais (terminal) | Estoril (estação) | O | O | | | | | 21 | 1,3 | 1,3 | 1,0 |
| | 407 | Cascais (terminal) | Estoril (estação) | O | O | | | | | 16 | 1,0 | 1,0 | 1,0 |
| | 408 | Cascais (terminal) | Circular | O | | | | | | 58 | 3,3 | 3,7 | 3,0 |
| | 409 | Cascais (terminal) | Circular | O | | | | | | 15 | 1,0 | 1,0 | 1,0 |
| | 411 | Cascais (terminal) | Estoril (estação) | O | O | | | | | 18 | 1,5 | 1,5 | 0,9 |
| | 412 | Cascais (terminal) | Estoril (estação) | O | O | | | | | 28 | 2,0 | 2,0 | 1,1 |
| | 413 | Cascais (terminal) | Estoril (estação) | O | O | O | | | | 39 | 2,8 | 2,3 | 2,0 |
| | 414 | Cascais (terminal) | Circular | O | | | | | | 23 | 1,0 | 2,0 | 1,0 |
| | 415 | Cascais (terminal) | Circular | O | | | | | | 14 | 1,0 | 0,7 | 1,0 |
| | 416 | Cascais (terminal) | Circular | O | | | | | | 23 | 1,3 | 1,7 | 2,0 |
| | 419 | Alapraia (escola) | Estoril (estação) | | O | O | | | | 15 | 1,0 | 1,0 | 0,9 |
| | 423 | Abóboda (sociedade) | Estoril (estação) | | O | O | | | | 20 | 1,7 | 1,8 | 1,1 |
| | 427 | BUSCAS | | O | | | | | | 84 | 5,3 | 6,0 | 6,0 |
| | 461 | Carcavelos (estação) | Talaíde | | | | | | O | 12 | 1,0 | 0,5 | 1,0 |
| | 462 | Carcavelos (estação) | Cascais (estação) | O | | | | | O | 34 | 2,2 | 2,2 | 1,5 |
| | 464 | Carcavelos (estação) | Manique (largo) | | | | | | O | 18 | 1,8 | 1,5 | 1,1 |
| | 472 | Carcavelos (estação) | Circular | | | | | | O O | 47 | 3,0 | 3,3 | 4,0 |
| 475 | Carcavelos (estação) | Parede (estação) | | | | | | O O | 14 | 0,8 | 1,0 | 0,9 | |
| 477 | S. Pedro do Estoril (estação) | Circular | | | | O | | | 29 | 3,0 | 4,0 | 1,1 | |
| 488 | Parede (estação) | Circular | | | | | | O | 10 | 1,3 | 1,5 | 0,1 | |
| 494 | Parede (terminal) | S. João do Estoril (estação) | | | O | | | O | 24 | 2,0 | 1,0 | 2,0 | |



Figura nº 270
Oferta em Transporte Coletivo nas ligações internas
 (Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

AMPLITUDE DA OFERTA

O gráfico da figura nº 271, apresenta a amplitude da oferta ao longo do dia, tendo em consideração a oferta proporcionada por cada um dos operadores presentes no concelho.

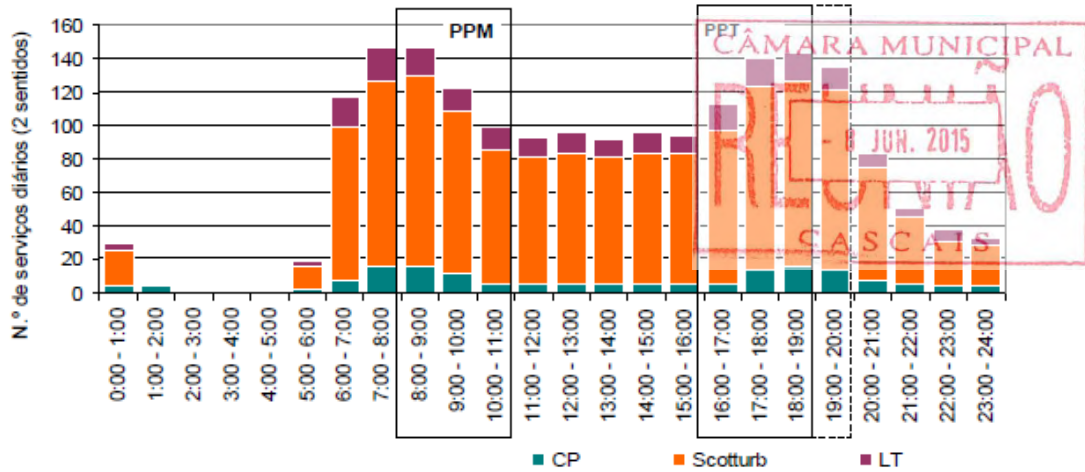


Figura nº 271
Amplitude da oferta em Transporte Coletivo
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

Para além de se analisar a amplitude de serviço é interessante verificar que para um concelho com a dimensão de Cascais, mesmo nas horas de maior procura estão em circulação (em simultâneo) entre 120 a 140 circulações (2 sentidos), o que permite inferir desde já que o nível de oferta global proporcionado é baixo.

Da comparação entre os períodos de maior oferta e procura (obtido a partir do inquérito à mobilidade) verifica-se existir algum desajuste na oferta que é proporcionada no período de ponta de manhã, sendo de recomendar que se avalie a possibilidade de garantir níveis de oferta mais elevados no período das 9:00-11:00.

FREQUÊNCIA DE SERVIÇO

A frequência é também um importante indicador para avaliar a qualidade do serviço prestado. O quadro da figura nº 272 (pág. seguinte), resume os períodos considerados para avaliar a oferta ao longo do dia.

O PPM e o PPT foram estabelecidos em função dos períodos em que a oferta é máxima (e não dos períodos de máxima procura), uma vez que importa avaliar como é que os operadores respondem aos picos de procura.

| Período horário | Hora de início | Hora de fim |
|-----------------|----------------|-------------|
| PPM | 7:00 | 9:59 |
| PPT | 17:00 | 19:59 |
| CD | 10:00 | 16:59 |
| Noite | 20:00 | 23:59 |
| Madrugada | 0:00 | 6:59 |

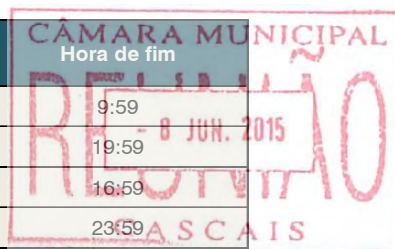


Figura nº 272
Períodos horários considerados para calcular as frequências de serviço ao longo do dia
 (Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

No que diz respeito à frequência de serviço na Linha de Cascais, esta tem que ser entendida considerando a oferta proporcionada em cada estação. Assim, globalmente, o nível de serviço proporcionado nas diversas estações é semelhante, destacando-se apenas a estação de São Pedro do Estoril, na qual a oferta no PPM e PPT é substancialmente mais elevada do que nas restantes estações, mas sem que este facto seja aproveitado pelo lado da oferta de TC rodoviário.

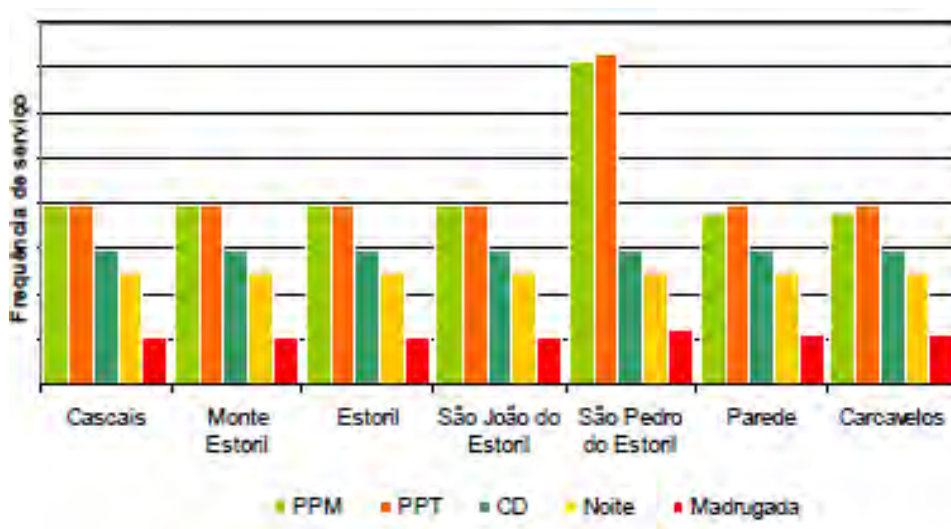
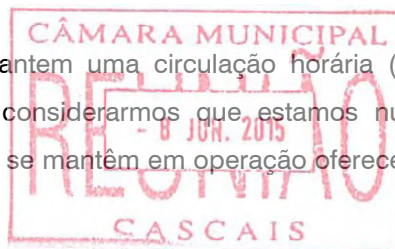


Figura nº 273
Frequência de serviço nas estações da Linha de Cascais
 (Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

Ao nível das carreiras da Scotturb, no PPM e no PPT, mais de metade das carreiras da Scotturb tem uma frequência inferior a 2 circulações por hora (respetivamente, 63% e 52%); apenas 23% no PPM (e 37% no PPT) das carreiras que servem Cascais garantem uma frequência de serviço entre 2 e 3 circulações por hora e, 13% no PPM (7% no PPT) garantem uma frequência de serviço média equivalente a uma circulação a cada 20 minutos.

No corpo do dia (CD), cerca de 80% das carreiras garantem uma circulação horária (ou menos), o que demonstra uma oferta muito baixa, se considerarmos que estamos num contexto urbano. À noite e de madrugada, as carreiras que se mantêm em operação oferecem uma frequência de serviço inferior a um serviço por hora.



A única carreira da Scotturb que tem uma frequência que pode ser considerada urbana é o serviço Buscas, já que este oferece uma frequência de 6 serviços por hora, ao longo do dia.

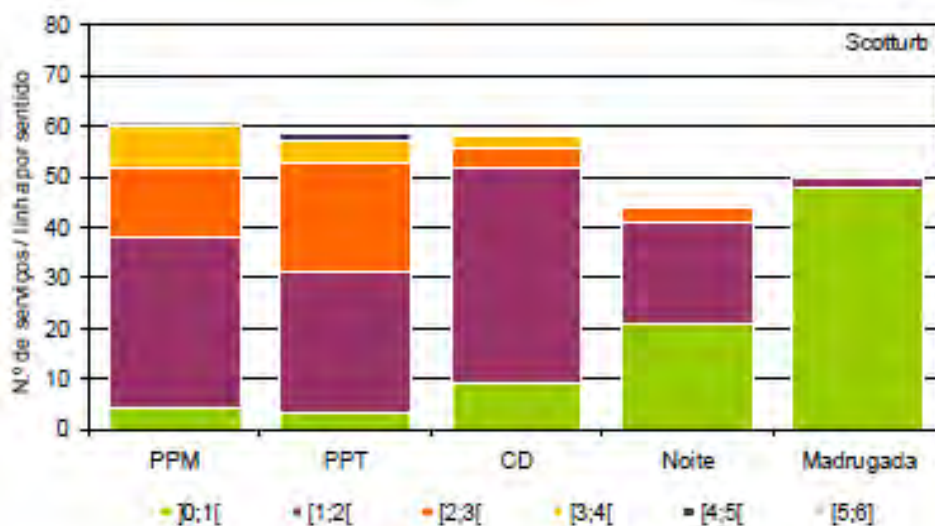


Figura nº 274
Frequência de serviços de oferta da Scotturb, por períodos horários
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

COBERTURA DO SERVIÇO DE TC

Em Cascais, se atendermos à cobertura das paragens/estações, verifica-se que estas servem praticamente todo o território, principalmente, nas áreas com maior ocupação urbana.

A Figura nº 275 apresenta a cobertura da rede de TC, assumindo que a área de influência das paragens rodoviárias é de 250 metros (aproximadamente 4 minutos de distância a pé). Para as estações ferroviárias foi sempre considerado um raio de influência de 400 metros, já que se trata de um modo de transporte com uma maior capacidade de atração.

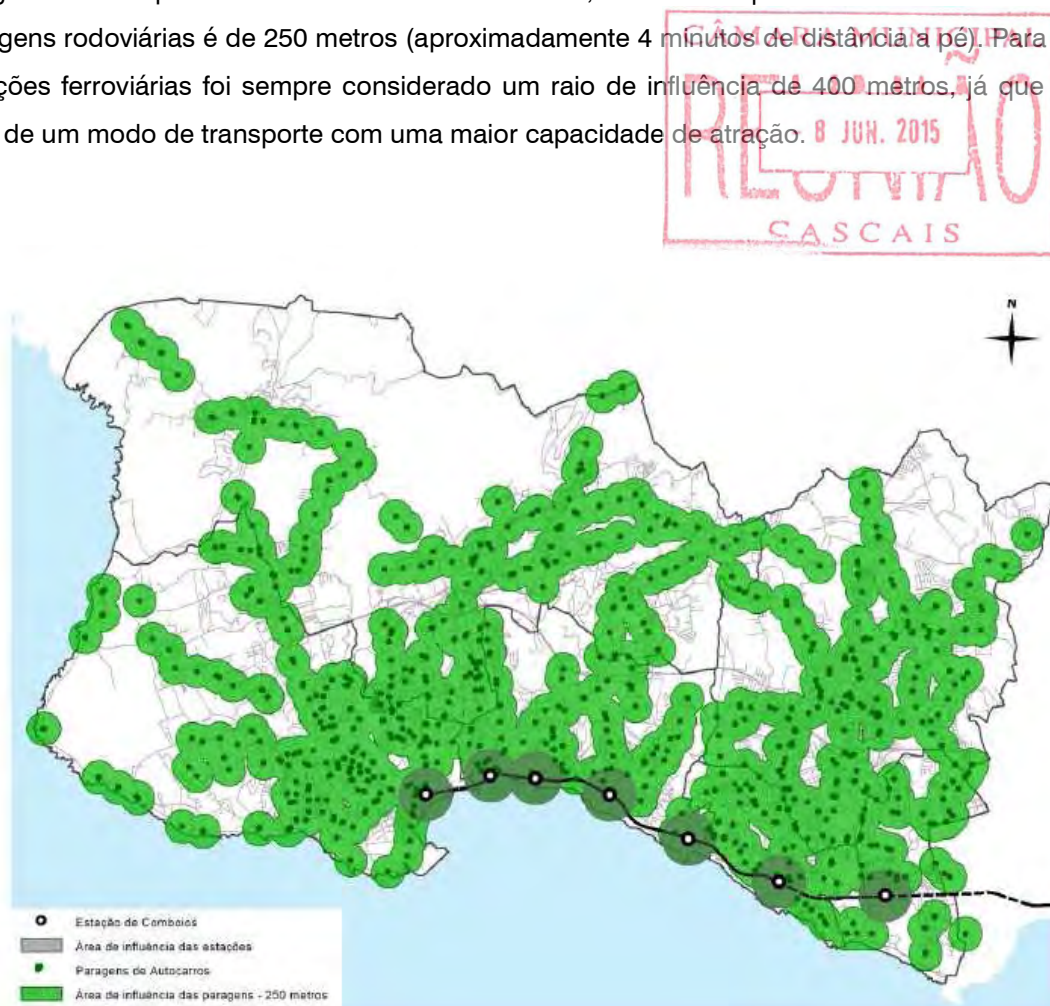


Figura nº 275

Cobertura Territorial da Rede de Paragens de TC

(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

Da figura anterior, pode-se concluir que cerca de 89% da área ocupada do concelho se encontra servida pela rede de transporte coletivo, o que configura padrões de cobertura territorial muito abrangentes.

Contudo, se se fizer uma análise da cobertura das paragens tendo em consideração a qualidade do serviço proporcionado em cada uma (ou seja a “frequência mínima de serviço”), assumindo como critério mínimo a existência de pelo menos 6 serviços por hora (intervalo

médio de passagem de 10 minutos), a conclusão é totalmente diferente, verificando-se que a cobertura de oferta de TC se reduz significativamente.

Esta análise foi realizada para diferentes períodos do dia, sendo apresentadas nas Figuras nº 276, 277 e 278. As análises respetivas ao PPM, PPT e CD, que permitem compreender a cobertura da rede aos principais polos residenciais e empresariais do território. Convém também referir, que esta análise foi realizada individualmente para cada uma das paragens/estações e, não para determinadas áreas, podendo existir locais que apresentam uma melhor oferta do que a aferida por serem servidos por mais de uma paragem com serviços diferentes.

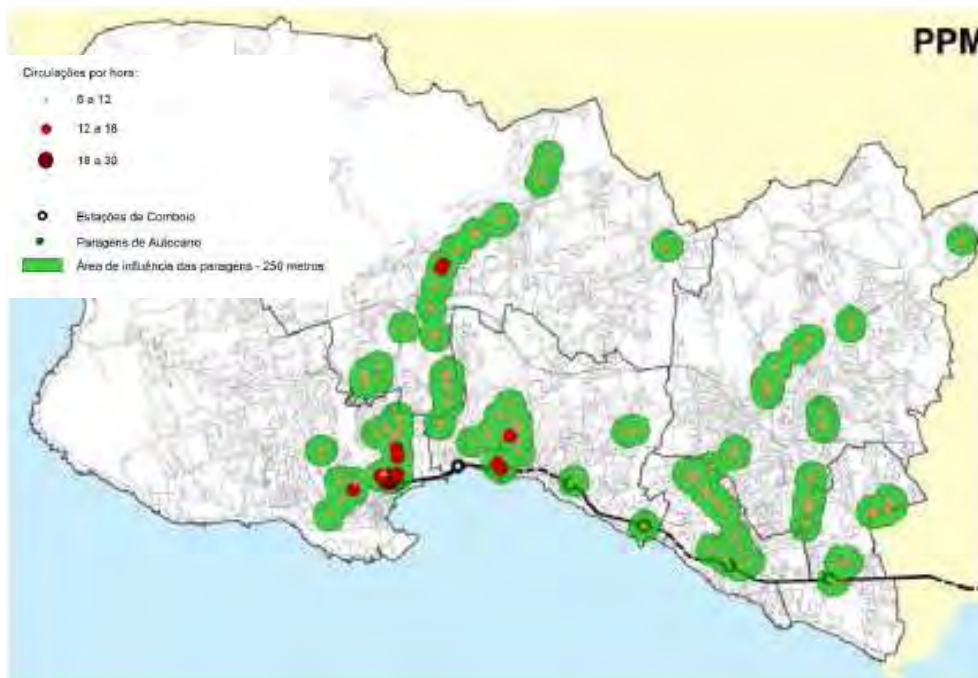
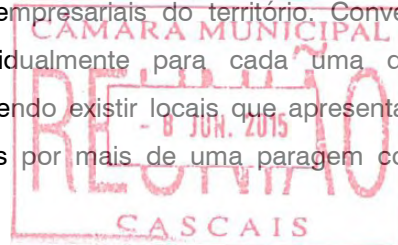


Figura nº 276
Cobertura territorial da rede de paragens de TC melhor servidas (PPM)
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

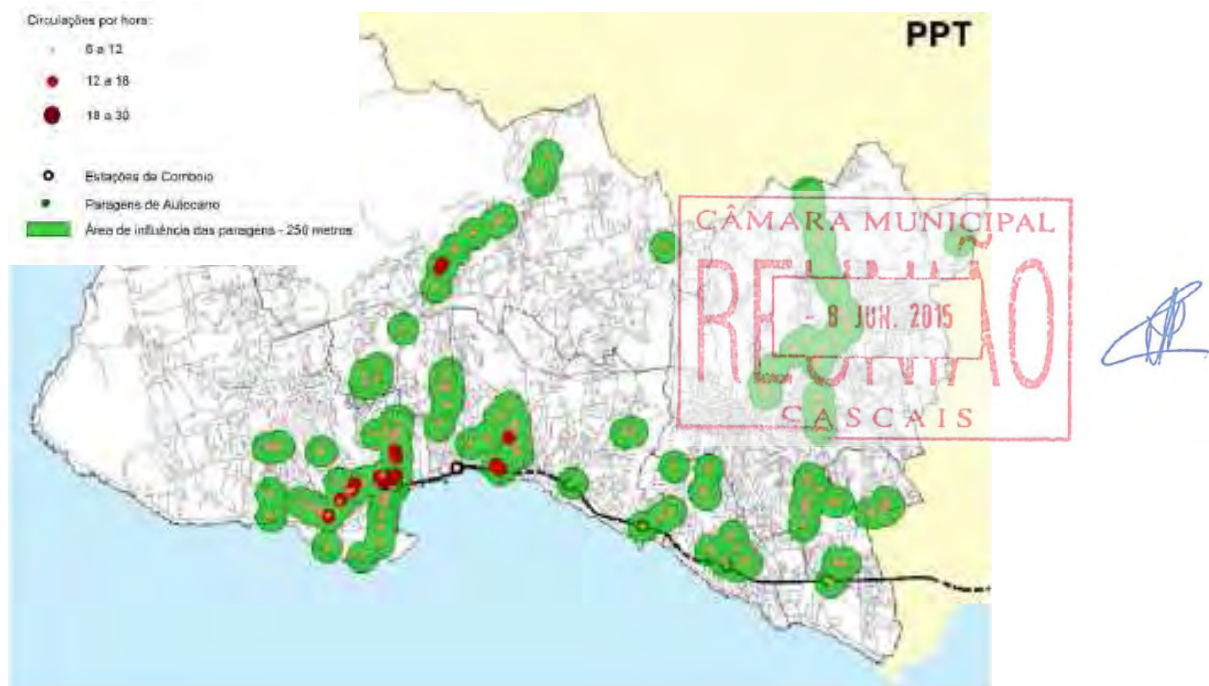


Figura nº 277
Cobertura territorial da rede de paragens de TC melhor servidas (PPT)
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

No PPM, a cobertura da oferta TC com níveis de oferta “urbana” responde às necessidades de mobilidade de apenas 29% da população e 30% do emprego. Já no PPT, esta oferta permite satisfazer os desejos de deslocação de 34% da população e 39% do emprego. Pelo que, perante valores tão baixos, se compreende o reduzido nível de adesão à oferta de TC.

No CD apenas se destacam o centro de Cascais com respetivos eixos para a marina, Torre e Alcabideche, o centro do Estoril e o centro da Parede, como zonas melhor servidas. A cobertura territorial é neste caso de 10%, o que implica servir adequadamente 14% da população e 19% do emprego.

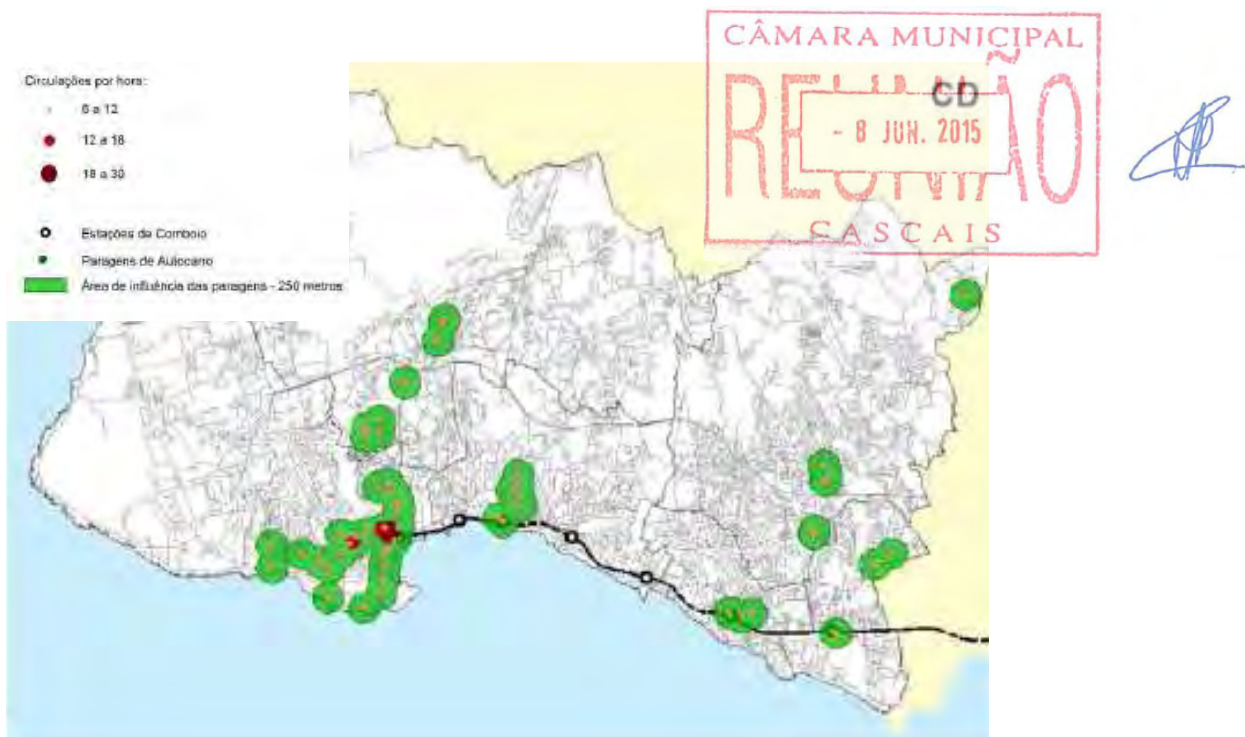
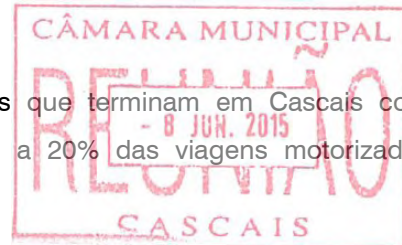


Figura nº 278
Cobertura territorial da rede de paragens de TC melhor servidas (CD)
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

14.3.2. PROCURA DE TRANSPORTE COLETIVO

Segundo os resultados dos inquéritos à mobilidade, cerca de 16% das viagens são realizadas em transporte coletivo (modo exclusivo) existindo ainda 1% de viagens que utilizam simultaneamente o TC e o transporte individual.

No total, estimam-se em cerca de 55,5 mil, as viagens que terminam em Cascais com utilização dos serviços de TC, as quais correspondem a 20% das viagens motorizadas terminadas em Cascais.



Cerca de 30% das viagens em TC terminam na freguesia de Cascais, sendo que a Vila de Cascais é um dos pontos de maior concentração de viagens, situação que está relacionada com o facto de esta zona ser aquela que beneficia de melhor serviço de transporte coletivo.

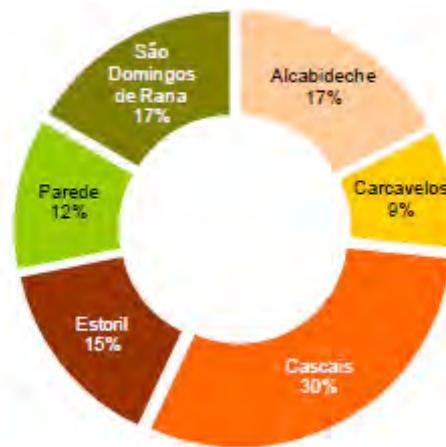


Figura nº 279
Repartição das viagens em TC terminadas em Cascais, por freguesia

(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

O número de viagens em TC com destino em Alcabideche é também elevado, nomeadamente na zona do CascaiShopping e no centro de Alcabideche. Os centros do Estoril e São João do Estoril são outras das zonas que atraem um elevado número de viagens em transporte coletivo.

As zonas em que se localizam as estações ferroviárias e as zonas envolventes imediatas, melhor servidas pela rede TC, apresentam quotas mais favoráveis a este modo de transporte (entre 15% a 20%) e maiores quantitativos de viagens captadas.

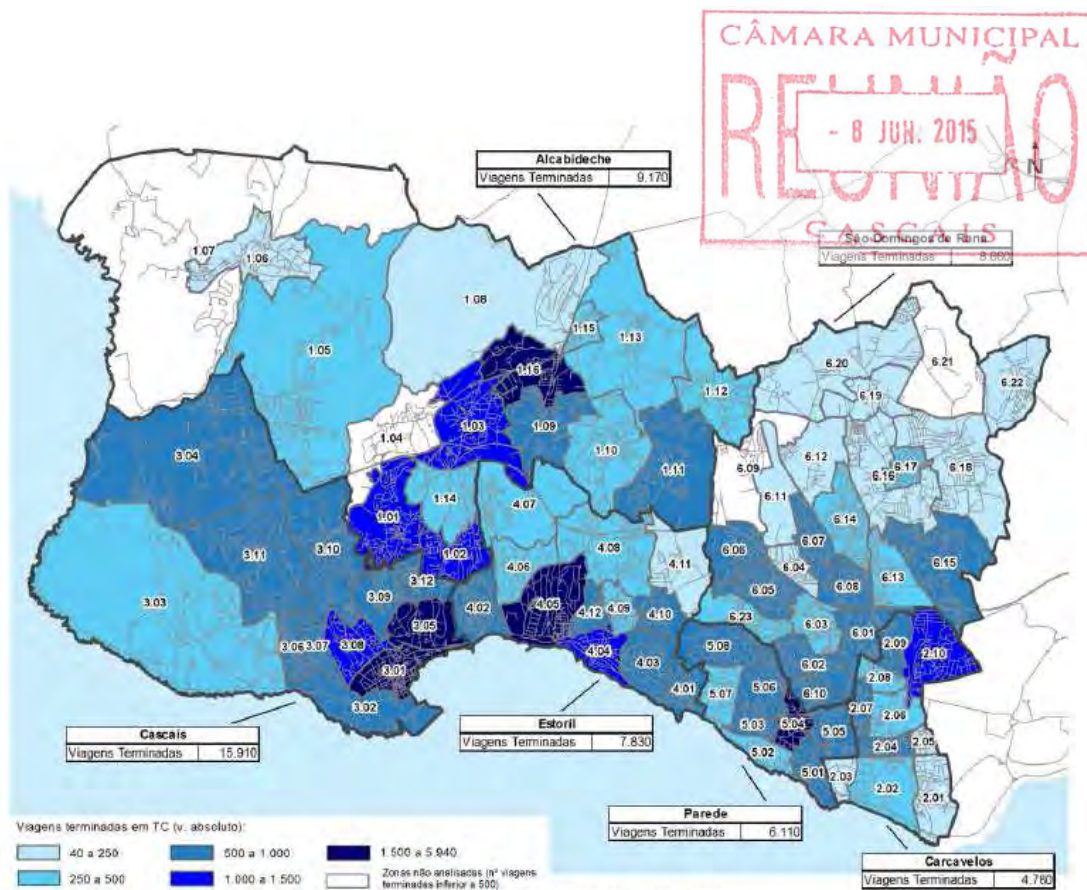


Figura nº 280
Viagens terminadas em TC, por zona
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

SEGMENTAÇÃO DA PROCURA – SEXO, IDADE E “STATUS” SOCIAL

As viagens em transporte coletivo são maioritariamente realizadas por mulheres (63% do total de passageiros), e pela população entre os 25 e os 44 anos (34% do total).

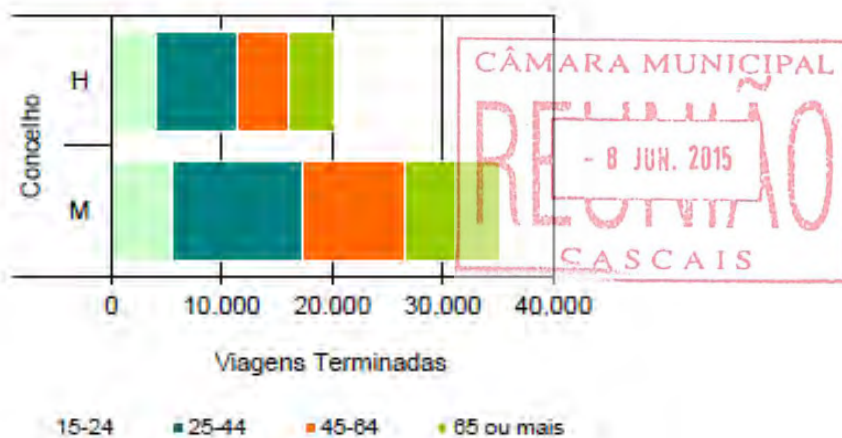


Figura nº 281

Idade e sexo dos utilizadores de TC

(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

A população com menores rendimentos é também aquela que mais utiliza o transporte coletivo, sendo que à escala do concelho se verifica que cerca de 50% dos utilizadores do TC pertencem a agregados familiares inseridos nos escalões sociais D e E.

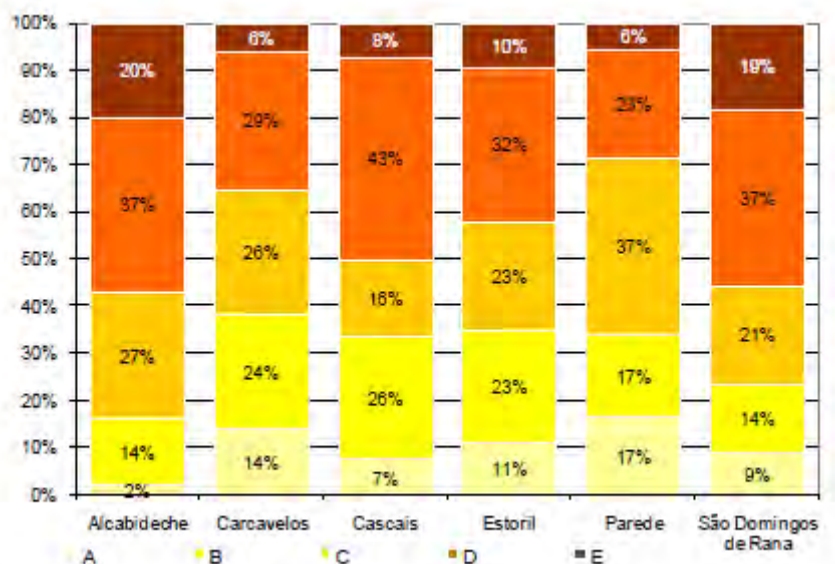


Figura nº 282

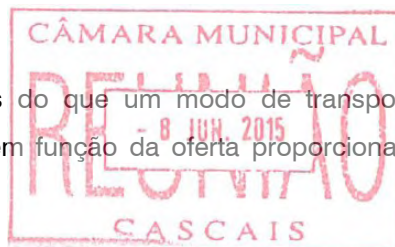
Status social dos residentes em Cascais utilizadores de TC

(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

14.3.3. INTER-FACES DE TRANSPORTE COLETIVO

As interfaces de transporte coletivo são pontos estruturantes das redes de transporte coletivo, uma vez que estabelecem a conexão organizada entre os diversos modos de transporte presentes.

Por definição, uma interface de transporte envolve mais do que um modo de transporte coletivo de passageiros e, regra geral, está organizada em função da oferta proporcionada pelos modos pesados (ferrovia ou metropolitano).



No concelho de Cascais foram consideradas interfaces todas as estações da Linha de Cascais, à exceção da estação do Monte Estoril, já que se trata de uma estação com uma área de influência limitada e diversidade de valências muito reduzidas.

As interfaces de Cascais podem ser agrupadas em três níveis hierárquicos, que a seguir se descrevem:

Interface de 1.º Nível

Engloba apenas a interface de Cascais, não só porque é aquela que apresenta a maior área de influência, mas principalmente, porque oferece os serviços de 18 carreiras rodoviárias e 520 circulações diárias/sentido, e se encontra associada a uma oferta de estacionamento muito significativa.

Interface de 2.º Nível

Corresponde às interfaces de Carcavelos e Parede, classificadas neste nível hierárquico, uma vez que oferecem níveis de oferta intermédios (intensidade e diversidade da oferta de TC rodoviário), e as valências de serviço e as condições de atendimento aos passageiros são de boa qualidade.

Interface de 3.º nível

Inclui as estações do Estoril, São João do Estoril e São Pedro do Estoril, e configura interfaces nas quais a diversidade e intensidade da oferta TC rodoviário é reduzida, e as condições de espera e as valências de serviço são mais reduzidas.

Para descrever a oferta nas interfaces consideraram-se os seguintes indicadores:

Configuração geral da interface, nomeadamente a localização das principais valências em termos de transporte coletivo e estacionamento;

Descrição da oferta de transporte coletivo presente nas interfaces, identificando:

- as famílias de comboio e frequência de serviço nos PPM, PPT e CD;
- o número de linhas de autocarros e total de circulações no PPM, PPT e CD;
- a distribuição horária das partidas dos comboios e carreiras rodoviárias.

Descrição da oferta de estacionamento, nomeadamente no que respeita à existência de estacionamento na via pública ou em bolsas de estacionamento.



Foram ainda analisados outros indicadores relativos à qualidade da oferta, dos quais se destacam:

Condições de espera pelos diferentes modos de transporte, avaliando a adequação do espaço disponível para a estadia dos passageiros, existência de proteção contra as intempéries ou equipamentos de estadia, etc.;

Nível de equipamento da interface – análise das facilidades presentes na interface (e.g., existência de café, telefone, Multibanco,..);

Nível e qualidade de informação – disponibilidade de informação relativa à oferta de transportes (rede e horários), existência de avisos automáticos em tempo real ou de posto de informação com um horário compatível com as necessidades dos utilizadores da interface;

Presença visível de funcionários – A presença de funcionários dos operadores de transporte contribui para aumentar a segurança dos passageiros, seja porque sentem que se trata de uma zona vigiada, seja porque em caso de dúvida sobre a oferta, sabem que existem pessoas que os podem auxiliar;

Acessibilidade (ligação física) entre modos de transporte – foi analisada a forma como os diferentes modos estão relacionados e como são realizados os transbordos entre modos (distância, necessidade de vencer rampas ou escadas, etc.), quer pela população geral, quer pela população com restrições de mobilidade;

Fiabilidade nas ligações – neste ponto reflete-se sobre a existência (ou não) de coordenação de horários entre os diversos modos de transporte e, em que medida os horários dos serviços de transporte são “de confiança” (fiabilidade de serviço).

14.3.3.1. OFERTA

A caracterização da oferta disponibilizada na interface de transporte foi realizada com apoio no modelo de transporte, e tem em consideração os horários globais de partida. A avaliação qualitativa foi realizada com base em visitas às interfaces de transporte.

Deste modo conclui-se que Cascais é a principal interface do concelho, não só porque é a estação com a maior área de influência, mas principalmente porque oferece os serviços de 18 carreiras rodoviárias e 520 circulações diárias/sentido, e se encontra associada a uma oferta de estacionamento muito significativa.

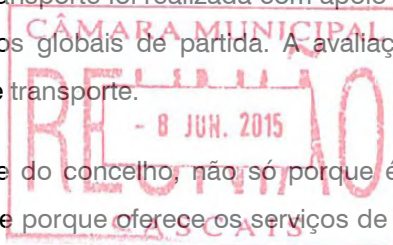
Globalmente, as condições de espera do TC rodoviário e ferroviário na estação de Cascais são adequadas, ainda que a componente ferroviária devesse ser modernizada.

Além disso as ligações pedonais entre a estação CP e o Terminal Rodoviário deverão ser melhoradas, procurando-se soluções mais adequadas para responder às necessidades das pessoas com mobilidade reduzida.

Tendo em consideração as características das interfaces (tipo de instalações, intensidade e diversidade da oferta de TC rodoviário) poder-se-á considerar que Carcavelos e Parede são interfaces de 2.º nível, pois de um modo geral apresentam os principais requisitos no que respeita à organização da interface. Contudo no caso de Carcavelos importa refletir sobre a forma de tornar o terminal rodoviário mais acolhedor e de aumentar a agradabilidade da utilização do estacionamento Sul, por exemplo, reforçando a iluminação e/ou segurança nas suas ligações pedonais.

Aquando da elaboração do ETAC, as estações do Estoril, São João do Estoril e São Pedro do Estoril foram consideradas interfaces de 3.º nível por serem as únicas estações que ainda não remodeladas (em Cascais apenas falta a componente ferroviária), sendo desta altura os dados apresentados.

A beneficiação e requalificação de que foram alvo entretanto, constituiu uma oportunidade para reforçar a importância destas interfaces, principalmente a de S. Pedro do Estoril, por ser aquela em que a oferta da Linha de Cascais é mais elevada, no PPM e no PPT.



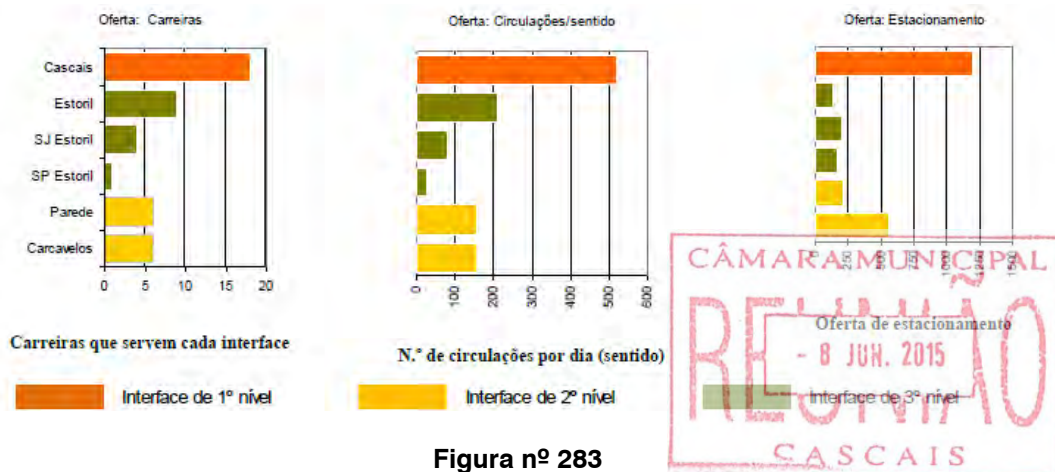


Figura nº 283
Oferta em TC rodoviário proporcionada nas interfaces
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

Nas páginas seguintes apresenta-se um quadro resumo com as características da oferta proporcionada em cada uma das interfaces.

| INTERFACES | Cascais | Estoril | S. João do Estoril | S. Pedro do Estoril | Parede | Carcavelos |
|---------------------------------|---------|---------|--------------------|---------------------|---------|------------|
| Nível da Interface | 1º | 3º | 3º | 3º | 2º | 2º |
| OFERTA DE TRANSPORTES | | | | | | |
| COMBOIO | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Nº Serviços (TD) por Sentido | 62,5 | 62,5 | 62,5 | 83 | 62,5 | 62,5 |
| Frequência(TD) por Sentido | 3,0 | 3,0 | 3,0 | 3,0 | 3,0 | 3,0 |
| Frequência (PPM) por Sentido | 4,0 | 4,0 | 4,0 | 7,2 | 4,0 | 4,0 |
| AUTOCARROS | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Nº Carreiras | 18 | 9 | 4 | 1 | 6 | 6 |
| Nº Serviços (TD) | 520 | 210 | 81 | 29 | 155 | 154 |
| Frequência (TD) | 21,1 | 6 | 2,8 | 3,1 | 12,1 | 6,9 |
| Frequência (PPM) por Sentido | 34,5 | 14,5 | 5,5 | 4,5 | 17,3 | 10,7 |
| TÁXIS | ✓ | ✓ | ✓ | -- | ✓ | ✓ |
| Contingente | 22 | 20 | 7 | 4 | 11 a 12 | 10 a 12 |
| OFERTA DE ESTACIONAMENTO | | | | | | |
| Veículos (200m) | ✓ | ✗ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| na via | 90 | 130 | 100 | 130 | 90 | 190 |
| em Parques | 1.100 | 0 | 100 | 40 | 120 | 370 |
| Bicicletas | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ | ✗ |
| ACESSIBILIDADE | | | | | | |
| Pedonal | | | | | | |
| Circulação de Nível | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✗ |
| Passagens Superiores | ✗ | ✗ | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ |
| Passagens Inferiores | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ |
| Mobilidade Reduzida | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| QUALIDADE GERAL | | | | | | |
| Ambiente de Espera | | | | | | |
| Estação ferroviária | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Terminal Rodoviário | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Praça de Táxis | ✓ | ✓ | ✗ | -- | ✗ | ✓ |

✓ Existe

✗ Não existe

-- informação não disponível

Figura nº 284a

Resumo das características das interfaces

(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

| INTERFACES | Cascais | Estoril | S. João do Estoril | S. Pedro do Estoril | Parede | Carcavelos |
|---------------------------------|---------|---------|--------------------|---------------------|--------|------------|
| Nível da Interface | 1º | 3º | 3º | 3º | 2º | 2º |
| EQUIPAMENTOS | | | | | | |
| Lojas de Apoio | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Telefones | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Multibanco | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Máquinas de venda de Bilhetes | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| INFORMAÇÃO na ESTAÇÃO | | | | | | |
| Mapa da Rede | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Nº Horários | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Tarifário | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Bilheteira | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| INFORMAÇÃO no TERMINAL | | | | | | |
| Mapa da Rede | ✓ | ✗ | ✗ | ✗ | ✓ | ✗ |
| Nº Horários | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Tarifário | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ |
| Bilheteira | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ |
| PRESENÇA de FUNCIONÁRIOS | | | | | | |
| Estação Ferroviária | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Terminal Rodoviário | ✓ | ✓ | ✗ | ✗ | ✓ | ✓ |
| Praça de táxis | ✓ | ✓ | ✓ | -- | ✓ | ✓ |



[Handwritten signature]

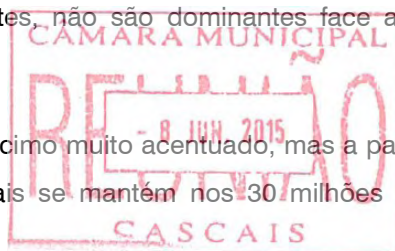
✓ Existe ✗ Não existe -- informação não disponível

Figura nº 284b
Resumo das características das interfaces
 (Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

14.3.3.2. PROCURA

A procura de passageiros nas interfaces está muito dependente do transporte ferroviário, o qual “ainda é” o principal modo de transporte em Cascais, mesmo quando já se demonstrou que as ligações para Lisboa ou Oeiras, sendo importantes, não são dominantes face aos movimentos internos do concelho.

Até 2002, a procura da Linha de Cascais sofreu um decréscimo muito acentuado, mas a partir desse ano, verifica-se que a procura da Linha de Cascais se mantém nos 30 milhões de passageiros por ano (no conjunto da a linha).



A estação de Cascais é a estação que movimenta um maior número de passageiros ao longo do dia, num total de mais de 17 mil movimentos (entrada e saída).

As restantes estações movimentam menos de 10 mil passageiros (no período entre as 7:00 e as 20:00), sendo que, a estação de São Pedro do Estoril é a que apresenta uma menor procura (inferior a 4,5 mil movimentos). Esta situação reforça a necessidade de reorganizar a oferta de transporte coletivo, de modo a potenciar uma maior utilização da estação de São Pedro do Estoril, uma vez que se trata da estação com maior oferta horária e por sentido nas horas de maior procura.

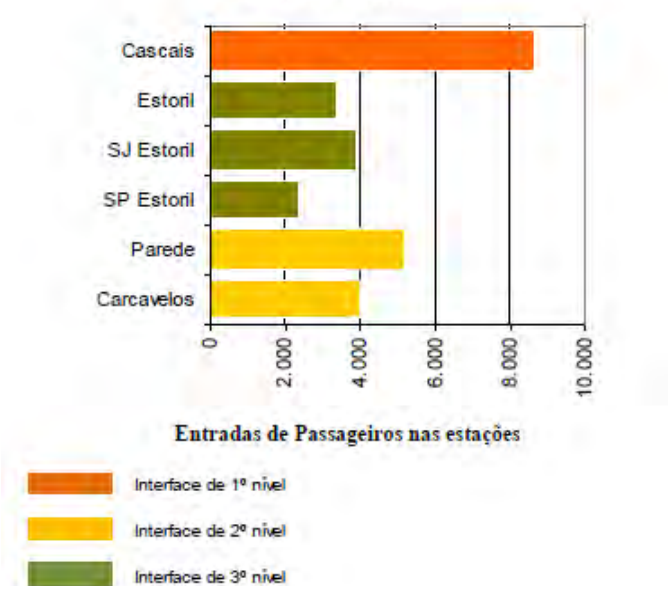


Figura nº 285
Procura nas estações – entradas de pessoas
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

O peso dos residentes no concelho que procuram as estações é muito mais representativo nas estações de São João do Estoril, São Pedro do Estoril, Parede ou Carcavelos, onde aqueles representam mais de 85% dos passageiros.

As estações de Cascais e Estoril destacam-se pelo peso que os turistas têm na sua estrutura de procura, verificando-se que estes representam cerca de 23% dos passageiros.

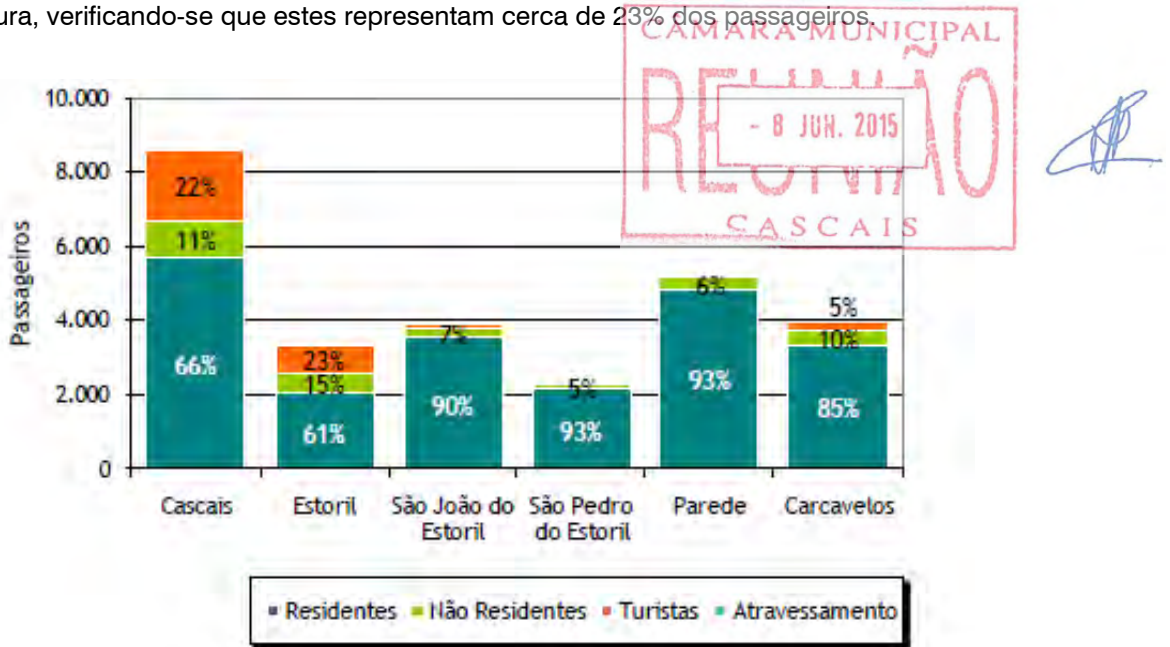


Figura nº 286
Tipologia de passageiros presentes nas interfaces
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

No acesso/egresso à estação, a maior parte dos passageiros desloca-se pé desde o seu local de origem até à estação de comboio, o que aponta para uma atratividade moderada da Linha de Cascais para os passageiros residentes (ou com destinos) longe destas.

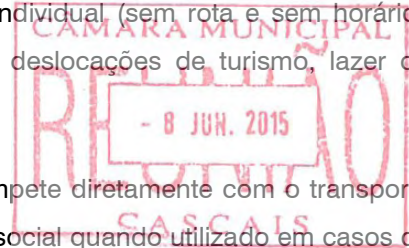
As estações de Cascais e do Estoril são aquelas que apresentam uma quota de acesso em TC rodoviário mais significativa (40% em Cascais, 36% no Estoril), o que reflete a resposta positiva dos passageiros face à existência de uma maior oferta de TC rodoviário.

Cerca de 22% dos passageiros da Linha de Cascais referiram utilizar o automóvel na deslocação entre a residência e a estação, verificando-se que este resultado é próximo dos 15% em Cascais e dos 20% na Parede. Nas estações do Estoril, São Pedro do Estoril e São João do Estoril, a percentagem de passageiros a chegar à estação em automóvel é bastante mais elevada, facto que está relacionado com a deficiente oferta de TC (sobretudo nas duas últimas estações).

14.3.4. TÁXIS

O sistema de táxi surge como um modo de transporte capaz de responder a procuras diferenciadas, desempenhando um papel fundamental na mobilidade urbana, no sentido em que permite uma operação mais próxima do transporte individual (sem rota e sem horários fixos). Assim, o táxi surge como modo preferencial nas deslocações de turismo, lazer ou negócios.

É certo que com um custo mais alto este serviço não compete diretamente com o transporte coletivo, mas representa um papel importante de carácter social quando utilizado em casos de emergência ou quando utilizado por turistas e pessoas em viagens de negócios. Os táxis também podem representar uma alternativa de transporte para pessoas com maior poder de compra, em substituição do transporte individual, principalmente para acesso a áreas de maior congestionamento e com pouca oferta de estacionamento ou ainda, a áreas de acesso restrito.



14.3.4.1. OFERTA

O contingente de táxis licenciados no concelho de Cascais é de cerca de 220 táxis, sendo o serviço prestado essencialmente por três empresas: Rádio Táxis Costa do Sol, Cooperativa de Táxis D. Pedro I e Auto Táxis Vasquinho. Estes distribuem-se por 55 praças de táxis, mas a maior concentração de praças de táxi, está localizada nos centros urbanos de Cascais, Estoril e Parede, assim como na área do Monte do Estoril, o que em parte está relacionado com a forte presença do turismo em Cascais e Estoril e, no caso da Parede, com o elevado dinamismo comercial do seu centro.

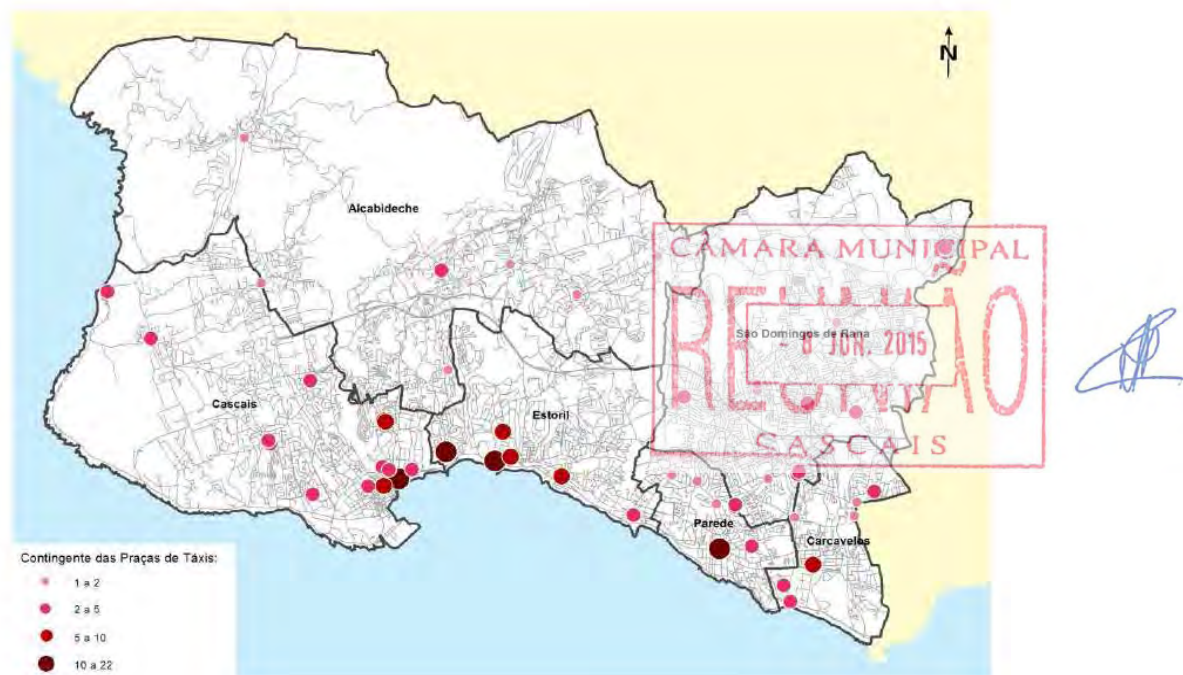


Figura 287
Localização das praças de táxis e contingente respetivo
(Fonte: ETAC - Estudo de Tráfego de Âmbito Concelhio – Fevereiro 2011)

14.3.4.2. PROCURA

Globalmente, tendo em consideração os resultados do Inquérito à Mobilidade foram realizadas cerca de 4.080 viagens em que, pelo menos numa etapa, foi utilizado o táxi, e destas, cerca de 3.300 foram realizadas exclusivamente em táxi.

Os residentes em São Domingos de Rana (26%) e Alcabideche (19%) são os principais utilizadores de táxi.

É ainda de referir que, aproximadamente 62% das viagens de táxi internas a Cascais, são internas a uma mesma freguesia, o que traduz as deficiências da oferta de TC de proximidade.



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.



15. PATRIMÓNIO

15.1. CASCAIS: ENTRE A TERRA E O MAR, ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O território que corresponde atualmente ao concelho de Cascais foi favorável à ocupação humana desde muito cedo. Foram recolhidos artefactos atribuíveis ao Paleolítico em vários pontos do concelho. Será com o processo de sedentarização que esta área geográfica se torna mais povoada, sendo do Neolítico Final e Calcolítico os testemunhos mais notáveis da sua ocupação antiga. As grutas naturais de Porto Covo (Quinta do Pisão) e Poço Velho (Cascais), bem como as artificiais de Alapraia e São Pedro do Estoril, foram usadas como necrópoles, onde os inumados eram acompanhados de abundante espólio votivo e objetos de adorno pessoal. É mais escassa a informação disponível sobre os *habitats* destas comunidades, mas aparentemente as estratégias de ocupação do território orientavam-se em função da disponibilidade de recursos hídricos e da capacidade agrícola do solo. Na Parede e no Estoril foram identificados vestígios de povoados desta época, com ocupação que poderá prolongar-se para a Idade do Bronze e do Ferro.

No período romano, o atual concelho de Cascais integra o território rural da cidade de *Olisipo*. Aqui existiram propriedades agrícolas (*villae*) onde, a uma área residencial do proprietário com todo o conforto da vida urbana, se associam estruturas necessárias à atividade agropecuária. Exemplos disso são, na *villa* romana de Freiria (Polima), um celeiro e um lagar e, na *villa* do Alto do Cidreira (Carrascal de Alvide), um grande aqueduto subterrâneo. A exploração dos recursos marinhos continua a ocupar as comunidades desta época, conhecendo-se tanques para a salga de peixe perto do Guincho e na vila de Cascais. Além das *villae* e de algumas necrópoles, sabe-se que alguns dos núcleos urbanos antigos do concelho foram também ocupados durante a época romana. Não parece ter havido qualquer rutura na ocupação destes espaços na Antiguidade Tardia ou época islâmica, quando o território agrícola de Cascais continua economicamente dependente da cidade de Lisboa.

A reconquista cristã também não terá representado uma alteração significativa na vida quotidiana de uma população maioritariamente rural, que continua a ocupar os mesmos lugares, nos vales férteis das ribeiras, nos aglomerados urbanos que correspondem às aldeias que se mantém até à atualidade. Certamente pelas suas características enquanto porto de abrigo, Cascais distingue-se entre estes núcleos urbanos, sendo-lhe concedida a condição de vila por D. Pedro I. No reinado de D. Fernando, a vila terá sido amuralhada, ou reforçadas as anteriores muralhas de Cascais e, com D. Manuel I, Cascais recebe Foral autónomo, factos que indiciam que Cascais estava a crescer de importância no panorama nacional.

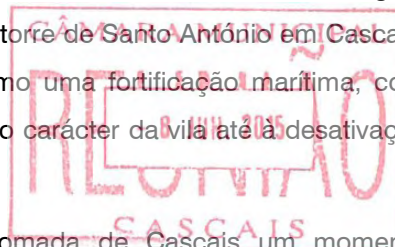
A vila deve ter tido uma grande atividade na época das grandes viagens marítimas nos séculos XV e XVI, uma vez que a sua baía constituía o primeiro porto de abrigo na foz do Tejo. Cascais, um pequeno aglomerado urbano num território pouco povoado, vai assim ganhando importância estratégica com o imperativo da defesa de Lisboa e da respetiva barra. Esta necessidade levou no reinado de D. João II à construção da torre de S. Sebastião, na margem Sul do Tejo, da torre de S. Vicente de Belém e também da torre de Santo António em Cascais. A torre de Santo António, a Sul da baía, assumiu-se como uma fortificação marítima, com guarnição e artilharia, cuja presença castrense iria marcar o carácter da vila até à desativação das instalações militares em finais do século XX.

A invasão castelhana de Portugal em 1580 teve na tomada de Cascais um momento fundamental, uma vez que a tomada da torre de Cascais era essencial para permitir um desembarque generalizado das forças de Filipe II. Conquistada e saqueada, Cascais viu ser erguida poucos anos depois a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz. Ainda nos anos 80, dá-se novo saque, agora pelos homens de Francis Drake, ao serviço de Inglaterra, que vieram desembarcar e apoiar D. António, Prior do Crato, na sua pretensão à coroa portuguesa. Entretanto, face aos desenvolvimentos na construção naval e na evolução da artilharia, rapidamente se reconheceu o carácter obsoleto da fortificação e uma nova fortificação começou a ser projetada. Se bem que os estudos tenham começado ainda no século XVI, só após 1640 se concluem as obras da Cidadela de Cascais.

A vila, já no século XVI, passou a ocupar a margem esquerda da ribeira das Vinhas crescendo muito em área para além das velhas muralhas Fernandinas. Nesta época, Cascais estrutura-se em duas paróquias: Ressurreição de Cristo e N.^a Sr.^a da Assunção. Esta última ainda está aberta ao culto mas a anterior foi destruída pelo terramoto de 1755 que foi ruinoso para a vila de Cascais, deixando marcas na sua arquitetura até finais do século XIX.

Entretanto no vasto território rural, uma outra realidade vai emergindo talvez desde o século XIV, relacionada com a produção de vinho, atividade que vai ganhando importância económica crescente, motivando uma determinada estrutura da propriedade agrícola, as quintas, nas quais foram sendo construídos, ao longo dos séculos, edifícios mais ou menos nobres, bem como um conjunto de estruturas funcionais relacionadas com a produção vinícola e outras atividades agrícolas.

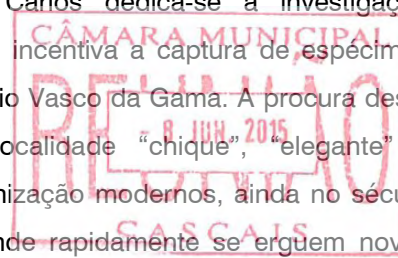
A partir dos anos 70 de Oitocentos, o rei D. Luís começa a apreciar o Outono em Cascais (no Palácio do Governador da Cidadela), criando um hábito da presença da família real nesta vila, que se manterá até à República. Esta presença trouxe consigo a elite lisboeta, aristocrata e burguesa, o que permitiu criar condições sociais para o desenvolvimento urbano: grande crescimento, implantação da arquitetura de veraneio, instalação de hotéis, restaurantes, casinos, estabelecimento de esgotos domésticos, iluminação elétrica pública, ligação



ferroviária à capital, instalação de comunicação telefónica, entre outros exemplos de modernidade.

Com D. Carlos a presença real incrementa-se acompanhada cada vez mais pela “corte” de seguidores que se vão fixando na vila, usufruindo das suas virtudes durante períodos cada vez mais alargados. Dada a sua paixão pelo mar, D. Carlos dedica-se á investigação oceanográfica, cria um laboratório de biologia marinha e incentiva a captura de espécimes para uma coleção que integrará, anos mais tarde, o Aquário Vasco da Gama. A procura desta região como destino de Verão, de “férias”, como localidade “chique”, “elegante” e “aristocrática” vai levar ao surgimento de planos de urbanização modernos, ainda no século XIX, criando uma outra centralidade: o Monte Estoril, onde rapidamente se erguem novas moradias, pensões, hotéis e os indispensáveis casinos. No Estoril só pelos anos 30 do século XX arranca em força o urbanismo, após avanços e recuos causados pelas condições socioeconómicas do princípio de Novecentos. Esta imagem de desenvolvimento, tendo como charneira o veraneio, vai reproduzir-se com diversas formas noutras localidades do Concelho. O Alto do Estoril e São João do Estoril desenvolvem-se nos finais do século XIX. Parede cresce para Sul por volta de 1900 e Carcavelos vira-se mais tardiamente para o veraneio, tal como Cae Água, futuro São Pedro do Estoril.

Apesar do fenómeno de suburbanização que afeta a grande Lisboa, a vila de Cascais mantém uma “aura autonómica” muito ligada à sua imagem, à paisagem, à omnipresença do mar e à envolvência da Serra de Sintra.



15.2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL IMÓVEL

O inventário do património histórico-cultural imóvel de Cascais começou a constituir-se como instrumento operativo (para o seu conhecimento, salvaguarda e divulgação, mas também como elemento indispensável à gestão sustentada do território) na década de 80 do século XX. A este processo não é alheia a criação, nessa época, da Comissão Municipal de Defesa do Património e do Gabinete de Arqueologia, unidade orgânica que para além da atividade específica desenvolvida no âmbito desta disciplina, promoveu crescentemente e a vários níveis, a inventariação, estudo, salvaguarda e valorização do património cultural, numa visão integrada abrangente e interdisciplinar. Neste Gabinete desenvolveu-se um intenso, sistemático e esforçado trabalho de inventariação patrimonial, nas suas diversas manifestações materiais e imateriais. O inventário foi sendo constituído paulatinamente, abrangendo o património arquitetónico, etnográfico, arqueológico, espaços urbanos históricos e ainda elementos singulares de interesse relevante e arte pública. Mais tarde, em 2004, o Município de Cascais adquiriu uma aplicação informática de gestão integrada de informação para bens culturais móveis e imóveis, que tem permitido não só uma sistematização e uma melhor gestão do processo de inventário, como a associação a outra ferramenta essencial, o sistema de informação geográfica e, mais recentemente, a disponibilização crescente de conteúdos de inventário *online*.

Neste esforço de aquisição e sistematização de conhecimento foram igualmente muito relevantes as importantes exposições, ações de divulgação e reuniões científicas, acompanhadas de publicações dedicadas a temas patrimoniais, que foram sendo organizadas desde meados da década de 80. É igualmente de salientar que a inventariação patrimonial do território concelhio contou também com a participação de diversos investigadores e académicos externos à Câmara Municipal, sendo de destacar o trabalho pioneiro desenvolvido por Raquel Henriques da Silva sobre a Arquitetura de Veraneio, e de Guilherme Cardoso e José de Encarnação na inventariação e investigação no domínio da Arqueologia Clássica e da Epigrafia.

Todo este trabalho desenvolvido a montante permitiu, no âmbito da elaboração do Plano Diretor Municipal publicado em 1997, o desenvolvimento de um instrumento regulamentar de salvaguarda patrimonial baseado na inventariação, que veio a complementar a proteção legal sobre os bens classificados. O regulamento daquele Plano instituiu a figura do “Catálogo-Inventário”, promovendo a constituição de inventários de património e consagrando um conjunto de normas de salvaguarda muito específicas para os imóveis inventariados. Assim,

através do PDM, o Município de Cascais logrou operacionalizar de forma muito bem sucedida o conceito de bem imóvel inventariado, associando-o ao ordenamento do território. No Regulamento do PDM instituíram-se os seguintes Catálogos-Inventário Municipais de Proteção e Valorização relativos ao património cultural: património arqueológico, património arquitetónico, espaços urbanos históricos, elementos singulares de interesse relevante e parques e jardins.



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive script.

15.3. PATRIMÓNIO CLASSIFICADO E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

Estratégia

A Lei consagra a classificação como a primeira forma de proteção do património cultural imóvel, distinguindo, em função do valor a classificar, o âmbito nacional (Monumento Nacional e Imóvel de Interesse Público) e local (Imóvel de Interesse Municipal), este último da competência dos Municípios. O Município de Cascais desenvolveu uma política concertada de classificação, junto da tutela e a nível interno, que visou conferir uma proteção legal superior a um conjunto de imóveis muito relevantes para a história e memória coletivas de âmbito local, nacional e por vezes transnacional. Assim, dos 44 imóveis atualmente classificados (IIP: 26; IIP e ZEP 2; IIM: 15; ZEP: 1), 31 foram classificados entre 1990 e a presente data. Encontram-se em vias de classificação, com processos iniciados no mesmo período, mais 21 imóveis (IIP: 9 e IIM: 12). O território municipal integra ainda parte da zona de proteção legal do *Palácio do Marquês de Pombal, Jardim, Casa de Pesca e Cascata*, imóvel classificado como Monumento Nacional localizado no concelho de Oeiras (Plantas 04.05.01 e 04.05.02; Anexos 1, 2 e 3).

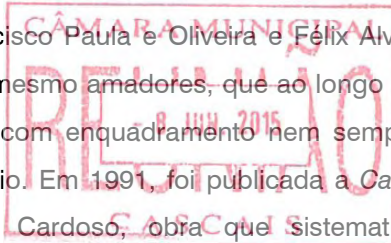
Assim, dos 41 imóveis atualmente classificados (IIP: 28; IIM: 13; ZEP: 2), 31 foram classificados entre 1990 e a presente data. Encontram-se em vias de classificação, com processos iniciados no mesmo período, mais 20 imóveis (IIP: 8 e IIM: 12).

O património classificado de Cascais integra igualmente um conjunto muito relevante de sítios arqueológicos relacionados com o povoamento rural do território em época romana e ainda duas necrópoles do período neo-calcolítico, cujos espólio e contextos representam referências europeias para o conhecimento destes horizontes civilizacionais antigos. Relativamente ao património edificado, regista-se um importante conjunto de arquitetura militar constituída por fortalezas marítimas e algumas estruturas lineares de defesa de costa (século XVI-XIX), um importante conjunto de exemplares de arquitetura de veraneio de quintas históricas (séculos XVII-XVIII), exemplares de património molinológico, casas nobres (séculos XVII-XVIII), alguns exemplares de arquitetura popular vernacular, religiosa e civil (escolas, hospital), uma ponte filipina e dois edifícios modernistas. Lugar de destaque merece o Marégrafo de Cascais, que em conjunto com o seu pequeno mas relevantíssimo património integrado, é um imóvel de inegável interesse transnacional. Por fim, merece referência a Zona Especial de Proteção que delimita a jazida arqueológica subaquática constituída pelos destroços do *clipper Thermopylae* /pontão Pedro Nunes, construído na Escócia em 1868 e afundado em manobras navais ao largo de Cascais em 1907.

15.4. CARTA ARQUEOLÓGICA

Metodologia, Cartografia e Valoração

O processo de constituição da Carta Arqueológica de Cascais iniciou-se no final século XIX /início do século XX, com os trabalhos pioneiros de Francisco Paula e Oliveira e Félix Alves Pereira. Foram diversos os investigadores, arqueólogos e mesmo amadores, que ao longo do último século referenciaram, de formas muito diversas e com enquadramento nem sempre puramente científico, vestígios arqueológicos neste território. Em 1991, foi publicada a *Carta Arqueológica do concelho de Cascais*, de Guilherme Cardoso, obra que sistematiza (inventaria, caracteriza e localiza) todas as referências de carta arqueológica disponíveis na bibliografia, revistas e interpretadas a partir de trabalhos de campo realizados pelo autor ao longo de quase duas décadas. Esta obra constitui ainda hoje a base do inventário arqueológico de Cascais, obviamente atualizado com base na evolução do próprio território e nos novos trabalhos arqueológicos ocorridos, quer de carácter preventivo, quer de investigação.

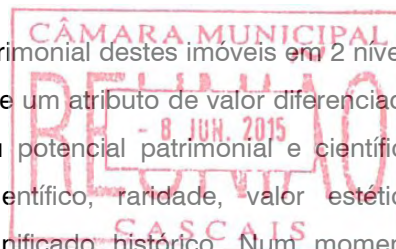


A Câmara Municipal de Cascais desenvolveu desde meados dos anos 80 do século passado a implementação e atualização sistemática deste inventário. Assim, numa primeira fase procedeu-se à integração dos sítios arqueológicos (pontos) no SIG municipal. Posteriormente, procedeu-se à informatização de todos os dados no Sistema de Informação dos Bens Culturais de Cascais – *InPatrimonium*. Num terceiro momento, efetivou-se a inter-operacionalidade entre os dois sistemas.

Precocemente verificou-se que a transposição de pontos inscritos numa base cartográfica de pequena escala em papel, para um sistema de gestão geográfica digital, potencia erros de localização. Assim, foi necessário num primeiro momento verificar a localização dos pontos/sítios, recorrendo a trabalho de campo. Por outro lado, tendo ao dispor uma ferramenta SIG avançada, procurou-se sempre que o conhecimento dos vestígios e do território o permitiram, determinar a área de extensão dos sítios arqueológicos. Em muitos casos tal não foi possível, nomeadamente no caso de achados isolados, achados recolhidos em situação de evidente deposição secundária, vestígios de superfície muito escassos ou atualmente não observáveis que nunca foram sujeitos a trabalhos arqueológicos intrusivos, sítios arqueológicos hoje destruídos, referências bibliográficas antigas de localização precisa difícil. Deste modo, foi possível delimitar áreas de extensão de vestígios em 52 sítios arqueológicos. Por vezes as áreas arqueológicas desenhadas abrangem vários sítios/achados arqueológicos referenciados, pelo que se encontram cartografados no presente.

Deste modo, foi possível delimitar áreas de extensão de vestígios em 52 sítios arqueológicos. Por vezes as áreas arqueológicas desenhadas abrangem vários sítios/achados arqueológicos referenciados, pelo que se encontram cartografados no presente relatório 36 polígonos e 83 pontos que abrangem um total de 191 sítios/achados arqueológicos (Planta 04.05.02 e Anexo 1).

Finalmente, desenvolveu-se um processo de valoração patrimonial destes imóveis em 2 níveis, que pretende agrupar os sítios arqueológicos em função de um atributo de valor diferenciado, com recurso a critérios específicos de avaliação do seu potencial patrimonial e científico, nomeadamente: estado de conservação, potencial científico, raridade, valor estético, dimensão/monumentalidade, inserção paisagística e significado histórico. Num momento posterior do processo, esta valoração servirá de base à proposta de salvaguarda patrimonial a implementar no âmbito do Plano. Como se pode compreender este processo de valoração depende em muito do conhecimento disponível sobre cada sítio, o que significa tratar-se de um processo que carece de atualização permanente.



Assim, para além dos 9 sítios arqueológicos classificados como Imóvel de Interesse Público, que se revestem de valor cultural de importância nacional, distinguem-se os Sítios Arqueológicos de Nível 1 e os Sítios Arqueológicos de Nível 2. Os Sítios Arqueológicos de Nível 1 integram todas as áreas e sítios arqueológicos onde estão documentados contextos estruturais e estratigráficos preservados. Os Sítios Arqueológicos de Nível 1, nomeadamente aqueles que se revistam de valor cultural de significado relevante para o município de Cascais, poderão ser sujeitos a processo de classificação, nomeadamente como imóvel de interesse municipal. Os Sítios Arqueológicos de Nível 2 integram vestígios arqueológicos de localização não confirmada e estado de preservação indeterminado; trata-se pois de sítios arqueológicos que carecem de trabalhos arqueológicos de diagnóstico e caracterização.

15.4.1. INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

15.4.1.1. NÍVEL 1

Integram o Inventário do Património Arqueológico de Nível 1, 27 sítios e áreas arqueológicas, incluindo aglomerados urbanos de matriz antiga com origem que poderá remontar ao período romano e medieval (Cascais, Alcabideche, Caparide), áreas envolventes a sítios arqueológicos classificados (*villae* de época romana) nas quais está documentada a extensão efetiva dos seus vestígios, áreas de elevada concentração, dispersão e diversidade de vestígios

arqueológicos de épocas diversas, povoados da pré-história recente e proto-história, necrópoles de época romana, tardo-antiga e islâmica e jazidas de tipologia indeterminada de épocas variadas (Paleolítico, Neolítico, Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro, Romana, Medieval e Moderna).

15.4.1.2. NÍVEL 2



Integram o Inventário do Património Arqueológico de Nível 2, 83 sítios e áreas arqueológicas, incluindo achados isolados, numerosos vestígios de superfície de caracterização tipológica para já indeterminada, eventuais contextos funerários e habitacionais de cronologia diversa. Para todos estes contextos são frequentes as referências e/ou recolhas de superfície de espólio lítico, cerâmico e de materiais de construção, conforme os casos.

15.5. CARTA ARQUEOLÓGICA SUBAQUÁTICA

15.5.1. METODOLOGIA

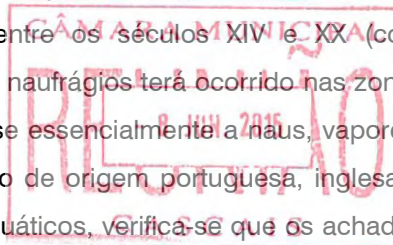
O Município de Cascais através do Museu do Mar foi uma instituição pioneira no estudo e preservação do património subaquático, na segunda metade dos anos 70 do século XX. A partir de 2003, o inventário do património arqueológico subaquático recebe novo impulso com as primeiras tentativas de sistematização da carta arqueológica e com projetos de estudo e divulgação como a exposição “Cascais na Rota dos Naufrágios” no Museu do Mar e a preparação de uma edição sobre o *clipper Thermopylae*. Em 2008 a Câmara Municipal de Cascais promove o Estudo de Impacto sobre Património Cultural Subaquático dos projetos de construção de um ancoradouro para o submarino Barracuda (futuro espaço museológico) e de criação de um recife artificial para dinamização da prática do surf (em São Pedro e São João do Estoril, respetivamente). A partir de 2009 foi lançado o Projeto de Carta Arqueológica Subaquática de Cascais, que ainda decorre, englobando: recolha sistemática de dados históricos e arqueológicos e geoposicionamento de sítios e achados já referenciados.

Como metodologia de organização do trabalho de prospeção e de gestão da informação e com o objetivo de permitir a divulgação dos resultados do trabalho da Carta Arqueológica Subaquática sem colocar em risco a conservação e preservação dos vestígios (muito expostos a ações de vandalismo e pilhagem), foi decidida a criação de zonas arqueológicas subaquáticas que enquadram toda a informação histórica e arqueológica recolhida no processo de inventário. As zonas foram definidas a partir dos limites das freguesias costeiras e de locais destacados da costa, delimitadas por eixos (*offsets*) virtuais perpendiculares à costa, prolongados até à linha batimétrica dos 50 metros. Embora a maioria dos achados arqueológicos subaquáticos conhecidos se situem entre 1m e os 30m de profundidade (aspeto relacionado com o desenvolvimento do mergulho amador com escafandro autónomo), no caso particular de Cascais, as embarcações de pesca nomeadamente de arrasto, têm vindo a recuperar vasto espólio na zona que se situa à volta da batimétrica dos 50m. Atualmente, com o conhecimento disponível sobre a fisiologia de mergulho e o enorme desenvolvimento das suas técnicas, é perfeitamente possível desenvolver trabalho arqueológico a esta profundidade.

Presentemente a carta arqueológica subaquática de Cascais engloba 9 áreas, 5 achados complexos (um deles protegido por uma Zona Especial de Proteção) e 46 achados isolados (Planta 04.05.02 e Anexo 2).

15.5.2. ZONAS, ACHADOS COMPLEXOS E ACHADOS ISOLADOS

Na costa e mar de Cascais estão inventariados 5 achados complexos e 46 achados isolados e referenciados historicamente 219 naufrágios ocorridos entre os séculos XIV e XX (com incidência maior entre os séculos XVII e XX). A maioria dos naufrágios terá ocorrido nas zonas de Carcavelos, Cascais, Cabo Raso e Guincho e referem-se essencialmente a naus, vapores, barcas, iates, pesqueiros, escunas e cargueiros, sobretudo de origem portuguesa, inglesa e francesa. Relativamente aos vestígios arqueológicos subaquáticos, verifica-se que os achados complexos se referem a naufrágios e um afundamento de época contemporânea e moderna, que marcam presença nas zonas da Guia, Cabo Raso, Estoril e Oitavos. Quanto aos achados isolados, ocorrem de forma relativamente regular em todas as zonas, com algum destaque para Carcavelos, Cascais e Guia. Os achados de época moderna são maioritários e constituídos por canhões e projeteis, âncoras e sondas. Os achados de época contemporânea são quase exclusivamente constituídos por âncoras. De destacar ainda a zona de Carcavelos que regista achados quase exclusivamente de época moderna (nomeadamente, canhões, âncoras, cerâmica, várias moedas e joias), bem como as zonas de Cascais, Santa Marta e Guia onde a frequência de achados de época romana (cepos de chumbo e pedra e 1 ânfora) é elevada.



15.6. PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

15.6.1. METODOLOGIA, CARTOGRAFIA E VALORAÇÃO

Como foi referido o processo de inventário formal do património arquitetónico teve o seu início em meados dos anos 80 do século passado. O PDM de 1997 incluía apenas em anexo uma lista não hierarquizada de 42 imóveis que integravam este Catálogo-Inventário. Já no âmbito da revisão do PDM, foi iniciado em 2002 um processo exaustivo de levantamento e inventariação do património arquitetónico nas suas várias tipologias, visando a sua atualização. Este inventário pretende de forma muito particular integrar tipologias cronologicamente mais recentes, não deixando de identificar os valores da arquitetura de veraneio e da arquitetura salaia, característicos desta zona.

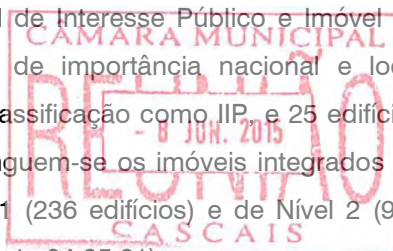
Numa abordagem global, pode referir-se que até final do século XIX, o território de Cascais se caracterizava por uma estrutura de povoamento rural tradicional ligada à agricultura (a vila de Cascais é uma exceção, pela sua atividade piscatória), traduzindo-se em aglomerados com características populares, sem aspetos de modernidade ou urbanidade. Com a instalação, da família Real e da corte em Cascais no final do século XIX e até meados do século XX, começam a surgir edifícios destinados ao veraneio dos grupos socioeconomicamente mais favorecidos, principalmente em Cascais, nos Estoris e no Sul da Parede. A arquitetura de veraneio torna-se um marco distintivo do património arquitetónico de Cascais, nomeadamente do seu litoral, passando pela arquitetura do romantismo final tardio português, frequentemente de inspiração revivalista, bem como pela linha estética e programática da teorização da “casa portuguesa” de Raul Lino, cujos seguidores muito trabalharam neste Concelho.

Por outro lado, a arquitetura do século XX em Cascais acompanhou as correntes estéticas nacionais, e algumas internacionais, até aos anos 60. Aqui trabalharam arquitetos italianos de cerca de 1900 (Bigaglia, Lanz, Maninni), Raul Lino (arquiteto determinante, empenhado na criação de uma versão “portuguesa” dos valores da habitabilidade) e o arquiteto Rui Jervis d’Athouguia com uma linha modernista internacional que, em pouco mais de meio século, projetou em Cascais edifícios de relevância na arquitetura nacional.

A partir dos anos 60 e 70 do século XX, verifica-se um fenómeno muito intenso de construção clandestina, urbanização não planeada, que coexiste com o gradual abandono da agricultura e da arquitetura tradicional. A arquitetura, os projetos, o urbanismo e a construção perderam qualidade, banalizaram-se e não forneceram peças de qualidade, num processo só

recentemente invertido com a construção de alguns edifícios assinados por vultos maiores da arquitetura contemporânea portuguesa.

O processo de inventário de todo este muito vasto património arquitetónico possibilitou a referenciação de aproximadamente 4.000 edifícios, dos quais estão inventariados 1.369. Assim, para além dos edifícios classificados como Imóvel de Interesse Público e Imóvel de Interesse Municipal, que se revestem de valor cultural de importância nacional e local respetivamente (36 edifícios classificados ou em vias de classificação como IIP, e 25 edifícios classificados ou em vias de classificação como IIM), distinguem-se os imóveis integrados no Catálogo-Inventário do Património Arquitetónico de Nível 1 (236 edifícios) e de Nível 2 (927 edifícios) e 144 outros edifícios de interesse patrimonial (Planta 04.05.01).

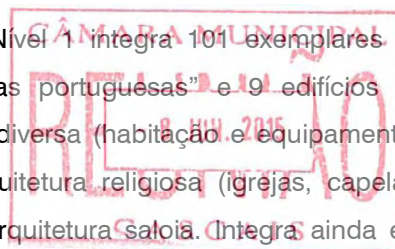


Os critérios genéricos de integração nos dois níveis de valoração foram adaptados da legislação geral: carácter matricial, génio do criador, interesse simbólico e religioso, relação vivencial ou com factos históricos, valor estético, técnico ou material, conceção arquitetónica, urbanística e paisagística, relevância para a construção da identidade e memória coletivas, potencial histórico e científico e condições de preservação e risco. Foi ainda levada em consideração a recuperabilidade dos edifícios. Mais uma vez, num momento posterior do processo, esta valoração servirá de base à proposta de salvaguarda patrimonial a implementar no âmbito do Plano. O Inventário Municipal do Património Arquitetónico de Nível 1 integra edifícios com características e elementos arquitetónicos, forma e ocupação do espaço que os distinguem e singularizam como imóveis com grande interesse patrimonial, suscetíveis de serem objeto de proposta de classificação sempre que se considere que representam um valor cultural de âmbito nacional ou municipal. O Inventário Municipal do Património Arquitetónico de Nível 2 integra edifícios com características e elementos arquitetónicos exteriores distintivos que contribuem para definição e articulação da envolvente edificada, contribuindo para a definição de um conjunto.

15.6.2. INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

15.6.2.1. INVENTÁRIO DE NÍVEL 1

O Inventário Municipal do Património Arquitectónico de Nível 1 integra 101 exemplares de arquitetura de veraneio (incluindo 58 *chalets*, 18 “casas portuguesas” e 9 edifícios de inspiração revivalista), 33 exemplares de arquitetura civil diversa (habitação e equipamentos vários), 28 edifícios modernistas, 19 exemplares de arquitetura religiosa (igrejas, capelas, ermidas e conventos), 19 quintas e 15 exemplares de arquitetura salaia. Integra ainda em número mais reduzido, exemplares de arquitetura militar, casas nobres apalaçadas e estruturas de aproveitamento hidráulico.



15.6.2.2. INVENTÁRIO DE NÍVEL 2

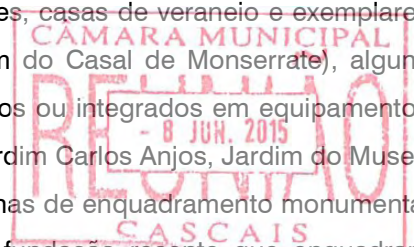
O Inventário Municipal do Património Arquitectónico de Nível 2 integra 325 exemplares de arquitetura civil diversa (aqui com larga predominância para os edifícios habitacionais, mas onde pontuam ainda escolas, edifícios comerciais, sedes de associações, estruturas hoteleiras, etc.), 232 exemplares de arquitetura de veraneio (incluindo 126 “casas portuguesas”, 101 *chalets* e 5 edifícios de inspiração revivalista), 133 exemplares de arquitetura salaia (casas de 1 e 2 pisos, casas torreadas e casais), 107 casas populares urbanas e 24 edifícios modernistas. Integra ainda em número mais reduzido, casas nobres, moinhos, quintas e exemplares de arquitetura religiosa e militar.

15.6.3. OUTROS IMÓVEIS DE INTERESSE PATRIMONIAL

Atendendo a que o processo de inventário do património arquitectónico nunca se pode considerar acabado, inclui-se ainda neste relatório de caracterização um conjunto de 144 imóveis que apesar de não integrarem as categorias de classificação e inventariação acima referidas têm notório interesse municipal patrimonial, onde pontuam exemplares de arquitetura rural salaia, algum património etnológico, arquitetura civil urbana (casas de habitação e outros equipamentos) e ainda a arquitetura de veraneio.

15.7. INVENTÁRIO DE PARQUES E JARDINS

Relativamente aos Parques e Jardins foi elaborado um inventário sumário que integra parques urbanos históricos (Jardim Visconde da Luz, Jardim do Casino, Jardim Costa Pinto), jardins e parques que enquadram quintas, casas apalaçadas, solares, casas de veraneio e exemplares de arquitetura modernista (Parque do Gandarinha, Jardim do Casal de Monserrate), alguns dos quais hoje transformados em parques urbanos públicos ou integrados em equipamentos públicos (Parque Palmela, Parque da Quinta da Alagoa, Jardim Carlos Anjos, Jardim do Museu da Música Portuguesa, Parque Morais), áreas verdes urbanas de enquadramento monumental (Jardim da Igreja da Assunção) e parques urbanos de fundação recente que enquadram paisagisticamente elementos relevantes do património histórico-cultural (Parque Urbano da Ribeira dos Mochos, Parque Urbano das Penhas do Marmeleiro).



15.8. ESPAÇOS URBANOS HISTÓRICOS

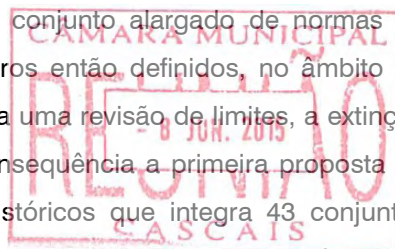
15.8.1. METODOLOGIA, CARTOGRAFIA E VALORAÇÃO

A maior parte dos conjuntos urbanos de Cascais remonta aos séculos XVI a XVIII, com expansão no século XIX e primeira metade do século XX. O surto da construção clandestina e/ou não planeada, a partir de 1960, resultou na descaracterização dos primitivos núcleos e no desaparecimento da primitiva imagem da malha urbana. Atualmente, os aglomerados urbanos do interior do concelho destacam-se pela persistência de exemplares de arquitetura popular ou vernácula e de escassos e pequenos conjuntos ainda bem preservados, memória da antiga vivência rural da cultura saloia, onde se encontram por vezes marcas de gostos urbanos de várias épocas, especialmente dos séculos XVIII e XIX, ao nível do tratamento das cantarias e fachadas. Nas povoações do litoral, a arquitetura de veraneio constitui o principal elemento definidor da paisagem construída, seguida da arquitetura modernista.

O processo de inventariação dos núcleos históricos com relevância patrimonial decorreu simultaneamente da necessidade de salvaguardar este património tão relevante e de proceder a uma adequada e sustentada gestão urbanística dos espaços urbanos. Os critérios genéricos de inventariação dos conjuntos urbanos foram: estado de preservação e homogeneidade da estrutura urbana e dos conjuntos edificados, presença, número e concentração de valores arquitetónicos e/ou monumentais relevantes, relevância histórica, antiguidade, preservação de

contextos arqueológicos relacionados com a génese e/ou história do fenómeno urbano, manutenção de vivências urbanas tradicionais, inserção paisagística e presença de arte pública e de elementos singulares de interesse relevante.

O PDM de 1997 incluiu, na classe de Espaço Urbano Histórico, 42 perímetros urbanos, conjuntos que assim foram também abrangidos por um conjunto alargado de normas de salvaguarda. Verificando-se a desatualização dos perímetros então definidos, no âmbito do processo de revisão do PDM iniciado em 2002, foi proposta uma revisão de limites, a extinção de alguns núcleos e a criação de outros, tendo como consequência a primeira proposta de criação do Catálogo-Inventário dos Espaços Urbanos Históricos que integra 43 conjuntos urbanos. Neste processo, destaca-se a proposta de criação de Espaços Urbanos Históricos no Estoril (Estoril e Alto Estoril, Monte Estoril, São João do Estoril e São Pedro do Estoril) que persegue a salvaguarda de várias peças de arquitetura de veraneio do final do século XIX/início do XX e de arquitetura modernista dos anos 30 e 40 (Planta 04.05.04 e Anexo 4).



Finalmente, desenvolveu-se um processo de valoração patrimonial destes conjuntos urbanos em 2 níveis, que pretende a sua distinção em função de uma atribuição de valor diferenciado, com recurso aos critérios já referidos. Mais uma vez, num momento posterior do processo, esta valoração servirá de base à proposta de salvaguarda patrimonial a implementar no âmbito do Plano. Assim, integram a proposta, 4 conjuntos urbanos de níveis 1 e 2, 17 conjuntos urbanos de nível 1 e 23 conjuntos urbanos de nível 2.

Os espaços urbanos históricos de nível 1 integram aglomerados importantes no desenvolvimento histórico do concelho de Cascais, com elevado grau de homogeneidade e preservação da estrutura urbana e dos conjuntos edificados, abundância e concentração de monumentos e edifícios patrimonialmente muito relevantes (nomeadamente classificados, em vias de classificação e integrados no catálogo inventário do património arquitetónico de Nível 1 e 2), inserção paisagística e natural de qualidade elevada e preservação de vivências urbanas tradicionais (comércio, serviços, equipamentos, habitação, etc). Neste grupo estão incluídos os aglomerados urbanos de génese mais antiga do território (sobrepondo-se por vezes a reservas arqueológica urbanas importantes) e outros que sendo recentes apresentam características patrimonialmente relevantes, à escala nacional.

Os espaços urbanos históricos de nível 2 integram aglomerados historicamente relevantes, essencialmente de pequena dimensão, que ainda preservam a estrutura urbana antiga (viária, de lote, quarteirão e de logradouros), bem como espaços públicos com funcionalidades e elementos distintivos que remetem para fenómenos identitários relacionados com a génese do núcleo urbano. Nestes aglomerados pontuam edifícios patrimonialmente relevantes a par de construções e/ou intervenções urbanas descaracterizadores que diminuem a homogeneidade

do conjunto. Neste nível também se integram áreas urbanas “marginais” contíguas a espaços urbanos históricos de nível 1, mas com grau de preservação e relevância patrimonial inferior.

15.8.2. INVENTÁRIO DOS ESPAÇOS URBANOS HISTÓRICOS

15.8.2.1. NÍVEL 1

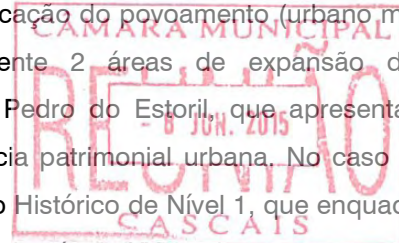


Neste nível inclui-se obviamente Cascais, aglomerado piscatório amuralhado, de matriz antiga ou medieval com expansão moderna/contemporânea, localizado num ponto do território com excelentes condições naturais e estratégicas, que poderá remontar às épocas romana, Islâmica e Medieval (séc. XIV). Cascais é o aglomerado urbano patrimonialmente mais relevante do concelho, desde o núcleo medieval enquadrado por ténues vestígios das antigas muralhas, passando pelo conjunto monumental militar que organiza todo o conjunto urbano, pelo importante bairro da margem esquerda da Ribeira das Vinhas de época moderna até aos magníficos exemplares de arquitetura de veraneio e modernista.

Também estão integrados no Nível 1, Alcabideche e Caparide, núcleos urbanos de matriz antiga ou medieval que a partir dos últimos séculos da Idade Média assumem o carácter de aglomerado urbano saloio. Também de origem tardo-medieval ou do início do período moderno registam-se outros 11 núcleos urbanos saloios localizados predominantemente no território rural, mas também perto do litoral (Parede e Carcavelos). Por fim registam-se os aglomerados urbanos que devem o seu surgimento e crescimento ao fenómeno do veraneio atrás amplamente mencionado, como é o caso do Monte Estoril, Alto Estoril, São João do Estoril (fundados no final do século XIX), Estoril, São Pedro do Estoril, Parede, Carcavelos e Malveira da Serra, no interior. Estes três últimos viram a sua génese saloia associar-se ao veraneio num interessante registo urbano. Deve salientar-se a importância histórica e patrimonial do Espaço Urbano Histórico do Estoril, cuja fundação e crescimento decorreu enquadrada por diversas versões do Projeto do Estoril, plano urbanístico que visava implantar naquele local uma estância turística de primeira ordem à escala internacional, incluindo amplos lotes para construção de veraneio, parques e jardins, equipamentos hoteleiros, casino, etc, sempre com um cuidado e desafogado enquadramento paisagístico que parcialmente subsistiu até aos nossos dias.

15.8.2.2. NÍVEL 2

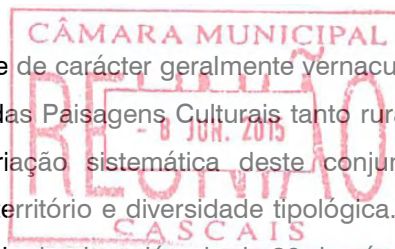
No nível 2 incluem-se 24 núcleos urbanos saloios referenciados predominantemente a partir do século XVI quando aparentemente se verifica uma intensificação do povoamento (urbano mas também rural) deste território. Delimitaram-se igualmente 2 áreas de expansão dos aglomerados urbanos de veraneio de São João e São Pedro do Estoril, que apresentam atualmente um menor grau de preservação e de relevância patrimonial urbana. No caso de Cascais, definiu-se uma “coroa” exterior ao Espaço Urbano Histórico de Nível 1, que enquadra essencialmente a área de expansão urbana da vila datável do século XX, onde a concentração de valores arquitetónicos relevantes e a homogeneidade urbanística é menos intensa.



15.9. ELEMENTOS SINGULARES DE INTERESSE RELEVANTE

15.9.1. METODOLOGIA, CARTOGRAFIA

Os elementos singulares de interesse relevante revestem-se de carácter geralmente vernacular ou etnográfico, sendo uma parte integrante e importante das Paisagens Culturais tanto rurais como urbanas. Decorre ainda o processo de inventariação sistemática deste conjunto patrimonial que se caracteriza pela elevada dispersão no território e diversidade tipológica. O inventário destes elementos decorre nos serviços municipais desde a década de 80 do século passado, encontrando-se presentemente cerca de 500 elementos identificados e 306 devidamente inventariados, georreferenciados, registados fotograficamente, caracterizados e descritos (Planta 04.05.03e Anexo 5).



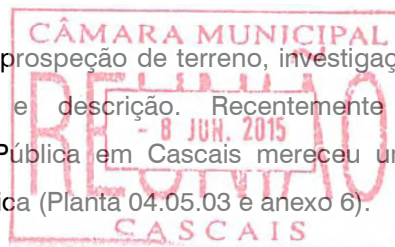
15.9.2. INVENTÁRIO DOS ELEMENTOS SINGULARES DE INTERESSE RELEVANTE

Neste inventário destacam-se os muros, maioritariamente em pedra seca, de delimitação de propriedade ou de eixos viários, de contenção de taludes, leitos de cursos de água e outros desníveis. Registam-se ainda alguns elementos da estrutura viária antiga como pontões, pequenas pontes e marcos viários. São frequentes as estruturas de captação, armazenamento e aproveitamento de água (chafarizes, fontes, lavadouros, minas de água, aquedutos, poços, tanques, depósitos, bombas de água, bebedouros, estruturas de irrigação, noras), em tipologia geralmente característica da arquitetura saloia. Elementos igualmente característicos desta cultura são os portais e portões que com frequência integram as casas e casais, bem como as eiras e os fornos (de cal e pão). São bastante frequentes as placas toponímicas, comemorativas e de homenagem e painéis figurativos de azulejo. Registam-se por fim, estruturas de cariz religioso, como os cruzeiros e um pequeno santuário.

15.10. ARTE PÚBLICA

15.10.1. METODOLOGIA E CARTOGRAFIA

O inventário de Arte Pública em Cascais iniciou-se com a prospeção de terreno, investigação bibliográfica e arquivística (interna), caracterização e descrição. Recentemente a georreferenciação e documentação fotográfica da Arte Pública em Cascais mereceu uma atualização. Estão inventariados 84 elementos de Arte Pública (Planta 04.05.03 e anexo 6).



15.10.2. INVENTÁRIO

Destacam-se em primeiro lugar as esculturas, temáticas ou abstratas, em jardins e espaços urbanos, conjunto que integram essencialmente elementos criados desde os anos 80 do século XX. O segundo grupo integra monumentos comemorativos, de homenagem e de demarcação de local, dedicados a personalidades, factos históricos e instituições importantes da história de Cascais ou ainda de temática religiosa, com implantação que remonta, grosso modo, ao último século, numa distribuição temporal de tendência regular.

15.11. PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL IMÓVEL: PLANEAMENTO ESTRATÉGICO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO URBANÍSTICA

O inventário, estudo, salvaguarda, valorização e divulgação do património histórico-cultural é um vetor estratégico de desenvolvimento nas sociedades modernas do século XXI. Sendo o planeamento, ordenamento e gestão do território uma das principais ferramentas da organização destas sociedades com vista à garantia do seu bem-estar presente e futuro, o património histórico-cultural assume-se como um dos seus fatores incontornáveis e estruturantes. Considera-se assim que as linhas estratégicas do ordenamento do território e da política cultural e patrimonial deverão revestir-se de carácter complementar e convergente.

Consequentemente, o quadro legal português, quer através da legislação nacional quer através das cartas e convenções internacionais ratificadas pelo Estado Português, institui que o património histórico-cultural imóvel é um dos elementos essenciais da definição das políticas de ordenamento e gestão do território. A elaboração dos instrumentos de gestão territorial tem por base o conhecimento disponível e devidamente sistematizado para o efeito, sobre património cultural, nomeadamente o arquitetónico, arqueológico e urbano, como recurso territorial fundamental. Estes instrumentos, não só devem garantir normas e procedimentos de salvaguarda patrimonial rigorosas (através de cartografia devidamente instruída, regulamentação adaptada à realidade patrimonial em causa e parâmetros urbanísticos patrimonialmente sustentáveis), como devem promover o conhecimento, valorização e divulgação do património, como valioso recurso comum e fator de identidade e coesão nacional. Estes objetivos que devem ser perseguidos e implementados de forma hierárquica e crescentemente específica nos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, regional e sectorial (cujas norma orientadores o PDM respeita), ganham no PDM expressão máxima, devendo merecer sempre que necessário especificação e aprofundamento nos planos municipais de ordenamento do território e planos de salvaguarda.

Desta forma, o PDM constitui-se como um *corpus* de informação devidamente trabalhada que não sendo definitivo é referencial pelo menos ao seu período de vigência, que fundamenta tecnicamente a estratégia de gestão do recurso territorial que é o património histórico-cultural. Por isso o Município de Cascais, desde a aprovação do seu primeiro PDM em 1997, investiu tão fortemente no inventário do patrimonial, afetando-lhe consideráveis recursos humanos, tecnológicos e financeiros, esforço complementado com um também significativo investimento

nas áreas correlacionadas da investigação científica, monitorização, manutenção, conservação, valorização, publicação e divulgação.

No âmbito deste relatório de caracterização promoveu-se a sistematização de toda a vasta informação de inventário disponível (abrangendo imóveis – património edificado habitacional, etnográfico, militar, religioso, industrial, conjuntos urbanos, infraestruturas viárias, de abastecimento de água, povoamento rural, espaços agrícolas, antigas linhas de água, paisagem antropizada, reservas de informação paleoambiental, sítios e áreas arqueológicas, elementos singulares de interesse relevante, arte pública – e respetiva contextualização territorial integrada, histórica, geográfica e paisagística), sobre a qual foi desenvolvido um processo de valoração (científica e patrimonial) diferenciada, com base em critérios previamente definidos. Este trabalho de base permitirá na fase subsequente do processo delinear a estratégia de salvaguarda a implementar no Plano, como base em zonamentos (expressos na cartografia de condicionantes), nos quais a “valores” diferentes, corresponderão normas regulamentares de carácter igualmente diferenciado e gradativo.

Parte integrante e indissociável da estratégia aqui preconizada é a Promoção e Educação Patrimonial. A Câmara Municipal de Cascais irá prosseguir paralelamente à implementação deste Plano, à sua ação de divulgação, exposição, edição, aquisição de imóveis, promoção de projetos e intervenções de carácter modelar, criação de equipamentos e lançamento de iniciativas (museus, monumentos visitáveis, serviços educativos, ações de sensibilização, etc) abertos a todos os segmentos de público, mas especialmente dirigidos ao público infanto-juvenil, que promova junto de toda a comunidade municipal e de todos aqueles que visitam Cascais (e são muitos) o nosso património histórico-cultural.

